



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 12ª SESSÃO À 14ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 12
8 MAR. A 10 MAR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ARTIGO DE IMPRENSA	
Apoio à aprovação da emenda do Senador Demóstenes Torres que inclui o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho entre os cargos integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, no Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, em tramitação no Senado. Senador Efraim Morais. ...	273	Encaminhamento à Mesa do artigo “Patrícia Saboya - a Senadora da criança”, de autoria do professor José Teodoro Soares, publicado no jornal <i>O Povo</i> . Senador Heráclito Fortes.	58
Apoio à aprovação da emenda do Senador Demóstenes Torres que inclui o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho entre os cargos integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, no Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, em tramitação no Senado. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Paulo Paim.	274	Registro da matéria intitulada “Presidente do TSE ataca uso político do Estado”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006. Senador Arthur Virgílio.	107
ANISTIA		Comentários à matéria intitulada “Lula ensaia campanha e infla dados em texto ao Congresso”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de fevereiro de 2006. Senador Papaléo Paes.	109
Solicitação de criação de um documento endereçado ao Ministro da justiça a fim de que os casos de anistia política sejam resolvidos. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Magno Malta.	55	Registro da matéria intitulada “CPIs acham 161 telefonemas entre Okamoto e acusados do mensalão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de março de 2006. Senador Álvaro Dias.	110
APOSENTADO		Registro da matéria intitulada “Medida é exercício de demagogia fiscal”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	112
Encaminhamento de pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre as aplicações constitucionais de estados e municípios na área de saúde. Falta de pagamento de parcelas devidas aos ferroviários aposentados. Senador José Maranhão. .	283	Comentários ao artigo intitulado “Indústria duvida”, de autoria da jornalista Míriam Leitão e publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 17 de fevereiro de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	113
Solidariedade à manifestação realizada em Brasília por aposentados e pensionistas que lutam pelo reajuste de benefícios. Senadora Lúcia Vânia.	385	Registro da matéria intitulada “Empresário diz na CPI que PT exigia propina em Santo André”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	114
Solidariedade à manifestação realizada em Brasília por aposentados e pensionistas que lutam pelo reajuste de benefícios. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Paulo Paim.	386	Comentários à matéria intitulada “EUA vai enviar dados de conta de Duda à CPI”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 24 de fevereiro de 2006. Senador João Batista Motta.	115
		Registro do artigo intitulado “Cada vez mais estranho”, publicado na seção Opinião, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 3 de março, de 2006. Senador Papaléo Paes.	297

	Pág.		Pág.
Registro da matéria intitulada “Lula privilegia governadores aliados com liberação de verba”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de fevereiro de 2006. Senador Álvaro Dias.	298	Considerações acerca do artigo intitulado “O custo da omissão”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 16 de fevereiro de 2006. Senador Papaléo Paes.	398
Registro da matéria intitulada “Amigo de Lula também doou R\$ 25 mil para Vicentino”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 8 de março, de 2006. Senador Arthur Virgílio.	300	Comentários sobre o editorial intitulado “O PT exorciza a sua culpa”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de fevereiro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	399
Registro da matéria intitulada “Presidente é bestalhão ou ladrão bonzinho, ataca Freire”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de março, de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	302	CEARÁ	
Registro da matéria intitulada “Brasil perdeu a melhor hora, admite Furlan”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de março, de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	303	Programas implantados no Ceará nos últimos três anos (2003, 2004 e 2005). Senador Luiz Pontes.	92
Registro do artigo intitulado “O Brasil em primeiro lugar”, de autoria do deputado federal e primeiro vice-presidente nacional do PSDB, Alberto Goldman, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de fevereiro de 2006. Senador João Batista Motta.	304	Programas implantados no Ceará nos últimos três anos (2003, 2004 e 2005). Aparte ao Senador Luiz Pontes. Senador Mão Santa.	93
Comentários sobre a matéria intitulada “Nova denúncia complica Palocci”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 20 de fevereiro de 2006. Senador Leonel Pavan.	305	CORRUPÇÃO	
Destaque para a matéria intitulada “Um plano para as lagoas”, de autoria de S.Exa., publicada no <i>O Jornal</i> , de Maceió, edição de 7 de março, de 2006. Senador Teotonio Vilela Filho.	306	Críticas à não cassação, durante sessão da Câmara, de dois parlamentares envolvidos no chamado mensalão. Senador Almeida Lima.	219
Considerações a respeito do artigo intitulado “Os dilemas do crescimento econômico”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 5 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	393	(CPI)	
Comentários sobre a matéria intitulada “Laudo da PF liga dinheiro público ao caixa dois do PT”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 19 de fevereiro de 2006. Senador Leonel Pavan.	394	Apoio à prorrogação da CPI dos Bingos. Senador José Agripino.	65
Transcrição do artigo intitulado “Reeleição? Onde?”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006. Senador João Batista Motta.	395	Solicitação de quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto. Senador José Agripino.	65
Registro do editorial intitulado “O preço da leniência”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	396	Análise da CPI dos bingos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antero Paes de Barros. ...	67
Análise da matéria intitulada “TCU cobra Presidência por gasto com bebida no cartão”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 24 de fevereiro de 2006. Senador Luiz Pontes.	397	Encaminha requerimento para prorrogação do prazo da CPI do Bingo até o dia 24 de junho de 2006. Senador Efraim Moraes.	92
		Considerações sobre a importância da instalação e dos trabalhos empreendidos pela CPI dos Bingos. Senador José Jorge.	253
		DESIGUALDADE SOCIAL	
		Críticas às desigualdades regionais no Brasil. Senador Mozarildo Cavalcanti.	374
		EDUCAÇÃO	
		Notícia sobre um programa de grande importância do Governo Federal, o Plano Nacional do Livro e da Leitura. Senador Roberto Saturnino. ...	42
		A cidadania começa com a disseminação da cultura letrada e à cultura digital. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Marco Maciel.	44

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Senador José Agripino.	274	Críticas ao Governo do Presidente Lula. Senador Arthur Virgílio.	241
Necessidade de maior investimento no Ensino Fundamental Público. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Cristovam Buarque.	276	Críticas ao Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena.	245
Considerações acerca da criação do Fundeb. Aparte ao Senador José Agripino. Senadora Heloísa Helena.	277	Críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Arthur Virgílio.	291
Considerações acerca da criação do Fundeb. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Garibaldi Alves Filho.	278	Referências ao pronunciamento feito pelo Senador Pedro Simon, que fez críticas ao Governo Federal. Senadora Heloísa Helena.	370
ELOGIOS		Paralisia administrativa do Governo Lula. Senador Heráclito Fortes.	383
Elogios ao Senador Paulo Paim. Senador Magno Malta.	48	HOMENAGEM	
EXPLICAÇÃO PESSOAL		Homenagem a todas as mulheres, especialmente as da Amazônia e do Estado de Roraima, pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Senador Mozarildo Cavalcanti.	26
Refutação de denúncia veiculada contra S.Exa. na imprensa. Senadora Ana Júlia Carepa.	77	Cumprimentos a todas as mulheres do Brasil pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Senador José Jorge.	30
FORÇAS ARMADAS		Homenagem às mulheres latino-americanas que, no passado, desafiaram a sociedade com grandes causas. Senador Paulo Paim.	46
Necessidade de se repensar o papel constitucional das Forças Armadas. Senador Antonio Carlos Magalhães.	190	Homenagem à jornalista Ana Amélia Lemos, que possui uma coluna diária no jornal Zero Hora e está sendo condecorada no dia de hoje com o Troféu Mulher Imprensa, em São Paulo. Senador Paulo Paim.	46
GOVERNO FEDERAL		Homenagem à mulher por sua participação na sociedade desde os tempos remotos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sibá Machado.	47
Críticas ao governo Lula e às irregularidades no programa Bolsa-Família em todo o país. Senador Antonio Carlos Magalhães.	53	Homenagem às mulheres pelo dia 8 de março, dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Leonel Pavan.	48
Protesto contra injustiças praticadas pelo governo. Senador João Batista Motta.	55	Homenagem à jornalista Ana Amélia Lemos, que possui uma coluna diária no jornal Zero Hora e está sendo condecorada no dia de hoje com o Troféu Mulher Imprensa, em São Paulo. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sérgio Zambiasi. ..	49
Protesto contra injustiças praticadas pelo governo. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Leonel Pavan.	57	Homenagem às mulheres pelo transcurso, no dia 8 de março, do Dia Internacional da Mulher. Senador Magno Malta.	61
Manifestação em defesa da política econômica do Governo. Senador Sibá Machado.	213	Homenagem à mulher brasileira, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Eduardo Azeredo.	73
Críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Mão Santa.	216	Homenagem a todas as mulheres, em especial às mulheres do estado da Bahia, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Senador Rodolpho Tourinho.	75
Críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	216		
A situação de crise permanente no País. Senador Jefferson Péres.	218		

IV

	Pág.		Pág.
Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Senador Luiz Pontes.	92	da República Luiz Inácio Lula da Silva no dia 11 de março, para participar da posse da presidente Michelle Bachelet, em Valparaíso, no Chile.	318
Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Senador Mão Santa.	94	(MST)	
Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.	96	O vandalismo vivido pelo Brasil no dia de 08 de março de 2006, no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Senador Juvêncio da Fonseca.	192
Reflexões sobre o Dia Internacional da Mulher. Senadora Ideli Salvatti.	97	Apelo no sentido de que se promova a reforma agrária. Senador Juvêncio da Fonseca.	192
Homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa.	98	O vandalismo vivido pelo Brasil no dia de 08 de março de 2006, no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Mozarildo Cavalcanti.	193
Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Senador Pedro Simon.	100	Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Paulo Paim.	193
Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senadora Ideli Salvatti.	101	Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Sibá Machado.	194
Voto de aplauso pelos 80 anos da Sra. Dulce Pinto da Costa, médica no Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	288	Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Flexa Ribeiro.	194
Louvor aos 60 anos de fundação da Confederação Nacional do Comércio - CNC. Senador Romero Jucá.	308	Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.	243
IGREJA CATÓLICA		Desqualificação dos ataques dirigidos ao Ministro Miguel Rossetto e ao Presidente do Incra, por ocasião da invasão da Aracruz por integrantes de movimentos dos Sem-Terra. Senador Paulo Paim.	387
Exaltação da Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que tem como tema "Fraternidade e Pessoas com Deficiência" e o lema "Levanta-te e vem para o meio". Senador Amir Lando.	106	MULHER	
Enaltece a Campanha da Fraternidade 2006 e o esforço da CNBB em prol das pessoas com deficiência, sob o lema "Levanta-te, vem para o meio!". Senador Romeu Tuma.	310	Solicitação de apoio para aprovação de projeto de lei, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, com parecer favorável de S.Exa. junto a Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a regulamentação da aposentadoria para as donas de casa. Senador Eduardo Azeredo.	73
MENSAGEM		PARECER	
Mensagem nº 129, de 2006, que submete à elevada deliberação dos Senhores Senadores o texto do Projeto de Lei que "altera o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências".	22	Parecer nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros	
Mensagem nº 99, de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.	313		
Mensagem nº 100, de 2006 (nº 150/2006, na origem) que informa a ausência do Presidente			

Pág.	Pág.
	360
	360
4	361
	363
184	365
	350
322	82
	282
324	288
	288
332	370
	372
337	373
	378
	350
351	71

Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidade e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). Senador José Jorge. .

Parecer nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Filogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. Senador Marco Maciel.

Parecer nº 190, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento. Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Parecer nº 191, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Parecer nº 192, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo. Senador Paulo Paim.

Parecer nº 193, de 2006, da Comissão de Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos. Senador José Jorge.

PARTIDO POLÍTICO

Defesa da candidatura própria do PMDB à Presidência da República. Senador Mão Santa. ..

Defesa da candidatura própria do PMDB à Presidência da República. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Pedro Simon.

Histórico das últimas eleições presidenciais.

Senador Pedro Simon.

Defesa do lançamento de candidato à Presidência da República pelo PMDB. Senador Pedro Simon.

Defesa do lançamento de candidato à Presidência da República pelo PMDB. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Arthur Virgílio.

Defesa do lançamento de candidato à Presidência da República pelo PMDB. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Mão Santa.

Falta de inovação dos Partidos Políticos. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque.

PIAUÍ

Inauguração do edifício-sede da Justiça Federal no Piauí. Senador Mão Santa.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Realização da segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Senador Sibá Machado.

Considerações sobre os leilões eletrônicos para a venda de milho. Senador Garibaldi Alves Filho.

Defesa da derrubada do veto presidencial a projeto que trata da reestruturação das dívidas dos agricultores. Senador Mão Santa.

Considerações sobre a Medida Provisória nº 285, de 2006, que dispõe sobre as operações de crédito rural. Senador Mão Santa.

Considerações a respeito da dívida dos pequenos e médios produtores rurais. Senadora Heloísa Helena.

Considerações a respeito da dívida dos pequenos e médios produtores rurais. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Heráclito Fortes.

Considerações a respeito da dívida dos pequenos e médios produtores rurais. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Efraim Morais.

Necessidade de derrubada do veto presidencial à renegociação das dívidas dos pequenos e médios produtores rurais. Senador Efraim Morais.

POLÍTICA DE TRANSPORTES

Críticas ao Governo Federal pela falta de investimentos em rodovias. Senador Leonel Pavan.

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a privatização no setor ferroviário. Senador Delcídio Amaral.	354	POLÍTICA ELEITORAL	
Declaração que enviará o assunto relativo às privatizações no setor ferroviário à Comissão de Serviços e Infra-Estrutura. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Heráclito Fortes.	355	A promulgação, em sessão do Congresso, da Emenda Constitucional 52/2006, que disciplina as coligações eleitorais. Senador José Jorge.	30
Importância de uma maior utilização do setor ferroviário, visto o alto custo do setor rodoviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Rodolpho Tourinho.	356	Apelo ao STF no sentido de que revise a decisão do TSE sobre a verticalização. Senador José Jorge.	30
Considerações sobre a privatização no setor ferroviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Mão Santa.	357	Comentários acerca da verticalização. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Marco Maciel. ..	30
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		POLÍTICA EXTERNA	
Comentários acerca, das ameaças que vêm sofrendo a juíza Duília Reis, da comarca de Ariquemes/RO, para impor o cumprimento da Lei 9.605/98, que trata de crimes ambientais. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senadora Fátima Cleide.	82	Presença no Senado Federal do Presidente eleito do Haiti, o Sr. René Préval. Senador Roberto Saturnino.	353
Elogio ao trabalho de cientistas e profissionais do Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Predadores Naturais, Cenap - em favor da preservação do legado da biodiversidade no Planeta Terra. Senador Romero Jucá.	103	POLÍTICA FISCAL	
A questão do uso sustentável dos recursos florestais em terras públicas. Senador Pedro Simon. .	400	Defesa do convite do Dr. Murilo Portugal para esclarecimentos sobre a dívida interna do Brasil no Senado. Senador Arthur Virgílio.	64
POLÍTICA ECONÔMICA		Solicitação de apoio para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 50, de 2005, de autoria de S.Exa., que “acrescenta inciso ao artigo 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico”. Senador Osmar Dias.	68
Comentários sobre matéria do jornal Estado de Minas, a respeito das perspectivas da economia nacional, com alternativas de gestão que levem o país a um caminho mais auspicioso. Senador Aelton Freitas.	41	Preocupação com a taxa de juros no Brasil. Senador Paulo Paim.	387
Contradição entre dados sobre o investimento público liquidado no ano de 2005, divulgados pelo Ministério do Planejamento e pelo Tesouro Nacional. Senador Tasso Jereissati.	49	POLÍTICA INDIGENISTA	
Crescimento econômico do Brasil desde o governo Sarney até os dias atuais. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador José Sarney.	50	Cobrança de soluções do Governo Federal pela melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.	255
O baixo crescimento do Brasil em comparação a outros países da América Latina. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Ramez Tebet.	50	Cobrança de soluções do Governo Federal pela melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Paulo Paim.	256
Análise sobre os juros altos e a variação cambial. Senador Eduardo Suplicy.	234	Cobrança de soluções do Governo Federal pela melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Valdir Raupp.	257
		POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA	
		Contestação de declarações do Presidente Lula sobre repasses federais ao Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.	251

	Pág.		Pág.
Apelo pela solução de impasse que vem impedindo a votação do Orçamento de 2006, quanto ao valor das compensações da União para os estados exportadores, por perdas de arrecadação em decorrência da Lei Kandir. Senador Flexa Ribeiro.	251	Justificativas à apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, que regulamenta as atividades dos agentes comunitários de saúde. Senador Rodolpho Tourinho.	344
Impasse que vem impedindo a votação do Orçamento de 2006, quanto ao valor das compensações da União para os estados exportadores, por perdas de arrecadação em decorrência da Lei Kandir. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Lúcia Vânia.	252	Aprovação de projeto, dia 09 de março de 2006, na Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a inclusão previdenciária das donas de casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Paulo Paim.	344
Equívoco da política de juros praticada pelo Governo Federal. Senador Efraim Morais.	378	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
POLÍTICA SOCIAL		Leitura de artigo publicado pelo Presidente Lula, no jornal inglês The Guardian. Senador Sibá Machado.	213
Defesa de investimentos nas áreas de educação, saúde e cultura nos morros e favelas do País. Senador Cristovam Buarque.	280	Críticas à atuação do Presidente da República, Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro.	244
Defesa da aplicação de recursos em programas sociais para erradicar a pobreza. Senador Cristovam Buarque.	381	Críticas à atuação do Presidente da República, Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	244
Apoio ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, que defendeu a aplicação de recursos em programas sociais para erradicar a pobreza. Senador Heráclito Fortes.	383	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
POLÍTICA SOCIOECONÔMICA		Solicitação de apoio ao projeto de lei de nº 318, de 2005, que “cria o sistema especial de inclusão previdenciária”. Senador Rodolpho Tourinho.	75
Análise de dados divulgados pela revista <i>Forbes</i> , acerca do aumento de bilionários brasileiros. Senador Cristovam Buarque.	381	Solicitação de apoio ao projeto de lei nº 318, de 2005, que “cria o sistema especial de inclusão previdenciária”. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Sibá Machado.	75
POLÍTICA TECNOLÓGICA		Solicitação de apoio ao projeto de lei nº 318, de 2005, que “cria o sistema especial de inclusão previdenciária”. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senadora Ana Júlia Carepa.	76
Conseqüências da queda da produção industrial do Brasil. Senador Arthur Virgílio.	368	Regozijo pela aprovação de projetos que estabelecem a criação de aposentadoria especial para as donas de casa e o fim do chamado fator previdenciário. Senadora Fátima Cleide.	255
Defesa da imediata implantação da TV digital. Senador Arthur Virgílio.	368	Regozijo pela aprovação de projetos que estabelecem a criação de aposentadoria especial para as donas de casa e o fim do chamado fator previdenciário. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Cristovam Buarque.	256
POLÍTICA TRABALHISTA		Aprovação de projeto, na Comissão de Assuntos Sociais, que revoga o fator previdenciário. Senador Paulo Paim.	286
Reivindicação dos trabalhadores de saúde por uma melhoria nos seus salários. Senador Augusto Botelho.	237	Aprovação de projeto, na Comissão de Assuntos Sociais, que revoga o fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	287
Enaltece o trabalho do servidor público. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senadora Heloísa Helena.	240	Manifestação de apoio à matéria aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a inclusão previdenciária das donas de casa e extingue o fator previdenciário. Senador Sérgio Zambiasi. .	346
Aprovação de projeto, dia 09 de março de 2006, na Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a inclusão previdenciária das donas de casa. Senador Rodolpho Tourinho.	344		

VIII

	Pág.		Pág.
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL			
Projeto de Lei nº 1, de 2006-CN - Mensagem nº 17, de 2006-CN (nº 129/2006, na origem) - que altera o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.	22	para o cumprimento de pena. Senador Demóstenes Torres.	229
		Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, que denomina “Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho” o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Senador Edison Lobão.	231
PROJETO DE LEI DO SENADO		PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2006, que acrescenta a alínea “h” ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos. Senador Valdir Raupp.	14	Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2006, que altera a redação do inciso IV do art. 7º e § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, ao salário mínimo. Senador Paulo Paim. .	220
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, que acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências. Senador Valdir Raupp. .	16	REQUERIMENTO	
Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2006, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. (Controle de concessão de florestas públicas pelo Poder Legislativo). Senador Pedro Simon.	18	Requerimento nº 239, de 2006, que requer sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, reiterando os termos contidos no Requerimento nº 971, de 2005, aprovado na Casa do Poder Legislativo, cujas respostas trazidas pelo Requerimento junto à Comissão de Educação não se prestam a atender o solicitado. Senador Wellington Salgado.	2
Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2006, que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores. Senadora Maria do Carmo Alves.	125	Requerimento nº 240, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentados à família do Senhor Vicente Lorenzon votos de pesar pelo seu falecimento. Senador Gerson Camata.	12
Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2006, que acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente. Senador Paulo Paim.	126	Requerimento nº 241, de 2006, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Jornalista Roberto Marinho De Azevedo, primeiro crítico de gastronomia da imprensa carioca, ocorrido no dia 07 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	12
Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2006, que autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (SEABE), e dá outras providências. Senador Valdir Raupp.	126	Requerimento nº 242, de 2006, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre títulos emitidos no exterior pelos bancos BMG e Banco Rural, no período de 2000 até a data de 08 de março de 2006. Senador Álvaro Dias.	12
Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2006, que altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime		Requerimento nº 243, de 2006, que requer sejam prestadas pelo Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União informações sobre as medidas adotadas mediante denúncias veiculadas	

Pág.	Pág.
de desvios de recursos nos cofres da Prefeitura de Boa Vista - RR. Senador Mozarildo Cavalcanti. ... 13	
Requerimento nº 244, de 2006, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de Honorina Tavares de Albuquerque, mãe do ex-Deputado Federal Edme Tavares, ocorrido em janeiro de 2006, e que seja levado ao conhecimento da família. Senador Arthur Virgílio. 13	lismo com a invasão de instalações de empresa legalmente constituída, destruindo tudo, inclusive o laboratório de pesquisa genérica e, com ele, pesquisas de 20 anos. Senador Arthur Virgílio. 128
Requerimento nº 245, de 2006, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento informações sobre investimento público nos anos de 2005 e 2006. Senador Tasso Jereissati. 13	Requerimento nº 251, de 2006, que requer prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 24 de junho de 2006, bem assim o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para o funcionamento da CPI. Senador Efraim Moraes. 226
Requerimento nº 246, de 2006, que requer, nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda informações acerca dos investimentos públicos nos anos de 2005 e 2006. Senador Tasso Jereissati. 13	Requerimento nº 252, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso do “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”, que ocorrerá no dia 21 de março, solicitando que a homenagem seja comunicada ao Senador Abdias Nascimento. Senador Cristovam Buarque. 228
Requerimento nº 247, de 2006, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para ausentar-se do País, no período de 10 a 11 de março de 2006, para participar das solenidades de posse da Senhora Michelle Bachelet, como Presidente do Chile, em Viña Del Mar. Senador Renan Calheiros. 14	Requerimento nº 253, de 2006, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006, com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003, por regularem a mesma matéria. Senador Marco Maciel. 229
Requerimento nº 248, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade à juíza Duília Reis, da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, que segundo a imprensa vem sendo ameaçada por madeireiros, contrariados pela juíza, que se faz cumprir a Lei que trata de crimes ambientais. Senador Sibá Machado. 103	Requerimento nº 254, de 2006, que solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004, de sua autoria. Senador Cristovam Buarque. 229
Requerimento nº 249, de 2006, que requer Voto de Solidariedade, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher, à pesquisadora Isabel Gonçalves, que viu seu trabalho de pesquisa genética na Aracruz destruído pelo vandalismo, praticado no dia 8 de março de 2006, por um grupo da chamada Via Campesina, braço do chamado Movimento dos Sem Terra - MST, e que o voto de solidariedade seja levado ao conhecimento da pesquisadora, da direção da Aracruz Celulose e ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Senador Arthur Virgílio. 127	Requerimento nº 255, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor ANWAR HAULY, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, ocorrido no dia 09 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio. 296
Requerimento nº 250, de 2006, que requer voto de repúdio à chamada Via Campesina que, dia 08 de março de 2006, praticou ato de vanda-	Requerimento nº 256, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, VOTO DE APLAUSO à Senhora DULCE PINTO DA COSTA, médica no Amazonas, que no dia 10 de março de 2006, será homenageada em Manaus pelo transcurso do seu 80º aniversário. Senador Arthur Virgílio. 296
	Requerimento nº 257, de 2006, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, esclarecimentos ao Ministro de Estado da Saúde sobre quais as medidas adotadas para punir aque-

	Pág.		Pág.
les que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais. Senador José Maranhão.	296		
Requerimento nº 258, de 2006, que requer, nos termos regimentais, a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2003, de autoria do Senador Augusto Botelho. Senador Augusto Botelho.	318		
Requerimento nº 259, de 2006, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. Senadora Ideli Salvatti. .	318		
Requerimento nº 260, de 2006, quer requer ao Ministro dos Transportes informações acerca de irregularidades em obras na BR 174(AM). Senador Arthur Virgílio.	319		
RORAIMA			
Retrospectiva histórica do Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	198		
Destaque para a atuação do governador do Estado de Roraima, Ottomar Pinto, bem como de relatório das obras por ele realizadas. Senador Mozarildo Cavalcanti.	198		
Destaque para a atuação do atual governador de Roraima, Ottomar Pinto, bem como de relatório das obras por ele realizadas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Arthur Virgílio.	199		
SANTA CATARINA			
Registro da Festa Nacional da Cebola, a realizar-se no período de 14 a 19 de março, em Ituporanga-SC. Senador Leonel Pavan.	71		
Leitura de textos sobre a agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	187		
SAÚDE			
Descaso por parte do Governo Federal na área da saúde pública. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Mão Santa.	70		
SECA			
A seca que assola o Estado do Espírito Santo. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Gerson Camata.	56		
		SEGURANÇA PÚBLICA	
		Críticas à falta de uma efetiva política de segurança por parte do governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	38
		Críticas à falta de uma efetiva política de segurança por parte do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.	39
		Considerações sobre a ocupação das favelas no Rio de Janeiro pelo Exército Brasileiro. Senador Roberto Saturnino.	42
		Considerações sobre a ocupação das favelas no Rio de Janeiro pelo Exército Brasileiro e a ação do Crime Organizado no mesmo estado. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Ramez Tebet.	42
		Solicitação de apoio a projeto de lei de autoria de S.Exa., sobre cumprimento de pena privativa de liberdade. Senador Magno Malta.	61
		A repercussão, no Estado do Rio Grande do Sul, da violenta ação da Via Campesina, que invadiu a empresa Aracruz Celulose. Senador Sérgio Zambiasi.	195
		A repercussão, no Estado do Rio Grande do Sul, da violenta ação da Via Campesina, que invadiu a empresa Aracruz Celulose. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senador Paulo Paim.	197
		A repercussão, no Estado do Rio Grande do Sul, da violenta ação da Via Campesina, que invadiu a empresa Aracruz Celulose. Senador Sibá Machado.	197
		Apresenta voto de solidariedade à pesquisadora Isabel Gonçalves que teve seu trabalho de pesquisa genética destruído pelo vandalismo do Grupo Via Campesina, bem como um voto de repúdio a tal grupo, braço do MST. Senador Arthur Virgílio.	213
		Ocupação das favelas no Rio de Janeiro pelo Exército Brasileiro em busca de armas roubadas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Cristovam Buarque.	242
		Preocupação com a incursão do Exército Brasileiro nas ruas do Rio de Janeiro. Senador Gilvam Borges.	291
		Considerações acerca da incursão do Exército Brasileiro nas ruas do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Paulo Paim.	293
		Considerações acerca da incursão do Exército Brasileiro nas ruas do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa.	294

	Pág.		Pág.
A operação do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	342	Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Paulo Paim.	80
SENADO FEDERAL		Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Eduardo Azeredo.	80
Críticas ao Conselho de Ética do Senado, que não se reúne há mais de quatro meses. Senador Jefferson Péres.	218	Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Mão Santa.	80
SERVIÇO PÚBLICO		Solidariedade à juíza Duília Reis, da comarca de Ariquemes/RO, pelas ameaças que vêm sofrendo, para impor o cumprimento da Lei 9.605/98, que trata de crimes ambientais. Senador Sibá Machado.	82
Solidariedade com os servidores públicos federais e apelo no sentido da aprovação da Medida Provisória 272. Senador Amir Lando.	306	VOTO DE PESAR	
SOLIDARIEDADE		Voto de Pesar pelo falecimento de Dona Honorina Tavares de Albuquerque. Senador Arthur Virgílio.	64
Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senadora Fátima Cleide.	78	Voto de pesar pelo falecimento, em Londrina, Paraná, do Sr. Anwar Haully, irmão do Deputado Luiz Carlos Haully. Senador Arthur Virgílio.	288
Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Sibá Machado.	79		

Ata da 12ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 8 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Antero Paes de Barros, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, da Sra. Ana Júlia Carepa e do Sr. João Batista Motta

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E O SRS. SENADORES

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 8/3/2006 07:42:18 até 8/3/2006 21:12:27

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X		PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		PSDB	CE	TASSÓ JEREISSATI	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X		PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						

Compareceram: 76 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº , DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, reiterando os termos contidos no Requerimento nº 971, de 2005, aprovado nesta Casa do Poder Legislativo, cujas respostas trazidas pelo Requerido junto à Comissão de Educação não se prestam a atender o Solicitado.

Assim que, não havendo o nobre Ministro se desincumbido do encargo, faz-se necessário Reiterar o pedido, para o fim de obter as informações, com a estrita obediência aos quesitos abaixo elencados:

- Razões para o não cumprimento, pela SESU/MEC e pelo SETEC/MEC, dos prazos estabelecidos pela Portaria nº 3.643/2004;
- Razões e suporte legal para a existência de comissões verificadoras para autorização de cursos das Instituições de Ensino Superior – IES;
- Demonstrativo da tramitação dos processos relativos à transferência de manutenção dos cursos ou instituições, de uma para outra entidade mantenedora;
- No caso dos processos referentes à transferência de manutenção de cursos ou instituições, a base legal e critérios para a substituição dos pareceres de auditoria independente por visita de Comissão;
- Fundamento legal e razões para o não acatamento pelo SESU/MEC, de decisões judiciais prolatadas em mandados de segurança impetrados por Instituições de Ensino Superior;
- Quadro comparativo entre as vagas aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e a publicação oficial das mesmas no **Diário Oficial** da União, nos anos de 2004 e 2005
- Cursos cadastrados no Sistema Sapiens com pedido de autorização nos últimos doze meses.
- Cursos autorizados pelo CNE nos últimos doze meses com as suas respectivas vagas.
- Cursos com portarias publicadas nos últimos doze meses, com as respectivas vagas.

- Entidades que pediram, após aprovação pelo CNE, redução de vagas através de ofício.
- Cursos já avaliados pelo INEP e não publicados pela SESU.

Justificação

Este Requerimento de Informação é motivado pelo fato *incontesti* de que as informações que vieram a esta Comissão de Educação são, no mínimo, lacônicas. E, para não se permitir a consolidação de uma prática nefasta da tergiversação em assuntos da máxima relevância para o povo brasileiro, é que o mesmo encontra sentido.

Deste modo, reitera-se o Requerimento nº 971, de 2005, pelas graves denúncias feitas pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES, em ofício datado de 02 de agosto de 2005, assinado por seu Presidente e endereçado ao Senhor Ministro de Estado da Educação, com cópias às Comissões de Educação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

No ofício citado, encontram-se alegações de inúmeras irregularidades que estariam sendo praticadas por órgãos subordinados àquele Ministério, entre elas o não cumprimento de prazos, o não acatamento de Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, a desconsideração de decisões do Poder Judiciário em mandados de segurança, e a imposição de dificuldades na tramitação administrativa de processos, notadamente daqueles referentes à transferência de manutenção de cursos ou instituições, de uma para outra entidade mantenedora.

Ressalta, ainda, a informação sobre a grave situação a que se expõem algumas instituições de ensino superior, que conseguem aprovação pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, de um determinado número de vagas e, por imposição da Secretaria de Educação Superior – SESU, a publicação da mencionada autorização fica condicionada a um ofício das interessadas, solicitando a redução do número de vagas concedido pelo CNE.

Por si só, tal situação configura, no mínimo, um verdadeiro seqüestro de direito às vagas aprovadas pelo Conselho e, pela ótica da lei, prevaricação e inegável abuso de poder, o que deveria, se comprovadas as denúncias, obrigar o afastamento imediato do Secretário do Ensino Superior e do Chefe de Supervisão de Ensino da SESU.

Por tudo isso, justifica-se a apresentação deste Requerimento e sua aprovação, para o que contamos com o apoio das Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Sala das Sessões, – Senador **Wellington Salgado**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
NA REUNIÃO DE 07/03/06, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JUVÊNCIO DA FONSECA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência defere a solicitação e determina a reiteração do pedido de informações constante do **Requerimento nº 971, de 2005**, ao Senhor Ministro de Estado da Educação, que terá o prazo máximo de 10 dias para o seu atendimento, nos termos do art. 5º, §2º, do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 188, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, nos termos do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador RENAN CALHEIROS e outros Senhores Senadores, que adotaram o anteprojeto oriundo da Comissão de Juristas e Técnicos em Administração Pública criada mediante a Portaria nº 391, de 16 de agosto de 2005, do Ministro Carlos Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para o fim de rever e atualizar os delitos eleitorais inscritos no Código Eleitoral e leis outros, elaborando projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

O projeto decorre, portanto, do Ofício nº 6.874/2005-Presidência-312 que o Presidente do TSE encaminhou, em novembro do ano passado, ao Presidente do Senado Federal, com as proposições já elaboradas, ... condensadas em Anexos a esta mensagem e desdobradas em anteprojetos de lei e respectivas exposições de motivos.

Assim, tiveram a mesma origem nos trabalhos da referida Comissão instituída pelo TSE, e com os mesmos objetivos de alterar a legislação eleitoral-partidária, os Projetos de Lei do Senado nºs 389, 391 e 392, todos de 2005, igualmente adotados e apresentados pelo Senador Renan Calheiros e outros Senho-

res Senadores, que devem ser submetidos também ao exame desta CCJ.

As alterações propostas à Lei de Inelegibilidade pelo projeto em exame estão bem explicadas e sumariadas na justificação, razão pela qual transcrevemo-la:

Este projeto de lei complementar propõe novas redações para as alíneas *d e, g e h* do inciso I do art. 1º e o inciso XIV do art. 22, introduz a alínea *j* no inciso I do art. 1º e revoga o inciso XV do art. 22, todos da Lei Complementar nº 64 (Lei das Inelegibilidades), de 18 de maio de 1990.

A proposição, ao fim e ao cabo, visa dar eficácia máxima ao disposto no art. 14, § 9º, da Constituição, que estabeleceu o direito coletivo à lisura dos pleitos eleitorais e dos mandatos.

Merecem especial destaque as seguintes alterações:

(i) nas novas redações propostas para os dispositivos da Lei de Inelegibilidades, as sanções previstas não mais ficariam condicionadas ao trânsito em julgado das sentenças, mas à decisão em segunda ou única instância, o que, de pronto, previne manobras protelatórias ou metajurídicas que findam por obstaculizar a eficácia das normas;

(ii) em consonância com o princípio que orientou a concepção relatada no item anterior, a nova redação da alínea *g* do art. 1º inciso I, toma mais efetiva a inelegibilidade decorrente da rejeição de prestação de contas, ao estabelecer que, na hipótese tratada, somente o provimento judicial, ainda que provisório, obtido em data anterior à escolha do candidato em convenção poderia sustar a inelegibilidade, em lugar de uma mera submissão da questão ao Judiciário, como hoje estabelecido na legislação aplicável;

(iii) entre as hipóteses de crime que poderão resultar em inelegibilidade, a nova redação da alínea *e* do art. 1º, inciso I, inclui a lavagem de dinheiro, os crimes contra a ordem tributária ou qualquer outro crime a que a lei atribua pena máxima não inferior a dez anos;

(iv) a proposta alínea *j* do art. 1º, inciso I, estabelece a condenação por ato doloso de improbidade administrativa como causa de inelegibilidade;

(v) a redação proposta para o art. 22, inciso XIV, procura reproduzir o **caput** do artigo ao incorporar expressões como “uso indevido,

desvio ou abuso” ou “abuso de mídia”, em lugar da redação atual que indevidamente assine caráter limitativo ao teor do **caput**;

(vi) ainda em relação ao art. 22, inciso XIV, a nova redação proposta prevê a remessa de cópia dos autos para as autoridades fiscais e para o Tribunal de Contas com vistas à possível aplicação de sanções outras além das de natureza eleitoral, afora reforçar o trabalho de cooperação entre os entes públicos;

(vii) a supressão do inciso XV do art. 22 decorre da eficácia imediata que fica conferida ao inciso XIV, tornando desnecessários novos processos – recurso contra a expedição de diploma ou ação de impugnação de mandato eletivo.

Finalmente, o art. 4º dispõe que a vigência da lei complementar que decorrer do projeto se dará na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 22, I, a competência privativa da União para legislar sobre direito eleitoral, e o Regimento Interno do Senado Federal prevê, em seu art. 101, II, **d**, que cabe a esta Comissão emitir parecer quanto ao mérito, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente [...] d) direito eleitoral.

Também é a Constituição Federal que em seu art. 14, § 9º, com a redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994, estabelece, **verbis**:

Art. 14.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

O legislador regulou o mencionado dispositivo constitucional, mediante a Lei Complementar nº 64, de 1990 – conhecida como Lei de Inelegibilidade -, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Cons-

tituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências -, a qual é objeto de modificação pelo projeto em exame.

O projeto em exame objetiva alterar a referida lei complementar, a fim de tornar mais rigorosa a sanção de inelegibilidade aplicável a quem for condenado por prática dos crimes previstos na Lei Complementar nº 64, de 1990 (LC 64/90).

Assim, é proposto que a pena de inelegibilidade seja ampliada de três para quatro anos para os que forem condenados, em segunda ou única instância, pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico ou político (art. 1º, inciso I, letra **d**, da LC 64/90) ou condenados criminalmente pela prática de crimes eleitorais, contra a economia popular a ordem tributária, o mercado financeiro, a lavagem de dinheiro, a fé pública, a administração pública, o tráfico de entorpecente ou por qualquer outro crime a que se atribua pena máxima não inferior a dez anos (art. 1º, inciso I, letra **e**, da LC 64/90) e, ainda, pela prática de ato de improbidade administrativa (letra **j**, incluída no inciso I do art. 1º da LC 64/90).

De acordo com o projeto, a mesma ampliação da pena de inelegibilidade deve ser aplicada aos detentores de cargo da administração pública direta e indireta, incluídas as fundações, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso de poder econômico ou político (art. 1º, inciso I, letra **h**, da LC 64/90).

Já a condenação, também em segunda ou única instância, em razão da prática de crime eleitoral prevista no art. 22, inciso XIV da LC 64/90 – desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículo ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político -, propõe que a sanção de inelegibilidade seja duplicada de três para seis anos.

No que se refere à modificação proposta à letra **g** do inciso I do art. 1º da LC 64/90, não há alteração da pena de inelegibilidade – que é de cinco anos, para quem tiver suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente – mas propõe-se que a exceção de sua aplicação ocorra não mais se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário mas sim se, em ação proposta contra a decisão que rejeitou as contas, o candidato obtiver provimento judicial, ainda que provisório, em data anterior à sua escolha em convenção.

Quanto ao mérito, exaltamos a preocupação dos autores do projeto ao procurar afastar do “jogo político” por mais tempo e por meios legais mais eficazes, mediante regras menos permeáveis às chicanas advocatícias, os que forem condenados em segunda ou única instância.

É importante, porém, ter em vista que a busca pelo aperfeiçoamento do sistema eleitoral não pode ser pretexto para a redução de garantias individuais constitucionalmente asseguradas. Igualmente, não se pode ignorar problemas que persistem no Poder Judiciário, especialmente quando se fala de segundo grau de jurisdição da Justiça Eleitoral, onde a indicação política é largamente utilizada.

É certo que, se por um lado é importante dotar o Poder Judiciário de mecanismos efetivos para zelar pelo cumprimento da lei e da Constituição, criando-se mecanismos austeros para inibição de abusos, por outro o legislador deve pautar sua atuação sempre pela legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, afora a sensibilidade para captar no tecido social as verdadeiras fontes dos problemas que o povo enfrenta.

Deve-se observar que a decisão em segunda ou única instância, conforme evocação proposta no projeto, ocorreria no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral, em matéria eleitoral, ou no Tribunal de Justiça do Estado ou do Distrito Federal, em matérias criminais.

Entendemos ser razoável a aplicação da sanção de inelegibilidade aos que forem condenados criminalmente por decisão de segunda ou única instância, da forma prevista no projeto. Isso porque só se qualifica uma conduta como criminosa quando ela alcança o grau máximo de reprovabilidade para uma determinada sociedade.

Assim, sancionar com inelegibilidade os que já sofreram condenação criminal em segundo grau de jurisdição (o Tribunal de Justiça ou o Tribunal Regional Federal, portanto) apresenta-se como medida capaz de evitar que, sob o manto da presunção de inocência, pessoas comprovadamente criminosas obtenham mandatos eletivos.

É bem verdade que um primeiro olhar sobre tal dispositivo pode dar a impressão de contrariedade aos princípios da ampla defesa e do estado de inocência. Essa impressão se desfaz, porém, quando examinado teleologicamente o § 9º do art. 14 da Lei Maior. Veja-se que o texto constitucional, ao se referir a “vida pregressa do candidato”, não faz qualquer menção a trânsito em julgado das sentenças penais condenatórias. Ao contrário, ao falar tão-somente de “vida pregressa do candidato”, abre caminho para que os efeitos cautela-

res da sentença penal condenatória sejam produzidos desde logo.

Acresça-se a isso o fato de que os Tribunais de Justiça e Regionais Federais são compostos por magistrados vitalícios e inamovíveis, o que reforça a independência de seus julgados. Como veremos adiante, as Cortes Regionais Eleitorais, por sua própria composição constitucional, não dispõem da mesma independência, sendo mais suscetíveis a composições sazonalmente políticas.

Quanto à proposta constante da alínea d do inciso I do art. 1º da LC 64/90, referida pelo art. 1º e pelo inciso XIV do art. 22, da proposição **sub examine**, após considerarmos a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, a natureza das infrações que podem culminar com a inelegibilidade e a célere tramitação dos processos no âmbito da justiça eleitoral, concluímos ser prudente postergar a aplicação da sanção da inelegibilidade para após o eventual julgamento do recurso especial eleitoral pelo Tribunal Eleitoral.

Eis uma solução intermediária entre a austeridade rigorosa do anteprojeto e a leniência do vigente texto. Transformada em lei a nossa proposta, serão inelegíveis apenas aqueles cuja condenação já foi apreciada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Entendemos que não se pode fechar os olhos para problemas estruturais que lamentavelmente ainda existem no Brasil, como a tendência de alguns membros do Ministério Público e do próprio Poder Judiciário de pautar seu mister por convicções político-partidárias, distanciando-se da legalidade estrita, razão pela qual apresentamos emenda referente à alínea d do inciso I do art. 1º da LC 64/90.

Outro ponto que está a merecer reproche é a parte final da alínea g do inciso I do art. 1º da LC 64/90. Embora concordemos com os autores do anteprojeto acerca da necessidade de estabelecimento de parâmetros para a suspensão da pena de inelegibilidade daqueles que, no exercício de cargos ou funções públicas, tiverem suas contas rejeitadas por irregularidade insanável, não podemos comungar com a pretendida fixação de prazo para a propositura da demanda judicial, pena de consagração de provimentos jurisdicionais condicionais, o que é incompatível com nosso ordenamento jurídico.

Vale dizer: os provimentos jurisdicionais, por definição, devem ser plenos. Esse é o padrão do nosso sistema constitucional, que consagra o princípio do acesso à justiça. A tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada ao direito material afirmado por seu pretenso titular.

Da mesma forma que seria materialmente inconstitucional – exceção feita, naturalmente, às regras de prescrição, que têm por objetivo trazer estabilidade às relações jurídicas – fixar lapso temporal para a propositura de ações em que se busque anular decisões de rejeição de contas, ou vedar, nesses casos, o deferimento de provimentos de urgência, parece-nos também inconstitucional restringir os efeitos do provimento de urgência, no que se refere à elegibilidade do titular, à propositura da ação em data anterior à convenção partidária.

Atentos à necessidade de estabelecimento de regra que exteriorize a impossibilidade fático-material de extensão dos efeitos do provimento cautelar, propomos a substituição da expressão “em data anterior à sua escolha em convenção” por “até a data limite para registro de candidaturas”, constante na parte final da alínea g do inciso I do art. 1º da LC 64/90.

Essa modificação, pois, não cuida de restringir o deferimento de medidas liminares, mas apenas de fixar legalmente a data que, por imperativo temporal, o provimento jurisdicional deferido não prejudicaria o pleito eleitoral em curso.

Por fim, com o objetivo de uniformizar os prazos de inelegibilidade, e considerando-se que não há critério científico para que na alínea g do inciso I do art. 1º o prazo de inelegibilidade seja de cinco anos e no inciso XIV do art. 22, em contradição com seu complemento, a alínea d do inciso I do art. 1º seja de seis anos, ao passo que nas demais é de quatro anos, propomos a sua modificação, para que se harmonize com os demais dispositivos.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, com as cinco emendas a seguir:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Substitua-se a expressão “em decisão de segunda ou única instância” por “em decisão que tenha esgotado a competência dos órgãos previstos no art. 118 da Constituição Federal, ainda que haja recurso interposto para o Supremo Tribunal Federal” contida na alínea “d” inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, na redação pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Substitua-se a expressão “em data anterior à sua escolha em convenção” por “até a data limite

para registro de candidaturas”, constante da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, na redação proposta pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar.

EMENDA Nº 3 – CCJ

Substitua-se o vocábulo “cinco” por “quatro”, constante da alínea g do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, na redação proposta pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Dê-se ao inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990, na proposta do PLS nº 390, de 2005 – Complementar, a seguinte redação:

XIV – julgada procedente, a qualquer tempo, a representação, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade, para as eleições a se realizarem nos quatro anos seguintes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou do diploma do candidato diretamente beneficiado pelo uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou de autoridade ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, determinando a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e processo-crime, como também à autoridade fiscal ou ao tribunal de Contas competente para instauração dos processos cabíveis sem prejuízo de quaisquer outras providências que a espécie comportar.

EMENDA Nº 5 – CCJ

Acresça-se ao art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990, na forma proposta pelo PLS nº 390, de 2005 – Complementar, o parágrafo segundo, renumerando-se para primeiro o atual parágrafo único:

“Art. 22.
.....

§ 2º As sanções decorrentes do julgamento de procedência da representação de que trata este artigo serão aplicadas imediatamente após o esgotamento da competência dos órgãos previstos no art. 118 da Constituição Federal, ainda que haja recurso interposto para o Supremo Tribunal Federal. (NR)”.

Sala da Comissão, 22 de fevereiro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PUS Nº 390 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATOR: <i>[Handwritten Signature]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>[Handwritten Signature]</i>
CÉSAR BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Handwritten Signature]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Handwritten Signature]</i>	6- TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾ <i>[Handwritten Signature]</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLY <i>[Handwritten Signature]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>[Handwritten Signature]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Handwritten Signature]</i>	6-MOZARILDO CAVALCÁNTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA <i>[Handwritten Signature]</i>
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ <i>[Handwritten Signature]</i>	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PERES <i>[Handwritten Signature]</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO
Nº 4, DE 7 DE JUNHO DE 1994

Altera o § 9º do art. 14 da Constituição Federal.

.....
Voto em Separado do Senador Siba Machado apresentado perante a Comissão de Constituição e Justiça

A matéria em epígrafe foi submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na reunião do dia 14 de fevereiro próximo passado, quando, ainda, se encontrava o Congresso Nacional em funcionamento extraordinário.

É sabido que a proposição em análise compôs de um rol de anteprojatos elaborados por uma comissão de juristas e técnicos em administração pública, colegiado esse instituído por portaria do então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o insigne Ministro Carlos Mário Velloso.

Essa proposição, cuja autoria foi assumida pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, é, portanto, fruto do trabalho de estudiosos da matéria. Por isso deve ser levada em alta consideração, o que, todavia, não exige a Comissão de Constituição e Justiça de exercer sua competência de opinar, com o devido zelo, sobre a sua constitucionalidade, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno.

Poderia parecer ousadia um senador, leigo em assuntos jurídicos, pedir vista dessa matéria, à guisa de analisá-la sob o enfoque de sua constitucionalidade. Mais que isso, poderia o uso dessa faculdade regimental parecer uma manobra procrastinatória.

Outro, entretanto, é o meu propósito. O Ministro Gilmar Mendes, atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, traduziu do alemão uma obra jurídica chamada “A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição”, de autoria do jurista Peter Háberle (Porto Alegre: Fabris, 1997), que dá suporte a minha posição

de querer discutir a constitucionalidade de aspectos da matéria.

– Diz Háberle que “todo aquele que vive no contexto regulado por uma norma e que vive com este contexto é, indireta ou, até mesmo diretamente, um intérprete dessa norma. O destinatário da norma é participante ativo, muito mais ativo do que pode se supor tradicionalmente, do processo hermenêutica”. Adita ele: no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculados todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sendo possível estabelecer-se um elenco cerrado ou fixado com ‘*numerus clausus*’ de intérpretes da Constituição” (obra citada, p. 13). Logo, a interpretação constitucional só pode ser levada a efeito, tendo em vista a esfera pública e a realidade constitucional, não sendo possível ignorar o papel do cidadão e das demais potências públicas na interpretação da Lei Maior.

O eminente jurista alemão destaca, nessa linha, a relevância do processo político nesse método de apuração da verdade constitucional. Para Háberle o legislador também possui de um poder de conformação, assim como o juiz, constitucional. A diferença existente se situa no plano qualitativo, ou seja, ao juiz é assegurado um espaço na interpretação cujos limites decorrem de argumentos de índole técnica, embora essa não esteja subtraída do legislador. Todavia, sob o prisma quantitativo, não existiria, segundo o autor, diferença fundamental entre as duas situações. Vale transcrever suas palavras:

“O muitas vezes referido processo político, que, quase sempre, é apresentado como uma sub-espécie de processo livre em face da interpretação constitucional, representa, constitucione lata e de fato, um elemento importante – mais importante do que se supõe geralmente – da interpretação constitucional, (política como interpretação constitucional). Esse processo político não é eliminado da Constituição, configurando antes um elemento vital ou central no mais puro sentido da palavra: ele deve ser comparado a um motor que impulsiona esse processo. Aqui, verificam-se o movimento, a inovação, a mudança, que também contribuem para o fortalecimento e para a formação do material da interpretação constitucional a ser desenvolvida posteriormente. Esses impulsos são, portanto, parte da interpretação constitucional, porque, no seu quadro, são criadas realidades públicas e, muitas vezes, essa própria realidade é alterada sem que a mudança seja perceptível”.

E conclui Häberle: “não existe apenas a política por meio da interpretação constitucional, mas também a interpretação constitucional por meio da política” (p. 26)

Assim, mesmo não tendo formação jurídica, sinto-me confortável e no dever, como agente político, de tecer as considerações que julgo pertinentes em relação à matéria. Mais do que isso, julgo ser meu dever sustentar meus pontos de vista sobre as inconstitucionalidades que vejo na proposição, por força de compromisso regimental, nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Interno.

Penso que a expressão “em decisão de segunda ou única instância”, constante da nova redação que se pretende dar à alínea “d” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, é incompatível com o princípio da presunção de inocência, assegurado pelo inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal.

Diz o referido dispositivo constitucional que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. A atual redação da alínea “d” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 está em consonância com o mandamento constitucional. Dispõe a referida norma legal que são inelegíveis “os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes” (negritos nossos).

Há, dentre os que se manifestam a favor da alteração, os que argumentam que a garantia esculpida no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal diz respeito tão-somente a condenações penais previstas na legislação criminal comum.

Com o devido respeito, essa interpretação não merece prosperar. Em primeiro lugar, é de se registrar que a hermenêutica constitucional, há muito, prestigia o método de interpretação extensiva em matéria relativa a garantias fundamentais individuais. É o que explica, por exemplo, o acatamento, pela jurisprudência dos tribunais, da ampliação do direito de alguém permanecer calado, para não se auto-incriminar, se estiver na iminência de sofrer constrangimento, quando a cláusula constitucional que dá guarida à auto-defesa faz referência apenas ao “preso” (art. 5º, inciso LXIII, CF).

Nessa mesma esteira, convém lembrar que a Lei nº 8.429, de 1992, que “dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, estabelece, em seu art. 20 que

“a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória”, sendo desnecessário lembrar, neste caso, tratar-se, aqui de sentença condenatória em matéria que não é de natureza penal.

Não bastasse isso, há que se consignar que abuso de poder econômico ou político é gênero de conduta ilícita que encontra na legislação eleitoral e outros diplomas penais extravagantes tipificações específicas para comportamentos socialmente reprováveis e, como tais, considerados delituosos.

É o que se verifica nos arts. 299, 302, 303, 304 e 334, do Código Eleitoral, todos eles pertinentes a crimes eleitorais por abuso de poder econômico, sem prejuízo das tipificações constantes da Lei nº 8.137, de 1990. Nos arts. 300 e 305, também do Código Eleitoral, encontramos modalidades de crimes por abuso de poder político.

Na Lei nº 4.898, de 1965, há expressa menção ao abuso de autoridade, por atentado “aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto” (art. 30, letra “g”), sujeitando-se o autor a sanção penal, nos termos do § 3º do seu art. 6º.

Como se vê, portanto, é tarefa inexecutável desvincular o conceito de abuso de poder econômico ou político de um enquadramento na legislação penal. Daí a necessidade de consideração da garantia constitucional supracitada.

Acrescente-se que a decretação de inelegibilidade, vale dizer, a perda de legitimação eleitoral passiva, é medida que importa subtração de direito político, ou seja, mitigação da cidadania, que constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, nos termos do art. 1º, inciso II, da Constituição Federal. Não foi por outro motivo que o legislador constituinte, atento, certamente, às reflexões de Aristóteles sobre a pena de ostracismo para os econômica e politicamente mais influentes nas democracias (ver Livro 3º, Capítulo VIII de A Política), julgou necessário, na aplicação da pena de suspensão ou perdimento de direitos políticos, por ocorrência de delito, o trânsito em julgado de condenação criminal, consoante o disposto no art. 15, inciso III, da Constituição Federal.

Assim, concordo com a modificação na alínea “d”, do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, no sentido de se elevar a carência de elegibilidade para quatro anos, mas não posso concordar com a supressão da garantia constitucional de presunção de inocência, até trânsito em julgado da sentença condenatória.

Por iguais razões, manifesto-me favorável à elevação do período de inelegibilidade, na alínea “e” do mesmo dispositivo, mas defendendo a manutenção

do princípio de presunção de inocência, pelos motivos já expostos.

Na alínea “g”, do mesmo art. 1º, do inciso I, devem ser consideradas modificações que assegurem a observância da já mencionada garantia constitucional, articulada à sindicabilidade judicial das decisões dos tribunais de contas.

A mesma necessidade de guardar a Constituição me leva a objetar a nova redação dada à alínea “h” do inciso I do art. 1º, bem como o inciso XIV do art. 22 e a alínea “j” que se quer acrescentar ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. No caso da alínea “j”, como já dissemos, até mesmo a lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992), assegura que a decretação de perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só terão seus efeitos após transito em julgado de sentença condenatória (art. 20). Aqui a inovação que se pretende dar à Lei de Inelegibilidades precisa ser ajustada ao que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa.

Por tais motivos, voto pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “d” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“d) os que tenham contra a sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrerem ou tenham sido diplomados e para as que se realizarem até quatro anos seguintes à decisão (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “e” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“e) os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crimes eleitorais, contra a economia popular, a ordem tributária, o mercado financeiro, a lavagem de dinheiro, a fé pública, a administração pública, bem assim pelo tráfico de entorpecentes ou por qualquer outro crime a que se atribua pena máxima não inferior a dez anos, desde a condenação até quatro anos após o cumprimento da pena – (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados da data da decisão, salvo se a questão estiver submetida à apreciação do Poder Judiciário, por ação proposta em data anterior à sua escolha em convenção (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“XIV – julgada procedente a representação, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, com mando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos seis anos seguintes à eleição em que se verificou, além de imediata cassação do registro ou do diploma do candidato diretamente beneficiado pelo uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou de autoridade ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, determinando a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração do processo disciplinar se for o caso, e processo-crime, como também à autoridade fiscal ou ao Tribunal de Contas competente para instauração dos processos cabíveis sem prejuízo de quaisquer outras providências que a espécie comportar (NR);”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à alínea “j” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 a seguinte redação:

“j) os que forem condenados, com sentença transitada em julgado, pela prática de ato de improbidade administrativa, em virtude de conduta dolosa, desde a condenação até quatro anos após o trânsito em julgado (NR).”

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2006. – Senador **Siba Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com relação ao **Parecer nº 188, de 2006**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar**, de autoria do Senador Renan Ca-

lheiros e outros Srs. Senadores, que *altera os arts. 1º e 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais.)*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 240, DE 2006

Senhor Presidente,

O Senador Gerson Camata, requerer nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal e, de acordo com as tradições da Casa, seja apresentada a família do Senhor Vicente Lorenzon, os votos de pesar pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006, – Senador, **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 241, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho de Azevedo, primeiro crítico de gastronomia da imprensa carioca, ocorrido no dia 7 de março de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho de Azevedo, primeiro crítico de gastronomia da imprensa carioca.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do jornalista e à direção do **Jornal do Brasil**.

Justificação

O jornalista Roberto Marinho de Azevedo, o conhecido “Apicius”, pseudônimo que adotou em suas crônicas, foi o primeiro crítico de gastronomia do Rio. Durante duas décadas, seus artigos foram publicados no **Jornal do Brasil** e eram apreciados porque, ao lado das informações gastronômicas, tinham o sabor de crônicas literárias ilustradas. O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação de Roberto Marinho de Azevedo a essa área do jornalismo.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 242, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado ao Presidente do Banco Central do Brasil o encaminhamento das seguintes informações:

– Relação de todos os títulos emitidos no exterior pelos bancos BMG e Banco Rural, com a identificação dos respectivos agentes, emitentes e valores, no período de 2000 até a presente data;

– informar se o montante dos títulos emitidos no exterior por cada um dos bancos por ano é compatível com a limitação de alavancagem dos bancos nos respectivos períodos.

Justificação

Segundo propaganda publicada no Jornal o Globo de 23 de dezembro de 2005, em anexo, o banco BMG teria emitido títulos no exterior, de médio e longo prazo, no valor de U\$500 milhões, no ano de 2005. Ainda segundo a propaganda, o BMG teria marcado história ao se tornar o primeiro banco do seu porte e da sua categoria a acessar o mercado de capitais internacionais com emissão de volumes tão expressivos e a prazos tão longos.

Causa estranheza a emissão de títulos dessa magnitude pelo Banco BMG, na medida em que o banco até pouco tempo antes da operação atravessava uma grave crise financeira como é do conhecimento público.

No final de 2004, o banco chegou ao ponto de suspender as operações de concessão de crédito consignado, uma de suas principais atividades financeiras.

Com relação ao Banco Rural, existem informações de que a instituição também operava no mercado de capitais internacional. Cumpre lembrar que o Banco Rural vem sendo investigado pela CPMJ dos Correios em virtude de existirem fortes indícios de irregularidades em transações financeiras realizadas com o senhor Marcos Valério Fernandes de Souza, publicitário conhecido como operador do mensalão.

O desenvolvimento dos trabalhos da sub-relatoria de fundos de pensão da CPMJ dos Correios também chegou à conclusão de que os fundos de pensão do governo

investiram quantia significativas na compra de títulos dos bancos Rural e BMG, o que torna imperioso conhecer os compradores dos títulos emitidos no exterior.

Diante do exposto, torna-se necessário colher junto ao Banco Central as informações solicitadas no presente requerimento, a fim de que sejam obtidas informações acerca das operações de compra e venda de títulos no exterior realizados pelos bancos Rural e BMG, uma vez que as instituições são objeto de investigação no âmbito da CPMI dos Correios, em decorrência de concessão de empréstimos, supostamente fraudados, ao PT com a finalidade de financiamento do projeto político do partido.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – **Álvaro Dias**. Senador.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União, Dr. Waldir Pires, informações sobre as denúncias veiculadas no sítio de informação “FonteBrasil.com.Br”, de 17 de outubro de 2005, intitulado “CGU confirma rombo de 7,8 milhões nos cofres da Prefeitura de Boa Vista”. Requeiro ainda informações sobre quais as providências adotadas pela Controladoria Geral sobre o assunto.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 244, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento de Honorina Tavares de Albuquerque, ocorrido em janeiro deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no último mês de janeiro, da SRA. Honorina Tavares de Albuquerque, mãe do ex-Deputado Federal Edme Tavares.

Requeiro também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O presente voto de pesar se justifica pela vida que dedicou à família a minha querida amiga Honorina. Seu desaparecimento será profundamente sentido. Dona Honorina era mãe do ex-deputado federal Edme Tavares, a quem, em especial, transmito um abraço de solidariedade.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio** – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 245, DE 2006

Nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado, apresento este Requerimento de Informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento solicitando esclarecimentos acerca do Investimento Público de 2005, nos seguintes termos:

Requerimento de Informações sobre o Investimento Público de 2005

a) Qual foi o valor liquidado do investimento público aprovado no orçamento de 2005?

b) Qual foi a execução mensal do investimento público do orçamento de 2005?

c) Se todo o investimento público liquidado de 2005 tivesse sido efetivamente pago no ano passado, qual seria o superávit primário do governo federal de 2005?

d) Os investimentos liquidados de 2005 e não pagos deverão ser pagos em 2006 na forma de restos a pagar. De que forma o não pagamento desses investimentos afetam o investimento aprovado para este ano?

Justificação

O Ministério do Planejamento divulgou em Janeiro que o investimento público liquidado no ano passado foi de R\$7,9 bilhões. Esse valor representaria o investimento efetivo do orçamento de 2005.

O Tesouro Nacional, por sua vez, utilizando os dados do SIAFI, divulgou que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões; um valor de quase R\$10 bilhões superior ao dado divulgado pelo Ministério do Planejamento em Janeiro.

No entanto, os mesmos dados do SIAFI mostram que se o investimento liquidado do orçamento de 2005 foi de R\$17,3 bilhões, o valor pago foi de apenas R\$5,8 bilhões; o que significa que R\$11,4 bilhões de investimento feito no ano passado ficaram para serem pagos este ano.

Portanto, faz-se necessário que tais informações aparentemente incoerentes sejam esclarecidas, assim como sua repercussão sobre o investimento público previsto para o ano de 2006.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Tasso Jereissati**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 246, DE 2006

Nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado, apresento este Requerimento de Informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda solicitando esclarecimentos acerca do Investimento Público de 2005, nos seguintes termos:

Requerimento de Informações sobre o Investimento Público de 2005

a) Qual foi o valor liquidado do investimento público aprovado no orçamento de 2005?

b) Qual foi a execução mensal do investimento público do orçamento de 2005?

c) Se todo o investimento público liquidado de 2005 tivesse sido efetivamente pago no ano passado, qual seria o superávit primário do governo federal de 2005?

d) Os investimentos liquidados de 2005 e não pagos deverão ser pagos em 2006 na forma de restos a pagar. De que forma o não pagamento desses investimentos afetam o investimento aprovado para este ano?

Justificação

O Ministério do Planejamento divulgou em Janeiro que o investimento público liquidado no ano passado foi de R\$7,9 bilhões. Esse valor representaria o investimento efetivo do orçamento de 2005.

O Tesouro Nacional, por sua vez, utilizando os dados do SIAFI, divulgou que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões; um valor de quase R\$ 10 bilhões superior ao dado divulgado pelo Ministério do Planejamento em Janeiro.

No entanto, os mesmos dados do SIAFI mostram que se o investimento liquidado do orçamento de 2005 foi de R\$17,3 bilhões, o valor pago foi de apenas R\$ 5,8 bilhões; o que significa que R\$11,4 bilhões de investimento feito no ano passado ficaram para serem pagos este ano.

Portanto, faz-se necessário que tais informações aparentemente incoerentes sejam esclarecidas, assim como sua repercussão sobre o investimento público previsto para o ano de 2006.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Tasso Jereissati**.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2006

Acrescenta a alínea h, ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 passa a vigor acrescido da seguinte alínea:

“Art. 8º

.....

II –

.....

h) ao pagamento da contribuição social prevista na alínea b, do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, referente a seus empregados domésticos.

..... (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto no art. 1º e o considerará na estimativa de receita da lei orçamentária relativa ao exercício em que se deva iniciar a aplicação do benefício, a fim de cumprir o disposto nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O benefício tributário de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao ano de sua publicação.

Justificação

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), no ano de 2004, revelam que, do universo de trabalhadores urbanos brasileiros, 35% não tem a carteira de trabalho assinada. No entanto, ao tomar como referência apenas os trabalhadores domésticos, a informalidade supera 74%.

Esse inaceitável desnível obriga o Estado brasileiro a adotar medidas urgentes que estimulem a formalização das relações de trabalho doméstico.

É verdade que a solução para o problema demanda políticas complexas e profundas alterações na legislação trabalhista. Nossa proposta representa apenas um primeiro passo, que, de forma simples, visa desonerar o empregador doméstico dos ônus decorrentes da formalização, compensando-o pelo cumprimento de suas obrigações.

Para tanto, propõe-se que as despesas previdenciárias a cargo do empregador doméstico possam ser deduzidas da base de cálculo do imposto de renda por ele devido como pessoa física. Dessa forma, seus gastos com a previdência social de seus empregados (principal empecilho à formalização) servirão para reduzir os débitos relativos ao imposto de renda.

Cumpramos ressaltar que o próprio Governo se beneficiará da medida. Sabe-se que parte do déficit previdenciário decorre exatamente do baixo número de contribuintes, incapaz de fazer face às elevadas despesas com os atuais aposentados e pensionistas. O ingresso de uma grande leva de trabalhadores domésticos no Regime Geral de Previdência Social representará, sem sombra de dúvida, importante alívio em suas contas.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

§ 2º O disposto na alínea a, do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I – receitas da União;

II – receitas das contribuições sociais;

III – receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; (Vide Lei nº 11.098, de 2005) (Vide Lei nº 11.196, de 2005) (Regulamento)

b) as dos empregadores domésticos;

c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição; (Vide Lei nº 11.098, de 2005) (Vide Lei nº 11.196, de 2005) (Regulamento)

d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

SEÇÃO II
Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2006

Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 373-B:

“Art. 373-B. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Parágrafo único. Quando a confirmação ou o início da gravidez ocorrer durante o período de aviso prévio, indenizado ou não, a empregada será reintegrada, a partir da notificação do fato ao empregador, e os valores

eventualmente recebidos a título de indenização serão descontados em parcelas mensais não superiores a trinta por cento do salário líquido percebido.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988, na alínea *b*, inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vedou a dispensa arbitrária ou sem justa causa das empregadas gestantes, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Trata-se de uma norma que, mais do que proteger as gestantes, pretende assegurar um período de tranqüilidade para a trabalhadora, com reflexos na saúde do nascituro e na harmonia da convivência familiar, necessária para o pleno desenvolvimento do feto.

Algumas questões, entretanto, não ficam claramente definidas à luz do texto constitucional. É o caso, por exemplo, da gestante que vê confirmada sua gravidez quando já foi dispensada injustificadamente e está cumprindo o prazo de aviso prévio ou recebeu indenização pelo período correspondente a esse prazo. A jurisprudência não é tranqüila e os tribunais precisam decidir, diante de casos concretos, se a trabalhadora tem direito ou não a essa garantia de emprego, com reintegração ou indenização.

Nossa proposição pretende sanar eventuais dúvidas sobre o tema. Nesse sentido, estamos propondo a inclusão de norma no texto celetista que traga expressa previsão no sentido de que a empregada gestante, que tiver confirmada a sua gestação no período de aviso prévio em cumprimento ou no período projetado em função da indenização recebida, seja reintegrada à sua relação de emprego. Nessa hipótese, ela possivelmente terá recebido parcelas indenizatórias que, em nosso entendimento, podem ser devolvidas parceladamente, mediante deduções no salários, não superior a trinta por cento dos valores recebidos.

Com isso pretendemos evitar prolongadas discussões judiciais, com soluções tardias, em prejuízo dos efeitos positivos objetivados pela legislação vigente. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares, durante a tramitação da matéria. Façamos justiça para com as empregadas gestantes que podem não usufruir de um direito fundamental por uma questão apenas de dias.

Sala das Sessões, em 8 de março de 2006 – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

I – fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, **caput** e § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;

II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

§ 1º Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

§ 2º Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.

§ 3º Na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1 DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 373. A duração normal de trabalho da mulher será de oito horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

(À Comissão de Assuntos Sociais – em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2006

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; 4.771, de 15 de setembro de 1965; 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 10.

§ 4º O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), nos termos do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal”.

Art. 2º O art. 58 da Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 58.

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa alterar a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que versa sobre gestão de florestas públicas, que foi, parcialmente, sancionada pelo Presidente da República.

Cumprido ressaltar que a matéria quando tramitou no Congresso Nacional, em Sessão Legislativa Extraordinária, foi submetida a uma discussão bem limitada, dada a abrangência e o impacto da norma a ser criada. Num debate afofoado, mas que a base governista fez por acelerar sua apreciação com os argumentos de imprescindibilidade, necessidade, ur-

gência e modernidade no que estava proposto. Além disso, afiançou à sociedade a garantia de ampla e coordenada execução deste novo paradigma de gestão de florestas, que, diga-se de passagem, está longe de ser consensual no mundo inteiro, tanto como norma, tanto como modelo de gerenciamento.

E, ainda assim, na sanção da Lei, houve o governo por entender da dispensa de mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional. Os dispositivos que pretendemos retomar do texto original não são um luxo ou um abuso de prerrogativas e de poder. Suas relocalizações são o restabelecimento de um dever, de uma obrigação, para o Poder Legislativo.

O art. 1º deste instrumento visa a re-inserir o § 4º ao art. 10 da referida lei determinando que a concessão de florestas públicas que tenha área superior ao 2,5 mil hectares seja, obrigatoriamente, submetida ao Congresso Nacional. Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão destas áreas, a fim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões.

Já o art. 2º, aqui proposto, restabelece que cabe ao Senado Federal aprovar a nomeação dos membros e do Diretor-Geral do Conselho Diretor do SFB – Serviço Florestal Brasileiro, como era no texto original na referida lei.

É muito importante e imprescindível que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão das florestas públicas, pois se trata de relevante interesse de toda a humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no país e a nós cabe o dever de preservá-las.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; Institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

SEÇÃO II

Do Plano Anual de Outorga Florestal

Art. 10. O Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF, proposto pelo órgão gestor e definido pelo poder concedente, conterá a descrição de todas as florestas públicas a serem submetidas a processos de concessão no ano em que vigorar.

§ 1º O Paof será submetido pelo órgão gestor à manifestação do órgão consultivo da respectiva esfera de governo.

§ 2º A inclusão de áreas de florestas públicas sob o domínio da União no Paof requer manifestação prévia da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º O Paof deverá ser previamente apreciado pelo Conselho de Defesa Nacional quando estiverem incluídas áreas situadas na faixa de fronteira definida no § 2º do art. 20 da Constituição Federal.

§ 4º (VETADO)

Art. 58. O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão brasileiros, de reputação ilibada, experiência comprovada e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados.

§1º(VETADO)<https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Msg/Vep/VEP-124-06.htm>

§ 2º O regulamento do SF8 disciplinará a substituição do Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares e ainda no período de vacância que anteceder à nomeação de novo diretor.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e à de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**AVISOS
DE MINISTROS DE ESTADO**

– Nº 1.443/2005, de 27 de dezembro último, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando esclarecimentos referentes ao

Requerimento nº 1.169, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos;

– Nº 1.444/2005, de 27 de dezembro último, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando esclarecimentos referentes ao Requerimento nº 1.293, de 2005, do Senador Delcídio Amaral;

– Nº 6/2006, de 8 de fevereiro último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.252, de 2005, do Senador Papaléo Paes;

– Nº 23/2006, de 7 de fevereiro último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.414, de 2005, do Senador Heráclito Fortes;

– Nº 135/2006, de 9 de fevereiro último, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.300, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros; e

– Nº 64, de 23 de fevereiro último, do Ministro da fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 73, de 2006, do Senador Gilvam Borges

**AVISOS
DO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

– Nº 25/2006, de 25 de janeiro último, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.243, de 2005, do Senador José Agripino;

– Nº 216/2006, de 16 de fevereiro último, comunicando as providências tomadas referentes ao Requerimento nº 45, de 2006, da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Antero Paes de Barros (redução a termo dos Requerimentos nº 45, de 2006, e 20, de 2006);

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações e os esclarecimentos foram encaminhados, em cópia, aos Requerentes.

Os **Requerimentos nºs 20 e 45, de 2006**, aguardarão na Secretaria-Geral da Mesa as informações.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**OFÍCIOS
DE MINISTROS DE ESTADO**

– Nº 7/2006, de 14 de fevereiro último, do Ministro da Cultura, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.302, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros;

- Nº 13/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.324, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros;
- Nº 14/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.097, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro;
- Nº 16/2006, de 13 de fevereiro último, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 310, de 2004, do Senador Augusto Botelho; e
- Nº 315/2006, de 1º do corrente, da Ministra do Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.041, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O **Requerimento nº 310, de 2004**, está à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos aos estudantes beneficiados com a bolsa parcial do ensino médio privado*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 6 de março de 2006, e publicou em 7 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 284, de 2006**, que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 8.212, de 24 de julho de 1991*.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Álvaro Dias (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4. vago

Eduardo Azeredo(PSDB) 5.vago

PMDB

Ney Suassuna 1. Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio 2. Valdir Raupp
Gerson Camata 3. vago

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT) 1. vago
Sibá Machado (PT) 2. vago
Antônio Carlos Valadares (PSB) 3. vago

PTB

Mozarido Cavalcanti 1. Sérgio Zambiasi

PDT*

Osmar Dias 1. vago

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana 1. Iara Bernardi
Colombo 2. João Grandão

PMDB

Wilson Santiago 1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho 2. Asdrúbal Bentes

Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia 1. Kátia Abreu
Roberto Brant 2. Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Júnior 1. Bismarck Maia

PP

Mário Negromonte 1. Benedito de Lira

PTB

José Múcio Monteiro 1. Ricarte de Freitas

PL

Luciano Castro 1. Almir Sá

PSB

Renato Casagrande 1. Dr. Ribamar Alves

PDT

Miro Teixeira 1. Álvaro Dias

PSC*

Pastor Amarildo 1. Zequinha Marinho

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **7-3-2006**
- Designação da Comissão: **8-3-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **9-3-2006**
- Emendas: **até 13-3-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **7-3-2006 a 20-3-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **20-3-2006**
- Prazo na CD: **de 21-3-2006 a 3-4-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **3-4-2006**
- Prazo no SF: **de 4-4-2006 a 17-4-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **17-4-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 18-4-2006 a 20-4-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **21-4-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **5-5-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Senhor Presidente da República adotou, em 6 de março de 2006, e publicou em 7 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 285, de 2006**, que *dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.*

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Sérgio Guerra (PSDB)	1.Álvaro Dias (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.Flexa Ribeiro (PSDB)
Jonas Pinheiro (PFL)	3.Leonel Pavan (PSDB)
César Borges (PFL)	4.José Jorge (PFL)
Demóstenes Torres(PFL)	5.Rodolpho Tourinho (PFL)

PMDB

Ney Suassuna	1.Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	2.Valdir Raupp
Gerson Camata	3.vago

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT)	1.vago
----------------------	--------

Sibá Machado (PT)	2.vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3.vago

PTB

Mozarido Cavalcanti	1.Sérgio Zambiasi
---------------------	-------------------

P-SOL*

Heloísa Helena	1.vago
----------------	--------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	1.Iara Bernardi
Colombo	2.João Grandão

PMDB

Wilson Santiago	1.Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2.Asdrúbal Bentes

Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	1.Kátia Abreu
Roberto Brant	2.Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Júnior	1.Bismarck Maia
---------------	-----------------

PP

Mário Negromonte	1.Benedito de Lira
------------------	--------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1.Ricarte de Freitas
---------------------	----------------------

PL

Luciano Castro	1.Almir Sá
----------------	------------

PSB

Renato Casagrande	1.Dr. Ribamar Alves
-------------------	---------------------

PDT

Miro Teixeira	1.Álvaro Dias
---------------	---------------

PMR*

José Divino	1.vago
-------------	--------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **7-3-2006**
- Designação da Comissão: **8-3-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **9-3-2006**
- Emendas: **até 13-3-2006** (7º dia da publicação)

- Prazo final na Comissão: **7-3-2006 a 20-3-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **20-3-2006**
- Prazo na CD: **de 21-3-2006 a 3-4-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **3-4-2006**
- Prazo no SF: **de 4-4-2006 a 17-4-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **17-4-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **18-4-2006 a 20-4-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **21-4-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **5-5-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2006-CN

Mensagem nº 17, de 2006-CN
(Nº 129/2006, na origem)

Altera o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art.74.

.....

VI – investimentos e inversões financeiras.

Parágrafo único. As despesas descritas nos incisos II a VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) dos respectivos montantes previstos no projeto de lei orçamentária, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 129

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o texto do projeto de lei que “Altera o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências”.

Brasília, 2 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 16/2006–MP

Brasília, 1º de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. A Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências, estabeleceu no art. 74 as despesas que poderiam ser executadas se o Projeto de Lei Orçamentária de 2006 não fosse sancionado até 31 de dezembro de 2005.

2. Assim, a execução de despesas até a sanção da Lei Orçamentária de 2006, de acordo com o referido art. 74, somente será admitida em relação:

a) a despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção “I” do Anexo I da Lei nº 11.178, de 2005;

b) a bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes, de residência médica e do Programa de Educação Tutorial – PET;

c) ao pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

d) a despesas com a realização do processo eleitoral de 2006 constantes de programação específica; e

e) a outras despesas correntes de caráter inadiável e relevante.

3. Acrescente-se que o parágrafo único do mencionado ai. 74 dispõe que a execução das despesas relacionadas no item anterior, exceto as que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, está limitada a 1/12 (um doze avos) do valor de cada dotação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2006, PLO – 2006, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

4. Todavia, na execução das autorizações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, atendidos os requisitos lá fixados, tem sido observados diversos impedimentos à sua plena utilização. A fixação de um doze avos do valor de cada dotação prevista no PLO – 2006 limita sobremaneira a apropriação de empenhos com valor global definido, de caráter inadiável e relevante para a administração, como no caso de aquisições de insumos, produtos alimentares e hospitalares, o que em casos externos tomaria iminente o fracionamento dos processos de aquisição, gerando custos mais elevados para a administração pública.

5. Além disso, a ausência de autorização para execução de despesas de capital, classificadas nos grupos de natureza de despesa “4–Investimentos” e “5–Inversões Financeiras, na antevigência da Lei Orçamentária de 2006, tem impedido a continuidade da execução de importantes ações, trazendo sérios transtornos à população, e, inclusive, vislumbra-se prejuízos ao Erário pela necessidade de paralisação das obras correspondentes.

6. Dessa forma, toma-se necessária a alteração do aludido art. 74 para que seja estendida a autorização para execução de outras despesas correntes à totalidade deste grupo de despesa e incluída a autorização para a realização de despesas de capital.

7. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei, em anexo, que “Altera o ai. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.”

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 74. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2005, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I – despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção “I” do Anexo V desta Lei;

II – bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes, de residência médica e do Programa de Educação Tutorial PET;

III – pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV – despesas com a realização do processo eleitoral de 2006 constantes de programação específica; e

V – outras despesas correntes de caráter inadiável e relevante.

Parágrafo único. As despesas descritas nos incisos II a V deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do vaiar de cada dotação prevista no projeto de

lei orçamentária, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

ANEXO V

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2006

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

I) DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO:

1. Alimentação Escolar (Medida Provisória nº 2.178–36, de 24/8/2001);

2. Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 a 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais (Lei nº 10.836, de 9/1/2004);

3. Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

4. Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do – Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

5. Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

6. Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores – HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);

7. Benefícios do Regime Geral da Previdência Social;

8. Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador (Medida Provisória nº 2.16441, de 24/8/2001);

9. Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 12/8/1997);

10. Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais (Lei nº 9.445, de 14/3/1997);

11. Contribuição à Previdência Privada;

12. Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (Lei Complementar nº 61, de 26/12/1989);

13. Dinheiro Direto na Escola (Medida Provisória nº 2.178–36, de 24-8-2001);

14. Equalização de Preços e Taxas no Âmbito das Operações Oficiais de Crédito e Encargos Financeiros da União;

15. Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES (art. 239, § 1º, da Constituição);

16. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (art. 60 do ADCT);

17. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) – (Lei nº 9.096, de 19-9-1995);

18. Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Emenda Constitucional nº 14, de 1996);

19. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para a Saúde da Família – SUS (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

20. Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica – PAB, para Assistência Farmacêutica Básica (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

21. Incentivo Financeiro aos Municípios e ao Distrito Federal Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para Ações de Vigilância Sanitária (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

22. Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle das Doenças (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

23. Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade – Agropecuária – Proagro, incidentes a partir da vigência da Lei nº 8.171, de 11 de janeiro de 1991;

24. Pagamento do Benefício Abono Salarial (Lei nº 7.998, de 11-1-1990);

25. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa – LOAS (Lei nº 8.742, de 7-12-1993);

26. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência – LOAS (Lei nº 8.742, de 7-12-1993);

27. Pagamento do Seguro-Desemprego (Lei nº 7.998, de 11-1-1990);

28. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Lei nº 10.779, de 25-11-2003);

29. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico (Lei nº 10.208, de 23-3-2001);

30. Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 9-1-2004);

31. Pessoal e Encargos Sociais;

32. Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;

33. Serviço da dívida;

34. Transferências a Estados e Distrito Federal da Cota-Parte do Salário-Educação (art. 212, § 5º, da Constituição);

35. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Lei Complementar nº 87, de 19-9-1996);

36. Transferências constitucionais ou legais por repartição de receita;

37. Transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9.615, de 4-3-1998 – Lei Pelé);

38. Auxílio-Alimentação (art. 22 da Lei nº 8.460, de 17-9-1992);

39. Auxílio-Transporte (Medida Provisória nº 2.165-36, de 23-8-2001);

40. Concessão de subvenção econômica na aquisição de veículos automotores novos movidos a álcool (Lei nº 10.612, de 23-12-2002);

41. Subvenção econômica aos consumidores finais do sistema elétrico nacional interligado (Lei nº 10.604, de 17-12-2002);

42. Subsídio ao gás natural utilizado para geração de energia termelétrica (Lei nº 10.604, de 17-12-2002);

43. Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 9-7-2003);

44. Complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei Complementar nº 110, de 29-6-2001);

45. Manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira a esse ente para execução de serviços públicos de saúde e educação (Lei nº 10.633, de 27-12-2002);

46. Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Médio e Alto Risco Sanitário Inseridos na Programação Pactuada de Vigilância Sanitária (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

47. Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos Municípios com População Superior a 100 mil habitantes (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

48. Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e – Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

49. Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade (Lei nº 6.179, de 11-12-1974);

50. Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (Lei nº 6.179, de 11-12-1974);

51. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo (Lei nº 10.608, de 20-12-02);

52. Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (de volta pra casa) (Lei nº 10.708, 31-7-2003);

53. Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais (Lei nº 8.142, de 28-12-1990);

54. Bolsa-Educação Especial paga aos dependentes diretos dos trabalhadores vítimas do acidente ocorrido na Base de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18-12-2003);

55. Pagamento de Benefícios de Legislação Especial;

56. Apoio ao Transporte Escolar (Lei nº 10.880, de 09-06-2004);

57. Educação de Jovens e Adultos (Lei nº 10.880, de 09-06-2004);

58. Despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se refere os incisos I, III e V do artigo 12 da Lei nº 9.433/97 (MP nº 165, de 11-02-04); e

59. (Vetado)

.....
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 13/3 Prazo para publicação e distribuição de avulsos;

Até 20/3 Prazo para realização de audiências públicas;

Até 28/3 Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 2/4 Prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 7/5 Prazo para que a Comissão encaminhe à mesa do Congresso parecer sobre o projeto e as emendas.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 4, de 2006 – CN (nº 253-P/TCU, na origem), do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º Trimestre do exercício de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 20/06

Brasília, 8 de março de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Luiz Pontes, como membro titular na Comissão de Assuntos Sociais, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência designa o Sr. Senador Luiz Pontes como titular para compor a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 451 -L-PFL/06

Brasília, 7 de março de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Osório Adriano para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado José Roberto Arruda.

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Há oradores inscritos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador

Mozarildo Cavalcanti. Depois, eu a concederei ao Senador Rodolpho Tourinho e ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a falará de forma intercalada com os oradores inscritos, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está inscrito, na forma do Regimento, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também peço a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a é o segundo inscrito e terá assegurado o uso da palavra, nos termos do Regimento, durante a prorrogação da Hora do Expediente, antes da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário. Em seguida, concederei a palavra ao Senador José Jorge, como primeiro orador inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é o Dia Internacional da Mulher.

Alguns homens pensam que mandam nas mulheres. Na verdade, muito cedo, apreendi que, na verdade, elas é que mandam em nós o tempo todo. Depois que me formei em Medicina e me tornei médico ginecologista e obstetra, convenci-me mais dessa verdade. Passamos nove meses no útero da mãe e, em seguida, vários meses – às vezes anos – sendo amamentados por ela. Quando chegamos à idade adulta,

corremos atrás de uma mulher que tenha semelhança com nossa mãe.

Assim, nada mais justo do que homenagear as mulheres de todo o Brasil neste dia, mas o faço especialmente com relação às mulheres da Amazônia e do meu Estado de Roraima.

Quanto mais pobres o Estado e a família, mais sofre a mulher, mais heroína deve ser ela. Eu, que fiz tantos partos, sei o quanto isso é real. Apesar da homenagem que será feita na sessão solene de amanhã, eu não gostaria de deixar de parabenizar todas as mulheres neste dia.

Sr. Presidente, peço que faça parte integrante do meu pronunciamento uma matéria que explica a origem do Dia Internacional da Mulher, a partir daquele triste acidente ocorrido no ano de 1857, em uma fábrica de Nova Iorque, quando as trabalhadoras iniciaram uma greve, o prédio foi incendiado, e várias delas morreram.

Também peço a transcrição de um artigo publicado hoje no jornal **Correio Braziliense**, que considero muito importante, cujo título é “Dia da Mulher”.

Quero homenagear, especialmente, minha mãe, minha esposa, minhas filhas, minha neta e, obviamente, todas as Senadoras e servidoras do Senado.

Termino meu pronunciamento, lendo o poema “Mulheres”, de Pablo Neruda:

Elas sorriem quando querem gritar.
Elas cantam quando querem chorar.
Elas choram quando estão felizes.
E riem quando estão nervosas.
Elas brigam por aquilo que acreditam.
Elas levantam-se para injustiça.
Elas não levam “não” como resposta
quando
acreditam que existe melhor solução.
Elas andam sem novos sapatos para
suas crianças poder tê-los.
Elas vão ao médico com uma amiga asustada.
Elas amam incondicionalmente.
Elas choram quando suas crianças adoecem e se alegram quando suas crianças ganham prêmios.
Elas ficam contentes quando ouvem sobre um aniversário ou um novo casamento.

Sr. Presidente, deixo registrada minha homenagem às mulheres do Brasil, às da Amazônia e às do meu Estado, Roraima.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Senado da República
 Câmara dos Senadores

Portal da Família

[Início](#)
[Família](#)
[Crianças](#)
[Educação](#)
[Saúde](#)
[Cidadania](#)
[Columistas](#)
[Contato](#)

[Início](#) / [Família](#) / [Educação](#) / [Dia Internacional da Mulher](#)

O dia 8 de Março é, desde 1975, comemorado pelas Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher

Neste dia, do ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas operárias, que recebiam menos de um terço do *salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde, entretanto, se declarara um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.*

Em 1903, profissionais liberais norte-americanas criaram a Women's Trade Union League. Esta associação tinha como principal objetivo ajudar todas as trabalhadoras a exigirem melhores condições de trabalho.

Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque: reivindicaram o mesmo que as operárias no ano de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan "Pão e Rosas", em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas uma melhor qualidade de vida.

Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de Março como "Dia Internacional da Mulher".

[imprimir](#)

Divulgue este artigo para outras famílias e amigos.
www.portaldafamilia.org

Original ilegível fornecido pela Ata.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	08	Mar/06	Opinião	1º	24

VISÃO DO DIA Dia da Mulher

M arcar um dia no calendário dedicado à mulher pode parecer discriminação. Talvez seja. Prova-o a ausência do Dia do Homem. De qualquer forma, 8 de março é oportunidade de avaliar as conquistas do movimento feminista em meio século de luta. Hoje não se imaginam passeatas de mulheres que reivindicam direito ao trabalho ou liberdade de ir e vir. Nem grávidas a desfilar as barrigas pela praia para provar que são donas do próprio corpo. Ou montanhas de sutiãs ardendo em praça pública como símbolo do fim da opressão.

Os tempos são outros. Mudança de mentalidade se registrou nos cinco continentes. No século 21 ninguém estranha que uma representante do sexo feminino pleiteie a chefia do governo. A Turquia e o Paquistão, países muçulmanos, foram comandados por primeiras-ministras. Bangladesh, também seguidor de Maomé, mantém as rédeas do poder em mãos femininas.

A Inglaterra confiou o mando nacional a Margaret Thatcher por quase duas décadas. Recentemente a Alemanha elegeu Angela Merkel para revitalizar o país, e o tradicional e católico Chile escolheu a socialista Michelle Bachelet para presidenta. Não só. Filipinas, Indonésia, Libéria, Guiana, Irlanda, Noruega e tantos outros entregaram o destino nacional a mulheres.

O Brasil caminha a passos largos para se-

guir o exemplo. Ellen Gracie vai ocupar a presidência do Supremo Tribunal Federal. Durante a campanha eleitoral, o vice-presidente e os presidentes da Câmara e do Senado, candidatos, não poderão assumir a Presidência da República nas ausências de Lula. Será a vez de Ellen Gracie estrear a saia na cadeira presidencial. A concretização da hipótese está bem próxima.

É interessante observar mudança significativa na ascensão feminina. Até há pouco, mulheres atingiam postos privilegiados no rastro do marido. Modernamente chegam ao topo político graças ao próprio valor e reconhecida competência. Colhem os frutos de anos de estudos, disputas em concursos públicos, militância comunitária e muita — muita — luta pela conquista de novos espaços.

Claro que o movimento feminista não bateu ponto final. Houve, isto sim, mudança de paradigma. Não se reivindica mais direito ao trabalho ou de ir e vir. Batalha-se, de um lado, por cuidados diferenciados na saúde. De outro, por justiça salarial. Não se justifica que se paguem valores diferentes para quem exerce função igual. Nem se explica que o andar de cima de empresas, ministérios e organizações governamentais sejam ocupados exclusiva ou quase exclusivamente por homens. São resquícios de um passado que cheira a mofo. Mais dia, menos dia, virará pó. É questão de tempo.

Porta da Família

10/03/2006
10:53

Família

10/03/2006
10:53

Colunistas

10/03/2006
10:53

Elas sorriem quando querem gritar.
Elas cantam quando querem chorar.
Elas choram quando estão felizes.
E riem quando estão nervosas.

Elas brigam por aquilo que acreditam.
Elas levantam-se para injustiça.
Elas não levam "não" como resposta quando
acreditam que existe melhor solução.

Elas andam sem novos sapatos para
suas crianças poder tê-los.
Elas vão ao medico com uma amiga assustada.
Elas amam incondicionalmente.

Elas choram quando suas crianças adoecem
e se alegram quando suas crianças ganham prêmios.
Elas ficam contentes quando ouvem sobre
um aniversario ou um novo casamento.

Pablo Neruda

imprimir

Divulgue este artigo para outras famílias e amigos.
www.portaldafamilia.org

Original ilegível fornecido pela Ata.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Defiro o pedido de V. Ex^a de inclusão em seu pronunciamento das matérias solicitadas.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador José Jorge.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, antes mesmo da sessão que ocorrerá amanhã, também gostaria de homenagear as mulheres neste dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Parabéns a todas as mulheres do Brasil e do mundo pelo importante papel que desempenham. Presto também minha homenagem às Senadoras, hoje um contingente crescente na Casa, à minha esposa e às minhas filhas e netas, já que minha mãe já faleceu.

Nesta manhã, o Congresso Nacional promulgou a 52^a Emenda Constitucional, que deu nova redação ao §1^o do art. 17 da Constituição Federal, dando nova disciplina às coligações partidárias.

Essa Emenda Constitucional determinou o fim da verticalização para as coligações dos partidos políticos.

A origem dessa PEC está numa decisão tomada em fevereiro de 2002 pelo Tribunal Superior Eleitoral, que, ao ser provocado a se manifestar sobre a obrigatoriedade de os partidos políticos reproduzirem, nos Estados, as alianças eleitorais para a Presidência da República, determinou a verticalização das coligações partidárias. Isto é, a coligação em nível nacional também deveria ser feita em nível estadual. Aparentemente, trata-se de uma boa medida, pois fortalece os partidos políticos e moraliza, vamos dizer, a política brasileira. Mas, infelizmente, não é assim, porque, se um partido não lançar candidato a Presidente da República ou não se coligar para Presidente da República, o partido poderá se coligar com qualquer outro, sem nenhuma restrição. Na verdade, a principal deficiência da verticalização é que ela cria uma restrição para os partidos mais importantes que querem lançar candidato a Presidente da República; e os outros, que, na realidade, não lançarem candidato, poderão se coligar da maneira que quiserem em seus Estados. Portanto, do ponto de vista da melhoria dos costumes políticos, infelizmente, ela é, no mínimo, inócua, quando não incentiva o não-lançamento de candidatos a Presidente por partidos que poderiam fazê-lo e que, muitas vezes, têm um posicionamento programático e ideológico que merecia o lançamento de uma candidatura.

Logo depois da alteração determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, este Senado Federal aprovou um decreto legislativo interpretando a lei eleitoral. Pelo texto proposto, a coerência nas coligações teria de ser observada apenas dentro dos Estados, e não na esfera nacional.

Apesar da agilidade desta Casa, o decreto acabou não sendo apreciado pela Câmara dos Deputados e foi arquivado sem a devida apreciação.

Numa outra ação proativa, os Senadores aprovaram uma PEC, ainda em 2002, que resolveria definitivamente o problema. Porém, mais uma vez, a Câmara não se pronunciou no prazo anterior a doze meses, e, portanto, mesmo tendo aprovado a PEC em janeiro último, criou-se o atual imbróglio.

Já tive a oportunidade de me pronunciar, em janeiro, quando da aprovação da PEC pela Câmara, sobre esse tema. E, naquela oportunidade, comentei sobre a necessidade de retornarmos à prática histórica da política brasileira, que é o estabelecimento de coligações regionais, diferentes daquelas na esfera federal, dado que, no Brasil, ainda que formalmente tenhamos partidos de caráter nacional, a prática mostra que, de fato, temos legendas com características regionais.

Antes da decisão do TSE, em nenhuma das eleições nacionais, desde a Constituição de 1988, o problema se colocou. Ao ser provocado, o Tribunal Superior Eleitoral acabou provocando uma profunda alteração na prática política nacional, quando os partidos já estavam em plena articulação pré-eleitoral e, destaque-se, faltando sete meses para o pleito de 2002.

Essa decisão, sem atender aos 12 meses previstos na Constituição, apesar de não ser uma lei, teve a força de uma lei e acabou embaralhando as negociações para o último pleito federal.

Agora, estamos diante de um novo imbróglio envolvendo o TSE e a questão da verticalização.

Com todo o respeito que a Corte Superior merece de todos nós, gostaria de registrar que, a meu ver, a recente decisão do TSE em manter a verticalização deverá ser revista pela Corte Constitucional, que é o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a aprovação da emenda.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador José Jorge, Líder da Minoria nesta Casa, desejo iniciar o meu aparte, cumprimentando-o pela análise que faz acerca dessa momentosa questão: a verticalização. Sem querer tomar o tempo de V. Ex^a, gostaria de lembrar-lhe que, a meu ver, a verticalização é algo sem precedentes no direito eleitoral e partidário brasileiro. Se olharmos a experiência brasileira desde o ano de 1932 aos nossos dias – tomo o ano de 1932 porque obviamente, no período de República Velha, 1889 a 1930, o modelo eleitoral e partidário era totalmente diferente; tomo como início de um novo modelo eleitoral e partidário a experiência que se iniciou em 1932, com o Código Eleitoral, com a queda da chamada República Velha. Em momento algum, houve esse insti-

tuto da verticalização. Não há nada que o induza nessa direção, pois, a meu ver, nega toda a nossa tradição federativa, que surgiu com a Carta de 1891. Sob a minha ótica, a verticalização significa um atentado à Federação. Quando vejo, aqui, o busto de Rui Barbosa, também chamado de “Patrono da República”, penso que ele deveria estar surpreendido com o que está acontecendo com a nossa Federação, mormente após essa decisão da Justiça Eleitoral, porque Rui Barbosa, entre muitos outros, se converteu em republicano depois de chegar à conclusão que, no Império, não conseguiria fazer uma monarquia federalista, como também sonhou Joaquim Nabuco. Sem que haja qualquer fundamentação de ordem jurídica ou política, vejo introduzida a verticalização, retirando não somente a autonomia dos Estados e Distrito Federal, negando, conseqüentemente, os elementares princípios federativos, inclusive a autonomia dos partidos dos respectivos Estados. Sabemos que as eleições no Brasil são praticadas em três circunscrições: a nacional – Presidente e Vice-Presidente da República–; a regional – Governador, Vice-Governador, Senadores, Deputado Federais e Estaduais – e a municipal – Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. É essa a estrutura federativa brasileira. Sempre assim o foi no que diz respeito à organização dos partidos políticos. Daí por que os partidos políticos dispõem de autonomia na decisão dos problemas que dizem respeito aos assuntos de seu peculiar interesse, quer nos níveis municipal, estadual ou federal. Essa decisão é anticidadã, porque limita a possibilidade de escolha do eleitor. De forma indireta, o eleitor fica limitado em sua capacidade de expressar sua vontade. Estou otimista em relação ao Supremo Tribunal Federal: espero que ele reveja essa decisão, sem a qual, naturalmente, o processo político-eleitoral brasileiro conhecerá um grande retrocesso. Eu diria que representará algo que vai contribuir para limitar cada vez mais o papel da Federação, **vis-à-vis** o Estado Federal, a União, e os partidos políticos no processo eleitoral brasileiro. Não tenho dúvida em afirmar que o Supremo, como guarda da Constituição vai alterar esse quadro. A Federação é cláusula pétrea. A República deixou de ser cláusula pétrea na Constituição de 1988, algo que é discutível, mas o fato é que deixou. Todas as Constituições republicanas brasileiras, mesmo a de 1937, todas elas mantiveram a Federação. De uma hora para outra, vemos uma decisão que afronta uma cláusula pétrea que é a Federação e retira a autonomia dos partidos na definição de suas chapas não somente no plano nacional, mas também no plano estadual, e, por fim, que reduz e limita as opções de que disporá o eleitor. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso. Perdoe-me por ter-me demorado um pouco nessas considerações, mas concluo minhas palavras...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me assegurasse mais um mi-

ninho em meu direito de manifestação. Não vou me alongar, mas acho que essa matéria é relevantíssima. Por isso, peço a V. Ex^a tolerância. O Supremo, que, por força do art. 102, guarda a Constituição, não pode deixar de preservar esses direitos da Federação, dos partidos políticos e da cidadania. Cumprimento, portanto, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Marco Maciel o aparte.

O jurista Paulo Brossard, ex-Senador, ex-Presidente do Supremo, apreciou a questão da aplicação do art. 16 da Constituição, que prevê que “a lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra um ano antes de sua vigência”. Assim, a Constituição é muito clara: uma lei realmente não se aplica, mas por exemplo, uma decisão do TSE se aplica porque não é uma lei.

Na realidade, uma emenda constitucional não está incluída nesse prazo. Senão, o artigo diria o seguinte: as modificações no processo eleitoral terão de ser feitas um ano antes. Mas não está dito assim. Está dito: “a lei que alterar...” Portanto, a emenda constitucional foi promulgada e já está valendo.

Peço ao Presidente que considere meu discurso como lido e farei apenas duas observações mais práticas. Eu não tenho o saber jurídico do Senador Marco Maciel, mas o que falou S. Ex^a ficou incluído no meu discurso.

Quero me referir a duas questões bastante práticas. A primeira delas foi abordada pelo próprio Ministro Brossard em um artigo em que questionou o que aconteceria se as eleições não ocorressem no mesmo dia. Suponhamos que as eleições para Governador e para Presidente sejam no mesmo ano, mas não no mesmo dia. O que justificaria essa verticalização?

Em segundo lugar, na realidade, sabemos que o processo eleitoral nacional é influenciado grandemente pelo Estado de São Paulo, que representa metade do PIB e praticamente 30% do eleitorado. Então, ele influencia. Se considerarmos os candidatos das últimas eleições e os da próxima, veremos que os mais importantes são desse Estado, que, além de influenciar a eleição nacional com a verticalização, gerará efeitos em todos os Estados – Pernambuco, Paraíba, Acre. Teremos de nos comportar não como toda a Nação, mas como São Paulo.

Faço um apelo ao Supremo Tribunal Federal: já que, para a próxima eleição, a emenda constitucional está válida – disso não temos dúvida – apelo para que, nesta eleição, acabemos de vez com essa questão que só fez tumultuar o processo eleitoral brasileiro.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE

Sen. José Jorge
08.03.2006

Promulgação da Desverticalização

✓ Nesta manhã, o Congresso Nacional promulgou a **52ª emenda constitucional**, que deu nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição Federal, dando nova disciplina às coligações partidárias.

✓ Esta Emenda Constitucional determinou o **fim da verticalização** para as coligações dos partidos políticos.

✓ A origem desta PEC está numa **decisão tomada em fevereiro de 2002** pelo Tribunal Superior Eleitoral, que ao ser provocado a se manifestar sobre a obrigatoriedade dos partidos políticos reproduzirem nos Estados as alianças eleitorais para Presidência da República, determinou a verticalização das coligações partidárias.

1. A questão da Federação.
2. São Paulo e os outros estados.
3. Não se pulsa o sistema político → explicar
4. Se as eleições não forem no mesmo dia.

- ✓ Logo depois da alteração determinada pelo TSE, este Senado Federal aprovou um **decreto legislativo** interpretando a lei eleitoral. Pelo texto proposto, a coerência nas coligações teria de ser observada apenas dentro dos Estados, e não na esfera nacional.

- ✓ Apesar da agilidade desta Casa, o decreto acabou não sendo apreciado pela Câmara dos Deputados e **foi arquivado** sem a devida apreciação dos parlamentares.

- ✓ Numa outra **ação proativa**, os senadores aprovamos uma PEC, ainda em 2002, que resolveria definitivamente o problema. Porém, uma vez mais, a Câmara não se pronunciou no prazo anterior a doze meses, e portanto mesmo tendo aprovado a PEC em janeiro último, criou-se o atual imbróglio.

✓ Já tive a oportunidade de me pronunciar em janeiro, quando da aprovação da PEC pela Câmara, sobre este tema, e naquela oportunidade comentei sobre a necessidade de **retornarmos a prática histórica** da política brasileira, que é o estabelecimento de coligações regionais, diferentes daquelas na esfera federal, dado que no Brasil, ainda que formalmente tenhamos partidos de caráter nacional, a prática mostra que de fato temos legendas com características regionais.

✓ Antes da decisão do TSE, em **nenhuma das eleições nacionais** desde a Constituição de 1988, o problema se colocou. Ao ser provocado, o Tribunal acabou provocando uma **profunda alteração** na prática política nacional, quando os partidos já estavam em plena articulação pré-eleitoral e, destaque-se, faltando **sete meses para o pleito** de 2002.

- ✓ Esta decisão, sem atender os doze meses previstos na Constituição, que apesar de não ser uma lei, **teve a força de uma lei**, acabou embaralhando as negociações para o último pleito federal.
- ✓ Agora estamos diante de um novo **imbróglio envolvendo o TSE** e a questão da verticalização.
- ✓ Com todo o respeito que a que a Corte Superior merece de todo nós, gostaria de registrar que ao meu ver a recente decisão do TSE de manter a verticalização deverá ser **revista pela corte constitucional**, que é o Supremo Tribunal Federal.
- ✓ E digo isto depois de ouvir o grande jurista, e ex-senador, Paulo Brossard que entre outros cargos foi presidente do Supremo Tribunal Federal. Segundo questionou Brossard, *“quem é que pode alterar a Constituição regularmente? É competência exclusiva do Congresso ... Não quero nem devo antecipar juízos, mas se o Congresso, com sua sabedoria ou não, faz uma emenda obedecendo aos preceitos da Constituição, a lei é constitucional”*.

✓ Para o jurista, ao apreciar a questão da aplicação do artigo 16 da Constituição, que prevê que “a lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra um ano antes de sua vigência”, fez questão de frisar que o texto diz “lei” para lembrar que todo o direito eleitoral é regido por lei ordinária, como de resto todos os demais códigos, seja o penal ou civil.

✓ Depois da promulgação realizada hoje neste Plenário, **não temos apenas uma lei, mas o próprio texto constitucional** que explicita a desverticalização.

✓ Com a aprovação da Emenda, ficou absolutamente claro que a grande maioria do Congresso Nacional é contrária a verticalização das coligações partidárias. Na Câmara dos Deputados, a aprovação foi maciça. Foram 343 deputados favoráveis, ou seja, mais de 70% dos parlamentares votantes.

✓ **É competência constitucional do Congresso Nacional** fazer leis, a quem os tribunais deverão se basear para fazer seus julgamentos.

✓ Ao meu ver, ao ser provocado novamente, o Tribunal Superior Eleitoral **deveria limitar-se** a dizer que até a promulgação da Emenda Constitucional, estaria vigindo a interpretação que a Corte deu em fevereiro de 2002.

✓ Depois da cerimônia de hoje, temos um novo texto constitucional que explicita a possibilidade da desverticalização.

✓ Ficará apenas a questão se o novo texto constitucional deverá se submeter ao princípio da anualidade previsto no artigo 16. E isto, convenhamos, será decidido pela Corte competente, que é o Supremo Tribunal Federal.

✓ Ao concluir, gostaria de pedir a maior brevidade possível do Supremo Tribunal Federal na apreciação desta alteração constitucional que hoje promovemos

✓ Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estava inscrito para uma comunicação inadiável, mas fiz permuta com o Senador Heráclito Fortes, a quem agradeço, para falar como orador regularmente inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, embora eu saiba que há três oradores inscritos para comunicações inadiáveis, peço a V. Ex^a que me inscreva como suplente. Se houver oportunidade, pretendo falar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está anotado. V. Ex^a é o primeiro suplente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço para ser a segunda suplente. Mas, como o Senador Paulo Paim abriu mão de falar, entendo que passarei a ser a primeira suplente, não é isso? É para comunicação inadiável que o Senador Paulo Paim está inscrito?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, eu fiz permuta com o Senador Heráclito Fortes. Cedi a S. Ex^a o meu lugar para comunicações inadiáveis e entrei no lugar dele como orador normalmente inscrito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está inscrita na segunda suplência.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu sei.

Mas eu estou inscrita também como oradora. Então, se V. Ex^a for chamando e os oradores não estiverem...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cessão do Senador Tasso Jereissati, próximo inscrito.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes de o nosso orador começar, quero

dizer o seguinte: vejo que o quarto orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque, pelo art. 17. Pergunto se a Senadora Ana Júlia poderia, talvez numa negociação, falar no lugar do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – S. Ex^a poderia ir para o lugar do Senador Cristovam Buarque pelo art. 17 e não pela inscrição.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de uma efetiva política de segurança no Governo Lula é responsável pelas cenas que hoje tomam conta da televisão, dos jornais, causam perplexidade e levam a uma grande interrogação na sociedade brasileira, inquieta com o que ocorre no Rio de Janeiro.

A falta de uma política de segurança no Governo Lula é, sim, responsável pelos desencontros no encaminhamento de uma solução que salve o Rio do caos.

A falta de uma política de segurança no Governo Lula deu no que deu: a mais bela cidade do mundo é vítima da violência, do tráfico e, o que é mais grave, da impotência do Governo para controlar a situação.

Na área da segurança, o Governo Lula apenas alardeou, disse que muito faria e nada fez. O País, no momento, vive sob estado de anomia.

Do ponto de vista sociológico, esse vácuo de leis, de normas, de regras que o Governo vê e se coloca a later, até com indiferença, gera uma situação em que, pela divergência ou, como agora, no caso do Rio, enseja conflitos perigosos. Para o cidadão comum, que apenas quer exercer o direito de ir e vir, torna-se difícil respeitar igualmente a lei e as normas sociais.

É como se o País não tivesse lei. Tem. Falta quem a execute com autoridade.

Pela falta de autoridade e pela anomia em que vive o País, o Exército brasileiro acabou entrando no que se poderia qualificar de experiência arriscada, perigosa, incomum, de finalidade ou decorrência incertas. E já não pode dela sair, o que configura uma situação de constrangimento para as Forças Armadas, convivendo lado a lado com as apreensões do Rio e, por que não dizer, com as apreensões também do Brasil.

O Exército está no morro, Senador Romeu Tuma, e, ao menos, pelo que narram os noticiosos, mostra-se impotente não apenas para localizar as armas que roubaram de um dos seus quartéis, sabe-se lá como – já concedo aparte a V. Ex^a.

Mostra-se igualmente impotente para superar o tráfico, que, daqui a pouco, será mais poderoso do que o Governo Lula não somente no Rio. Será soberano no País todo, sob o olhar complacente do Governo petista do Presidente Lula da Silva.

Não é de hoje que a Oposição e a sociedade brasileira alertam o Governo do Presidente Lula para

o que, sem dúvida, é, atualmente, a mais grave das questões que atormentam nossas populações, que se sentem indefesas, que não podem sair às ruas sem medo, que não conseguem ficar em suas casas sem o receio de assaltos à luz do dia.

Assaltam, Sr. Presidente, até quartéis, imagine uma residência!

Não é de hoje, não.

Em fevereiro de 2003, portanto no começo desse desastrado Governo, requeri à Mesa do Senado Federal a convocação do Ministro da Justiça para aqui falar sobre a violência e acerca das providências que o então novo Governo poderia adotar para enfrentar a violência.

Vejam bem, Sr^{as}. e Srs. Senadores: fevereiro de 2003, quando alvorecia um Governo que havia plantado tantas esperanças. Fevereiro de 2003. Portanto, sinto-me muito autorizado hoje a cobrar os não-resultados.

O que se fez? Para não dizer que nada foi feito, o Governo Lula criou um improvisado programa para aumentar o número de postes de luz nas ruas e para aumentar a potências das lâmpadas.

Que se saiba, alguns postes a mais foram colocados em Brasília e mais não se sabe.

Postes contra modernas armas privatizadas das Forças Armadas, mas de uso diário pelas quadrilhas do tráfico. Postes contra AR-15 e outros aparatos bélicos ainda mais sofisticados.

Deu no que deu.

Leio em **O Globo** de hoje:

Tráfico provoca Exército dentro das favelas:

Traficantes de drogas do Rio deram ontem sinais de como estão vendo o cerco a favelas feito pelo Exército desde sexta-feira passada: no Morro do Dendê, na Ilha do Governador, os bandidos começaram a provocar os militares, marchando em tom de deboche, sacudindo ironicamente folhetos do Exército com pedidos de apoio à população local e, à distância, chamando os soldados para o confronto. Eles tinham os rostos cobertos por camisetas e alguns usavam até radiotransmissores.

Esse relato jornalístico de **O Globo** não é de nenhuma guerra ou algo parecido em outros pontos do mundo. Nem tampouco lembra a já antiga Guerra do Vietnã ou o atualíssimo conflito do Iraque.

Não. É cenário verde e amarelo. Cenário brasileiro. Na mais bela cidade do mundo. Cenário da Era Lula.

Ainda de **O Globo**:

Militares são suspeitos de assalto a quartel

Força-Tarefa do CML investiga a possível participação de cabo e soldado no roubo de dez fuzis e uma pistola.

Um sonho desfeito por dois tiros
Adolescente morto durante operação em favela esperava servir ao Exército.

MP Militar alertou sobre riscos de roubos

Quartel não seguiu recomendações.

Nos morros, a tática do martela e da bigorna

Oficial da Reserva explica que um grupo cerca o inimigo, enquanto unidades de elite partem para a ofensiva.

A guerra do Rio: Recuperação das armas é questão de honra, porque ataque a quartel foi considerado afronta.

Desvios de armamento acontecem desde os anos 60.

Lamarca desertou de quartel em São Paulo, em 1959, levando 63 fuzis.

A guerra do Rio: Oficial aponta semelhanças entre operações.

Soldados que ocupam as 9 favelas estiveram no Haiti.

Ainda no noticiário da imprensa:

“A guerra do Rio”

“Tráfico desafia Exército”

Página inteira de **O Globo** mostra que “Bandidos zombam de soldados e trocam tiros em áreas ocupadas.”

Sr. Presidente, concederei o aparte ao Senador Tuma e farei algumas considerações antes de encerrar. Peço a inscrição dessas matérias nos Anais.

A falta de uma política de segurança no Governo do Presidente Lula é responsável por tudo isso que ocorre na cidade do Rio de Janeiro, é responsável pela guerra do Rio. Como há a guerra do Iraque, como houve a guerra do Vietnã, há a guerra do Rio de Janeiro, infelizmente.

Senador Tuma, tenho muita honra em ouvi-lo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, eu estava passando para ir à CPI quando ouvi a amargura com que V. Ex^a se dirigia a este Plenário e à sociedade brasileira com o que hoje publicamente acontece no Rio e talvez, na sombra, aconteça em vários outros Estados brasileiros. Fiz CPOR e sabemos que existe a chamada área conflagrada, onde a autoridade pública não tem mais poder para vencer o inimigo que se instala, o crime organizado, onde o Estado não tem mais nenhum poder para combatê-lo e as Forças Armadas são obrigadas a intervir. Conheço o General Albuquerque, Senador. É um homem de bem, correto. Eu o conheci como major. Mas, não é o caso de se falar no General Albuquerque agora. Trata-se de um Inquérito Policial Militar – IPM que foi aberto porque as armas sumiram de

um quartel. Se V. Ex^a recuperar um pouco a memória, foram apreendidas, com marginais do Rio de Janeiro, do crime organizado, minas de destruição. Quer dizer, a marginalidade tinha minas fabricadas no Brasil à sua disposição e em depósitos. Então, é uma coisa profundamente amarga, até pela falta de meios das Forças Armadas, que não têm recebido muito dos orçamentos do Governo. Hoje, o soldado não cria aquele amor, o respeito à civilidade que ele aprendia no quartel, porque nem dinheiro para pagar o almoço do soldado, hoje, o Exército tem; às vezes tem que dispensar na hora do almoço, às vezes na quinta ou sexta-feira. Então, praticamente, aquilo que chamamos de vida do quartel, em que o soldado aprende uma série de virtudes para servir à Pátria, vai se perdendo ao longo do caminho. Sei que muita gente é contrária ao emprego das Forças Armadas no combate ao crime comum. Também, sempre me pronunciei no sentido de que o Exército é preparado para outra coisa, mas, nesse caso, a intervenção do Exército é uma missão legal, porque ela faz parte do Código de Processo Penal. Houve o IPM, e a designação da força de busca e apreensão foi dada pela Justiça Militar, que deu a ordem para que o Exército pudesse montar. Agora, não vejo como a Polícia possa reverter o processo da criminalidade, com essa falta de interesse. Senador, o Governo Federal veio aqui no início de sua administração e se comprometeu com cinco presídios de segurança máxima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fui o autor do requerimento naquela altura.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não há pedra fundamental em lugar nenhum, pelo menos de que eu tenha conhecimento, e não sou pessoa que não lê jornal. Todas essas matérias citadas por V. Ex^a eu já as li de manhã ou já ouvi pelo rádio. Imagine a amargura da sociedade carioca e de outras. V. Ex^a, que é do Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino, sabe o que o povo está sentindo. V. Ex^a me desculpe, é mais um desabafo, mas eu queria cumprimentá-lo. Creio que V. Ex^a já falou sobre isso ontem e vai falar hoje, e tem que voltar a falar amanhã também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Romeu Tuma, encerro respondendo a V. Ex^a, que é não só um grande Senador pelo Estado de São Paulo como uma autoridade, do melhor nível, em segurança pública.

Encerro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordando três tópicos: primeiro, o quadro de corrupção que nos leva à posição mais deprimente; o Governo não se defende das acusações de corrupção. O Governo adora quando aparece o nome de alguém de um Partido de oposição, para dizer: “Viu? Eles também!”. É aquela história que antigamente o PT, muito orgulhosamente, dizia que era a tal Operação Gambá, enfim. Isso me deixa triste, muito triste.

Segundo: V. Ex^a respeita o General Albuquerque e eu também, mas ele estava errado. Ele não podia ter feito o que fez. O General Albuquerque não podia nunca ter entrado naquele avião, ainda que a culpa fosse de um assessor. Nunca poderia ter feito um avião voltar para ele embarcar. Eu já cansei, Sr. Presidente, de dar com a cara na porta e nunca usei a minha condição de Ministro, de Deputado, de Líder do Governo, de Senador ou o que quer que fosse para abrir a porta de um avião. Se eu cheguei atrasado, é problema meu. Se teve *overbooking*, eu, civilizadamente, contrato um advogado e processo a companhia.

Então, não dá para admitirmos que alguém possa se imaginar acima da lei, nem civil, nem militar. Se começarmos a passar muito a mão na cabeça, daqui a pouco vão começar a achar que para civil se joga mais duro e para quem tem as armas não é tão duro assim.

Digo com clareza: o General Albuquerque deve desculpas à Nação. Eu o respeito, é um homem de bem, mas ele deve desculpas à Nação pelo episódio lamentável que lembrou os piores momentos do regime militar. Eu não me sentiria bem se não dissesse isso com a clareza com que estou falando, ou eu não poderia criticar mais nenhum Ministro Civil do Governo se eu não criticasse, como estou fazendo, o Ministro Militar que exorbitou, abusou das suas prerrogativas.

E, finalmente, o estado de anomia é tanto que lá vai o Estado para os morros. À revelia da Constituição, mas está lá. Não pode sair sem as armas, não pode sair sem a satisfação a ser prestada à opinião pública e ao seu próprio público interno. Não pode. A questão era: deveria ter entrado? Resolveu entrar; não pode sair. E o que se espera agora?

Suponha, Senador Romeu Tuma, que o tráfico mate um soldado do Exército brasileiro. Suponha que isso signifique mais Exército nos morros. Suponha que signifique o agravamento de um quadro que é de absoluta instabilidade que faz alguém do Oriente Médio olhar o noticiário televisivo sobre o Brasil e imaginar, talvez, sem ironia: Que lugar inseguro esse Brasil! E nós aqui, confortavelmente, das nossas poltronas, acharmos que inseguro é o Oriente Médio. É muito grave, isso, Sr. Presidente. É muito grave, Sr^{as} e Srs. Senadores. É muito grave precisarmos hoje ficar o tempo inteiro beliscando a Nação, para que ela não se entorpeça, Presidente Marco Maciel.

Por quê, Sr. Presidente? Sinceramente, vejo fumaças de uma crise muito grave nessa história a meu ver complicada, exigente do ponto de vista da sua solução, que é o Exército nas favelas brasileiras trocando tiros com marginais. Temo pelo contato da corrupção e do tráfico com os jovens soldados; temo pela morte, de um lado e de outro, e temo pela morte de um militar, que pode conflamar algo sem precedentes neste País; e

temo pela sorte da democracia brasileira, porque não sei até que ponto democracia coincide e democracia não colide com a idéia de áreas das cidades mais importantes do País não pertencerem à vigilância e à soberania do Estado, mas pertencerem à soberania do tráfico e do crime organizado, que fazem o papel do juiz, do médico, do assistente social, do parlamentar, do presidente da República...

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que este tema está na ordem do dia, e não nos venham com desculpas. Venham com propostas, até de unidade nacional, para enfrentarmos isso, mas não venham com desculpas: Ah, porque no Governo do Fernando Henrique Cardoso, porque no do Washington Luiz, porque no do Getúlio Vargas...

Não dá para se brincar, para se ter uma taxa de leviandade tão alta! É hora de tentarmos esta crise, inclusive com medidas que a Constituição prevê, de estado de emergência, por exemplo; medidas duras, para darmos paz às pessoas que merecem paz no Rio de janeiro e nas grandes cidades brasileiras.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, será atendido na forma do Regimento Interno no tocante à sua solicitação de inclusão no seu pronunciamento.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Aelton Freitas.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr^s e Srs Senadores, neste último fim de semana, uma reportagem publicada no jornal **Estado de Minas** a respeito da perspectivas da economia nacional revelou ser possível pensarmos, sim, em alternativas de gestão que levem o País a um crescimento mais ambicioso sem temer o fantasma da inflação.

O jornal ouviu de uma série de economistas renomados – como, por exemplo, o ex-Ministro da Fazenda e Deputado Delfim Netto e o ex-Ministro do Planejamento, João Paulo Reis Velloso – a constatação de que, com o ajuste adequado de indicadores, o Brasil poderia crescer mais do que o dobro dos 2,3% de aumento do PIB no ano de 2005.

Aliás, o baixo índice registrado no ano passado, superior apenas ao crescimento da economia do Haiti, merece bastante reflexão, pois é um sinal claro de que o grande desafio do Governo Lula neste ano, bem como de quem governar nos anos seguintes, será vencer de uma vez por todas as amarras que impedem a nossa economia de explorar todo o seu potencial.

É inadmissível, Sr. Presidente, que, com tantas “cabeças” competentes no País, não se promo-

vam soluções para que o crescimento econômico aconteça de forma sustentada, com bases sólidas e capacidade de puxar melhoria significativa dos índices sociais.

Quem conhece o assunto afirma, sem medo de errar, que seria possível trabalharmos com uma expansão de 4,5% anual do PIB não apenas no curto prazo, mas por alguns anos, em movimento semelhante ao ocorrido em países asiáticos, por exemplo. Para isso, entretanto, é necessária atitude mais firme de ataque aos entraves hoje existentes.

Um dos aspectos que tantas vezes cansamos de abordar, mas sem que os responsáveis dêem a atenção necessária, é a política de juros altos. Essa medida perversa encarece o crédito e inibe os investimentos em produção, fundamentais para que haja equilíbrio também em relação a um possível aumento de consumo e se evite o impacto inflacionário.

Na casa dos 17% ao ano, nossa taxa de juros ainda é a mais alta do mundo e explica, em grande parte, o fato de o Brasil não experimentar ciclos de desenvolvimento como, por exemplo, o ocorrido nos anos 70.

Ao que parece, a economia brasileira vem sendo vítima de modelos conservadores de planejamento da evolução do PIB, pois, em virtude do baixo crescimento registrado há vários anos, há muita capacidade subutilizada.

Isto quer dizer que, provavelmente, nossas indústrias nem precisariam investir valores extraordinários para acompanhar uma expansão de consumo e demanda. Comprovando isto, dados recentes divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Fundação Getúlio Vargas mostram que 70% dos setores industriais brasileiros aumentaram sua capacidade ociosa entre outubro de 2005 e janeiro de 2006. Ou seja, em caso de necessidade, já há sobra de espaço para aumentar a produção.

Apesar de a discussão sobre juros já se ter tornado repetitiva e insistente, a cobrança no sentido da diminuição das taxas deve continuar, pois o País precisa encerrar o ano pelo menos com taxa real na casa de um dígito, algo que já não ocorre há 12 anos. A conjuntura atual indica que não há motivos para que o Banco Central pense em suspender o processo de corte de juros, iniciado em setembro do ano passado.

Ao contrário, a redução gradual dos juros deve ser intensificada, para estimular novos investimentos e criar bases que garantam o crescimento da economia nos próximos anos.

O certo é que, quando pensamos em um país de imenso potencial produtivo como é o nosso Brasil, chega a ser deprimente imaginar que um gigante desta natureza esteja condenado a crescimentos anuais tão pequenos.

Não se trata de sonhar competir em pé de igualdade com países desenvolvidos e de primeiro mundo, que não sofrem com vulnerabilidades históricas como nós e preocupam-se menos com fragilidades externas. Mas, por outro lado, o mínimo que podemos exigir é que o Brasil acompanhe o ritmo de crescimento de outras nações emergentes. A média de crescimento do PIB nos países da América Latina em 2005, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, foi de 4,3%, e o Brasil não atingiu nem metade desse índice.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grande desafio do Governo Lula em 2006 é encerrar este mandato com um crescimento do PIB nacional mais condizente com as necessidades sociais do Brasil e com o seu potencial em comparação a outros países. A atual equipe econômica do Governo deve ter a humildade de ouvir o posicionamento de outros especialistas e buscar as soluções necessárias para a retomada da expansão.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado a V. Ex.^a.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino por dez minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo usar da tribuna hoje para dar notícia de um programa do Governo Federal que acho da maior importância e que se refere ao livro e à leitura, tema, a meu juízo, tão essencial à formação da cidadania e da cultura política do nosso povo. E vou falar do assunto.

Entretanto, há pouco, o Senador Arthur Virgílio ocupou a tribuna para fazer considerações e demonstrar a sua preocupação com a situação do Rio de Janeiro no tocante à segurança pública e à intervenção do Exército naquela cidade. Quero dizer que compartilho inteiramente não das angústias do Senador Arthur Virgílio, que são as angústias da população do Rio, que, afinal de contas, é a minha cidade, como também das preocupações de S. Ex.^a quanto ao desdobramento dessa ação militar de ocupação dos morros do Rio de Janeiro pelo nosso Exército. Não é uma corporação preparada para esse tipo de ação, está respondendo a uma provocação, quase a uma afronta que foi feita ao Exército. Não é um contingente preparado para esse tipo de ação. Espero que seja breve essa intervenção e que seja

substituída por outra ação na qual estará presente o Governo Federal.

S. Ex.^a, a meu juízo injustamente – era para isso que eu queria chamar a atenção –, atribui a responsabilidade da situação do Rio de Janeiro ao Governo do Presidente Lula, o que realmente me parece um exagero despropositado. A política de segurança é responsabilidade do Governo Estadual, mas é claro que o Governo Federal é co-responsável.

Tem de haver uma política de segurança nacional, e o Governo Lula tem agido nesse sentido, inclusive com a criação dessa Força Nacional, que é uma Força com treinamento muito especializado, uma força policial formada pelo recrutamento de homens de várias regiões do País, com treinamento muito especializado. Essa Força, aliás, já interveio no Espírito Santo com muito sucesso, com êxito reconhecido. Só não interveio ainda no Rio de Janeiro, porque não houve acordo, porque não houve a permissão do Governo do Estado.

É claro que é preciso que a ação federal seja feita em parceria com o Governo do Estado. Essa parceria foi tentada e, nas duas vezes em que isso ocorreu, foi recusada pelo Governo do Estado. É óbvio que a posição estadual tem de ser respeitada, a menos que se decreta uma intervenção federal, providência que ainda não se cogitou.

O fato é que o Governo tem pronta essa ação e estará liberando amanhã R\$140 milhões para a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para que esta se reequipe e para que sejam tomadas as primeiras providências para a intervenção da Força Nacional que vai estar presente no Estado do Rio de Janeiro – brevemente, tão logo se faça o entendimento com o Governo do Estado.

Era isso o que queria dizer, anunciando a liberação de amanhã.

Passo, então, ao tema do meu discurso de hoje, que é a política do Governo Federal de cultura, especialmente a política relativa ao livro e à leitura.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Roberto Saturnino...

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, antes de V. Ex.^a entrar no tema que o levou à tribuna, permita-me um aparte sobre as considerações feitas por V. Ex.^a a respeito da segurança pública, especialmente no Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Com muito prazer, ouço V. Ex.^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Esse problema é do Rio de Janeiro e é do Brasil, mas, **data venia**, não tem recebido a atenção merecida. Cada vez mais, as famílias estão intranquílias; cada vez mais, reina a incerteza no seio da população, que está aflita com os atentados e com toda a sorte de crimes que têm

ocorrido. Infelizmente, o Rio de Janeiro, com todas as suas belezas, parece ser a cidade onde essa intranquilidade é maior. E por que é assim? Porque é uma cidade cercada de morros e de favelas, que são problemas sociais. Os bandidos estão, de forma acintosa, enfrentando os poderes públicos: enfrentam o Governo Federal, enfrentam o Governo Estadual. Parece que dividiram o Rio de Janeiro em setores, em zonas, em territórios dentro da Capital, onde as quadrilhas atuam de forma eficiente. Agora, enfrenta essa situação o Exército, que teve fuzis roubados em suas instalações, o que é algo espantoso. Penso que haveria necessidade de um pronunciamento nacional a respeito do assunto, de uma explicação para a sociedade, que está justamente indignada com tudo. Faltam recursos, as Forças Armadas estão reclamando dos seus soldos, não há mais sequer aquele recrutamento que antes existia para as Forças Armadas, símbolo neste País de disciplina, de hierarquia e – por que não dizer? – de patriotismo. Vemos agora as nossas tropas no Haiti cumprindo uma determinação, uma sugestão ou um pedido da Organização das Nações Unidas. Isso é um absurdo, é algo que desmoraliza o Poder Público por inteiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, tem razão nessa sua preocupação, que é de todos nós. O que quero dizer, o que reafirmo é que a responsabilidade maior nessa questão de segurança pública é do Governo do Estado, porque, afinal de contas, é quem comanda a Polícia, que é a corporação especificamente destinada a enfrentar esse problema. Isso não quer dizer, porém, que o Governo Federal deva ficar de braços cruzados. E o Governo Federal não está de braços cruzados, pois criou uma política de segurança e uma corporação específica para esse fim.

Na semana passada, inclusive, tive oportunidade de fazer pronunciamento sobre esse assunto, anunciando a intervenção dessa Polícia no Rio de Janeiro. De qualquer forma, é preciso haver a colaboração do Governo do Estado, o que, infelizmente, não tem acontecido. Recordo, a propósito, a intervenção da Força Nacional no Espírito Santo, que foi muito bem-sucedida.

Há uma questão grave em jogo, sim: há angústia no seio da população, quase desespero de uma parcela da população que convive com essas lutas, inclusive com lutas internas entre as diversas correntes criminosas.

Ainda ontem, o Senador Jefferson Péres, em um pronunciamento que fez sobre o tema, procurava desfazer o argumento, realmente falso, de ligação do banditismo e da criminalidade com a pobreza. S. Ex^a citou até o exemplo da Índia. Realmente, não é a pobreza que provoca o crescimento da criminalidade. En-

tretanto, a injustiça e a desigualdade são, sim, fatores de acirramento e do crescimento da criminalidade.

Refiro-me à desmoralização do trabalho, do esforço do trabalho. O jovem vê que seus pais trabalharam, trabalharam e não conseguiram emergir daquela situação de extrema pobreza. Ele, então, desacredita no trabalho, no exercício do trabalho, e é cooptado pelas vantagens que o crime lhe oferece.

Então, essa questão da desigualdade está, sim, na raiz desse problema. Este Governo também tem procurado e conseguido combatê-la. Ainda ontem ou anteontem, a Senadora Ideli Salvatti fez um pronunciamento importante sobre isso e disse que, pela primeira vez nessa longa história de quinhentos anos, a tendência à concentração de renda e ao crescimento das desigualdades está sendo atenuada.

O Governo Federal está atento, sim, à questão da segurança e à questão social, mas é óbvio que, no que se refere à questão da segurança, é preciso que haja a colaboração do Governo do Estado, que, no caso do Rio de Janeiro, infelizmente, ainda não se manifestou com clareza.

Pedindo a compreensão da Presidência, ouço o Senador Siba Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Saturnino, infelizmente, acho que o tema de que V. Ex^a realmente ia tratar ficou prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu fiz uma prorrogação, mas pediria ao aparteante que observasse o tempo, porque me parece que há outro assunto a ser tratado pelo Senador Saturnino.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vou ser rápido, Sr. Presidente. V. Ex^a traz tema que já foi abordado em várias sessões desta Casa e que tem sido repetido por diversos Senadores aqui. Senador Saturnino, V. Ex^a, no meu entendimento, apresenta a verdadeira informação. Penso que a informação estava vindo de maneira muito apaixonada.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É preciso tratar a questão com tranquilidade e esclarecer o que ocorreu no Rio de Janeiro, a posição tomada pelo Exército, o que eles estão fazendo lá. Ninguém melhor do que V. Ex^a, que mora no Estado e naquela cidade, para contar melhor isso para todos nós. Eu queria também, rapidamente, dizer que o problema da violência naquele Estado, no Estado de V. Ex^a, não data de ontem, mas vem de muito tempo, e sucessivos governos nunca conseguiram solucioná-lo. Essa apologia do crime e da violência parece estar guardada no DNA das pessoas. Exemplo disso foi a Ku Klux Klan, nos Estados Unidos. Jovens no mundo inteiro, inclusive no Brasil, reproduzem o que imaginam terem sido os ensinamentos de Hitler, pintando em seus bra-

ços a suástica. Parece que a sociedade, aqui e acolá, permite que venha à tona esse espírito canibal, violento, sanguinário. No Rio de Janeiro, estamos vendo e vivendo uma forma de violência que é dirigida e paga pelo narcotráfico. Disse ontem, mas quero repetir, que, no meu entendimento, esse problema não é pequeno. Penso que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o atual e os anteriores, nunca tratou o problema como deveria. A Polícia Federal, durante o Regime Militar, foi utilizada como polícia política e desvendava uma série de organizações políticas que estavam na clandestinidade. Essa Inteligência, que acredito ainda estar viva, deveria ser usada para combater essas pessoas. Não concordo com a exposição do Exército. Se o Exército descer daquele morro sem trazer os fuzis e sem prender ninguém, será desmoralizado. Realmente, a situação é complicada e merece uma atenção mais acurada; mas agora não dá mais para descer, é preciso tentar resolver, pelo menos em parte, aquele problema. Parabéns V. Ex^a por trazer a verdadeira informação sobre o problema que o Rio de Janeiro vive.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Obrigado, Senador Sibá.

Sr. Presidente, indago se V. Ex^a me concede mais dois minutos. Eu, rapidamente, muito brevemente, entraria no assunto que me trouxe à tribuna, que é a política de cultura do Governo, que tem sido objeto de críticas, tem sofrido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Já proroguei três vezes o tempo de V. Ex^a, mas vou dar-lhe ainda o tempo necessário para que termine o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Muito obrigado. Agradeço a condescendência de V. Ex^a.

A política cultural tem sido objeto de críticas por querer introduzir uma dimensão social – algo que é visto como intervencionismo – nas manifestações culturais financiadas com recursos de renúncia fiscal. Pessoalmente, acho que está certa essa preocupação do Governo em introduzir o vetor social, sim, naquelas atividades culturais financiadas com recursos públicos provenientes de renúncia fiscal. Há, porém, uma polêmica em torno da política cultural como um todo. Entretanto, há um item sobre o qual não há polêmica nenhuma: a política do desenvolvimento do livro e da leitura, que vem sendo praticada pelo Governo do Presidente Lula. Trata-se de um item extremamente importante, principalmente quando levamos em conta os baixos índices de leitura do nosso povo e da nossa cultura e a importância decisiva da leitura para a formação do pensamento, do espírito crítico, do pensamento amadurecido, enfim, do espírito de cidadania, da cultura de cidadania e da cultura democrática dos povos em geral.

O Governo está lançando o Plano Nacional do Livro e da Leitura, instituído pela Lei do Livro, que foi votada no Congresso Nacional com intensa participação não só do Senador José Sarney como do Senador Marco Maciel. O fato é que essa iniciativa baseada na Lei do Livro é absolutamente pioneira, inédita; é a primeira nos quinhentos anos de nossa história, história que, afinal de contas, nunca deu prioridade, nunca tratou com atenção a questão dos livros. Essa questão sempre foi muito restritiva, especialmente no período colonial, quando era até proibida a impressão de livros em nosso território.

Pela primeira vez em nossa história, existe esse Plano do Livro. Ele tem quatro eixos estratégicos, sobre os quais iria discorrer, mas vou apenas mencioná-los resumidamente: a democratização do acesso ao livro, por meio das bibliotecas do programa de expansão das bibliotecas, do fomento à leitura e à formação, da valorização da leitura, da formação de mestres em divulgação de leitura e em prática de leitura e do apoio à economia do livro, que não é menos importante.

Sr. Presidente, pela primeira vez, como disse, vemos uma política como essa. No ano passado, o Ministério da Cultura gastou quase R\$33 milhões para custear o programa Livro Aberto, mais do que o dobro dos R\$15 milhões gastos no mesmo período em 2004. O dinheiro é empregado em bibliotecas de todo o País, incluindo a instalação e a capacitação de funcionários para gerenciá-las e a produção de eventos culturais nesses locais.

Enfim, Sr. Presidente, há uma série de providências e iniciativas que foram tomadas e que já estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal nesse programa que, repito, é essencial sob o ponto de vista da formação da cidadania, da cultura política brasileira, da cultura de modo geral, do pensamento crítico do nosso povo.

Peço a V. Ex^a que inclua em meu pronunciamento este artigo do Sr. Galeno Amorim, Coordenador Geral do Plano Nacional do Livro e Leitura, publicado no **Jornal do Brasil** em 2 de março último, um artigo muito esclarecedor e de maior importância. Eu pretendia lê-lo, mas tendo sido meu tempo tomado pela questão importantíssima da segurança no Rio de Janeiro, peço a V. Ex^a que o inclua em meu pronunciamento.

Agradeço a benevolência de V. Ex^a e a atenção de todos.

Parece-me que há um último aparte sendo solicitado, o do Senador Marco Maciel. Peço permissão à Presidência para ouvi-lo.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Roberto Saturnino, serei muito breve. Sei que o tempo de V. Ex^a praticamente já se esgotou, mas não quero deixar de cumprimentá-lo pela iniciativa de se referir a esse tema hoje no

Senado Federal. Continuo concordando com V. Ex^a, achando que ainda somos uma sociedade ágrafa, que lê pouco, e que o Poder Público tem um papel decisivo para disseminar a cultura, corrigir desigualdades e assegurar a todos a cidadania. A cidadania começa pelo acesso à cultura letrada e também à cultura digital. Sem isso, não teremos uma sociedade onde todos possam participar adequadamente da vida do País e do seu processo de desenvolvimento. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Eu é que agradeço, Senador Marco Maciel, pelo apar-

te de V. Ex^a, que enriquece meu discurso, V. Ex^a, que tem sido tão atuante, tão presente no que diz respeito a esse tema, que teve participação tão importante na aprovação da Lei do Livro pelo Congresso Nacional e que está sendo a base para o lançamento desse programa do Governo Federal.

Agradeço, Sr. Presidente, mais uma vez.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

A largada do Vivaleitura

GALENO AMORIM

A escolha de 2005 para comemorar o Ano Ibero-americano da Leitura, decidida pelos chefes de Estado que integram a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), foi a senha para a grande mobilização que toma conta do país. Por toda parte um contingente formidável de educadores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, organizações não-governamentais e voluntários em geral estão se juntando a empresas e governos – seja federal, estadual ou municipal – para um movimento nacional pela leitura como jamais se viu no Brasil.

A palavra de ordem que colocou milhares de pessoas nas ruas, praças, escolas, bibliotecas, locais de trabalho, entre tantos outros, é Vivaleitura. Foi com este nome que o Brasil batizou o generoso e farto calendário de eventos, projetos e outras ações em favor do livro, da leitura e das bibliotecas.

O Vivaleitura tem sido considerado a mais extraordinária mobilização já ocorrida no país em favor da leitura. Em 2005, e nestes primeiros meses do ano, já que o calendário termina oficialmente em março, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, estima-se que mais de 100 mil parceiros desenvolveram ações de fomento à leitura em praticamente todas as cidades brasileiras.

O tema leitura entrou definitivamente, durante o ano passado, na agenda nacional. Foram estabelecidas as diretrizes básicas para a Política Nacional do Livro até 2022, o livro deixou de pagar imposto, ainda, foi instalada uma câmara setorial. O maior ganho, porém, será o lançamento do Plano Nacional de Livro e Leitura, o mais importante passo para converter a questão da leitura em política de Estado.

Lançado em dezembro de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Vivaleitura começou identificando e reunindo tudo aquilo que já se faz no país – e que não é pouco! Estabeleceu parcerias, estimulou a integração de ações e articulou a criação de novos projetos e programas para ampliar sua abrangência e o público beneficiado. No início do ano passado, o presidente reuniu vários de seus ministros e os presidentes da Câmara e do Senado para debater a produção de livros com editores e livreiros. O resultado dessa reunião foi a lei que acabou com as taxas e impostos sobre livros no Brasil.

Está na pauta de 13 ministérios, liderados pela Cultura e Educação, a elaboração do primeiro Plano Nacional do Livro e Leitura da história nacional. E medidas que vão desde a criação da Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura até a criação de um fundo especial para fomentar a leitura, com a contribuição de 1% sobre a venda de livro no Brasil para financiar políticas públicas.

Organizadas no Brasil pelo governo brasileiro e por organismos internacionais como a Unesco, a OEI e o Cerlalc (Centro de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe), as comemorações do Vivaleitura tiveram uma forte adesão dos meios de comunicação. *Outdoors* podem ser vistos nas ruas de grandes cidades como São Paulo numa alegre e saudável banalização, no bom sentido do termo, do livro e da leitura. Sem contar a campanhas de estímulo à leitura com os atores Reynaldo Gianecchini e Cleo Pires falando sobre o papel do livro em suas vidas. Várias conferências, debates, estudos e pesquisas sobre comportamento leitor foram realizadas. Cortando essas ações, vai acontecer nos dias 12 e 13 de março, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o Fórum PNLV Vivaleitura.

O Brasil descobre que a leitura, além de fonte inesgotável de prazer e conhecimento, tem papel preponderante na estratégia de construção de uma nação desenvolvida, justa e solidária. Esse é o primeiro passo para aumentar em 50% em três anos, o índice nacional de leitura, atualmente estacionado na casa do 1,8 livro por habitante/ano. Foi dada a largada!

O Brasil descobre que a leitura, além de fonte inesgotável de prazer e conhecimento, tem papel preponderante na estratégia de construção de uma nação desenvolvida, justa e solidária. Esse é o primeiro passo para aumentar em 50% em três anos, o índice nacional de leitura, atualmente estacionado na casa do 1,8 livro por habitante/ano. Foi dada a largada!

Coordenador geral do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e presidente do Conselho Diretivo do Vivaleitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Senador Roberto Saturnino, é de extrema importância o pronunciamento de V. Ex^a. A propósito, li com muita alegria neste fim de semana algo sobre a iniciativa da Prefeitura de São Paulo de estimular a leitura para o primeiro grau. Hoje, há o Clube de Leitura, e acho que o Brasil todo deveria seguir essa projeção que V. Ex^a faz em seu discurso.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Senador Romeu Tuma, quero apenas pedir a minha inscrição pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, mas para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a pode usar da palavra. Está inscrito o Senador Paulo Paim, mas, falando pela Liderança, V. Ex^a tem prioridade, ainda que o Senador esteja esperando desde as duas horas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sei que tenho preferência, mas agora, como V. Ex^a sabe, há preferências em outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a está encarregada de alertar a Mesa no momento oportuno.

Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco se necessário for.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, se a Senadora Ideli soubesse o teor do meu discurso, tenho certeza de que faria questão de que eu falasse. De qualquer forma, S. Ex^a acabou cedendo o seu tempo, mas vai falar ainda antes da Ordem do Dia. Quero agradecer também ao Senador Heráclito Fortes, que cedeu o seu tempo para que eu pudesse usar a tribuna, eu que tenho dedicado grande parte do meu mandato aqui em defesa de todos os que são discriminados, sejam negros, índios, crianças, deficientes, idosos ou mulheres. E não poderia ser diferente.

Hoje é dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Por isso, Presidente, quero iniciar o meu pronunciamento rendendo as minhas homenagens às mulheres latino-americanas, que, no passado, desafiaram a sociedade com grandes causas, fazendo história e sonhando com ideais que hoje podemos ver tornando-se realidade.

Quero lembrar de Juana Azurduy, mestiça boliviana que, em 1816, Senador Romeu Tuma, vestindo um uniforme masculino, liderou uma carga na cavalaria contra os espanhóis em defesa da sua pátria. Pessoal-

mente, capturou na mão do inimigo a bandeira do seu país. Esse feito rendeu a essa mulher uma homenagem oficial e uma grande congratulação da cavalaria, tendo sido colocada entre os heróis da pátria por ações heróicas naquele país.

Desejo mencionar também o nome de Alfonsina Storni, poetisa, jornalista. Destacou-se por denunciar as injustiças sociais de seu tempo e por participar ativamente dos movimentos das mulheres. Alfonsina nasceu na Suíça, mas viveu na Argentina. Alfonsina dizia sempre que a mulher é um ser político na sua essência, pois, ao discutir ser contra ou a favor do feminismo, ela está fazendo política. As responsabilidades que ela assume ao longo da sua vida e com muita competência significa fazer política. Infelizmente, Alfonsina morreu tragicamente por afogamento no mar em 1938. A sua morte até hoje não foi bem explicada.

Senador Mão Santa, o seu nome estava escrito no meu discurso e, casualmente, V. Ex^a chega aqui agora. Senador Mão Santa, trago também a lembrança da piauiense Jovita Alves Feitosa, que, aos 17 anos de idade, foi voluntária na guerra contra o Paraguai. Lembro-me de que o periódico **Liga e Progresso** escreveu em 1865: “Todos corriam para vê-la. As fotografias se reproduziam todos os dias e era raro quem não tivesse um retrato da voluntária do Piauí”, que foi uma líder na defesa de nosso País. Hoje, em lembrança e homenagem a essa grande mulher, existe uma fotografia de Jovita no Museu de Mitre, em Buenos Aires.

Não poderia deixar de citar, meu Presidente Senador Romeu Tuma, a grande figura de Ana Maria de Jesus Ribeiro, Anita Garibaldi, “a heroína dos dois mundos”, mulher, soldado, enfermeira e mãe, admirada pelos brasileiros e pelos italianos por sua batalha em nome da liberdade e da justiça. Como disse um dia o poeta Alcy Cheuiche: “Anita, morena da pele macia, amante de noite, soldado de dia, um filho num braço, no outro um fuzil...”.

Mas quero hoje, Senador Sibá Machado, homenagear também cada brasileira de Norte a Sul de nosso País, todas as Marias, Joanas, Andréias, Fernandas, Bárbaras, enfim todas elas, que riem muitas vezes quando querem chorar, que gritam quando estão felizes, que lutam por aquilo que acreditam, que aconchegam para embalar, que cantam e encantam e fazem das nossas vidas um caminhar de beleza.

Ao render esta homenagem justa, quero trazer uma breve reflexão sobre a mulher atual, já que o perfil da mulher brasileira mudou e lhe acarretou mais atividades e mais responsabilidades.

Hoje ela busca sua independência, sua liberdade, sua realização profissional, sua nova identidade, sem deixar de ser mãe, amiga, esposa, amante, profissional e companheira.

Quero também expressar a minha profunda preocupação com outro aspecto, Senador Sibá Machado: a violência contra as mulheres ainda está muito presente na nossa sociedade.

Consciente dos sofrimentos de mulheres e crianças, em especial as que são submetidas diariamente à opressão, à agressão, ao preconceito, ao racismo, vejo-me, nesta tribuna, mais uma vez, na obrigação de buscar mecanismos legais de investigação, punição e prevenção contra todo tipo de violência, principalmente contra mulheres e crianças.

A situação brasileira de violência contra a mulher afeta mulheres de todas as idades, raças e classes sociais e tem se perpetuado, infelizmente, graças à omissão e ao pacto de silêncio que ainda existe. Especialistas estimam que, para vinte casos de violência no País, apenas um é denunciado em relação à mulher.

Diante desses dados, não podemos nos calar, não podemos fechar nossos olhos para as evidências. Temos o dever de continuar debatendo, debatendo, debatendo e alterando a legislação, para conferir mais punição aos agressores.

Sr. Presidente, quero registrar palavras de ternura e de agradecimento a todas as mulheres: por elas, por nós, por nossos filhos, por nossas vidas. No meu entendimento, Deus plantou na terra a mais bela flor, as mulheres, que são rosas. Elas que guiam os poetas, que nos fazem levantar. São criação divina de beleza, de amor, de generosidade e de inspiração.

Apesar do preconceito em relação às mulheres, elas continuam avançando em todos os campos. Elas têm galgado cargos importantes na área política. Vejam as nossas Senadoras, as nossas Deputadas. No Governo Lula, são cinco Ministras e teremos, ainda neste ano, uma mulher Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Os dados mostram que, entre os formandos de nível superior, no mínimo, 50% são mulheres, podendo chegar a dois terços.

Parabéns a você, mulher, que tem a ternura, o embalo, que sabe levar o berço, que sabe ser uma mestra e que orienta os nossos destinos! Parabéns a vocês, guerreiras, que têm sabedoria suficiente para ensinar, renovando, com a sua luz, cada novo amanhecer!

Senador Sibá Machado, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, também gostaria de apartear-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, pensei que hoje seria a sessão de homenagem à mulher.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Como amanhã, dia 9, as mulheres usarão a tribuna de forma sucessiva, estou falando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a manifesta nossa tendência feminina.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Fiquei bastante impressionado com o discurso de V. Ex^a. Sinto-me contemplado com o que V. Ex^a traz na tarde de hoje. Gostaria de fazer minhas suas palavras. Faço este aparte para dizer que, durante meu curso de Geografia, fizemos um debate sobre a invenção da agricultura. Foi muito interessante, porque, ao final da glaciação, as mulheres descobriram que, ao jogar sementes de frutas próximo à suas residências, elas cresciam e davam novos frutos. Assim, ela passou a organizar melhor a distribuição das sementes. Estava ali criada a agricultura. Com essa descoberta, a mulher teve sua independência política e passou, no período Neolítico, a dominar também o poder da sociedade. No período das disputas por novos territórios, as mulheres precisaram de um braço armado para resolver os conflitos. Solicitaram, então, a volta dos homens, agora como defensores do território. Eles foram armados, treinados, adquiriram tática de guerra e, depois que dominaram isso muito bem, viraram-se contra as mulheres e retomaram o poder político e a propriedade do conhecimento da agricultura e da pecuária. Assim posso dizer que as mulheres fizeram um péssimo negócio, ao final do Neolítico, perdendo o seu poder político. E de lá para cá, as coisas têm sido do jeito que muitos aqui já conhecem. E sobre o que V. Ex^a aponta aqui no final do seu discurso, acho que precisamos avançar um pouco mais; precisamos ser muito mais rígidos na abertura do espaço de participação das mulheres no processo político, no comando do poder. Tem de haver mais mulheres no Judiciário, mais mulheres aqui, no Congresso Nacional, mais oportunidades de gestão no Executivo, e assim por diante. Há isso de dizer que abriremos 30% de participação para mulheres em cargos proporcionais – Vereadoras, Deputadas, Senadoras etc –, só que, na hora, o Partido não preenche, não dá essa oportunidade. E o resultado é esse que nós temos: ainda é pífia a participação feminina no Congresso Nacional, que me parece que está na ordem de menos de 9% na Câmara dos Deputados e cerca de 11% a 12%, no Senado Federal. Mas faço

minhas as palavras de V. Ex^a e o parabeno pelo brilhante pronunciamento neste 8 de março.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, agradeço V. Ex^a. A sessão de amanhã foi organizada principalmente pelas mulheres, e homens as estamos homenageando hoje. E estaremos aqui amanhã, ouvindo-as com certeza absoluta.

Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, ontem, fez aqui um pronunciamento emotivo, e, em seguida, eu também o fiz, espelhando-me nas suas palavras, sobre a questão do racismo. Hoje, novamente, V. Ex^a traz à tribuna outra mensagem que todos nós gostaríamos de fazer e assinar embaixo. As mulheres modernas, com sua coragem, seu talento e sua dedicação, estão avançando muito, vencendo as batalhas do preconceito de uma sociedade ainda machista em que vivemos. Além de mãe, companheira e amiga, a mulher moderna aprendeu, hoje, a ser uma profissional, muitas vezes superando homens que se dizem todo-poderosos, que se arrogam um maior conhecimento. A mulher, que lava roupa, costura, cozinha, que é empresária, professora, mãe, venceu todos os preconceitos e conquistou mais do que uma data no calendário; conquistaram o nosso respeito e a nossa admiração. Por isso, esta homenagem. Cumprimento aqui todas as inúmeras funcionárias do Senado Federal, as que nos assessoram e todas que trabalham no Congresso Nacional, desde as humildes serventes. Ao cumprimentá-las, cumprimento a todas as mulheres do Brasil e faço aqui uma homenagem a minha mãe, Rosina Pavan, de 86 anos, que, com toda a sua coragem e garra, quase todos os dias da semana, vai à igreja fazer uma oração para que possamos continuar com a nossa luta. Uma homenagem a todas as mulheres do Brasil em nome das funcionárias do Congresso Nacional e de minha mãe, Rosina Pavan. Parabéns, Senador Paulo Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, pela sua colaboração.

Senador Magno Malta, ouço com satisfação o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Paulo Paim...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – (...) certamente não tenho a facilidade e a competência de V. Ex^a, em ocasião específica como esta, de trazer à luz, à baila, fruto de pesquisa e de conhecimento, fruto da sua militância, do seu entendimento, da sua visão de País, da sua luta na causa dos menos favorecidos, um discurso tão belo, tão rico. V. Ex^a fala dessas mu-

lheres guerreiras, citando episódios que escreveram o seu nome na história. Mas o que falar da senhora sua mãe, que produziu um fruto tão bom para este País? (Palmas.)

Entendo que esse aplauso tenha sido para V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, Senador, quero apenas dizer que tenho certeza de que, lá de cima, ela está ouvindo suas palavras neste momento. Só isso.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Um fruto tão bom. Fui Deputado com V. Ex^a e, se pudesse, hoje, daria uma medalha a sua mãe. Se pudesse, hoje, dedicaria o dia inteiro a sua mãe. Se o Brasil tivesse trinta Pains, quem sabe, a nossa miséria seria menor, já teríamos um salário mínimo digno, decente, já teríamos produzido um pouco mais de honra. Porque a honra do homem é o seu trabalho. Há aqueles que precisam colocar pão na mesa dos filhos. Quem sabe, aqueles que conviveram com a sua mãe, que com ela viveram, que com ela militaram ao longo dos anos que viveu, os vizinhos, a família, quem sabe, teriam histórias benditas, de exercício de misericórdia, de cidadania e ação materna para dar e vender e fazer inveja a quem não tem. Prova mais cabal é o seu comportamento, a sua figura, a sua ética, a sua luta em favor da nossa raça e ainda dos segmentos mais simples e mais pobres da nossa raça. Então, V. Ex^a é um representante de todos nós. Muito obrigado à figura da sua mãe. E agradecidos à figura da sua esposa, que lhe suporta nos seus momentos de desespero e de angústia. Eu já vi V. Ex^a angustiado, desesperado, ao ponto de jogar uma Constituição num colega que ousou desmenti-lo na questão do salário mínimo, tal era o seu desespero. Quem sabe não fosse a sua esposa, com a capacidade que tem de compreensão, V. Ex^a não estaria aqui hoje. Por isso minha homenagem à sua mãe, à sua esposa e às suas filhas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Minha mãe faleceu há três anos e meu pai, há mais de trinta anos. Sei que, lá de cima, eles estão se sentido homenageados neste momento.

Concluo, pedindo a tolerância da Mesa, um minuto a mais. Não vou falar da minha mãe, mas de todas as mulheres deste País. Vou fazer uma pequena homenagem a uma jornalista gaúcha, Ana Amélia Lemos, que recebe hoje o Troféu Mulher Imprensa, em São Paulo.

Ana Amélia conquistou, com seu conhecimento e dedicação, o reconhecimento profissional. É umas das jornalistas mais importantes do Grupo RBS, atuando na sucursal em Brasília. Possui uma coluna di-

ária no jornal **Zero Hora**, é comentarista de televisão e rádio. Essa mulher vencedora como jornalista e na vida particular, com certeza, é considerada um ícone da comunicação brasileira.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras! Parabéns, Ana Amélia! Você é um orgulho do povo gaúcho, com certeza, um patrimônio do jornalismo brasileiro.

Termino com essas palavras, Sr. Presidente.

Senador Zambiasi, V. Ex^a a conhece muito bem e sei que comunga dessa pequena homenagem a Ana Amélia, que recebeu esse justo prêmio por tudo o que tem feito.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paim, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Permita-me ocupar esses 30 segundos que restam do seu tempo, primeiro, para cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, sempre carregado de muita sensibilidade, uma característica que marca sua trajetória e sua pessoa. Pronunciamento como o de hoje não poderia vir de uma pessoa que não tivesse o perfil de V. Ex^a, que conhecemos tão bem. Quero me associar às homenagens à jornalista Ana Amélia Lemos, minha ex-colega...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sei que V. Ex^a fala também pelo Senador Simon, que não está aqui neste momento.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Não tenha dúvida! Os três Senadores do Rio Grande do Sul são unânimes em relação a essa lembrança oportuna que V. Ex^a traz, quando aborda o trabalho jornalístico dessa grande mulher, que é uma das mais respeitadas vozes do Rio Grande do Sul e que, hoje, ganha reconhecimento nacional. Eu não poderia deixar de somar também a minha voz – e, sem dúvida nenhuma, à do nosso querido Senador Pedro Simon – à de V. Ex^a, neste momento em que ocupa a tribuna para referir-se à passagem deste dia, que é uma referência mundial, em homenagem a todos. Li algo sobre Frei Betto hoje, e ele se referiu “ao seu lado mulher”. Achei as palavras dele muito sensíveis e muito fortes. Não podemos perder oportunidades tão ricas como esta e deixar de nos manifestarmos sobre temas de tamanha sensibilidade. Parabéns, Senador Paulo Paim, e parabéns também à nossa querida Ana Amélia Lemos!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, o seu pronunciamento é incorporado ao deste Senador.

Fica aqui, então, a homenagem de todo o povo brasileiro a todas as mulheres: às mulheres mães, às mulheres que não são mães, às mulheres – façamos aqui uma homenagem simbólica – que já faleceram,

às mulheres de outros países, às mulheres pobres, às mulheres que choram seus filhos, às mulheres ricas; enfim, a todas as mulheres.

Que este dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, seja não só um momento de reflexão, mas também de ação e de valorização do Parlamento brasileiro às mulheres do nosso País e – por que não dizer – às mulheres do mundo.

Viva o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher!

Tenham a certeza de que amanhã, na sessão de homenagem às mulheres, nós estaremos presentes.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro. PFL – MT) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tasso Jereissati, pela Liderança do PSDB.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, hoje eu estava me preparando para fazer um pronunciamento sobre o resultado do crescimento do PIB brasileiro no ano passado, que foi, sem dúvida nenhuma, Senador Mão Santa, profundamente decepcionante, o pior crescimento de toda a América continental, o pior de todos os países emergentes. Este País foi o que menos cresceu entre todos os países emergentes.

Procurei entender o porquê desse desempenho tão ruim, já que outros dados da economia pareciam bons. É evidente que todos os dados da economia que parecem bons se apagam se o crescimento, que é o resultado final, for ruim. O que interessa é o crescimento; o resultado final é o crescimento. É o crescimento que gera emprego e que gera riqueza. Ora, se a economia não está gerando nem riqueza nem emprego, evidentemente ela vai mal.

Mas vi que ainda não estava preparado, porque uma série de números estava ainda inconsistente na minha cabeça. Então, pedi ao Líder Arthur Virgílio que me cedesse o espaço da Liderança para solicitar alguns esclarecimentos à Mesa. Quero tornar públicos alguns desses esclarecimentos.

Um desses pedidos me intrigou sobremaneira. O Ministério do Planejamento divulgou, em janeiro, que o investimento público liquidado no ano passado foi de R\$7,9 bilhões – esse valor representaria o investimento efetivo do Orçamento de 2005. Já o Tesouro Nacional anunciou, utilizando-se dos dados do Sifai, que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões. Repito: o Ministério do Planejamento

anunciou R\$7,9 bilhões e o Tesouro, R\$17,3 bilhões, ou seja, houve uma diferença de R\$10 bilhões, cujo valor é absolutamente relevante.

Procurando esses números no fechamento do Siafi, observei que, se o investimento liquidado do Orçamento de 2005 foi de R\$17,3 bilhões e o valor pago foi de apenas R\$5,8 bilhões, significa que R\$11,4 bilhões de investimentos feitos no ano passado, Senador Tebet, ficaram para ser pagos este ano. Ou seja, do investimento feito pelo Governo Federal no ano passado, R\$17 bilhões, segundo anúncio do Tesouro Nacional, foram pagos apenas R\$5,8 bilhões; então, R\$11,8 ficaram para ser pagos este ano.

Isso representa uma distorção grave e um disfarce grave para todos nós e para a política econômica de maneira geral. Primeiro, porque isso pode significar um disfarce no superávit primário, Senador Sérgio Cabral. Ou seja, o superávit primário do Governo Federal, tão decantado e anunciado e que tem uma relação direta com o número da inflação – e, portanto, com os juros – e que tem uma relação direta com os juros, que influenciam no crescimento, não é aquele que se pensa, porque, disfarçados atrás desse superávit primário, há R\$11 bilhões de gastos que não apareceram. Estão disfarçados, jogados para este ano.

Há outro disfarce enganando diretamente todos que ainda estamos brigando pelo Orçamento deste ano. Se isso é verdadeiro – e esse é o esclarecimento que peço –, o Orçamento deste ano, pelo qual estamos brigando e que nos foi tão cobrado pelo Governo, é uma fantasia, porque claramente não será executado. O Governo pagará, neste ano, uma dívida de R\$11 bilhões do ano passado, e, portanto, o Orçamento pelo qual estamos brigando serve apenas para manter os Senadores e Deputados ocupados em torno de uma fantasia, sendo feitos de bobos nessa brincadeira toda.

Assim, quero entender por que, todos os dias, o Governo Federal vem a público dizer que a economia é o seu grande trunfo e que vai muito bem se o Brasil teve o menor crescimento entre todos os países emergentes, o pior de toda a América continental.

Vejam bem, Senadores Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Gerson Camata e Mão Santa, que, em relação ao crescimento mundial, apenas no período Collor o Brasil cresceu tão pouco. Tenho procurado, nestes últimos dias – V. Ex^{as} sabem que me dedico também a outras coisas e a outros probleminhas –, entender por que o Brasil teve esse crescimento tão píffio, já que, diariamente, lemos nos jornais e ouvimos as entrevistas do Governo dizendo que a economia é boa.

Presidente José Sarney, não sei por que V. Ex^a nunca fez um pronunciamento sobre o assunto, pois está comprovado que, durante seu Governo, o crescimento da nossa economia em relação ao mundo foi muito maior que agora. No entanto, esse é um período tido e havido como mau para a economia brasileira, e V. Ex^a sabe disso melhor que eu.

Concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Tasso Jereissati, infelizmente, não tive a honra de ser ouvido por V. Ex^a, mas, há uma semana, na comemoração dos 20 anos do Plano Cruzado, tive oportunidade de fazer, nesta Casa, um relato sobre o período do meu Governo, sobretudo quanto à parte econômica, dizendo, justamente, que o Brasil cresceu uma média de 5% ao ano e que esse número não foi repetido, até hoje, por Governo algum que me sucedeu. Ao contrário, ficamos patinando em 2% a 3% durante toda a década de 90 e até agora. Fiz o discurso justamente dizendo isso, não só em relação ao PIB, como também quanto à renda **per capita**. A taxa de desemprego era de 2,39 – a menor da História do Brasil – quando deixei o Governo, em dezembro de 1989. Então, esses números eu citei. Infelizmente, não tive a honra de ter meu discurso ouvido pelo querido amigo, mas tenho procurado, pelo menos silenciosamente, defender um patrimônio que não é meu, mas que foi do tempo em que fui Presidente da República. V. Ex^a, que tanto me apoiou e que estava ao meu lado, sabe perfeitamente o quanto lutamos. Os resultados foram bons, hoje todos nós sabemos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – V. Ex^a, então, está notando que, apesar de não ter ouvido seu discurso, tenho lido e estudado sobre seu Governo para fazer essas comparações, a ponto de mostrar que alguma coisa na propaganda está altamente enganosa.

Venho pedir, ao encaminhar este requerimento à Mesa, Presidente Jonas Pinheiro, que a Liderança do Governo explique essas diferenças e a propaganda que está sendo feita, porque, evidentemente, há alguma coisa errada quando se diz que tudo vai bem.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Ouço o ponderado discurso de V. Ex^a, que faz uma análise da situação econômica do Brasil, certamente com a vista voltada para o futuro. Senador Tasso Jereissati, ao lado de todas as considerações que V. Ex^a está fazendo, preocupa-me o fato de não saber o que vai acontecer em 2006. Pode ser que o desenvolvimento da nossa economia seja ainda mais píffio do que o do ano de 2005. V. Ex^a se referiu à peça orçamentária. Estamos já em março, e ela não foi sequer aprovada.

V. Ex^a sabe que a legislação eleitoral para convênios com Municípios e Estados prevê que qualquer coisa só poderá ser feita até 30 de junho do corrente ano. Então, veja V. Ex^a que, para 2006 também, o prognóstico é ruim, o que lamento profundamente. Todos nós, que desejamos o crescimento do Brasil, lamentamos que estejamos patinando, enquanto outros países, como a Argentina, que passou por momentos graves, o Chile e o México, estão avançando. Os dados internacionais demonstram que, na América, só estamos ganhando do Haiti, justamente onde estão as nossas tropas. Colômbia, Venezuela, todos têm crescimento econômico maior que o do Brasil. Isso nos traz uma grande preocupação, e só um homem da estatura de V. Ex^a e outros que aqui se encontram podem fazer tal análise, que, espero, seja um apelo para que se promova o crescimento, o qual, sob o meu ponto de vista, não vai acontecer se não houver redução da taxa de juros. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, por sua contribuição.

Como permanece a dúvida, encaminho à Mesa e à Liderança do Governo requerimento solicitando que seja esclarecido se são corretos os números do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – de que o investimento público liquidado do Governo Federal, em 2005, foi de apenas de R\$7,9 bilhões, valor semelhante ao investimento de 2003, que foi o menor desde 1984 e, portanto, um dos menores investimentos da História recente deste País, e não há crescimento sem investimento – ou se o são os números do Tesouro Nacional, de que o investimento público liquidado do ano passado foi de R\$17,3 bilhões.

O Governo deixou uma conta de R\$11,4 bilhões para ser paga neste ano. Se ela tivesse sido liquidada no ano passado, isso teria mostrado que, de fato, o resultado primário do Governo Federal em 2005 piorou sensivelmente em relação a 2004, agravando as contas públicas nacionais e, portanto, a situação dos juros, com conseqüências no crescimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Jonas Pinheiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Eu gostaria de informar à Casa, em função de reunião que realizamos ontem com os Srs. Líderes partidários, que não há acordo para avançarmos na Ordem do Dia, ou seja, para apreciarmos seis medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado Federal.

Portanto, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.*

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais para os fins que especifica.*

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de*

peçoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

9

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Amanhã, faremos uma reunião com os Líderes, às 11 horas, para tentarmos acertar o mérito dessas medidas provisórias e, quem sabe, votá-las na sessão, à tarde.

Amanhã, às 10 horas, teremos uma sessão especial pelo Dia Internacional das Mulheres. É o registro que eu gostaria de fazer. Na verdade, hoje é a data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, a que horas será a sessão de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Às 10 horas.

À tarde, a sessão será normal, ordinária, quando tentaremos votar as seis medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico à Casa que, agora, no Salão Negro do Senado Federal, teremos o lançamento do livro do Consultor João Bosco, que publica todos os discursos de posse dos Presidentes do Senado Federal. Encafeço, portanto, a presença de todos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. Em seguida, pela Liderança da Minoria, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Após S. Ex^a, concederei a palavra ao Se-

nador João Batista Motta, conforme rodízio que preestabelecemos, e o que me informa a Mesa.

Senador Jefferson Péres, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a pré-semana do Carnaval e a semana carnavalesca, o Senado ficou duas semanas sem votar nada. Preocupa-me o fato de, também nesta semana, não haver votação. Já que não sou Líder, portanto não participarei da reunião, penso que seria bom, na hipótese de não haver acordo, votarmos a medida provisória – aprová-la ou derrubá-la – para desobstruir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – É exatamente isso que será feito. A não ser que não haja quórum. Nesse caso, não poderemos deliberar. Mas faremos exatamente isso, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, o Governo do Senhor Lula obriga-me a, todos os dias, vir à tribuna, chamar a atenção para as coisas que acontecem neste País desgovernado, mal-administrado, do qual a corrupção tomou conta.

O Bolsa-Família tem sido tratado, aqui, Sr. Presidente, como algo excepcional. Em primeiro lugar, o Bolsa-Família é produto de dois Srs. Senadores: Cristovam Buarque e Antonio Carlos Magalhães. Fui eu quem criou o Fundo da Pobreza, que facilitou e permitiu o Bolsa-Família. Mas as denúncias de irregularidades no Bolsa-Família vêm de todo o País. Até mesmo no pequeno Município de Bocaiúva, terra natal do Ministro Patrus Ananias, foram identificadas fraudes no Bolsa-Família: famílias da classe média e até de classes mais altas recebem o benefício do Bolsa-Família, enquanto que as famílias verdadeiramente carentes permanecem desassistidas e passando fome.

O Fome Zero foi mais um engodo de Lula perante a Nação brasileira. Cartões são distribuídos sem controle, muitas vezes beneficiando três ou quatro vezes a mesma família, como vou provar. Cadastros são feitos com fins claramente eleitoreiros. O Bolsa-Família é o carro-chefe da votação do falido PT. A desorganização é tanta que o próprio Ministro, em dado momento, declarou-se resignado com tantas e tantas fraudes.

O exemplo de Guaribas, no Piauí, é o mais emblemático. O Presidente lá esteve, há aproximadamente dois anos, e “Guaribas está pior do que quando ele foi” – é o testemunho do Prefeito local de que não melhorou coisa alguma. Lá, como em todo o País, o Governo mostrou a sua incompetência e, sobretudo, a sua corrupção.

Além da falta de fiscalização, da desorganização e da improbidade dos atuais governantes, há um outro grave problema, que é sempre lembrado com justa razão pelo Senador Cristovam Buarque: o benefício afastou-se de seu objetivo inicial ao deixar de exigir contrapartidas, como a frequência escolar.

Hoje, os programas sociais, pelos quais tanto lutou o Congresso Nacional, aprovando o Fundo de Combate à Pobreza, de minha autoria, tornaram-se meros instrumentos assistencialistas de maus e desonestos gestores públicos.

Meu Estado, Sr. Presidente – por isso estou na tribuna –, não escapa dessa desonestidade que se arrasta pelo País. Tenho, aqui, o jornal **A Tarde**, o de maior circulação na Bahia, que não é ligado a mim, pelo contrário, é Oposição, que traz matéria com o seguinte título:

Fraudes no Bolsa Família.

– Em Barreiras, já foram identificados 2.500 cadastros com irregularidades.

– Em Conceição do Almeida, comerciante foi cadastrado...

– Em Teixeira de Freitas, o Ministério Público começa a investigar desvios.

O Ministério Público já investigou e detectou centenas de pessoas qualificadas que jamais poderiam receber o Bolsa-Família. Essa a situação que se apresenta por toda parte. Portanto, é indispensável que tomemos providência.

Enquanto tudo isso acontece, vemos que o Lulinha se desenvolve cada vez mais. A Telemar deu a esse novo “gênio” – não é o Lula é o Lulinha – R\$15 milhões. Todos os dias, cobro das Lideranças, dos meus Colegas petistas, que digam alguma coisa sobre isso, que esclareçam, que falem sobre Vavá, o irmão do Lula, que entra na Petrobras e no Ministério da Saúde e que faz os contatos com empresários por meio de comissões polpudas que recebe; que falem nesse Okamoto

Hoje, a **Folha de S.Paulo** traz mais uma desse incrível Okamoto, que é o patrocinador familiar do

Governo Lula, que já pagou não só empréstimos pessoais de Lula como também cartões de crédito, como também agora paga as dívidas dos amigos de Lula. E este homem, foi dito aqui da tribuna, com lágrimas nos olhos dos petistas, que era um homem paupérrimo, que não tinha recursos para nada. Mas isso tudo fica como se não houvesse coisa alguma, como se o povo brasileiro estivesse todo anestesiado pela publicidade, que é de mais de R\$1 milhão por dia, deste Governo desonesto.

Ou se toma, Sr. Presidente, uma providência contra essa publicidade enganosa e que é paga com o dinheiro público do contribuinte ou nós realmente caminhamos, quem sabe, para uma ditadura da qual ninguém sabe quais serão as conseqüências.

Sou um homem que acredita muito na sua inteligência. Acho, Sr. Presidente Renan Calheiros, que V. Ex^a é um dos homens mais inteligentes que conheço, não só pela sua habilidade política, competência e seriedade como pela maneira como está presidindo o Senado, digna realmente de elogios. Não é subserviente. Tem lá suas ligações, infelizmente, com o PT, coisas do seu Partido, mas é um homem que não é da laia que aí está.

Portanto, nós, Senadores, esperamos ter a oportunidade de ver o Senado pelo menos se defender das acusações indiretas que todos os dias são lançadas nos programas de televisão pelo Presidente da República e pela sua equipe de Governo. Nós não podemos ficar desmoralizados quando os ladrões são eles.

Nós temos, Sr. Presidente, de encontrar uma fórmula. Estamos todos querendo ajudá-lo, porque V. Ex^a realmente tem o interesse de elevar o padrão, o nível do Congresso Nacional. Vamos trabalhar por uma solução. Sei que V. Ex^a tem o direito de ir à televisão, porque eu, como Presidente do Senado, fui várias vezes. Mas é preciso que esse direito passe também para os partidos políticos, porque a desigualdade é extremamente afrontosa no momento em que o Presidente da República usa o dinheiro público para fazer publicidade atacando todos nós.

Sr. Presidente, este Governo cai a cada dia na opinião dos homens sérios, mas nem todos são sérios. Conseqüentemente, temos de alertar a população, toda ela, contra o que está acontecendo no Brasil, onde o responsável maior é o Presidente da República, que a toda parte que vai comete gafes. Ainda ontem, fez a Rainha esperar algum tempo. Os jornais ingleses hoje salientam esse ponto.

Logo, Sr. Presidente, está no momento exato de este Senado crescer, defendendo a seriedade da política brasileira e pedindo, como hoje é o Dia Internacional da Mulher, que as mulheres também participem, assim como os estudantes e todos, para dar fim a este Governo incompetente e desonesto que mancha a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, inscrito no revezamento que estamos fazendo.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati falou há pouco da tribuna sobre a falta de crescimento deste País e mostrou que o Governo Federal está preocupado mesmo com a mídia, em fazer propaganda. O Senador Antonio Carlos Magalhães acaba também de falar sobre as injustiças cometidas pelo Governo em seus projetos sociais.

Abordarei, neste momento, mais duas injustiças que se cometem neste País, injustiças que são repetidas cada dia que se passa neste Governo.

A primeira refere-se a um pedido de anistia política feita por um cidadão chamado Antônio Guedes da Silva, que, no meu Estado, é conhecido como João Trindade. Ele entrou com um pedido junto ao Ministério da Justiça no dia 14-10-2003 e até o momento não foi publicado. Faz quase três anos e, até agora, nada foi resolvido.

Ele sofreu muito durante a ditadura militar com perseguições, prisões, pois era do Partidão, tendo de fugir do Estado de Pernambuco, sua terra natal, para o meu Estado, o Espírito Santo, onde mora até hoje.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Antônio Guedes tem quase 80 anos de idade, sofre de uma doença grave do coração, já passou por várias cirurgias. É diabético, está desempregado, não tem renda nenhuma e vive de favores dos amigos. Cumpre todos os itens do art. 4º da Portaria Interministerial nº 447, de 06 de maio de 2002, para prioridade de seu processo, mas o Governo atual não dá a menor importância para esse caso e muitos outros dessa natureza. Dá atenção, sim, a casos que dão mídia, que fazem propaganda, como é o caso do processo da filha do Sr. Luiz Carlos Prestes, Anita Prestes, que protocolou pedido de anistia política em 3-2-2004, ou seja, Sr. Presidente, depois do

pedido feito pelo Sr. João Trindade, e recebeu R\$100 mil por essa anistia. Só que ela doou esse dinheiro ao Instituto de Câncer e disse o seguinte:

“A lei contempla situações variadas. Eu discordo com a concessão das indenizações que estão levando às injustiças, já que uns ganham muito e outros nada. Esse dinheiro poderia ser mais bem investido, já que existem tantas outras pessoas na miséria.”

O Processo nº 2003.01.32482, do Sr. João Trindade, nome com que é conhecido no meu Estado, encontra-se no Setor de Análise da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, esperando a boa vontade...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – ...daquela Comissão, que tem como Chefe e Secretário-Executivo o Sr. Jorge Antônio Guimarães Vidal.

Espero, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Ministro da Justiça tome providências, que tenha um pouquinho de responsabilidade com aqueles que mais necessitam, e parem de jogar para a mídia e de fazer propaganda com a miséria e com a desgraça dos pobres que sempre lutaram por nossa democracia.

Senador Magno Malta, apenas mais um minuto, porque vou abordar outro tema ao qual, tenho certeza, V. Ex^a também vai querer se reportar.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Só para que eu não esqueça, Senador Motta, temos um capixaba chamado Perli Cipriano, dentro do Ministério da Justiça; é o auxiliar mais direto de Nilmário Miranda e conhece essa questão e conhece o Trindade muito mais que nós três juntos – eu, V. Ex^a e o Senador Gerson Camata.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Seu colega de Partidão.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – É necessário – e faço uma sugestão a V. Ex^a – que façamos um documento. V. Ex^a faz um documento ao Perli Cipriano, e o Senador Camata e eu o subscrevemos; e façamos também outro documento e peguemos a assinatura de todo o Senado, porque sei que todos assinarão.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, isso não interessa ao Governo. Interessaria ao Governo se o cidadão tivesse um nome capaz de levá-lo à mídia nacional.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eu sei disso.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Do contrário, que morra!

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Mas essa é a maneira que temos de pressionar. Se temos um capixaba que conhece a situação e não se movimentando – espero estar errado e que ele esteja se movimentando –, o instrumento que temos é a tribuna, é esse instrumento que V. Ex^a está usando. Assim, façamos um documento ao Dr. Perli Cipriano, que o conhece muito bem, que foi colega dele de Partidão. Esse critério da lista está completamente errado, porque, como o Trindade está morrendo, outros já morreram sem receber nada. Não foram contemplados porque são anônimos, não dão mídia. Façamos um documento ao Ministro da Justiça. Acredito que todo o Senado assinará esse documento, porque em todos os Estados há pessoas na mesma situação que a do Trindade, esperando, numa fila, receber seus direitos, sem que lhes seja dada atenção. Quero lhe dar os parabéns a V. Ex^a pela iniciativa e fazer essa sugestão.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Sr. Presidente, o outro assunto que quero abordar diz respeito a um caso ocorrido no Espírito Santo que se repete aos milhares em todo o País. Vejam só o que é a reforma agrária deste Governo.

Um cidadão do meu Estado chamado Arildo Santana, de mais de 70 anos de idade, e sua esposa, também com quase 70 anos, fazem parte de uma família humilde de mais de trinta membros que sempre viveram trabalhando e produzindo em dois pedaços de terra de 873 e 599 hectares no Município de Montanha, Norte do meu Estado, ao longo de suas vidas. Hoje, toda família vive desesperada, jogada ao relento pelos seguintes motivos:

1 – No ano de 2003, a região que faz parte do Polígono das Secas, e por isso pertence à área da Sudene, foi castigada por uma seca que destruiu plantações e dizimou rebanhos;

2 – Prova disso foi um Decreto de Emergência publicado no **Diário Oficial** da União do dia 21 de agosto de 2003;

3 – Por essa razão, os proprietários tiveram que retirar a maioria do seu gado das propriedades para não perdê-lo, levando-o para outras regiões ou até mesmo vendendo-o por qualquer preço [para não vê-lo morrer];

4 – Aproveitando-se da situação, o Incra justificou um ato de desapropriação pela falta

de quantidade de animais na fazenda e obter, durante o recesso forense, a Imissão de Posse sem fornecer ao magistrado de plantão as informações necessárias.

5 – Por este motivo, o Juiz titular da Vara de São Mateus/ES revogou o ato.

6 – O Incra alegando, entre outras coisas, que os ocupantes que entraram na área já possuíam cultivo agrícola [fato que é mentiroso], conseguiu no TRF do Rio de Janeiro uma manutenção de posse.

E o que é essa reforma agrária então, Senador Camata? Não faz justiça quanto ao latifúndio; estão tirando terra de pessoas humildes, de pessoas pobres que nasceram em cima da terra; estão tirando terra de desassistidos para entregar a desassistidos.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permita-me um aparte, Excelência.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Com satisfação, Senador Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a aborda uma tragédia que está acontecendo no Norte do Espírito Santo. O primeiro capítulo da tragédia foi a terrível seca que se abateu sobre o Estado. Vimos na televisão nacional e nos jornais do Espírito Santo carcaças de animais, pessoas carregando latas d'água. O Espírito Santo se transformou num Nordeste, e nós não estávamos acostumados àquilo, a ver pessoas andarem seis, oito quilômetros, como na terra do nosso querido Mão Santa, para buscar uma lata d'água para servir à sua família. Pois bem; aí veio o segundo capítulo da tragédia: o Incra. As pessoas que têm propriedades agrícolas tiveram que retirar os animais para não morrer. Os que não foram retirados morreram. Aí o Incra veio e disse que, se não há produtividade, é terra improdutivo e começou a assentar, sem ordem judicial, sem processo algum, naquelas propriedades. Veja V. Ex^a: da família do Sr. Arildo são trinta descendentes. Se eles assentam vinte, deixam os demais sem terra. Houve um caso pior, Senador João Batista Motta, no Município de São Mateus. Realizaram a desapropriação, e eu fui ao Incra saber o que houve. Disseram: o proprietário mora no exterior. Coitado: pobre, num barraco, sem energia elétrica, nunca saiu do Espírito Santo. Disseram que ele morava no exterior. Não tem nem passaporte. Veja V. Ex^a que critérios são usados! Depois se manda isso para um juiz, para um tribunal do Rio, que não mandam verificar se aquela informação do Incra é verdadeira e prolatam sentenças

absurdas, sem nenhuma verificação, sem conhecer o problema, sem ouvir ninguém. É muito triste o que está acontecendo no Espírito Santo. V. Ex^a sabe que se trata de um Estado pequeno, cuja reforma agrária, segundo dizem até, foi feita na Câmara, com aquelas divisões de propriedades e terras. Não temos terras desapropriadas por extensão. Os índices de produtividade, agora, por exemplo, no período de chuvas, são dos melhores do Brasil. Agora, não se pode esperar um período de seca, de dez em dez anos, para praticar uma intervenção absurda que desmotiva todos os proprietários rurais do Espírito Santo, afora outros episódios que estão acontecendo. V. Ex^a aborda com propriedade os dois temas – refiro-me também ao caso do Sr. João Trindade. Acostumamo-nos a vê-lo perseguido. Muitos de nós o escondemos nas nossas casas, porque ele chegou ao Espírito Santo e teve que trocar o nome, foi do “Partidão”, e agora vemos que ninguém se solidariza com ele. Acompanho a luta de V. Ex^a há mais de dois anos, indo ao Ministério da Justiça, voltando, trazendo mais papéis. E V. Ex^a mesmo me disse há pouco: ele foi operado como indigente há poucos dias, um homem de 80 anos de idade. É uma pena! É muito triste ver isso e ouvir isso também de V. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Concedo também um aparte ao Senador Magno Malta, que talvez queira falar sobre o problema do Sr. Arildo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Sinto-me representado na fala do Senador Gerson Camata. Com relação a esse absurdo que o Incra comete no Estado do Espírito Santo, quero lembrar ao Senador Gerson Camata que, na época daquela seca, fomos ao Ministério da Integração Nacional e lá relatamos tudo ao Ministro, com documentos e fotos, e no final ouvimos a palavra do Ministro: “Não fui eu que inventei nem a seca, nem a chuva”. Mamãe, acuda-me! A quem vamos recorrer? Por isso digo a V. Ex^a: nosso instrumento é a tribuna e fazer carga da maneira que pudermos. Por isso V. Ex^a conta comigo e com o Senador Gerson Camata nessa luta, bem como com os nossos companheiros do Espírito Santo. E, com relação à luta do João Trindade, fica minha sugestão: V. Ex^a faça um documento ao Perli Cipriano, que é quem pode muito bem ajudar, assine-o, e nós vamos assinar com V. Ex^a. Façamos ainda um documento ao Ministro da Justiça, assinado pelo Senado Federal inteiro, porque esse homem vive um momento delicado na sua vida, sem nada, sem um centavo; e é preterido, porque alguém passa na frente

da fila porque pode gerar mídia para o Governo. V. Ex^a tem razão. Fica minha sugestão, minha solidariedade e minha luta com esse instrumento que temos aqui, que é o microfone do Senado Federal.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Agradeço-lhes de coração pelos apartes, Senadores Magno Malta e Gerson Camata. Gostaria que fizessem parte do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que tem de ficar caracterizado para o povo brasileiro, àqueles que assistem à TV Senado, é que este Governo foge dos grandes temas. Este Governo não quer saber de reforma tributária, nem de pôr fim ao déficit da Previdência. Este Governo não está preocupado com o desenvolvimento econômico ou com a geração de empregos; preocupa-se apenas em ficar atento ao noticiário. A preocupação é apenas com a mídia e com a propaganda, para lhe garantir uma reeleição e a permanência no poder, à custa da miséria e da desgraça do povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador João Batista Motta, primeiro, repito o que disse diversas vezes aqui no Senado em relação ao seu trabalho em prol do Estado do Espírito Santo. V. Ex^a e os Senadores Magno Malta e Gerson Camata são três grandes Senadores que defendem com muita garra o seu Estado, o Espírito Santo. Lamentavelmente, mesmo trabalhando, procurando fazer com que o Governo nos ouça... Nós usamos da tribuna todos os dias. Veja que os Senadores Magno Malta e Gerson Camata, mesmo sendo da base de sustentação do Governo, têm usado da tribuna para cobrar do Governo, assim como V. Ex^a, que é da Oposição... Diz-me aqui o Senador Magno Malta que é independente, mas são três Senadores que cobram. Nós cobramos muito. O fato é que o Governo não está dando bola para o Congresso – não dá bola para nós. Não quer nem saber quando falamos aqui que ele está emitindo medidas provisórias em excesso, quando cobramos investimentos em rodovias, investimentos na agricultura, repactuação da dívida dos pequenos agricultores. Nós aqui, todos os dias, falamos das mancadas e dos desleixos do Governo, dos seus gastos abusivos. Sabe por que ele não dá bola? Porque ele manda para cá, e aqui tudo se acerta para apoiá-lo. Ele sabe que todos nós, aliás, todos não, mas que o Congresso está vinculado ao Governo; os trabalhos aqui dentro estão vinculados ao Governo, porque, se nos uníssemos aqui, independentemente de cores partidárias, o Governo iria mudar, iria nos respeitar. Ele não nos respeita e, não respeitando o Congresso, não respeita o Brasil. Todos os dias falamos que não vão recursos para a Santa

Catarina, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, para o Piauí, para o Espírito Santo, e não vão mesmo, porque ele governa do jeito que quer; é um Governo que não está dando bola para nada. Dá a impressão de que estamos vendo o Lula como Nero, lá de cima: vendo o Brasil pegar fogo e rindo à toa, rindo do Congresso, debochando do Congresso, porque todos os dias aqui se cobra, se alerta, se mostram caminhos, se apresentam as dificuldades. Chama-se a atenção do Governo, que, lamentavelmente, viaja pelo mundo afora, reinaugura obras, usando o aerolula para cima e para baixo, gasta R\$1 milhão por dia em mídia e vai tocando o País desse jeito. O País tem tido um crescimento píffio, pouco maior do que o do Haiti, e Lula se vangloria: “Eu não tenho pressa. O Brasil não tem pressa de crescer”. Isso é gozar, é brincar com a sociedade brasileira. Cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento, mas vamos continuar falando. Daqui a pouco vou falar também. Lamentavelmente, o Presidente está rindo de todos nós e abusando do poder que tem.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Com relação ao que V. Ex^a disse – que o Presidente Lula afirmou que não tem pressa e que o Brasil não tem pressa –, é bom lembrar que, em 1970, a China exportava US\$25 bilhões por ano, e o Brasil exportava também os mesmos US\$25 bilhões; hoje, o Brasil passou para US\$100 bilhões, e a China, para US\$ 1 trilhão! Por isso e por essas frases de efeito produzidas pelo Presidente Lula é que este País não cresce e continuará a não crescer caso ele permaneça à frente do Governo.

Para terminar, Sr. Presidente, destaco uma coisa: os casos João Trindade e Arildo Santana são apenas amostragens. As injustiças cometidas contra cidadãos como João Trindade ou desapropriações como a da fazenda do Sr. Arildo Santana acontecem de norte a sul do País; as injustiças são praticadas em quase todos os lugares.

O MST só invade terra perto da cidade, bem localizada, já cultivada e produtiva! Ninguém quer entrar na devoluta, ninguém quer entrar no grande latifúndio, ninguém quer ter trabalho para preparar a terra e produzir! Querem pegar pasto prontinho, querem morar na casa que o fazendeiro construiu ao longo de sua vida, às vezes propriedades que já vieram de avô para pai, para filho, propriedades que datam da era do café, que datam de 200, 300 anos atrás. Essas injustiças têm de acabar neste País. Isso é uma vergonha, Senador Leonel Pavan! Precisamos ter responsabilidade; do contrário, o homem do campo vai continuar se omitindo, e o Governo Federal, responsável pela violência no campo, responsável por tudo aquilo que está acontecendo de ruim, vai continuar olhando complacente, omissivo e irresponsável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, e Cristovam Buarque, sucessivamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de inscrever meu nome também para falar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então, está na hora agora, Senador Magno Malta. V. Ex^a quer esperar, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu aguardo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Com a palavra o Senador Magno Malta, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que mande transcrever nos Anais da Casa artigo publicado no jornal **O Povo**, do Estado do Ceará, de autoria do professor José Teodoro Soares, reitor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Teodoro Soares é um educador – V. Ex^a deve conhecê-lo –, que tenho a honra de conhecer há muitos anos e por quem tenho a maior admiração. Seu artigo, intitulado “Patrícia Saboya – a senadora da criança”, discorre sobre a luta que a Senadora cearense vem desenvolvendo no Senado da República.

Portanto, peço a V. Ex^a autorização para sua publicação nos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O POVO

Capa
 Brasil
 Buchicho
 Ceará
 Charge
 Colunas
 Cotidiano
 Economia
 Esportes
 Há 75 Anos
 Mundo
 Opinião
 Política
 Vida & Arte
 Aprendendo
 com O POVO
 Ciência & Saúde
 Clubinho
 Edições Anteriores
 Edições Históricas
 O POVO
 Empregos
 Populares
 Especiais
 Expediente
 O POVO
 Gula Vida & Arte
 Jornal do Leitor
 Ombudsman
 Papel de Parede
 People
 Páginas Azuis
 Veículos
 Viagem & Lazer

Opinião

Fortaleza, 6 de Março de 2006

ARTIGO**Patrícia Saboya - a senadora da criança****José Teodoro Soares**

[04 Março 02h49min 2006]

Cresci ouvindo muitas pessoas dizendo que o único direito de menino era não ter direito. Essa declaração dita em tom de brincadeira, revelava, no fundo, um forte preconceito contra os possíveis direitos da criança, arraigado na sociedade mundial, sobretudo nos países menos desenvolvidos.

Prova desse fato é que depois de algumas tênues tentativas que ficaram no papel, somente em 1959 foi que a Assembléia Geral da ONU aprovou a Declaração dos Direitos da Criança afirmando o compromisso de que a humanidade deve prestar o melhor de seus esforços aos meninos e meninas, pois eles, em decorrência de sua inatividade física e mental, requerem proteção física e mental, requerem proteção e cuidados especiais.

No Brasil, a Constituição de 1988 foi a primeira na história que abordou de forma objetiva o tema da criança e do adolescente, que passaram a ser objeto de proteção especial do Estado, da sociedade e da família, independentemente da condição financeira e classe social dos pais. Hoje, são detentoras de direitos específicos em um sistema de garantias que atende às suas necessidades até completarem dezoito anos, incluindo-se o aspecto penal dos atos praticados pela ou contra a criança.

Em seus artigos 227 e 228, a Constituição de 1988 estabeleceu regras claras sobre os direitos e deveres concernentes à criança e ao adolescente, transmudando a forma como eram tratados no Brasil. Estas conquistas foram consagradas pelo governo brasileiro na Assembléia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1989, que ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança.

O obsoleto Código de Menores, até então vigente, deveria ser substituído por uma lei moderna e eficiente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 delineou um conjunto sistemático de regras que a família, a sociedade e o poder público devem seguir para poder cuidar e proteger nossas crianças e adolescentes.

Todas as discussões realizadas para a definição do ECA, abriram caminho para a criação da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente do Congresso Nacional.

A senadora Patrícia Saboya, na atual legislatura, mercê de sua extraordinária atuação na defesa da criança e do adolescente, desde quando foi primeira dama do Ceará, no GOverno Ciro Gomes, onde desenvolveu um intenso trabalho social com a ajuda direta da Presidente da Fundação do Bem Estar do Ceará - hoje deputada Tânia Gurgel, vice-líder do PSDB, inaugurando em quatro anos 437 creches. Como deputada estadual teve destacada atuação na CPI da Prostituição Infantil e, como senadora, vem desempenhando seu mandato com extrema dedicação ao tema que granjeou de seus pares a confiança para coordenar a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Senado Federal.

canais noolhar

Balada In
 Colunas
 Diversão e Arte
 Esoterismo
 Esportes
 Horóscopo
 Humor
 Multimídia
 Tecnologia
 Universitário
 Verão Vida&Arte
 Últimas

serviços

Biblioteca OPOVO
 Edições Anteriores
 Enquetes
 Fórum
 Pesquisa
 Populares
 Webmail

ouça

AM do Povo CBN
 Calypso FM
 Mix FM
 Tempo FM

veja também

Calypso FM
ClickLab
Edições Demócrito
Rocha
Fundação
Demócrito Rocha
Mix FM

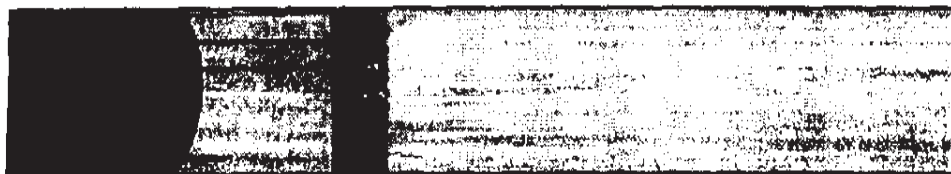
Recentemente a senadora Patrícia Saboya lançou, em Fortaleza, o livro *Infância e Parlamento - Guia para formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente*, fruto da alentada experiência acumulada em sua lida diária e como a própria diz: que sirva como mais um importante instrumento para nossa incansável busca por um cotidiano em que todas as crianças brasileiras tenham oportunidade de se desenvolver plenamente.

Comungo dos ideais da senadora e acrescento que um dos passos mais importantes para a criação de uma geração saudável é a escola. Partindo da idéia para a ação, a UVA foi a primeira universidade cearense a criar uma licenciatura específica e pós-graduação em Educação Infantil e está à disposição da sociedade para formar mais professores qualificados para cuidar de nossas crianças, contribuindo a que se tornem cidadãos conscientes do papel que têm a desempenhar para o desenvolvimento do Ceará e do Brasil.

Parabéns, senadora Patrícia Saboya! A sociedade brasileira haverá de reconhecer o fantástico trabalho que vem desenvolvendo em prol da criança e do adolescente em nosso Brasil.

José Teodoro Soares é reitor da UVA

 [Imprima esta notícia](#)  [Envie esta notícia](#)



olhar

[Política de Privacidade](#) [Aviso Legal](#) [Publicidade Online](#) [Faça desta sua Home](#) [Contato](#)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para uma informação. Fiz uma permuta de inscrição e gostaria de saber a que horas vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – V. Ex^a é o próximo inscrito, mas há dois Líderes à frente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não são intercalados? Existe uma intercalação: um Líder e um inscrito. Pelo menos, era assim, até ontem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Vamos ver isso.

Primeiro, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não. Aí, o Sr. Carreiro poderá dar essa informação correta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O Senador Magno Malta está com a palavra por 20 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Cristovam Buarque, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 8 de março, cumprimento as galerias, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Pastor Presidente da Assembléia de Deus, demais cidadãos que estão nas galerias, pessoas que nos ouvem em casa.

Hoje, minha primeira ação, ao me levantar, Senador José Agripino, foi passar uma mensagem ao celular da minha esposa, cumprimentando-a pela importância que tem para a minha vida, para a vida das minhas filhas e para este País, na medida em que, ao longo de 25 anos, juntos, temos tirado das ruas miseráveis, drogados, esquecidos, bêbados. E começamos dentro de casa, Senador Mão Santa. Mandei uma outra mensagem de texto para o celular da minha filha mais velha, Magda, de 21 anos, e para o celular de minha outra filha, Karla, de vinte anos, cumprimentando-as, Senador Heráclito, pelo Dia Internacional da Mulher, pois essas mulheres, sem dúvida alguma, são esteio da nossa luta, a mola que nos impulsiona a buscar os nossos ideais. Por isso, cumprimento minha esposa e minhas três filhas. E, já agora, lembrando-me de Jaislliny, com cinco anos, uma dádiva de Deus na minha vida e na vida de minha esposa, peço a Deus muita graça para poder criá-la de igual modo e oportunidade como

criei as duas mais velhas, que tanto me orgulham, que fazem tão bem ao meu ego, a minha vida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, desculpe interrompê-lo. Saudações ficam na terra. É preciso ir aos céus e pedir à Santa Dadá que continue abençoando, traduzindo aquilo que está no Livro de Deus: “a árvore boa dá bons frutos”.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa. A minha mãe, dona Dadá, faleceu aos 57 anos de idade. Deus a tirou muito jovem ainda, mas, a vida que viveu, como significou para a comunidade onde viveu e para a nossa família!

Cumprimento e abraço as Senadoras, nossas companheiras aqui, colegas. Cumprimento e abraço as mulheres do meu Estado, desde as mais simples e anônimas às mais conhecidas.

Hoje, tive o cuidado de ligar para as deputadas estaduais do meu Estado e para as prefeitas, gente que tem responsabilidade de um mandato dado pelo povo, porque é preciso fazer justiça neste dia, em havendo essa possibilidade.

Uso neste momento a tribuna para cumprimentar aquelas mães anônimas, milhares delas, que choram porque têm um filho drogado ou porque enterraram um filho muito cedo, morto pelo tráfico, por bala perdida; mães que dedicam, hoje, o seu tempo a cuidar de um filho que ficou paraplégico, tetraplégico; mães que se fizeram representar, Senador José Agripino, por uma parte que encabeça um grande movimento neste País, aquelas que querem justiça e vieram hoje ao Senado Federal, acompanhando os pais de Gabriela, trazendo um milhão e duzentas mil assinaturas para mudar a lei pedindo o endurecimento do Código Penal Brasileiro.

Carlos Santiago e Cleyde, pais de Gabriela, reuniram um milhão e duzentas mil assinaturas, pedindo mudanças na Lei Penal. Em 2003, a estudante carioca de catorze anos foi atingida no peito por uma bala perdida, na primeira vez que saía sozinha. Estava numa estação de metrô, considerado o meio de transporte mais seguro da cidade. Três dos quatro assaltantes que motivaram o tiroteio eram reincidentes.

Desde pequena, Gabriela gostava de posar para fotografias com gestos de paz. A última virou símbolo e foi tatuada pelo seu pai no braço meses depois da sua morte. Este pai e esta mãe estiveram nesta Casa hoje.

Aqui temos uma foto da linda Gabriela e A SRA. Cleyde, sua mãe.

Cumprimento a mãe de Liana Friedenbach, que foi duramente estuprada por quatro dias seguidos e morta.

Milhares de mães anônimas espalhadas pelo Brasil choram e sofrem por terem sido atingidas e vi-

timadas pela violência vigente. E que violência, que cresce todos os dias, a passos largos, avassaladores e devastadores! Eles vieram pedir endurecimento. Esses pais querem, Senador Cristovam Buarque, redução da maioridade penal.

Não podemos achar que estamos vivendo no país de Alice e fazermos poesia. Acho que é pior que isso. Fingir que estamos “viajando na maionese”, como se nada estivesse acontecendo neste País, chamando de criança um homem de dezessete anos de idade, que pode gerar filhos, votar e decidir o destino de uma nação? Chamar um homem de dezesseis anos de idade, que gera filho, que estupra, de criança?

Não estamos aqui discutindo o lugar: “Ah, mas a redução da maioridade penal vai colocar esses meninos que matam onde?” Estamos discutindo um conjunto de medidas para o sistema prisional também, para a ressocialização, com oportunidades para educação.

Canso de falar, desta tribuna, que o sistema prisional da Itália só precisa ser copiado. Não precisamos inventar mais nada.

Mas a verdade é que um sujeito de dezessete anos põe um 38 na cabeça de um trabalhador, e o trabalhador começa a morrer no momento em que é abordado, não por medo, mas porque esse cidadão de dezessete ou dezesseis anos, com uma arma na mão – um 38 ou uma 765 –, o chama de vagabundo, dizendo: “Entra no carro, vagabundo!” O homem de bem começa a morrer, Senador Flexa Ribeiro, quando esse cidadão o joga no porta-malas do carro, entra na casa dele, toma seus pertences, amarra-o, estupra a mulher na frente dele, para que ele veja, depois vai embora esse homem. Se a polícia põe a mão, ele diz: “Tira a mão de mim que eu sou criança!” E nós ficamos assistindo a isso, fazendo poesia, como se estivéssemos no País de Alice.

Precisamos trabalhar a redução da maioridade penal. Conclamo os cidadãos deste País que estão vendo a TV Senado e ouvindo a Rádio Câmara agora, que mande *e-mail* ao seu Senador, aos Deputados, que faça coro, que discuta isso na sua comunidade, na sua escola, na sua igreja; que não abafe, não esconda, não tenha medo de relatar os fatos sobre homens de dezesseis, dezessete anos que estupram, matam e seqüestram.

Parece que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a melhor coisa do mundo: não pode ser tocado, não pode ser mexido. Nada é tão suficientemente bom que não precise de mudança.

Agora, estamos assistindo a uma decisão de um tribunal superior: progressão de regime para crime hediondo. É como se cuspiasse no rosto dessa mãe e desse pai. É uma cusparada, eu diria até uma escar-

rada, no rosto dos milhares de brasileiros e de famílias vítimas de violentos, que estupraram uma criança de nove anos, que estupraram uma universitária que saía da faculdade, faculdade que freqüentava com sacrifício, estudando à noite e trabalhando de dia para ajudar a família. Ela foi seqüestrada e estuprada na porta da faculdade, e morta. Houve seqüestro seguido de morte, mas eles invocam os direitos humanos. Os humanos é que não têm direito.

Agora, nós estamos assistindo a isso. Sabem por quê? As cadeias estão cheias. O Poder Público é impotente para construir centros de ressocialização. Volto a dizer, Senador Mão Santa, que não me refiro a bolsões humanos, nem a cadeias com cubículos de quatro por quatro onde cabem oito e eles colocam 28. Não é isso. O Poder Público tem dinheiro para gastar com publicidade, tem dinheiro para Marcos Valério – preste atenção, povo brasileiro que está me ouvindo! –, mas não tem para fazer um presídio na sua região.

Eu estava pensando que esse negócio de Parceria Público-Privada poderia incluir também presídio, para incentivar o empresário a usar essa mão-de-obra, colocando o preso para trabalhar o dia todo para pagar o colchonete, a sua própria comida e indenizar a vítima. Mas, muito pelo contrário, não existe interesse na construção dos presídios. É mais cômodo revogar a lei, afrouxar. Quem manda é o bandido. Quanto mais o banditismo impõe a sua lei, mais os homens públicos se acovardam e andam para trás.

A revogação da Lei de Crimes Hediondos é uma punhalada nas costas de todos nós, é um benefício a quem desrespeita crianças, é um benefício a quem invade um banco atirando e mata uma mãe grávida, é um desrespeito à vítima de seqüestro seguido de morte – fazem o seqüestro, recebem o dinheiro e ainda matam. Mas, agora, com a revogação da Lei de Crimes Hediondos e a progressão de regime, eles terão o mesmo benefício de um ladrão de galinha. O sujeito que estupra e mata terá o mesmo benefício, Senador Cristovam Buarque, de um sujeito que rouba um toca-fitas.

A impunidade é o adubo da violência. Aí, compensa cometer crime, Senador Mão Santa.

Por isso, estou protocolando nesta Casa um projeto de lei para o qual peço o apoio da sociedade brasileira. Estou falando com os senhores e as senhoras que estão em casa agora, com os estudantes que estão me ouvindo: eu gostaria de passar cópia do meu projeto a você que é estudante de Direito, a você que está me ouvindo, à sua comunidade, à sua igreja. Trata-se do Projeto de Lei do Senado que “altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja ini-

ciado no regime fechado e estabelecer que progressão de regime só pode ser obtida após o cumprimento de dois terços da pena no regime anterior”.

O sujeito pratica seqüestro seguido de morte, é condenado a trinta anos e terá direito à progressão de regime depois de cumprir vinte anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º O condenado por crime previsto no **caput** deste artigo iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado; a progressão para regime menos rigoroso dependerá do cumprimento mínimo de dois terços da pena do regime anterior, observados os demais requisitos do art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Na minha justificativa, descrevo, de forma condensada, Sr. Presidente, aquilo que tentei fazer nestes vinte minutos em que estou na tribuna.

Infelizmente, no Dia Internacional da Mulher, o jornal **A Tribuna** de hoje, do meu Estado, publica em sua capa: “Mulher presa com fuzil, escopeta, pistola e revólveres”. Ela é traficante e comanda assaltos na Grande Vitória.

O Espírito Santo tem tido o desprazer de figurar entre os locais mais violentos do mundo. Vitória está entre as cidades mais violentas do Brasil. O Município da Serra, que era o primeiro, caiu agora para o sexto lugar, graças a Deus! Pergunto: nós temos que afrouxar os instrumentos? Muitas vezes, ficamos chateados e, na nossa chateação, fazemos discursos nervosos e alterados contra o Poder Judiciário. No entanto, o juiz de bem – cumprimentando os juizes de bem, cito o Dr. Eduardo Lemos, um jovem juiz da Vara de Execuções Penais do meu Estado, e o Dr. Odilon, de Mato Grosso de Sul – tem mão dura, mas o que adianta ter mão dura, se a lei é frouxa?

Pode-se agir duramente contra um narcotraficante preso com uma tonelada de cocaína, mas sabe qual vai ser a pena para ele? Cinco anos. Se cumprir dois terços, ele vai para a rua. E, se for preso com mais uma tonelada, não há agravante na lei para ele. Então, compensa?

O que podemos fazer? Sair prendendo? Não. Temos capacidade de construir presídios? Claro que não. Não temos o cofre, não somos o Poder Executivo, não somos o dono do Orçamento. Qual o nosso papel, Senador Flexa Ribeiro? Construir o instrumento para o

Poder Judiciário poder cobrar, construir o instrumento para a sociedade: a lei.

Para mim, quem tem uma visão diferente deste momento violento que o Brasil vive, quem não tem a visão de que precisamos de coragem para uma lei de exceção para os próximos dez anos, para conter essa violência... Se isso não for feito, daqui a mais dez anos – eu disse isto ontem, e podem guardar –, vamos pedir licença a traficante para entrar no shopping, para passar pelo pedágio para ir para a faculdade e para entrar no aeroporto para poder embarcar, porque a situação se avassala, vai tomando corpo de tal maneira que os homens se acovardam. A situação poderia ser diferente se os homens de bem, os homens públicos deste País tivessem a coragem e a ousadia dos homens do mal, porque, se tivéssemos a mesma ousadia dos homens do mal, se a maioria absoluta de homens de bem deste País comparada a essa minoria de terroristas tivesse a mesma ousadia, certamente, os filhos, netos, amigos, vizinhos, funcionários não estariam sobressaltados, vivendo dias de grande angústia.

Senador Cristovam Buarque, que ora preside esta sessão, não conheço uma mãe que tenha uma filha ou um filho que estude à noite que consiga reclinar a cabeça até que os filhos voltem para casa. Conheço inúmeras famílias que não acabam seu sobressalto e a sua ansiedade até que o filho menor volte numa van, ou numa Kombi da escola, por receio do que pode acontecer vindo do invisível, ou seja, as chamadas balas perdidas.

Resolveremos isso com repressão? Trata-se de um conjunto de medidas: prevenção, repressão, instrumentos fortes, famílias obstinadas a combater o vício como um todo. Combater o vício como um todo também implica reagirmos contra uma sociedade hipócrita que se alcooliza, uma sociedade de fumantes.

Lá na casa de recuperação onde tenho o prazer de recuperar vidas, de cada dez viciados em drogas ilegais, nove são filhos de fumantes. Já nasceram com um presente de grego. Se a sociedade se unir para fazer o enfrentamento das drogas legais – que estão na legalidade; não é que sejam boas –, ou seja, o álcool e o fumo, se a sociedade sair do casulo da hipocrisia para fazer o enfrentamento verdadeiro dos vícios como um todo que têm marcado a violência neste País, a situação pode mudar.

Encerro meu discurso dizendo que, no Carnaval, fui a Porto Seguro, na Bahia, a convite de um amigo, o empresário Gilberto Abade, homem bem-sucedido, que veio do nada, lá de Eunápolis – era camelô, construiu uma pousada e depois um hotel –, homem que professa a fé evangélica, como eu. Fui para o hotel

dele com a minha esposa e três filhas. Lá, tranqüilo, li minha Bíblia pela manhã, escrevi...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador, vou conceder-lhe mais dois minutos, porque há muitos oradores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já estou encerrando.

Na ocasião, tive a oportunidade de compor seis músicas, Senador Mão Santa. Estava tranqüilo, com a minha pequena Jaislly, de cinco anos, a minha Kátia ao meu lado, minha Maguinha, minha Karla. Lá, em uma boate chamada Parracho, uma menina de 18 anos, cuja família era do Rio de Janeiro, morreu de *overdose*. O pai e a mãe receberam a menina morta, no melhor da idade, por causa do consumo de álcool, drogas ilegais, vício. E os anônimos caídos na avenida...

Na quarta-feira de sangue, de dor e de lágrimas para muitas famílias, falei, à noite, em uma Igreja Missionária de Porto Seguro. Quarta-feira de desilusão para aquele que gastou o que não tinha, quarta-feira de ocorrência policial, quarta-feira de recolher os mortos. Aquilo que, de forma quase beatificada, se chama Quarta-Feira de Cinzas é quarta-feira de sofrimento e de sangue.

Quero dizer às pessoas que publicaram uma nota no jornal do meu Estado, dizendo que eu estava no Carnaval de Porto Seguro – infelizmente, a vida pública nos expõe a esse tipo de coisa –, que realmente eu lá estava com a minha família. Respeito quem ama o Carnaval, mas discordo plenamente, porque o rastro nefasto que o Carnaval deixa, sem dúvida alguma, são cicatrizes que não se fecham, são duradouras, não cicatrizam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Passo a palavra ao próximo Líder inscrito. Antes do Senador Osmar Dias, já estava inscrito o Senador José Agripino.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, também estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Leonel Pavan, só há intercalação quando se fala pela Liderança, mas o próprio Líder tem primazia.

S. Ex^a está inscrito logo após o Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento de uma querida amiga, em janeiro último, D. Honorina Tavares de Albuquerque, que é mãe do ex-Deputado Federal Edme Tavares. Digo “querida amiga” porque ela era de fato uma querida amiga minha, uma figura com quem eu mantinha uma relação de correspondência muito intensa, que me escrevia com muito carinho. Recebi, há pouco, um comovido cartão de Natal dela.

Outro assunto, Sr. Presidente, é que estou procurando o Presidente da Comissões de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, meu prezado amigo também, para pedir a S. Ex^a que coloque em pauta o requerimento de convite ao Dr. Murilo Portugal, atual Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e ex-Secretário do Tesouro Nacional (1992-1996), para prestar esclarecimentos sobre a evolução da dívida interna.

Digo isso porque o ilustre Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, ontem fez aqui de novo menção àquela cantilena de que a dívida era de 60 milhões e, no Governo Fernando Henrique, explodiu para 600 milhões. Nós sabemos – e Murilo Portugal sabe – que isso se deve ao resgate de inúmeros esqueletos que foram, eles sim, responsáveis pela explosão da dívida, que subiria sim, ainda sem os esqueletos, mas em monta muito menor, como preço a se pagar pela estabilização da economia.

A explicação que também quero seja dada é por que, sem quitarem esqueleto algum, subiu tanto a dívida, que já passou de um trilhão no Governo atual. Ninguém melhor do que o número dois da Fazenda, meu prezado amigo Murilo Portugal, para vir aqui explicar ao Senado, à Comissão de Assuntos Econômicos e, portanto, à Bancada governista como ele fez. Se foi algo tão escabroso assim, não sei o que o Sr. Murilo Portugal faz hoje como número dois da Fazenda. O Presidente Lula deveria demiti-lo. Se não é escabrosa, se houve razão de ser para o aumento da dívida, em função do resgate desses esqueletos, por favor, parem essa cantilena e usem argumentos mais sofisticados, mais densos e respeitáveis intelectualmente.

Então, preciso mesmo que o Presidente Luiz Otávio coloque em pauta esse requerimento para que, por unanimidade, aprovemos a vinda do Sr. Murilo Portugal e, de uma vez por todas, esclareçamos por que a dívida cresceu tanto na época em que ele, Murilo Portugal, era o Secretário do Tesouro Nacional. Ninguém melhor para falar de algo que ele viu de perto.

Tenho certeza de que, a partir daí, morrerá mais um discurso falacioso do Governo Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Mesa se solidariza com o ex-Deputado Edme Tavares pela morte da SRA. Honorina.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu gostaria também de me associar ao requerimento de voto de pesar de autoria do Senador Arthur Virgílio pelo falecimento, já há dias, da SRA. Honorina.

Senador Arthur Virgílio, ela gostava muito de nos ouvir, a V. Ex^a e a mim, segundo me disse Edme Tavares. Ele me trouxe um cartãozinho feito de próprio punho por ela, com a letreirinha bem desenhada, há uns meses, ao qual respondi também de próprio punho, carinhosamente. Também recebi, ela já falecida, o cartão de Natal a que V. Ex^a se referiu. Por essas razões todas e pelo merecimento que uma paraibana ilustre como ela o era, desejo subscrever esse requerimento de Voto de Pesar a Dona Honorina, ilustre paraibana e minha querida amiga.

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V. Ex^a e à Casa que a Mesa estará recebendo hoje ou, no mais tardar, amanhã, o requerimento de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que está investigando fatos conexos a tudo aquilo que nasceu com Waldomiro Diniz. Essa CPI está existindo por determinação judicial, porque foi objeto de todo tipo de tentativa de impedimento por parte do Governo. Ela está chegando a conclusões, mas está travada em alguns pontos fundamentais, como, por exemplo, o Sr. Paulo Okamoto, amigo pessoal do Presidente Lula, que nos leva a tomar a iniciativa de colher as assinaturas – já passam de trinta, já há número suficiente – a fim de apresentar o requerimento à Mesa para leitura e publicação para efetivação.

O que nos levou, no dia de ontem, a colher assinaturas? Uma preocupação que temos com respeito à opinião pública é a prestação de contas, o apontamento dos culpados. O Sr. Paulo Okamoto é uma das nossas preocupações, e uma das maiores, porque ele esteve na CPI, prestou depoimento inconcluso, entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal para impedir a efetivação do requerimento, aprovado pela CPI, de quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário de S. S^a.

O que pesa de acusação ou denúncia que envolve o Sr. Paulo Okamoto – e envolve diretamente Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – é que o Sr. Paulo Okamoto, amigo pessoal de Lula, teria declarado haver pagado uma conta que Lula tomou emprestada, uma conta tomada junto ao PT – e o PT não pode emprestar dinheiro a filiado –, dizendo que

o havia feito com recursos do próprio bolso. Pagou em dinheiro, em espécie; pagou em São Paulo, sacou o dinheiro em Brasília; pagou com um estafeta que levava a carteira de identidade de Lula para a efetivação do pagamento.

Mais recentemente, por competência e talento de técnicos da CPMI dos Correios e da CPI dos Bingos, por cruzamento feito por esses técnicos competentes, surgiu a constatação de telefonemas trocados, em grande quantidade, entre o Sr. Okamoto e os Srs. Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Dirceu. Quem são essas figuras, Senador Arthur Virgílio? Quem são Delúbio, Silvinho e José Dirceu? Constituem o próprio triunvirato do “mensalão”, junto com Marcos Valério.

Na medida em que o Sr. Paulo Okamoto declara que pagou a conta pessoal de Lula, Presidente da República, em espécie, e Lula contesta e pede que o seu sigilo bancário, aprovado pela CPI, não seja quebrado, nós temos um direito, um raciocínio feito. Se Paulo Okamoto disse que pagou, ele tinha, no seu extrato bancário, a prova de que pagou com recurso próprio. Deveria ser interesse dele a quebra de sigilo. Em vez disso, ele propõe uma ação, perante o Supremo, para evitar a quebra do sigilo bancário. Um sigilo telefônico quebrado por competência de técnicos mostra a ilação do Sr. Paulo Okamoto com os homens do “valerioduto”.

O que eu posso supor? neste momento, só supor: que a conta de Lula, paga por Paulo Okamoto, usou recursos do “valerioduto”; a menos que ele nos prove, abrindo mão do seu sigilo bancário, que os R\$29.600,00 da conta paga por ele, com dinheiro dele, dito por ele, no Banco do Brasil, em São Paulo, foi paga com recursos próprios. Então, que ele prove. Basta que abra mão do seu sigilo bancário e prove que tal dia, tal dia, tal dia e tal dia, nos quatro dias de pagamento, em quatro meses diferentes, ele sacou da sua conta bancária. E está encerrado o assunto.

Em vez disso, surge a informação de que a quebra do sigilo telefônico mostra centenas de ligações, centenas de ligações dele com Delúbio, Silvinho, José Dirceu, os homens do “valerioduto”, junto com Marcos Valério. Eu tenho o direito de supor que esse dinheiro que pagou a conta de Lula veio do “valerioduto”. E é obrigação dos membros da CPI prosseguirem com a investigação. Por essa razão é que coletamos assinaturas ontem.

Só que ontem surgiu mais uma notícia, e hoje surge mais outra notícia, envolvendo o Sr. Paulo Okamoto.

Qual é a de ontem? É que, além de pagar as contas do Presidente, ele pagou também as contas da filha do Presidente, de Lurian, o que o Sr. Paulo

Okamoto hoje vem desmentindo numa história fantasmagórica, de causar arrepio de cabelos. Diz que essa conta referia-se ao aluguel de um imóvel para uma campanha da SRA. Lurian. Conta pessoal da Lurian, para aluguel de imóvel, com fiador e dono. O fiador chamava-se Sr^a Carloti, mulher de poucas posses, pois declarou no processo que ganhava R\$286,00, da aposentadoria. Mas era fiadora. O dono do imóvel é o Murilo Ormonde, que, passado muito tempo, uma vez não paga a conta de vinte e tantos mil reais, acionou, na Justiça, a SRA. Carloti, que se desesperou, pois não tinha posses para pagar. Como a Lurian não pagava, de repente aparece uma alma caridosa chamada Paulo Okamoto, que pega o dinheiro em espécie, deposita na conta, do Bradesco, da SRA. Carloti, a pobrezinha, fiadora, que aí paga ao Sr. Murilo Ormonde. E aí, depois de descoberto e denunciado pela revista **Veja** e confirmado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, vem o jogo de desmentidos: “Não, não foi assim, não foi assado”. Mais confusão! Para quê? Para ser desvendada pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu o ouvirei em seguida, com muito prazer, Senador Mão Santa.

Senador Cristovam Buarque, não existe nada mais trabalhoso do que comissão parlamentar de inquérito, por uma razão simples: as comissões permanentes têm a primazia de funcionamento; as CPIs funcionam em sobras de tempo, em horas de almoço e de jantar. Faz meses que, às terças-feiras e às quartas-feiras, eu não almoço ou não janto. É agradável a tarefa? É profundamente desagradável. Mas é obrigação. Então, pediremos uma prorrogação do nosso descontentamento pessoal por masoquismo ou por obrigação? É por obrigação!

Mais ainda. Surge a outra pérola. Depois da história da Lurian, agora aparece, Senador Mão Santa, a história da doação do Sr. Paulo Okamoto que deve ser um milionário para a campanha de Vicentinho a Prefeito de São Bernardo. Essa doação o Sr. Paulo Okamoto confirmou. Com dinheiro de onde? Tudo o que ele ganhava em três meses, à época, não pagava, nem de longe, a doação dos “santinhos” ou adesivos que fez para o Sr. Vicentinho.

De onde está vindo o dinheiro do Sr. Paulo Okamoto para pagar os “santinhos” da campanha de Vicentinho, as contas de Lurian e as contas de Lula? Essa é a maior gravidade! É nossa obrigação. Nós estamos investigando por sentimento de obrigação perante a sociedade, até para que os culpados, se forem apontados, sejam punidos, para que a impunidade não estimule outros a roubarem o dinheiro púb-

lico. O pior dos mundos, Presidente Cristovam, é a impunidade. Se não se toma providência quando se vê o dolo praticado, estimula-se quem é sério a praticar o dolo. Por quê? Por uma razão simples: praticam o dolo, roubam o dinheiro público, e não acontece nada. “Eu vou, na oportunidade que tiver ou que eu fabricar, também meter a minha mão”. E aí o Brasil vai pelo ralo. E antes que vá, estamos tomando providências, e a Mesa vai receber o pedido de prorrogação da CPI dos Bingos, para que possamos completar, entre outras, esta tarefa e mais uma outra que vou comunicar também a V. Ex^a.

Ouçó, com prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, todo o País está perplexo diante da palavra de V. Ex^a, com denúncias claras, vergonhosas, mas que ocorreram. Um cantor baiano, Ricardo Chaves, tem uma música que diz: “Acabôôôô, acabou...” Mas acabou o Governo e o PT. Olhai aqui a vergonha. Ninguém do PT aqui para justificar, para defender, para defender o indefensável, para dar uma esperança, uma contribuição à democracia. Mas eles já perderam, correram de campo por WO. Nenhum do PT presente aqui! Então, eles sentem vergonha das ações que fizeram. Meus parabéns! V. Ex^a é um grande vitorioso. Entendo que o Partido de V. Ex^a cresceu no País, cresceu no Piauí, com Heráclito Fortes, e V. Ex^a deveria era ser candidato a Presidente da República.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigando, Senador Mão Santa, pela confiança renovada, que agradeço.

Mas, Senador Mão Santa, penso que os petistas estão é lá na CPI dos Bingos. Sabe por quê? Porque hoje à tarde foi lá o Sr. Francisco das Chagas Costa. Sabe quem é ele? É um motorista profissional; é ou era. Sabe o que ele disse? V. Ex^a não foi à CPI dos Bingos para ouvir, como eu ouvi, o Ministro Palocci, em seu depoimento, respondendo a uma pergunta que eu fiz, em cima de suposições que eu tinha de que estava havendo superfaturamento na varrição, e que ele, Mauro, que era diretor da Companhia de Limpeza Pública de Ribeirão Preto, era o responsável pelo assunto e que havia denunciado o assunto. O Ministro Palocci olhou para mim com um olhar de desdém e disse: “Quem é que nos assegura que Mauro não estava exibindo e apresentando o superfaturamento decorrente de varrição inexistente para ele ser usufrutuário desse superfaturamento?”

E foi lá hoje, agora à tarde, uma senhora, D. Marilene, que, entre outras coisas, coonestou o depoimento – que só agora eu li – e disse que conhecia o Sr. Mauro, que era o seu superior, e que Mauro pediu demissão da função. Não foi demitido, não. Já imaginou

ladrão pedir demissão da “boquinha”? Quando ladrão chega perto da “boquinha”, afeiçoa-se a ela e fica nela o resto da vida, se deixarem.

Pois o Mauro pediu demissão, e está escrito no depoimento da SRA. Marilene: “pediu demissão do lugar por não agüentar a pressão dos superiores, que mandavam, todo dia ou todo mês, ele aumentar as faturas da varrição” para produzir um dinheiro ilegítimo, que chegava sabe lá Deus aonde.

O Ministro Palocci incriminou uma pessoa, que julgo inocente, o Dr. Mauro, na resposta que me deu, fazendo supor ao País inteiro que ele era o usufrutuário do dinheiro que era lavado com o superfaturamento da varrição de Ribeirão Preto. Vem, então, a senhora e diz que não, que o Dr. Mauro era um sujeito sério, que ocupava uma função para a qual ela foi convidada e aceitou por pouco tempo, porque quem veio depois dela também terminou indo embora porque não agüentou a pressão de mandarem fazer o malfeito, como ela também, e que o Dr. Mauro saiu porque não agüentava o malfeito. Mas o Ministro Antonio Palocci disse que o Mauro era conivente com o malfeito. Sendo ele o Prefeito da época, supomos nós que era ele o mandante de tudo.

É para isto que estamos pedindo a prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos: para verificar se o que o motorista Francisco das Chagas disse é verdade ou não.

Já ouço V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros.

No depoimento do Ministro Palocci, foi indagado sobre o Sr. Kurzweil, que é aquele empresário dono dos carros blindados, que se supõe ser amigo dos “bingueiros” de Angola, que se supõe terem acesso ao Ministério da Fazenda, e S. Ex^a negou tudo, como negou que nunca esteve numa famigerada casa no Lago, alugada sei lá para quê. Foi negado também que o Sr. Poletto não tinha acesso nenhum ao gabinete do Ministro da Fazenda.

O Sr. Francisco das Chagas era o motorista que servia a Buratti e a Poletto. Colnaghi é o do avião; Poletto é o homem do *whisky*, que tomou um porrezinho a mais e veio se desculpar depois, dizendo que tinha mentido porque estava embriagado, aquele que criou a comoção na Comissão Parlamentar de Inquérito. Pois Francisco das Chagas é o motorista de Buratti, Poletto, Colnaghi, Ademirson e Kurzweil.

Francisco das Chagas declarou claramente que foi ele quem transportou o Sr. Kurzweil com o Sr. Caio, o bingueiro angolano, até o Ministério da Fazenda, para tratarem não sei de quê. Ele transportou não sei quantas pessoas para essa casa onde se fazia não sei o quê. Nunca transportou o Ministro, mas viu o Ministro várias vezes nessa casa.

Aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo devem estar intrigados. Que casa é essa? Que idas ao Ministério são essas? Quem é Kurzweil? Quem são Buratti, Poletto e Colnaghi?

São essas as respostas que estamos buscando e, para isso, estamos prorrogando os trabalhos da CPI, porque essas figuras não queriam o bem do País, não estavam tratando com decência o serviço público brasileiro.

Para isso e para investigar as ações do titular do Ministério da Fazenda, estamos apresentando os requerimentos de prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ouçó com prazer o Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Líder Agripino, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Não posso revelar o que o Mauro disse agora na CPI dos Bingos. Ele ainda está depondo e está fazendo um depoimento lúcido, tranqüilo, moralizador, explicando algumas questões importantes para que o Relator possa registrá-las claramente em seu relatório final. Mas o depoimento do motorista mostra que o Ministro da Fazenda tapeou o Congresso Nacional. O Ministro da Fazenda veio à CPI e mentiu. Mentiu uma vez, quando disse que tinha alugado o avião por conta do PT. Depois, foi desmentido. Mentiu a segunda vez quando enviou ofício à CPI, explicando o inexplicável e incorrendo em novo erro. Mentiu a terceira vez quando disse que não conhecia a casa do Lago Sul. Além de o motorista ter dito que o viu várias vezes, o motorista cita pessoas que terão de ser ouvidas, no mínimo, para dizer que viram ou não viram o Ministro Palocci na casa do Lago Sul. Há testemunhas disso. Mentiu quando disse não ter tido contato com Caio, o “bingueiro” de Angola que o motorista Francisco das Chagas levou ao Ministério da Fazenda. Não quero ser fiscal de preferências outras. Não é essa a fiscalização que exerço sobre o Ministro Palocci. Essa eu não quero saber e não quero fiscalizar, pois se trata da vida privada dele. Agora, aquilo ali era uma casa de prazeres e de negócios da república de Ribeirão. Não dá para aceitar isso. Quem assistiu ao depoimento da Marilene – V. Ex^a assistiu – e quem está ouvindo o depoimento do Paulo, o engenheiro, constatará que são as pessoas a que o Ministro se referiu. Será que não são eles que se beneficiaram? Não. São servidores públicos exemplares, zeladores do dinheiro público. Ao contrário, reforçaram a situação da Isabel e do Donizeti. A Isabel Bordini, chefe deles, amiga do Ministro Palocci, sai de lá, ocupa um alto cargo em Brasília, hoje promovida. Neste Governo, Senador Arthur, a corrupção compensa. Há um jornalista que disse que vai fazer os melhores cargos

da República. O maior cargo da República é ser amigo de Palocci. Com todos os amigos dele – a roleta está viciada –, Buratti, Poletto, Barquete, todo mundo, há problema. Do jeito que rodar a roleta, dá Palocci. Não há como o Ministro não ser indiciado na CPI dos Bingos. Tenho a mais profunda convicção de que, ao final da CPI dos Bingos, o Ministro da Fazenda não será o mesmo Ministro. Donizeti Rosa, outro denunciado, o que obrigava hierarquicamente os servidores de outro escalão inferior a fazerem as planilhas para proteger a varrição denunciada por V. Ex^a, também foi promovido a integrante do Serpro, que, coincidentemente, é uma empresa que trabalha com a Caixa, que, coincidentemente, trabalha com a GTech. Então, Senador Agripino, Palocci e a CPI dos Bingos são iguais ao *slogan* na Globo: “tudo a ver”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Antero Paes de Barros, que, com capacidade de síntese, colocou um pedaço importante da questão para conhecimento deste Plenário e daqueles que estão nos vendo e ouvindo, com clareza meridiana. V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Donizeti, marido da Dona Isabel, é um pequista e era Secretário Municipal, uma espécie de Chefe da Casa Civil da Prefeitura de Ribeirão Preto, quando Palocci era Prefeito. Donizeti é marido de Isabel Bordini, que é quem mandava o Mauro e a Marilene superfaturarem, oferecendo planilhas falsas de mais varrição do que tinha sido feita, para que se pagasse à Leão & Leão mais dinheiro do que devido para que a Leão & Leão pudesse, sem prejuízo para ela, liberar dinheiro para aquilo a que Buratti se refere: a mesada de R\$50 mil – sei lá se é R\$50 mil ou R\$500 mil. Desde aquela época, ocorriam os primórdios do mensalão.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Prejuízo de R\$400 mil por mês.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para o Erário público, para o contribuinte de Ribeirão Preto. Hoje, é prejuízo para o contribuinte do Brasil, com o caso do mensalão.

Sr. Presidente, vou encerrar.

O que nos resta? Senador Antero Paes de Barros, nós, que temos responsabilidade com este País, temos o direito de não pedir uma acareação entre o motorista Francisco das Chagas e o Ademirson, que é o auxiliar direto do Ministro Palocci? Entre o Francisco e o Sr. Buratti? Entre o Francisco e o Sr. Kurzweil, que é o dono dos carros blindados que servem a Palocci, inclusive, e que levou o “bingueiro” de Angola ao Ministério da Fazenda? Essa acareação serviria para que um dissesse ao outro, um olhando na cara do outro, quem é que está ou estava com a razão. Temos nós o direito de não solicitar essas acareações, diante do

que está sendo dito na CPI? Temos nós o direito de não pedir a prorrogação desta CPI e de, em pedindo a prorrogação, não pedir essa acareação? Temos nós o direito de em função do que esta acareação produza de evidências solicitar, se for o caso, a volta do Ministro Antônio Palocci à Comissão? Nós não temos esse direito. A não ser que queiramos colocar o chapéu da omissão – está na moda o boné – escrito aqui: “Eu sou do time da impunidade, eu comungo com aqueles que não tomam providências, sou daqueles que protegem Waldomiro Diniz, estou no time do Presidente Lula”. Só se nós estivermos nesse time; se não, temos que cumprir a nossa obrigação e fazer aquilo que vamos fazer, começando pela prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Seguindo a lista de oradores, concedo a palavra ao Líder do PDT, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje traz uma manchete que é uma realidade dura: “Nem 1% das cidades dá atenção total à saúde da mulher”.

O Jornal da Câmara traz outra notícia: “Municípios apontam perdas com salário mínimo de R\$350”. Segundo a reportagem, dois terços dos Municípios brasileiros deixarão de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal com o salário mínimo de R\$350,00. Ou seja, os Municípios brasileiros estão em situação de penúria.

A situação dramática dos Municípios brasileiros deságua exatamente na população mais carente, na população mais pobre, e principalmente nos serviços essenciais, que ficam todos prejudicados.

Hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deveria ter votado matéria de minha autoria. Chamo a atenção de V. Ex^{as} porque a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, é matéria recente, não é antiga, como as que ficam tramitando na Casa, às vezes por dez anos. É matéria urgente. Aliás, já deveria ter sido resolvida há muito tempo. Já era para ter sido votada, mas não foi porque a Senadora Ideli Salvatti, do PT, pediu vistas. E é um direito de todo Senador pedir vistas. S. Ex^a alegou que precisa estudar melhor a matéria. Espero, e o Presidente da Comissão, o Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitou que S. Ex^a devolva a matéria com a sua análise, com emendas, ou simplesmente a devolva, na sua forma original, para a Comissão na próxima semana, porque precisamos votá-la com urgência.

A Proposta de Emenda à Constituição diz o seguinte: que 10% das contribuições – PIS, Cofins, CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), CPMF e Cide – sejam repartidos também entre Estados e Municípios.

Senador Cristovam Buarque, o que aconteceu nos últimos anos é que o Governo Federal, espertamente, foi concedendo isenção de impostos que compõem a base do Fundo de Participação dos Municípios e a base do Fundo de Participação dos Estados, prejudicando o orçamento de Estados e Municípios. E é bom dizer que 80% dos Municípios brasileiros dependem desse fundo. Isso ocorre não apenas neste Governo, mas ocorreu também nos anteriores, é um fato histórico. Os impostos e tributos de que participam Estados e Municípios foram sendo reduzidos por isenção e por benefícios fiscais. O Governo enviou ao Congresso Nacional para que este votasse. O Congresso Nacional, portanto, ao participar, tem responsabilidade também no aumento das contribuições.

Foi criada a Cide, que é uma contribuição que incide sobre os combustíveis e que tem a finalidade de ampliar o sistema rodoviário, ferroviário e a infra-estrutura do País, mas tem sido sistematicamente desviada para outras finalidades, até para pagamento de diárias de servidores, refeições e viagens ao exterior, e esse desvio tem acarretado um grande prejuízo ao País, que não consegue ter sua infra-estrutura reformada. Há estradas caindo aos pedaços e buracos por todo lado. Agora, o Governo deu início a um programa de recuperação das estradas, mas a Cide está há quatro anos sendo cobrada, e, a cada ano, R\$10 bilhões são arrecadados, e metade desse valor é desviado para outras finalidades, já que está concentrado nas mãos do Governo Federal.

A CPMF, criada para auxiliar o orçamento da saúde, na verdade veio substituir o orçamento da saúde. Arrecada mais de R\$20 bilhões por ano, mas substitui quase igual valor do orçamento que já seria destinado à saúde, e não há quase ampliação. Basta ver o que está acontecendo agora com o caso da dengue, que vem sendo denunciado. O Governo anterior, por meio do Ministro da Saúde, José Serra, desenvolveu um trabalho eficiente em relação à dengue. Esse trabalho não pode parar, tem que ser permanente, mas a dengue avança de forma violenta no País, já causando preocupação em cidades que jamais pensaram ter esse problema, e já estão tendo.

Se examinarmos o que está sendo feito com o dinheiro da CPMF, verificaremos que a saúde pública no País é um desastre, já denunciado aqui por muitos Senadores, inclusive por mim.

Em uma reportagem exibida no sábado à noite, a TV Globo do Paraná mostrou o Hospital Universitário de Londrina, com pessoas na fila e sendo atendidas em colchões distribuídos pelos corredores. V. Ex^a foi Ministro da Educação e sabe da importância da Universidade de Londrina e da importância que tem o Hospital Universitário, que agora atende as pessoas em uma situação precária, não porque os médicos e os dirigentes da Universidade ou do próprio hospital querem, mas porque não recebem recursos suficientes para oferecer atendimento adequado e humano às pessoas que o procuram.

A CPMF foi criada para isso. Mas pra onde estão indo os recursos da CPMF? Como eu disse aqui, a CPMF foi criada para a saúde, mas ela substituiu o dinheiro que estava indo para a saúde. Não houve ampliação de orçamento para atender esse importante setor da sociedade brasileira, que tem uma demanda enorme em todas as cidades, não apenas em cidade grande ou em cidade pequena, mas em todas as cidades, onde faltam UTIs para atender a população, onde faltam hospitais adequados.

Na semana passada, recebi a notícia de que o hospital público de Foz do Iguaçu fechará. Isso significa um desastre para a cidade. Já estão enviando doentes para serem atendidos em outras cidades da região. Eu vejo ambulâncias vindo do interior do Estado e invadindo Curitiba para que os pacientes sejam atendidos no Hospital das Clínicas da Universidade Federal, que também padece da falta de recursos.

V. Ex^a, quando foi Ministro da Educação, recebeu inclusive uma visita minha para relatar problemas relacionados ao Hospital das Clínicas de Curitiba, que atende não apenas pacientes do Brasil, mas até pessoas de outros países, que se socorrem da alta tecnologia e da competência dos médicos daquele hospital.

Tudo isso é falta de dinheiro, falta de recursos no Orçamento. Sem falar do PIS e Cofins que são cobrados lá da base da economia, da produção agrícola, arrancando da produção agrícola, da agroindústria, da indústria, do emprego e colocando na mão de um governo que distribui mal o dinheiro. E temos, com essa concentração de recursos, o empobrecimento de Estados e Municípios.

Faço uma conta rápida feita em 2005, o ano que terminou. Se juntarmos todas as contribuições, chegaremos a um valor próximo de R\$150 bilhões. Se o que estou propondo é que 10% das contribuições sejam repassados para os Municípios e 10% para os Estados, o que estou dizendo é que os Municípios teriam cerca de R\$15 bilhões a mais por ano se a minha emenda constitucional for aprovada. Seriam R\$15 bilhões para os Estados e R\$15 bilhões para os Municípios.

Esse dinheiro não será tirado daqueles serviços para os quais essas contribuições foram criadas, não. A minha PEC prevê que o dinheiro da CPMF que vai para o Município terá que ser aplicado em saúde, como é a origem da contribuição, nos postos de saúde que estão abandonados em cidades do interior, na aquisição de medicamentos para atender às famílias mais carentes que não têm salário, não têm renda suficiente para comprar os medicamentos necessários; atender, enfim, à rede de saúde municipal e evitar o caos provocado, como noticiado, pelo fechamento do Hospital de Foz do Iguaçu; pelo fechamento do Hospital de Paranaguá, há tempos; o caos em que se encontram hospitais públicos, não só no meu Estado, mas em todo o País. Enfim, para que o Município dê sua contribuição, juntamente com o Estado, e esses hospitais possam atender de forma mais decente.

Vou aqui ler um dado, Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque: “Os dados referentes ao fim de 2002 e início de 2003 mostravam que 81% dos Municípios não tinham capacidade para fazer diagnóstico do câncer de mama.”

Isso é gravíssimo! E aqui não é uma crítica ao Governo que está aí, mas à história do País; uma crítica a todos os Governos que foram acumulando, e a este que também não resolveu nada, porque 81% dos Municípios não têm capacidade para fazer diagnóstico de câncer de mama. Deveria ser rotineiro o diagnóstico de câncer de mama, porque é um mal – eu não sou médico, mas eu sei – que preocupa todas as mulheres. Há constatemente vítimas que são mulheres jovens e contraem essa doença por falta do diagnóstico. E 81% dos Municípios brasileiros não têm condições de fazer o diagnóstico do câncer de mama.

É grave a situação da saúde. Mas, se tivéssemos o dinheiro da CPMF lá no Município, a situação seria diferente, com a prefeitura municipal atendendo mais de perto ao cidadão.

O dinheiro da Cide, de que falei aqui, é desviado, porque as estradas estão aí esburacadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Passo a palavra a V. Ex^a para o aparte, Senador Mão Santa, que é um médico. Falei aqui que 81% das cidades brasileiras não têm condições de fazer o diagnóstico de câncer de mama e que apenas 1% ou nenhum por cento das cidades dá atenção à saúde da mulher. Esses dados estão em **O Estado de S.Paulo**. Passo, portanto, a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, essa é uma grande homenagem à mulher, porque ela não tem o que é fundamental: a saúde. Lembro,

nesta oportunidade, que neste Governo foi tirado dinheiro do Orçamento, recursos tradicionais da saúde para o Bolsa-Família e o Fome Zero. Atente bem para o que vou dizer a V. Ex^a: uma consulta ambulatorial pelo SUS paga hoje ao profissional médio R\$2,50, enquanto que, um corte de cabelo, não custa menos que R\$10,00. Então, são R\$2,50 pagos por uma consulta, o que traduz o quadro de descaso na saúde. V. Ex^a citou a mulher, mas a mulher representa a família, o marido, os filhos. O que está acontecendo na medicina brasileira, pela ignorância audaciosa do PT, e falta de visão de futuro... Com o PSF, Programa Saúde da Família, os especialistas estão acabando, porque ser especialista, ser clínico, fazer diagnósticos e receber R\$2,50 pela consulta, ou mesmo receber por uma cirurgia, uma cesariana, R\$100,00 é difícil – e há o pré-operatório, o pós-operatório, pode haver complicação cirúrgica. Então os especialistas estão abandonando a profissão e se entregando, por necessidade, depois de aposentados, com uma aposentadoria mínima, porque este País, imoral e indecente, só beneficiou aos que trabalham na Justiça. Um Ministro do STF tem salário de R\$27 mil, mas os médicos têm uma aposentadoria vil. Todos eles estão deixando suas especializações para ingressarem em prefeituras no programa PSF. Para lhe dar outro quadro dramático, há processos de anestesista por R\$6,00. Assim, não se encontra um anestesista para resolver uma fratura, uma redução, porque esse valor é insignificante. E essa é a saúde desrespeitosa que o PT está promovendo no País. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Acrescento ao aparte de V. Ex^a que, se tivermos aqui a coragem de mexer – porque vem o Governo e tira de pauta a votação de uma emenda à Constituição como essa que estou propondo –, e espero que os Senadores tenham coragem de votar essa matéria, essa PEC, vamos modificar a realidade mostrada por V. Ex^a. E como V. Ex^a foi prefeito sabe que o prefeito está muito mais perto do problema e sabe para onde dever ir o dinheiro do imposto pago, das contribuições. Por isso estou propondo que 10% de todas as contribuições vão para os Municípios e 10%, para os Estados. Dariam R\$15 bilhões para os Municípios trabalharem melhor.

O Senador Cristovam Buarque diz sempre que este País precisa de educação, de investir em educação para se tornar realmente soberano. E acrescento: em educação, em saúde e em segurança pública. Se o Poder Público cumprir essas finalidades, com o dinheiro arrecadado sendo colocado sem medo na educação, para não deixar uma criança fora da escola, para oferecer salário digno ao professor, qualidade de ensino

nas escolas, escolas bem equipadas, se investirmos efetivamente na segurança pública e na saúde, o resto vem por consequência. Agora, investir na propaganda como se faz neste País hoje em função desta maldita reeleição, que faz com que com aqueles que estejam nos governos gastem mais em propagandas do que com saúde e educação, fica difícil resolvermos os problemas da comunidade.

Basta ligar a televisão: se não é propaganda do Governo do Estado, é do Governo Federal, em todos os intervalos. É lógico que o dinheiro está saindo do bolso do cidadão, que está pagando para o Governo dizer até o que não fez, para fazer propaganda daquilo que não fez muitas vezes. Aí, falta dinheiro para saúde, educação e segurança pública. Falta dinheiro para tudo, menos para pagar a generosa propaganda, que, depois, torna também os órgãos de imprensa muito simpáticos ao Governo que está no poder. Isso é outra coisa que o Congresso criou.

É culpa da reeleição, porque quem está no poder com a perspectiva da reeleição fica muito atraído no último ano a fazer propaganda de si próprio, de fazer autopromoção e usar todos os recursos disponíveis para não investir em educação, saúde, segurança, agricultura, enfim, naquilo que o Estado deve investir, mas para fazer propaganda quase pessoal de quem governa.

Penso que devemos votar essa PEC exatamente para que os Municípios brasileiros sejam fortalecidos, porque quem se enfraquece com um Município enfraquecido é a comunidade. Quem se fortalece com os Municípios fortes, podendo investir naquilo que é mais caro para o ser humano, que é a educação, a saúde, a segurança pública, evidentemente, é a comunidade que ganha.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra, ainda na lista dos Líderes, ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, ao Senador Leonel Pavan, agradecendo a S. Ex^a pela paciência com que tem esperado a sua vez.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 8 DE MARÇO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB PA) – Agradeço ao nobre Senador.

Passo a palavra ao orador inscrito, Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

V. Ex^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB SC) – Sr. Presidente, não há necessidade de dez mais dez.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB PA) – Dez mais dois, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico com muita alegria – e quero fazer uma homenagem a ele – que o Dr. Marco Antônio Wanrowsky, do PSDB de Blumenau, Presidente do Legislativo, assume hoje, por um período, a Prefeitura do Município de Blumenau, uma das cidades mais importantes de Santa Catarina.

Passo agora a ler aqui um recorte de uma matéria publicada pelo jornal **A Notícia**, de Santa Catarina:

A Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Itajaí (Aeamvi) protocolou ontem na Justiça Federal, em Itajaí, ação civil pública com pedido de liminar para obrigar o Governo a duplicar a BR-470 em caráter emergencial. O procedimento se espelha em ação movida no Estado do Rio de Janeiro, que obteve a recuperação da Rodovia Rio–Santos (BR-101). Os engenheiros argumentam no processo que o Governo dispõe de recursos para as obras, que segundo eles seriam fundamentais para frear o ritmo das mortes na rodovia.

Sr. Presidente, verifica-se que um movimento civil da sociedade de Santa Catarina, por meio da Justiça, busca obrigar o Governo Federal a recuperar e a investir na BR-470, rodovia que liga o oeste de Santa Catarina ao litoral – ela vem de Campos Novos, passa por Rio do Sul, chega a Blumenau e vai até a BR-101. É uma rodovia de grande importância para o nosso Estado, um escoadouro da produção de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e é utilizada por pessoas que vêm da Argentina.

Sr. Presidente, dizem esses engenheiros que, desde janeiro, foram arrecadados R\$30 bilhões com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a famosa Cide, incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, e que o dinheiro pode ser empregado na obra. O primeiro trecho sugerido pela ação civil pública para duplicação vai da querida cidade Rio do Sul até Navegantes,

onde temos o aeroporto internacional, que é malfeito, chove dentro, tem goteira, está tudo inacabado, sem investimentos, mas é um aeroporto internacional. Podemos nos orgulhar pelo menos de que o aeroporto está internacionalizado.

Vejam só, Srs. Senadores: tem-se que entrar na Justiça para obrigar o Governo a investir em rodovias. Eu acho que, daqui a pouco, a cada acidente que acontecer, a cada morte que houver nas rodovias em função dos buracos, da declividade, da falta de sinalização, do matagal que toma conta das rodovias, haverá de se entrar na Justiça contra o Governo. Porque, se o Governo não investe os recursos existentes nas rodovias, que garantem o crescimento da economia do nosso País, as exportações, o transporte dos nossos produtos, vai acabar que em todo o Brasil as pessoas terão que seguir esse exemplo entrar na Justiça.

Parabéns à Associação do Engenheiros e Arquitetos do Vale do Itajaí por tomarem essa iniciativa. Já que às vezes o Congresso não o faz, as associações, entidades públicas e privadas entram na Justiça para exigir o direito de terem uma rodovia, pelo menos, em condições de trafegabilidade.

Sr. Presidente, meu querido Senador Flexa Ribeiro, do nosso querido Pará, antes de fazer um pronunciamento sobre a Festa Nacional da Cebola, quero dizer que recebi – pasmem – um pedido do Ministério da Cultura, do gabinete do Ministro. Quem assina é João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado interino da Cultura. Ele pede a mim, Senador Leonel Pavan, que ajude o Ministério da Cultura a forçar o Governo a liberar mais recursos para o seu Ministério, para que possamos aumentar o orçamento do Ministério da Cultura. Eu quero dizer ao Ministro interino: “Pode deixar, vou cobrar do Lula. Vou pedir para ele lhe atender, Ministro João Luiz”.

Repito que o Ministro de Estado da Cultura, João Luiz Silva Ferreira, mandou-me um ofício, pedindo que eu tome as devidas providências, pedindo que eu o ajude. “Pode deixar, Ministro. Vou exigir do Lula: Ô Lula, atenda o seu Ministro da Cultura”.

Ora, se o Governo retira recursos do Ministério da Cultura, e o Ministro acaba pedindo que nós, da Oposição, o ajudemos e lhe estendamos as mãos para que possamos aumentar os recursos das comissões, é lamentável. Nem o ministro do próprio Governo consegue ser atendido. E dizem que o Presidente Lula está investindo na cultura! Nas viagens, nas mordomias, nos benefícios do próprio Partido, o PT, é nessa cultura que o Governo investe.

Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar o Prefeito da querida cidade de Ituporanga, Carlão Hoegen; o Vice-Prefeito, Osni Francisco de Fragas, o Lazineho;

bem como o coordenador da Festa Nacional da Cebola, Gervásio Maciel.

O Município catarinense de Ituporanga, maior produtor nacional de cebola, promove, de 14 a 19 de março, a Festa Nacional da Cebola. Trata-se da mais importante festa agrícola do Estado de Santa Catarina, o que significa a mobilização de 28 municípios do Alto Vale do Itajaí, com uma população de aproximadamente 320 mil habitantes. Toda a região do Alto Vale do Itajaí.

A Festa Nacional da Cebola será realizada no Parque Nacional da Cebola, em Ituporanga, e deverá receber mais de 100 mil pessoas, que participarão de uma vasta programação cultural, educativa, de interesse da agricultura e da economia local. No dia 16, estarei em Ituporanga falando para mais de 500 agricultores e familiares.

São esperadas, Sr. Presidente, inúmeras autoridades do Brasil inteiro para que lhes mostremos a importância desse setor agrícola. Haverá nesse evento duzentos estandes com expositores da indústria, comércio, agricultura e prestação de serviços, além de 120 produtores de cebola.

Além das dificuldades normais da agricultura, como os problemas do clima, da irregularidade no regime de chuvas, temos uma elevada carga tributária, juros escorchantes, péssimas condições das rodovias e uma política cambial perversa e irrealista. Mesmo assim, lá estão os agricultores expondo os seus produtos.

Somente a coragem e a disposição para o trabalho dos nossos produtores rurais justificam níveis de exportação, produção e produtividade tão elevados.

Ituporanga é responsável por mais de 10% de toda a produção e comercialização da cebola no território nacional, com uma área plantada de 4.500 hectares e produtividade média de 28 a 35 toneladas por hectare.

A cultura de cebola emprega diretamente cerca de 40 mil pessoas e é responsável por aproximadamente 60% da renda produzida em Ituporanga. São 1.200 famílias que vivem da produção de cebola, enfrentando a concorrência da cebola argentina, que abastece cerca de 35% do mercado nacional.

Os produtores de cebola de Ituporanga, Sr. Presidente, meu amigo Senador Flexa Ribeiro, não recebem nenhum incentivo fiscal nem têm outras vantagens, como as dos produtores argentinos, que compram insumos agrícolas mais baratos e dispõem de combustíveis por um preço muito menor do que o praticado no Brasil.

Portanto, fica aqui um convite a todos para participarem, no dia 14 de fevereiro, em Ituporanga, nossa querida cidade que completou 57 anos de fundação

e, mais do que nunca, merece nosso aplauso pelo desenvolvimento do seu potencial econômico, por sua agricultura familiar, que é capaz de gerar renda, emprego e estabilidade para o Município e para todo o Alto Vale do Itajaí.

Parabéns ao Prefeito Carlão, ao Vice-Prefeito Lazinho, ao coordenador Gervásio Maciel.

Sr. Presidente, quero aproveitar justamente o discurso para dizer que, lamentavelmente, o Governo usa toda a máquina pública administrativa para se promover e falar coisas que não estão ocorrendo.

Vejam aqui os produtores de cebola. São 1.200 produtores familiares. Muitos com dificuldades para continuarem plantando, porque não há incentivo; agora mesmo, tiveram perdas irreparáveis com a seca.

Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a também tem lutado muito pelos agricultores do seu Estado e para o bem do Brasil. Os agricultores de Santa Catarina e os do Brasil não entendem por que o Governo Federal não atende esses que são os principais responsáveis pela produção, pela geração de empregos na região rural e pelo número de exportação do nosso País, por produzirem um percentual tão alto que coloca o Brasil como um dos grandes exportadores. Eles não entendem por que o Governo Federal, que se vangloria de alguns investimentos espalhados pelo Brasil, que acabam se diluindo, sem nenhum planejamento, não lhes destina recursos, e também a outros agricultores, como os do arroz, do milho, do fumo, da mandioca, do aipim, da banana, da cana. Não entendem por que não dirige os recursos, por que não repactua a dívida, por que não aprova o projeto que está na Câmara Federal, onde há um parecer nosso para incluir a região Sul. Não sei por que o Governo Federal, Senador Mão Santa, nem em pleno ano eleitoral, não atende os nossos agricultores familiares.

E dizem que o Lula tem não sei quanto por cento de aprovação nas pesquisas! Eu não vejo nenhum agricultor contente com este Governo; eu não vejo um produtor do nosso País contente com este Governo; eu não sei onde estão as pessoas que votam no Lula! Alguém só pode votar num candidato se estiver contente com o seu governo, com as suas ações. Mas o Governo não tem feito absolutamente nada para merecer a confiança dos agricultores, dos nossos motoristas de caminhão, dos nossos trabalhadores, dos nossos prefeitos, dos nossos vereadores. Não há um trabalho ordenado, dirigido em benefício dos nossos Estados, dos nossos Municípios, do nosso País, que se possa refletir em aprovação popular.

O Governo Lula ri à toa, está rindo não sei do quê. Parece Nero, lá de cima, vendo o Brasil pegar fogo, andando no aerolula, Senador Mão Santa, para lá e para

cá, rindo da desgraça do povo brasileiro. Lamentavelmente isso está acontecendo com o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais. V. Ex^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

Eu peço a compreensão dos nobres Senadores e Senadoras. Nós prorrogaremos a sessão a partir das 18h30min para que todos os inscritos possam usar a tribuna.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem, antes do Senador Eduardo Azeredo. Eu peço a inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a está inscrita e será atendida após o Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem de inscrição.

O Senador Eduardo Azeredo fala pela Liderança da Minoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu venho à tribuna neste Dia Internacional da Mulher, Senadora Ana Júlia, para homenagear as mulheres brasileiras e pedir a aprovação do projeto que disciplina o que está previsto na Constituição, que regulamenta os parágrafos do art. 201 da Constituição Federal, que diz que os trabalhadores sem renda que trabalham exclusivamente dentro de casa têm direito à aposentadoria; ou seja, aposentadoria para a dona-de-casa.

Esse projeto que está aqui na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, do qual sou Relator, trará justiça a milhões de pessoas em todo o Brasil. É reconhecido que o trabalho desempenhado em casa tem o mesmo mérito ou às vezes até muito mais do que o exercido numa empresa comum. Assim, é de justiça que nós tenhamos a regulamentação da aposentadoria para as donas-de-casa. Isso é, na verdade, também o que pedem mulheres de todo o Brasil, de todos os Estados, que estão hoje aqui em Brasília, fazendo essa manifestação, com a Marcha das Donas-de-Casa. Elas tiveram hoje, inclusive, um encontro com o Vice-Presidente José Alencar.

O Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais, dirigido pela Deputada Estadual Lúcia Pacífico, do nosso Partido, o PSDB, também sempre esteve atento a essa questão.

Quero explicitar alguns pontos do projeto, para que seja de conhecimento mais amplo, já me adiantando à leitura do relatório que farei amanhã na reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Para criar o sistema especial de inclusão previdenciária, serão acrescentados três parágrafos ao art. 21 da Lei 8.212, de 1991, dispondo que o contribuinte individual com renda mensal de até dois salários mínimos e que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertença à família de baixa renda, terão alíquota de contribuição de 11%, sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, desde que optem por não terem direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

São várias regras que se sobrepõem exatamente para garantir que seja viável, do ponto de vista financeiro, essa nova modalidade de contribuição previdenciária e de aposentadoria.

*Se, posteriormente, o beneficiário desejar que o tempo em que passou nesse sistema especial valha para obtenção de aposentadoria por tempo de contribuição ou contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Previdenciário dos Servidores Públicos deverá complementar sua contribuição mensal em mais 9%, acrescido dos juros de mora.

As alterações previstas na Lei nº 8.213, de 1991, foram necessárias para que a legislação do plano de benefícios ficasse harmonizada com o plano de custeio da Previdência Social. Nesse sentido, foram alterados os arts. 9º, 18 e 55 da Lei nº 8.213, de 1991. Já a mudança sugerida no art. 25 visa estabelecer os períodos de carência para gozo dos benefícios. Dessa maneira, fixou-se que são necessárias dez contribuições mensais para usufruir o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez; 144 contribuições mensais no caso da aposentadoria por idade e aposentadoria especial; e oito contribuições mensais para o salário-maternidade. São essas as carências previstas no projeto.

O projeto, evidentemente, é pertinente e de elevado alcance social, pois visa incluir no Regime Geral de Previdência Social cidadãos que, atualmente, não contam com qualquer tipo de proteção social.

Está prevista também a questão da política fiscal do Governo, na medida em que se aumenta a receita pública, pois incorpora novos contribuintes à Seguridade Social.

O autor, Senador Rodolpho Tourinho, um dos mais assíduos e mais eficientes da Casa, preocupou-se, com muita propriedade, em garantir que o sistema especial de inclusão previdenciária seja minimamente contributivo, pois excluiu desse sistema o direito à aposentadoria, como explicado anteriormente, por tempo de

contribuição, proporcionando alguma compatibilização entre o fluxo de contribuições e de benefícios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago aqui essa matéria nesta data importante para todas as mulheres brasileiras, importante para o País como um todo, dia em que se homenageia essa participação sempre crescente da mulher em todas as áreas da sociedade brasileira.

Acredito que uma das formas mais adequadas de homenagem seria aprovarmos amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais, esse projeto que disciplina a Constituição e que cria a aposentadoria para as pessoas que trabalham na própria residência, que é uma contribuição doméstica.

Nesta semana, a Presidência da República assinou uma medida provisória que também tem um caráter positivo. Nós da Oposição reconhecemos isso, apenas lamentamos que o Governo não tenha creditado a vários projetos de Parlamentares que tratam da mesma matéria. Trata-se da questão de abatimento no Imposto de Renda das contribuições do INSS para os empregados domésticos, ainda limitado a um apenas.

Quero, então, trazer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, esta homenagem pelo Dia Internacional da Mulher e, ao mesmo tempo, pedir de antemão o apoio a esse projeto que será votado amanhã na Comissão de Assuntos Sociais.

Vejo agora o Senador Rodolpho Tourinho, autor desse projeto, do qual, com muita honra, sou o Relator.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ouço a Senadora Ana Júlia com muito prazer.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Eduardo Azeredo, quero agradecer as homenagens, não só as de V. Ex^a, mas as de tantos Senadores, de tantas pessoas, de tantos sindicatos que nos homenagearam hoje com flores e com mensagens. Enfim, foi um dia inteiro recebendo mensagens, o que nos deixa extremamente feliz. Por outro lado, sabemos o caminho que ainda temos a percorrer nessa luta para que as mulheres possam viver as suas diferenças com direitos iguais. Conta com todo o meu apoio esse projeto, pois é fundamental essa regulamentação. Espero que ele seja aprovado. Ele foi possível exatamente porque, na própria emenda à Constituição, foi aberta essa possibilidade. Agora é a hora da regulamentação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa. O pronunciamento de V. Ex^a soma-se ao pedido de apoio que faço a todos. Esse é realmente um avanço a mais na regulamentação das relações de trabalho no Brasil e

uma medida de justiça que se tomará, acrescentando-se milhares ou milhões de pessoas que poderão também participar do sistema de previdência social brasileira.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que eu tinha hoje a trazer ao conhecimento dos nossos colegas e companheiros deste Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azeredo pela importância do pronunciamento de V. Ex^a como Relator do projeto do nobre Senador Rodolpho Tourinho e também pela forma econômica com que fez uso do tempo destinado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho por cessão da Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, inicialmente, agradeço a gentileza da Senadora Heloísa Helena, que me cedeu o tempo para que eu pudesse vir falar sobre um assunto extremamente importante, já tratado aqui pelo Senador Eduardo Azeredo. Trata-se do projeto que deve ser votado amanhã – espero seja aprovado – no sentido de incluir os trabalhadores de baixa renda e as donas-de-casa de famílias de baixa renda no sistema previdenciário.

Hoje foram publicadas algumas notícias nos jornais sobre os manifestantes que aqui estavam na Esplanada, que estariam querendo dos Deputados e Senadores que regulamentassem o direito à aposentadoria às trabalhadoras domésticas não-remuneradas, ou seja, para as donas-de-casa. Pelo menos mil donas-de-casa – é a notícia do CorreioWeb – chegaram de diversos pontos do Brasil para pedir ao Governo o direito de receberem um salário mínimo de aposentadoria.

Quero dizer a essas donas-de-casa – repito muito do que o Senador Eduardo Azeredo disse aqui, mas é bom enfatizar esse assunto tão importante – que poderemos atendê-las amanhã, com a aprovação na CAS desse projeto de lei, de minha autoria, que regulamenta a PEC paralela em relação aos trabalhadores de baixa renda e às donas-de-casa. Penso que, neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, essa notícia é uma homenagem importante, também atendendo aos objetivos da Terceira Marcha Nacional pela Aposentadoria das Donas-de-Casa ocorrida hoje em Brasília.

Reafirmo o que já disse desta tribuna. Tenho procurado cuidar de questões da mulher brasileira e dado alguma atenção a isso. Cito também o Estatuto

da Igualdade Racial, em que acabamos incluindo no projeto do Senador Paulo Paim, trabalhando junto com S. Ex^a, um capítulo sobre a mulher negra. Para isso, fizemos uma audiência pública em Salvador, na sede do bloco de carnaval Ilê Aiyê, e colhemos algumas sugestões muito importantes que foram incorporadas ao hoje Estatuto da Igualdade Racial. Entendo que os problemas de gênero devem estar sempre inseridos nos grandes debates dos problemas nacionais.

Portanto, quero me solidarizar com as integrantes da marcha nacional, que pretendem pressionar o Governo para agilizar a regulamentação da aposentadoria das donas-de-casa. Considero que essa pressão sobre o Governo é até para já deixar claro ao Governo que ele não deve vetar esse projeto, que será aprovado, com certeza, amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais. Espero – aí com a contribuição de V. Ex^a, Senador Sibá Machado – que o Governo não venha a fazer isso e que essa pressão das donas-de-casa seja no sentido de efetivamente aprovarmos esse projeto amanhã, com a relatoria competente do Senador Eduardo Azeredo.

Estou vendo que V. Ex^a, Senador Sibá Machado, quer um aparte, que concedo logo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador. Infelizmente, não participo mais da Comissão de Assuntos Sociais e não vou poder estar lá para contribuir com meu voto nesse projeto. Porém, certamente, se ele não tiver caráter terminativo, ele passará por este Plenário, onde poderemos apreciá-lo. Mas eu queria falar sobre essa categoria, para a qual V. Ex^a apresenta essa regulamentação. As mulheres de baixa renda, na maioria das vezes, quando declaram sua profissão, dizem que são “do lar”. Toda vez que se apresentam em algum órgão público e essa pergunta é feita, elas dizem que são “do lar”, o que significa, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, terceira jornada. A dona-de-casa é a primeira pessoa da casa a acordar e a última a recolher-se, a descansar. Precisa acordar para cuidar de criança, preparar o café-da-manhã e no decorrer do dia tem muita roupa para lavar, tem que limpar a casa, preparar refeições, enfim, cuidar da máquina doméstica chamada casa. Torna-se, sim, uma espécie de profissão, um trabalho não reconhecido e não remunerado. Infelizmente, por não contribuir com o sistema previdenciário, no momento da aposentadoria, passa por uma situação difícil por não ter comprovação de contribuição com o sistema previdenciário. Digo isso porque acompanhei um pouco a questão quando eu estava no sindicalismo. Alguns sindicatos, principalmente no que se refere ao setor rural, é que dão a primeira carta de aval para o reconhecimento desses profissionais a receber um benefício previden-

ciário. Isso é um imbróglio, eminente Senador Rodolpho Tourinho, uma dificuldade muito grande e muitas vezes mal compreendida e difícil de explicar. Portanto, quero, no momento em que tiver oportunidade, contribuir com a votação do projeto. V. Ex^a foi brilhante ao ter entendido essa necessidade. Foi confirmada essa compreensão pela manifestação que elas fizeram. Lembro-me de que, pelo menos para as mulheres do campo, algumas vezes já participei, desde 1992, de manifestações cobrando esse tipo de reconhecimento. Mas, antes tarde do que nunca, hoje V. Ex^a traz a esta Casa uma regulamentação para que possamos transformar em lei um direito que está escondido durante tanto tempo de uma categoria tão sofrida e tão merecedora desse benefício. Parabéns!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. Quero dizer que o projeto é terminativo. Aprovado amanhã, como espero que seja, ele vai direto para a Câmara dos Deputados, onde vamos precisar da sua atuação, Senador, para que ele não venha sofrer nenhuma mutilação. Já não falo mais nem de veto, mas de mutilação. Acho que esse projeto é muito simples, muito claro e muito bem estruturado. Eu fui Relator da PEC paralela aqui. Naquela oportunidade em que viabilizamos aquele grande acordo que permitiu a promulgação da Emenda nº 47 foi que se abriu caminho para regulamentação da aposentadoria das donas-de-casa pertencentes à família de baixa renda.

Então, quero retomar o fio dessa questão da PEC paralela, que foi, Senadora Ana Júlia, uma coisa muito discutida aqui. V. Ex^a teve uma participação grande naquilo que muito pouca gente aqui acreditava, que era a aprovação da PEC paralela. Foi uma grande luta. Entendo que, naquele momento, viabilizamos, então, a aprovação daquilo que, tenho certeza, poderemos comemorar amanhã aqui no Senado, que é a inclusão previdenciária das donas-de-casa de baixa renda e também dos trabalhadores de baixa renda em geral. Foi por isso também que me senti muito obrigado a, imediatamente, tratar desta questão.

Eu gostaria, Senadora Ana Júlia Carepa, de, antes de dar um aparte a V. Ex^a, falar sobre os principais pontos desse projeto, que é muito importante para que as donas-de-casa entendam como se enquadrarão e a quê terão direito. Primeiro, esse projeto regulamenta a aposentadoria das donas-de-casa pertencentes a famílias de baixa renda; segundo, ele define o conceito de família de baixa renda, porque isso estava colocado de forma genérica e é preciso que isso seja quantificado. A família de baixa renda deve ter uma renda mensal de até meio salário mínimo **per capita** e todos os membros devem viver sob o mesmo teto.

O que é renda de salário mínimo **per capita**? Somando-se o rendimento dos membros da família que trabalham e dividindo-se o total pelo número de membros da família, inclusive aqueles que não trabalham, o resultado não pode ser superior a meio salário mínimo. Então, fica claro, define-se claramente o que é a família de baixa renda.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Parece-me que essa também é uma das regras para diversos benefícios de programas sociais, porque eles não podem ser cumulativos e há um limite de acumulação. V. Ex^a resgata esse princípio, que já existe para uma série de outros programas ao definir o que é baixa renda dentro da família.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O meu receio, Senador Sibá Machado, é que, por uma interpretação não clara, venhamos a perder o foco do projeto.

Quero conceder o aparte à Senadora Ana Júlia.

Peço à Presidência tolerância, mesmo porque ainda tenho dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Não só dois minutos, mas o tempo necessário.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Vou ser breve, até porque também estou inscrita para falar e estou há dois dias tentando falar. Quero, mais uma vez, registrar, Senador, que, na época em que aqui se discutiu a reforma da Previdência e que tantas críticas foram feitas àquela emenda à Constituição, nós dizíamos que, se ela realmente trazia algumas questões que poderiam não ser o melhor, por outro lado, continha avanços imensos, e um deles é exatamente a possibilidade da aposentadoria das donas-de-casa de baixa renda. E podemos regulamentá-la porque aprovamos aquela emenda à Constituição, porque aprovamos a PEC paralela. Então, quero aqui resgatar a lembrança de que V. Ex^a foi o Relator da PEC paralela e o Senador Tião Viana foi o Relator da emenda constitucional. E tanta guerra se fez contra aquela emenda à Constituição, contra a reforma da Previdência. Mas nós estamos vendo agora que aqueles que mais necessitam é que estão sendo beneficiados com essa emenda, com essa possibilidade concreta. Quero aqui me congratular, solidarizar-me com a Deputada Luci Choinacki, que organizou a marcha de hoje, junto com outros Parlamentares presentes na marcha das donas-de-casa, pedindo também a aposentadoria. Infelizmente, nossas atividades aqui às vezes não nos deixam sair para participarmos de movimentos como esse, mas quero aqui prestar minha total solidariedade e dizer que quero ter oportunidade, já que não sou mais da Comissão de Assuntos Sociais, de poder votar este projeto no plenário.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia. Efetivamente, estamos atendendo, nesse movimento, aquilo que foi solicitado pela Terceira Marcha hoje, desde que aprovemos amanhã em caráter terminativo esse projeto.

Mas quero, ao me dirigir às donas-de-casa de baixa renda, dizer: vocês não vão precisar pagar os 20% que todos os outros trabalhadores são obrigados a contribuir. Essa contribuição foi reduzida para 11%. Isso também já estava previsto, mas fica regulamentado. Portanto, há uma diferença de nove pontos percentuais.

Outro ponto é que fica garantido para as donas-de-casa os benefícios da aposentadoria por invalidez, da aposentadoria por idade, do salário-maternidade, do auxílio-doença, do auxílio-acidente e do salário-família.

Os prazos para as donas-de-casa fazerem jus aos benefícios, o chamado período de carência, também foram reduzidos em 20%. Apenas a título de exemplo, Sr. Presidente, a aposentadoria por idade, que, no sistema convencional, pode ser iniciada com 15 anos de contribuição, no caso específico das donas-de-casa, com essa redução de 20%, esse tempo de carência passa para 12 anos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, em dois minutos concluo o meu pronunciamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que esse é um dos projetos muito importantes que passaram pelo Senado, pois beneficiará inúmeras donas-de-casa, famílias pobres, de baixa renda, que, embora trabalhem por toda vida no âmbito de suas residências, não têm hoje o direito de receber qualquer benefício previdenciário, estando totalmente descobertas diante dos riscos sociais do tipo invalidez, doença e morte.

Para concluir, ao tempo em que peço apoio das Senadoras e Senadores da Comissão de Assuntos Sociais para que possamos estabelecer amanhã o **quorum** para aprovação terminativa da aposentadoria das donas-de-casa, não posso deixar, outra vez, de registrar a minha homenagem às mulheres pela passagem deste Dia Internacional da Mulher. De forma muito especial, gostaria de homenagear as mulheres do meu Estado, a Bahia. Repito que, de uma forma muito rápida, conseguimos atender aos objetivos da marcha que se realizou hoje em Brasília, pedindo exatamente isto: a aposentadoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Rodolpho Tourinho e o

parabenizo, Senador, pelo seu projeto de tão grande mérito que concede a possibilidade de aposentadoria às donas-de-casa. Desde já, conte com o nosso apoio amanhã, por ocasião da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra, pela Liderança do PT, à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará, por dez minutos, prorrogáveis por dois. Como hoje é o Dia Internacional da Mulher, prorrogarei por outros dois minutos.

Aproveito para prorrogar a sessão por quarenta minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente que neste momento preside a sessão, Senador Flexa Ribeiro, também do meu Estado, meu conterrâneo, Senadoras e Senadores presentes, estava desde ontem tentando falar, apesar de já ter vindo à Tribuna, logo após a semana do carnaval, para falar sobre denúncias caluniosas de que tenho sido vítima já há algum tempo, publicadas num veículo de comunicação. Talvez, quem sabe, continue reiterando essas denúncias, porque eu os processei, e, como todos sabem, quando se processa um órgão de comunicação na Justiça, aí é que a marcação acontece.

Mas, como fui citada e esse veículo foi citado aqui por um Senador da República, que tentava me atingir e, ao se defender, me atacar, quero dizer que todos os Senadores e Senadoras receberam uma nota de esclarecimento que fiz em relação a esta matéria.

Quero dizer também a todos os Senadores e Senadoras que consta do meu *site*, www.anajulia.com.br, um histórico. A sociedade toda pode ser acesso ao seu conteúdo, se quiser.

Quero lembrar inclusive que, em junho do ano passado, matéria idêntica foi veiculada por esse mesmo veículo de comunicação. Eles sequer citaram o meu nome. Mas estamos num ano eleitoral, e a possibilidade, quem sabe, de eu ser candidata, por ser uma Liderança do PT no meu Estado, faz com que, é claro, as baterias e a matéria se voltem contra o PT e contra mim.

Estou tranqüila, porque as denúncias foram feitas por um grileiro de terra que foi condenado pela Justiça Federal por ter ameaçado o gerente do Ibama. As denúncias que esse grileiro de terra fez contra mim foram todas investigadas na CPI. Deputados, inclusive, que fazem parte dessa CPI da Biopirataria hoje falaram sobre isso. A matéria sequer reflete a realidade do relatório, porque o relatório aprovado não indicia o gerente do Ibama. A CPI quebrou sigilo, investigou contas, simplesmente invadiu a vida privada de uma cidadã brasileira

por ela trabalhar comigo, por ser minha assessora. Estão tentando, inclusive, arrasar a vida dessa mulher para poder arrasar com a minha vida, mas quero dizer que fui investigada, e nada encontraram.

Houve denúncia de que havia recurso de empresas madeireiras que participaram do Safra Legal. Algumas empresas realmente contribuíram com a nossa campanha, mas nenhuma das que contribuíram participaram do Safra Legal. Estão todas inscritas no Tribunal Regional Eleitoral.

Diziam que o recurso estava na conta da minha assessora, e ela, de livre e espontânea vontade, mandou inclusive o extrato dela. Mesmo assim, quebraram o seu sigilo bancário; depois, quebraram o sigilo de acordo com o objeto da CPI. Por incrível que pareça, os dados foram cruzados, e não foi achado depósito algum.

Fui investigada, e nada foi achado. Ao contrário, a denúncia feita contra mim é falsa, caluniosa e tenta me atingir politicamente com medo da questão eleitoral. Trata-se de uma denúncia eleitoral.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ana Julia, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em breve vou lhe dar o aparte, Senadora Fátima Cleide.

Sei que não sou perdoada pelos grileiros de terra do meu Estado. Sei que não sou perdoada por aqueles que praticam trabalho escravo, de cuja ocorrência, infelizmente, o meu Estado é campeão. Sei que não sou perdoada por aqueles que se dizem produtores rurais, mas não o são, porque mancham o nome dos produtores rurais e participam do consórcio que financia a morte e a violência no campo.

Quando eu rasguei aquele voto em separado, aquela verdadeira ode à violência na CPMI da Terra, realmente acendi mais ainda a ira daqueles que me caluniam.

Então, é exatamente esse o combinado, Senador Sibá Machado e Senadora Fátima Cleide. A diminuição do desmatamento faz com que matérias como essa tentem nos atingir.

Eu quero dizer, com toda tranqüilidade, que permiti a investigação, e, graças a Deus, nada das denúncias se confirmou, porque a matéria é simplesmente uma série de ilações e mentiras inclusive em relação a números de linhas telefônicas, porque aquilo nunca existiu.

Estão quebrando decisão do STF e desrespeitando mais uma vez o Supremo Tribunal Federal, que, no voto do seu Ministro-Relator, Joaquim Barbosa, decreta, em relação aos dados da CPI, “o segredo de justiça

nesses autos para proteger o sigilo de documentos de uso reservado anexado às informações”.

Mas não há mais Estado de Direito no País, como disse a Deputada Juíza Denise Frossard hoje. S. Ex^a lê as matérias em alguns veículos de comunicação com um pé atrás. Por isso, estão cada vez mais perdendo a credibilidade, porque hoje não se respeita mais nada. Mesmo que seja investigado, que se demonstre que não há nada, tentam, de forma transversa, dizer o contrário.

Estou indignada porque mesmo o Supremo Tribunal Federal está sendo desrespeitado. Documentos que deveriam ser sigilosos são utilizados, porque questões ali colocadas não constam do relatório da CPI. A sociedade não sabe disso, mas não constam do relatório da CPI, porque aquilo não existe.

Como é fácil desrespeitar! Hoje, no País, desrespeita-se até o Supremo Tribunal Federal, por meio do voto do Ministro Joaquim Barbosa. Se até isso se desrespeita no País, é fácil qualquer um agora querer atingir alguém eleitoralmente.

Como somos pessoas públicas, estamos sujeitos a isso. Sei que tentam, inclusive, atingir a minha família, tentando usar o fato de um gerente do Ibama ter sido casado comigo um dia, há oito anos, e de termos uma filha. Nem isso nos poupam, a nossa família, uma criança que nada tem a ver com isso.

Mas não vou usar a vitimização, como algumas pessoas gostam de fazer, como rumo do meu mandato. Já estou ficando, como se diz em minha terra, com o couro curtido. Sei que toda pessoa pública, quando incomoda, quando atinge poderosos interesses, é atingida.

Concedo o aparte à Senadora Fátima Cleide, com muito prazer; em seguida, ao Senador Sibá Machado.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ana Júlia Carepa, inicialmente, gostaria de parabenizá-la não apenas porque hoje é o Dia da Mulher, mas pela grande, brilhante e inteligente mulher que V. Ex^a é. V. Ex^a – e digo “vossa excelência” com muito orgulho, com muita honra – representa, aqui neste Senado, as grandes guerreiras da Amazônia. Neste momento, o pronunciamento que V. Ex^a faz da tribuna do Senado Federal me faz lembrar outros momentos que vivemos, nós, mulheres, trabalhadoras, que sonhamos, em primeiro lugar, construir uma sociedade diferente. Enfrentamos na Amazônia os invasores, os grileiros, aqueles malfeitores que apenas querem lucrar com um recurso que é do povo brasileiro: o recurso natural. Sonhamos com essa sociedade, mas, mais do que isso, ousamos estar aqui disputando espaços. Somos poucas, mas V. Ex^a representa brilhantemente as mu-

Iheres que estão aqui nesta Casa e todas as mulheres da Amazônia e do Brasil. Tenho total confiança em sua pessoa, tanto na vida pública quanto na vida privada. Tenho confiança no desempenho de seu mandato, voltado para a inclusão social. Tenho confiança de que todas as injúrias que V. Ex^a sofre neste momento serão repudiadas pela sociedade brasileira, pela sociedade paraense, pelos homens e mulheres que querem uma sociedade diferente neste País.

(Interrupção do som.)

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Sr. Presidente. Tenho confiança e expesso a minha solidariedade a V. Ex^a neste momento, Senadora Ana Júlia. Não são apenas as mulheres comuns que sofrem violência e discriminação. Nós também sofremos. Justamente por ser ousada e disputar com competência e qualidade é que V. Ex^a está sofrendo. V. Ex^a já foi a uma CPI, que vasculhou a sua vida. Sei que outras pessoas também vasculharam a sua vida, e sei como a Senadora Ideli Salvatti também sofre essa “vasculhação”, como eu também sofro. Parabéns, Senadora Ana Júlia Carepa. V. Ex^a representa as mulheres brasileiras com muita dignidade e muita honra. Eu me orgulho por isso e por ser sua companheira neste dia. Deixo aqui o meu abraço solidário.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Nós ousamos, somos mulheres ousadas. Por isso, minha homenagem a todas as mulheres deste País, mulheres anônimas, mas que representam essa luta. E, quando nós ousamos enfrentar esses interesses poderosos, é lógico que recebemos difamações, que hoje são feitas de forma absurda.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado. Em seguida, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia, discordo apenas do termo “anônimo”, porque acredito que toda pessoa é líder em seus processos de vida, em qualquer ambiente que viva. Está sempre liderando e sendo espelho para alguém, sendo amado ou odiado por alguém.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É verdade. Eu disse “anônima” porque não são pessoas públicas, mas todas têm uma importância imensa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com certeza. Voltando ao assunto, infelizmente, somente hoje V. Ex^a vem à tribuna a fim de prestar esclarecimento pessoal sobre o fato. Pode observar que, por mais ou menos culta que seja uma pessoa – não digo “cultura” no sentido da cultura, mas da escolaridade –, todos nós, ao olharmos para um veículo de comunicação, damos-lhe alto grau de respeitabilidade e confiança.

É comum que as pessoas com pouco acesso à vida pública, como V. Ex^a está falando, ao terem conhecimento de uma notícia, seja pela televisão, pelo rádio, pelo jornal ou pela revista, confiarão na matéria. Dirão: “Deu no jornal, viu? Ontem, saiu na televisão. Olhe, o rádio falou isso ontem”. É claro que uma revista como a **Veja**, ao publicar uma matéria, vai sempre induzir muitas pessoas a acreditar que a revista está sendo completamente verdadeira. E fica humanamente impossível desfazer-se o engano. Pois bem, vou dizer que foi engano; não foi bem assim, mas vamos dizer que a matéria foi engano. Como se pode repor, nas mesmas condições, na mesma página, na mesma quantidade de caracteres divulgados, uma versão encontrada? Acabou-se. Não há mais jeito. A V. Ex^a resta o quê? Os microfones do Senado Federal e as oportunidades que surgirem para V. Ex^a falar sobre isso quando alguém lhe perguntar, seja em Brasília, seja no Estado do Pará. Quem leu a revista **Veja**? Parece-me a tiragem da revista **Veja** é de um 1,5 milhão de exemplares. Além disso, existe o fato da propagação de uma notícia. Segundo um cálculo que aprendi em um curso básico que fiz, chamado Qualidade Total, a notícia boa tem uma propagação de cinco vezes; a notícia ruim, de vinte e cinco vezes. Quer dizer, se alguém dá uma notícia boa, ela chega a cinco pessoas de imediato; se a notícia é ruim, chega a vinte e cinco pessoas. Neste caso, aqui fica uma situação que já vou dizer a V. Ex^a. Primeiro, impossível repor, para todas as pessoas que tomaram conhecimento daquela matéria, uma versão de V. Ex^a. Segundo – vou usar aqui a sapiência do povo –, ouvi alguém dizer que, antes de se pensar em cometer uma injustiça, ainda é melhor recebê-la. Então, é melhor receber do que cometer uma injustiça. Se V. Ex^a recebe uma injusta notícia da revista **Veja**, ainda assim, é melhor do que cometer essa injustiça, seja da **Veja**, de qualquer pessoa. Medo de que V. Ex^a possa vir a ser candidata espero que seja. Torço para isso, porque sei que V. Ex^a pode realizar um trabalho muito melhor do que o que está sendo realizado, que é o princípio da superação. Se V. Ex^a, eu e outras pessoas concordássemos com tudo o que está sendo feito, não estaríamos aqui fazendo política. Ficaríamos em casa, assistindo ao que está acontecendo. Portanto, nesse caso, espero que V. Ex^a contribua novamente conosco, sendo candidata em seu Estado. Também quero dizer que nossa Bancada, todos nós aqui depositamos a mais sincera confiança em V. Ex^a. É o que minha mãe me dizia: acima de tudo, tenha a sua consciência tranqüila, não se importando com o que estão dizendo sobre você. Se tiver a oportunidade de esclarecer, ótimo; se não tiver, durma bem, dizendo: isso não me pega, porque eu não cometi isso. Portan-

to, já que V. Ex^a não vai ter a oportunidade de ver um 1,5 milhão de exemplares da revista **Veja** dizendo que a Senadora Ana Júlia Carepa é inocente em relação àquilo que foi dito, porque isso não vai acontecer, que fiquemos com essa consciência e essa confiança que todos nós temos na sua seriedade e na sua cumplicidade com a coisa séria e com a vida pública ética e moral que vejo sempre na sua história, no seu currículo, no seu modo de vida e, principalmente, na sua forma de fazer política.

Assim sendo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... fica aqui o abraço fraterno, amigo, companheiro e verdadeiro, não apenas meu, mas de todos da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com a confiança que temos em V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Sibá Machado. Agradeço muito pelas suas palavras.

Tenho recebido solidariedade de Senadoras e Senadores de diversos Partidos – para ser justa, de todos os Partidos.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim e, depois, ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Júlia Carepa, embora as homenagens do Senado pelo Dia Internacional da Mulher seja amanhã, nada mais justo, nada mais apropriado do que V. Ex^a assomar à tribuna hoje mesmo, Dia Internacional da Mulher, porque a injustiça que estão fazendo com V. Ex^a não tem como ser medida. Dentre as pessoas que conheci, V. Ex^a é a mais avançada, séria, competente e responsável. Foi Deputada junto comigo. Conheço sua vida, sua história e as posições que defende na Câmara e no Senado. Não tenho nenhuma dúvida de que V. Ex^a vai dormir tranqüila hoje e sempre. Todos nós sabemos que, quando a campanha eleitoral começa, os ataques são muito mais contundentes. Estive lá no Pará, e o Senador Flexa Ribeiro, que ora preside a sessão, viu que, numa plenária estadual, após V. Ex^a ter feito uso da palavra, fiz uma manifestação sobre V. Ex^a, ressaltando a forma como aquele povo a aplaudiu. V. Ex^a conta com o carinho do povo do Pará e do País. Como bem disseram a Senadora Fátima Cleide e o Senador Sibá Machado, V. Ex^a foi investigada, abriu o livro de sua vida para uma CPI: “Vejam, estudem minha vida”. A CPI foi a fundo e não achou nada. É o melhor atestado que poderia dar ao Senado da República e ao povo brasileiro. Meu aparte, neste encerramento de sessão, é rápido. Dizia ao Senador Simon que hoje falei de Anita Garibaldi, de

Ana Amélia, jornalista que todos respeitamos, que falei de lutadoras, negras, brancas, índias, mestiças. V. Ex^a se inclui no rol desses nomes que citei como uma mulher que para nós é referência. Como há mulheres que são referência, também há homens que são referência. E o contrário também existe. Mas V. Ex^a é uma referência para o nosso trabalho. Por isso, deixo aqui a minha total solidariedade e apoio, na certeza de que o Brasil ganha muito com a postura de V. Ex^a, não só o Pará. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada de coração, Senador. V. Ex^a, com certeza, também é uma referência.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo e, a seguir, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Ana Júlia, logo que cheguei ao Senado, a questão dos *royalties* do minério nos aproximou. Aliás, é um assunto que nos une e que ainda não foi decidido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Temos que votá-lo rapidamente, não é, Senador?

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Mas pude sentir naquela ocasião a sua dedicação, o seu espírito público, a sua vontade e disposição de defender especialmente as pessoas mais necessitadas, mais humildes do País. Assim tem sido o seu desempenho aqui como Senadora. Há pouco, quando eu fazia um pronunciamento em defesa da aposentadoria para a dona-de-casa, eu quis exatamente personificar na pessoa de V. Ex^a uma homenagem a todas as Senadoras que estão conosco. Faço isso com muita vontade sim, pois considero seu trabalho realmente digno de louvor. Quanto a essas questões levantadas contra V. Ex^a – e não estamos todos imunes a elas – devem ser realmente relativizadas. Esperamos pelo amadurecimento do processo político brasileiro, das relações da imprensa, tão importante para a democracia. Exatamente pela importância para a democracia, é que não se pode ter uma “histeria informativa”, como às vezes ocorre no País, em que as informações são transmitidas sem verificação, sem profundidade. Senadora Ana Júlia, quero lhe dar um grande abraço neste Dia Internacional da Mulher.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Sou médico e isso me fez estudar a psicologia. Embora o Sibá tenha pintado esse quadro, eu vejo as coisas de modo diferente. Penso que a diversidade é uma bênção disfarçada. Quando menino,

aprendi no nosso Nordeste a Canção do Tamoio, de Gonçalves Dias:

Não chores, meu filho;
 Não chores, que a vida
 É luta renhida:
 Viver é lutar.
 A vida é combate,
 Que os fracos abate,
 Que os fortes, os bravos
 Só pode exaltar.

Entendo que Ana Júlia Carepa é uma forte, brava e bela mulher do Pará e do Brasil, pelo que observei em mais de três anos aqui. Em uma missão ao Chile, acompanhado por V. Ex^a e minha mulher, Adalgisa, em um dos momentos mais agradáveis dos nossos 37 anos de casado, pude observar V. Ex^a e estudá-la como médico e psicólogo. Somos de partidos diferentes, mas V. Ex^a é de uma pureza ímpar, é uma guerreira, mulher vencedora, bancária, mãe, esposa. Mas, Sibá, eu acho que não é assim, não. Eu nunca me preocupei – já fui governador – em fazer uma imagem de fora para dentro. De nada vale isso. Eu já tive essas posições. Pode-se até contratar a revista **Time**, a revista **Life**, mas isso de nada vale. A comunicação é de dentro para fora. Pode vir num Exocet a maldade que não pega. É de dentro para fora que se vê; por meio dos filhos, dos pais, das famílias, dos que estudaram, dos que conheceram, dos que a eram aqui como Senadora da República e de figuras como eu, de partido diferente, que posso atestar, dizer que a conheço de dentro para fora, porque convivemos. V. Ex^a é uma mulher obstinada, de alto espírito público. O povo do Pará não ia jamais errar em tantas oportunidades – e ele é quem poderia julgá-la, quem a conhece – e trazê-la para cá. Já que estamos no Dia da Internacional da Mulher, quero dizer que sou filho de Terceira franciscana e minha mãe santa dizia: “Dar tempo ao tempo”. Ela também ensinou que a inveja e a mágoa corrompem os corações. V. Ex^a desperta inveja. V. Ex^a é mulher admirada por todo mundo, por toda civilização. V. Ex^a é uma bela mulher e grande líder do Brasil.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Eu quero agradecer a V. Ex^a Senador Mão Santa, Senador Azeredo, Senadora Fátima Cleide, Paulo Paim, Senador Sibá Machado, agradeço aos Senadores que de forma pessoal já se solidarizaram comigo, já expressaram essa solidariedade, essa confiança. Quero agradecer muito. Quero me solidarizar com o povo do meu Estado que tem se solidarizado comigo de diversas formas em relação a calúnias. Como eu falei, as denúncias foram investigadas e nada foi encontrado. Nem sequer a realidade, nem sequer as

questões do relatório da CPI são colocadas; não. São colocadas questões que dizem respeito ao Supremo Tribunal Federal, essa é a realidade.

Mas agradeço aqui manifestações de Senadores de diversos Partidos que, mesmo da Oposição, conhecem a nossa história e por isso mesmo sabem do que estamos nesse momento sendo vítima.

Senador Sibá Machado, em relação a campanha, eu já tinha dito que não seria candidata; não é meu objetivo ser candidata. Mas estou me sentindo tão provocada que, daqui a pouco, vou me aborrecer e vou ser candidata. Não quero isso. Confesso a V. Ex^a – e já tinha dito a todo mundo – que não quero, não quero ser candidata. Já fui candidata, não posso ter o monopólio da candidatura lá no Estado. Tenho que dar oportunidade a outras lideranças e temos várias.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia, queria fazer só um pedido a V. Ex^a. Seja candidata por uma necessidade do Pará e de todos nós. Precisamos de V. Ex^a lá.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Acho que esses ataques vêm muito em função disso. Mas quero dizer que não é minha vontade, não é o que está dentro do meu coração. Quero continuar meu mandato de Senadora, para o qual fui eleita. Já recebi um apelo há dois anos, há pouco mais de um ano aliás, para ser candidata e fui, acatei aquele apelo. Mas este é o momento de continuar meu mandato aqui, defendendo recursos, defendendo os interesses da maioria do povo, mas, defendendo principalmente o povo do meu Estado, defendendo os trabalhadores rurais, defendendo o agricultor, defendendo o produtor rural independentemente de tamanho, aquele que é sério, aquele que gera emprego. Não aqueles que financiam a violência; esses, sim, me perseguem, esses não me perdoam, esses vieram aqui apoiar o depoimento do grileiro de terra, no dia em que ele veio falar calúnias.

A Justiça pode tardar, mas não falha. Durmo tranquila, sim, Senadores; durmo absolutamente tranquila. Infelizmente já perdi poucos patrimônios, mas tenho exatamente para continuar dormindo tranquila no meu travesseiro.

Vejo aqui o Deputado Dr. Rosinha, que faz parte dessa CPI e que ficou muito indignado ao ver uma publicação que distorce os fatos e a realidade; exatamente desinforma a sociedade, usando informações, como eu disse, que dizem respeito ao Supremo Tribunal Federal, questões que nem sequer estão no relatório da CPI; mas, em compensação, deixa de colocar coisas que estão no relatório e exatamente dizem para todo mundo que não existe aquilo do qual fomos acusados, qual seja, recursos na conta de uma mulher que está

tendo a vida devassada e sua família atingida. Trata-se de uma pessoa separada que tem três filhos, como eu tenho dois, mas que, como mulher também, como cidadã brasileira, está sendo atingida, está sendo instrumento para tentarem me atingir; atingir a primeira mulher Senadora do meu Estado, que teve a ousadia de combater a violência, a discriminação, de se colocar sempre – há mais de vinte anos na minha vida –, sempre ao lado dos mais pobres, dos excluídos. Essa é a história da nossa vida, Senadora Fátima Cleide, de V. Ex^a, que muito me orgulha também, representando aqui a força das mulheres da Amazônia.

Eu vou continuar de cabeça erguida, seguindo o meu mandato de Senadora, honrando o povo do Pará e defendendo os interesses da maioria daquele povo e do povo do Brasil.

Muito obrigada.

Agradeço a tolerância, mas é um momento importante. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por dez minutos, prorrogados por mais dois, menos os seis minutos do aparte de V. Ex^a à Senadora Ana Júlia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relativamente aos episódios que ocorreram na Assembléia Legislativa de Rondônia, por força da decisão da Mesa Diretora desta Casa, coube a mim a Presidência de uma comissão externa cujo papel foi o de acompanhar, avaliar todo o processo de investigação naquele momento. Houve a denúncia veiculada pela TV Globo e pela TV Bandeirantes. Fechado aquele trabalho, o relatório apresentado por nós, prometi a mim mesmo que não trataria mais de assuntos referentes àquele Estado. Fui, segundo informações, duramente agredido, juntamente com o Relator Senador Demóstenes Torres, mas releguei, não fui atrás de processar absolutamente ninguém. Fiz do silêncio minha resposta.

No entanto, hoje, recebo aqui uma informação que não posso deixar de registrar. Segundo **O Estado de S. Paulo**, em materiazinha chamada Terra sem lei.

“Juíza é ameaçada por madeireiros”

O Tribunal de Justiça de Rondônia pediu proteção policial para a juíza Duília Reis, que mandou apreender caminhões com madeiras extraídas de forma irregular.

Em reunião, madeireiros e transportadores decidiram tramar a morte da juíza. Um agente da polícia militar que presenciou o encontro denunciou a ameaça.

Eu espero que ele tenha dito também o nome das pessoas que estavam naquela reunião para que se tomem as devidas providências.

Outra notícia de um *site*.

“Juíza avisa que caminhões com madeira ilegal serão leiloados em Rondônia”

Depois que a juíza da Comarca de Ariquemes definiu que todos os caminhões retidos no Município com carregamento de madeira ilegal serão leiloados, madeireiros e toreiros fecharam a estrada em protesto. A região é uma das mais atingidas pelo desmatamento ilegal, afirma o Ibama.

Ariquemes, um Município de 75 mil habitantes que está a uma distância de 200 quilômetros da capital, Porto Velho, vive desde a última sexta-feira um bloqueio em uma de suas principais rodovias de acesso, promovido por madeireiros e toreiros extratores de toras de madeira. O protesto tem como alvo a decisão da Juíza Dr^a Duília Reis de que a partir desta semana seja cumprida, na Comarca de Ariquemes, a Lei Federal 9.605/98, de crimes ambientais.

Sr. Presidente, eu acho uma atitude muito corajosa. Tenho insistido que os verdadeiros empresários desse setor pagam o preço de envolver seus nomes com criminosos. Empresário, no meu entendimento, é uma pessoa de bem, e nós não podemos tratar esse tipo de pessoa como empresário. Esse não é um empresário, é um traficante, uma pessoa que tem que sair do convívio da sociedade! E ainda se dá o direito aqui, Sr. Presidente, pelo o que foi colocado, de zombar da decisão da juíza.

Participaram de muitas reuniões, acertaram que iria ser regularizado. De cada cem caminhões, segundo a juíza, noventa são reincidentes de crimes. Então, a decisão dela agora não é só apreender a carga, é apreender também o caminhão, porque, segundo ela, está previsto na lei, é a única forma de essas pessoas virem a respeitar o que é público e o que é legal.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Sibá Machado, conceda-me um rápido aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRA. Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Esse episódio ocorreu há várias semanas no Estado de Rondônia. Quero me solidarizar com V. Ex^a por trazer esse assunto à tona no plenário do Senado Federal. Na ocasião, passei pelo Município de Ariquemes, na sexta-feira, à noite, e conversei com o prefeito. Intermediei uma conversa com o gerente do Ibama, no sábado, que foi lá para discutir com as lideranças do movimento que estavam, naquele momento, obstruindo a BR-364. Aliás, a BR-364 sempre é vítima dessas situações. Neste exato momento, estamos vivendo um novo conflito,

dessa feita com índios que, legitimamente, reivindicam a atenção do Governo Federal, das autoridades. Mas, reportando-me à situação em que se encontra a juíza, é realmente uma situação crítica e de profundo desrespeito à Justiça. Essa situação já foi solucionada. Inclusive, o Conama, na semana passada, aprovou o zoneamento do Estado de Rondônia, pelo qual a população brasileira está pagando muito caro, porque foi um estudo técnico maravilhoso realizado nos anos 80 e que, infelizmente, até o presente momento, não era lei e passa a sê-lo a partir de agora, por resolução do Conama. Nesse sentido, também quero registrar o empenho que teve a Ministra Marina Silva de colaborar para que o Estado de Rondônia tivesse, de fato, um zoneamento e que, a partir daí, possamos regular essas ações de pessoas que teimam em infringir a lei. Solidarizo-me com V. Ex^a também na homenagem que faz à juíza por se determinar a cumprir o seu papel, que é seguir à risca aquilo que determina a legislação brasileira. Afinal de contas, a legislação ainda não foi mudada e precisa ser cumprida à risca. Meus parabéns, Senador Sibá Machado e meu muito obrigado por sempre estar junto conosco, olhando essas situações que são polêmicas no Estado de Rondônia, mas que precisamos ter coragem de enfrentá-las.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, peço licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais trinta minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente. Senadora Fátima Cleide, eu acho que problemas dessa natureza não podem ser vistos como de responsabilidade local. Se houver uma agressão, uma atitude mais forte em relação à juíza, é para todos nós, tem que ser entendido que é contra o serviço público, é contra uma pessoa que presta o cumprimento de uma lei federal. Trata-se de uma funcionária pública que procura colocar o respeito público sobre as atividades dentro da sua comunidade. Então, não tem fronteira uma atitude como essa. Daí por que aceitei vir aqui.

Estou encaminhando, Sr. Presidente, um requerimento a V. Ex^a, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa. Trata-se de um voto de solidariedade à Juíza Dr^a Duília Reis, da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia. A Dr^a Duília Reis vem recebendo ameaças que, segundo informa a imprensa, são feitas por madeireiros contrariados pelo fato de essa juíza estar fazendo cumprir a Lei nº 9.605/98, que trata de crimes ambientais.

Então, submeto o requerimento a V. Ex^a, aproveitando até a data de hoje. Toda vez que se trata de uma pessoa que é cumpridora de dever, geralmente o tratamento é como este: a pessoa fica desprotegida,

vulnerável aos desmandos de um inimigo invisível. Mas, como se diz aqui que houve um denunciante, uma pessoa que ouviu uma reunião em que se tramou a morte da Juíza, espero que essa pessoa dê os nomes, para podermos saber quem é e tomarmos atitudes antecipadas e essas pessoas não venham a consumir um fato dessa natureza.

Acho que deveríamos tomar algum tipo de atitude que possa reforçar o trabalho desta brilhante defensora da lei e do serviço público, que é a Dr^a Duília.

Sr. Presidente, dentro daquela órbita que V. Ex^a tem criado na tarde de hoje, de tolerar um pouco mais, eu queria tratar rapidamente de um segundo assunto aqui, que é muito importante, senão não haverá mais tempo, amanhã já estará vencido.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário abriu na segunda-feira passada, dia 06, a 2^a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que se encerrará no próximo dia 10 de março.

Essa é uma iniciativa conjunta da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e do Governo brasileiro e reunirá delegações de diversos países. Essa conferência teve sua primeira versão em 1979, na cidade de Roma.

Nesse período de silêncio, as políticas de reforma agrária perderam força na maior parte do mundo, sendo consideradas instrumentos anacrônicos para o aumento da produção de alimentos. No entanto, o crescimento das desigualdades sociais, da fome, da pobreza e o inchaço das grandes cidades, com a expulsão de populações que viviam em áreas rurais, renovaram a atualidade desse tema.

A idéia da conferência começou a ganhar força em abril do ano passado, quando o Comitê de Agricultura da FAO aprovou proposta do Governo brasileiro de realizar esse encontro no Brasil.

Pela primeira vez, em uma conferência de um órgão da ONU, representantes da sociedade civil têm direito de participação. Cerca de quatrocentos delegados e delegadas de diversos países constituíram um fórum paralelo de acompanhamento da conferência com participação nos trabalhos oficiais, representantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais.

A conferência, que faz parte da agenda da ONU de combate à pobreza e do calendário de cumprimento das Metas do Milênio, reuniu quase dois mil delegados e delegadas vindos de mais ou menos 150 países, com a presença também de chefes de Estado, ministros e diversas autoridades.

O Brasil foi escolhido para sediar a conferência, em função do reconhecimento mundial dos esforços

feitos pelo Governo brasileiro para enfrentar a agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

Ao lançar a conferência, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, lembrou o programa Fome Zero, o Bolsa Família e o Plano Nacional de Reforma Agrária, que deve cumprir sua meta de assentar quatrocentas mil famílias até o final de 2006.

As políticas de apoio à agricultura familiar são, também, exemplos de iniciativas reconhecidas internacionalmente.

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cerca de 52% da população mundial vive hoje no meio rural, algo em torno de 3,3 bilhões de pessoas. Destas, cerca de 840 milhões vivem abaixo da linha de pobreza.

Segundo dados da FAO, do total da população em estado de má nutrição, 75% vivem nas áreas rurais do planeta. Além disso, aproximadamente 634 milhões de pobres moram em terras marginais, áreas de baixa potencialidade agroecológica.

Esses números demonstram que pensar uma estratégia de desenvolvimento, de geração de trabalho, de superação da pobreza e da fome em escala mundial obrigatoriamente exige pensar uma estratégia para o desenvolvimento rural.

Para discutir esse problema, o temário da conferência foi organizado em torno de cinco grandes eixos: melhores políticas e práticas de acesso à terra e à água; propostas de políticas de acesso à terra, à água, serviços agrários e insumos agrícolas; revitalização das comunidades rurais; reforma agrária, justiça social e desenvolvimento sustentável; e soberania alimentar e acesso a recursos.

Houve ainda a incorporação de temas que não faziam parte desse debate, com a força que adquiriram nos últimos anos. Citou como exemplo as questões de meio ambiente, de gênero e de etnia.

A partir do debate sobre esses temas, os organizadores esperam construir uma plataforma permanente global, fazer um diagnóstico das políticas públicas nacionais e internacionais e propor medidas imediatas e parcerias.

Quando se fala de desenvolvimento rural e de reforma agrária, fala-se, inevitavelmente, sobre o acesso das populações à terra, à água, às políticas agrícolas, às políticas de financiamento que permitem qualidade de vida e renda; fala-se de soberania alimentar e da capacidade de produção de alimentos.

O encontro faz um balanço da eliminação de economias agrícolas em muitos países, especialmente ao longo dos últimos vinte anos, bem como um balanço do resultado das políticas agrícolas, do mercado agrícola internacional e das consequências das regras internacionais deste mercado na ampliação da pobreza e da miséria nestes países.

Na apresentação das experiências, as delegações foram unânimes em elogiar a iniciativa do Brasil e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação para a realização dessa conferência. A realidade brasileira no desenvolvimento do programa da reforma agrária foi outro ponto alvo de inspirações e de elogios dos demais países participantes.

Assim sendo, Sr. Presidente, para encerrar, quero relatar rapidamente alguns feitos do Governo Lula em relação à agricultura, principalmente a agricultura dos países mais pobres do mundo. Criamos o G-20, que é o grupo dos países mais voltados à agricultura, para pautar uma nova forma de negociação na OMC, Sr. Presidente. Ganhamos, na OMC, o direito de suspensão dos subsídios agrícolas dos países como Estados Unidos e União Européia. Implantamos o programa do Biodiesel com preferência de participação da agricultura familiar, do qual vi a experiência da Agropalma, levado por V. Ex^a. E eu gostaria ainda de concluir a visitação.

Ressaltem-se, pois, os recursos da ordem de R\$9 bilhões destinados ao Plano Safra, a Reforma Agrária atingindo suas metas e a dotação tanto para assistência técnica quanto para os órgãos de pesquisa para a agricultura, como é o caso da Embrapa, que, neste ano, pela primeira vez, vai passar da bagatela de R\$1 bilhão. A Embrapa fez milagres na agricultura brasileira. Levou a soja, que era restrita à região Sul, para as bordas do semi-árido nordestino. Então, se fez isso com a soja, acredito que o fará com muitos produtos. A Embrapa merece todas as atenções porque, com essas medidas de pesquisa, assistência técnica e tecnologia, o Brasil peita os países que destinam vultosos subsídios à sua agricultura e disputa sem pé de igualdade seus produtos no mercado internacional.

Agradeço a V. Ex^a a generosidade e peço que dê encaminhamento de imediato a este requerimento, Sr. Presidente, para que pudéssemos fazer chegar às mãos da Dr^a Duília Reis pelo menos um ato de solidariedade do Senado Federal. Muito obrigado.

Brasil coloca reforma agrária na pauta mundial

O Ministério do Desenvolvimento Agrário abriu na segunda-feira última, dia 06, a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que será realizada até o dia 10 de março do corrente.

Uma iniciativa conjunta da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e do governo brasileiro, o evento ocorrerá 26 anos após a última conferência internacional sobre reforma agrária, realizada em 1979, em Roma.

Neste período de silêncio, as políticas de reforma agrária perderam força na maior parte do mundo, sendo consideradas como instrumentos anacrônicos para o aumento da produção de alimentos no mundo.

No entanto, o crescimento das desigualdades sociais, da fome, da pobreza e o inchaço das grandes cidades, com a expulsão de populações que viviam em áreas rurais, renovaram a atualidade do tema.

A idéia da conferência começou a ganhar forma em abril do ano passado, quando o Comitê de Agricultura da FAO aprovou a proposta do governo brasileiro de realizar o encontro no Brasil.

Pela primeira vez, em uma conferência de um órgão da ONU, representantes da sociedade civil têm direito de participação. Cerca de 400 delegados de diversos países constituíram um fórum paralelo de acompanhamento da conferência com participação nos trabalhos oficiais, representantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais

A conferência, que faz parte da agenda da ONU de combate à pobreza e do calendário de cumprimento das Metas do Milênio, reuniu de 1.500 a 2.000 delegados, vindos de 150 países, com a presença de chefes de Estado, ministros e autoridades.

Reconhecimento

O Brasil foi escolhido para sediar a conferência, em função do reconhecimento mundial dos esforços feitos pelo governo brasileiro para enfrentar a agenda da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

Ao lançar a Conferência, o Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto lembrou o programa Fome Zero, o Bolsa Família e o Plano Nacional de Reforma Agrária, que deve cumprir sua meta de assentar 400 mil famílias até o final de 2006.

As políticas de apoio à agricultura familiar são, também, exemplos de iniciativas reconhecidas internacionalmente.

Segundos os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cerca de 52% da população mundial vive hoje no meio rural, algo em torno de 3,3 bilhões de pessoas. Destas, cerca de 840 milhões vivem abaixo da linha da pobreza.

Segundo dados da FAO, do total da população em estado de má nutrição, 75% vivem nas áreas rurais do planeta. Além disso, aproximadamente 634 milhões de pobres moram em terras marginais, áreas de baixa potencialidade agroecológica.

Esses números demonstram que pensar uma estratégia de desenvolvimento, de geração de trabalho, de superação da pobreza e da fome em escala mundial, obrigatoriamente exige pensar uma estratégia para o desenvolvimento rural.

Para discutir esse problema, o temário da conferência foi organizado em torno de cinco grandes eixos: melhores políticas e práticas de acesso à terra e à água; propostas de políticas de

acesso à terra, à água, serviços agrários e insumos agrícolas; revitalização das comunidades rurais; reforma agrária, justiça social e desenvolvimento sustentável; e soberania alimentar e acesso a recursos.

Houve, ainda, a incorporação de temas que não faziam parte deste debate, com a força que adquiriram nos últimos anos. Citou como exemplo as questões ambientais, de gênero e étnicas.

A partir do debate sobre esses temas, os organizadores esperam construir uma plataforma permanente global, fazer um diagnóstico das políticas públicas nacionais e internacionais e propor medidas imediatas e parcerias.

Quando se fala de desenvolvimento rural e de reforma agrária, fala-se, inevitavelmente, sobre o acesso das populações à terra, à água, às políticas agrícolas, às políticas de financiamento que permitem qualidade de vida e renda. Fala-se de soberania alimentar, da capacidade de produção de alimentos.

O encontro faz um balanço da eliminação de economias agrícolas em muitos países, especialmente ao longo dos últimos 20 anos, bem como um balanço do resultado das políticas agrícolas, do mercado agrícola internacional e das conseqüências das regras

internacionais deste mercado na ampliação da pobreza e da miséria nestes países.

Na apresentação das experiências, as delegações foram unânimes em elogiar a iniciativa do Brasil e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para a realização da CIRADR. A realidade brasileira no desenvolvimento do programa da reforma agrária foi outro ponto alvo de inspirações e elogios dos países participantes.

CRÍSE: URBANO X RURAL

1 - BRASIL NEGOCIA A SUSPENSÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NOS EUA - UE.

2 - BRASIL IMPLANTA O PROGRAMA BIODIESEL COM PREFERÊNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

3 - PLANO SAFRA 9 b. #

4 - REFORMA AGRÁRIA REGIONAL

5 - DOTAÇÃO P/ EMBRAPA

2005	RA	=	952.000
2006	RA	-	971.000 mil
			↓ 032.000

→

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210,
inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

08/03/2006

CRIME AMBIENTAL

Juíza avisa que caminhões com madeira ilegal serão leiloados em Rondônia

Depois que a juíza da comarca de Ariquemes (RO) definiu que todos os caminhões retidos no município com carregamento de madeira ilegal serão leiloados, madeireiros e toreiros fecharam estradas em protesto. Região é uma das mais atingidas pelo desmatamento ilegal, afirma Ibama.

Verena Glass - Carta Maior

Data: 15/02/2006

SÃO PAULO ? Ariquemes, município de 75 mil habitantes que fica a cerca de 200 km da capital de Rondônia, Porto Velho, vive, desde a última sexta-feira (10), um bloqueio em uma de suas principais rodovias de acesso, promovido por madeireiros e toreiros (extratores de toras de madeira). O protesto tem como alvo a decisão da juíza Duília Reis de que, a partir desta semana, seja cumprida na comarca de Ariquemes a lei federal 9605/98 de Crimes Ambientais.

Segundo moradores locais, o bloqueio dos madeireiros, que está atingindo também Porto Velho, já está deixando a cidade sem combustível e mantimentos. ?Na segunda (14), os madeireiros e toreiros fecharam as duas vias de acesso para a cidade, na BR-364, e hoje já estamos sem combustível nos postos. As filas de carros são quilométricas?, afirma Eliane Rudey, coordenadora de cultura da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes.

A aplicação da lei 9605/98, que prevê a retenção dos instrumentos da prática de crime ambiental, no caso levará à retenção e ao leilão dos caminhões pegos com madeira ilegal.

?Na verdade não foi uma determinação minha, e aplicações dessa lei não é uma novidade nem em Rondônia nem em outros Estados?, explica a Dra. Duília. ?Apenas fizemos uma reunião com o setor madeireiro e explicamos que vamos cumprir a lei, que determina a perda do carregamento e do caminhão pego com madeira ilegal. Nos oito anos de sua existência [da lei], procuramos possibilitar a adaptação do setor madeireiro às normas legais, mas 90 entre 100 caminhões autuados são reincidentes. Por isso reunimos o setor na última terça (7) e avisamos que a lei será aplicada. Alguns dias antes, caminhões apreendidos foram soltos em seguida e passaram caçoando na frente do Ibama. O protesto do setor agora pode ser interpretado como uma afirmação do tipo: ?eu pratico um crime, vou continuar praticando e ninguém vai impedir??. diz a juíza.

Segundo Duília, a medida de leiloar os caminhões ? que será tomada apenas depois de um processo jurídico com amplo direito de defesa dos réus ? deve funcionar mais como uma medida pedagógica, já que, em cada mil carregamentos ilegais, o Ibama só consegue autuar dez. ?Acontece que a madeira aqui é muito barata, apenas reter o carregamento não atinge os toreiros e madeireiros. Já a perda do caminhão é um golpe mais duro, pode inibir a atividade?, avalia a juíza.

ILEGALIDADE

?Os madeireiros estão acabando com a floresta na região, e do jeito que a madeira está barata não vale a pena trabalhar na legalidade?, desabafa o chefe do escritório regional do Ibama em Ariquemes,

Evandro Hagemann. O principal motivo do avanço do desmatamento, avalia, é a falta de estrutura do próprio Ibama (?somos 12 em Ariquemes, nenhum de nós é fiscal, não temos nem como ir a campo. Ficamos no escritório cuidando de burocracias?) e a não implementação das normas legais pelo Estado.

?Aqui na região temos duas Florestas Nacionais (Flonas) completamente ocupadas e devastadas; na Flona Bom Futuro existem até pequenas vilas com cerca de 10 mil pessoas. Essa invasão vem ocorrendo nos últimos quatro ou cinco anos. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e reservas legais também são devastadas, dando lugar a campos de pastagem. Aqui a terra só dá para pasto porque o solo é muito arenoso?, explica o chefe do Ibama.

Segundo Hagemann, existem em Ariquemes cerca de 380 serrarias registradas, mas outras 120 ilegais operam normalmente. São alimentadas pelos toreiros, que retiram a madeira da mata e oferecem nas serrarias pelo melhor preço. É problema do madeireiro ?esquentar? a madeira, o que acontece principalmente através de falsificação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs), afirmam Hagemann e a juíza Duília.

Segundo o chefe do Ibama, apesar de não trazer nenhum benefício fiscal para a cidade e o Estado, o desflorestamento ilegal acaba sendo fonte de renda de grande parte da população, sendo que seus promotores recebem o apoio inclusive do próprio governador e de parlamentares federais.

?Já é uma cena deprimente ver toreiros, uma classe explorada de miseráveis que vivem fazendo o serviço sujo para latifundiários e madeireiras clandestinas, defendendo nas ruas o interesse de quem os explora. Mas é compreensível pelo nível de ignorância que os domina. E ainda se juntaram a esses os comerciantes da cidade, fechando o comércio em apoio às reivindicações [dos madeireiros]. Também é lamentável ver os políticos, o governador, deputados, prefeitos e vereadores, declarando abertamente seu apoio a uma reivindicação que só traz destruição e miséria para o povo pobre da Amazônia?, indigna-se Eliane Rudey.

NEGOCIAÇÕES

Uma reunião entre a diretoria de florestas do Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, a bancada federal de Rondônia e representantes dos madeireiros de Ariquemes nesta quarta-feira (15), em Brasília, negociou alguns acordos para que os manifestantes suspendessem o protesto e desbloqueassem a cidade.

Segundo Antonio Carlos Hummel, diretor de Florestas do Ibama, o órgão não pode deixar de cumprir a legislação federal, principalmente porque o Estado já desmatou grande parte de suas florestas. ?Existe uma escassez de madeira, a floresta já não atende a demanda?, explica.

O que foi acordado são uma série de medidas para facilitar a exploração legal dos recursos florestais, como uma agilização, por parte do Ibama, das vistorias de projetos de manejo apresentados pela Associação de Extratores de Toras e Indústrias Madeireiras de Rondônia (Atimer), o estabelecimento de regras de manejo de baixa intensidade para áreas pequenas e médias, e colaboração da Atimer no combate à ilegalidade no comércio de madeira no Estado, entre outras.

TERRA SEM LEI**Juíza é ameaçada por madeireiros**

O Tribunal de Justiça de Rondônia pediu proteção policial para a juíza Duília Reis, que mandou apreender caminhões com madeira extraída de forma irregular. Em reunião, madeireiros e transportadores decidiram tramar a morte da juíza. Um agente da Polícia Militar, que presenciou o encontro, denunciou a ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– A solicitação de V. Ex^a será atendida pela Mesa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho requerimento assinado por 37 dos Srs. Senadores desta Casa, vazado nos seguintes termos: Requeremos, nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245/2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 24 de junho de 2006; bem assim o valor de R\$170 mil para o funcionamento da CPI.

É evidente que precisaríamos de um terço do colegiado, ou seja, 27 Senadores e Senadoras. E estamos encaminhando o requerimento para leitura e

publicação no total de 37 Srs. Senadores e Senadoras, o que satisfaz as exigências do art. 152.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– A Mesa recebe o requerimento e dará o encaminhamento conforme o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Pontes, do PSDB do Ceará.

Senador Luiz Pontes, quero saudar a chegada de V. Ex^a para assumir seu mandato e deixar aqui também registrado o trabalho de seu suplente, o nobre Senador Reginaldo Duarte, que o substitui enquanto V. Ex^a desempenhava também trabalho em benefício do povo do Ceará.

Seja bem-vindo.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, em primeiro lugar, a minha felicidade e alegria por subir a esta tribuna em um dia tão importante na vida de todos nós. Tão importante por lembrar a luta de todas as mulheres, no mundo inteiro, por mais respeito, dignidade e conquistas. As mulheres brasileiras, as mulheres cearenses, às quais, em nome da nossa colega Senadora Patrícia Gomes, trago a minha saudação, os meus parabéns, por um dia tão relevante e sublime, que é o Dia Internacional da Mulher.

Estou de volta ao Senado após me afastar desta Casa durante três anos para atender a um chamado do Governador do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara. Aceitei o convite para assumir a Secretaria de Governo e enfrentar grandes desafios como articulador político da administração estadual. Foram três anos no cumprimento de uma honrosa e gratificante missão.

A partir de janeiro de 2003, dediquei-me à função de secretário de governo e assumi o papel múltiplo e desafiante de contribuir no planejamento da gestão pública, da elaboração de projetos para consolidar um modelo administrativo com ações econômicas, políticas e sociais que pudessem melhorar as condições de vida dos cearenses.

Confesso-me feliz com o êxito dos programas implantados nesses últimos três anos, que ajudaram o Estado do Ceará a melhorar a sua distribuição de renda.

Reassumi o meu mandato no Senado com o sentimento do cumprimento de uma missão à frente da Secretaria de Governo do meu Estado. Sinto-me feliz e gratificado pela confiança em mim depositada pelo Governador Lúcio Alcântara. Foram três anos de intenso trabalho, de realizações e, principalmente, de aprendizado. Os números sobre o desenvolvimento econômico e social mostram o compromisso do Go-

vernador Lúcio Alcântara em construir um Estado com menos pobreza, mais empregos e mais renda para os cearenses.

Na esfera econômica, o Ceará possui hoje uma base produtiva suficientemente diversificada, que permite, como em 2005, mesmo com a estagnação do setor industrial, um crescimento global da economia de 3,6%. A indústria teve um tímido crescimento, diferente das áreas de serviços e agropecuária, que garantiram uma boa performance para a nossa economia.

O setor de serviços foi impulsionado pelo comércio varejista e pelo turismo, enquanto a agricultura irrigada aqueceu o agronegócio. Esse crescimento foi estimulado pelos setores da agroindústria e de serviços, que atraíram novos investimentos, gerando novos postos de trabalho e mais renda para a população.

O esforço do Governador do Estado para atrair novos negócios permitiu ao Ceará ostentar atualmente o título de maior exportador nacional de abacaxi, melão e flores tropicais e o título de segundo maior exportador de rosas. Essa conquista é fruto de um amplo planejamento, de um projeto político ousado e desenvolvido ao longo de duas décadas, preparando o Estado com grandes ações de infra-estrutura hídrica, elétrica, viária, aérea e portuária, o que permite ao Ceará comemorar hoje números extraordinários na nossa economia.

Os investimentos do Estado em infra-estrutura trouxeram ainda outros bons resultados: o comércio internacional gerou trabalho e renda para o cearense, assim como a atividade turística. O turismo é uma das nossas maiores vocações econômicas. De acordo com a Associação Brasileira de Agentes de Turismo (Abav), o Ceará é o destino preferencial dos turistas que compram pacotes de viagem. É o quarto lugar nacional na preferência dos visitantes estrangeiros.

No setor de serviços, teremos, em 2006, a implantação de dois *resorts* no litoral cearense – na cidade de Caucaia e Aquiraz, administradas, respectivamente, por duas grandes mulheres: Inês Arruda e Ritelza Cabral. Esses dois grandes projetos, conjugados com a implantação de linhas aéreas regulares, ligando o Estado do Ceará à Europa e aos Estados Unidos, vão inserir-nos, definitivamente, no mercado de turismo de alto valor agregado.

A política de atração de indústrias e empreendimentos diversos recebeu ajustes que valorizaram o aspecto social e a coexistência produtiva das empresas com as comunidades onde estão instaladas, respeitando culturas, costumes e o meio ambiente. O ritmo de crescimento é acelerado, e os números mostram que, no Ceará, uma empresa é instalada a cada seis dias.

Um dos grandes empreendimentos que merecem destaque é o início das obras da Usina Siderúrgica do Ceará, a Ceará Steel, orçada em US\$750 milhões. É um mega investimento, concebido a partir de uma parceria que une grupos empresariais da Itália, da Coreia e do Brasil. Um projeto dessa amplitude está saindo do papel graças à imagem de credibilidade conquistada pelo Estado do Ceará perante organismos nacionais e internacionais. O equilíbrio das nossas contas, com uma situação fiscal das mais favoráveis do País, permitiu-nos fechar as contas de 2005 com um superávit nominal de R\$195 milhões e um superávit primário de R\$561 milhões.

O aumento do número de empregos é um dos primeiros resultados a serem observados com o fortalecimento da nossa economia. Se, por um lado, o Governo estadual abriu oportunidades de trabalho na Administração Pública, por meio de concursos que hoje oferecem dez mil vagas em áreas fundamentais como segurança, educação e saúde, por outro lado, a chegada de novas empresas garantiu aos cearenses, nos últimos três anos, a oferta de oitenta mil vagas no mercado de trabalho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Luiz Pontes, vizinhos que somos, quero associar-me e dar um testemunho. O Governador do Estado do Ceará tem um caráter dos melhores que conheço. Tive o privilégio de estudar Medicina com Lúcio Alcântara. Seu pai, que também foi um homem público, era diretor da Faculdade, foi Senador, foi Governador. O Lúcio tem uma competência e um bom caráter extraordinário; é um dos melhores nomes da política de nossa geração. Reconhecendo isso, quando fui Prefeito de Parnaíba, S. Ex^a recebeu a maior comenda da cidade: Simplício Dias da Silva. Quando governei o Piauí, também o fiz, traduzindo o respeito e a gratidão do povo do Piauí a Lúcio Alcântara, que também fez da ciência médica a mais humana das ciências e, como médico, foi um grande benfeitor da humanidade. Salvo engano, ele foi Secretário de Saúde do Estado do Ceará por três vezes e prefeito extraordinário de Fortaleza. Sem dúvida alguma, reconhecemos isso. E o Ceará é nosso irmão; somos irmãos camaradas. A página mais bela do Ceará é a de que foi o primeiro Estado a combater a escravidão na História do Brasil; a do Piauí foi termos coragem, com irmãos cearenses de Viçosa e de Granja, para expulsar os portugueses que habitavam lá e queriam dividir o País em dois, na Batalha do Jenipapo. Então, essa é a nossa identidade. Traduzindo isso tudo, tive o privilégio de conceder a Lúcio Alcântara, representando a gratidão e o reconhecimento do povo do Piauí, a comenda maior Grã-Cruz Renascença. Então, sem dúvida alguma, penso que o Ceará só

tem a ganhar ao reelegê-lo. E S. Ex^a tem perspectivas invejáveis na política do Brasil.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE) – Meu caro Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem enriquecer o meu pronunciamento. V. Ex^a hoje já me deu a muito boa notícia de que, no nosso querido Estado do Piauí, está chovendo. Isso, para nós cearenses, é sinal de que teremos um bom inverno.

Quero lembrar, neste momento, que, na campanha eleitoral de 2002, o então candidato ao Governo do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara, assumiu o compromisso de fortalecer a economia para gerar, em quatro anos, oitenta mil novos empregos. Destaco, com muita satisfação e alegria, que os cearenses comemoraram, no mês passado, a conquista dessa meta, um ano antes do encerramento da atual administração.

O sucesso das políticas sociais do Governo do Ceará é atestado pelos dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad). Entre 1994 e 2004, de 21 indicadores analisados, o Ceará registrou, em 17 itens, melhor desempenho do que o Brasil e o Nordeste. Entre esses indicadores, temos uma redução da mortalidade infantil de 48,2%; uma redução da proporção de extrema pobreza de 45,1%; um aumento da população com nível superior de 69,2%. Tudo isso é motivo de comemoração, embora tenhamos a devida consciência e o compromisso de melhorar ainda mais esses indicadores.

Na área educacional, bem como na saúde, o Estado do Ceará, com ações para oferecer serviços de melhor qualidade aos cearenses, está investindo percentuais superiores aos que a Constituição Federal determina. Nessas duas áreas, novos programas foram criados e programas existentes estão sendo fortalecidos, sempre respeitando os direitos e ouvindo as demandas dos cidadãos.

O Ceará tem hoje o maior programa de alfabetização para jovens e adultos de todo o Brasil, de acordo com o Ministério da Educação. Mais de duzentos mil cearenses aprenderam a ler e a escrever nesses últimos três anos. E dois Municípios – Aratuba e Itarema – venceram o desafio de zerar inteiramente o analfabetismo. Temos a serenidade de dizer que, somente crescendo e direcionando os benefícios para os menos favorecidos é que cumprimos o nosso compromisso de elevar o bem-estar da nossa população.

Para nós, cearenses, os resultados econômicos que estamos obtendo são traduzidos em conquistas sociais para a nossa população, que ainda necessita da presença cada vez mais firme do Poder Público. Essas conquistas não devem ser interpretadas apenas como responsabilidade do Governo Estadual, mas, principalmente, como uma vitória do povo cearense,

que, ao nosso lado, tem participado dessa caminhada para uma vida melhor e mais digna para todos.

O Estado do Ceará tem um projeto de governo que, mesmo atingindo a significativa marca dos vinte anos, continua atual, eficaz e renovador. É um projeto com diretrizes traçadas tendo como base o crescimento econômico com inclusão social.

É esse relato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que faço, com muita alegria, ao resumir a minha cadeira no Senado. Trago comigo os sonhos do meu povo, de um povo sofrido, bravo, lutador, trabalhador, alegre e muito esperançoso. É ao povo cearense que continuarei, como homem público, dedicando o meu tempo e o meu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Luiz Pontes.

Prorrogo a sessão por mais trinta minutos e concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos assistem aqui e pelo sistema de comunicação do Senado, não poderia deixar de usar a palavra hoje, neste auspicioso instante, quando o mundo resolve homenagear a mulher.

Senador João Batista Motta, creio que os 365 dias do ano devem ser de respeito, de homenagem e de amor à mulher.

O Senador Paim veio à tribuna hoje – e S. Ex^a lidera o sentimento do Brasil – apresentar sua gratidão. Paim, o Gênesis diz que Deus criou o mundo, e o homem, insatisfeito, pediu um prêmio. E esse prêmio maior Deus lhe deu: a companheira mulher.

Nós, homens, Senador Luiz Pontes, com complexo de superioridade, falamos que somos o sexo forte. Mas, a meu ver, se analisarmos a história do mundo, desde o Gênesis aos dias de hoje – e demoraria muito, mas basta um quadro, que vale por dez mil palavras –, veremos que nesse mundo complicado criado por Deus houve muita confusão, Senadora Ana Júlia Carepa.

Esse mundo não era bom, e Deus fez várias tentativas. Mandou João Batista, um profeta, e nada. Mandou até um João Batista. Mandou o dilúvio, para ver se melhorava. Na última tentativa, Deus mandou o seu filho especial: Cristo.

Senador Paulo Paim, Cristo viveu 33 anos e não conseguiu. Senador Luiz Pontes, o drama pior que Ele sofreu, sem dúvida nenhuma, foi a crucificação. Tanto é que, todos os anos, a humanidade reflete sobre esse episódio.

Isso é válido para todos os momentos da história do mundo, Senador Flexa Ribeiro. Vamos fazer uma reflexão! Todos os homens falharam! Todos! Anás, Cai-fás, sacerdotes... Pilatos, político do bom, governante, fraquejou e foi servir o Lula de plantão, o Herodes. Mas de sua mulher, de sua adalgisinha ele ouviu: "Pilatos, ouvi falar desse homem. Esse homem só faz o bem, fala bonito, prega amor, faz obras". Não foram só palavras, mas também obras, porque ninguém iria seguir Cristo só pelas palavras.

O Sermão da Montanha é muito bonito: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça..." O Pai-Nosso, Senador Flexa Ribeiro, tem 56 palavras, um discurso de um minuto, um belo discurso, transporta-nos cada vez que o pronunciamos "assim na Terra como nos Céus". Sob os céus há um tempo determinado para cada propósito, tempo de plantar, de colher, de nascer e de morrer.

Cristo fez obras, e por isso nós o seguimos. Fez cego ver, aleijado andar, mudo falar, surdo ouvir, limpou os corpos dos leprosos, tirou os demônios dos endemoninhados, multiplicou peixes e pães. Mas nem esse Cristo, com tanta obra, com tanto trabalho, com tanta pregação, com tantos banquetes, conseguiu. Cadê o pai de Cristo, José, neste momento? Cadê o bravo Pedro, o forte, seu companheiro?

Senador Leonel Pavan, dizem que Pedro negou Jesus por três vezes. E os outros? Nenhum homem se aproximou de Cristo. O único que apareceu foi forçado pela demora do espetáculo da crucificação. Uma mulher, Verônica, vence os militares, aproxima-se e enxuga o rosto de Jesus, gravando sua imagem no pano.

Cadê os homens, aqueles que se banquetearam e que pregavam nas catacumbas, nos desertos, nas montanhas? Cadê? Havia ladrões. Diziam que um ao seu lado era bom. Não sei se ladrão é bom. Esses são os homens. Os outros humilharam Jesus e cuspiram nele.

Esse é o nosso sexo.

As mulheres estavam lá. As Três Marias estavam lá a representar, a cada instante, as mulheres, nossas avós, nossas mães, nossas filhas, nossas companheiras, Senadora Ana Júlia.

As mulheres foram ao sepulcro e disseram que Ele ressuscitou. Acreditamos porque foram as mulheres que disseram. Se fossem os homens, diríamos que estavam bêbados ou mentindo.

Essa é a homenagem que queremos prestar. Eu Vos agradeço, Deus, como todos devemos agradecer, pela minha mãe. Eu diria a cada brasileiro e brasileira: agradeça pela mãe que você tem. Senador Flexa Ribeiro, faça uma prece por sua mãe, Luna, santa mãe, que está com a minha no céu.

É a mulher que nos guia. Não vou citar todas as mulheres heróicas, porque há tantas e não quero cansá-los. Agradeço ao Senador Paulo Paim por trazer o exemplo de uma mulher do nosso Piauí que foi à Guerra do Paraguai; Jovita Alma Feitosa foi à guerra com 17 anos; é reconhecida.

Eu queria prestar hoje uma homenagem a todas essas políticas que estão aqui. Vi no livro do Piauí que hoje temos quase trinta prefeituras, o que mostra uma maior participação das mulheres.

Senador Flexa Ribeiro, Deus me permitiu ser Prefeito da minha cidade e governar o Piauí por seis anos, dez meses e seis dias.

Senador Paim, atesto que as mulheres são muito mais honradas, muito mais honestas e muito mais legítimas. Poucos casos de corrupção, Senador João Batista Motta.

É essa a homenagem que quero fazer a elas, que estão vencendo e participando. As Senadoras Serys Shlessarenko, Heloísa Helena, Roseana Sarney, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa, Maria do Carmo Alves, Patrícia Saboya Gomes, Lúcia Vânia e Ideli Salvatti representam essa luta.

Aqui, tenho homenageado o servidor público muitas vezes, o Zezinho aqui, o servidor padrão, o Raimundo Carreiro da Silva. Mas hoje é dia de reconhecer essa mulher, e é por isso que falo neste Senado Federal. O Raimundo Carreiro saiu para dar uma descansada, porque a sessão continua.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – A Dr^a Cláudia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas funciona pela Dr^a Cláudia. Isso ocorre em todos os setores que funcionam bem. Olhem o símbolo da virtude, da decência, da honestidade, da competência e do zelo. Essas são as mulheres, a cada instante, em cada casa.

Senador Leonel Pavan, houve um Senador Dinarte Mariz que disse que isso aqui é melhor que o céu – o Senado –, Senador Paulo Paim. Dinarte Mariz foi Governador e várias vezes Senador. Fico a pensar assim: melhor do que o céu, porque, para ir para o céu, é preciso morrer; e aqui, não. Estamos vivinhos. Mas eu fico a pensar assim: será mesmo? Será que nesse céu vamos poder ficar com a mulherzinha da gente, com a minha Adalgisa? Tenho até medo desse céu, porque aqui está até melhor mesmo, porque ficamos com a mulherzinha da gente.

Esta é a homenagem que queremos fazer. Senadoras Ana Júlia Carepa e Ideli Salvatti, este País tem que respeitar as mulheres.

Presidente Lula, conheço pouco sua biografia, mas a mãe de Sua Excelência merece muito respeito pela luta, bem como sua esposa, D. Marisa, mulher

distinta, companheira. Atentai bem! Não vá atrás da Rainha, não, Lula. Não vá se pavonear com os encantos da Coroa inglesa, não. Lula, atentai bem! Veja essa vergonha.

Senadora Ana Júlia Carepa, nem 1% das cidades dá atenção total à saúde da mulher. Que vergonha! Que 8 de março! Que dignidade! Dados mostram que 81% dos Municípios não tinham condições de diagnosticar câncer de mama – 81% dos 5.600.

Oh, Lula! A Marisa é muito privilegiada. Mas a Marisa tem que ser respeitada como todas as mulheres do Brasil. Esse seu Governo despreza as mulheres. No Estado de São Paulo, nem 1% das cidades dá atenção total à saúde da mulher. Menos de 1% das cidades oferecia à mulher atenção integral.

Não vou cansá-los e ler depoimentos sobre como sofrem as mulheres do Brasil, Leonel Pavan.

Ô, Lula, volte! Deixe a Rainha da Inglaterra e verna. Lembre-se da sua mãe e de que as mulheres do Brasil estão sofrendo mais do que a sua mãe. Estão abandonadas, pois 81% dos Municípios não têm condições de diagnosticar um câncer de mama.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pontes. PSDB – CE) – Senador Mão Santa, lembro a V. Ex^a que ainda temos inscritos o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Pedro Simon, o Senadora Ideli Salvatti e o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é. Queria apenas terminar dizendo que esse é o câncer mais fácil de ser diagnosticado, Senador Paulo Paim, pois é externo. Mas 81% dos Municípios não diagnosticam o câncer de mama. A mulher mesmo pode observar que tem um caroço e fazer o diagnóstico. Avaliem as outras! Só 1% das mulheres!

Ô, Lula, Napoleão Bonaparte, o francês, com todo o respeito com o Senador que esteve aqui, disse que a maior desgraça é exercer um cargo para o qual não estamos preparados. Este é o País de hoje. Nunca esteve tão ruim a saúde deste País.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Só para lembrar a V. Ex^a, que foi um grande Governador e Prefeito, que eu, como Prefeito de Balneário Camboriú, instalei o NAM, Núcleo de Atenção à Mulher, somente para as mulheres, com atendimento da criança à idosa, com o posto infantil e o Núcleo de Atenção à Mulher. Se o Lula se espelhasse naquele projeto nosso, talvez teríamos uma atenção melhor para todas as mulheres brasileiras.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a a intervenção, mas queria ajudar. Estamos aqui para ensinar.

Senador Paulo Paim, só mais um instante.

Aqui deve ser a Casa dos pais da Pátria. No começo do Governo, eu bati e disse que ninguém do núcleo duro vai chegar aqui.

É, Luiz Pontes! Está acabando e não chegarão aqui.

Quero ensinar por que houve isso. Esse Orçamento é uma palhaçada, Paim! Tiraram o dinheiro da saúde para botar nesse Bolsa Família e no Fome Zero. Eu não sou contra isso, mas o dinheiro da saúde não pode, Lula.

Isso é uma vergonha, Pedro Simon. Que tirem o dinheiro da roubalheira. Que tirem o dinheiro do Duda Mendonça. Que tirem o dinheiro da propaganda.

Eu aprendi lá no meu Piauí com o homem do campo que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

Pedro Simon, você sabe quanto é uma consulta médica de clínica? Eu sei o que é isso.

Luiz Pontes, a consulta custa R\$2,50. Para você chegar e um médico fazer um diagnóstico, é complicado e difícil.

Eu paguei, lá no aeroporto de Teresina, uma graxa a R\$5.

A consulta custa R\$2,50. Eu sou médico. Ô Lula, eu trabalhei muito. Eu sei que o Lula trabalhou pouco, muito pouco. Foi um acidente. Oh, atendi muitos acidentados. Mas R\$2,50 é o preço da consulta do médico no SUS.

Pedro Simon, a anestesia, se fraturar um braço, custa R\$6.

Você não encontra, Luiz Pontes.

Com R\$6, o médico sai no transporte dele e gasta.

Tiraram o dinheiro para o Fome Zero. Mais de R\$5 milhões da palhaçada que é esse Orçamento atrasado. Eu quero ouvir a palavra do Senador Paulo Paim, que já pediu um aparte, e eu não posso negar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, a Senadora Ana Júlia Carepa já havia pedido um aparte. Como estamos no Dia Internacional das Mulheres...

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – As mulheres querem falar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ouço V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, bem rapidamente, cumprimento V. Ex^a, que não poderia deixar de, no dia de hoje, desta tribuna, homenagear as mulheres. V. Ex^a fez uma bela defesa da Senadora Ana Júlia Carepa, e eu também procurei fazê-lo, embora em meu entendimento S. Ex^a não precise. V. Ex^a, praticamente encerrando a sessão de

hoje, faz essa legítima homenagem à mulher brasileira. V. Ex^a teve um peso fundamental na discussão e na aprovação da PEC paralela. Foi ali, naquele embate, que construímos questões como a paridade, a integralidade, a não-contribuição de inativos com doenças incapacitantes, e principalmente a aposentadoria para a dona-de-casa. Falta agora a aprovação da lei complementar a diversos projetos na Câmara e no Senado. E a melhor forma de nós apoiarmos as mulheres de forma concreta seria aprovando essa regulamentação, que, tenho certeza, terá o apoio total de V. Ex^a. V. Ex^a é generoso com todos, como sempre, e não poderia deixar de falar, no dia de hoje, da importância do Dia Internacional da Mulher. Parabéns a V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Lula, um grande presente em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, já que haverá a mudança de cadeiras dos Ministérios, seria chamar o Senador Paulo Paim, do PT, que demonstra muita sensibilidade e amor às mulheres sofridas e desassistidas do Brasil.

Respeitando o nosso Líder Pedro Simon, puxaria a Bíblia para terminar. Senador Pedro Simon, segundo a Bíblia, uma mulher virtuosa quem pode encontrar? Superior ao das pérolas é o seu valor.

É isso que desejamos. Não quero cansar V. Ex^a, mas recomendaria a lei escrita por Salomão: “A Mulher Virtuosa”.

E minhas últimas palavras aos céus, a Deus, que colocou uma mulher lá: que Nossa Senhora abençoe e proteja as mulheres do nosso Brasil!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pontes. PSDB – CE) – Antes de chamar o próximo orador inscrito, prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, que dispõe de dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Pontes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 8 DE MARÇO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Luiz Pontes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, tanto em relação ao discurso como em relação aos pedidos de encaminhamento à família do ex-Governador Mário Covas.

Estou fazendo um apelo hoje, Dia Internacional das Mulheres, para que controlemos melhor o tempo dos oradores, a fim de que possa falar também mais uma das poucas mulheres Senadoras, mas que muito representa as lutadoras e aguerridas mulheres brasileiras, a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

O Senador Pedro Simon cede o seu tempo para a Senadora Ideli Salvatti.

Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli, peço ao Senador que assuma a Presidência, para que eu, como mulher, possa apartear a Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, gostaria de agradecer a gentileza do Senador Pedro Simon, não só por ceder o horário, mas também pelo gentil comentário a respeito dos meus trajés.

Hoje fiz questão de vir bem feminina, porque, no dia 8 de março, é comum recebermos mimos, como as flores que recebi do Senador Ney Suassuna, do Senador Mercadante; os chocalatinhos “engordativos” e maravilhosos do Senador Motta; e todas as homenagens carinhosas, abraços, beijos ao longo de todo o dia, telefonemas, mensagens no nosso celular.

Para nós, mulheres em geral, este dia 8 de março é bem vivenciado, bem aproveitado, e, claro, agradecemos toda essa gentileza. Em contrapartida, quero relatar algo que achei muito estranho ontem, num enfrentamento político havido aqui.

Numa das nossas atividades parlamentares do Senado, eu enfrentei um embate que foi de uma agressividade, foi de uma ofensa que tenho certeza não teria sido dessa forma se fossem dois homens, Senadora Ana Júlia. E essa agressividade veio de maneira a demonstrar um vício, um modo coronelista, machista, às vezes até de forma meio troglodita, de desqualificar a mulher, de fazer o enfrentamento mostrando quem manda, quem é o macho, quem grita alto, aquelas coisas todas.

Eu disse que é interessante porque vivenciamos isso num dia, e, no outro dia, a mesma pessoa faz homenagem. Então, é interessante a hipocrisia do cotidiano, porque a sociedade tem esse viés, e as

peçoas, por mais que, num dia como este, tenham o comportamento de homenagear e de fazer o registro da importância que têm todas as mulheres do nosso País e do planeta, a forma como está montada a mente, pelas condições culturais em que se dá o machismo na sociedade, muitas vezes leva esse ranço da hipocrisia.

Hoje, ao dar uma entrevista em uma das várias emissoras de rádio para as quais eu falei ao longo do dia sobre o Dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, um dos radialistas teceu um comentário muito explícito, bastante característico da forma como somos tratadas. Ele disse: é comum, quando um homem erra, se dizer que é um tolo, um idiota. Mas, quando uma mulher erra, se diz: “elas são umas tolas, idiotas”. O erro do homem é sempre visto no individual. Qualquer coisa que a mulher faz – e está aqui a minha companheira taquígrafa confirmando o que eu digo, porque isso é realmente muito forte –, se uma mulher fica brava, ela tem uma caracterização. Já o homem, quando briga, é valente, corajoso, forte. A mulher, quando briga, é histérica ou é mal-amada, não é isso Senadora Ana Júlia?

São essas as maneiras como somos rotuladas, vistas. Infelizmente, isso se dá nos outros 364 dias do ano, Senador Motta. Mas não estamos abrindo mão dos bombons, dos abraços e dos carinhos. Só queremos estender isso para os outros dias do ano.

Ouçõ com muito prazer a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Quero parabenizá-la por este registro, porque é bem o retrato da realidade. Há pouco, conversávamos inclusive sobre isso. Inclusive fui chamada de histérica quando rasguei aquele relatório, quando tive atitude de uma mulher que enfrenta...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quando o Senador, na época Deputado Paulo Paim, rasgou, não foi chamado de histérico. Foi chamado de combatente.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Não, de jeito nenhum. Mas, fui chamada até pelos órgãos de comunicação, gente que faz parte deste Congresso e se deu ao trabalho de escrever um artigo nesse sentido. Quer dizer, quando, na verdade, tomei uma atitude corajosa, inclusive que chamou a atenção do Brasil inteiro para uma CPMI, que foi a CPMI da Terra, que estava ali, infelizmente, terminando em pizza, porque derrotaram o relatório correto, justo, do Relator, Deputado João Alfredo, que é do partido de oposição, mas, defendemos aquele relatório. E aprovaram um relatório que foi uma verdadeira excrescência. Até hoje, Senadora, pago um preço por isso, por enfrentar essas dificuldades. Mas eu não poderia deixar de fazer um

aparte para lhe parabenizar e lhe dizer que me sinto orgulhosa de fazer parte desta Bancada e ser sua companheira, ser sua amiga, porque aprendi, nesses anos aqui, a conhecê-la e ser sua amiga. Não só as mulheres, o povo de Santa Catarina, podem e devem se sentir orgulhosos de V. Ex^a, mas todas as mulheres e o povo brasileiro. Ousamos, por isso somos perseguidas, por isso somos achincalhadas algumas vezes, por isso somos tratadas dessa forma, porque somos ousadas, somos mulheres que ousamos enfrentar e combater os poderosos que passaram dezenas e dezenas de anos no poder deste País e nada fizeram. Ao contrário, se omitiram inclusive na atenção à saúde das mulheres. Eu sei que V. Ex^a vai tocar nisso...

A SR^a. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou, vou tocar.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Mas é impressionante. Quanto ao que foi aqui falado sobre a responsabilidade do Presidente Lula, trata-se de matéria sobre uma pesquisa feita no final de 2002 e início de 2003, um assunto que diz respeito à responsabilidade do Município, das cidades, que é a atenção à saúde básica da mulher. Temos muito ainda a caminhar, muitos passos a dar na conquista dos nossos direitos, principalmente daquelas mulheres. Mas, sem dúvida alguma, Senadora, temos também o que comemorar, porque nós não baixamos a cabeça, mesmo quando somos agredidas, mesmo quando somos perseguidas. E, graças a Deus, muitas de nós – e V. Ex^a é uma delas – não se vitimiza, ou seja, não usa a vitimização como algo que norteia o seu mandato. Eu também procuro não usar a vitimização como algo que norteia o meu mandato, porque creio que não adianta nada, não é isso que vai nos fazer avançar. Parabéns, Senadora, parabéns a todas as mulheres deste País, mas um parabéns especial às funcionárias deste Senado, que, muitas vezes, ficam aqui, até tarde, quando estamos nas sessões. São mulheres também trabalhadoras, aguerridas, que mostram a sua capacidade e a sua competência e merecem, sem dúvida nenhuma, esta homenagem não só no dia de hoje, mas todos os dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia. Não poderia deixar – eu não estava no momento do seu pronunciamento – de mencionar o ataque que V. Ex^a vem sofrendo por um dos órgãos de imprensa deste País, um ataque rasteiro, que V. Ex^a está respondendo à altura, inclusive processando a revista. Até porque, diferentemente de muitos, a investigação foi feita e já está concluída, e tudo o que vem sendo veiculado pelo órgão, pela tal da revista **Veja**, ela precisa realmente ver melhor, porque não está conseguindo enxergar.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Nada daquilo consta do relatório. Ela falseou completamente o relatório da CPI para tentar construir a verdade do órgão de comunicação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É que ela vê só o que interessa ou convém. Então, queria aqui prestar a minha integral e absoluta solidariedade pelo fato de estarmos muito juntas e firmes.

V. Ex^a citou, e achei bastante interessante, que muitos parlamentares usaram a história de que nem 1% das cidades dava atenção total à saúde da mulher. É importante dizer que esse estudo foi feito por uma mulher, uma médica sanitária, Ana Maria Costa, para a defesa de sua tese de doutorado, na Universidade de Brasília. Para o estudo, ela fez um levantamento, por meio de questionários, de dados referentes ao final de 2002, início de 2003. Então, muitas cobranças feitas aqui, em altos brados, aqui da tribuna, foram destinadas ao Presidente da República errado.

Então, como V. Ex^a colocou, a maior parte da atenção integral à saúde da mulher se dá em nível primário e deve ser exercida fundamentalmente pelos municípios mesmo.

Eu não queria, no término da minha fala...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu sei que o Senador João Batista Motta vai me dar uma “canjinha”.

Eu não queria tão-somente ressaltar as mulheres que têm visibilidade e ocupam espaços públicos. Eu nem vou lembrar as maravilhosas mulheres catarinenses que têm muito realce, como a nossa magnífica Anita Garibaldi, a Santa Madre Paulina, a nossa Maria Rosa, heroína do Contestado, ou Antonieta de Barros, a primeira mulher negra a ser eleita parlamentar no Brasil, em 1934. Eu queria aqui ressaltar, Senador Motta, ainda neste final do meu pronunciamento, não as anônimas, porque obviamente todas têm nome e sobrenome, mas aquelas que muitas vezes não são visíveis, apesar de serem guerreiras, muito mais até que as que conseguem galgar espaços públicos ou realce nas artes, nos esportes ou em vários outros espaços profissionais.

Eu queria aqui homenagear, primeiro, as mulheres chefes de família, que representam 25%. E quando falamos em chefe de família mulher, neste caso, não tem o homem acompanhando. Quando falamos que 75% das famílias são chefiadas por homens, normalmente nesses lares está presente a mulher. Quando falamos que 25% dos lares são chefiados por mulheres, quase 100% são apenas as mulheres.

Os dados levantados, as pesquisas, dão conta de que a maior parte desse um quarto de lares chefiados por mulheres que ganham no máximo até três salários mínimos e que ainda acumulam a discriminação de raça, porque na grande maioria são pardas ou negras.

Quero homenagear aqui também as mães, de maneira geral. Mas há uma determinada parcela de mães – inclusive, tivemos oportunidade de recebê-las aqui hoje –, aquelas que estão na defesa dos filhos que perderam para a violência, seja a violência urbana, do crime organizado, ou a violência contra a mulher, como é o caso da Glória Peres. Elas lutam contra a impunidade. Essas mães lutam para que sejam punidos aqueles que atingiram os seus filhos, que as fizeram enterrar filhos vítimas da violência.

Quero também homenagear aqui as donas-de-casa que hoje fizeram uma belíssima manifestação. Havia quase cinco mil mulheres aqui na Esplanada. Estiveram em audiência com o Presidente em exercício, o nosso querido José Alencar, que se emocionou às lágrimas na solenidade. Elas estão exatamente reivindicando a regulamentação da aposentadoria para as donas-de-casa que não têm qualquer outra fonte de renda. Isso foi fruto aqui de toda a tramitação da reforma da Previdência.

Quero também homenagear as empregadas domésticas, essas mulheres, na sua grande maioria. Esperamos que, com a medida provisória incentivando o registro, com o desconto do Imposto de Renda, possam ter o seu trabalho reconhecido para podermos superar aquela condição que ainda lembra muito a Casa Grande e Senzala, porque a pessoa que realiza o trabalho doméstico muitas vezes é tratada ainda com muito resquício da forma com que se tratavam os escravos que trabalhavam na Casa Grande. O meu respeito a essas mulheres que, muitas vezes, até substituem a mãe no trato dos filhos. Portanto, elas também têm que ser aqui lembradas e valorizadas.

Por último, quero resgatar aqui todas as mulheres violadas, violentadas, vítimas da violência doméstica, que precisam de apoio para dar um basta a essa situação.

Essas são as mulheres que quero lembrar e homenagear, como guerreiras, efetivamente, que enfrentam no seu cotidiano sustentar a família, trabalhar, muitas vezes, na casa dos outros executando tarefas que não podem executar na sua casa; as que brigam para que tenham punição os criminosos que as atingiram e que ceifaram a vida de seus filhos; as donas-de-casa que em todo o País estão executando aquele trabalho que é muito penoso e que, muitas vezes, não é sequer reconhecido.

A todas elas quero mandar os versos famosos da música Maria Maria. Não vou cantar, mas vou lembrar versos fortes do nosso querido Milton Nascimento: “Mas é preciso ter força; é preciso ter raça; é preciso ter sonho, sempre. Quem traz no corpo essa marca, Maria Maria, possui a estranha mania de ter fé na vida”.

As mulheres têm fé na vida, Senador Motta, e nós queremos 365 dias dedicados à paz e à harmonia entre homens e mulheres.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço a colaboração da Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste horário, 20 horas e 45 minutos, quem ligar a TV Senado poderá imaginar que se está repetindo a sessão que começou às 14 horas. Mas venho a esta Casa neste fim de sessão porque amanhã será um dia muito tumultuado. Creio que oitenta Senadores falarão aqui sobre o Dia da Mulher. Então, eu falo hoje, no Dia Internacional da Mulher. E falo do fundo do meu sentimento que, na verdade, estamos vivendo a época e o momento em que, em definitivo, as mulheres estão vindo para ocupar o seu espaço.

Olhando para trás, ouvindo a música clássica, ouvimos tantos e tantos músicos e perguntamos: onde está a mulher? Olhando a pintura, vemos tantas e tantas pinturas e perguntamos: onde está a mulher?

A mulher viveu praticamente em um regime de escravidão. A mulher não teve chance nem voz. A mulher ficou obscurecida pelo que de pior há no homem, que se considera de uma raça superior.

Olhando para o mundo inteiro, dá gosto de ver o avanço das mulheres. Elas realmente ocuparão seu espaço no mundo. Não tenho dúvida alguma de que, muito mais cedo do que imaginamos, mais da metade dos chefes de Estado e mais da metade dos parlamentares do mundo inteiro serão mulheres.

A mulher tem mais sensibilidade. A mulher vive mais. Sobre a terra, não encontro nada mais lindo e mais universalmente magistral que uma mãe parindo seu filho. Isso é a mulher. É a mulher que cria e dá vida. Nós todos, homens e mulheres, nascemos do

ventre da nossa mãe, cujo seio nos amamenta. Isso nos acompanha o resto da vida.

Em todas as sociedades, sempre a parte da orientação, da conscientização da vida dos filhos coube à mulher. Lembro-me de que, lá em Caxias, terra de colonização italiana – nunca vou me esquecer de que, em Caxias, os colonizadores italianos ganhavam 25 hectares, dois sacos de semente, uma pá, uma enxada, um machado, e tinham que se virar –, o marido trabalhava, mas a mulher já tinha dupla jornada de trabalho. A mulher plantava com o marido, colhia com o marido, mas ia fazer comida e cuidar dos filhos. E quando o marido estava bebendo e se distanciando, a mulher estava cuidando dele.

Vivemos hoje um momento que, infelizmente, o Brasil ainda não analisou com profundidade. O avanço correto, certo, irreversível da mulher buscando seus espaços apresenta um problema: o lar tem um vazio. Uma coisa é alguém ser criado, de manhã, de tarde e de noite, com a mãe, como eu fui. Hoje, o lar é um ponto de encontro. A mãe é médica e o pai é advogado ou a mãe é dona-de-casa e o pai é operário, mas, no lar, eles se encontram à noite.

O Governo do Brasil ainda não se deu conta do que há de mais importante. O Dr. Brizola fez algo espetacular, as escolas de tempo integral, mas as crianças começavam aos sete anos. O mais importante é a creche, onde a criança possa ter aquilo que, com mulher e marido trabalhando fora, não tem. Esse é um problema sério. O problema com a mocidade e com a infância aumentou muito, porque a mulher não está ali. Esse é um problema que a sociedade tem de enfrentar.

Observo a história do Rio Grande e lembro que fui o Governador de Estado que primeiro assinou a nomeação de mulheres para a Brigada Militar. Era proibido até ontem. Até ontem, era proibido que mulheres fossem funcionárias do Banco do Brasil, do Banco do Rio Grande do Sul e da Caixa Econômica Federal; até ontem, era proibido que as mulheres fossem juízas ou promotoras. Por que uma mulher não podia ser juíza? Meu Deus, qual a razão? Não podia. Juiz era coisa para homem, promotor era coisa para homem.

O que está acontecendo hoje? No Rio Grande do Sul, 50% dos juizes já são mulheres. E a cada concurso novo, 80% das vagas são preenchidas por mulheres. Por quê? As mulheres, quando concluem a faculdade e querem prestar concurso para delegado de polícia – no Rio Grande do Sul, a maioria das vagas para esse cargo é preenchida por mulheres –, para juiz de direito ou promotor, retiram-se, vão para casa, pegam os livros, não têm namorado ou se casadas, ficam em casa. Não saem para tomar um chopinho,

não vão ver jogo de futebol. Dedicam-se de corpo e alma aos estudos.

Percebe a diferença quem tem filho e filha. A filha dedica-se 24 horas; o filho tem a saída na sexta-feira, o choppinho no sábado, o futebol. Por isso é que as mulheres estão logrando êxito nos concursos.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a trata esta questão com muita propriedade. De fato, o ingresso das mulheres em determinados cargos tem sido significativo. As carreiras que anteriormente eram consideradas absolutamente masculinas e que são providas por concurso público cada vez mais estão sendo preenchidas por mulheres. V. Ex^a citou dois casos: juiz de 1^a instância e delegado de polícia. É a realidade de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E promotor.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Promotor também. Eu até havia levado um documento para a tribuna e pretendia utilizá-lo, mas acabei não o fazendo. Refiro-me a um estudo do Inep, segundo o qual as mulheres são maioria nas universidades e também ultrapassam os homens em número de alunos a partir da quinta série. Então, a dedicação das mulheres aos estudos – isso tem sido um diferencial significativo – acaba contribuindo, de forma bastante relevante, para que, na hora da disputa, do concurso, nas provas de conhecimentos e de títulos, em que, digamos, o diferencial de gênero não pode ser utilizado, a mulher sobressaia. A maior ocupação dos bancos escolares, principalmente nas universidades, acaba se revelando na disputa. V. Ex^a ressaltava bem esse fato, que confirma o estudo do Inep.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando vocês olham para mim, estão olhando para um velho, este velhinho; mas eu olhando para mim sinto como se tivesse saído ontem da faculdade, parece que saí ontem.

Quando eu estava na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em toda a faculdade havia apenas duas mulheres. Hoje, dois terços são mulheres. Hoje, quando vamos a formaturas de Medicina, de Engenharia, de Direito, de Odontologia, comprovamos que, em todas as faculdades, dois terços são mulheres. Isso está espolhando uma realidade.

Essa realidade ocorre no Brasil. Essa realidade ocorre no mundo. A Argentina já teve Presidenta, o Chile está tendo, a Alemanha está tendo. Assistimos à notícia de que talvez, nos Estados Unidos, haja uma eleição com duas mulheres: a esposa do ex-Presidente Clinton e a Condoleezza – aliás, uma mulher excepcional.

À parte os elogios e as festas, temos de constatar que estamos vivendo uma virada. Nós homens fizemos muitas conquistas na tecnologia, na economia, mas o mundo que deixamos é muito cruel. Deixamos a humanidade repartida, com metade passando fome, nações na miséria, vaidade e prepotência como a do Presidente norte-americano que faz o que faz na África. Creio que, nesse mundo que vem, em que sentimos que as nações emergentes, como China, Índia, África do Sul, Brasil, virão para ocupar seu espaço dentro da sociedade mundial, as mulheres virão também. E creio que ocuparemos um mundo diferente, Sr. Presidente. Acredito que, no momento em que elas puderem se colocar... Aliás, foi espetacular a decisão da Presidenta do Chile: metade dos ministérios é ocupada por homens e metade por mulheres. Ela respondeu que foi justa – afinal, ela poderia colocar uma mulher a mais, mas não o fez.

Tenho a convicção de que estamos caminhando para uma sociedade em que haja mais entendimento, mais respeito, mais carinho e mais justiça social.

Não tenho por que felicitar as mulheres. Tenho por que agradecer às mulheres, que estão ocupando seu espaço.

Lembro que, na legislatura passada, quando votamos a emenda que determinava que 30% das vagas deveriam ser ocupadas por mulheres – passou na Câmara e veio para o Senado – a Casa estava lotada de mulheres. Bernardo Cabral fez um daqueles seus discursos e disse o seguinte: “todo mundo sabe que sou um homem encantado por mulheres, mas todo mundo sabe que sou um jurista, e não posso deixar de seguir a Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Se a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, como vou assegurar às mulheres um percentual, seja ele qual for? Então, eu teria que assegurá-lo aos negros, aos homossexuais e a tantos outros”. Foi uma vaia geral.

Depois dele, falei eu: “Quero dizer que concordo com Bernardo Cabral”. A então Deputada Marta Suplicy estava aqui, eu estava lá no meu lugar, e ela deu um berro: “Mas, Simon, tu garantiste pra nós que ias

fazer a defesa do nosso projeto. Não podes fazer uma traição dessas!” Ela deu esse grito e houve uma gargalhada geral. Eu disse: “Desculpe-me, mas tenho de reconhecer que o Bernardo Cabral está certo. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei. Então, não podemos colocar na Constituição que 30% são mulheres. Isso é inconstitucional. Mas o que podemos colocar na Constituição é o seguinte: cada sexo terá direito a 30%”. E foi uma risada!

Continuei: “Quero dizer para vocês que não estou colocando isso na Constituição – quero ser muito sincero –, não estou colocando isso na Constituição para garantir às mulheres 30%. Eu serei lembrado daqui a dez, vinte ou trinta anos, quando alguém dirá: Você se lembra do Pedro Simon? Ele foi aquele Senador que previu que tinha de ser 30% para cada sexo. Os homens terão direito a 30% e as mulheres não podem impedir”.

Acho que estamos caminhando para isso. Vejo aqui, por exemplo, a Líder do PT, que peço que não se ofenda comigo, e quero falar também na Líder do P-Sol. São pessoas que às vezes, as duas, tremem, ficam com sua fisionomia hostil, perdem até um certo controle. Mas daí a pouco aquilo passa, desaparece, e elas voltam a ser o que são. Isso não acontece com o homem. Geralmente, o homem faz, agride e sai com raiva. É aquilo que o nosso querido Senador do PFL do Piauí disse ao nosso Líder do PT: “enquanto V. Ex^a continuar economizando bom-dia e boa-tarde, colocando na poupança, V. Ex^a não chegará a Governador de São Paulo”.

O homem é assim e é difícil a mulher ser assim. A mulher tem bondade. Vejo meu filho. Olha que trato meu filho bem, trato meu filho com carinho, até porque sou um velho e filho de velho é outra coisa. Mas não adianta. É a minha mulher. Ele pede alguma coisa e eu digo: “Pode ser, filho”. “Posso?” “Pode, meu filho”. “Ah, então vou perguntar para a mãe para ver o que ela vai achar”. “Mas estou dizendo que pode ser”. “Mas vou ver o que a mamãe acha”. Se ele vai até a mãe e ela deixa, quando pergunto, ele diz: “a mãe já deixou”. Não importa minha opinião. Isso é natural!

Então, olhando o mundo, vemos que bipolarização entre Rússia e Estados Unidos desapareceu, os Estados Unidos estão vivendo o clímax de uma era tipo Império Romano, que chegou no seu cume, aí vem a China, vem a Índia, vem o Brasil... E dessas nações a melhor é o Brasil, que tem o povo mais puro, tem a natureza mais fértil, um solo espetacular, água doce

que não acaba mais. E o povo... Como dizia Darcy Ribeiro, que povo!

Enquanto o negro está ali, o chinês está ali, o italiano está ali, o latino-americano está ali, cada um num mundo separado, nós aqui temos essa mescla, e logo ali teremos a raça brasileira. E nessa raça brasileira, eu confio sinceramente nas mulheres.

Agora ganhará ou o Lula, ou o PT, ou o PSDB, ou o PMDB, não sei quem, mas não demorará nem vinte anos para termos uma Presidente mulher aqui no Brasil. Pode escrever: não demorará nem vinte anos. E o Brasil marchará rumo ao seu futuro.

Eu venho aqui, com muita humildade, levar às mulheres o meu abraço, o meu carinho, o meu afeto, à mulher trabalhadora, operária, que ainda ganha menos do que devia. A mulher, em alguns lugares, ainda apanha do marido e não tem coragem de ir à polícia, mas essas coisas estão acabando.

Creio que estamos marchando para uma nova sociedade. O efeito mais grave – repito – se dá nos filhos, que tinham na mãe a sua sustentação básica, e o lar hoje é um ponto de encontro. Nós temos por obrigação número um a criação de creches, porque é importante que se saiba que o cérebro de uma criança se forma até os três anos de idade. Todo o resto vem depois. A criança não pode, principalmente até essa idade, passar fome, não pode viver torpeza. Ela tem que viver uma vida de tranqüilidade e paz para ir adiante. E vemos, no Brasil, muitas vezes, crianças de um ou dois anos no colo de suas mães mendigando e passando fome. Esse é um problema nosso. Esse é um problema que as mulheres haverão de não deixar evoluir ainda mais.

Por isso, meu abraço muito afetivo à mulher brasileira. Para nosso orgulho, as mulheres já são em maior número que os homens. Que bom! As mulheres já estão avançando mais rápido que os homens. Que bom!

Olhando para trás, eu, que estou no final da jornada, vejo que não foram lá muitas coisas positivas que a minha geração semeou. Mas fico feliz por sair no momento em que aumenta o número de mulheres neste Senado. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada melhor que uma oração, um culto proferido pelo Senador Pedro Simon às mulheres deste planeta.

Esta Presidência se orgulha pelo Dia Internacional das Mulheres e manda um especial abraço a todas

elas, o que faço em meu nome, por meio da minha mulher Marilda, da minha filha Maruza e das minhas duas netinhas, Larissa e Letícia.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2006

Senhor Primeiro Vice-Presidente

Tendo sido convidado para participar das solenidades de posse da Senhora Michelle Bachelet como Presidente do Chile, a realizar-se em Vina Del Mar, no próximo dia 11 de março, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Informo que estarei ausente do país no período de 10 e 11 de março.

Sala das Sessões 8 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Leonel Pavan, Amir Lando, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Senadora Lúcia Vânia, Senadores Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros e João Batista Motta enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exuberante fauna de nossas matas e campos representa um dos mais valiosos patrimônios brasileiros.

Não podemos avaliá-la de um ponto de vista meramente econômico. Como estimar o valor de uma espécie como o lobo-guará ou o mico-leão dourado?

A sobrevivência de nossas espécies animais representa, em última instância, a garantia de um patrimônio de toda a humanidade – ou, ainda melhor, um patrimônio da própria vida, em sua diversidade.

Mas cabe a nós, brasileiros, a considerável responsabilidade de cuidar da sobrevivência das inúmeras espécies nativas, tenham elas ou não seu habitat preponderante ou exclusivo no território nacional.

Algumas das espécies nativas que exercem maior fascínio sobre os seres humanos e que estão, igual-

mente, entre as mais vulneráveis ou ameaçadas de extinção, são as dos carnívoros, tais como o lobo-guará, a ariranha e a lontra, a onça-pintada, a jaguatirica e a suçuarana.

Embora sejam admiradas, essas espécies têm recebido um tratamento hostil ao longo de seu contato com a civilização, que se torna mais ameaçador a cada década que passa.

Para se contrapor a essa tendência, que parece às vezes ser inexorável, foi criado em 1994, Senhoras e Senhores Senadores, o Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Predadores Naturais, o Cenap.

O Cenap se insere na estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e recebeu por missão “estimular, coordenar e desenvolver atividades de manejo, pesquisa e conservação, a nível nacional, com as espécies de predadores naturais que ocorrem no país”.

Sendo esta sua missão precípua, podemos constatar, Sr. Presidente, que o Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Predadores Naturais a vem cumprindo com competência e galhardia; e que, por estas mesmas qualidades, tem sido capaz de levar os efeitos de suas ações para além das nossas fronteiras, exportando a países vizinhos um conhecimento precioso para conservação dos animais selvagens que lá habitam.

Um dos principais focos do trabalho do Cenap, Sr^{as} e Srs. Senadores, está nas situações de conflito entre predadores naturais e comunidades humanas.

Quanto de nós já não ouvimos histórias de onças que atacam os bezerros de uma certa fazenda e da ansiedade com que o fazendeiro procura eliminar essa ameaça, perseguindo a fera até abatê-la?

Essa situação é, sem dúvida, real. Mas, se ampliarmos a perspectiva de visão, reconheceremos que os padrões de relacionamento com a natureza que marcaram a ocupação de nosso vasto território foram, talvez, adequados em um certo período, ou, em grande parte, compreensíveis e desculpáveis; mas eles precisam decerto, no início do século XXI, mudar drasticamente.

Poderíamos afirmar, não sem uma certa intenção humorística, que é importante que as partes conflitantes estabeleçam um diálogo e passem a ver os problemas e necessidades de seu oponente.

Se é bem difícil, contudo, para uma onça enxergar as agruras de um fazendeiro preocupado em conservar seu rebanho, a comunidade humana pode,

com certeza, dar-se ao exercício de ver a questão sob vários ângulos e buscar preservar tanto o rebanho quanto a onça.

Muitas vezes os grandes predadores, pelo próprio medo que inspiram, passam a levar culpa por ações que não cometeram e nem cometeriam. O texto informativo sobre o Cenap, constante do número inicial da **Revista Ibama**, chega a falar em difamação desses animais, que estabelece “uma cultura negativa contra a fauna e uma mentalidade que só vê a espingarda ou o cárcere como argumento”.

A idéia motriz do Centro, Sr. Presidente, no que toca à administração desse conflito, é usar o conhecimento científico para reverter uma cultura já ultrapassada, mostrando que “os carnívoros são elos primordiais da cadeia alimentar”, tendo papel decisivo para o equilíbrio dos ecossistemas onde se inserem.

Estudando e monitorando a vida dos predadores, os cientistas do Cenap reuniram um acervo de conhecimentos que permite prever e evitar as situações de conflito, criando “alguns parâmetros de convivência harmoniosa dos homens com os bichos”.

O já mencionado ataque das onças aos rebanhos representa uma situação-limite, um dos últimos recursos alimentares para animais que tiveram seu meio ambiente agredido e alterado.

Especialistas do Centro vêm realizando visitas aos fazendeiros e esclarecendo-os a respeito de uma série de técnicas simples que podem evitar os ataques ao seu rebanho.

Ao mesmo tempo, uma série de outros conhecimentos já acumulados sobre os predadores naturais vai fornecer elementos para que se tente preservar ou, se for o caso, recuperar condições naturais imprescindíveis para sua sobrevivência.

Enfim, todo esse manancial de conhecimentos, que poderíamos dizer, de modo elementar, que é tanto teórico como prático, é uma conquista de nossos cientistas e profissionais do meio ambiente, posta ao alcance de países vizinhos e também de países distantes, mas interessados na preservação do magnífico legado da biodiversidade no planeta Terra.

Muito obrigado.

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste dia 7 de março, se comemora em Santa Catarina os 50 anos de Extensão Rural, que iniciou com a antiga ACARESC, hoje EPAGRI. Uma data importante e digna de registro para o setor agropecuário de nosso Estado, porque revela o trabalho o

incansável dos técnicos do setor que, em parceria com os agricultores, conseguiram notáveis avanços nestas últimas décadas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no campo e para a economia catarinense, hoje também destaque no agronegócio.

Muitos benefícios foram conquistados ao longo deste cinquentenário no desenvolvimento das atividades agrícolas no Estado.

O aprimoramento genético permitiu que nosso rebanho leiteiro se destaca-se, a suinocultura pudesse competir com os países desenvolvidos, assim como a avicultura que fez de Santa Catarina o maior exportador do Brasil no setor.

Na área de grãos o sucesso não foi menor. Destacam-se o desenvolvimento de cultivares adaptadas às nossas condições climáticas e compatíveis com as qualidades do nosso solo. A produtividade de arroz, soja, milho, feijão foi crescente a partir da atuação dos técnicos vinculados à empresa de pesquisa e extensão rural do Estado de Santa Catarina.

O estímulo ao associativismo, com ênfase às cooperativas, é outro trabalho de sucesso realizado pelos agentes da extensão rural que melhorou a renda dos produtores

Outros trabalhos marcantes da extensão rural e fundamentais para o desenvolvimento da agricultura catarinense foram a introdução da horta doméstica, o trabalho com juventude rural, o projeto de horticultura e a introdução da criação de aves de alta postura e frangos de corte em regime de confinamento, entre muitos outros.

Sem dúvida, existe uma era antes e depois dos trabalhos de extensão rural em Santa Catarina, cujos técnicos responsáveis estão de parabéns pelo trabalho, dedicação e eficiência durante ao longo destes 50 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que eu queria ocupar a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Polícia Federal indiciou ex-tesoureiro do PL”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 23 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o ex-tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, foi indiciado ontem por lavagem de dinheiro e crime contra a administração pública no inquérito da Polícia Federal que investiga o mensalão. Ele confessou ter recebido cerca de R\$1,3 milhões do empresário Marcos Valério de Souza, mas não quis colaborar com as investigações sobre o destino do dinheiro.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Polícia Federal indícia ex-tesoureiro do PL

Lamas, que recebeu R\$ 1,3 milhão de Valério, responderá por lavagem de dinheiro e crime contra a administração

Vanildo Mendes

BRASÍLIA

O ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas foi indiciado ontem por lavagem de dinheiro e crime contra a administração pública no inquérito da Polícia Federal que investiga o mensalão. Ele confessou ter recebido cerca de R\$ 1,3 milhão do empresário Marcos Valério de Souza, "em pacotes lacrados", mas não quis colaborar com as investigações sobre o destino do dinheiro.

ro. Alegou apenas ter entregue os pacotes, sem conferir, ao presidente do partido, o ex-deputado Valdemar Costa Neto (SP), que renunciou antes de responder a processo de cassação.

O indiciamento de Lamas é o segundo que a PF faz às vésperas de mandar o inquérito do mensalão ao Supremo Tribunal Federal (STF). O outro foi o de Duda Mendonça, ex-marqueteiro do Palácio do Planalto, acusado de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fis-

do STF. Com relação aos demais acusados de envolvimento com o mensalão, inclusive os 18 parlamentares da base aliada que sacaram das contas de Valério, a PF se limitará a indicar os artigos da lei infringidos, cabendo ao STF decidir se já há elementos para o indiciamento, medida que torna investigados em acusados formalmente.

O inquérito será enviado ao Supremo logo depois do carnê, mas a PF vai pedir mais prazo para concluir as investiga-

ções sobre o caixa 2 petista. A documentação a ser enviada agora não inclui as investigações de um outro caixa 2, na estatal Furnas, que teria financiado campanhas também de partidos de oposição, sobretudo PSDB e PFL, em 2002.

O operador desse esquema seria o ex-diretor de Furnas Dimas Toledo, que, segundo apurou a PF, cobrava um "pedágio" de construtores e fornecedores que prestam serviços à estatal. Parte da arrecadação seria usa-

da para financiar campanhas eleitorais. Dimas Toledo nega a denúncia.

APF realiza diligências há vários dias para obter o original da lista de 156 parlamentares que teriam recebido mais de R\$ 36 milhões do caixa 2 de Furnas na campanha de 2002. O lobista Nilton Monteiro, autor da denúncia, prometeu mais uma vez ontem entregar a lista, cuja autenticidade ainda não foi confirmada, mas até o fim do expediente na PF não o havia feito. ●

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es.} e Srs. Senadores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB promove, anualmente, a chamada Campanha da Fraternidade, quando coloca em debate um tema considerado de grande relevância nacional. Foi assim, por exemplo, em 1996, com “Fraternidade e Política”; em 1997, com “A Fraternidade e os Encarcerados”; em 1998, com “Fraternidade e Educação”, e assim por diante. Dignidade humana, idosos, drogas também são temas que já foram, igualmente, debatidos através da campanha, sempre com o objetivo de despertar, na população e nos formuladores de políticas públicas, uma tomada de consciência sobre cada um dos temas escolhidos.

No ano passado, a questão discutida foi “Solidariedade e Paz”. Nada mais apropriado num tempo e num mundo de conflitos sangrentos, quando e onde o crime, nos conflitos, na favela e nas esquinas, parece ter sido banalizado, em nome do poder, do dinheiro e do nada. A perda dos princípios mais básicos da vida humana tornou os homens menos racionais, a ponto do número de mortos e feridos pela violência ter se transformado em motivo de ostentação pelos pseudo-vencedores das guerras, declaradas ou não.

É evidente que, a cada ano, o tema escolhido é aquele que, naquele momento, mais salta aos olhos. Neste ano, infelizmente, poderia ser repetido qualquer dos assuntos anteriores. Afinal, ainda persistem os problemas dos idosos, dos encarcerados, dos povos indígenas, da educação, da fome, da miséria, da violência e de tantos outros. A diferença é, que, hoje, tem-se mais consciência coletiva sobre essas questões, fruto, principalmente, destas mesmas discussões que a Igreja traz à tona, nas Campanhas da Fraternidade.

Neste ano, o tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” e o lema “Levanta-te e vem para o meio”, baseado na citação bíblica do evangelho em que Jesus cura o homem que tinha uma das mãos mirrada. Como das vezes anteriores, o tema e o lema vão além da rima, porque tocam numa das questões mais importantes da vida dos povos, em todos os tempos. Hoje, para se ter uma idéia, segundo a ONU, são 500 milhões as pessoas com algum tipo de deficiência, em todo o mundo. Quase três vezes a população brasileira. Quinze argentinas, ou mais de cem uruguais. No Brasil, são 25 milhões, quase 15% da população!

Esses números são, na verdade, parte da questão. Em primeiro lugar, porque são subestimados. Nem todas as pessoas com algum tipo de deficiência, manifestam-nas, por razões diversas, por exemplo para

se livrarem da discriminação, principalmente na busca pelo emprego. Outro ponto a ser avaliado é que a deficiência envolve, indiretamente, outros membros da família. Apenas considerando-se os dados oficiais e, imaginando-se que cada pessoa com deficiência envolva, em média, mais um membro do núcleo familiar, são 50 milhões os brasileiros ligados, direta ou indiretamente, à questão.

As pessoas com deficiência já receberam diferentes tipos de denominação, ao longo do tempo. Já foram chamados de “inválidos”, “incapacitados”, “incapazes”, “defeituosos”, “excepcionais”, “especiais”, entre outros. Observe-se que, na maioria das vezes, tais denominações ligam o ser humano à sua capacidade de trabalho. “Inválido” significa “que não vale”, “nulo”, ou “sem valor”. Da mesma forma, “incapacitado”, ou “incapaz”, quer dizer “inábil”, “impossibilitado”, ou, simplesmente, “indivíduo sem capacidade”. Afinal, “sem valor” ou “incapazes” para que? Certamente, para produzir bens, mercadorias ou serviços.

É assim a vida numa economia de mercado: o ser humano é definido segundo a sua capacidade de produção. Ele é normal, somente, se possuir habilidades para gerar mercadorias e serviços. Se não produz, “não rende”. Na contabilidade do mercado, ele é, simplesmente, um “passivo”. Aliás, quantas serão as pessoas deficientes em razão, exatamente, da falta de escrúpulo desse mesmo mercado, quando não lhes oferece condições mínimas de trabalho? Os leucopênicos da siderurgia, os decepados da cana de açúcar, os “inválidos” da construção civil? E é sobre isso que, certamente, a CNBB quer que reflitamos. Que mundo é esse em que o valor da vida é medido em termos de produção, de produtividade e de valor de mercado? Estou certo de que a CNBB deseja que a inclusão das pessoas com deficiência vá além da solidariedade e da benevolência, por mais sublimes que sejam esses sentimentos.

Muitas das deficiências poderiam ser evitadas na sua origem. É que, muitas delas, são conseqüência, exatamente, do modelo econômico excludente imposto pelas economias de mercado. Parcela significativa da deficiência decorre, principalmente, da falta de condições mínimas de vida das populações mais carentes. Desnutrição, falta de saneamento básico, de saúde e de educação são, ali, as causas principais do nanismo, da cegueira, do retardo mental e de tantas outras deficiências que poderiam ser evitadas se essas populações recebessem um mínimo de seus direitos como verdadeiros cidadãos.

Não é à toa que a deficiência atinge, em maior escala, as regiões mais pobres do planeta. No Brasil, os percentuais são maiores no Norte e no Nordeste, atingindo, em áreas nordestinas, quase 20% da população. Isso, em termos oficiais e quando essas mesmas pessoas conseguem ultrapassar a barrei-

ra da mortalidade infantil. Não é por acaso, do outro lado, que os menores percentuais encontram-se no sul e no sudeste.

Se o Estado, mesmo que numa economia puramente de mercado, cumprisse, efetivamente, o seu papel, essa realidade poderia, com certeza, ser diferente. Se as políticas públicas fossem democráticas e os recursos escassos fossem canalizados para a maioria, quem sabe não haveria, nem mesmo, necessidade de campanhas da fraternidade tratando de temas como a educação, a saúde, as condições de vida, os povos indígenas, os encarcerados, e muitos outros. Ao contrário, as políticas públicas têm sido, ao longo dos anos, planejadas para a minoria e compensatórias para a maioria. Como políticos responsáveis pelas prioridades orçamentárias, é bom que nos tornemos parceiros da CNBB nessa discussão. Afinal, os temas abordados nas diferentes campanhas devem ser tratados, apenas, no campo da fraternidade? Todos esses temas são questão, apenas, de solidariedade? Ou são um direito, enquanto cidadania?

Não há que se criar um espaço institucional específico para as pessoas com deficiência. Isso, por si só, já seria uma discriminação maior. Assim como o são as instâncias criadas, especialmente, para os negros, as mulheres ou qualquer outra chamada “minoria”. A título de “prioridade”, escamoteiam a verdade da discriminação. Por que um espaço específico separado do contexto maior? Por que não no conjunto das políticas públicas? Afinal, o Tesouro Nacional, os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Saúde, da Educação, ou outro qualquer, são para todos, menos para esses “especiais”, que possuem espaços institucionais próprios? Algo assim como “dirija-se à sua secretaria especial ou ao seu ministério exclusivo”? Todos esses cidadãos têm direitos iguais, sem necessidade de “guetos”. Ora, se a política de trânsito depende recursos, por exemplo, no alargamento de ruas para as populações ditas “normais”, por que a rampa na calçada para as pessoas com deficiência é uma “ação especial”? São diferentes os direitos? Se os jardins centrais são dizimados, pela maior velocidade dos automóveis, por que a vaga especial “para deficientes” é, apenas, um ato de benevolência? Quem é, na verdade, o “especial”?

Infelizmente, a concorrência do dia-a-dia, pela vaga no vestibular ou no emprego, pela busca da “perfeição” física ou, simplesmente, pela sobrevivência, tem nos tornado, cada vez mais, excludentes. Cada vez mais individuais e menos coletivos. Contentamo-nos, na nossa mesquinha diária, com o conforto das orações e das esmolas. Estamos livres do fogo eterno, porque temos pena dos “necessitados especiais”. Somos misericordiosos, porque ofertamos migalhas, o que nos sobra. Somos bons políticos, porque distribuímos cestas básicas. Somos cristãos, porque vamos

à igreja. Isso é muito pouco, e é o que nos ensina a Campanha da Fraternidade.

Portanto, as campanhas da CNBB são, para mim, não apenas movimentos para aumentos de vagas para idosos, pessoas deficientes, negros, índios ou quaisquer outros, no estacionamento do supermercado, na universidade ou no desenho institucional. É muito mais que isso. É um chamamento à razão. É uma ampla reflexão sobre os destinos da humanidade. É uma volta ao projeto de Deus, na criação do homem à sua imagem e semelhança. É para que renasça a esperança de que raie um dia em que não haja necessidade de campanhas de fraternidade, com temas específicos, a cada ano. Em que não haja “especiais”, para o bem ou para o mal. Que sejam todos “iguais em tudo na vida”.

“Levanta-te e vem para o meio”. Poderia ser “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos”. É a lei de Deus. Um pecado, para quem dispõe em contrário. “Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. Poderia ser: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. É a lei dos homens. Um crime, para quem dispõe em contrário.

Que se revoguem, portanto, todas as disposições, e as atitudes, em contrário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Presidente do TSE ataca uso político do Estado”, publicada pelo jornal **O Globo** de 22 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ao assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, afirmou que é “extremamente grave o aparelhamento das estruturas estatais para fins político-partidários e a apropriação de recursos públicos para o financiamento de partidos políticos”, numa referência clara à crise ético-política que se instalou no governo Lula e no Partido dos Trabalhadores.

Mais adiante, a matéria traz declaração do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, que fez duras críticas à reeleição e o uso da máquina pública: “Fazer do exercício do mandato político instrumento de campanha eleitoral constitui crime de lesa-democracia e, por extensão, de lesa-cidadania”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Presidente do TSE ataca uso político do Estado

Demétrio Weber

• BRASÍLIA. O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes assumiu ontem a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) defendendo a necessidade de um novo sistema de controle do financiamento de partidos e dos gastos eleitorais. Ele fez referência à crise política que abalou o governo Lula, o PT e partidos aliados.

— No ano passado, o país mergulhou numa das maiores crises éticas e políticas de sua história republicana, crise esta que revelou algumas das graves mazelas do sistema político-par-

tidário brasileiro, e que torna imperiosa a sua imediata revisão. De tudo o que foi revelado, tem-se como extremamente graves o aparelhamento das estruturas estatais para fins partidários e a apropriação de recursos públicos para o financiamento de partidos políticos — discursou Mendes.

Busato: “Canteiro de obra não é palanque”

O ministro ficará um curto período à frente do TSE e não chegará a comandar as eleições presidenciais deste ano. Ele deixará o cargo no fim de março.

Na solenidade, o presidente

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, fez duras críticas à reeleição e ao uso da máquina pública:

— Canteiro de obra não é palanque. Fazer crer a uma sociedade como a nossa, em larga escala iletrada e despolitizada, que as obras públicas são dádivas do Estado, do governo ou mesmo de determinado partido

ou governante, constitui logro político, um logro com o qual convivemos há algumas gerações e que o instituto da reeleição, infelizmente, fortaleceu.

As críticas de Busato foram feitas no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da

Silva está em meio a uma caravana por estados do Nordeste e do Norte visitando obras de lutas universidades federais.

— Fazer do exercício do mandato político instrumento de campanha eleitoral constitui crime de lesa-democracia, por extensão, de lesa-cidadania — afirmou Busato.

Mendes deixará o cargo em breve para assumir a vice-presidência do STF, que ficará vaga com a saída de Nelson Jobim. Para a presidência do Supremo irá a ministra Ellen Gracie, atual vice. O TSE será presidido pelo ministro Marco Aurélio de Mello. ■

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para comentar a matéria intitulada “Lula ensaia campanha e infla dados em texto ao Congresso”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição do último dia 16 de fevereiro do corrente.

A matéria trata da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em 2006 e do respectivo envio da Mensagem Presidencial para o Poder Legislativo.

ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA

Mensagem cita crise duas vezes em 136 páginas, dizendo que ela desacelerou economia

Lula ensaia campanha e infla dados em texto ao Congresso

DE SÃO PAULO, 16 DE FEVEREIRO

Sem agenda legislativa definida neste ano eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a uma esvaziada cerimônia de abertura oficial dos trabalhos do Congresso em 2006 uma mensagem centrada no que considera serem os feitos de seus primeiros três anos de mandato — que incluiu dados inflados e duvidosos.

No texto, o presidente ensaia o discurso em que deve basear sua campanha a reeleição. Lula propõe-se a “prestar contas das ações do Executivo em 2005” e a apresentar “metas e desafios para 2006”. No entanto, os dois parágrafos foram dedicados ao segundo propósito, contra 21 sobre as realizações do governo.

A mensagem foi lida pelo primeiro secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PL-PE), diante de um plenário ocupado por cerca de 200 dos 594 parlamentares, com presença majoritária de deputados e senadores dos partidos da base governista.

“É uma sessão de rotina e desinteressante. O presidente diz que vem, depois não vem. Ele tem uma relação encubulada com o Congresso, aqui não é uma Casa em que se sente bem. No seu

intento, a mensagem que ficou e aquela que ele verbalizou dos 300 pica-petelas”, disse o líder do PT no Senado, José Agripino (RN). O ministro Jaques Wagner (Relações Institucionais), coordenador político do governo, negou que o texto enviado pelo presidente Lula tenha tom de campanha eleitoral. “Toda mensagem tem as duas coisas, balanço e prioridades. Essa é uma mensagem normal e equilibrada”.

Crise

As denúncias de corrupção contra o governo e o PT receberam apenas duas discretas menções na mensagem enviada pelo Paes ao Palácio do Planalto ao Congresso, uma a distribuição de 20 páginas quase todo dedicadas ao inventário das ações do governo.

Assente do texto de apresentação lido na sessão de abertura do ano legislativo, a crise foi citada, sem palavras fortes, nos capítulos sobre economia e combate a corrupção do balanço oficial.

No primeiro caso, aparece, ao lado dos juros altos, como uma das causas para a desaceleração da economia em 2005 — diagnóstico contestado pela maioria dos especialistas. Nesse trecho, fala-se

no “efeito das turbulências políticas sobre as expectativas”.

Já na segunda metade do documento, há uma referência às “investigações abertas, no âmbito do governo, sobre as denúncias de desvios publicadas a partir de maio último”, para relatar as providências tomadas.

Diferentemente do que ocorreu no ano passado, quando o crescimento econômico de 4,9% em 2004 inspirou uma mensagem centrada nos resultados do setor, o texto de ontem deu mais ênfase à área social.

Lula preferiu investir em milhares como o assentamento de 127,5 mil famílias no ano passado, dado contestado pelo aliado MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), segundo o qual a estatística foi inflada por assentamentos antigos.

O balanço do Planalto afirma que o Prouni (Programa Universidade Para Todos) “este ano já concedeu 203 mil bolsas [de estudo]”, aparentemente somando os resultados de 2005 e 2006.

A mensagem prevê R\$ 21 bilhões em novos recursos para a educação neste ano com o Fundeb, o fundo do ensino básico. Mesmo que o projeto seja aprova-

Segundo a matéria, “Sem agenda legislativa definida neste ano eleitoral, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a uma esvaziada cerimônia de abertura oficial dos trabalhos do Congresso em 2006 uma mensagem centrada no que considera serem os feitos de seus primeiros três anos de mandato — que incluiu dados inflados e duvidosos”.

Ainda segundo a matéria, “As denúncias de corrupção contra o governo e o PT receberam apenas duas discretas menções na mensagem enviada pelo Palácio do Planalto ao Congresso”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

do a tempo pelo Congresso, porém, o acréscimo não deve passar dos R\$ 5 bilhões.

Outros feitos destacados já fazem parte do discurso-padrão dos petistas: os recordes no comércio exterior, a geração de empregos formais e a redução do número de miseráveis. Lula afirma ainda que “pela primeira vez em décadas, uma ampla negociação entre o governo e as centrais sindicais definiu o valor do novo salário mínimo”.

Agenda

A abertura do ano legislativo mostrou divergências entre ministros e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), sobre a expectativa de trabalhos do Congresso no segundo semestre, quando os parlamentares tendem a se afastar para se dedicar às campanhas nos Estados.

Responsável por levar a mensagem do presidente ao Congresso, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) disse acreditar que o segundo semestre não será perdido devido ao calendário eleitoral. “O Brasil é um país que surpreende pela capacidade de fazer as coisas simultaneamente. Acho que é

possível um ritmo condizente com as necessidades do país.”

Jaques Wagner foi menos otimista. “Já fui parlamentar. Ficar apostando em votações no segundo semestre não é realista”. Na mesma linha, o presidente da Câmara disse esperar conseguir concluir todos os processos que pedem cassações de mandatos até maio, porque, disse, em junho deverá ocorrer um esvaziamento da Casa em razão das eleições.

Segundo Dilma, a principal meta do Executivo em 2006 é conseguir a aprovação da chamada Lei de Saneamento Básico, que ainda será enviada à Câmara. “É a nossa prioridade, pois trará benefício econômico e sociais ao país”.

Este é o segundo ano consecutivo que o governo Lula inicia sem uma definição de projetos prioritários no Congresso. No ano passado, a mensagem do Planalto limitava-se a mencionar a conclusão de reformas como a tributária e a sindical — que, por não terem saído do lugar, desapareceram na mensagem deste ano.

(GUSTAVO PATU, SILVIO NAVARRO E EDUARDO SCOLESSE)

Secretário-geral do PT critica alianças

CHICO DE GOIS
REPORTER DE SÃO PAULO

No momento em que o PT comemora o crescimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — propósitos em que começará a usar aliados para as eleições de outubro — o secretário-geral do partido, Raul Pont, aponta instabilidade nas alianças como “um dos principais fatores responsáveis pela crise” que atingiu a legenda no ano passado.

No artigo “PT, 26 anos: Recuperar a identidade programática”,

divulgado pelo site do partido (www.pt.org.br), Pont considera que “o potencial transformador do governo Lula ainda está constituído em três dimensões: a força da oposição liberal-conservadora, a presença de posições liberais na gestão da macroeconomia e a sustentação da governabilidade em alianças conservadoras no Congresso Nacional”.

É nesse contexto que ele critica as coalizões feitas por seu partido. Na eleição de 2002, o PT aliou-se ao PL, no primeiro turno, dan-

do-lhe a vice-presidência. “Precisamos lutar pela construção de frentes eleitorais nos Estados com partidos do campo democrático e popular, em uma de um programa que aponte para as transformações sociais que constituem nosso projeto desde o início”.

No Congresso, o PT se uniu ao PP, PTB, PL e parte do PMDB para obter maioria. As siglas, exceto o PMDB, ficaram conhecidas como “mensalistas” por causa do envolvimento de alguns de seus parlamentares com o esquema do publicitário Marcos Valério.

Pont também critica a derruba-

da da verticalização, que obrigava os partidos a seguirem nos Estados as mesmas alianças acordadas em nível federal. Lula se empenhou pessoalmente para acabar com a restrição às alianças.

O Palácio do Planalto defendeu o fim da regra porque avaliou que, dessa forma, Lula poderia subir em palanques de vários partidos nos Estados, mesmo que em nível federal não estejam coligados com o PT. Um dos alvos preferenciais dos liberais e o PMDB, que pretende lançar candidato a sucessão presidencial, mas, sem a

verticalização, poderá abrir espaço para o presidente nos Estados. Além disso, emissários de Lula já conversam com o PTB e o PL.

“A derrubada da verticalização, que infelizmente encontrou apoio dentro do nosso governo, caminha na direção contrária desta agenda, estimulando alianças de ocasião que só nos fragilizam programaticamente”, escreveu Pont.

A agenda citada pelo secretário-geral do PT refere-se à reforma política, com financiamento público de campanha e regras rígidas de fidelidade partidária.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “CPIs acham 161 telefonemas entre Okamoto e acusados do mensalão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 2 de março do corrente.

INVESTIGAÇÃO

CPIs acham 161 telefonemas entre Okamoto e acusados do mensalão

Presidente do Sebrae é investigado pelo mal explicado pagamento de dívida R\$ 29,4 mil de Lula com PT

Diego Escosteguy
BRASÍLIA

Impedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de ter acesso ao sigilo fiscal, bancário e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, técnicos das CPIs dos Correios e dos Bingos combinaram esforços secretamente e descobriram 161 ligações trocadas por ele com os principais investigados do mensalão. O rastreamento dos peritos, ao qual o Estado teve acesso, dá boa amostra da proximidade de Okamoto com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o publicitário Duda Mendonça.

Os técnicos fizeram o levantamento com base nos dados telefônicos de Delúbio, de Duda, do ex-deputado José Dirceu e do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, que estão em poder da CPI dos Correios. O resultado foi compartilhado informalmente com os colegas da CPI dos Bingos para orientar investigações. A maior parte dos telefonemas identificados foi trocada com o ex-tesoureiro do PT e uma das empresas do ex-marqueteiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a campanha presidencial de 2002. Mas há, também, várias ligações feitas já no governo petista.

Amigo de Lula e arrecadador de recursos para o PT, Okamoto controla um orçamento de R\$ 900 milhões como presidente do Sebrae, um dos cargos mais cobiçados no governo. No meio empresarial, é tido como mais discreto que Delúbio e, principalmente, como homem de estrita confiança do presidente.

Ele é investigado pelas CPIs por dois motivos. O primeiro é o pagamento ainda mal explicado de uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT. Os registros bancários do partido indicam que o débito foi quitado, mas Okamoto admitiu ter pago os R\$ 29,4

A matéria destaca que após serem impedidos pelo Supremo Tribunal Federal de ter acesso ao sigilo fiscal, bancário e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, os técnicos das CPIs dos Correios e dos Bingos combinaram esforços e descobriram 161 ligações trocadas entre ele e outros investigados do mensalão. O rastreamento feito pelos peritos mostra uma grande proximidade de Okamoto com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares e com Duda Mendonça.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Comissão luta pela quebra de sigilo

...Enquanto nos bastidores os técnicos das CPIs investigam Paulo Okamoto com base nos dados disponíveis, a Comissão dos Bingos briga no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso a seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. Na semana que vem, a cúpula da CPI pretende fazer mais uma visita aos ministros do STF, para tentar convencê-los da relevância da quebra de sigilo de Okamoto. Se não houver resposta favorável, a comissão deve apelar ao plenário do Supremo.

mil por meio de depósitos em dinheiro – e disse ainda que usou recursos do próprio bolso, como um “favor” a Lula. A versão não convenceu os parlamentares. Eles suspeitam que Okamoto tenha obtido o dinheiro ou com Duda ou com Delúbio – que com o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza operou o chamado esquema do mensalão.

A segunda razão é o depoimento do economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Fazenda de São José dos Campos na gestão da petista Ângela Guadagnin. Venceslau acusou Okamoto de arrecadar recursos de caixa 2 entre empresas que tinham contratos com prefeituras administradas pelo PT.

CELULAR

O rastreamento dos técnicos mostra que Okamoto manteve pelo menos 56 telefonemas com Delúbio entre março e novembro de 2002. As ligações eram trocadas da casa ou do celular do então tesoureiro com o celular de Okamoto. Ao todo, os peritos identificaram 94 minutos de conversas.

O telefonema de maior dura-

O STF já negou duas vezes o acesso da CPI às informações. Em 27 de janeiro, o presidente do Supremo, Nelson Jobim, concedeu liminar em favor de Okamoto e barrou a quebra de sigilo. Segundo Jobim, a CPI havia determinado a devassa apenas com fundamento em “notícias de jornais”.

A comissão então enviou novos argumentos, mas o ministro relator, César Peluso, alegou que a comissão não delimitou período de tempo para a quebra de sigilo. E negou acesso aos dados. ● D.E.

ção ocorreu no auge da campanha de 2002, no dia 7 de setembro. A ligação durou quase cinco minutos. Oito dos telefonemas partiram de Okamoto – os demais foram recebidos por ele.

A influência de Okamoto também pode ser medida pelos telefonemas trocados com a CEP Comunicação, empresa de Duda que trabalhou para a campanha de Lula em 2002. No total, ele foi acionado 75 vezes pela CEP entre fevereiro de 2002 e março de 2003, já no governo petista. Há registro de telefonemas de nove a dez minutos. Ao todo, foram 156 minutos. Segundo o levantamento das CPIs, Okamoto também recebeu 23 ligações do ex-deputado José Dirceu em 2002, além de 4 em 2001. Esses telefonemas somaram 58 minutos de conversas.

Procurado pelo Estado, Okamoto considerou “normal” ter conversado com Delúbio durante o ano da campanha. “Eu coordenava a infra-estrutura da campanha e tinha de consultar o tesoureiro sobre os pagamentos”, afirmou. “Não conversava com o Duda, mas posso ter ligado para a CEP para saber sobre o programa eleitoral.” ●

O CASO OKAMOTTO

Novas conexões

O presidente do Sebrae assumiu dívida de Lula, de quem é amigo, com o PT

O empréstimo
 Em 2001, Lula tomou empréstimo de R\$ 29.436,26 no PT para cobrir gastos com viagens ao exterior, pagamento de passagem para sua mulher, Marisa Letícia, e "adiantamentos a funcionários que teriam ocorrido em 1997"

A versão
 Okamoto disse à CPI dos Bingos ter pago a dívida do presidente com dinheiro do próprio bolso e sem o conhecimento de Lula. A CPI não acreditou e determinou a quebra do seu sigilo, mas o STF impediu a medida

O pagamento
 A dívida foi quitada em quatro parcelas - entre 30 de dezembro de 2003 e 30 de março de 2004 - depositadas em quatro agências diferentes do Banco do Brasil, o que chamou a atenção dos auditores da CPI dos Bingos

A suspeita
 A oposição suspeita que, na verdade, o esquema montado por Marcos Valério Fernandes de Souza e Delúbio Soares cobriu essa despesa do presidente. Okamoto teria assumido o papel de laranja

O autor
 Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, assumiu ter feito o pagamento. Ele disse que foi nomeado procurador de Lula em dezembro de 2002, "única e exclusivamente para tratar da rescisão do seu contrato de trabalho com o PT"

As ligações
 As CPis dos Bingos e dos Correios identificaram ligações telefônicas trocadas entre Okamoto, o ex-tesoureiro Delúbio e o publicitário Duda Mendonça, principalmente durante a campanha de 2002



PODER LEGISLATIVO
 CONGRESSO NACIONAL
 Comissão Parlamentar Inquérito - Correlas

CHAMADAS ORIGINADAS POR: PAULO TARCISO OKAMOTO

Nome	Destinatário da Chamada			Origem da Chamada							
	CFC/CPJ	Fonefix	Identifica	UF	Data	Telefone	Município	UF	SP	SB n	
DELUBIO SOARES DE CASTRO	0001299898148	11	000000089108618		28/04/2002	11	000000098879871			1	0,92
	0801299898148	11	000000089108618		30/04/2002	11	000000098879871			3	1,72
	0001299898148	11	000000089108618		1/05/2002	11	000000098879871			3	0,25
	0001299898148	11	000000089108618		18/05/2002	11	000000098879871			3	0,47
	0001299898148	11	000000089108618		18/06/2002	11	000000098879871			3	1,10
	0001299898148	11	000000089108618		20/06/2002	11	000000098879871			0	0,17
DELUBIO SOARES DE CASTRO	0001299898148	11	000000098325482		18/08/2002	11	000000098879871			0	1,73
	0001299898148	11	000000098325482		28/11/2002	11	000000098879871			0	2,89
JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA	000338000880	11	000000081122373		28/12/2001	11	000000098879871			0	1,70
JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA										1	2
TOTAL GERAL										0	8

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Medida é exercício de demagogia fiscal”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 8 de março do corrente.

A matéria destaca que o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirmou que a Medida Provisória que pretende estimular a contratação com carteira assinada de empregadas domésticas não alcança esse objetivo, beneficia gratuitamente o segmento de maior renda no Brasil e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. A matéria traz os argumentos do ex-secretário para ratificar a sua afirmação.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento e, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

‘Medida é exercício de demagogia fiscal’

Para Everardo Maciel, MP vai beneficiar segmento de maior renda no País

Ribamar Oliveira

BRASÍLIA

A medida provisória que pretende estimular a contratação com carteira assinada de empregadas domésticas não alcança esse objetivo, beneficia gratuitamente o segmento de maior renda no Brasil e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. A opinião é do ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. Para ele, “a medida é um exercício de demagogia fiscal”.

Everardo lembrou que, no Brasil, cerca de 62% dos contribuintes pessoas físicas optam

pela declaração simplificada do Imposto de Renda.

Como somente pouco mais de 6% da população economicamente ativa (PEA) paga imposto no Brasil, segundo o ex-secretário, uma parcela muito pequena dos contribuintes poderá exercer o benefício dado pela MP. “Estimo que apenas cerca de 2,3% da PEA poderá exercer esse direito”, disse Everardo.

“Esse é o segmento da população que já contrata suas empregadas domésticas com carteira assinada e paga o INSS”, observou. “As pessoas de menor renda é que não registram as em-

pregadas. Como elas declaram pelo modelo simplificado, não poderão exercer o benefício”, explicou. “Então, a MP não vai alcançar o seu objetivo, que é o

‘Pessoas de menor renda não registram empregadas’

registro em carteira, e o governo está apenas fazendo uma renúncia fiscal gratuita.”

O ex-secretário observou ain-

da que a Lei 9.532 definiu que as pessoas físicas só podem deduzir até 6% do imposto devido. Nesse limite estão as deduções com investimentos em projetos audiovisuais, culturais e com o fundo de amparo à criança. AMP editada por Lula estabeleceu que a renúncia fiscal com o INSS pago às domésticas está fora desse limite. “O limite com a renúncia fiscal foi elevado, portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que terá de ocorrer uma compensação com o corte de gastos.” ●

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Indústria duvida”, de autoria da jornalista Miriam Leitão e publicada na coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo** em sua edição de 17 de fevereiro do corrente.

PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Indústria duvida

• A CNI discorda dos cálculos do IBGE que mostraram um crescimento forte da indústria no mês de dezembro. Os técnicos da Confederação Nacional da Indústria recalcularam os dados do IBGE usando outra metodologia e, em vez de um crescimento de 2,3% em dezembro, o resultado deu zero. Em vez de um salto de 17,6% na produção de bens de consumo duráveis, o resultado foi de apenas 2,1%.

O documento que a CNI vai divulgar hoje mostra que a notícia que animou todo mundo pode ser boa demais para ser verdade. “Com números tão promissores, crie-se a expectativa de que o processo de recuperação da atividade industrial já se iniciou. A CNI, porém, não compartilha dessa expectativa.”

Há dois problemas nestes dados do IBGE segundo os técnicos da indústria: no último mês de dezembro, houve dois dias a mais do que normalmente porque Natal e Ano-Novo caíram no fim de semana. O outro problema é o método utilizado de dessazonalização.

Dessazonalizar é necessário para igualar os meses e poder compará-los. Cada mês, por inúmeras razões, é diferente do outro. Por isso, os estatísticos usam métodos para neutralizar estes efeitos que o calendário cria. CNI e IBGE utilizam técnicas diferentes. O IBGE usa o X12, mais usado nos Estados Unidos, e a CNI, o tramo-seats, mais usado na Europa. Até aí, tudo bem, cada um escolheu seu “pacote”, como eles dizem, mas a questão é que a CNI acha que o IBGE usa uma série longa demais, que vem desde 1991. De lá para cá, a economia brasileira mudou

radicalmente, a indústria tem outra sazonalidade de produção e até o mundo adotou novas formas gerenciais, que alteram completamente a forma e a época de produzir. Neste ponto, os técnicos do IBGE e da CNI que ouvi ontem dizem coisas opostas.

— A recomendação da OCDE é que sejam desprezados dados muito antigos porque eles podem distorcer os resultados. Por isso, trabalhamos com uma série de 1996 a 2005, de 10 anos. O IBGE trabalha com dados de 1991. De lá para cá, houve a abertura, a estabilização e o *just in time*. Na época da inflação alta, as empresas mantinham altos estoques com medo do aumento de preços — diz Paulo Mol Júnior, da CNI.

— A recomendação internacional é que se use a série mais longa possível. Tanto que, quando fazemos a dessazonalização, o modelo pede mais dados quando usamos séries curtas — afirma Isabela Nunes, do setor de indústria do IBGE.

Mas, de fato, o Brasil mudou muito. Produzir temendo reajustes de preços dos fornecedores e acumulando estoques para se proteger dos planos econômicos; produzir para um país onde não havia a competição do

Segundo a jornalista Miriam Leitão, a Confederação Nacional da Indústria – CNI contestou os cálculos do IBGE que mostraram um crescimento forte da indústria no mês de dezembro de 2005. Para a CNI, em vez de um salto de 17,6% na produção de bens de consumo duráveis, o resultado foi de apenas 2,1%.

Ainda segundo a jornalista, “Seja qual for a verdade, o fato é que os cálculos da CNI contam uma história bem diferente da que foi contada pelo resultado a que chegou o IBGE”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

produto importado; produzir num tempo em que não existia comunicação on-line entre indústria e comércio era muito diferente do que produzir hoje.

A CNI comparou o padrão de produção mensal de 91 a 95 e de 2001 a 2005 e constatou uma grande diferença. Antes, o pico da produção era mais cedo, de julho a outubro, sendo que o mês mais forte era agosto. Agora, o pico é de agosto a novembro, sendo outubro o mês mais forte. Faz sentido por um motivo: naquela época, ter o produto estocado era ter ativo; hoje, é um custo enorme por causa dos juros altos.

Isabela Nunes admite essas mudanças na economia, mas insiste em que, trabalhar com uma série mais longa, é melhor. Argumenta, ainda, que também os dados da CNI mostraram que este dezembro foi mais forte que outros dezembros.

A CNI lembra que o último dezembro teve 22 dias e não 20, como normalmente. A produção industrial é sempre mais fraca no último mês do ano. Este dezembro, caiu

6,5% em relação a novembro. O número divulgado foi de 2,3% de crescimento porque os dados foram submetidos aos cálculos para tirar o efeito sazonal. Mesmo esta queda nos dados brutos é bem menor que a de anos anteriores: nos últimos 10 anos, a queda média foi de 10,9%.

“Como essa situação foge à normalidade, os fatores sazonais podem não se adequar ao calendário atípico e interpretar como crescimento do ritmo de atividade industrial o que foi apenas um aumento excepcional do número de dias úteis em dezembro”, diz o documento da CNI.

O IBGE, de vez em quando, é criticado pelo governo quando divulga dados ruins. A novidade agora é que ele está sendo contestado quando um dado é bom, e é contestado por quem produz, que não se reconhece no dado divulgado pelo IBGE. Seja qual for a verdade, o fato é que os cálculos da CNI contam uma história bem diferente da que foi contada pelo resultado a que chegou o IBGE.

SETORES	Dessazonalização CNI		Dessazonalização IBGE	
	dez 05/ nov 05	4º tri 05/ 3º tri 05	dez 05/ nov 05	4º tri 05/ 3º tri 05
Indústria geral	0,0%	0,1%	2,3%	0,9%
Indústria extrativa	- 0,2%	1,7%	0,0%	0,9%
Indústria de transformação	0,2%	0,7%	2,2%	0,9%
Bens de capital	- 1,3%	2,0%	5,8%	2,2%
Bens intermediários	- 0,6%	- 0,1%	1,2%	0,3%
Bens de consumo duráveis	2,1%	- 0,3%	17,6%	0,1%
Consumo semi e não-duráveis	- 0,1%	- 0,2%	3,5%	0,8%

Fonte: IBGE. Elaboração: CNI.

• **ENQUANTO** o Rio vive seus dias de Bagdá, o dono desta sesmaria circula o Brasil defendendo sua candidatura.

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br

COM DÉBORA THOMÉ

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Empresário diz na CPI que PT exigia propina em Santo André”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 22 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que o empresário João Antonio Setti Braga afirmou, em depoimento à CPI dos Bingos, que os donos de empresas de ônibus que operavam em Santo André na gestão do prefeito Celso Daniel eram obrigados a pagar propina ao então secretário de Administração, Klinger Luiz de Oliveira.

Segundo o empresário, “A propina mensal, que classifico de uma autêntica extorsão, era considerada como um custo político para a gente trabalhar sossegado”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Empresário diz na CPI que PT exigia propina em Santo André

Segundo ele, companhia de ônibus pagava mais de R\$ 50 mil mensais

Rosa Costa
BRASÍLIA

Em depoimento à CPI dos Bingos, o empresário João Antonio Setti Braga disse ontem que os donos de empresas de ônibus que operavam em Santo André na gestão do prefeito Celso Daniel eram obrigados a pagar propina ao então secretário de Administração, Klinger Luiz de Oliveira. Ele afirmou que no período em que foi um dos seis sócios da Expresso Nova Santo André, de julho de 1997 a abril de 2000, a empresa era obrigada a contribuir com mais da metade dos R\$ 100 mil que eram entregues pelas concessionárias a Klinger por intermédio de outro cotista, o empresário Ronan Maria Pinto.

“A propina mensal, que classifico de uma autêntica extorsão, era considerada como um custo político para a gente trabalhar sossegado”, declarou o empresário. Quanto aos R\$100 mil, disse ter sido avisado que era o sistema da cidade. “As outras empresas tinham também de fazer este caixa.”

Por meio dos advogados, Klinger e Ronan negam que havia esquema de propina.

Braga disse que se desfez de suas cotas, correspondentes a 25% do total da sociedade, pelo valor de R\$ 1 depois que Klinger passou a retaliar a empresa, cortando mais da metade das linhas em que operava.

“O que a empresa valia, ela devia. Pulverizei as cotas e re-

solvi sair do negócio. Como nossa empresa era familiar, minha irmã queria doar as cotas aos pobres. Ela dizia que com ‘este pessoal, eu não fico mais’”, disse. Segundo o empresário, a retaliação começou quando ele e outro cotista, Luiz Alberto Gabrilli, pediram uma auditoria na Nova Santo André.

Braga disse que tentou falar com Celso Daniel, de quem tinha sido colega no ginásio, mas não conseguia nem por telefone. “Ele estava blindado. Tentei

na prefeitura e por amigos, mas Celso ficava pouco em Santo André e um dos que tinham carta branca para agir era o Klinger.” Suas informações sobre a extorsão confirmam o que já foi revelado à comissão pelas irmãs Mara e Rosângela Gabrilli, que denunciou o esquema ao Ministério Público seis dias depois do assassinato de Celso Daniel, em janeiro de 2002.

INVESTIGAÇÕES
O Departamento de Homicí-

dios e Proteção à Pessoa (DHPP) descartou ontem que o assassinato do agente funerário Iram Moraes Redua – que tirou o corpo de Celso Daniel do local do crime – tenha ligação com a morte do prefeito.

A Polícia Civil concluiu que ele foi assassinado a mando de Fábio Hervalha Schunck, dono de uma agência funerária rival, por divergências nos negócios. ●

COLABOROU: RICARDO BRANDT

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “EUA vai enviar dados de conta de Duda à CPI”, publicada no jornal **O Globo** em sua edição de 24 de fevereiro do corrente ano.

A matéria mostra que a Justiça americana concordou em repassar para a CPMI dos Correios os documentos de toda a movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça no exterior. Os membros da CPMI acreditam que o publicitário não informou à Comissão que há mais dinheiro e outras contas em paraísos fiscais.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

O GLOBO

EUA vai enviar dados de conta de Duda à CPI

Deputados poderão consultar os documentos no Ministério da Justiça e divulgar apenas no relatório final

Maria Lima

DUDA: documentos são da Dusseldorf, conta na qual admitiu ter recebido recursos de campanha no exterior

• BRASÍLIA. A Justiça americana concordou ontem em repassar para a CPI dos Correios os documentos de toda a movimentação bancária do publicitário Duda Mendonça no exterior relativas à conta offshore Dusseldorf. O publicitário pode ter de dar um novo depoimento na CPI antes que ela seja concluída na segunda quinzena de março.

A liberação foi negociada por quase três meses entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, a Promotoria Distrital de Nova York e a CPI dos Correios. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) e os deputados Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ) — que foram aos Estados Unidos negociar a liberação do sigilo bancário de Duda — esperam que os dados não se limitem à Dusseldorf.

Dados poderão constar do relatório final da CPI

A CPI quer ter acesso também a possíveis movimentações financeiras de outras pessoas ligadas ao publicitário, como a mulher, a filha e a sócia Zilmir Fernandes. Duda confessou ao depor na CPI que depositou na

Ihões que recebeu de campanhas eleitorais do PT.

Ontem, a secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, assinou nota conjunta com o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-SP), comunicando que Serraglio, Paes e Rands poderão consultar os documentos na sede da Divisão de Recuperação Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça.

Os deputados não podem levar os documentos para a CPI. Mas poderão copiar e divulgar para a imprensa os dados que forem incluídos no relatório final, que será público.

O deputado Sílvio Torres (PSDB-SP) elogiou a decisão, mais importantes da CPI.

A senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) disse que é preciso analisar os documentos com ética e rigor técnico.

— Como falta muita documentação a ser aprofundada, precisaremos de mais tempo para concluir a CPI. ■

Bingos: presidente de CPI quer prorrogação

Oposição apóia e PT reage

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), admitiu ontem que poderá pedir nova prorrogação dos trabalhos da comissão, prevista para acabar em 25 de abril. A justificativa é a dificuldade da CPI de ter acesso a sigilo bancário, telefônico e fiscal já quebrado para a conclusão do relatório final. Nos bastidores, a prorrogação é vista como estratégia da oposição para deixar o governo Lula na defensiva até o início do período eleitoral, além de garantir um bom balanço para PSDB e PFL.

Depois do carnaval, Efraim pretende fazer um apelo ao ministro do STF César Peluso para que reveja as liminares contra quebras de sigilos do presidente do Sebrae e amigo do presidente Lula, Paulo Okamoto, e do empresário que teria participado do transporte dos dólares cubanos, Roberto Carlos Kurzweil. Ele admitiu que a CPI também estaria enfrentando problemas com o Banco Central e a Anatel.

Efraim acha que poderá recolher as 27 assinaturas necessárias para garantir o pedido, mas disse que pretende consultar o plenário da comissão:

— Ao contrário do presidente Lula, a oposição não faz política 365 dias por ano.

O presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, ironizou.

— A oposição quer prorrogar a CPI até o fim do mundo — disse, numa referência ao apelido da comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene a realizar-se amanhã, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 915, de 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 915, de 2005, do Senador Alvaro Dias, que requer seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de investigar os contratos daquele Banco com empresas no exterior.

2

REQUERIMENTO Nº 40, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 2006, do Senador Eduardo Siqueira Campos, que requer seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria nos recursos da CIDE aplicados no Estado de Tocantins.

3

REQUERIMENTO Nº 203, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 2006, do Senador Alvaro Dias, que requer que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal, através do DNIT, com relação à execução de obras sem contratos no Estado do Paraná e em Minas Gerais.

4

REQUERIMENTO Nº 210, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre a obra do Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigida pelo Sr. Julier Sebastião da Silva.

5

REQUERIMENTO Nº 211, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre o Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigido pelo Sr. Julier Sebastião da Silva, a respeito de publicação de revista autopromocional relativa à inauguração do Fórum 8 de abril, na cidade de Cuiabá.

6

REQUERIMENTO Nº 213, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 2006, do Senador Jonas Pinheiro, que requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal por intermédio do DNIT, com relação a execução de obras no Estado de Mato Grosso.

7

REQUERIMENTO Nº 217, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no exterior, no período de 1994 a 2002.

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que *altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de*

Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de

26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá

Prazo final: 28.4.2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda I-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

- da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006**
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

13**REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB
– ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 7 minutos.)

Ata 13ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Efraim Morais, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi,
Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Mão Santa e da Sra. Heloísa Helena

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/3/2006 07:42:09 até 9/3/2006 21:12:18

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGLIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X
Bloco-PL	TO	JOÃO BATISTA		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYSLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X


Compareceram: 70 Senadores

Brasília, 9 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que nesta data estive presente à Sessão do Senado Federal e deixei de registrar a minha presença.

Atenciosamente,



Senador JOSÉ SARNEY

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(12:39) A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Shessarenko, que com brilho preside a nossa sessão solene em homenagem às mulheres do Brasil e, por que não dizer, do mundo; Sra. Mayada Bamie, Embaixadora da Palestina; Sra. Maria Laura, Ministra Adjunta da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres; e, em especial, Sra. Verônica Calheiros, esposa do Presidente do Congresso Nacional, que abriu esta sessão mas precisou se ausentar por razões de força maior — S.Exa. quis marcar sua ausência com a presença da esposa, Sra. Verônica. . .

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006

Acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 50-A. No fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Justificação

É muito comum, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua – como por exemplo os serviços de TV a cabo e os de acesso à rede mundial de computadores (internet) –, que os fornecedores promovam ofertas com condições bastante vantajosas para atrair novos clientes.

Disso resulta, muitas vezes, que os fornecedores contratam o fornecimento de bens ou serviços com novos clientes a preços inferiores aos cobrados dos clientes mais antigos, situação que vai de encontro aos princípios norteadores das relações de consumo estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Nos termos do art. 6º do CDC, um dos direitos básicos do consumidor é “a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas” (inciso V).

Ora, se o fornecedor pode oferecer os novos clientes os mesmos bens e serviços que fornece a seus clientes com condições mais favoráveis do que as previstas nos contratos em vigor, especialmente

no que diz respeito ao preço, é razoável presumir que as condições estabelecidas nos contratos em vigor tenham se tornado excessivamente onerosas, motivo pelo qual os clientes mais antigos devem ter o direito de optar pelo mesmo tratamento constante da oferta para novos clientes, com repactuação das cláusulas contratuais.

Ademais, se alguma vantagem especial há de ser concedida pelo fornecedor a seus clientes, seria mais coerente privilegiar o cliente mais antigo do que o novo, assim como ocorre em diversos outros tipos de contrato, em que o tempo de contratação confere ao consumidor certas regalias.

Em vista dos motivos expostos, acreditamos que a proposição que ora apresentamos contribui para o aperfeiçoamento da legislação consumerista, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46 DE 2006

Acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 17.

Parágrafo único. O detentor da guarda ou posse de fato da criança e do adolescente poderá, mediante breve justificação, requerer ao Juízo competente, em caráter cautelar satisfativo:

I – as medidas necessárias para assegurar a integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente;

II – a proibição de determinada pessoa se aproximar de criança ou adolescente a menos de certa distância, fixada em cada caso. (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigor acrescida do seguinte art. 231-A:

Art. 231-A. Expor, por meio da aproximação pessoal, a integridade física, psíquica e moral de criança ou adolescente a perigo direto e iminente, em descumprimento a decisão judicial:

Pena – detenção de seis meses a três anos, e multa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O respeito à dignidade e à integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente tem lastro nos direitos fundamentais. Todavia, da letra à prática, faltam disposições que viabilizem as normas.

De fato, é resistente a dúvida a respeito de como proceder judicialmente nas hipóteses em que a criança ou o adolescente é assediado por pedófilos ou por traficantes, pois, apesar das garantias constitucionais e legais, não se dispõe de meio prático, efetivo e célere que impeça as aproximações nocivas.

A presente medida, endereçada ao art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, será encartada no Capítulo II, do Título II, que contempla o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade da criança e do

adolescente, e conferirá àquele estatuto meio simples e direto para que o responsável pelo jovem aja no sentido de impedir a aproximação de companhias nocivas.

Em termos processuais, busca-se a adoção de um procedimento de natureza sumária, voltado ao provimento judicial que iniba as aproximações nocivas. Em reforço à medida, acrescenta-se um novo artigo ao capítulo referente aos crimes, tipificando a conduta daquele que desobedece a ordem judicial de não se aproximar da criança ou do adolescente, colocando em perigo a integridade física, psíquica e moral dessas pessoas.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 231. Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada:

Pena – detenção de seis meses a dois anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2006

Autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (SEABE), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Secretaria de Apoio aos Brasileiros no Exterior (SEABE).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O grande número de brasileiros residentes no exterior merece atenção especial por parte do Governo brasileiro. Segundo estimativas, acreditam-se haver três milhões de cidadãos brasileiros vivendo como emigrantes ilegais, em busca de melhores condições de vida para si e para suas famílias.

Somente nos Estados Unidos (EUA), dados apontam para dois milhões de brasileiros. Ainda que não sejam dados absolutamente exatos, a verdade é que os dólares por eles enviados anualmente poderiam superar o valor das exportações do Brasil para aquela nação. Não se trata, portanto, apenas de fator social, mas também e, sobretudo, econômico.

Com efeito, o envio de dólares por emigrantes brasileiros revela-se dado de grande relevância para a economia brasileira, pois, além de representar o sustento e a sobrevivência de milhares de pessoas beneficiárias das remessas, contribui sobremaneira para o Balanço de Pagamentos da Nação.

É notório que o atual Governo do Brasil tem demonstrado real interesse pela causa dos brasileiros que residem no exterior. O Governo Lula já realizou várias ações em benefício dessa causa. No entanto, somente ações políticas eficientes poderão produzir efeitos concretos, aptos a realmente beneficiar a causa dos brasileiros que buscam sobreviver longe da pátria.

É de se acreditar que a criação de uma Secretaria Especial de Apoio aos Brasileiros no Exterior, como quer esta proposta legislativa, corresponde a um passo importante para o aperfeiçoamento das relações humanas, sociais e de negócios ligadas ao fenômeno em pauta. Tal Secretaria estaria vinculada diretamente ao Poder Executivo, com canais políticos com o Poder Legislativo e outras instituições governamentais, coordenando e articulando as ações dos consulados e demais repartições brasileiras no exterior.

Cumprido salientar que, dentre os importantes assuntos ao encargo da Secretaria pretendida, alguns são de vital importância aos interesses nacionais, a exemplo de:

- remessas de dinheiro do exterior para o Brasil;
- aumento do comércio, viagens, investimentos, turismo e intercâmbios culturais dos brasileiros no exterior com o Brasil;
- criação de propostas de trabalho com os seguintes alvos: implantação de agências ou escritórios da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, e outras instituições bancá-

rias, fora do Brasil, para o apoio, fomento e financiamento de imóveis a curto, médio e longo prazo, para os brasileiros no exterior, além de outras transações bancárias;

- implantação de agências do Sebrae em cidades que possuam grande concentração de brasileiros, para o oferecimento de serviços e apoio ao brasileiro residente no exterior, mas que deseje empreender no Brasil;

- ações diretas junto aos governos dos países onde vivem os brasileiros, com o objetivo de frutificar ações políticas e sociais que beneficiem nossa gente;

- desenvolvimento de ações políticas junto aos consulados, embaixadas, governos, entidades governamentais e Organizações não-Governamentais (ONG), com o objetivo de discutir e implantar propostas de interesse dos emigrantes;

- auxílio jurídico para a legalização e aquisição de documentos, defesa da integridade física, da liberdade e do patrimônio dos cidadãos brasileiros no exterior.

Por todo exposto, cremos tratar-se de iniciativa inadiável a ser tomada por um governo cidadão, que busca sempre ir ao encontro dos grandes anseios populares. Não resta dúvida de que a secretaria proposta auxiliará em muito o Poder Executivo na consecução de sua missão fundamental: a tutela do bem comum.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesas Nacionais, cabendo à última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, voto de solidariedade à juíza Duília Reis da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia. A Doutora Duília Reis vem recebendo ameaças que, segundo informa a imprensa, são feitas por madeireiros contrariados pelo fato da juíza estar fazendo cumprir a Lei nº 9.605, de 1998, que trata de crimes ambientais.

Justificação

É inaceitável que magistrados, no exercício de suas atividades, ao fazer cumprir as normas legais, sejam ameaçados por empresários do setor madeireiro do Estado de Rondônia que militam na ilegalidade renitente.

Importante ressaltar que os madeireiros do Município de Ariquemes foram alertados de que não poderiam continuar burlando a legislação. A própria juíza afirma para o sítio Carta Maior que “fizemos uma reunião com o setor madeireiro e explicamos que vamos cumprir a lei, que determina a perda do carregamento e do caminhão pego com madeira ilegal. Nos oito anos de sua existência [da lei], procuramos possibilitar a adaptação do setor madeireiro às normas legais, mas 90 entre 100 caminhões autuados são reincidentes. Por isso reunimos o setor na última terça (7) e avisamos que a lei será aplicada. Alguns dias antes, caminhões apreendidos foram soltos em seguida e passaram caçoando na frente do Ibama. O protesto do setor agora pode ser interpretado como uma afirmação do tipo: ‘eu pratico um crime, vou continuar praticando e ninguém vai impedir’”. Isso, evidentemente, não é tolerável em nosso Estado Democrático de Direito.

Por isso, Senhores Senadores, este requerimento objetiva parabenizar o trabalho sério da Comarca de Ariquemes, mais principalmente apresentar a solidariedade do Senado Federal com o trabalho sério e corajoso da juíza Duília Reis.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Sibá Machado**.

REQUERIMENTO Nº 249, de 2006

Requer voto de solidariedade, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher à pesquisadora Isabel Gonçalves, que viu seu trabalho de pesquisa genérica na Aracruz destruído pelo vandalismo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de solidariedade à pesquisadora Isabel Gonçalves, que viu seu trabalho de pesquisa genética com eucaliptos, no Rio Grande do Sul, destruído pelo vandalismo praticado ontem, dia 8 de março de 2006, por um grupo da chamada Via Campesina, braço do chamado Movimento dos Sem Tem – MST.

Requeiro, ainda, que o voto de solidariedade seja levado ao conhecimento da pesquisadora, da direção

Aracruz Celulose e ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Justificação

O Brasil amanheceu hoje sob o impacto de mais um brutal ato de vandalismo, praticado por um grupo da chamada Via Campesina, braço feminino do chamado MST, movimento clandestino que conta com a simpatia do Presidente Lula (que se exibiu para fotografias com o boné do MST). As cenas mostradas pelo **Jornal Nacional** (8-3-06) por si só dizem tudo. Justo na data em que se comemorava o Dia Internacional da Mulher o grupo invadiu as instalações da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, destruindo com fúria tudo que viam pela frente, inclusive, o mais lamentável, o laboratório de pesquisas da empresa. Ali estavam depositados estudos e pesquisas genéticas sobre a produtividade do eucalipto, levadas a cabo ao longo de 20 anos de trabalho e dedicação da pesquisadora Isabel Gonçalves. Sua reação foi de pranto: o que foi destruído pela insanidade é irrecuperável.

Repugnamos ações como essas que extrapolam os limites do bom-senso e atingem não apenas o patrimônio empresarial, mas, também, o trabalho e o zelo de estudiosos e pesquisadores. Em nome de quê fizeram isso? De uma coisa ninguém duvida: cenas como as de ontem só ocorrem pela leniência com que o Presidente Lula trata movimentos clandestinos, em nome de um pretenso projeto de poder. O poder pela violência.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 250, DE 2006

Requer voto de repúdio à chamada Via Campesina, que ontem dia 8 de março de 2006, praticou ato de vandalismo com a invasão de instalações de empresa legalmente constituída, destruindo tudo, inclusive o laboratório de pesquisa genérica e, com ele, pesquisas de 20 anos.

Requeiro, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio à chamada Via Campesina, movimento ligado ao chamado MST, pelos atos de vandalismo praticados contra a Aracruz Celulose, do Rio Grande do Sul, destruindo, além de outras instalações, o laboratório de pesquisas genéticas, onde estavam depositados estudos de 20 anos sobre produtividade do eucalipto.

Requeiro, ademais, que esta moção seja levada ao conhecimento da Aracruz Celulose e ao Governador do Rio Grande do Sul.

Justificação

O Brasil ficou estupefato ontem à noite, ao tomar conhecimento dos atos de vandalismo que um movimento ligado ao MST, denominado Via Campesina, praticou contra uma empresa legalmente constituída no País. Ali, além de depredar todas as instalações, a Via Campesina desferiu a mesma fúria no laboratório de pesquisas da empresa. Nele estavam depositados estudos e pesquisas de 20 anos de trabalho, levados a cabo pela pesquisadora Isabel Gonçalves. A destruição do laboratório e um atentado à pesquisa científica e tecnológica do País. A indignada reação dos brasileiros diante do ocorrido ontem no Rio Grande do Sul é um retrato do pensamento no Brasil de hoje. Já está se tornando difícil até trabalhar legalmente no País o que se deve em grande parte a omissão e ao apreço do Governo atual, que afaga movimentos clandestinos, ignora ações desse tipo e, enquanto isso, preferir o Presidente flunar pelo mundo e andar de carruagem. O voto de repúdio justifica-se, pois.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nos termos do art. 222, §1º, do Regimento Interno, os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Presidência recebeu o **Relatório Final nº 1, de 2006**, com a conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária criada nos termos dos **Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005**, com a finalidade de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão, em 15 de maio de 2005, referente a gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol de conversas com diversos deputados estaduais.

O Relatório Final lido vai à publicação e será encaminhado às autoridades competentes.

É o seguinte o relatório recebido:

RELATÓRIO FINAL Nº 1, DE 2006

Da Comissão Temporária, criada nos termos dos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, com a finalidade de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico”, exibido pela rede Globo de Televisão, em 15 de maio de 2005, referente a gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol de conversas com diversos deputados estaduais.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pág.
Requerimento nº 535, de 2005, de criação da Comissão...	
Requerimento nº 536, de 2005, em aditamento ao Requerimento nº 535, de 2005 de criação da comissão	
Proporcionalidade Partidária.....	
Folha de tramitação (Sinopse).....	
Ofício nº 102, de 2005, do Presidente da Comissão comunicando encerramento dos trabalhos	
Relatório Final dos trabalhos da comissão	
Composição inicial dos membros da comissão.....	
Composição final dos membros da comissão	
Mapa da publicação de atas	
Ata e notas taquigráficas da 12ª reunião da comissão...	

RELATÓRIO FINAL Nº 1, DE 2006

Da Comissão Temporária, criada nos termos dos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, com a finalidade de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico”, exibido pela rede Globo de Televisão, em 15 de maio de 2005, referente a gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol de conversas com diversos deputados estaduais.

REQUERIMENTO Nº 535, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que seja designada uma comissão temporária externa do Senado Federal com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico” exibido pela rede Globo de Televisão no último domingo, dia 15 de maio de 2005.

Brasília, 17 de maio de 2005. – Senadora **Fátima Cleide**.

Requerimento 536, n.º do 2005

Sr. Cruzante

Aproubo
17.5.2005
[Assinatura]

Em aditamento ao Requerimento
n.º 535, de 2005, requiro que
o número de membros da Comissão
seja 5 membros e igual número de
Suplentes. Sala do Senor, em 17 de maio de 2005

[Assinatura]

Situação Estado de Rondônia			
REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE INTEGRANTES: Titulares			5
	VAGAS	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
Bloco Minoria	29	1,79	2
PMDB	23	1,42	1 <i>DAM</i>
Bloco Governo	23	1,42	1 <i>Fátima</i>
PDT	4	0,25	
P-SOL	2	0,12	
TOTAL	81	5	5
REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE INTEGRANTES: Suplentes			5
	VAGAS	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
Bloco Minoria	29	1,79	2
PMDB	23	1,42	1
Bloco Governo	23	1,42	1
PDT	4	0,25	
P-SOL	2	0,12	
TOTAL	81	5	5
Bloco Governo: PT, PSB, PTB, PL e PPS.			
Bloco da Minoria: PFL e PSDB.			
Atualizado em			
18/05/05			

*Julia
Fátima*

Tramitação de Matérias (Proposições)

Outros números SF RQS 536/2005

Autor Senador – **Fátima Cleide**

Ementa Requer, nos termos regimentais designação de uma Comissão Temporária Externa do Senado Federal com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa “Fantástico” exibido pela Rede Globo de Televisão, dia 15 de maio de 2005, e em aditamento o (Requerimento nº 535/2005) solicita que o número de membros da Comissão seja cinco e igual número de suplentes (Requerimento nº 536/2005).

Observações Prazo Final: 15-12-2005.

ramitações

Inverter ordenação de tramitações

(Data Ascendente)

RQS Nº 535/2005

27-1-2006 SGM – Secretaria Geral da Mesa

Recebido neste órgão, nesta data.

26-1-2006 SGM – Secretaria Geral da Mesa

Encaminhado à SGM.

25-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Anexado às fls. 343 Ofício nº 102/2005 – CExt. – “Rondônia”, datado de – 24-1-2006, que comunica ao Senhor Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, o encerramento dos trabalhos da Comissão no dia 14-12-05.

19-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito Anexado às fls. 70-342. Atas das Reuniões da Comissão, acompanhadas das respectivas Notas Taquigráficas.

19-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Anexado às fls. 66/67 Composição Inicial e Composição Final da Comissão.

18-1-2006 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Anexado às fls.57/65 transcrição das gravações exibidas pela Rede Globo de Televisão.

29-12-2005 SGM – Secretaria Geral da Mesa – Devolvido à SACEI para juntar as atas das reuniões da comissão.

16-12-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Anexado às fls. 14/56 o Relatório Final da Comissão aprovado na 12ª reunião, realizada dia 14 de dezembro de 2005 e encaminhado à SGM.

14-12-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Na presente data foi realizada a 12ª reunião, onde foi lido e aprovado o Relatório – Final da Comissão.

8-11-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito – Nesta data foi realizada a 11ª reunião, onde foi ouvido o Excelentíssimo Senhor Ivo Narciso Cassol – Governador do Estado de Rondônia.

24-8-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do Senado

Juntei, às fls. 13, o OF. GLPMDB nº 316, de 23-8-2005, comunicando o desligamento do Senador Amir Lando, como titular, da Comissão.

24-8-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do Senado

Recebido neste Órgão, nesta data.

24-8-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito

Encaminhado por solicitação à SGM.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito.

Em 28-6-2005, foi designado para secretariar a Comissão o servidor Francisco Naurides Barros,

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito.

Em 28-6-2005, foi realizada a reunião em caráter sigiloso, na cidade de Porto Velho onde foram ouvidas as seguintes pessoas; Doutor Renato Sayão Dias, – Delegado de Polícia Federal que preside o inquérito que investiga a corrupção no Estado, o Doutor Rudson Coutinho da Silva, representante do Ministério Público e o Doutor Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado, a Comissão ainda esteve reunida com o Desembargador Valter de Oliveira, Presidente do – Tribunal de Justiça do Estado.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito.

Em 23-6-2005, foi realizada a reunião destinada a ouvir os Deputados do Estado de Rondônia Bento do Trento; Everton Leone; Neodi de Oliveira; Marcos Donadon e o senhor Expedito Júnior.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Em 21-6-2005, foi realizada a reunião destinada a ouvir as fitas, Mídia Digital (CD) encaminhadas pela Polícia Federal de Rondônia que foram apreendidas na residência do Governador Ivo Cassol. Foi designada uma Subcomissão para analisar a documentação que deverá chegar para a Comissão, composta pelas seguintes pessoas; Doutor Tito Souza do Amaral, representando o Senador Demóstenes Torres; Maraemide Paraguassu de Oliveira, representando a Senadora Fátima Cleide; Erlando Alves da Melo; representando o Senador Sibá Machado e o senhor Francisco Eugenio Machado Arcanjo Consultor Legislativo do Senado Federal.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Em 16-6-2005, foi realizada a 6ª reunião destinada a ouvir os senhores Deputados do Estado de Rondônia Carlão de Oliveira, Marcos Donadon, Edison Gazoni e Chico Doido.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Em 15-6-2005, foi realizada a 5ª reunião destinada ouvir os senhores Deputados do Estado de Rondônia, Edézio Martelli, Chico Paraíba, Kaká Mendonça, João Batista dos Santos e Amarildo de Almeida.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito. Em 14-6-2005, foi realizada a 48 reunião destinada a ouvir os senhores Deputados – do Estado de Rondônia, Edézio Martelli, Ronilton Capixaba, Leudo Buriti, Ellen – Ruth, Emilio Paulista e Daniel Neri.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito. Em – 7-6-2005, foi realizada a 38 reunião para às oitivas dos Deputados do Estado de Rondônia, Carlão de Oliveira, Ronilton Capixaba, Daniel Neri e João da Muleta.

30-061– 2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito. Em – 1º-6-2005, foi realizada a 2ª reunião em caráter administrativo para elaborar o roteiro de trabalho, ficando acordado que deverão ser convidados a prestar depoimentos perante a comissão os Deputados de Rondônia envolvidos na denúncia feita pelo programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, bem como o Governador daquele Estado senhor Ivo Cassol, ainda ficou acordado que sejam requisitadas cópias das fitas da Rede Globo e também cópias de toda documentação existente sobre o fato junto a Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito.

Em – 1º – 6-2005, foi realizada a 1ª reunião de instalação da Comissão, sendo eleitos – Presidente o Senador Sibá Machado e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho e – foi designado para ser o Relator o Senador Demóstenes Torres.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. De Inquérito.

Em – 1º – 6-2005, foi designado para secretariar a Comissão o servidor Wanderley – Rabelo da Silva.

30-6-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário – 15:34 – A Presidência em resposta à solicitação do Senador Sibá Machado, no sentido de que a Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, funcione no período de 1º a 31 de julho, a Presidência informa que poderá funcionar até o dia em que for aprovado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. À SACEI. Publicação em – 1º – 7 – 2005 no DSF Página(s): 21560 (Ver diário)

30-6-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do Senado – Encaminhado ao Plenário.

30-6-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito Encaminhado nesta data à SSCLSF, a pedido

31-05-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário Leitura do Ofício nº 287/2005-GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Delcídio Amaral, no qual indica o Senador Sibá Machado como titular e a Senadora Fátima Cleide como suplente, alterando, dessa forma, a composição anterior da presente Comissão. À SACEI. – Publicação em – 1º -6-2005 no DSF Página(s): 16644 (Ver diário)

31-5-2005 SSCLSF – Subsec. Coordenação Legislativa do – Senado – Encaminhado ao Plenário.

31105/2005 SGM – Secretaria Geral da Mesa – Recebido neste Órgão, nesta data.

31-5-2005 SACEI – Serviço Apoio Com. Esp. Parl. de Inquérito a pedido.

18-5-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário – A Presidência designa os seguintes Senadores para comporem a presente Comissão – Especial Temporária. Titulares: Bloco Parlamentar da Minoria – Demóstenes Torres – e Arthur Virgílio: PMDB – Amir Lando; Bloco de Apoio ao Governo – Fátima – Cleide, PDT/PSOL – Augusto Botelho. Suplentes: Bloco Parlamentar da Minoria – – Romeu Tuma e Magno Malta (por cessão); PMDB – João Alberto Souza; Bloco de – Apoio ao Governo – Sibá Machado; PDT/PSOL – Heloísa Helena. A SACEI.

18-5-2005 SGM – Secretaria Geral da Mesa – Encaminhado ao Plenário.

17-5-2005 ATA-PLEN – Subsecretaria de Ata – Plenário – Lido e aprovado o RQS 535/2005, da Senadora Fátima Cleide em que solicita a criação de Comissão com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia com relação aos fatos divulgados pelo programa Fantástico da Rede Globo. Posteriormente é lido e aprovado o RQS 536/2005, em aditamento ao RQS 535/2005, solicitando que o número de membros da referida Comissão seja de cinco membros e igual número de suplentes. Ao Pleg, com destino à Secretaria-Geral da Mesa. – Publicação em 18-5-2005 no DSF Página(s): 15101 – 15102 (Ver diário) Publicação em 18-5-2005 no DSF Página(s): 15105 – 15106 (Ver diário)

17-5-2005 PLEG – Protocolo Legislativo – Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas. À SGM.

Subsecretaria de Apoio as Comissões Especiais e – Parlamentares de Inquérito

Ofício Nº 0102/2005 – Cext – Rondônia

Brasília, 24 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial Externa Criada Pelos Requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de – autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão encerrou seus trabalhos no dia 15 de dezembro de 2005 e, na presente data, encaminho o processado para as providências que se fizerem necessárias.

Na oportunidade apresento minhas sinceras considerações. – Senador **Sibá Machado**, Presidente da Comissão.

RELATÓRIO FINAL Nº 1 DE 2006**Membros Titulares:**

Senador Sibá Machado (PT – AC) – Presidente
 Senador Augusto Botelho (PDT – RR) – Vice-Presidente
 Senador Demóstenes Torres (PFL – GO) – Relator
 Senador Arthur Virgílio (PSDB – AM)

Suplentes:

Senador Romeu Tuma (PFL – SP)
 Senador Magno Malta (PL – ES)
 Senador João Alberto de Souza (PMDB – MA)
 Senadora Fátima Cleide (PT – RO)
 Senadora Heloísa Helena (PSOL – AL)

Agradecimentos:**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**

Desembargador Sansão Batista Saldanha

Ministério Público do Estado de Rondônia

Promotor de Justiça Dr. Rudson Coutinho

Superintendência da Polícia Federal em Rondônia

Delegado Dr. Joaquim Mesquita

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Rondônia

Presidente Dr. Orestes Muniz

Secretaria de Comissões Especiais do Senado Federal

Secretário Francisco Naurides de Barros

Assessores de Gabinetes do Senado Federal

Erlando Alves da Silva Melo
 Tânia Maria de Oliveira

Consultor Legislativo do Senado Federal

Francisco Eugênio Machado Arcanjo

SUMÁRIO**Apresentação**

1. Introdução.....	
2. Histórico.....	
3. Antecedentes em Rondônia	
4. Fatos relacionados À Assembléia legislativa	
4.1. Delitos constantes nas fitas gravadas – pelo Governador Ivo Cassol	
4.1.1. Apuração da Comissão Especial – da Assembléia Legislativa	
4.1.2. Julgamento da Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar	
4.2. Delitos nos contratos – de serviços e obras	
4.3. Delitos nas folhas salariais	
5. Recomendações.....	

Anexos

(esta constituição e maneira de vida) é chamada democracia porque é administrada para muitos e não para poucos. Nela a lei assegura a mesma justiça para todos em suas disputas privadas, mas o requisito de excelência também é reconhecido (...) Nossos cidadãos comuns, embora ocupados com seus negócios, são bons juizes dos assuntos públicos. Somos os únicos a considerar um homem que não se interessa pelas questões públicas não um personagem inofensivo, e sim um inútil.

Péricles, por Tucídides, em A Guerra do Peloponeso

O que essas palavras deixam claro é que a prosa da participação regular na conduta nos negócios públicos não exclui, e sim favorece, a busca individual de padrões de excelência nas várias formas do agir e do fazer. Dito de outro modo: a democracia, solução ótima (...) do problema do poder, ainda consegue ser também o regime político mais propício à elevação do caráter. (...) Modo e garantia da liberdade, ela pode ser igualmente o seu prêmio: aquilo que a aproxima do ideal de nobreza da vida humana.

José Guilherme Merquior, em A Natureza do Processo**APRESENTAÇÃO**

Nos dias 15, 22 e 29 de maio de 2005, a Rede Globo de Televisão veiculou, no programa dominical “Fantástico”, gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol em sua residência de conversas com diversos deputados estaduais. As fitas divulgadas envolveram os nomes de 12 parlamentares. Os diálogos mostravam o Governador Ivo Cassol em negociações para pagamento de propina a um grupo de 10 parlamentares em troca de apoio político. Os deputados Ellen Ruth e Ronilton Capixaba falam em 50 mil reais por mês e em um acerto que passaria pelo superfaturamento em postos terceirizados de vigilância.

Em outro diálogo, o Deputado Amarildo Almeida pede apoio em uma licitação e o Deputado Emílio Paulista diz ao governador que governos passados faziam o mesmo, ou seja, ajudavam financeiramente parlamentares em troca de apoio político.

Uma terceira veiculação mostrou um assessor do Deputado Edson Gazoni, José Ailton Magalhães, que responde a processo por estelionato em Goiás, relatando o envolvimento de seu chefe num esquema de cheques nominais emitidos pelo gabinete. Confessou que descontava cheques emitidos a fornecedores, e que uma vez se deslocou em um veículo portando a quantia de 500 mil reais.

Ante esses graves fatos, no dia 17 de maio de 2005, com base no Regimento Interno do Senado Federal e nos Requerimentos nºs 535 e 536, de autoria da

Senadora Fátima Cleide, foi criada a Comissão Especial Externa do Senado Federal “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”, doravante denominada Comissão Externa para Rondônia.

A finalidade da Comissão foi, portanto, acompanhar os episódios e as investigações subseqüentes envolvendo as denúncias de corrupção na Assembléia Legislativa levantadas pelo Governador do Estado de Rondônia.

Há indícios de que a corrupção acontecia nos governos anteriores. Porém, tendo em vista o requerimento aprovado, o objeto dessa Comissão se circunscreve aos episódios atuais da corrupção em Rondônia envolvendo o Poder Legislativo.

A Comissão foi instalada no dia 1º de junho de 2005, com a seguinte composição e direção:

Titulares

Sibá Machado, Presidente
Augusto Botelho, Vice-presidente
Demóstenes Torres, Relator
Arthur Virgílio
Amir Lando

Suplentes

Romeu Tuma
Magno Malta
João Alberto de Souza
Fátima Cleide
Heloísa Helena

Em 23 de agosto de 2005, em razão de sua vinculação a outros compromissos funcionais, o Senador Amir Lando solicitou desligamento da Comissão Externa para Rondônia.

A figura da Comissão Externa está prevista no Regimento Interno do Senado Federal, nos arts. 71 e seguintes. Ela se extingue após a conclusão de sua missão e da devida comunicação de seu desempenho ao Senado Federal, o que se fará pela entrega do presente Relatório após sua aprovação na Comissão.

A Comissão Externa aprovou em sua primeira reunião o seguinte plano de trabalho:

Roteiro de Trabalho:

1. Depoimentos em Brasília de:

- a) Membros do Legislativo de Rondônia envolvidos;
- b) Governador de Rondônia;
- c) Representantes da sociedade civil de Rondônia;
- d) Autoridades administrativas e policiais; e
- e) Especialistas em direito administrativo e constitucional

2. Audiências públicas em Rondônia, coleta de documentos e oitiva de autoridades

3. Relatório previsto contendo:

- a) Histórico circunstanciado sobre os fatos, descrição e avaliação dos participantes;
- b) Diagnóstico sobre as principais medidas tomadas pelas autoridades competentes; e
- c) Proposição de sugestões de caráter legislativo e político a serem tomadas para o tratamento da questão, com enfoque principalmente no papel que o Poder Legislativo Federal possa desempenhar para sua implementação.

Para o alcance de sua missão a Comissão Externa para Rondônia realizou 11 reuniões, entre administrativas e audiências públicas para as oitivas dos envolvidos, realizou 2 viagens a Porto Velho, em 28 de junho e em 4 de outubro de 2005, com reuniões realizadas naquela cidade na Superintendência da Polícia Federal, na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, no Tribunal de Justiça e na Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

1. Introdução

A Comissão Externa para Rondônia, em seus procedimentos, desenvolveu uma série de atividades que consistiram principalmente em:

- coleta de documento;
- oitiva das pessoas envolvidas;
- visita ao Estado de Rondônia e às principais instituições envolvidas nas investigações.

Estas diligências proporcionaram o acúmulo de elementos que permitiu a formulação de algumas linhas para as atividades da comissão.

A crise de Rondônia tem, comprovadamente, o envolvimento de grande parte dos deputados estaduais, de diversas formas, o que será analisado neste Relatório.

Quanto aos delitos perpetrados pelos deputados estaduais, podem ser classificados, grosso modo, da seguinte forma:

a) **Mensalão** – estopim da crise constante da reportagem realizada pela TV Globo; bem como outras gravações recolhidas pela Polícia Federal que corroboram o acaque de deputados contra o governador.

b) **Fraude da folha de pagamentos** – nomeação de funcionários “fantasmas”, por deputados estaduais, que eram pagos por meio de folha “paralela”, cujos salários eram embolsados pelos parlamentares; nomeações fraudulentas e recebimentos indevidos mesmo por meio da folha oficial e empréstimos consignados forjados. A “folha paralela” foi di-

vidida na investigação da Polícia Federal em dois períodos:

i) a fraude no período posterior a junho de 2004, que era praticada em um **laptop**, fora da Secretaria de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa, por servidores públicos a mando do presidente.

ii) antes dessa data, quando a fraude era praticada nas dependências da Secretaria de Recursos Humanos da Assembléia, também a mando do deputado Carlão de Oliveira.

c) Compras e contratos da Assembléia – são numerosas as compras oficiais feitas sem a observância dos preceitos legais, sem notas fiscais, com valores astronômicos e sem correspondência com os produtos ou serviços adquiridos, entre as quais se destacam:

i) licitações fraudulentas para a reforma do prédio da Assembléia.

ii) aquisição de passagens aéreas com recursos da assembléia para familiares dos deputados para destinos turísticos.

iii) apropriação de cheques, por parte de pessoas de confiança de deputados, que deveriam ser utilizados para pagamento de bens e serviços adquiridos pela Assembléia, que após descontados no banco, seus valores eram entregues aos parlamentares.

d) Evidências de rápido enriquecimento de diversos deputados, com compras de bens luxuosos e imóveis.

e) Ilícitos do Presidente da Assembléia Carmo de Oliveira:

i) compra de votos de deputados para sua eleição à presidência;

ii) desobediência aos princípios legais nas compras de bens e serviços feitas pela Assembléia Legislativa;

iii) enriquecimento sem causa; e

iv) comando na distribuição de recursos a deputados.

Frente a esse calamitoso quadro, as instituições que atuam no Estado de Rondônia adotaram até o momento as seguintes atitudes:

Polícia Federal:

- Realizou a análise e perícia dos documentos e fitas de vídeo apreendidos, concluindo, pelo laudo exarado em 14 de outubro de 2005, que não houve edição nas fitas.

- Instaurou inquéritos policiais para apurar os crimes praticados na Assembléia Legislativa, referidos anteriormente, priorizando aqueles relativos às folhas de pagamento.

- Forneceu e continua fornecendo suporte às investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual.

Ministério Público Estadual:

- Decidiu pela condução da investigação em três grupos de crimes e improbidades administrativas envolvendo membros e servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e pessoas a eles vinculadas: eles vinculadas:

a) O primeiro grupo está centrado no conteúdo das fitas já mencionadas e descortina a aparente exigência de vantagens indevidas por deputados estaduais ao Governador do Estado, a fim de garantir-lhe apoio político. Esses fatos estão sendo investigados pelo Inquérito Civil Público nº 200500/160002646.

b) O segundo grupo de ilicitudes envolve parte considerável dos membros do Parlamento de Rondônia e consiste na existência volumosa de servidores comissionados irregulares na folha de pagamento da Assembléia. Tais servidores, por vezes constam de uma “folha paralela”, mantida à margem de qualquer formalidade, que ultrapassa a cota individual de cada Deputado e, em alguns casos, traz nomes dos chamados servidores fantasmas, cujos vencimentos acabam nas mãos dos deputados envolvidos.

Em outras situações, mesmo servidores da folha de pagamento oficial, são verdadeiros fantasmas, pois foram nomeados sem que eles próprios saibam, e suas remunerações aportam nas mãos dos deputados. E, finalmente, outras vezes ainda, deputados realizam, em seu benefício, empréstimos por consignação em folha de pagamento usando, de fachada, o nome de servidores fantasmas ou mesmo servidores regulares.

Durante a vigência desses empréstimos os vencimentos do respectivo servidor passam a ter significativo e espúrio aumento a fim de exatamente poderem amortizar o valor levantado pelos deputados juntos às instituições de crédito. Estes fatos estão sendo investigados, no âmbito civil, pelo ICP nº 2005001060001359.

c) O terceiro grupo aponta a existência de corrupção, capitaneada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado José Carlos de Oliveira, e por seu irmão Moisés de Oliveira, envolvendo ainda Haroldo Augusto Filho, conhecido por Haroldinho, Marlon Sérgio Lustosa Jungles, cunhado de José Carlos de Oliveira, além de outras pessoas físicas e jurídicas a eles ligadas. Esse terceiro grupo,

cuja investigação vem sendo realizada em pelo menos onze ICP (2005001060004820, 4.849, 4.829, 6.669, 6.667, 6.670, 6.674, 6.716, 6.715, 6.673 e 1.379), está centrado em diversos processos administrativos e contratos firmados para prestação de serviços, construção de obras ou fornecimento de bens à Assembléia Legislativa do Estado, onde há robustas evidências de repasses espúrios realizados pelas contratadas aos réus ligados ao Presidente da Assembléia.

Assembléia Legislativa Estadual

- Instalou Comissão Especial um dia após as denúncias. A Comissão concluiu seus trabalhos em 15 de agosto de 2005 e recomendou a instauração de apuração para perda de mandato por quebra de decoro para 6 (deputados) envolvidos nas gravações (excetuando Emilio Paulista, o único que renunciou ao mandato); e
- Instalou Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar, com a designação do deputado Nereu Klosinsky (PT) para a relatoria. As conclusões serão expostas em item próprio neste relatório.

Da parte da Comissão Externa do Senado Federal, ao longo dos trabalhos, duas alternativas se vislumbravam como uma contribuição para a superação da crise. Uma externa ao Estado, oriunda da União, com base nos instrumentos constitucionais, embora alavancados por interpretação mais extensiva e inovadora, e outra ou outras alternativas, estaduais, com fulcro nas instituições locais.

Tendo em vista as evidências de completo esfacelamento de um dos poderes políticos (o possível comprometimento de 22 dos 24 deputados com a fraude na folha de pagamento), a Comissão houve por bem, em caráter preliminar, estudar a viabilidade de sugerir o pedido de intervenção federal, que será tratado ao final deste Relatório.

Na visita a Rondônia, a Comissão encontrou forte resistência a essa tese, mormente do Ministério Público Estadual. Nesse embate, e tendo em conta a engenharia jurídica que se começou a esboçar, a Comissão manteve-se no aguardo dessa solução, que consistiria em apoiar o único parlamentar remanescente, em tese, imune à fraude da folha de salário para que ele solicitasse na Assembléia o afastamento por improbidade dos deputados envolvidos, o que acabou sendo feito. Paralelamente, requerer-se-ia cautelarmente ao Tribunal de Justiça do Estado, com interveniência do Ministério Público, o afastamento liminar dos deputados e a convocação dos suplentes para o julgamento dos afastados.

Esse mecanismo foi discutido pela assessoria da Comissão Externa com o Ministério Público, quando se detectou uma hesitação dos promotores para a iniciativa, em razão de possível insuficiência da caracterização das provas. De qualquer forma, o MP continuou preparando uma ação de afastamento por improbidade, embora sem se considerar ainda seguro para pedir a liminar até aquele momento.

Ante a esse conjunto de dificuldades, esta Comissão Externa voltou a refletir e a decidir sobre a tese da intervenção, objeto das conclusões deste Relatório.

2. Histórico

O fato desencadeador da seqüência de acusações recíprocas entre um grupo de deputados estaduais e o Governador do Estado de Rondônia foi a exibição no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, na noite de 15 de maio de 2005, de fita gravada pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, com sete deputados estaduais negociando vantagens e mesada de 50 mil reais para cada parlamentar de um grupo formado por 10 deles. A gravação não foi exibida em Rondônia em razão de decisão cautelar do Desembargador Gabriel Marques, a pedido da quase totalidade dos 24 parlamentares que compõem a Assembléia Legislativa. A infeliz decisão do desembargador, tomada instantes após ter sido indeferido pelo juiz de plantão o pedido de suspensão da veiculação, gerou revolta na cidade, resultando em danos às estruturas físicas da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo. Os parlamentares que aparecem nas gravações são: Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Daniel Neri, João da Muleta, Emílio Paulista, Amarildo Almeida e Kaká Mendonça.

No domingo seguinte, em 22 de maio, o *Fantástico* levou ao ar novas imagens com o Governador Ivo Cassol e três dos sete deputados anteriores. A gravação foi feita provavelmente no mesmo dia da exibida anteriormente, vez que os participantes estão usando os mesmos trajes. Nesta gravação, o deputado Emilio Paulista (PFL) revela que o presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira (PFL), pagou 2,8 milhões de reais para um grupo de 14 deputados a fim de se eleger presidente da Casa, cargo para o qual foi reeleito.

Outra revelação importante foi feita por Ronilton Capixaba (PL), que cita os nomes dos parlamentares que integrariam o esquema dos 10 para recebimento da propina mensal.

Em seguida, são citados os deputados Leudo Buriti (PTB); Edson Gazoni (PDT); Chico Paraíba (PMDB); Chico Doido (PSB) e Marcos Donadon (PMDB). Amarildo Almeida e João da Muleta, que surgem na primeira gravação, o primeiro tratando do favorecimento para uma licitação, e o segundo sem nada dizer, não são citados para a divisão do butim.

As fitas foram periciadas pela Polícia Federal, que não constatou nelas nenhuma edição, caracterizando-as assim como prova perfeita para o procedimento acusatório. Suas transcrições estão no Anexo I deste Relatório.

A partir dessas denúncias a Comissão Externa para Rondônia estruturou seu trabalho conforme o roteiro citado anteriormente, qual seja, destinado a acompanhar as investigações concernentes ao conteúdo das gravações e formular as recomendações que julgar necessárias.

Somado a isso, o decorrer das investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Estadual descortinou uma miríade de irregularidades e crimes na Assembléia Legislativa, distintos do fato motivador inicial, e que deram origem a diversas outras linhas de investigação e procedimentos judiciais, conforme já mencionado anteriormente e que se detalhará em capítulo próprio.

3. Antecedentes em Rondônia

Essa análise considera só os fatos recentes divulgados pela imprensa nacional acerca do Poder Legislativo, de conhecimento da imprensa local, de boa parte da opinião pública e das entidades da sociedade civil organizada de Rondônia, comportamento há muito degenerado pela corrupção agora desnudada nacionalmente. A manchete da reportagem da Rede Globo originadora do escândalo forneceu uma pista sobre o que estaria em jogo entre o Legislativo e Executivo: “violenta disputa por poder e dinheiro.”

O mérito das gravações mantidas em sigilo e agora de conhecimento da população brasileira reside no fato que representou a cristalização de uma crise institucional entre poderes, crise que dormitava antes da atual gestão, e que resultou desse rompimento da cumplicidade entre o Poder que arrecada e o Poder que legitima a democracia. A fragilidade das instituições em Rondônia, Estado de criação recente, recomenda, portanto, que as investigações e punições sejam exemplares, para que inviabilizem rearranjos entre agentes superiores das instituições envolvidas. A expectativa da população rondoniense e no Brasil é que esse episódio permita a depuração das instituições, para que o Estado passe não mais a ser visto como uma terra sem lei e sem ordem. A atuação de órgãos federais, diante do exposto, é vital para a construção desse processo, para o fortalecimento das instituições.

Quanto a Carlão de Oliveira, apesar de ter imprimido uma administração com forte investimento na imagem e comunicação, implementando programas de rádio e televisão, e a interligação do Parlamento com o Sistema interlegis, é nula a transparência dos

gastos da Casa que comanda. O orçamento da Assembléia tem sido considerado por técnicos do Tribunal de Contas abusivo, muito além do que seria necessário, e ninguém tem idéia real de quanto se gasta com folha de pessoal e quantos funcionários abriga.

Mencionada pelo deputado Emilio Paulista na segunda gravação, a compra de votos feita pelo deputado Carmo de Oliveira, pelo valor per capita de 200 mil reais, a um grupo de 14 parlamentares, foi abordada timidamente por setores da imprensa na época. O segundo mandato de Carlão de Oliveira como presidente da Assembléia Legislativa foi “comprado” poucos meses depois de iniciado o cumprimento do primeiro. O presidente Carlão assegurou seu reinado de quatro anos de duração logo no início de sua gestão. Se não fosse a gravidade criminosa da situação cairia bem no bestiário político de Stanislaw Ponte Preta.

4. Fatos Relacionados à Assembléia Legislativa

O Relatório do Tribunal de Contas, concluído em fevereiro de 2005, aponta que os deputados estaduais excederam em 30 milhões de reais as despesas com folha de pagamento em relação ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Naquela Casa de leis não se sabe de que forma os recursos são geridos ante a disposição negativa de integrar-se ao Siafem. Em suma, o Legislativo Estadual se tornou uma caixa-preta em termos de gestão de dinheiro público”, diz o Parecer dos conselheiros do Tribunal. Por determinação da Lei Estadual nº 946, de 2000, a Assembléia deveria ter aderido ao Siafem desde 2001.

O Parecer constatou também sonegação do pagamento de R\$8 milhões em despesas previdenciárias, e falta de controle do número de funcionários.

Os repasses anuais, segundo estudos do Tribunal de Contas, estão abaixo do formalmente aprovado. Em 2003 foi de R\$81 milhões; em 2004, o aprovado foi R\$102 milhões, mas o governo Cassol cortou para R\$94 milhões; e em 2005, dos R\$95 milhões previstos, foram repassados, na data da apuração pela Comissão, R\$36 milhões. O corte feito pelo Governador também foi realizado nos demais Poderes e no Ministério Público. Ainda assim, o Tribunal de Contas assegura ter sobrado dinheiro no caixa do Ministério Público e do Judiciário.

Foi nesse caldo fértil que irrompeu a crise das fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol e que se desdobraram nos escândalos das folhas de pagamento e das licitações.

4.1. Delitos constantes nas fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol

O desenrolar dos fatos constantes nas gravações, e suas circunstâncias, já foram descritos nos itens an-

teriores. Cabe agora discorrer sobre as investigações subseqüentes, pelas instituições com atuação em Rondônia e pela Comissão Externa do Senado. Pelo seu papel de provocador e vértice das articulações ilícitas, confrontamos aqui os fatos com as explicações do Governador Ivo Cassol.

Na conversa que o Governador teve em 25 de abril com o deputado Amando Almeida, o parlamentar pede favorecimento numa licitação e indica o caminho de “forma técnica” para atender todos os parlamentares sem deixar rastro; o Governador conta sobre a proposta de 50 mil reais para cada deputado e fala que “se tivesse condições, tinha acertado”, fazendo em seguida a contraproposta de pagar a metade.

O deputado Amarildo mostra-se muito experiente, dizendo que em Ouro Preto, quando secretário, atendia vereadores mediante convênios, que em todo lugar se faz isso e colocou à sua disposição um contador de extrema confiança dele, com experiência de mais de 10 anos, de nome Edvaldo, para fazer as coisas andarem tecnicamente. Sugeriu que fosse escolhida uma secretaria de destaque, a Educação ou a Saúde, para fazer negócios com os deputados, chamando fornecedores e dirigindo licitações. O Governador retrucou que iria conversar com o Cartão, presidente da Assembléia, e voltar a conversar com o deputado Amarildo sobre o assunto.

Na conversa com o deputado João da Muleta, gravada pelo Governador, o parlamentar diz que vai acertar com seu colega Kaká Mendonça, destinando dinheiro público para a manutenção da fundação deste. Logo após o deputado Kaká é chamado à casa do Governador pelo deputado João da Muleta. A eles o Governador manifesta desconfiança no acerto com o deputado Carlão de Oliveira, dizendo que na hora de repassar dinheiro para os deputados pode haver desavenças, então prefere negociar separado para isso não acontecer. Em resposta à Comissão, o Governador disse: “Na realidade, primeiro numa época lá, eles se reuniram e me chamaram. Eles estavam em grupo. Como eu precisava documentar aquilo, um grupo de dez, doze, não viria a minha casa. Então eu ia criando expectativa para ver se os trazia individualmente, para poder ir documentando. Era o único caminho que eu tinha. Se eu falasse assim, venha um grupo maior aqui, o pessoal ia desconfiar. Automaticamente, o cara sozinho se sentia mais encorajado para poder abrir o jogo, e foi o que acabou acontecendo”.

Ainda naquela conversa, os dois deputados revelam que ganham 20 mil reais além do salário, através de assessorias. João da Muleta diz que, com seis assessorias, tira “20 contos”, e Kaká confirma que tem o mesmo procedimento. A conversa insinua o que a

Polícia Federal chamou de folha paralela, descoberta em um notebook, e que beneficia a quase totalidade dos parlamentares, tema de um outro item desse Relatório.

No dia 28 de abril, três dias após conversar com esses deputados, o Governador gravou uma conversa com Moisés de Oliveira, irmão e homem de confiança do deputado Carlão de Oliveira, presidente da Assembléia. Boa parte do diálogo nessa gravação está ininteligível, existem palavras de entendimento duvidoso. Mas um trecho está muito claro o professor Moisés, preso pela Polícia Federal, pede para o Governador mandar pagar a obra de uma ponte em Parecis, que sua “empresinha” chamada Graúna, segundo ele mesmo revela, fez. O Governador diz que a ponte é mim, malfeita, não vale 25 mil reais. Moisés afirma também que teria mais de 100 mil reais para receber do DEVOP.

Na fita 6 (páginas 36/37), há nova conversa com o deputado Amarildo, desta vez em 28 de abril, acompanhado do deputado Carlão de Oliveira. Carlão pede para o Governador favorecer o deputado Amarildo “num contratinho de vigilante”. Reclama que o empresário Aires do Amaral é o único que presta serviços neste setor ao Estado. O Governador pergunta então se o amigo que Amarildo menciona tem firma. Ele diz que sim. Em julho, Amarildo pede para fazer “o acerto” com o amigo, para o Governador autorizar a conversa dele com o então chefe da Casa Civil, José Caúla, para fazer “uns negócios” (página 52). O desdobramento disso, segundo o Governador, foi que o “negócio nunca se concretizou. Eu só ganhava tempo. Se V. Ex^a, pegar a primeira data e a segunda data em que foi falando, o assunto era o mesmo e eu enrolando e ganhando tempo”.

Nas páginas 38, 39 e 40 da transcrição preparada pela Polícia Federal, o Deputado Haroldo Santos, dono de uma fundação de assistência à saúde, pede para o Governador restabelecer convênio com o laboratório. Elogia a qualidade da estrutura do prédio, e diz que todo mundo (os deputados) está querendo ajuda do Governo. “Todo mundo tem seu detalhezinho financeiro, detalhezinho político”, diz Haroldo. No começo de seu governo, o Governador anunciou que não ia repassar dinheiro para fundação de deputado, ia acabar com isso, e ao que tudo indica, pela queixa do Deputado Haroldo, o corte foi feito. Entretanto, é provável que tenha havido a volta às práticas antigas, pela melhoria da relação com os deputados, verificada pós-gravação.

Na página 58 (Fita 9, com Amarildo), o deputado afirma que o grupo está fechado em 20 parlamentares, que não há grupo do Carlão ou do Deputado Ronilton Capixaba. Afirma que Carlão uniu todos. Mas nas conversas ora o Governador fala de um grupo de

14, ligados a Carlão, ora de 10, ligados ao Deputado Ronilton, diz que não pode passar 50 mil para cada, mas pede entendimento e faz uma nova proposta, em tomo de 10 a 15 mil reais. Ao Deputado Ronilton Capixaba, na fita de número 10, gravada no dia 1º de julho, o Governador revela que esteve antes com Carlão de Oliveira, presente também seu secretário Caúla, e fez um acordo: passar 50% das obras do Estado para o Sinduscon, a fim de atender “o grupo que num tem nada”. Sobre esse esquema com o Sinduscon, confirmado pelo Deputado Ronilton Capixaba na Comissão Externa, o Governador nega ter feito o acordo.

Na mesma fita, Capixaba diz que está fechado com dez deputados e que o grupo tem a solução para satisfazer-lhes o apetite financeiro: querem 250 postos de vigilância, que pelas suas contas dariam, cada um, um lucro de 1960 reais, totalizando 490 mil reais por mês. “Resolve o problema de dez deputados”, diz Ronilton. Combinam, ao final, que o deputado ia organizar o esquema, “vai botar pra frente”, segundo suas palavras e em 60 dias estaria concluído (página 85). Adiante afirma mais: “O senhor cresceu muito o contrato deles, né?” referindo-se aos colegas deputados Haroldo Santos, Maurão de Carvalho e João da Muleta que mantêm contratos com o Estado na prestação de serviço de limpeza e alimentação. Afirma que agora eles estão atendendo às regiões de Buritis e Extrema. O Governador diz que os contratos deles estão acenados, homologados, que têm duração de 60 meses, e mais adiante fala ter combinado com o João da Muleta para “dividir o pão” com o Marcos.

Na fita 11 (páginas 92/93), em 1º de julho, o Deputado João da Muleta confirma que são 21 os deputados que querem fazer o acordo com o Governador. Fala também que cada deputado já ganha 20 mil reais mensais, além do salário. Não ficou claro se esse dinheiro teria sido retirado do orçamento mensal da Assembléia ou se teria sido acertado de outra forma entre o Executivo e a Assembléia.

Ainda com o Deputado João da Muleta, o Governador fala que estaria “fechado” com nove deputados: o próprio João da Muleta, Renato Veloso, Maurão de Carvalho, Haroldo Santos, Marcos Donadon, Everton Leoni, Beto do Trento, Deusdete e Neodi de Oliveira. Não ficou claro o que significava esse apoio, se envolvia os contratos aqui já mencionados e mesada de 20 mil reais.

Sobre a denúncia de participação do de Deputado Chico Paraíba na “folha paralela”, veiculada também no “Fantástico” de 30 de outubro de 2005, o parlamentar enviou a esta Comissão esclarecimento de que o servidor Tercílio Botecca é lotado no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, à disposi-

ção de seu gabinete, e percebe a remuneração mensal de 461 reais.

Na fita 12, gravada em 2 de julho, o Governador diz ao Deputado João da Muleta que do orçamento da Assembléia mensalmente sobram três milhões de reais, e por isso não acredita na informação dele de que 20 mil reais é o valor extra que cada um dos deputados recebe. O Governador afirma a vários de seus interlocutores que o parlamento de Rondônia é, depois do Amapá, o mais caro do Brasil, tendo um orçamento mensal superior a cinco milhões de reais.

O mais elucidativo nas gravações parece estar nas páginas 324 a 129 (fita 12). Depois de muita conversa com Ellen Ruth, Ronilton Capixaba e Daniel Neri, quando o Governador disse que não seria possível viabilizar os 50 mil reais através dos 250 postos de vigilância, a deputada Ellen declarou “nos não podemos os mudar o mundo, você não pode mudar o mundo”, insistindo que o meio seria por outros serviços terceirizados. O Governador sugere o nome de Edson para eles conversarem, dizendo – “Posso fazer a ponte, num posso fazer o rio”. Na mesma conversa, é estabelecido o valor de 20 mil reais para cada, em vez de 50 mil.

Na página 135 (fita 13), de 8 de julho, em conversa com Moisés de Oliveira, além de já ter mencionado o mesmo tema com outros deputados, o Governador fala que o presidente da Assembléia queria um contrato sob a responsabilidade de Luiz Costa, possivelmente de Ji-Paraná, em valor superior a 4 milhões de reais.

No mesmo trecho, ainda com Moisés, o Governador fala que o orçamento de 5 milhões e 900 mil reais para a Assembléia legislativa não está adiantando nada, foi um acordo somente para eleger o Carlão presidente, que os deputados não estavam cumprindo seu papel.

Outra conversa crucial está na página 194 (fita 18). Ali o Governador conversa com um funcionário antigo da Assembléia, lotado na ocasião da conversa, em 14 de março, no gabinete do Deputado Edson Gazoni. Chama-se José Ailton Guimarães, estelionatário, procurado pela Justiça de Goiás. Ele também apareceu no Fantástico, e relata esquema do Deputado Gazoni, do qual ele participava, de sacar mensalmente até 80 mil reais ora do Banco Rural, ora do Banco do Brasil, mediante vários cheques endossados.

O Deputado Chico Paraíba, inconformado com as denúncias que envolviam seu nome interpelou judicialmente o Governador, perante o Superior Tribunal de Justiça. Em sua resposta, Ivo Cassol afirmou que não teve qualquer interesse em difamar o interpelante e não confirmou que o parlamentar teria pedido qualquer tipo de vantagem, seja de ordem econômica ou pessoal.

4.1.1. Apuração da Comissão Especial da Assembléia Legislativa

No dia 16 de maio de 2005, um dia após o primeiro “Fantástico” com as gravações, o Presidente da Assembléia Legislativa instituiu uma Comissão Especial, com o prazo de 60 dias, para averiguar as denúncias.

A Comissão ficou composta pelos deputados Leudo Buriti, Edézio – Martelli, Everton Leoni, Doutor Deusdete e Chico Paraíba, sendo o – primeiro seu Presidente e o segundo o Relator. Em 18 de maio de 2005, com a renúncia à Comissão do Deputado Chico Paraíba, foi efetivado o primeiro suplente, Deputado Renato Velloso, como membro titular. Deputado Chico Doido permaneceu como segundo suplente.

A Comissão Especial da Assembléia Legislativa realizou ao todo 13 (treze) reuniões entre os dias 17 de junho e 9 de agosto de 2005.

Em deliberação preliminar, a Comissão entendeu a gravidade dos fatos imputados aos deputados nas gravações, que poderiam ter desdobramentos imprevisíveis que afetariam a segurança e a tranquilidade institucional do Estado, propôs a perda temporária do exercício parlamentar, sem vencimentos, pelo prazo de 30 dias, aos deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Neri, nos termos do art. 88 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e do art. 34 da Constituição do Estado de Rondônia. A proposição da comissão foi aprovada pelo Plenário da Assembléia no dia 19 de maio de 2005.

Entretanto, em 22 de junho de 2005, a Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa emitiu o Parecer nº 64, de 2005, sobre a suspensão dos vencimentos dos deputados atingidos. A Procuradoria entendeu que não houve o cumprimento do preceito constitucional da ampla defesa para a aplicação da sanção de perda temporária do mandato sem os vencimentos, e por isso o pagamento deveria ser feito. Revogou-se, assim, um dispositivo da resolução proposta pela comissão especial.

A Comissão Especial, em seguida, conferiu notificação aos deputados para apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias, o que foi observado por todos eles.

Subseqüente à defesa prévia e à audição das fitas, a comissão promoveu a oitiva de todos os envolvidos, incluindo os deputados estaduais nominados e o Governador Ivo Cassol. Resumos dessas oitivas encontram-se no relatório da Comissão Especial da Assembléia, aprovado em 15 de agosto de 2005.

Em seu voto, o deputado Edézio Martelli analisou a participação de cada agente em todo o processo, confrontando o teor das gravações com as defesas apresentadas. Constituem importantes peças de considerações dedutivas que contribuem para demonstrar a participação ativa dos deputados estaduais no ilícito investigado.

De especial acuidade jurídica é ainda a parte conclusiva do Parecer da Comissão, no que diz respeito à tipificação da conduta dos investigados, da qual extraem-se os seguintes trechos:

Os Senhores Deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Neri aparecem nas gravações como fazendo parte de um grupo de deputados com o objetivo de tirar proveito próprio para fazer parte de urna base de sustentação do governo. (...) Não há dúvida de que as imagens e as vozes são dos investigados nas gravações de vídeo.

(...) Com efeito, a conduta de extrema improbabilidade levada a efeito pelos Parlamentares citados foi detalhadamente esmiuçada nas divulgações das imagens do Programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão e explicitada nas gravações encaminhadas a esta comissão.

Tais fatos demonstram de forma muito clara, com objetividade e sem rodeios, que os Deputados investigados estavam exigindo dinheiro do Governador para aprovar matérias na Assembléia Legislativa.

Os elementos de prova colhidos em poder da comissão atestam de forma inquestionável que os Deputados investigados solicitaram ao Sr. Governador vantagem financeira como forma de atuar na Assembléia Legislativa em favor do Governo.

E após transcrever mais um trecho da conversa, aduz:

A conduta dos Deputados investigados caracteriza, em tese, o delito previsto no art. 317 do Código Penal Brasileiro (corrupção passiva), o que por certo ensejará atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário, por meio de suas instâncias competentes.

Todavia, para a instância parlamentar, depositária do voto popular, é necessário o enquadramento em quebra de decoro, situação tão grave quanto à subsunção na hipótese do Código Penal. E sobre esse tema o Parecer também discorre:

(...) O julgamento legislativo não se confunde com a esfera judicial penal, pois é político. Eventual cometimento de crime deve ser objeto de apuração junto ao Poder Judiciário se assim entender cabível o Ministério Público.

A independência do processo que estamos levando a termo é tema que merece realce, razão pela qual reportamo-nos às razões que fundamentaram o relatório do Deputado Inaldo Leitão, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara Federal, por ocasião do processo instaurado para apurar

a quebra de decoro parlamentar do Deputado Hildebrando Pascoal:

O processo de perda de mandato em razão de comportamento incompatível com o decoro parlamentar inicia e tem fim na Câmara a que pertencer o parlamentar que adota a conduta que se ajuste à visão da maioria quanto à postura ética que a instituição exige observada pelos seus membros.

Essa visão – entendemos – há de vir sempre informada do sentimento contemporâneo da sociedade com o qual os parlamentares, representando o somatório de todos os interesses, ideologias e aspirações, devem estar permanentemente afinados.

Daí a impertinência de critérios rígidos que impeçam o julgamento político, sem prejuízo, no entanto, da observância de regras formais que assegurem o amplo direito de defesa.

Quando o comportamento do parlamentar, no entanto, rido só corresponder a uma infração à conduta ética, mas caracterizar, também, atitude delituosa, tipificada como crime, esta última circunstância, a nosso entender, não poderá ser sopesada pela Casa Legislativa para efeito de adotar, ou não, sanção justificada em motivação de ordem ética. Mas isto não impede, no entanto, que as circunstâncias do momento, o choque que a atitudes delitivas venham a provocar na sociedade, autorizem ao corpo legislativo que no seu conjunto se veja ofendido indiretamente em razão de comportamento delituoso de um de seus membros firme-se no poder-dever de dar uma satisfação à sociedade, em correspondência com o status da relevada representação recebida, adotando a sanção que entender cabível àquele que conclua haver conspurcado a honra da respectiva instituição.

Vê-se que a falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal, capaz de desmerecer o Parlamento, e a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas.

Portanto, para que se configure a quebra de decoro não é necessário ter o deputado praticado conduta tipificada pelo Código Penal. Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa.

E conclui, ainda antes de proferir o voto:

Na apuração levada a termo por esta comissão, as provas colhidas demonstram de forma inequívoca que os Deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta e Daniel Neri solicitaram e tentaram negociar o paga-

mento de valores a fim de darem sustentação ao governo na Assembléia Legislativa. Tal solicitação indubitavelmente fere a dignidade e a decência que devem revestir o exercício do mandato parlamentar.

A conduta dos mencionados Deputados atingiu a honradez e o seu próprio respeito, cabendo à Assembléia Legislativa rejeitar esse comportamento. (...) Portanto, esta comissão tem a prerrogativa e a independência necessária para, comprovada a falta de decoro parlamentar, recomendar a instauração de processo com vistas à cassação dos mandatos dos referidos parlamentares por quebra de decoro.

Após estas considerações, o Relator conclui seu voto, que foi em seguida aprovado pela comissão, com as seguintes recomendações:

a) Instauração de processo com vistas à decretação de perda de mandato dos Deputados Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Amarildo Almeida, João da Muleta e Daniel Neri;

b) Instauração de inquérito para averiguar indícios de quebra de decoro pelo deputado Kaká Mendonça;

c) Não aplicação de qualquer recomendação sobre o Deputado Emílio Paulista por este ter renunciado ao mandato; e

d) Instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito da Administração Estadual para investigar indícios de conduta incompatível com os princípios básicos da administração pública (legalidade, impessoalidade e moralidade), mais precisamente na contratação de empresas no âmbito da construção civil e prestadoras de serviços.

4.1.2. Julgamento da Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar

Foi instalada no dia 18 de agosto pela Mesa Diretora da Assembléia uma Comissão Temporária de Ética e Decoro Parlamentar para apreciar o pedido de cassação dos seis deputados. A Comissão ficou composta pelos deputados Romeu Reolon (Presidente), Nereu Klosinski (Relator), Doutor Deusdete, Doutor Carlos e Beto do Trento, como membros titulares, e os Deputados Everton Leoni e Chico Doido, como suplentes.

Com relação aos Deputados Kaká Mendonça, Daniel Neri e João da Muleta, prevaleceu na Comissão o voto do Deputado Doutor Deusdete, que determinou a absolvição de Kaká Mendonça e Daniel Neri, por falta de provas, e suspensão do mandato por trinta dias do Deputado João da Muleta.

Com relação aos demais, o relator Deputado Ne-reu Klosinski, com base precipuamente no levantamento já efetuado pela Comissão Especial, recomendou:

Amarildo Almeida: perda do mandato por afronta ao art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal, art. 34, inciso II, da Constituição Estadual, combinados com os artigos 88 a 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Ronilton Capixaba: perda do mandato por afronta ao art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal, art. 34, inciso II, da Constituição Estadual, combinados com os artigos 88 a 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Ellen Ruth: perda do mandato por afronta ao art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal, art. 34, inciso II, da Constituição Estadual, combinados com os artigos 88 a 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Entretanto, como se sabe, e para a mais completa decepção dos que aguardavam o início do saneamento pela própria casa legislativa, o plenário da Assembléia absolveu todos os acusados e que tinham parecer do Conselho de Ética pela cassação.

4.2. Delitos nos contratos de serviços e obras

Nesse item será adotada a classificação das investigações do Ministério Público de Rondônia, que as separou em razão das empresas envolvidas nos ilícitos e de cujos inquéritos foram retiradas as seguintes informações.

a) **Áudio Vídeo e System Ltda. (Inquérito Civil nº 2005001060004820)**

Nesse inquérito investiga-se desvio de R\$3.025.087,99 dos cofres da Assembléia por ter havido pagamentos ilegais à Audio System, cujo montante R\$ 2.311.200,00 foram embolsados pelo esquema liderado por José Carlos de Oliveira, enquanto o restante (R\$ 713.887,99) foi apropriado pela empresa.

A fim de alicerçar os desvios, praticou-se um superfaturamento de mais de 1.260% no preço de um dos serviços prestados pela Áudio System à Assembléia Legislativa (filmagem integral, com captação de áudio ambiente, das sessões realizadas pela Assembléia Legislativa), pois vendeu-se dito serviço por R\$300,00 o minuto, quando custa, no mercado, em tomo de R\$23,82 o minuto.

Além disso, houve o pagamento de 1228 minutos desse mesmo serviço (filmagem integral com captação de áudio ambiente), que não guardaram qualquer correspondência com o objeto do contrato, pois a Audio System apropriou-se ilícitamente de imagens de filmes produzidos por terceiros e divulgados num festival de cinema de Porto Velho, o Cine-Amazônia, e as vendeu à Assembléia, que, conivente, pagou-lhe R\$300,00 por minuto, num total aproximado de R\$368.000,00.

Nesse caso houve uma criminoso apropriação de serviço alheio e sua venda à Assembléia ao preço escandaloso de R\$300,00 o minuto. A conduta revela

o espírito malsão que motivava as panes envolvidas nesse contrato, cuja finalidade tramada era não o serviço honesto, mas a produção, a qualquer custo, de despesas que dessem ar de liceidade ao desvio de recursos dos cofres da Assembléia.

Além dos repasses em espécie, em alguns casos houve – transferências bancárias (TED) para pagamento de débitos de José – Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira a terceiros, como, por exemplo, a de R\$40.000,00 à empresa L.S.. Turismo e Câmbio, em abril de 2005, a de R\$25.000,00 ao Posto Ale, em agosto de 2004, e a de R\$15.000,00 a João Carlos Batista de Souza, também em agosto de 2004.

b) **Capri Marketing Consultoria e Informática Ltda. (Inquérito Civil nº 2005001060004849)**

Nesse Inquérito Civil do Ministério Público de Rondônia constatou-se que a empresa Capri, possuidora de pelo menos três contratos com a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, repassou ao Deputado José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira, Haroldinho e Marlon Jungles, quantia superior a R\$480.000,00, relativa aos processos 01634/03, 217/04 e 0163/04, entre março de 2004 e maio de 2005. Para tanto, superfaturou, a pedido de Moisés de Oliveira, dois dos contratos (Proc. Adm. Nº 1.634/03 e 217/04), elevando-os a valores próximos a R\$80.000,00 (oitenta mil) cada um, valor máximo admitido para deflagração de licitação mediante convite, modalidade licitatória que facilitaria a escolha antecipada e fraudulenta da Capri.

Segundo José Lacerda, proprietário de fato da empresa, do total recebido referente a esses dois processos a Capri ficou com apenas R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). O restante (em tomo de R\$114.000,00) foi repassado aos envolvidos. Maria Lídia, representante legal da contratada, às vezes endossava cheques da própria Assembléia e sacava na “boca” do caixa, entregando o montante a Haroldinho ou à sua secretária Luciane, outras vezes emitia cheques da própria empresa e os endossava com a mesma finalidade.

Finalizados os pagamentos dos Processos nº 1.634/03 e 217/04, insatisfeitos com a sangria que vinham proporcionando aos cofres públicos, Carlão de Oliveira e os demais envolvidos incrementaram o desvio de recursos do Erário. Para tanto, a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia assinou o Contrato ALE/DT/005/20045 com a empresa Capri **Marketing**, com suporte no Processo Administrativo nº 00163/ALE/04, para prestar serviços de **telemarketing**, sob o pretexto da criação de um canal de comunicação com a sociedade por meio de telefone 0800.

Mencionados serviços seriam remunerados ao preço de R\$39.750,00 mensais pelo período de um ano, perfazendo o valor global de R\$477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais), dos quais foram pagos R\$424.000,00. Do total desse pagamento, foi

repassada a José Carlos de Oliveira e demais envolvidos quantia superior a R\$366.000,00.

Nesse período não houve sequer uma ligação ao 0800, ou seja, nenhum serviço foi efetivamente prestado. Assim, apropriaram-se criminosamente de R\$424.000,00 pertencentes ao erário.

A dinâmica dos desvios seguiu o mesmo caminho: com a expressiva participação de Moisés, Marlon e Haroldinho os cheques eram retirados do Departamento Financeiro da Assembléia Legislativa, endossados pela empresa e sacados ou depositados na conta da empresa que emitia outros cheques, cujos valores, depois de descontados, eram embolsados por José Carlos de Oliveira, Moisés, Marlon e Haroldinho.

Esses fatos estão perfeitamente delineados pelos inúmeros documentos que compõem o Inquérito Civil Público nº 2005001060004849, em especial pelas declarações de José Lacerda, proprietário de fato da Capri, de Maria Lídia, sócia-proprietária da mencionada empresa, de Luciane Maciel da Silva Oliveira, do próprio Haroldinho, e ainda corroborados por Luciana de Ross, Kátia Maria Tavares das Neves e Terezinha Esterlita Grandi Marsaro.

O depoimento de Luciane Maciel da Silva Oliveira é bastante ilustrativo:

“Que no caso da empresa Capri, a depoente recebia vários cheques do Banco Rural, assinados por Maria Lidia, e esses cheques tinham seus valores sacados e levados, em dinheiro vivo, para Haroldinho e às vezes feitos depósitos, Teds Ou Docs; Que Sabia Que Haroldinho levava dinheiro em espécie para Moisés; Que uma vez fez um saque, juntamente com Maria Lídia, no Unibanco, de dinheiro que havia sido repassado pela ALE para a Capri; que nesta oportunidade Maria Lidia ficou com parte do dinheiro para pagamentos da empresa e a depoente levou o restante, em espécie, para o escritório na D. Pedro II; (...) Que o dinheiro sacado em espécie pela depoente era repassado para Moisés, Haroldinho e Marlon Jungles; (...) Que conhece José Lacerda de melo, da empresa Capri a quem foi apresentada por Haroldinho;”

Também se constatou que em 2005, a Capri, a pedido do esquema liderado por Carlão de Oliveira, abriu uma conta em nome da empresa no Banco Bradesco, na qual houve uma movimentação bancária de R\$100.000,00. Esse valor teve origem no depósito de um cheque emitido pela Assembléia para pagamento da empresa Tropical Táxi Aéreo, que, a propósito, é um dos fornecedores que tinha pagamentos retirados irregularmente do departamento financeiro.

Dessa movimentação transparece indícios de desvio de recursos da assembléia envolvendo outro

fornecedor (Tropical Táxi Aéreo), exatamente pelo suspeito caminho percorrido pelo dinheiro, ante o comprovado fato de que esse valor foi sacado pelo esquema de José Carlos de Oliveira.

E neste ano de 2005 avolumaram-se suspeitas movimentações bancárias na conta da Capri entrelaçando as empresas HMCO, Ajucel e 3Millenium, todas reconhecidamente envolvidas no esquema de desvios de dinheiro da Assembléia.

Assim, constatou-se uma transferência de R\$312.000,00 da conta da Capri para a conta da AJUCEL; um crédito de R\$151.985,00 na conta Capri, feito por Marcelo Suzuki, sócio de Haroldinho na HMCO, empresa que, por sua vez, representa a 3Millenium em Rondônia. Esse crédito partiu de uma agência do Banco do Brasil em Goiânia, cidade onde está a sede da 3Millenium. Muito sintomático que imediatamente após esse crédito, a Capri sacou o valor de R\$152.000,00 através de um cheque nominal a Luciane, secretária de Haroldinho, a indicar que esse valor destinou-se ao esquema de desvio citado, comandado por Carlão de Oliveira

c) 3Milenium (Inquérito Civil 2005001060006669)

A empresa 3Milenium, situada em Goiânia – GO, investigada pelo Inquérito Civil 2005001060006669 recebeu dos cofres da Assembléia, de 2003 até hoje, a expressiva quantia de R\$12.351.919,73.

Terezinha Marsaro, Diretora Financeira da Assembléia, retrata com firmeza que os cheques destinados à 3Milenium seguiam aquele irregular trâmite anteriormente mencionado, sendo intensas as participações de Moisés, Haroldinho e Marlon.

Da 3Milenium já se tem indícios de que pelo menos R\$301.985,00 foram desviados para o esquema liderado por Carlão. Com efeito, R\$151.985,00 foram depositados na conta da Capri e, em seguida, sacados por Luciane Maciel, que, como dito, realizava as operações bancárias para o grupo. Outros R\$150.000,00 foram depositados na conta de L.S. Turismo, também fornecedora da Assembléia, e repassados a José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira e Marlon Jungles.

d) L.S. Turismo Ltda. (Inquérito civil 2005001060006667)

A L.S. Turismo, também uma das empresas cujos pagamentos – eram realizados de forma irregular, foi palco de inacreditáveis improbidades. Do revelador depoimento de seu proprietário extrai-se o seguinte:

- exigência, pelo esquema, de volumosa propina da empresa para o pagamento dos serviços prestados e para a continuidade do fornecimento de passagens aéreas à Assembléia;

- escancarada lavagem de dinheiro, utilizando-se da conta da empresa para recebimento de propina de outra fornecedora da Assembléia (3Milenium);
- pagamento de dívidas de Carmo, Moisés e Marlon à L.S Turismo mediante a nomeação de parentes de Roberto Carlos Barbosa (proprietário da L.S.) como fantasmas da folha de pagamentos da Assembléia.

As declarações de Roberto Carlos Barbosa confirmam o absurdo e a gravidade desses fatos.

e) Rondoforms Indústria Gráfica Ltda. (Inquérito civil – 2005001060006670)

As investigações realizadas dão conta de que irregularidades semelhantes àquelas já descritas envolveram também a Rondoforms Indústria Gráfica Ltda.

Essa empresa prestou serviços para a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia nos anos de 2003, 2004 e 2005, quando recebeu, respectivamente, R\$155.233,18, R\$1.086.363,50 e R\$52.000,00. As declarações de Terezinha Marsaro, Diretora Financeira da ALE, retratam a existência de procedimento irregular quando dos pagamentos à Rondoforms.

Adriane Wittwer Baran, Gerente de Contas, na Agência Setor Público (2757-X), do Banco do Brasil, em Porto Velho, esclareceu ter presenciado Luciane (secretária de Haroldinho) acompanhando o sócio da Rondoforms em pelo menos um saque em dinheiro realizado. Naquele período, a Rondoforms realizou saques em dinheiro que despertaram a atenção da gerência do banco, que prontamente comunicou as operações ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão do Governo Federal, que disciplina, aplica penas administrativas, recebe, examina e identifica ocorrências suspeitas de atividade ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro. Também nesse caso, portanto, são fortes os indícios de desvio de dinheiro público.

f) Ajuce Informática Ltda. (Inquérito civil 2005001060006674)

A Ajuce, por sua vez, foi, do mesmo modo, relacionada por Terezinha Marsaro e por Kátia Tavares das Neves, outra servidora do Setor Financeiro da ALE, dentre as empresas envolvidas em pagamentos irregulares.

Citada empresa possui um milionário contrato com a Assembléia de mais de R\$26.000.000,00. A própria Luciane, em pelo menos um depoimento prestado na Polícia Federal, embora tenha se retratado de forma não convincente, asseverou ter acompanhado algumas vezes o responsável pela empresa Ajuce Informática Ltda., à agência bancária onde foram feitos saques e

o dinheiro entregue a Moisés de Oliveira, a Haroldinho ou a Marlon, no mesmo esquema já mencionado.

Dos extratos bancários conclui-se a existência de volumosos saques de cheques emitidos pela ALE à Mucel. Há, também, a já citada transferência de R\$312.000,00 de uma conta (CAPRI) movimentada de fato pelo esquema liderado por Carlão, para a conta da Ajuce, numa clara demonstração das operações espúrias que eram realizadas entre o presidente da Assembléia e alguns dos seus fornecedores.

g) Brasil Agenciamentos e Touris Brasil (Inquérito Civil – 2005001060006716)

Nessas empresas o esquema atuou de forma incisiva. Amarildo Gomes Horeay, proprietário das empresas, esclareceu que, em um ano, foram pagos aproximadamente R\$200.000,00 de propinas. Além disso, a conta corrente da Touris Brasil foi utilizada pelo mesmo esquema para lavar em tomo de R\$400.000,00.

Para tanto, a pedido de Moisés, Amarildo consentiu fosse depositado o montante já citado na conta da Touris Brasil. Após o depósito, cuja origem Amarildo diz desconhecer, o dinheiro foi sacado e entregue às pessoas de costume.

h) Reforma da Assembléia – Fox, Pretender e Fernandes Salame (Inquérito civil 2003001060001379)

Em investigação feita pelo Ministério Público, constatou-se que a reforma do prédio da Assembléia, realizada sob a Presidência de José Carlos de Oliveira, foi objeto de volumosas irregularidades, que redundaram num gasto de aproximadamente R\$2.000.000,00.

Essa obra foi realizada por três empresas, contratadas em diversos processos licitatórios na modalidade convite, numa escandalosa fragmentação de despesa.

Todas as empresas envolvidas na reforma (Fox Construções Ltda., Fernandes Salame – ME e Pretender Comércio e Representações Ltda.) tinham os pagamentos realizados da forma absolutamente irregular já mencionada (pagamentos com cheques fragmentados por determinação de Moisés, Marlon e Haroldinho, sem a comprovação da prestação do serviço, etc).

Além disso, grande parte dos cheques dados em supostos pagamentos às empresas citadas, foi sacada nas agências bancárias, numa inequívoca demonstração da forma estranha e pouco convencional em que se deu a reforma sob análise. Destaque-se que a Fox é uma empresa sediada na pequena e distante cidade de Alto Alegre dos Parecis, sendo que no endereço por ela apresentado, segundo auto de constatação do Ministério Público, existe uma empresa absolutamente diversa.

i) Aquarius Comércio e Serviços de Limpeza Ltda. (Inquérito Civil no 2005001060004829)

Aqui se investigam pagamentos da Assembléia Legislativa à Aquarius Comércio e Serviços de Limpeza Ltda., realizados no período de outubro de 2004 a maio de 2005, no montante de R\$930.500,00 (novecentos e trinta mil e quinhentos reais), referentes a despesas com locação de veículos.

Essa empresa está em nome de Laertes Ribeiro de Oliveira e Donizete Dalcoquio Stedile, aquele primo e este cunhado de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, a quem, de fato, pertence a empresa em questão.

Da análise dos processos administrativos a que o Ministério Público teve acesso, verifica-se que a locação de veículos pela Assembléia Legislativa da empresa Aquarius se deu sem licitação, havendo apenas em dois processos (n^{os} 1.249/04 e 1.501/04) despacho do Presidente da Casa de Leis reconhecendo e homologando as urgência para sanar problemas, sem existir, contudo, nos respectivos processos a motivação da urgência mencionada. Todavia, há outros pagamentos sem qualquer espécie de justificativa.

Apesar de os pagamentos terem sido efetuados, não há certificação da realização dos serviços, tampouco especificação dos veículos, em tese, locados à Assembléia Legislativa, tais como placa, ano, cor e chassi, o que evidencia graves irregularidades nos respectivos pagamentos.

Agrega-se a essas circunstâncias que por si só causam estranheza, as informações de Kátia Maria Tavares das Neves, Luciana de Ross e Terezinha Marsaro, servidoras da Assembléia Legislativa, de que os pagamentos à empresa Aquarius não seguiam os procedimentos regulares. Primeiro efetuavam os pagamentos e só depois os serviços eram recebidos, e ainda assim **pro forma**, vez que há fortes indícios de que o serviço não era efetivamente prestado, pelo menos em sua integralidade. A empresa era uma ponte a mais nos desvios promovidos pela estrutura de corrupção montada na Assembléia.

Essa evidência toma-se mais patente ante as informações de que a empresa arcou com os custos da aquisição de dois veículos ligados ao presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira. Esses dois veículos constituem a expressão mais clara da absoluta desfaçatez com que se conduziam os deputados desse Estado e a total confiança na impunidade que os cercavam. Trata-se do sorteio de dois veículos entre os parlamentares e suas esposas.

No final de 2004, durante os festejos de fim de ano, o Presidente da Assembléia, José Carlos de Oliveira, promoveu uma confraternização entre os deputados

e seus familiares, no Clube da Engecom, na cidade de Porto Velho.

Para abrilhantar a confraternização, Carlão de Oliveira, à guisa de mimo, sorteou entre os deputados um veículo zero 1cm, de luxo, marca Toyota Corolla XEI, câmbio automático, 04/05, e entre as esposas dos deputados, um veículo popular, também zero Kcm, marca GM – Chevrolet, modelo Celta.

Para tanto, atuando mais uma vez em nome do grupo, Haroldinho esteve na empresa Nissey Motors Lula, a fim de adquirir o veículo de luxo. Na ocasião informou que a nota fiscal deveria ser emitida após o evento para que saísse diretamente em nome do sorteado. Além disso, precisavam levar o carro ao local do evento para expô-lo. Para a liberação e exposição do veículo no Clube da Engecom, foi entregue por Haroldinho um cheque da empresa Aquarius, ocasião em que afirmou que a empresa era “nossa” e que ela era a responsável pelo evento.

O veículo foi levado ao Clube da Engecom por uma funcionária da concessionária e colocado ao lado do veículo Celta, que também havia sido adquirido e pago com um cheque da empresa Aquarius, que foi depois resgatado.

Sorteados os veículos, a esposa do Deputado Nodi de Oliveira foi contemplada com o Celta e o Deputado Chico Doido ganhou o Corolla. Na segunda-feira, após o sorteio, o cheque emitido pela Aquarius, cuja beneficiária era a Nissey Motors foi depositado e pago. Posteriormente, Haroldinho informou que o sorteado preferia o dinheiro, razão pela qual pretendia devolver o veículo à Nissey Motors. Ante a discordância da empresa, Carlão de Oliveira decidiu ficar com o veículo e determinou então que ele fosse faturado no nome de João Carlos Batista de Souza, conhecido por “João Sujo” (pessoa notoriamente a ele vinculada).

Intuitivo, pois, que o dinheiro público, de forma direta ou indireta, custeou essas benesses.

As informações colhidas dão conta também que o próprio deputado Carlão de Oliveira já estivera, juntamente com “João Sujo” em outra revendedora de Veículos (Ivel, concessionária Honda), mostrando seu interesse na aquisição de um veículo de luxo, mas não houve acerto, ante a negativa desta em permitir a saída do veículo para exposição no local do sorteio sem o respectivo faturamento.

Aliás, a confraternização no Clube da Engecom, acima mencionada, foi veiculada nos jornais eletrônicos “Rondônia Notícias”, de 29-12-04, “Observador.com”, de 30-12-04, e “Clarim da Amazônia”, de 30-12-04, com a seguinte manchete: José Carlos de Oliveira: veículo comprado em nome de terceiro.

No dia 12 de março de 2004, João Carlos Batista de Souza, o “João Sujo”, esteve na empresa Nissey Motors Ltda e entabulou negociação para aquisição de uma camioneta Hilux informando que o veículo seria destinado ao Presidente da Assembléia Legislativa. Porém, o carro deveria ser faturado em nome de Daniela Feitosa Monteiro, mulher de Nilson de Oliveira, administrador das fazendas de Carlão, em nome de quem, aliás, já esteve parte do gado do Presidente da Assembléia.

O faturamento efetivamente saiu para Daniela, embora esta jamais tenha ido àquela concessionária. O pagamento de R\$70.000,00, foi realizado da seguinte forma: R\$39.900,00 financiados junto ao Banco Sudameris, R\$8.100,00 entregues em moeda corrente e dois cheques de Daniela, um de R\$7.500,00 e outro de R\$10.000,00, com prazo de 30 e 60 dias, respectivamente. Há ainda um débito de R\$5.100,00 para ser quitado junto à concessionária.

Não fosse a estranheza da negociação, as investigações permitiram comprovar que Daniela é servidora comissionada da Assembléia Legislativa de Rondônia, lotada exatamente no gabinete da Presidência. Tratou-se, portanto, a aquisição em nome de Daniela, de mais uma forma de desvio de recursos públicos, agora relacionada às irregularidades da folha de pagamento, constituindo, aliás, figura característica do crime de lavagem de dinheiro, que será obviamente apreciado quando da conclusão dos inquéritos policiais.

4.3. Delitos nas folhas salariais

Em suas investigações das irregularidades na Assembléia, inclusive com a apreensão de computador portátil usado na fraude, a Polícia Federal verificou a existência de fraudes na folha de pagamentos da Casa Legislativa, envolvendo confecção de folha “fantasma”, fraude na própria folha oficial e empréstimos consignados forjados. Apenas a “folha paralela” ou “fantasma” teria, em 11 meses, desviado 15 milhões de reais da Assembléia Legislativa, segundo a Polícia Federal.

O Partido dos Trabalhadores protocolou representação na Assembléia Legislativa e no Ministério Público requerendo a abertura de procedimentos visando a apurar o envolvimento da quase totalidade dos deputados estaduais (22) no desvio de recursos por meio da mencionada “folha paralela”.

O Ministério Público determinou o arquivamento da representação citada no parágrafo anterior entendendo que “os documentos e as Representações nada acrescentam as investigações e também nada inovam no que se refere à configuração jurídica das medidas a serem, oportunamente, adotadas”. E instaurou inquérito civil para investigar o assunto.

O procedimento do Ministério Público apura comprovada folha de pagamento paralela, composta de servidores comissionados, que seguia trâmite absolutamente diverso da folha oficial. O pagamento dos integrantes do quadro de pessoal regular da Assembléia era encaminhado diretamente aos bancos em que os servidores possuem conta corrente, em geral o Unibanco. Entrementes, a dita “folha paralela” era confeccionada mês a mês e, logo após, os cheques correspondentes aos salários dos supostos servidores eram entregues diretamente aos deputados ou seus chefes de gabinetes, sendo os da presidência entregues a Moisés de Oliveira ou Marlon Jungles.

A indigitada “folha paralela” era confeccionada no Departamento Financeiro e não no Departamento de Recursos Humanos, como ocorria com os servidores da folha regular. Para sua confecção, a cada mês o Presidente da Assembléia, deputado Carlão de Oliveira, seu irmão Moisés de Oliveira ou, ainda, Marlon Jungles informavam à Diretora do Departamento Financeiro os valores a serem repassados a cada deputado. A eles também competia apresentar a relação de nomes que deveriam figurar como servidores comissionados da Assembléia Legislativa no mês, de forma a justificar o recebimento do valor destinado pela Presidência. Tais “servidores”, segundo apurou a Polícia Federal, não possuíam cadastro, ficha funcional e sequer ato de nomeação.

Com a citada “folha paralela” desviaram-se, de junho de 2004 a maio de 2005, em tomo de R\$15.000.000,00, segundo investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Estadual.

As folhas de pagamento (oficial e paralela) possuíam outra grave irregularidade: nelas figuravam servidores que sequer tinham conhecimento disso. Eram verdadeiros “funcionários fantasmas” dos deputados estaduais. Nesses casos, os cheques de pagamento não eram entregues aos supostos servidores, mas endossados, geralmente, por terceiros não identificados, que dissimulavam ser o favorecido, após o que os valores eram sacados ou depositados em contas predeterminadas e tinham como destino final o deputado do gabinete em que o servidor, em tese, estava lotado. Toda essa operação consistia, na verdade, em um estratagem forjado para desvio de dinheiro público.

Finalmente, os deputados realizaram, em nome de servidores comissionados, empréstimos junto a instituições de crédito, para desconto em folha, em que o valor levantado era destinado a eles próprios. Os empréstimos feitos em nome dos funcionários constituíam verdadeira antecipação do valor que pretendiam ilícitamente receber durante a manutenção do “fantasma” na folha de pagamento.

Em outros casos, os empréstimos eram feitos em nome de servidores regulares, que, entretanto, tinham os vencimentos acrescidos da quantia que seria destinada mensalmente ao pagamento do empréstimo levantado em favor do deputado.

De acordo com dados preliminares levantados pela Polícia Federal no **notebook** apreendido, no qual era confeccionada a “folha paralela”, foram desviados recursos da Assembléia Legislativa, entre 10-6-/04 e 30-4-/05, aos seguintes deputados:

1. **Beto do Trento** nomeou na folha paralela de pagamento de seu gabinete nove “servidores”, aos quais a Assembléia Legislativa pagou salário bruto de R\$172.400,00 (cento e setenta e dois mil e quatrocentos reais);

2. **Amarildo de Almeida** gastou com seus 25 “fantasmas” a quantia de R\$604.400,00 (seiscentos e quatro mil e quatrocentos reais);

3. **Doutor Carlos** (Carlos Henrique Bueno da Silva) pagou a 13 servidores a importância de R\$299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais);

4. **Daniel Néri de Oliveira**, com 43 funcionários, pagou R\$800.500,00 (oitocentos mil e quinhentos reais);

5. **Deusdete Antônio Alves** pagou a 13 servidores R\$323.400,00 (trezentos e vinte e três mil e quatrocentos reais);

6. **Edezio A. Martelli**, tinha 21 funcionários e pagou-lhes R\$598.200,00 (quinhentos e noventa e oito mil e duzentos reais);

7. **Edison Gazoni** pagou aos 28 funcionários lotados em seu gabinete a importância de R\$760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais);

8. **Ellen Ruth C. de Sales Rosa**, com 26 servidores gastou R\$887.500,00 (oitocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais);

9. **Everton Leoni** pagou aos seus 26 funcionários a importância de R\$683.600,00 (seiscentos e oitenta e três mil e seiscentos reais);

10. **Chico Doido** (Francisco Izidro dos Santos) gastou com 28 funcionários R\$705.500,00 (setecentos e cinco mil e quinhentos reais);

11. **Leudo Buriti** (Francisco L. B. Souza) tinha 28 funcionários e lhes pagou R\$811.500,00 (oitocentos e onze mil e quinhentos reais);

12. **Haroldo F. Carvalho Santos**, com 22 funcionários, despendeu R\$ 898.800,00

(oitocentos e noventa e oito mil e oitocentos reais);

13. **João da Muleta** (João Batista dos Santos) gastou com seus 16 funcionários a importância de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

14. **Kaká Mendonça** (João Ricardo Geromolo Mendonça) tinha 50 funcionários com os quais gastou R\$1.130.100,00 (um milhão e cento e trinta mil e cem reais);

15. **Emílio Paulista** (José Emílio Mancuso de Almeida), com 24 funcionários gastou R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais);

16. **Marcos Antônio Donadon**, tinha 20 funcionários e com eles gastou R\$694.000,00 (seiscentos e noventa e quatro mil reais);

17. **Mauro de Carvalho** com 43 funcionários pagou R\$754.550,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais);

18. **Neodi Carlos Francisco de Oliveira** pagou aos seus 10 servidores fantasmas R\$344.500,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais);

19. **Nereu José Klosinski**, com apenas 4 funcionários gastou R\$182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais);

20. **Paulo R. O. Moraes**, afastado para exercer o cargo de secretário de Segurança Pública, contratou 8 servidores e pagou-lhes R\$153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais);

21. **Renato Euclides Carvalho Veloso Viana** nomeou na folha paralela 40 servidores aos quais pagou a soma de R\$667.400,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e quatrocentos reais);

22. **Ronilton Capixaba** (Ronilton Rodrigues Reis) com 29 funcionários gastou R\$919.900,00 (novecentos e dezenove mil e novecentos reais);

23. **Carlão de Oliveira** (José Carlos de Oliveira), presidente da Assembléia Legislativa, empregou 41 funcionários aos quais destinou R\$1.401.500,00 (um milhão e quatrocentos e um mil e quinhentos reais).

Esse esquema de locupletamento ilícito de parlamentares em detrimento do erário e de pessoas que sequer sabiam que seus nomes figuravam na folha de pagamento da Assembléia encontra-se evidenciado em inquérito civil público do Ministério Público de Rondônia. E também robusto o conjunto probatório produzido

pela Polícia Federal. Os vários documentos apreendidos, que já foram periciados, integram os inquéritos policiais que estão em fase de conclusão.

O envolvimento do presidente da Assembléia Legislativa, Deputado José Carlos de Oliveira, de Moisés José Ribeiro de Oliveira e de Marlon Sérgio Lustosa Jungles, estes últimos, como já dito, irmão e cunhado do primeiro, é de perfeita visualização nos depoimentos colhidos.

5. Recomendações

A situação no Estado de Rondônia, como visto, é extremamente grave e excepcional. A ordem pública, que não deve ser confundida com segurança pública, encontra-se seriamente comprometida. Esta premissa pode ser comprovada em um simples “passeio” pelas ruas da capital Porto Velho. As pessoas estão revoltadas e prontas para tomar medidas violentas o que, aliás, já foi feito no recente ataque à Assembléia Legislativa, O Estado Democrático de Direito, e, portanto, a ordem pública reclama respostas moralizadoras urgentes. E, não obstante o trabalho árduo que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Federal, o Poder Judiciário ainda não conseguiu entregar efetivamente a prestação jurisdicional, determinando o afastamento dos parlamentares estaduais comprovadamente envolvidos nos escândalos.

Alerte-se que as provas da corrupção que grassa na Assembléia Legislativa de Rondônia são robustas. Todavia, essa robustez não foi suficiente para que os envolvidos fossem cassados por quebra de decoro parlamentar no procedimento administrativo que tramitou naquele parlamento.

Assim, após tudo o que se apurou, esta comissão externa entende por bem fazer as seguintes recomendações às autoridades, Poderes e instituições:

a) Pugnar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que decrete intervenção federal no Estado de Rondônia

Diante do grave comprometimento da ordem pública e do não funcionamento adequado do Poder Legislativo no Estado de Rondônia é imperativo que se instrumentalize o instituto constitucional da intervenção federal na citada unidade federativa.

A intervenção é ato político que consiste na incursão da entidade interventora nos negócios da entidade que a suporta. Constitui a antítese da autonomia, pois afasta momentaneamente a atuação autônoma do Estado, do Distrito Federal ou do município que a tenha sofrido.

A Constituição consagra o princípio da não-intervenção. Isso porque tal ato se traduz em medida excepcional de defesa do Estado Federal e de proteção das unidades federadas que o integram. E instituto essen-

cial ao sistema federativo, sendo exercido em função da integridade nacional e da tranqüilidade pública.

Quando a intervenção for da União nos Estados ou no Distrito Federal, o artigo 34 da Constituição relaciona as hipóteses de incidência.

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I – manter a integridade nacional;

II – repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III – pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV – garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V – reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI – prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

E sobre a hipótese prevista no inciso III (pôr termo a grave comprometimento da ordem pública), a aplicável ao presente caso, vale transcrever os ensinamentos de Enrique Ricardo Lewandowski, em sua obra – Pressupostos materiais e formais da Intervenção Federal no Brasil:

O direito anterior, conforme se verificou, exigia que a perturbação da ordem pública fosse de excepcional gravidade para que a intervenção se apresentasse como lícita. As Constituições de 1891, com a redação dada pela Emenda de 1926, de 1934 e de 1946 falavam, inclusive, em guerra civil. E, como observa Manoel Gonçalves Ferreira Filho, embora a primeira Constituição republicana admitisse

a medida “para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados”, condicionava-se “à requisição dos respectivos governos”.

A Carta Ditatorial de 1937, por sua vez, autorizava a intervenção quando a ordem estivesse ‘gravemente alterada’ e se o Estado não quisesse ou não pudesse restabelecê-la. Mesmo a Constituição de 1967, editada sob a égide de um governo militar, exigia que a perturbação da ordem fosse grave.

Apenas na Constituição de 1969 (ou de 1967 com a redação dada pela EC nº 1/69), como recrudescimento do autoritarismo e da centralização do sistema federativo, é que a intervenção passou a ser admitida na hipótese de simples ‘perturbação da ordem’ ou ainda em face da mera ‘ameaça de sua irrupção’, conforme estabelecia o art. 10, III, da Carta. No mesmo dispositivo previa-se também a ação interventiva no caso de definição do poder público estadual’.

Com a volta à normalidade institucional, restabelecidas as franquias democráticas, já sob atual Constituição, a medida somente pode ser desencadeada na hipótese de “grave comprometimento da ordem pública”.

Isso significa que não é qualquer perturbação da ordem que toma lícita a intromissão do governo central nos negócios internos das unidades da Federação. Medida extrema que é, posto que fere a autonomia constitucionalmente assegurada aos entes federados, ela somente se justifica caso não possa a desordem ser debelada pelas autoridades locais ou se estas, por qualquer razão, não queiram fazê-lo. Como nota Manoel Gonçalves Pereira Filho, “outra exegese esvaziaria a autonomia estadual, uma vez que a deixaria vulnerável sempre que ocorresse qualquer desordem, embora perfeitamente superável pelos próprios meios do Estado Federado”.

A interrupção da ordem, pois, há de ser fora do comum, excepcional, como se disse. Nas palavras de José Cretella Júnior, ordem é o contrário de caos, registrando-se vários graus de perturbação da ordem, devendo, contudo, esta apresentar-se como grave para abonar a ação federal.

Mas no que consiste, afinal, a ordem pública? Para Plácido e Silva ela constitui “a situação e o estado de legalidade, normal em que as autoridades exercem suas atribuições precípuas e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protesto”. Trata-se, pois, da paz e da tranquilidade no meio social, usufruídas ao abrigo da ordem jurídica assegurada pelo Estado.

Na hipótese de grave perturbação da ordem, a intervenção é decidida pelo Presidente da República,

independentemente de qualquer apreciação prévia do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário, após a verificação da ocorrência dos fatos que a justificam.

Cuida-se, no caso, de uma competência discricionária, quer dizer, diferentemente da hipótese de assegurar o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação em que o exercício da competência interventiva é vinculado, nesta hipótese pode ou não ser exercida por seu titular, segundo um juízo de oportunidade e conveniência da parte deste. Em outras palavras, nas hipóteses supra-tencionadas, a intervenção é deixada ao prudente arbítrio do Presidente da República, que age **motu proprio**, independentemente de provocação.

Os pressupostos formais, aqueles que dizem respeito a efetivação, limitação e requisitos da intervenção estão concentrados no artigo 36 da Constituição Federal, que estabelece:

Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

Assim, para sanar o problema que experimenta o Estado de Rondônia, qual seja o grave comprome-

timento da ordem pública, basta que o Presidente da República decreta a intervenção, especificando a amplitude, o prazo e as condições de execução, nomeie o interventor e submeta a medida ao Congresso Nacional no prazo de 24 horas.

b) Instar a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado de Rondônia a agilizar a conclusão dos inquéritos que instauraram e este último ainda a ajuizar as ações civis públicas que objetivem a declaração de perda de mandato dos parlamentares envolvidos em atos de corrupção.

O Ministério Público estadual instaurou diversos inquéritos civis públicos para servir de base à propositura de ações que objetivam a responsabilização dos parlamentares envolvidos em atos de corrupção.

Da mesma forma, a Polícia Federal instaurou os correspondentes inquéritos policiais, a fim de elucidar os atos criminosos cometidos na Assembléia e instrumentalizar a propositura das ações penais cabíveis.

É necessário que sejam urgentemente concluídas essas investigações e ajuizadas as competentes ações – cíveis e criminais – e, respeitado os devidos processos legal, punidos, inclusive com a cassação dos mandatos, todos os culpados. Dentre as condutas já apuradas, inegavelmente a mais grave é a que diz respeito à “folha paralela”, citada neste relatório. E, pelo que já está provado, é imprescindível que o Tribunal de Justiça decreta a perda dos mandatos dos deputados estaduais a seguir nominados e que seja dada posse aos seus respectivos suplentes:

1. Carlão de Oliveira (José Carlos de Oliveira);
2. Beto do Trento;
3. Amarildo de Almeida;
4. Doutor Carlos (Carlos Henrique Bueno da Silva);
5. Daniel Neri de Oliveira;
6. Deusdete Antônio Alves;
7. Edezio A. Martelli;
8. Edison Gazoni;
9. Ellen Ruth;
10. Everton Leoni;
11. Chico Doido;
12. Leudo Buriti (Francisco L. B. Souza);
13. Haroldo F. Carvalho Santos;
14. João da Muleta (João Batista dos Santos);
15. Kaká Mendonça (João Ricardo Geromolo Mendonça);
16. Emílio Paulista (José Emílio Mancuso de Almeida);
17. Marcos Antônio Donadon;

18. Mauro de Carvalho;
19. Neodi Carlos Francisco de Oliveira;
20. Nereu José Klosinski;
21. Paulo R. O. Moraes (afastado temporariamente para exercer o cargo de secretário de Segurança Pública);
22. Renato Euclides Carvalho Veloso Viana;
23. Ronilton Capixaba

c) Solicitar ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia que analise com celeridade os pleitos relacionados aos crimes e improbidades cometidos na Assembléia do Estado.

Os inquéritos civis e policiais alicerçam ações judiciais cujo julgamento estará a cabo do Tribunal de Justiça, no caso dos crimes, e das Varas da Fazenda Pública, no caso das improbidades.

O julgamento ágil desses feitos, sem obviamente afastar-se das exigências do devido processo legal, é condição imprescindível para por cobro à impunidade e restabelecer a confiança nas Instituições no Estado de Rondônia.

d) Recomendar ao Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Estado de Rondônia que não se quedem a pressões da maioria dos deputados estaduais envolvidos nos ilícitos relatados, os quais, desvirtuando sua função constitucional de legislar em nome do povo, exercem essa função com finalidades menores, por vezes condicionando-a a benesses pouco ortodoxas.

Esta Comissão percebeu que nos bastidores da análise da lei orçamentária ora em discussão em Rondônia – e isso vem refletido na mídia local – a votação do orçamento vem servindo de instrumento de pressão contra o Tribunal de Justiça e o Ministério Público para que estes amenizem sua atuação contra os deputados envolvidos nos ilícitos aqui retratados.

e) Solicitar ao Ministério Público e à Polícia Federal que promovam as investigações relativas às denúncias que envolvam o Senhor Governador do Estado.

Pelas investigações já feitas, há indícios de que o senhor Governador Ivo Narciso Cassol, no exercício do cargo, possa ter cometido irregularidades administrativas, civis e penais, que devem ser apuradas e o(s) responsável (eis) punido(s) exemplarmente na medida de sua(s) culpabilidade(s).

f) Solicitar ao Senhor Presidente do Congresso Nacional que seja priorizada a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2005.

A Senadora Fátima Cleide (PT-RO), integrante desta Comissão, apresentou em 26 de outubro de 2005 a PEC nº 62, que “atribui ao Senado Federal a competência de processar e julgar legisladores estaduais,

distritais e municipais quando houver envolvimento de mais da metade de seus membros “.

A inovação deve ser apreciada com a rapidez possível uma vez que, se adotada, poderá colocar termo a situações como a do Estado de Rondônia. E necessário que o Senado Federal, diante de grave violação institucional, possa interferir no Estados e restabelecer a ordem”.

g) Solicitar ao Senhor Presidente do Senado Federal que officie aos chefes da Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário de Rondônia tecendo referências elogiosas às autoridades que vêm atuando na apuração das denúncias.

Inegável que às autoridades compete cumprir o que lhes determina o ordenamento jurídico do País. Assim, em princípio, nenhum elogio mereceria as autoridades envolvidas nas investigações realizadas no Estado de Rondônia. Todavia a coragem, presteza e competência com que se houveram o Delegado Federal Dr. Joaquim Mesquita, o Promotor de Justiça Dr. Rudson Coutinho e o Desembargador Sansão Batista Saldanha não devem passar em claro. Assim é que esta Comissão se sente no dever de prestar

h) Sugerir ao Senhor Presidente do Senado Federal que encaminhe cópia do presente Relatório às seguintes autoridades:

- Presidente da República;
- Procurador-Geral da República;
- Ministro da Justiça;
- Diretor-Geral da Polícia Federal;
- Superintendente Regional da Polícia Federal de Rondônia;
- Governador do Estado de Rondônia;
- Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia;
- Procurador-Geral de Justiça de Rondônia;

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2005.

Membros Titulares:

Senador Sibá Machado (PT-AC), Presidente

Senador Augusto Botelho (PDT-RR), Vice presidente

Senador Demóstenes Torres (PFL-GO), Relator

Senador Arthur Vigílio (PSDB-AM)

Suplentes:

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)

Senador Magno Malta (PL-FS)

Senador João Alberto de Souza (PMDB-MA)

Senadora Fátima Cleide (PT-RO)

Senadora Heloísa Helena (PSOL-AL)

ANEXO I

Transcrição das gravações exibidas pela Rede Globo de Televisão

Transcrição parcial das reportagens e diálogos contidos nas exibições do Fantástico dos dias 15 e 22, entremeados por trechos de discursos dos parlamentares envolvidos, na primeira delas, e na segunda pela confirmação do grupo que levada a mesada, abaixo reproduzidas do sítio da TV Globo, programa “Fantástico”:

Matéria do dia 15 de maio de 2005

Exclusivo! Os bastidores do pior da política brasileira. Um Governador de estado grava com uma câmera escondida cenas explícitas de corrupção. Deputados fazem fila na casa dele para extorquir dinheiro e fazer negociações.

“Durante a semana, a bancada federal enviou à casa de leis ofícios pedindo providências sobre os desmandos do Governador do Estado”, diz a locutora da Assembléia Legislativa de Rondônia.

O estado de Rondônia atualmente é cenário de uma violenta disputa por poder e dinheiro. De um lado, a bancada dos deputados estaduais de oposição. De outro, o Governador Ivo Cassol, do PSDB. Cassol é acusado pela bancada de oposição de não repassar para os poderes estaduais verbas previstas no orçamento de 2004.

“O orçamento de 2004 ele sancionou e depois, de forma unilateral, ele baixou um decreto no dia 5 de janeiro, que esse é o fruto da denúncia, baixou um decreto de forma unilateral, onde ele diminui o repasse de todos os poderes, bem como do Ministério Público, descumprindo a lei de responsabilidade fiscal”, diz a deputada estadual Ellen Ruth.

Segundo Ivo Cassol, que está sujeito a um processo de impeachment, o que está por trás da disputa é um jogo de interesses. Ele afirma que os deputados de oposição fizeram da Assembléia Legislativa um balcão de negócios. Em troca de apoio político, dinheiro. “Nos governos passados, os Governadores sempre foram reféns da Assembléia Legislativa. Portanto, logo no começo da administração, começaram a ter propostas indecentes”, declara Ivo Cassol.

O Governador de Rondônia resolveu, então, gravar as tais propostas indecentes com uma câmera escondida. As imagens que o Fantástico mostrou, com exclusividade, revelam a face mais sórdida da política brasileira.

“Nesse momento, eu tinha no meu escritório a visita do deputado Ronilton Capixaba, da deputada Ellen Ruth e do deputado Daniel Nery. Eles queriam R\$ 50 mil de pagamento cada um, por fora, mensal. E

eles falavam em nome de um grupo de dez deputados estaduais”, diz o Governador. “A própria deputada Ellen Ruth dizia que, se eu quisesse a governabilidade no estado, eu tinha que aceitar a proposta deles, sob pena de não ter condições de governar.”

Numa das cenas mostradas, a deputada Ellen Ruth e o deputado Ronilton Capixaba sugerem ao Governador o superfaturamento dos custos de um serviço terceirizado: os postos de vigilância.

Ellen: Você já conversou com o Ivo a respeito dos valores?

Ronilton: Nós falamos na questão de 250 postos, daria para bancar 10 deputados.

Ellen: O que foi quando você conversou ontem com o Ivo? O que deu os 250 postos? Daria quanto isso?

Ronilton: Sobrariam R\$500 mil para dar a 10 deputados.

O Governador Ivo Cassol pergunta aos deputados: Mas vamos dizer o seguinte: vamos dizer que eu não consigo viabilizar os R\$50 mil para cada um? Tá, quer dizer então que eu não tenho como fazer nada? Ellen: Não. Ai você vai nos dizer quanto você tem quanto você pode viabilizar.

Ronilton: É o seguinte, Governador nós não podemos sair daqui com uma conversa, por exemplo, o senhor falou: “não posso viabilizar isso aqui”, eu vou levantar e falar “então tá bom, tchau”.

A deputada Ellen Ruth insinua que o Governador também está recebendo o dele.

Ellen: Ninguém tá comprando ninguém. Ninguém está comprando ninguém. Porque dentro do orçamento do estado você está levando o seu como executor.

Ivo: Eu, não.

Ellen: Então tá, alguém leva, tá bom. Então tá, alguém leva.

Ivo: Eu tô ao contrário.

Ellen: Mas ai alguém leva como executor. Porque isso é de praxe. Você não vai consertar o mundo, nós não vamos consertar o mundo. Só um minutinho, só acabar meu raciocínio. Não adianta nós dizermos para eles, por exemplo, para os deputados, que isso não acontece na tua administração porque eles não vão acreditar. Está certo? Não adianta eles não vão acreditar.

Em outra cena, o deputado Ronilton Capixaba mostra, num papel sobre a mesa, o valor da propina. Ele afirma também que, se o dinheiro sair, acaba a oposição na Assembléia e todos vão poder aproveitar.

Ronilton: Quando nós pensamos aqui é porque nós vamos pegar, vamos sentar lá e vamos dizer “sim! Sim! Sim! Sim! Sim!” Pro o sítio!

Ivo: Eu não quem nem saber...

Ronilton: Mas espera aí, tudo pro sítio vamos para o Rio de Janeiro, onde tá o sol hoje? Tem sol no final de semana onde? Vup vamos pra lá!

Ellen Ruth conclui o raciocínio:

Ellen: Você é empresário, você sabe. Se você não fosse político, o empresário dá suporte ao político. Mas depois ele quer trabalhar. É uma via de mão dupla. Esquece o teu lado Governador. O teu lado empresário. O empresário quando podia o Ronilton Capixaba, ele apóia porque quando o Ronilton estiver na Assembléia, ele quer obra. Ele quer obra.

“Ora, vamos sim, vamos mostrar que nós queremos, sim, governar com transparência!”, discursou Ellen Ruth na Assembléia.

“Porque aqui nessa casa é que o povo tem a garantia de, um dia, o dever ser cumprido. E nessa casa que se faz a democracia!”, também discursou Ronilton Capixaba.

“Esse deputado é o Paulista. Emilio Paulista, de Cacoal. Ele já é um deputado, se não me engano, de três mandatos. E ele está me explicando de que maneira ele conseguia no passado de outros Governadores liberarem recursos”, apresenta outro trecho das gravações Cassol.

O deputado Emilio Paulista também faz parte do grupo que queria receber os R\$ 50 mil mensais de propina. Em um momento, ele incrimina o ex-Governador Valdir Rap, hoje senador da República, e seu assessor, José de Almeida Júnior.

Paulista: Sabe o que o Raupp fazia? Através do Almeida? Eu estava com o Almeida ontem. Infelizmente, ele fazia uma coisa errada. O Almeida, naquela época, tempo de vacas gordas, pegava R\$40 mil na época e dava para os caras. Muito dinheiro, isso.

Ivo: Como é que ele fazia?

Paulista: Não sei, não sabia de onde tirar.

Ivo: Ele dava quanto para cada deputado? Paulista: R\$40 mil. O Almeida me falou ontem.

Ivo: Quem?

Paulista: O Almeida.

Ivo: Na época do Raupp?

Paulista: Do Raupp.

Num outro trecho, Emilio Paulista revela que era peça-chave da Assembléia durante o mandato de outro ex-Governador de Rondônia, José Bianco de Abreu, hoje prefeito de Ji-Paraná. Em troca, ganhava o direito de explorar o setor de alimentação em várias cidades do estado.

Paulista: O Bianco é o seguinte: o Bianco eu sustentava o gabinete do Bianco e era líder do Bianco na seguinte condição. A comida de Ariquemes era minha, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena e tudo.

Paulista também revela um medo entre os deputados que negociam a propina de R\$50 mil mensais: traição na hora do repasse.

Paulista: Esse negócio de dinheiro é importante, mas esse valor também eu acho abusivo, o valor de R\$50 mil. Mas acontece que uns que já vendendo os outros. Esse que está sendo o problema.

Ivo: Isso é que é o problema. Eles voltam lá, fazem o inferno e todo mundo.

Paulista: Aí um está negociando aqui por 100,150, ta vendendo o outro por 20, por 30. Ta havendo esse negócio aí também.

Em mais um trecho das gravações feitas com câmera escondida pelo Governador No Cassol, outro deputado do grupo dos dez aparece pedindo favores: Amarildo Santos.

Amarildo: Essa licitação, só mostrar aqui... Essa licitação que vai acontecer agora, essa ainda não abriu ainda não. Essa aqui, ó. Tem essa, lá perto de uma empresa lá. Você já tem compromisso com esse pessoal aí, já? Com esse pessoal?

Ivo: Eu não sei, tem que ver a licitação.

Em troca, Amarildo promete apoio incondicional.

Amarildo: isso é jogo político, é a mesma coisa, por exemplo, se o senhor precisar de qualquer coisa, por exemplo, que resolva um problema interno rápido seu pela Assembléia, vota até no escuro e faz. Quando as coisas estão caminhando, o que o senhor não pode ter é restrição dentro da Assembléia. O resto o senhor pode deitar e rolar.

“ Porque aqui neste momento eu represento o povo do estado de Rondônia!”, discursou Amarildo na Assembléia.

Em outro trecho, o deputado Ronilton Capixaba é visto pedindo ao Governador favores para o colega de bancada Amando Santos e acaba revelando um detalhe da relação de algumas empreiteiras com governos.

Ronilton: Por que naquela obra lá de Teixeirópolis o Amarildo não pega, tira um edital a mais, que está dando emprego para as “empreitinhas”, as “empreitazinha” que pega e faz, pega e faz, Tem muitas fraquinhas, com escritório debaixo do braço, mas faz. Mas faz. Aí ele está dando emprego, está fazendo política, o Governador é f..., o Governador faz, o deputado que arranhou a obra, e tal, tal, tal. O empreiteiro terminou, passa para o deputado aquela mixariázinha ali, quer dizer, o deputado, além de tudo está dando emprego para o miserável que fica enchendo o saco dele, e diz que é empresário.

Mais dois deputados estaduais do grupo dos dez aparecem nas gravações negociando apoio ao

Governador de Rondônia: Kaká Mendonça e João da Muleta.

Kaká: O caminho mais importante, pelo menos para mim, eu vejo dessa forma, é ser parteiro do governo. É ser companheiro do governo. E o Governador acreditar em mim e dizer ‘eu tenho um parteiro. Aquele ali? Aquele ali eu posso contar com ele. Aquele ali e um cara que segura, que pode chover canivete, porque tem cara que só quer aproveitar.

‘Mostrem a verdade! Eu não ligo que falem de mim) mas falem a verdade’”, discursou Kaká na Assembléia.

O Governador Ivo Cassol, responsável pelas gravações, é, ele próprio, alvo de uma investigação: foi denunciado pelo Ministério Público Federal por suspeita de formação de quadrilha e fraudes em licitações públicas quando era prefeito da cidade de Rollim De Moura, em Rondônia.

Depois que o Fantástico teve acesso às gravações, nossos repórteres procuraram os deputados estaduais que aparecem nas fitas. Nenhum quis dar entrevista. Ellen Rutti, que tinha sido entrevistada dias antes para comentar o processo de impeachment que corre contra Ivo Cassol, não quis fazer novas declarações.

“Se a Receita Federal vier em nosso estado, a Polícia Federal e levantar as propriedades de todos os políticos do Poder Legislativo, vão perceber que muitos deles conseguiram do dia para a noite ter propriedade, ter fazenda, ter gado, está em nome de laranjas, mas é só procurar no estado de Rondônia que tem à vontade, quando na verdade, eles, como parlamentares, jamais podiam chegar no ponto em que chegaram”, diz o Governador.

As cenas mostradas foram gravadas em Rondônia. O Brasil tem outros 25 estados e um Distrito Federal. Um total de 1.059 deputados estaduais.

O ex-Governador e atual senador pelo PMDB, Valdir Raupp, não quis comentar as denúncias e disse que só falaria depois de conhecê-las com mais detalhes. José de Abreu Bianco, também ex-Governador de Rondônia e atual prefeito de Ji-paraná pelo PFL, não foi encontrado.

Matéria do dia 22 de maio de 2005

Locução: Ao longo de vários meses, entre o final de 2003 e o primeiro semestre de 2004, o Governador usou uma câmera escondida em sua casa para gravar as conversas com os deputados. Depois de ameaçado por um processo de impeachment, Ivo Cassol decidiu entregar para o Fantástico parte das gravações. Você vai ver trechos inéditos.

Num deles, o deputado Ronilton Capixaba lê para o Governador a lista dos deputados que fadam parte do esquema.

Ronilton: Nós temos lá a Ellen, Gazoni, Daniel Neri, Paulista, Leudo, Donadon, Kaká, Chico Doido, Ronilton e Chico Paraíba.

Ivo: Isso tudo eu já consigo o voto?

Ronilton: Certo.

São estes os dez deputados citados: Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Daniel Neri, Emilio Paulista, Kaká Mendonça, que podem ser vistos nas gravações, – além de Edison Gazoni, Chico Paraíba, Chico Doido, Leudo Buriti e Marcos Donadon, que, segundo Ronilton Capixaba, fariam parte do esquema.

Além dos dez, aparecem ainda nas gravações do Governador negociando propinas os deputados Amarildo Santos de Almeida e João da Muleta. Um total de 12 deputados envolvidos.

Em outro trecho inédito, a deputada Ellen Ruth pressiona Ivo Cassol. Ela quer que o Governador diga qual o valor da propina mensal que poderia ser paga, e afirma que os deputados do grupo estão ansiosos por uma resposta.

Ellen: Não pode esse valor? Nós não podemos sair daqui dizendo pra eles que simplesmente isso não pode e que eles precisam repensar. Nós não vamos chegar em canto nenhum. A minha sugestão é: não pode? reúne com o teu pessoal, com o teu pessoal, vê o que pode. Posso passar isso dia tal. Pra gente ter uma proposta concreta pra eles. Porque a cada cinco minutos eles ligam pro Ronilton, ligam pra gente, e começa a gerar até assim, além da expectativa, tem a dúvida. Nós somos seres humanos.

O deputado Amarildo Santos ressalta a importância de se fechar um acordo com o grupo inteiro.

Amarildo: Porque se a gente puxar Gazoni, Ellen, eles vão bater sempre que querem o grupo, querem o grupo. Porque esse povo é bandido.

Em outro trecho inédito, quem aparece é o deputado Emilio Paulista. Ele diz que o presidente da Assembleia, deputado Cartão de Oliveira, teria pago propinas a deputados para conseguir a presidência.

Ivo Cassol: Quanto o Cartão gastou nessa presidência? Quanto ele gastou pra fazer essa presidência?

Emilio Paulista: O Cartão nessa presidência agora...

Ivo Cassol: Não nessa segunda, na primeira.

Emilio Paulista: Na primeira presidência. 14 por R\$200 mil, dá quanto?

Ivo Cassol: 14 deputados por R\$200 mil.

Emilio Paulista: Dá quanto isso aí?

Ivo Cassol: Dá 2 e 800. Custou 200 paus cada deputado? 200? 200 mil reais

ANEXO II

Cronologia dos acontecimentos

15 de maio

- Divulgação de gravações editadas, no Fantástico, mostrando cenas de extorsão e propostas de negociatas envolvendo sete parlamentares estaduais e o Governador.

- Nomes dos ex-Governadores Valdir Raupp e José Bianco são citados por parlamentar eles teriam negociado com parlamentares para ter condições de governar.

- Suspensão, pela Justiça de Rondônia, da veiculação das imagens, a pedido de 20 dos 24 deputados.

- Imprensa local noticia, por meio eletrônico, que manifestantes pró-Cassol protestaram em frente à TV Rondônia, retransmissora da Globo, e tentaram invadir o prédio da Assembleia na mesma noite.

- “Denúncias provocam crise entre o governo e AL de Rondônia”, é o título de matéria **on line** publicada pelo **Estado de São Paulo**, primeiro a abordar as denúncias de corrupção que pesam sobre o Governador e apontar seus motivos para divulgar a gravação.

16 de maio

- PT divulga nota, a mais abrangente sobre a crise repudia a censura, condena a extorsão, pede apuração dos atos dos parlamentares e do Governador e desmente participação de seus quatro deputados no pedido de censura.

- Senadora Fátima Cleide visita OAS e Ministério Público.

- Deputado federal Eduardo Valverde protocola na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara requerimento solicitando a presença do Governador para esclarecer as circunstâncias das gravações por ele feitas, suas motivações e conseqüências.

- Manifestantes protestam em frente aos prédios do Tribunal de Justiça e da Assembleia.

- Presidente da Assembleia anuncia criação de comissão temporária especial para investigar as denúncias, composta pelos deputados Chico Paraíba (PMDB), Leudo Buriti (PTB), Edézio Martelli (PT), Everton Leoni (PSDB) e Deusdete Alves (PDT).

- Governador anuncia ida a Brasília para entregar fitas ao Ministério da Justiça.

- Imprensa local afirma que o Governador tem gravações com jornalista e dono de veículo de comunicação dele exigindo 40 mil reais.

- Jornal eletrônico divulga que em setembro de 2004 o MPF pediu abertura de inquérito contra o Go-

vernador por envolvimento na extração de diamantes da reserva Cinta-Larga, imputando-lhe crime de responsabilidade, descaminho e prevaricação.

- Bancada federal de Rondônia encaminha ofício a Assembléia pedindo providências para apuração da corrupção envolvendo os deputados.

- Globo anuncia que irá recorrer da decisão judicial que patrocinou a censura em RO.

- O jornal “Hoje” e o jornal “Nacional” repercutem o assunto, O Nacional faz ampla cobertura, com ênfase na censura, divulgando declarações dos representantes nacionais da OAB, Fenaj, ABI, ANJ, do procurador-geral da República e do arcebispo de Porto Velho, Dom Moacir Grechi. O procurador da República assim se manifesta: “É fundamental que as idéias circulem. Qualquer tentativa de volta à censura é condenável, e não pode ser aplaudida nem tolerada”.

- “Assembléia de Rondônia vai investigar denúncias feitas pelo Governador”, é título de matéria da Folha Online.

17 de maio

- Governador não entrega fitas ao ministro da Justiça.

- Governador concede entrevista à imprensa local e diz que só entregou gravações ao Fantástico porque o MPF nada fez. Afirma também ter gravações recentes, de 30, 60 dias.

- Presidente da AL confirma leitura de relatório que investiga crime de responsabilidade orçamentária. Relatora é Ellen Ruth, deputada envolvida no escândalo.

- Imprensa local anuncia renúncia de Ellen Ruth da comissão processante contra o Governador

- Senadora Fátima Cleide discursa no Plenário contra a censura, pede apuração rigorosa sobre todos os envolvidos e aponta crise institucional em Rondônia.

- Senadora apresenta requerimento para criação de comissão externa do Senado com finalidade de apurar a situação em Rondônia. Plenário aprova pedido.

- Senadores Ideli Salvatti, Arthur Virgílio, Heloisa Helena, Romeu Tuma e Tião Viana debatem situação de Rondônia em Plenário.

- CPMI da Terra aprova requerimento para que o Governador trate de denúncias de trabalhadores rurais da Gleba Massaco, de Alta Floresta. Durante audiência da CPMI em Rondônia, no mês passado, eles de-

nunciaram que o Governador e família os ameaçam e os perseguem.

- Deputados desistem de ação judicial e pedem liberação de gravações.

- Manifestação popular ocorre em Porto Velho, quando prédios da Assembléia e do Governo são depredados.

- Ministério Público de Rondônia anuncia instalação de inquérito, divulgando portaria 780, de 16 de maio, documento em que informa pedir à rede Globo cópia da matéria levada ao ar e cópia das fitas originais de onde foi extraído o conteúdo jornalístico, e também ao Governador as “fitas relacionadas ao programa mencionado e eventuais documentos que possam subsidiar o caso”. O procurador-geral do MP nomeia para as investigações os procuradores Cláudio José de Barros Silveira e Júlio César Amaral Tomé e os promotores de Justiça Eriberto Gomes Barroso e Rudson Coutinho da Silva.

- Repercussão na imprensa nacional, com chamadas na capa: Folha de São Paulo – “Fita provoca crise e protesto em Rondônia”, é a manchete principal, com foto de estudantes protestando, exibindo “notas” de R\$50 mil, com inscrição no verso “válida somente para compra de deputado corrupto”, e foto do Governador; também um Box com a matéria “Globo vai recorrer da censura” e fotos das cenas de TV onde aparecem os deputados. A matéria tornou uma página. O Globo – “Condenada censura a reportagem sobre corrupção” e “Avanço da corrupção preocupa especialistas”, com análise de cientistas políticos sobre crimes de corrupção, e foto das cenas dos deputados Ellen Ruth e Ronilton Capixaba. **Correio Braziliense** “Rondônia vive clima de guerra”, é a manchete, com loto dos manifestantes em frente à Assembléia, e loto do Governador em Box que trata das denúncias contra ele

- O jornal eletrônico **Folha Online** repercute declarações de Fátima em plenário, ao pedir a renúncia dos envolvidos, com a matéria “Senadores criam comissão para apurar denúncias de corrupção em Rondônia”.

- **O Globo, Gazeta do Paraná, Diário de Pernambuco, A Crítica, Tribuna da Imprensa e O Tempo** repercutem o pedido de criação de comissão externa e discurso da senadora Fátima.

18 de maio

- Comissão Especial aprova relatório pela denúncia contra o Governador, por crime de responsabilidade, em função do não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento de 2004.

- Comissão Temporária Especial conclui relatório elaborado pelo deputado Edézio Martelli(PT), sugerindo o afastamento dos sete deputados inicialmente envolvidos, o que é acatado.

- Repercussão na imprensa nacional, com chamada na capa: **Folha de São Paulo** – “Assembléia e sede do governo são depredadas em Rondônia”, é a manchete, com foto de estudantes e policiais, trazendo ainda o Box “Entenda o caso” e “Deputados se recusam a falar sobre a gravação”. **O Globo** – “Cai a censura a reportagem sobre corrupção”, é o título, com foto dos manifestantes e Box com a notícia de aprovação do requerimento da senadora Fátima; **Correio Braziliense** – “Revolta popular em Porto Velho”, é o título, com três fotos dos protestos e Box “Congresso vai acompanhar crise”, com a seguinte declaração “O Estado de Direito não chegou a Rondônia. Temos que restabelecer o Estado de Direito”, da senadora e sua sugestão de renúncia aos parlamentares.

- “Grupo depreda AL”, é o título do Jornal do Brasil.

- No **Folha Online**: “Cassol diz que só revelou fitas agora porque Procuradoria não fez nada”; “TJ da Rondônia revoga liminar que impedia divulgação de reportagem” e “Governador de Rondônia acusa o PT de envolvimento nas manifestações”.

- TJ de Rondônia pede explicações sobre nota do PT

19 de maio

- Encaminhado à Folha pedido para que seja publicada declaração da senadora Fátima em contraponto a Cassol, sendo atendido.

- Executiva do PT se manifesta na imprensa local e diz que acusações do Governador não tem fundamento

- MPF de Rondônia rebate Governador em nota, afirmando que fita entregue por ele nada tem a ver com as veiculadas pela Globo; material teria sido entregue em fevereiro deste ano

- Comissão aprova relatório contra Cassol; anunciada a aprovação do relatório pelo deputado Leudo Burity, que substituiu Ellen Ruth.

- Folha Online e Estado Online, respectivamente: “Deputados acusados em Rondônia são afastados” e “Assembléia abre sindicância e afasta deputados”.

- Governador ataca novamente o PT dizendo que a intervenção e renúncia é oportunismo do partido.

- Assembléia não sabe se suplentes dos afastados devem assumir.

20 de maio

- PMDB nacional anuncia que deseja o afastamento dos deputados João da Muleta e Daniel Néri.

- Presidido por Raupp, PMDB regional não afasta parlamentares.

- Jornalista Carlos Nascimento, da TV Bandeirantes, questiona Cassol por privilegiar a Globo.

- MPF, MP estadual e Assembléia continuam sem fitas e Globo anuncia novas imagens.

- Aprovada a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pelo deputado Nereu Klosinski(PT) para investigar irregularidades diversas na Seduc.

- **Folha de Rondônia** ataca Fátima Cleide, Valverde e deputado Nereu – Diz que a senadora é desprestigiada, informando que “romaria” na Suframa em nada resultou, enquanto o órgão liberou mais de 1 bilhão de reais para a Zona Franca de Manaus recentemente

- Repercussão na imprensa nacional: Folha de São Paulo, com chamada na capa – “Deputados acusam Cassol de armação”, é o título, com foto da passeata de protesto no dia anterior em rua da capital e Box “Deputada do PP afirma ter caído em uma arapuca”. Mesmo material é divulgado na **Folha On line**; **Correio Braziliense** – “Apuração de fraude no Estado”, é a manchete, com foto de manifestantes segurando caixão simbolizando o Governo do Estado em frente a Assembléia; a matéria anuncia a instalação de uma CPI para apurar irregularidades na Secretaria da Educação, e traz declarações da senadora contra-atacando o Governador, que teria se “irritado por Fátima integrar comissão”. O Correio traz ainda o Box “Gastos sem controle”, com foto do Governador e texto que trata de relatório do TC apontando gastos exorbitantes da Assembléia com folha de pagamento. Jornal do Brasil – “Instalação de Comissão do Senado é adiada” e Estado de São Paulo – “CPI vai apurar desvio de verba em Rondônia”, contendo declarações da senadora Fátima.

21 de maio

- Novas gravações a serem exibidas no Fantástico de domingo 22 são anunciadas

- Jornal de Brasília publica artigo da senadora intitulado “A desfaçatez de pessoas públicas”, abordando o comportamento de quem ocupa cargo público e a corrupção.

22 de maio

- Revistas **Época** e **Veja** da semana tratam de casos de corrupção; caso de Rondônia é abordado.
- Imprensa local repercute reportagens das revistas
- Imprensa local informa que, conhecendo conteúdo do que será divulgado, deputado Edson Gazoni(PDT) deixa o Conselho do Sebrae e se desliga do partido.
- Fantástico traz os mesmos personagens da gravação anterior. O deputado Ronilton Capixaba lê para o Governador os nomes dos deputados que integrariam o grupo de 10 para recebimento da mesada – Chico Doido(PSB), Chico Paraíba(PMDB), Leudo Buriti(PTB), Edson Gazoni(PDT), Marcos Donadon(PMDB), Emilio Paulista(PFL), Ellen Ruth(PP), Ronilton Capixaba(PL), Kaká Mendonça e Daniel Néri.

• Outra revelação na gravação é feita pelo deputado Paulista. Ele afirma ao Governador que para se eleger presidente da Assembléia pela primeira vez o deputado Carlão de Oliveira pagou 200 mil reais para cada um de grupo formado por 14 deputados, totalizando 2,8 milhões de reais.

• Jornal de Brasília publica matéria feita por correspondente enviado a Porto Velho, Áureo Germano, com o título “Suspeita de corrupção na educação de Rondônia, na contratação de aeronaves e serviços de vigilância”.

23 de maio

- Governador dá nova entrevista coletiva e diz que nunca entregou fita ao Ministério Público Federal
- Repercute na grande imprensa as gravações de domingo 22: com chamada na capa, a **Folha de São Paulo** publica “Em fita, deputado de RO diz que pefelista comprou voto”, trazendo o Box “Entenda o caso”. **O Globo** – “Nova denúncia de propinas para deputados de RO”, também com chamada na capa, e Box “Ao todo, 12 parlamentares citados em fita”. Portal do PT – “Nova fita mostra mais corrupção em RO”, trazendo entrevista com a senadora.
- Governador entrega 10 fitas ao Ministério Público Estadual.

24 de maio

- Sítio de Rondônia (www.oestadoderondonia.com.br) revela que Chico Paraíba tem gravações telefônicas em que o Governador promete vantagens
- “Acusados elegeram presidente da AL”, diz a Folha de São Paulo, fazendo belo gol, pois mostra que os 12 nomes que aparecem na fita integram o grupo

que elegeu Cartão de Oliveira para a Presidência, e publica de novo o Box “Entenda o caso” e outro com os nomes de todos os deputados, se primeira eleição ou não e sua base política.

• “As armas do Governador e do presidente da Assembléia”, é título de O Estado de São Paulo, fazendo referencia ao jornal “**Folha de Rondônia**”, para o Estado o único aliado do Governador, e a Cartão de Oliveira, que teria como aliado conselheiro do TC. Nota-se que foi estabelecida sua ligação com Natanael Silva.

• Nota na coluna Painel (Folha) informa que os procuradores do Ministério Público Federal não receberam fitas, e que aguardam laudo pericial para saber se fitas veiculadas pela Globo foram editadas.

• Comissão do Meio Ambiente no Senado aprova requerimentos convocando os Governadores Cassol e Blairo Maggi(MT) para dar explicações sobre os altos índices de desmatamentos nos Estados que dirigem

25 de maio

- Imprensa local anuncia que Polícia Federal vai atuar junto com MP Estadual
- Chefe do MP Estadual encaminha ofício ao Governador pedindo provas de corrupção no órgão. Cassol havia dito antes das gravações irem ao ar que no Ministério Público tinha corrupção.
- Sítio de notícias Rondoniagora divulga que o STJ recebeu defesa do Governador relativa ao processo que trata de improbidade administrativa quando prefeito de Rolim de Moura.
- Deputado Edson Gazoni fala sobre corrupção no Detran, órgão chefiado por irmã do Governador.
- Repercussão na imprensa nacional: **O Globo** – “Cassol entrega cópia de fita a Fonteles”, diz o título, com texto em que o Governador nega retaliação devido a processo de afastamento, e foto dele com o ministro interino da Justiça Paulo Barreto. JB – “Cassol pede empenho para investigação”, tratando da conversa com o ministro interino da Justiça. Estado de São Paulo – “Briga pelo poder em RO com o Governador e Cartão começou pelo mogno”, diz a matéria, mostrando que os dois adversários disputam a mesma região eleitoral, onde começaram sua vida política; tem foto do Governador.

28 de maio

• No Programa do Ratinho, Governador dispara artilharia agora contra o Tribunal de Contas, enaltecendo apenas o nome do conselheiro Amadeu Machado, e se declarando “iluminado por Deus” para moralizar Rondônia. Além disso, declarou que os processos a que responde não passam de conspiração política.

COMPOSIÇÃO INICIAL

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS N°s 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

PRESIDENTE:	
VICE-PRESIDENTE:	
RELATOR:	

(05) Senadores Titulares e (05) Senadores Suplentes

SENADORES TITULARES

SENADORES SUPLENTEs

Bloco da Minoria (PFL-PSDB)

Demóstenes Torres
Arthur Virgílio

GO-2092/93
AM-1301/1413

Romeu Tuma
Magno Malta (por cessão)

SP-2051/59
ES-4161/5867

PMDB

Amir Lando

RO-3131/32

João Alberto de Souza

MA-1411/4073

Bloco de Apoio ao Governo (PT-PSB-PTB-PL-PPS)

Fátima Cleide

RO-2391/2397

Siba Machado

AC-2184/89

PDT-PSOL

Augusto Botelho

RR-2041/1931

Heloísa Helena

AL-3197/98

<u>Dia</u>	- É lida e aprovada a criação da Comissão
<u>Dia</u>	- Designação dos Membros -
<u>Dia</u>	- Instalação da Comissão
<u>Dia</u>	- Término do prazo da Comissão

COMPOSIÇÃO FINAL

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

PRESIDENTE: SENADOR SIBÁ MACHADO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
RELATOR: SENADOR DEMÓSTENES TORRES

(05) Senadores Titulares e (05) Senadores Suplentes

SENADORES TITULARES

SENADORES SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSDB)

Demóstenes Torres	GO-2092/93	Romeu Tuma	SP-2051/59
Arthur Virgílio	AM-1301/1413	Magno Malta (por cessão)	ES-4161/5867

PMDB

Vago (2)	RO-3131/32	João Alberto de Souza	MA-1411/4073
----------	------------	-----------------------	--------------

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL, PPS)

Siba Machado (1)		Fátima Cleide (1)	RO-2391/2397
------------------	--	-------------------	--------------

PDT-PSOL

Augusto Botelho	RR-2041/1931	Heloísa Helena	AL-3197/98
-----------------	--------------	----------------	------------

Dia 17/05/05 - É lida e aprovada a criação da Comissão

Dia 18/05/05 - Designação dos Membros -

Dia 01/06/05 - Instalação da Comissão

Dia 15/12/05 - Término do prazo da Comissão

1 Indicação do Senador Sibá Machado como Membro Titular e a Senadora Fátima Cleide como Membro Suplente na Comissão – Of. Nº 287/2005, de 30 de maio de 2005, do Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

2 Em 23/08/05 Recebido o Of. GLPMDB Nº316/05 comunicando o desligado do Senador Amir Lando

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nº s 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

MAPA DE PUBLICAÇÃO DE ATAS

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
1ª	01/06/2005 14:00hs	Instalação da Comissão. Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e indicação do Relator. Os eleitos e indicado, respectivamente, foram: Senador Siba Machado, Senador Augusto Botelho e Senador Demóstenes Torres. Iniciou a Presidência da Reunião o Senhor Senador Augusto Botelho, concluiu a Presidência da Reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03881 a 03882
2ª	01/06/2005 20:50hs	Apreciação do Roteiro de Trabalhos apresentado pelo Senhor Relator, Senador Demóstenes Torres. Presidiu a Reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03882 a 03883
3ª	07/06/2005 10:30hs	Audição dos Parlamentares estaduais, Deputados, Carlão de Oliveira, Ronilton Capixaba, Daniel Néri e João da Muleta, que não compareceram à Reunião. Discutido novo calendário de atividades da Comissão. Presidiu a Reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03883 a 03888
4ª	14/06/2005 11:45 horas	Audição dos Senhores Parlamentares estaduais, Deputados Edézio Martelli, Ronilton Capixaba, Leudo Buriti, Ellen Ruth, Emíli Paulista e Daniel Néri. Presidiu a reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03888 a 03930
5ª	15/06/2005 11:45hs	Audição dos Senhores Parlamentares estaduais, Deputados Edézio Martelli, Chico Paraíba, Kaká Mendonça, João Batista dos Santos e Amarildo de Almeida. Presidiu a reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03930 a 03952

6ª	16/06/2005 12:16hs	Audição dos Senhores Parlamentares estaduais Deputados, Carlão de Oliveira, Marcos Donadon, Edison Gazoni e Chico Doido. A audição teve caráter sigiloso. Presidiu a reunião do Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03952 a 03964
7ª	21/06/2005 10:45hs	Audição das fitas apreendidas pela Polícia Federal, na residência do Governador de Rondônia, Senhor Ivo Cassol. A reunião ocorreu em caráter sigiloso e foi presidida pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03964 a 03965
8ª	23/06/2005 14:29hs	Audição de fitas e mídias apreendidas pela Polícia Federal, na residência do Governador de Rondônia, Senhor Ivo Cassol. Audição dos Parlamentares estaduais, Deputados, Beto do Trento, Everton Leoni, Neodi de Oliveira, Marcos Donadon e o Senhor Expedito Júnior. A reunião teve caráter sigiloso e foi presidida inicialmente pelo Senhor Senador Augusto Botelho e finalmente pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03965 a 03995
9ª	29/06/2005 09:10hs	Audição dos Senhores, Dr. Renato Sayão Dias, Dr. Rudson Coutinho da Silva, Dr. Abdiel Ramos Figueira, Dr. Joaquim Mesquita e Dr. Heitor Alves Soares. A reunião teve caráter sigiloso e foi presidida pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03996 a 03997
10ª	15/09/2005 14:57hs	Discussão da agenda e encaminhamentos finais da Comissão.	18	10/02/06	03997 a 03999
11ª	08/11/2005 15:27hs	Audição do Governador de Rondônia, Senhor Ivo Cassol. A reunião teve caráter sigiloso e foi presidida pelo Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	03999 a 04021
12ª	14/12/2005 09:55hs	Leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão. Presidiu a reunião o Senhor Senador Siba Machado.	18	10/02/06	04022 a 04042

Sala das Comissões – 15 de dezembro de 2005.
Secretário: Francisco Naurides Barros

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA
PELOS REQUERIMENTOS N^{OS} 535 E 536,
DE 2005, DE AUTORIA DA
SENADORA FÁTIMA CLEIDE,
“COM O OBJETIVO ESPECÍFICO DE APURAR
A ATUAL SITUAÇÃO EM QUE
SE ENCONTRA O ESTADO DE RONDÔNIA,
QUANTO AOS FATOS DIVULGADOS
PELO PROGRAMA FANTÁSTICO
EXIBIDO PELA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.

Ata da 12^a Reunião, realizada em 14-12-2005

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador Sibá Machado, com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos N^{OS} 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião destina-se a leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão. A ata da reunião anterior está sobre a mesa e aqueles que concordam com a mesma, permaneçam como estão. Aprovada. O senador Sibá Machado (presidente da Comissão) passa a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres, para os seus comentários em relação à Comissão e para a leitura do Relatório. Com a palavra o Presidente, que agradece a todos pelo empenho nos trabalhos desta Comissão, faz alguns comentários em relação ao Relatório lido e concorda com o mesmo no que se refere à cassação dos 23 envolvidos que foram citados. O Senador Augusto Botelho, vice-presidente, fez algumas considerações finais, posteriormente o Relatório foi votado e aprovado. A presente reunião foi encerrada às doze horas e quarenta e oito minutos e não havendo nada mais a tratar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. – **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 18^a Reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimento n^o 535, 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia

quanto aos fatos divulgados pelo programa do Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão.

Esclarecemos que a presente reunião destina-se à leitura e à apresentação e votação do relatório final dos trabalhos desta Comissão.

Antes de mais nada, peço a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O Srs. Parlamentares que concordam com a proposição queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Convido, então, o nobre Relator, Senador Demóstenes Torres, para a leitura do relatório.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

— Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais pessoas aqui presentes.

Sr. Presidente, conseguimos concluir os trabalhos da Comissão Externa constituída para acompanhar as apurações sobre as denúncias de corrupção na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Inicialmente, eu gostaria de fazer um relato sobre a conclusão destes trabalhos.

Nós ficamos pendentes da degravação das fitas da Polícia Federal, o que fez com o trabalho se prolongasse demasiadamente. Mas, não havia também outra alternativa porque nós não podíamos fazer um trabalho temerário, incriminar pessoas que, por ventura, não tinham nada a ver com a situação ou inocentar culpados.

Então, nós procuramos fazer o nosso trabalho da forma mais correta possível, com a maior discrição possível, a fim de que o trabalho finalmente concluído pudesse render frutos, como nós vamos fazer agora.

Lamentavelmente, há cerca de três semanas aconteceu um episódio em que uma primeira versão do relatório, preparada pela Assessoria desta Comissão, foi indevidamente divulgada nos órgãos de comunicação, especialmente nos do Estado de Rondônia. Ou seja, vazou dentre os Senadores, para a imprensa local, o que gerou um tumulto extraordinário.

Primeiro, porque a primeira versão é sempre dada pela assessoria, a assessoria engloba todos os fatos e o Relator, em seguida, junto com o Presidente, com os demais membros da Comissão faz o trabalho final que é o trabalho que hoje nós estamos apresentando. Por que foi desagradável? Porque a nossa proposta, como até o nome da Comissão diz, Comissão Externa para Acompanhar as Apurações sobre as Denúncias de Corrupção na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, o nosso trabalho se circunscreveu a isso. E óbvio que apareceram fatos, apareceram indícios, apareceram versões que levaram e podem ainda levar – para isso nós estamos remetendo a documentação aos órgãos pertinentes, Polícia Federal, Ministério Público Federal – a crer que a corrupção não se cir-

cunscreeve a Assembléia Legislativa de Rondônia, que não é fato presente, é fato pretérito. Mas, sobre isso, nós não temos condições de fazer qualquer juízo de valor, até porque nós não fizemos investigação neste sentido. O que nós fizemos foi a investigação em cima da corrupção na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. Daí por que o relatório é neste sentido.

Ao sairmos daqui, se aprovado, nós faremos a entrega ao Presidente do Senado, à Presidência da República, ao Ministério da Justiça, ao Sr. Procurador-Geral da República e a outros órgãos que forem necessários e encaminharemos toda a documentação necessária para a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, a fim de que efetivamente nós consigamos nosso objetivo. E imprescindível a intervenção Federal no Estado de Rondônia. A Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia não funciona, é um caos, ela se contrapõe à ordem estabelecida, é uma verdadeira máquina montada para fazer corrupção e beneficiar os Deputados Estaduais, uma verdadeira quadrilha tomou de assalto um poder que tem por finalidade justamente a formulação de leis, a fiscalização do Poder Executivo e um desvio completo de finalidade, e mais que desvio, na prática corriqueira de crimes o que configura uma quadrilha, esses deputados, 22 deles e mais um licenciado que hoje é secretário de segurança pública no Estado de Rondônia acabaram por malversar os recursos e fazer com que a imagem da Assembléia de Rondônia pudesse ser conspurcada.

Como eles se encontram em plena atividade, uma vez que as medidas judiciais ainda não lograram êxito, uma vez ainda que nem mesmo internamente conseguiu-se qualquer punição, hoje eles se encontram pressionando o Ministério Público e o Poder Judiciário — o instrumento de pressão é o orçamento. Para que nenhuma medida seja efetivamente tomada é que ainda nós temos reforçado o nosso sentimento de que é necessário essa intervenção federal para que o Poder Legislativo de Rondônia possa finalmente voltar a exercer a sua função e fique livre dos ratos que acabaram ingressando na vida pública no lugar do homem de bem.

Sr. Presidente, inicialmente, nós gostaríamos de dirigir os nossos agradecimentos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na pessoa do Desembargador Sanção Batista Saldanha, que é um homem verdadeiramente devotado a sua causa de bem julgar.

Pode-se ter alguma estranheza pelo fato de estarmos agradecendo a um desembargador que está cumprindo a sua missão, que está julgando, mas é imprescindível que seja assim, Sr. Presidente, o senhor bem verificou, porque lamentavelmente pairam

suspeitas quanto a imparcialidade do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

E quanto ao Desembargador Sanção, é estreme de dúvidas que é um desembargador que cumpre bem a sua função, é um homem honrado, competente e que representa muito bem a população do Estado de Rondônia.

No Ministério Público do Estado de Rondônia nós gostaríamos de agradecer pela mesma forma o Dr. Rudson Coutinho, Promotor de Justiça que também desempenha com muita galhardia a sua função e tenta resolver os problemas que estão sendo criados pela Assembléia Legislativa, sempre com muita trabalho, com muito denodo.

Agradecer à Superintendência da Polícia Federal, em Rondônia, na pessoa do Delegado o Dr. Joaquim Mesquita e de todo o seu quadro de auxiliares. A Polícia Federal fez um trabalho extraordinário e sem esse trabalho, naturalmente, nós não poderíamos ter chegado às conclusões que nós chegamos; à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Rondônia na pessoa do seu Presidente, Dr. Orestes Muniz, que também não poupou esforços para nos auxiliar na conclusão desse trabalho.

Agradecer também à Secretaria de Comissões Especiais do Senado Federal na pessoa do Secretário Francisco Naurides Barros e ao fazer esse agradecimento, estender a saudação a todos esses auxiliares que tanto trabalharam para que nós pudéssemos concluir essas investigações.

Aos assessores de gabinetes Erlando Alves da Silva Meio e Tânia Maria de Oliveira e ao Consultor Legislativo do Senado Federal, Francisco Eugênio Machado Arcanjo que é o nosso braço direito.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Constituição e maneira de vida é chamada democracia porque é administrada para muitos e não para poucos, nela a lei assegura a mesma justiça para todos em suas disputas privadas, mas o requisito de excelência também é reconhecido.

Nossos cidadãos comuns, embora ocupados com os seus negócios são bons juizes dos assuntos públicos, somos os únicos a considerar um homem que não se interessa pelas questões políticas, não um personagem inofensivo e, sim, um inútil. Péricles, por Tucídides, em **A Guerra do Peloponeso**. O que essas palavras deixam claro é que a prosa da participação regular na conduta dos negócios públicos não exclui e, sim, favorece a busca individual de padrões de excelência nas várias formas de agir e do fazer. Dito de outro modo: a democracia, solução ótima do problema do poder, ainda consegue ser também o regime político mais propício à elevação do caráter, modo e

garantia da liberdade, ela pode ser igualmente o seu prêmio, aquilo que a aproxima do ideal de nobreza da vida humana. José Guilherme Merchior em **A Natureza do Processo**.

Nos dias 15, 22 e 29 de maio de 2005, a Rede Globo de Televisão veiculou no programa dominical, Fantástico, gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, de conversas com diversos deputados estaduais.

As fitas divulgadas envolveram os nomes de 12 parlamentares, os diálogos mostravam o Governador Ivo Cassol em negociações para pagamento de propina a um grupo de dez parlamentares em troca de apoio político. Os Deputados Helen Ruth e Ronilton Capixaba falam em R\$50 mil por mês e em um acerto que passaria pelo superfaturamento em postos terceirizados de vigilância.

Em outro diálogo, o Deputado Amarildo Almeida pede apoio em uma licitação e o Deputado Emílio Paulista diz ao Governador que governos passados faziam o mesmo, ou seja, ajudavam financeiramente parlamentares em troca de apoio político.

Uma terceira veiculação mostrou um assessor do Deputado Edson Gazoni, José Ailton Magalhães, que responde a processo por estelionato em Goiás, relatando o envolvimento do seu chefe em um esquema de cheques nominais emitidos pelo gabinete, confessou que descontava cheques emitidos a fornecedores e que, uma vez, se deslocou em um veículo portando a quantia de R\$500 mil.

Ante esses graves fatos, no dia 17 de maio de 2005, com base no Regimento interno do Senado Federal e nos requerimentos nºs 535 e 536, de autoria da Senadora Fátima Cleide, foi criada a Comissão Especial Externa do Senado Federal, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo Programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão, doravante denominada Comissão Externa para Rondônia.

A finalidade da Comissão foi, portanto, acompanhar os episódios e as investigações subseqüentes envolvendo as denúncias de corrupção, na Assembléia Legislativa, levantadas pelo Governador do Estado de Rondônia. Há indícios de que a corrupção acontecia nos governos anteriores. Porém, tendo em vista o requerimento aprovado, o objeto desta Comissão se circunscreve aos episódios atuais de corrupção em Rondônia envolvendo o Poder Legislativo.

A Comissão foi instalada no dia 1 de junho de 2005, com a seguinte composição e direção. Titulares: Sibá Machado, Presidente; Augusto Botelho, Vice-Pre-

sidente, Demóstenes Torres, Relator; Arthur Virgílio e Amir Lando.

Suplentes: Romeu Tuma, Magno Malta, João Alberto de Souza, Fátima Cleide e Heloísa Helena.

Em 23 de agosto de 2005, em razão de sua vinculação a outros compromissos funcionais, o Senador Amir Lando solicitou desligamento da Comissão Externa para Rondônia.

A figura da Comissão Externa está prevista no Regimento Interno do Senado Federal nos artigos 71 e seguintes, ela se extingue após a conclusão de sua missão e da devida comunicação do seu desempenho ao Senado Federal o que se fará pela entrega do presente relatório após sua aprovação na Comissão.

A Comissão Externa aprovou, em sua primeira reunião, o seguinte plano de trabalho.

Roteiro de trabalho.

Depoimentos em Brasília de:

a) membros do legislativo de Rondônia envolvidos;

b) governador de Rondônia;

c) representantes da sociedade civil de Rondônia:

d) autoridades administrativas e policiais, e

e) especialistas em direito administrativo e constitucional,

2) audiências públicas em Rondônia, coleta de documentos e oitivas de autoridades

3) relatório previsto contendo:

a) histórico circunstanciado sobre os fatos, descrição e avaliação dos participantes;

b) diagnóstico sobre as principais medidas tomadas pelas autoridades competentes e

c) proposição de sugestões de caráter legislativo e político a serem tomadas para o tratamento da questão, com enfoque principalmente no papel que o Poder Legislativo Federal possa desempenhar para a sua implementação.

Para o alcance da sua missão, a Comissão Externa para Rondônia realizou 11 reuniões entre administrativas e audiências públicas para as oitivas dos envolvidos; realizou duas viagens a Porto Velho, em 28 de junho e em 4 de outubro de 2005, com reuniões realizadas naquela cidade na Superintendência da Polícia Federal, na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, no Tribunal de Justiça e na Seção Estadual da Ordem do Advogados do Brasil.

Introdução.

A Comissão Externa para Rondônia, em seus procedimentos, desenvolveu uma série de atividades que consistiram principalmente em: coleta de documento, oitiva das pessoas envolvidas, visita ao Esta-

do de Rondônia e as principais instituições envolvidas nas investigações.

Estas diligências proporcionaram o acúmulo de elementos que permitiu a formulação de algumas linhas para as atividades da Comissão.

A crise de Rondônia tem comprovadamente o envolvimento de grande parte dos deputados estaduais de diversas formas, o que será analisado neste relatório.

Quanto aos delitos perpetrados pelos deputados estaduais, estes podem ser classificados, a grosso modo, da seguinte forma:

a) Mensalão, estopim da crise constante da reportagem realizada da IV Globo, bem como outras gravações recolhidas pela Polícia Federal que corroboram o achaque de deputados contra o Governador;

b) fraude da folha de pagamentos, nomeação de funcionários fantasmas por deputados estaduais que eram pagos através de folha paralela, cujos salários eram embolsados pelos parlamentares, nomeações fraudulentas e recebimentos indevidos, mesmo através da folha oficial e empréstimos consignados forjados.

A folha paralela foi dividida na investigação da Polícia Federal em dois períodos:

1 – A fraude no período posterior a junho de 2004, que era praticado em um *laptop* fora da Secretária de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa por servidores públicos a mando do Presidente:

2 – Antes desta data, quando a fraude era praticada nas dependências da Secretária de Recursos Humanos da Assembléia, também a mando do Deputado Carlão de Oliveira;

C) Compras e contratos da Assembléia.

São numerosas as compras oficiais feitas sem observância dos preceitos legais, sem notas fiscais, com valores astronômicos e sem correspondências com os produtos ou serviços adquiridos entre os quais se destacam:

1 – Licitações fraudulentas para a reforma do prédio da assembléia;

2 – Aquisição de passagens aéreas com recursos da Assembléia para familiares dos deputados para destinos turísticos,

3 – Apropriação de cheques por parte de pessoas de confiança de deputados que deveriam ser utilizados para pagamento de bens e serviços adquiridos pela assembléia, que, após descontados nos bancos, seus valores eram entregues ao parlamentares;

D – Evidência de rápido enriquecimento de diversos deputados com compras de bens luxuosos e imóveis.

E – Ilícitos do Presidente da Assembléia Carlão de Oliveira.

1 – Compra de voto de deputados para a sua eleição à Presidência;

2 – desobediência dos princípios legais nas compras de bens e serviços feitos pela Assembléia Legislativa;

3 – Enriquecimento sem causa e

4 – Comando na distribuição de recursos a deputados.

Frente a este calamitoso quadro, as instituições que atuam no Estado de Rondônia adotaram até o momento as seguintes atitudes:

Polícia Federal.

Realizou análise e perícia dos documentos e fitas de vídeos apreendidos, concluindo pelo laudo exarado em 14 de outubro de 2005, que não houve edição nas fitas, instauração de inquéritos policiares para apurar os crimes praticados na Assembléia Legislativa referidos anteriormente priorizando aqueles relativos as folhas de pagamento, forneceu e continua fornecendo suporte às investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual.

Ministério Público Estadual.

Decidiu pela condução da investigação em três grupos de crimes e improbidades administrativas, envolvendo membros e servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e pessoas a eles vinculadas.

A – O primeiro grupo está centrado no conteúdo das fitas já mencionadas e descortinam a aparente exigência de vantagens indevidas por deputados estaduais ao governador do Estado, a fim de garantir-lhe apoio político. Esses fatos estão sendo investigados pelo Inquérito Civil Público nº 2005001060002646.

B – O segundo grupo de ilicitudes envolve parte considerável dos membros do parlamento de Rondônia e consiste na existência volumosa de servidores comissionados irregulares na folha de pagamento da assembléia. Tais servidores por vezes constam de uma folha paralela, mantida à margem de qualquer formalidade, que ultrapassa a cota individual de cada deputado e, em alguns casos, traz nomes dos chamados servidores fantasmas, cujos vencimentos acabam nas mãos dos deputados envolvidos. Em outras situações, mesmo servidores da folha de pagamento oficial são verdadeiros fantasmas, pois foram nomeados sem que eles próprios saibam e suas remunerações aportam nas mãos dos deputados.

E, finalmente, outras vezes ainda deputados realizam em seus benefícios empréstimos por consignação em folha de pagamento, usando, de fachada, o nome de servidores fantasmas ou mesmo servidores regulares. Durante a vigência desses empréstimos, os vencimentos do respectivo servidor passam a ser

significativos, e espúrio aumento, a fim de exatamente poderem amortizar o valor levantado pelos deputados junto às instituições de crédito. Esses fatos estão sendo investigados no âmbito civil pelo Inquérito Civil Público nº 2005001060001359.

C – O terceiro grupo aponta a existência de corrupção capitaneada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado José Carlos de Oliveira e por seu irmão, Moisés de Oliveira, envolvendo ainda Haroldo Augusto Filho, conhecido por Haroldinho, Marlon Sérgio Lustosa Jungles, cunhado de José Carlos de Oliveira, além de outras pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas.

Esse terceiro grupo, cuja investigação vem sendo realizada em pelo menos onze inquéritos civis públicos, 2005001060004820, 4849, 4829, 6669, 6667, 6670, 6674, 6716, 6715, 6673 e 1379, e está centrado em diversos processos administrativos e contratos firmados para prestação de serviços, construção de obras ou fornecimento de bens à Assembléia Legislativa do Estado, onde há robustas evidências de repasses espúrios realizados pelas contratadas aos réus ligados ao presidente da Assembléia.

A Assembléia Legislativa Estadual instalou comissão especial um dia após as denúncias. A comissão concluiu os seus trabalhos em 15 de agosto de 2005 e recomendou instauração de apuração para perda de mandato por quebra de decoro para seis deputados envolvidos nas gravações, excetuando Emilio Paulista, o único que renunciou ao mandato, e instalou comissão temporária de ética e decoro parlamentar, com a designação do Deputado Nereu Klosinski, PT, para a relatoria. As conclusões serão expostas em item próprio nesse relatório.

De parte da Comissão Externa do Senado Federal, ao longo dos trabalhos, duas alternativas se vislumbravam como uma contribuição para a superação da crise, uma externa ao Estado oriundo da União, com base nos instrumentos constitucionais, embora alavancados por interpretação mais extensiva e inovadora ou outras alternativas estaduais, com fulcro nas instituições locais.

Tendo em vista as evidências de completo esfacelamento de um dos poderes políticos, o possível comprometimento de vinte e dois dos vinte e quatro deputados com a fraude na folha de pagamento, a comissão houve por bem, em caráter preliminar, estudar a viabilidade de sugerir o pedido de intervenção federal, que será tratado ao final desse relatório.

Na visita a Rondônia, a comissão encontrou forte resistência a essa tese, mormente do Ministério Público Estadual. Nesse embate, e tendo em conta a engenharia jurídica que se começou a esboçar, a comissão

manteve-se no aguardo dessa solução, que consistiria em apoiar o único parlamentar remanescente em tese, imune à fraude da folha de salário, para que ele solicitasse na Assembléia o afastamento por improbidade dos deputados envolvidos, o que acabou sendo feito. Paralelamente, requerer-se-ia cautelarmente ao Tribunal de Justiça do Estado, com interveniência do Ministério

Público, o afastamento liminar dos deputados e a convocação dos suplentes para o julgamento dos afastados.

Esse mecanismo foi discutido pela Assessoria da Comissão Externa com o Ministério Público, quando se detectou uma hesitação dos promotores para a iniciativa, em razão de possível insuficiência da caracterização das provas. De qualquer forma, o Ministério Público continuou preparando a ação de afastamento por improbidade, embora sem se considerar ainda seguro para pedir a liminar até aquele momento.

Ante a esse conjunto de dificuldades, esta Comissão Externa voltou a refletir e a decidir sobre a tese da intervenção, objeto das conclusões deste relatório.

Histórico.

O fato desencadeador da seqüência de acusações recíprocas entre um grupo de deputados estaduais e o governador do Estado de Rondônia foi a exibição no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, na noite de 15 de maio de 2005, de fita gravada pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, com sete deputados estaduais negociando vantagens e mesada de R\$50 mil para cada parlamentar de um grupo formado por dez deles. A gravação não foi exibida em Rondônia em razão de decisão cautelar do Desembargador Gabriel Marques, a pedido da quase totalidade dos vinte e quatro parlamentares que compõem a Assembléia Legislativa.

A infeliz decisão do desembargador, tomada em instantes após ter sido indeferido pelo juiz de plantão, o pedido de suspensão da veiculação gerou revolta na cidade, resultando em danos às estruturas físicas da Assembléia Legislativa e Palácio do Governo.

Os parlamentares que aparecem nas gravações são: Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Daniel Nery, João da Muleta, Emilio Paulista, Amarildo Almeida e Cacá Mendonça.

No domingo seguinte, em 22 de maio, o Fantástico levou ao ar novas imagens com o Governador Ivo Cassol e três dos sete deputados anteriores. A gravação foi feita provavelmente no mesmo dia da exibida anteriormente, vez que os participantes estão usando os mesmos trajes. Nessa gravação, o Deputado Emilio Paulista, PFL, revela que o Presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira, PFL, pagou R\$2.800 milhões para

um grupo de quatorze deputados, a fim de se eleger presidente da casa, cargo para o qual foi reeleito.

Outra revelação importante foi feita por Ronilton Capixaba, PL, que cita os nomes dos parlamentares que integrariam o esquema dos dez para recebimento da propina mensal. Em seguida, são citados os Deputados Leudo Buriti, PTB, Edson Gasoni, PDT, Chico Paraíba, PMDB, Chico Doido, PSB e Marcos Donadon, PMDB, Amarildo Almeida e João da Muleta, que surgem na primeira gravação. O primeiro, tratando do favorecimento para uma licitação, e o segundo, sem nada dizer, não são citados para a divisão do butim.

As fitas foram periciadas pela Polícia Federal, que não constatou nelas nenhuma edição, caracterizando-as, assim, como prova perfeita para o procedimento acusatório. Suas transcrições estão no anexo I deste relatório.

A partir dessas denúncias, a Comissão Externa para Rondônia estruturou seu trabalho conforme roteiros citados anteriormente, qual seja, destinada a acompanhar as investigações concernentes ao conteúdo das gravações e formular as recomendações que julgarem necessárias. Somando a isso, o decorrer das investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Estadual descortinou uma miríade de irregularidades e crimes na Assembléia Legislativa, distintos do fato motivador inicial e que deram origem a diversas outras linhas de investigação e procedimentos judiciais, conforme já mencionado anteriormente, e que se detalhará em capítulo próprio.

Antecedentes em Rondônia:

Essa análise considera só os fatos recentes divulgados pela Imprensa Nacional acerca do Poder Legislativo, de conhecimento da imprensa local, de boa parte da opinião pública e das entidades da sociedade civil organizada de Rondônia, comportamento há muito degenerado pela corrupção, agora desnudada nacionalmente. A manchete da reportagem da Rede Globo, originadora do escândalo, forneceu uma pista sobre o que estaria em jogo entre o Legislativo e o Executivo: violenta disputa por poder e dinheiro.

O mérito das gravações mantidas em sigilo, e agora de conhecimento da população brasileira, reside no fato que representou a cristalização de uma crise institucional entre poderes; crise que dormitava antes da atual gestão e que resultou desse rompimento da cumplicidade entre o poder que arrecada e o poder que legitima a democracia.

A fragilidade das instituições em Rondônia, Estado de criação recente, recomenda, portanto que as investigações e punições sejam exemplares para que inviabilizem rearranjos entre agentes superiores das instituições envolvidas. A expectativa da população

rondoniense e do Brasil é que esse episódio permita a depuração das instituições para que o Estado passe não mais a ser visto como uma terra sem lei e sem ordem. A atuação de órgãos federais, diante do exposto, é vital para a construção desse processo para o fortalecimento das instituições.

Quanto a Carlão de Oliveira, apesar de ter imprimido uma administração com forte investimento na imagem, comunicação, implementando programa de rádio e televisão e a interligação do Parlamento com o sistema Interlegis, é nula a transparência dos gastos da Casa que comanda. O orçamento da Assembléia tem sido considerado por técnicos do Tribunal de Contas abusivo, muito além do que seria necessário, e ninguém tem idéia real de quanto se gasta com folha de pessoal e quantos funcionários abriga.

Mencionada pelo Deputado Emilio Paulista, na segunda gravação, a compra de votos feita pelo Deputado Carlão de Oliveira, pelo valor per capita de R\$ 200 mil, a um grupo de 14 parlamentares, foi abordada timidamente por setores da imprensa na época.

O segundo mandato de Carlão de Oliveira, como Presidente da Assembléia Legislativa, foi cumprido poucos meses depois de iniciado o cumprimento do primeiro. O Presidente Carlão assegurou o seu reinado de quatro anos de duração logo no início de sua gestão. Se não fosse a gravidade criminosa da situação cairia bem no bestiário político de Estanislau Ponte Preta.

Fatos relacionados à Assembléia Legislativa:

O relatório do Tribunal de Contas, concluído em fevereiro de 2005, aponta que os Deputados estaduais excederam em R\$ 30 milhões as despesas com folha de pagamento em relação ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Naquela Casa de leis não se sabe de que forma os recursos são geridos ante a disposição negativa de integrar-se ao Siafem. Em suma, o Legislativo Estadual se tornou uma caixa preta em termos de gestão de dinheiro público, diz o parecer dos Conselheiros do Tribunal. Por determinação da Lei Estadual nº 946/2000, a Assembléia deveria ter aderido ao Siafem desde 2001.

O parecer constatou também sonegação do pagamento de R\$ 8 milhões em despesas previdenciárias e falta de controle do número de funcionários.

Os repasses anuais, segundo estudos do Tribunal de Contas, estão aquém do que deveria. Em 2003, foi de R\$ 81 milhões. Em 2004, o aprovado foi AS 102 milhões, mas o Governo Cassol cortou para AS 94 milhões; e em 2005, dos AS 95 milhões previstos, já foram repassados AS 36 milhões. O corte feito pelo Governador também foi realizado nos demais Poderes e no Ministério Público. Os técnicos do Tribunal de Contas asseguram ter sobrado dinheiro no caixa do Ministé-

rio Público e do Judiciário. Foi nesse caldo fértil que irrompeu a crise das fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol e que se desdobraram nos escândalos das folhas de pagamento e das licitações; delitos constantes nas fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol.

O desenrolar dos fatos constantes nas gravações e suas circunstâncias já foram descritos nos itens anteriores, cabe agora discorrer sobre as investigações subseqüentes pelas instituições com atuação em Rondônia e pela Comissão Externa do Senado.

Pelo seu papel de provocador e vértice das articulações ilícitas, confrontamos aqui os fatos com as explicações do Governador Ivo Cassol.

Na conversa que o Governador teve, em 25 de abril, com o Deputado

Amarildo Almeida, o Parlamentar pede favorecimento numa licitação e indica o caminho de forma técnica para atender a todos os Parlamentares sem deixar rastro. O Governador conta sobre a proposta de R\$50 mil para cada deputado e fala que se tivesse condições, tinha acertado, fazendo, em seguida, a contraproposta de pagar a metade.

O Deputado Amarildo mostra-se muito experiente, dizendo que “em Ouro Preto, quando secretário, atendia vereadores mediante convênios; que em todo lugar se faz isso”; e colocou a sua disposição um contador de extrema confiança dele, com experiência de mais de dez anos, de nome Edvaldo, para fazer as coisas andarem tecnicamente.

Sugeri que fosse escolhida uma secretaria de destaque, a de educação ou saúde, para fazer negócios com os deputados, chamando fornecedores e dirigindo licitações. O Governador retrucou que queria conversar com Carlão, Presidente da Assembléia, e voltar a conversar com o Deputado Amarildo sobre o assunto.

Na conversa com o Deputado João da Muleta, gravada pelo Governador,

o Parlamentar diz que vai acertar com seu colega Cacá Mendonça, destinando dinheiro público para a manutenção da Fundação deste. Logo após, o Deputado Cacá é chamado à casa do Governador pelo Deputado João da Muleta. A eles o Governador manifesta desconfiança no acordo com o Deputado Carlão de Oliveira, dizendo que “na hora de repassar dinheiro para os Deputados, pode haver desavenças. Então, prefere negociar separado para isso não acontecer”.

Em resposta à Comissão, o Governador disse: “Na realidade, primeiro numa época lá eles se reuniram e me chamaram. Eles estavam em grupo. Como eu precisava documentar aquilo, um grupo de dez ou doze não viria a minha casa. Então, eu ia criando expectativa para ver se os trazia individualmente, para

poder ir documentando. Era o único caminho que eu tinha. Se eu falasse assim: vem um grupo maior aqui, o pessoal iria desconfiar. Automaticamente, o cara sozinho se sentia mais encorajado para poder abrir o jogo”. E foi o que acabou acontecendo.

Ainda naquela conversa, os dois deputados revelam que ganham R\$20 mil reais além do salário, através de assessorias. João da Muleta diz que com seis assessorias tira vinte contos. E Cacá confirma que tem o mesmo procedimento. A conversa insinua que a Polícia Federal chamou de Folha Paralela, descoberta em um *notebook*, e que beneficia a quase totalidade dos parlamentares, tema de um outro item desse relatório.

No dia 28 de abril, três dias após conversar com esses deputados, o Governador gravou uma conversa com Moisés de Oliveira, irmão e homem de confiança do Deputado Carlão de Oliveira, Presidente da Assembléia. Boa parte do diálogo nessa gravação está ininteligível. Existem palavras de entendimento duvidoso. Mas, um trecho está muito claro: o Professor Moisés, preso pela Polícia Federal, pede para o Governador mandar pagar a obra de uma ponte em Paresis, que sua empresinha chamada “Graúna” – segundo ele mesmo revela – fez.

O Governador diz que “...a ponte é ruim, mal feita, não vale R\$25 mil reais”. Moisés afirma também que teria mais de R\$100 mil reais para receber do Devop. Na fita seis, páginas nº 36 e 37, a nova conversa com o Deputado Amarildo, dessa vez em 28 de abril, acompanhado do Deputado Carlão de Oliveira, Carlão pede para o Governador favorecer o Deputado Amarildo num “contratinho” de vigilante. Reclama que o empresário Aires do Amaral é o único que presta serviços, nesse setor, ao Estado. O Governador pergunta, então, se o amigo que Amarildo menciona tem firma. Ele diz que sim. Em julho, Amarildo pede para fazer o acordo com o amigo, para o Governador autorizar a conversa dele com o então Chefe da Casa Civil, José Caúla, para fazer uns negócios.

O desdobramento disso, segundo o Governador, 101 que o negócio nunca se concretizou. “Eu só ganhava tempo. Se V. Ex^a pegar a primeira data e a segunda data em que foi falando, o assunto era o mesmo e eu enrolando e ganhando tempo”.

Nas páginas nºs 38, 39 e 40 da transcrição preparada pela Polícia Federal, o Deputado Aroldo Santos, dono de uma fundação de assistência à saúde, pede para o Governador restabelecer o convênio com o laboratório, elogia a qualidade da estrutura do prédio e diz que todo mundo, os Deputados, está querendo ajuda do governo. “Todo mundo tem seu detalhezinho financeiro, detalhezinho político”, diz Aroldo. No começo

do seu governo, o Governador anunciou que não iria passar dinheiro para a Fundação de Deputados; iria acabar com isso. E, ao que tudo indica, pela queixa do Deputado Aroldo, o corte foi feito.

Entretanto, é provável que tenha havido a volta às práticas antigas, pela melhoria da relação com os Deputados verificada pós-gravação.

Na página nº 58, fita 9, com Amarildo, o Deputado afirma que o grupo está fechado em vinte parlamentares, que não há grupo do Carlão ou do Deputado Ronilton Capixaba. Afirma que Carlão uniu todos, mas, nas conversas, ora o Governador fala de um grupo de quatorze ligados à Carlão, ora de dez, ligados ao Deputado Ronilton. Diz que não pode passar 50 mil para cada, mas, pede o entendimento e faz uma nova proposta em torno de 10 mil a 15 mil reais.

O Deputado Ronilton Capixaba, na fita nº 10, gravada no dia 1º de julho, o Governador revela que esteve antes com Carlão de Oliveira, presente também seu Secretário Caúla, e fez um acordo: passar 50% das obras do Estado para o Sinduscon, a fim de atender o grupo que não tem nada.

Sobre esse esquema com o Sinduscon, confirmado pelo Deputado Ronilton Capixaba, na Comissão Externa, o Governador nega ter feito o acordo. Na mesma fita, Capixaba diz que está fechado com dez deputados e que o grupo tem a solução para satisfazer-lhes o apetite financeiro. Querem 250 postos de vigilância que, pelas suas contas, dariam, cada um, um lucro de R\$ 1.960 reais, totalizando R\$ 490 mil reais por mês. “Resolve o problema de dez deputados”, diz Ronilton. Combinam, ao final, “que o Deputado iria organizar o esquema, vai botar para frente”, segundo suas palavras, e em 60 dias estaria concluído (pág. 85).

Adiante, afirma mais: “...o Senhor cresceu muito o contrato deles, não é?”, referindo-se aos colegas Deputados Aroldo Santos, Maurão de Carvalho e João da Muleta, que mantêm contatos com o Governador na prestação de serviços de limpeza e alimentação. Afirma que agora eles estão atendendo às regiões de Buritituba e Extrema. O Governador diz “que os contratos deles estão acertados, homologados, que têm duração de 60 meses”. E mais adiante, fala “ter combinado com João da Muleta para dividir o pão com Marcos”.

Na fita 11, páginas 92 e 93, em 1º de julho, o Deputado João da Muleta confirma que são 21 os deputados que querem fazer o acordo com o Governador. Falam também que cada deputado já ganha R\$ 20 mil reais mensais, além do salário. Não ficou claro se esse dinheiro teria sido retirado do orçamento mensal da Assembléia ou se teria sido acertado de outra forma com o Executivo e a Assembléia.

Ainda com o Deputado João da Muleta, o Governador fala que estaria fechado com nove deputados. Ao próprio João da Muleta, Renato Veloso, Maurão de Carvalho, Aroldo Santos, Marcos Donadon, Everton Leoni, Beto Dutrento, Deusdete e Neudir de Oliveira, não ficou claro o que significava esse apoio, se envolvia os contratos já mencionados aqui e a mesada de R\$ 20 mil reais.

Sobre a denúncia de participação do Deputado Chico Paraíba na folha paralela, veiculada também no Fantástico, em 30 de outubro de 2005, o Parlamentar enviou a essa Comissão esclarecimento de que o servidor Tercílio Boteca é lotado no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, à disposição do seu gabinete e percebe a remuneração mensal de R\$ 461,00 reais.

Na fita 12, gravada em 2 de julho, o Governador diz ao Deputado João da Muleta que do orçamento da Assembléia, mensalmente, sobram R\$ 3 milhões e, por isso, não acredita na informação dele de que R\$ 20 mil reais é o valor extra que cada um dos deputados recebe.

O Governador afirma a vários de seus interlocutores que o Parlamento de Rondônia é, depois do Amapá, o mais caro do Brasil, tendo um orçamento mensal superior a R\$ 5 milhões.

O mais elucidativo nas gravações parece estar nas páginas 124 a 129, fita 12, depois de muita conversa com Hellen Ruth, Ronilton Capixaba e Daniel Néri, quando o governador disse que não seria possível viabilizar os R\$ 50 mil através dos 250 postos de vigilância e a Deputada Hellen declarou: “nós não podemos mudar o mundo, você não pode mudar o mundo”, insistindo que o meio seria por outros serviços terceirizados. O governador sugere o nome Edson para eles conversarem, dizendo: “posso fazer a ponte, não posso fazer o rio”. Na mesma conversa é estabelecido o valor de R\$ 20 mil para cada ao invés de R\$ 50 mil.

Na página 135, fita 13, de 8 de julho, em conversa com Moisés de Oliveira, além de já ter mencionado o mesmo tema com outros deputados, o governador fala que o Presidente da Assembléia queria um contrato sob a responsabilidade de Luís Costa, possivelmente de Ji-Paraná, em valor superior a R\$4 milhões. No mesmo trecho, ainda com Moisés, o governador fala que o orçamento de R\$ 5,9 milhões para a Assembléia Legislativa não está adiantando nada, foi um acordo somente para eleger o Carlão Presidente... Que os deputados não estavam cumprindo o seu papel.

Outra conversa crucial está na página 194, fita 18. Ali o governador conversa com um funcionário antigo da Assembléia, lotado na ocasião da conversa, em 14 de março, no gabinete do Deputado Edison Gazoni,

chama-se José Hilton Guimarães, estelionatário, procurado pela Justiça de Goiás. Ele também apareceu no “Fantástico” e relata esquema do Deputado Gazoni, do qual ele participava de sacar mensalmente até R\$80 mil, ora do Banco Rural, ora do Banco do Brasil, mediante vários cheques endossados.

O Deputado Chico Paraíba, inconformado com as denúncias que envolviam o seu nome, interpelou judicialmente o Governador perante o Superior Tribunal de Justiça. Em sua resposta Ivo Cassol afirmou que não teve qualquer interesse em difamar o interpelante e não confirmou que o Parlamentar teria pedido qualquer tipo de vantagem, seja de ordem econômica ou pessoal.

Apuração da Comissão Especial da Assembléia Legislativa.

No dia 16 de maio de 2005, um dia após o primeiro “Fantástico”, com as gravações, o Presidente da Assembléia Legislativa instituiu uma Comissão Especial com prazo de 60 dias para averiguar as denúncias. A Comissão ficou composta pelos Deputados Leudo Buriti, Edézio Martelli, Everton Leoni, Dr. Deusdete e Chico Paraíba, sendo o primeiro seu Presidente, o segundo o Relator.

Em 18 de maio de 2005, com a renúncia do Deputado Chico Paraíba, foi efetivado [renúncia a este cargo] o primeiro suplente, Deputado Renato Velloso, como membro titular; o Deputado Chico Doido permaneceu como segundo suplente.

A Comissão Especial da Assembléia Legislativa realizou ao todo 13 reuniões entre os dias 17 de junho e 9 de agosto de 2005. Em deliberação preliminar, a Comissão entendeu a gravidade dos fatos imputados aos deputados nas gravações que poderiam ter desdobramentos imprevisíveis e afetariam a segurança e a tranquilidade institucional do Estado; propôs a perda temporária do exercício parlamentar sem vencimentos pelo prazo de 30 dias aos Deputados Hellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Néri, nos termos do art. 88 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, e do art. 34 da Constituição do Estado de Rondônia.

A proposição da Comissão foi aprovada pelo plenário da Assembléia no dia 19 de maio de 2005. Entretanto, em 22 de junho de 2005, a Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa emitiu o Parecer nº 64, de 2005, sobre a suspensão dos vencimentos dos deputados atingidos. A Procuradoria entendeu que não houve o cumprimento do preceito constitucional da ampla defesa para a aplicação da sanção de perda temporária do mandato sem os vencimentos e, por isso, o pagamento deveria ser feito. Revogou-se, assim,

um dispositivo da resolução proposta pela Comissão Especial. A Comissão Especial, em seguida, conferiu notificação aos deputados para apresentarem defesa prévia no prazo de cinco dias, o que foi observado por todos eles. Segundo a defesa prévia e a audição das fitas, a Comissão promoveu a oitiva de todos os envolvidos, incluindo os Deputados Estaduais nominados e o Governador Ivo Cassol.

O resumo dessas oitivas encontra-se no Relatório da Comissão Especial da Assembléia, aprovada em 15 de agosto de 2005. Em seu voto, o Deputado Edézio Martelli analisou a participação de cada agente em todo o processo, confrontando o teor das gravações com as defesas apresentadas. Constituem importantes peças de considerações dedutivas que contribuem para demonstrar a participação ativa dos Deputados Estaduais no ilícito investigado.

De especial acuidade jurídica é ainda a parte conclusiva do Parecer da Comissão no que diz respeito à tipificação da conduta dos investigados, da qual extraem-se os seguintes trechos:

“Os Srs. Deputados Hellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Néri aparecem nas gravações como fazendo parte de um grupo de deputados com o objetivo de tirar proveito próprio para fazer parte de uma base de sustentação do governo. Não há dúvida de que as imagens e as vozes são dos investigados nas gravações de vídeo. Com efeito, a conduta de extrema reprobabilidade levada a efeito pelos parlamentares citados foi detalhadamente esmiuçada nas divulgações das imagens do programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, e explicitada nas gravações encaminhadas a esta Comissão. Tais fatos demonstram de forma muito clara, com objetividade e sem rodeios, que os deputados investigados estavam exigindo dinheiro do governador para aprovar matérias na Assembléia Legislativa. Os elementos de prova colhidos em poder da Comissão atestam de forma inquestionável que os deputados investigados solicitaram ao governador vantagem financeira como forma de atuar na Assembléia Legislativa em favor do governo”.

E após transcrever mais um trecho da conversa aduz:

“A conduta dos deputados investigados caracteriza, em tese, o delito previsto no art. 317 do Código Penal brasileiro, corrupção passiva, o que por certo ensejará a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário através de suas instâncias competentes. Todavia, para a instância parlamentar depositária do voto popular, é necessário o enquadramento em quebra de decoro, situação tão grave quanto a subjunção da hipótese do Código Penal”.

E sobre esse tema o parecer também discorre:

O julgamento legislativo não se confunde com a esfera judicial penal, pois é político. Eventual cometimento de crime deve ser objeto de apuração junto ao Poder Judiciário, se assim entender cabível o Ministério Público. A independência do processo que estamos levando a termo é tema que merece realce, razão pela qual reportamo-nos às razões que fundamentaram o Relatório do Deputado Inaldo Leitão, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da Câmara Federal, por ocasião do processo instaurado para apurar a quebra de decoro parlamentar do Deputado Hildebrando Pascoal.

O processo de perda de mandato, em razão do comportamento incompatível com o decoro parlamentar, inicia e tem fim na Câmara a que pertence o parlamentar que adota conduta que se ajusta à visão da maioria quanto à postura ética que a instituição exige, observada pelos seus membros. Essa visão, entendemos, há de vir sempre informada do sentimento contemporâneo da sociedade, com o qual os parlamentares, representando o somatório de todos os interesses ideológicos, ideologias e aspirações, devem estar permanentemente afinados.

Daí a impertinência de critérios rígidos que impeçam o julgamento político sem prejuízo, no entanto, da observância de regras formais que assegurem o amplo direito de defesa. Quando o comportamento do parlamentar, no entanto, não só corresponde a uma infração à conduta ética, mas caracterizar também atitude delituosa, tipificada como crime, essa última circunstância, a nosso entender, não poderá ser sopesada pela Casa Legislativa para efeito de adotar ou não sanção justificada em motivação de ordem ética, mas isso não impede, no entanto, que as circunstâncias do momento, o choque que atitude ou atitudes delitivas venham a provocar na sociedade, autorizem ao como legislativo que, no seu conjunto, se veja ofendido indiretamente em razão de comportamento delituoso de um de seus membros, firme-se no poder/dever de dar uma satisfação à sociedade em correspondência com o *status* da relevada representação recebida, adotando a sanção que entender cabível àquele que conclua haver conspurcado a honra da respectiva instituição.

Vê-se que a falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal capaz de desmerecer o parlamento, é a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo de modo a expô-lo a críticas. Portanto para que se configure a quebra de decoro não é necessário ter o deputado praticado conduta tipificada pelo Código Penal, basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa.

E conclui, ainda antes de proferir o voto. Na apuração levada a termo por esta Comissão, as provas colhidas demonstram de forma inequívoca que os Deputados Hellen Ruth, Onilton Capixaba, Emilio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta e Daniel Néri solicitaram e tentaram negociar o pagamento de valores a fim de darem sustentação ao Governo na Assembléia Legislativa. Tal solicitação, indubitavelmente, fere a dignidade e a decência que devem revestir o exercício do mandato parlamentar. A conduta dos mencionados Deputados atingiu a honradez e o seu próprio respeito, cabendo à Assembléia Legislativa rejeitar esse comportamento.

Portanto esta Comissão tem a prerrogativa e a independência necessárias para, comprovada a falta de decoro, recomendar a instauração de processo com vista à cassação dos mandatos dos referidos parlamentares por quebra de decoro.

Após essas considerações, o relator conclui seu voto que foi em seguida aprovado pela Comissão com as seguintes recomendações: **a)** instauração de processo com vistas à decretação da perda de mandato dos Deputados Hellen Ruth, Onilton Capixaba, Emilio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, e Daniel Néri; **b)** instauração de inquérito para averiguar indicio de quebra de decoro pelo Deputado Cacá Mendonça; **c)** não aplicação de qualquer recomendação sobre o Deputado Emilio Paulista, por este ter renunciado ao mandato e **d)** instalação de comissão parlamentar de inquérito no âmbito da administração estadual para investigar indicio de conduta incompatível com os princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade e moralidade, mais precisamente na contratação de empresas no âmbito da construção civil e prestadora de serviços.

412. Julgamento da comissão temporária de ética e decoro parlamentar. Foi instalado no dia 18 de agosto pela Mesa Diretora da Assembléia uma comissão temporária de ética e decoro para apreciar o pedido de cassação de seis deputados. A comissão ficou composta pelos Deputados: Romeu Reolon, Presidente, Nereu Klosinsk, Relator, Dr. Deusdeth, Dr. Carlos e Beto do Trento, como membros titulares e os Deputado Everton Leoni e Chico Doido, como suplentes.

Com relação aos Deputados Cacá Mendonça, Daniel Néri e João da Muleta, prevaleceu na Comissão o voto do Deputado Dr. Deusdeth que determinou a absolvição de Cacá Mendonça e Daniel Néri por falta de provas e suspensão do mandato por 30 dias do Deputado João da Muleta. Com relação aos demais, o Relator, Deputado Nereu Klosinski, com base precipuamente no levantamento já efetuado pela Comissão Especial recomendou: "Amarildo Almeida, perda

do mandado por afronta ao art. 55, inciso II, § 1º da Constituição Federal; art. 34, inciso II da Constituição Estadual, combinado os arts. 88 a 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia; Ronilton Capixaba, perda do mandato, pelas mesmas razões; Hellen Ruth, perda do mandato por afronta aos mesmos artigos”.

Entretanto, como se sabe, e para a mais completa decepção dos que aguardavam o início do saneamento pela própria Casa Legislativa, o Plenário da Assembléia absolveu todos os acusados e que tinham parecer do Conselho de Ética pela cassação.

4.2 – Delitos nos contratos de serviços e obras. Nesse item será adotada a classificação das investigações do Ministério Público de Rondônia, que as separou em razão das empresas envolvidas nos ilícitos e de cujos inquéritos foram retiradas as seguintes informações:

a – Áudio Vídeo e *Sistem* Ltda, Inquérito Civil nº 2005001060004820.

Neste inquérito investiga-se desvio de R\$3.025.087,99 dos cofres da Assembléia Legislativa, por ter havido pagamentos ilegais à *Áudio Sistem*, cujo montante, R\$2.311.200,00, foi embolsado pelo esquema liderado por José Carlos de Oliveira, enquanto o restante, R\$713.887,99, foi apropriado pela empresa.

A fim de alicerçar os desvios, praticou-se um superfaturamento de mais de 1.260% no preço de um dos serviços prestados pela *Áudio Sistem* à Assembléia Legislativa, filmagem integral com captação de áudio ambiente das sessões realizadas pela Assembléia Legislativa, pois se vendeu o dito serviço por R\$300,00 o minuto, quando custa, no mercado, em tomo de R\$23,82 o minuto.

Além disso, houve o pagamento de 1.228 minutos desse mesmo serviço, filmagem integral com captação de áudio ambiente que não guardaram qualquer correspondência com o objeto do contrato, pois a *Áudio Sistem* apropriou-se ilicitamente de imagem de filmes produzidos por terceiros e divulgados no Festival de Cinema de Porto Velho, o Cine Amazônia, e as vendeu à Assembléia, que, conivente, pagou-lhe R\$300,00 por minuto, num total aproximado de R\$368.000,00. Nesse caso, houve uma criminoso apropriação de serviço alheio e de sua venda à Assembléia ao preço escandaloso de R\$300,00 o minuto.

A conduta revela o espírito malsão que motivava as partes envolvidas nesse contrato, cuja finalidade tramada era não o serviço honesto, mas a produção a qualquer custo de despesas que dessem ar de liceidade ao desvio de recursos dos cofres da Assembléia.

Além dos repasses em espécie, em alguns casos houve transferências

bancárias, TEDs, para pagamentos de débitos de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, como, por exemplo, a de R\$40 mil à empresa LS Turismo e Câmbio, em abril de 2005; a de R\$25 mil ao Posto Ale, em agosto de 2004; e a de R\$15 mil a João Carlos Batista de Souza, também em agosto de 2004.

b – Capri Marketing Consultoria e Informática Ltda., Inquérito Civil nº 2005001060004849.

Nesse Inquérito Civil do Ministério Público de Rondônia, constatou-se que a empresa Capri, possuidora de pelo menos três contratos com a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, repassou ao Deputado José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira, Haroldinho e Marlon Jungles quantia superior a quatrocentos e oitenta mil Reais relativos aos processos 16.34/03, 217/04 e 163/04 entre março de 2004 e maio de 2005. Para tanto, superfaturou a pedido de Moisés de Oliveira dois dos contratos, Processo Administrativo nº 1634/03 e 217/04, elevando-se a valores próximos a oitenta mil Reais cada um, valor máximo admitido para a deflagração de licitação mediante convite, modalidade licitatória que facilitaria a escolha antecipada e fraudulenta da Capri.

Segundo José Lacerda, proprietário de fato da empresa, do total recebido referente a esses dois processos, a Capri ficou com apenas quarenta e cinco mil Reais. O restante, em torno de cento e catorze mil Reais foi repassado aos envolvidos.

Maria Lídia, representante legal da contratada, as vezes endossava os cheques da própria Assembléia e sacava na boca do Caixa entregando o montante a Haroldinho ou a sua Secretária Luciane. Outras vezes, emitia cheques da própria empresa e os endossava com a mesma finalidade.

Finalizados os pagamentos do Processo nº 1634/03 e 217/04, insatisfeitos com a sangria que vinham proporcionando aos cofres públicos, Carlão de Oliveira e demais envolvidos incrementaram o desvio de recursos do erário. Para tanto, a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia assinou contrato ALE/DT/005/245 com a empresa Capri Marketing com suporte no Processo ADM 00163/ALE/O4 para prestar serviço de telemarketing sob o pretexto da criação de um canal de comunicação com a sociedade por meio de telefones 0800.

Mencionados serviços seriam remunerados ao preço de trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais mensais pelo período de um ano, perfazendo o total global de quatrocentos e setenta e sete mil Reais, dos quais foram pagos quatrocentos e vinte e quatro mil Reais. Do total desse pagamento, foi repassado a

José Carlos de Oliveira e demais envolvidos a quantia superior a trezentos e sessenta e seis mil Reais.

Nesse período, não houve sequer uma ligação para o 0800, ou seja, nenhum serviço foi efetivamente prestado. Assim, apropriaram-se criminosamente de quatrocentos e vinte e quatro mil Reais pertencentes ao erário. É um mini-Delúbio. Sem trocadilho, Presidente.

A dinâmica dos desvios seguiu o mesmo caminho com a expressiva participação de Moisés Marlon e Haroldinho. Os cheques eram retirados do Departamento Financeiro da Assembléia Legislativa e endossados pela empresa e sacados ou depositados na conta da empresa que emitia outros cheques, cujos valores, após descontados, eram embolsados por José Carlos de Oliveira, Moisés, Marlon e Haroldinho.

Esses fatos estão perfeitamente delineados pelos inúmeros documentos que compõem o Inquérito Civil Público nº 2005001060004849, em especial pelas declarações de José Lacerda, proprietário de fato da Capri, de Maria Lídia, sócia proprietária da mencionada empresa, Luciane Maciel da Silva Oliveira, do próprio Haroldinho e ainda corroborados por Luciana de Rossi, Kátia Maria Tavares das Neves e Terezinha Esterlita Grande Massaro.

O depoimento de Luciane Maciel da Silva Oliveira é bastante ilustrativo. Que no caso da empresa Capri, a depoente recebia vários cheques do Banco Rural assinados por Maria Lídia e esses cheques tinham seus valores sacados e levados em dinheiro vivo para Haroldinho e, às vezes, feitos depósitos, ted's ou doc's; que sabia que Haroldinho levava dinheiro em espécie para Moisés; que uma vez fez um saque juntamente com Maria Lídia no Unibanco, de dinheiro que havia sido repassado pela ALE para a Capri; que nesta oportunidade, Maria Lídia ficou com parte do dinheiro para pagamento da empresa e a depoente levou o restante em espécie para o escritório na D. Pedro II; que o dinheiro sacado em espécie pela depoente era repassado para Moisés, Haroldino, Marlon, Jungles; que conhece o José Lacerda de Meio, da empresa Capri a quem foi apresentado por Haroldinho; que também se constatou que, em 2005, Capri, a pedido do esquema liderado por Carlão de Oliveira abriu uma conta em nome da empresa no banco Bradesco no qual houve uma movimentação bancária de cem mil Reais. Esse valor teve origem no depósito de um cheque emitido pela Assembléia para pagamento à empresa Tropical Táxi Aéreo que, a propósito, é um dos fornecedores que tinham pagamento retirado irregularmente do departamento financeiro.

Dessa movimentação, transparece indícios de desvios de recursos da Assembléia envolvendo outro

fornecedor, Tropical Táxi Aéreo, exatamente pelo suspeito caminho percorrido pelo dinheiro, ante o comprovado fato de que esse valor foi sacado a retalho pelo esquema de José Carlos de Oliveira. Nesse ano de 2005, avolumaram-se suspeitas movimentações bancárias na conta da Capri, entrelaçando as empresas HMCO, Ajucel e Transmilenium, todas reconhecidas no esquema de desvio de dinheiro da Assembléia.

Assim, constatou-se uma transferência de R\$312mi1 da conta da Capri para a conta da Ajucel, um crédito de R\$151.985,00 na conta Capri, feito por Marcelo Suzuki, sócio de Haroldinho na HMCO, empresa que, por sua vez, representa a Transmilenium em Rondônia. Esse crédito partiu de uma agência do Banco do Brasil em Goiânia, cidade onde está sede da Transmilenium, muito sintomático que imediatamente após esse crédito a Capri sacou o valor de R\$152mil através de um cheque nominal à Luciane, secretária de Haroldinho, a indicar que esse valor destinou-se ao esquema de desvio citado, comandado por Carlão de Oliveira.

C – Transmilenium. Inquérito Civil nº 2005001060006669. A empresa Transmilenium, situada em Goiânia, Goiás, investigada pelo Inquérito Civil nº 2005001060006669, recebeu dos cofres da Assembléia de 2003 até hoje a expressiva quantia de R\$12.351.919,73. Teresinha Marsaro, diretora financeira da Assembléia retrata, com firmeza, que os cheques destinados à Transmilenium seguiam aquele irregular trâmite anteriormente mencionado, sendo intensas as participações de Moisés, Haroldinho e Marlon.

Da Transmilenium já se tem indícios de que, pelo menos, R\$301.985,00 foram desviados para o esquema liderado por Carlão. Com efeito, R\$151.985,00 foram depositados na conta da Capri e, em seguida, sacados por Luciane Maciel que, como dito, realizava as operações bancárias para o grupo. Outros R\$150 mil foram depositados na conta da LS Turismo, também fornecedora da Assembléia e repassados a José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira e Marlon Jungles.

D – LS Turismo Ltda., Inquérito Civil nº 2005001060006667. A LS Turismo é também uma das empresas cujos pagamentos serão realizados de forma irregular foi palco de inacreditáveis improbidades. Do revelador depoimento de seu proprietário extrai-se o seguinte: exigência pelo esquema de volumosa propina da empresa para pagamento dos serviços prestados e para continuidade do fornecimento de passagens aéreas à Assembléia, escancarada lavagem de dinheiro, utilizando-se da conta da empresa para recebimento de propina de outra fornecedora da Assembléia Transmilenium, pagamento de dívidas de Carlão Moisés e

Marlon à LS Turismo, mediante nomeação de parente de Roberto Carlos Barbosa, proprietário da LS como fantasmas da folha de pagamento da Assembléia. As declarações de Roberto Carlos Barbosa confirmam o absurdo e a gravidade desses fatos.

E – Rondoforms – Indústria Gráfica Ltda., Inquérito Civil nº 2005001060006670. As investigações realizadas dão conta de que irregularidades semelhantes àquelas já descritas envolveram também a Rondoforms Indústria Gráfica Ltda. Essa empresa prestou serviços para a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, nos anos de 2003, 2004 e 2005 quando recebeu respectivamente R\$155.233,18, R\$1.086.363,50 e R\$2 mil. As declarações de Teresina Marsaro, diretora Financeira da Assembléia Legislativa, retratam a existência de procedimentos irregular, quando dos pagamentos à Rondoforms.

Adriane Wittwer, gerente de contas na agência setor público 2757-X, do Banco do Brasil, em Porto Velho, esclareceu ter presenciado Luciane, secretária de Haroldinho acompanhando o sócio da Rondoforms, em pelo menos um saque em dinheiro realizado naquele período. A Rondoforms realizou saques em dinheiro que despertaram atenção da gerência do Banco, que prontamente comunicou as alterações ao Coaf, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão do Governo Federal que disciplina, aplica penas administrativas, recebe, examina e identifica ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro. Também nesse caso, portanto, são fortes os indícios de desvio de dinheiro público.

F – A Ajucel Informática Ltda. Inquérito Civil 2005001060006674. A Ajucel, por sua vez, foi do mesmo modo relacionada por Terezinha (*Inaudível.*) e por Kátia Tavares das Neves, outras servidoras do setor financeiro da Assembléia Legislativa, dentre as empresas envolvidas em pagamentos irregulares.

A citada empresa possui um milionário contrato com a Assembléia de mais de R\$26 milhões. A própria Lucina, em pelo menos um depoimento prestado na Polícia Federal, embora tenha se retratado de forma não convincente, asseverou ter acompanhado algumas vezes o responsável pela empresa Ajucel Informática Ltda à agência bancária onde foram feitos saques e o dinheiro entregue a Moisés de Oliveira, Haroldinho ou a Marlon, no mesmo esquema já mencionado.

Dos extratos bancários conclui-se a existência de volumosos saques de cheques emitidos pela Assembléia Legislativa à Ajucel. Há também a já citada transferência de R\$312 mil de uma conta Capri, movimentada de fato pelo esquema liderado por Carlão para a conta da Ajucel, numa clara demonstração das operações

espúrias que eram realizadas entre o Presidente da Assembléia e alguns dos seus fornecedores.

G – Brasil Agenciamentos e (Inaudível) Toures Brasil – Inquérito Civil 2005001060006716. Nessas empresas o esquema atuou de forma incisiva. Amarildo Gomes (*Inaudível.*), proprietário das empresas, esclareceu que, em um ano, foram pagos aproximadamente R\$200 mil de propinas. Além disso, a conta corrente da (Inaudível.) Toures Brasil foi utilizada pelo mesmo esquema para lavar em tomo de R\$400 mil. Para tanto, a pedido de Moisés, Amarildo consentiu fosse depositado o montante já citado na conta da (Inaudível) Brasil. Após o depósito, cuja origem Amarildo diz desconhecer, o dinheiro foi sacado e entregue às pessoas de costume.

H – Reforma da Assembléia. Fox Pretender e Fernandes (*Inaudível.*) Inquérito Civil 2003001060011379. Em investigação feita pelo Ministério Público, constatou-se que a reforma do prédio da Assembléia, realizada sob a presidência de José Carlos de Oliveira foi objeto de volumosas irregularidades que redundaram num gasto de aproximadamente R\$2 milhões. Essa obra foi realizada por três empresas contratadas em diversos processos licitatórios na modalidade “convite”, numa escandalosa fragmentação de despesas. Todas as empresas envolvidas na reforma, Fox Construções Ltda., Fernandes Salami, ME e Pretender Comércio e Representações Ltda., tinham os pagamentos realizados da forma absolutamente irregular já mencionada, pagamentos com cheques fragmentados, por determinação de Moisés, Marlon e Haroldinho, sem a comprovação da prestação de serviços. Além disso, grande parte dos cheques dados em supostos pagamentos às empresas citadas foi sacada nas agências bancárias, numa inequívoca demonstração da forma estranha e pouco convencional em que se deu a reforma sob análise. Destaque-se que a Fox é uma empresa sediada na pequena e distante cidade de Alto Alegre dos Parecis, sendo que no endereço por ela apresentado, segundo o auto de constatação do Ministério Público, existe uma empresa absolutamente diversa.

I. Aquários Comércio e Serviços de Limpeza Ltda., Inquérito Civil nº

2005001060004829. Aqui se investigam pagamentos da Assembléia Legislativa à Aquários Comércio e Serviços de Limpeza Ltda., realizados no período de outubro de 2004 a maio de 2005, num montante de R\$930.500, referentes a despesas de colocação de veículos. Essa empresa está em nome de Laerte Ribeiro de Oliveira e Donizete (*Inaudível.*), aquele primo e este cunhado de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, a quem de fato pertence a empresa em questão.

Da análise dos processos administrativos a que o Ministério Público teve acesso, verifica-se que a locação de veículos pela Assembléia Legislativa pela empresa Aquários se deu sem licitação, havendo apenas em dois processos nºs 1.249/04 e 1.501/04, despacho do Presidente da casa de leis, reconhecendo e homologando as despesas sobre o argumento de urgência para sanar problemas, sem existir, contudo, nos respectivos processos, a motivação da urgência mencionada.

Todavia, há outros pagamentos sem qualquer espécie de justificativa. Apesar de os pagamentos terem sido efetuados, não há certificação da realização do serviço, tão pouca especificação dos veículos, em tese, locados na Assembléia Legislativa, tais como placa, ano, cor e chassi, o que evidencia graves irregularidades nos respectivos pagamentos.

Agregam-se a essas circunstâncias, que por si só causam estranheza, informações de Kátia Maria Tavares das Neves, Luciano de Rossi e Terezinha Marsaro, servidores da Assembléia Legislativa, de que os pagamentos à empresa Aquários não seguiam os prosseguimentos regulares. Primeiro efetuavam os pagamentos e só depois os serviços eram recebidos. E ainda assim, pro forma, vez que há fortes indícios de que os serviços não eram efetivamente prestados, pelo menos em sua integralidade. A empresa era uma ponte a mais nos desvios promovidos pela estrutura de corrupção montada na Assembléia.

Essa evidência torna-se mais patente ante as informações de que a empresa arcou com os custos de aquisição de dois veículos ligados ao Presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira. Esses dois veículos constituem a expressão mais clara da absoluta desfaçatez com que se conduziam os deputados deste Estado e a total confiança na impunidade que os cercavam. Trata-se do sorteio de dois veículos entre os parlamentares e suas esposas. No final de 2004, durante os festejos de fim de ano, o Presidente da Assembléia, José Carlos de Oliveira, promoveu uma confraternização entre os deputados e seus familiares no Clube da Engecom, na cidade de Porto Velho.

Para abrilhantar a confraternização, Carlão de Oliveira, à guisa de mimo, sorteou entre os Deputados um veículo zero quilômetro, de luxo, marca Toyota Corolla, XEI, câmbio automático, ano 2004, modelo 2005. E entre as esposas dos deputados, um veículo popular – mulher é discriminada, Presidente, não pode – também zero quilômetro, marca GM, Chevrolet, modelo Celta. Para tanto, atuando mais uma vez em nome do grupo, Aroldinho esteve na empresa Nissei Motors Ltda., a fim de adquirir um veículo de luxo.

Na ocasião, informou que a nota fiscal deveria ser emitida após o evento, para que saísse diretamente em nome do sorteado. Além disso, precisavam levar o carro ao local do evento para expô-lo, para liberação e exposição do veículo no Clube da Engecom. Foi entregue por Aroldinho um cheque da Empresa Aquários, ocasião em que afirmou que a empresa era nossa, e que ela era responsável pelo evento. O veículo foi levado ao Clube da Engecom, por uma funcionária da concessionária, e colocado ao lado do veículo Celta, que também havia sido adquirido e pago com o cheque da empresa Aquários que foi depois resgatado. Sorteados os veículos, a esposa do Deputado Neldir de Oliveira foi contemplada com o Celta, e o Deputado Chico Doido ganhou o Corolla.

Na segunda-feira, após o sorteio, o cheque emitido pela Aquários, cuja beneficiária era a Nissei Motors, foi depositado e pago. Posteriormente, Aroldinho informou que o sorteado preferiu o dinheiro, razão pela qual pretendia devolver o veículo à Nissei Motors. Ante a discordância da empresa, Cartão de Oliveira decidiu ficar com o veículo e determinou então que ele fosse faturado no nome de João Carlos Batista de Souza, conhecido por João Sujo, pessoa notoriamente a ele vinculada. Intuitivo, pois que o dinheiro público de forma direta ou indireta custeou essas benesses.

As informações colhidas dão conta também de que o próprio Deputado Carlão de Oliveira já estivera juntamente com João Sujo em outra revendedora de veículos, Ivel, concessionária Honda, mostrando o seu interesse na aquisição de um veículo de luxo. Mas não houve acerto ante a negativa desta em permitir a saída do veículo para exposição no local do sorteio sem o respectivo faturamento.

Aliás, a confraternização no Clube da Engecom acima mencionada foi veiculada nos jornais eletrônicos: Rondônia Notícias, de 29-12-2004, Observador.com, de 30-12-2004 e Clarim da Amazônia, de 30-12-2004 com a seguinte manchete: José Carlos de Oliveira, veículo comprado em nome de terceiro.

No dia 12 de março de 2004, João Carlos Batista de Souza, o João Sujo, esteve na empresa Nissei Motors Ltda., e entabulou negociação para aquisição de uma caminhonete Hilux, informando que o veículo seria destinado ao Presidente da Assembléia Legislativa, porém o carro deveria ser faturado em nome de Daniela Feitosa Monteiro, mulher de Nilson de Oliveira, administrador das fazendas de Carlão, em nome de quem, aliás, já esteve parte do gado do Presidente da Assembléia.

O faturamento efetivamente saiu para Daniela, embora esta jamais tenha ido àquela concessionária. O pagamento de R\$70 mil foi realizado da seguinte

forma: R\$39.900,00 financiados junto ao Banco Sudameris; R\$8.100,00 entregues em moeda corrente, e dois cheques de Daniela, um de R\$7.500,00 e outro de R\$10.000,00, com prazo de 30 e 60 dias respectivamente. Há ainda um débito de R\$5.100,00 para ser quitado junto à concessionária.

Não fosse a estranheza da negociação, as investigações permitiram comprovar que Daniela é servidora comissionada da Assembléia Legislativa de Rondônia, lotada exatamente no gabinete da Presidência. Tratou-se, portanto, a aquisição em nome de Daniela de mais uma forma de desvio de recursos públicos, agora relacionadas às irregularidades da folha de pagamento, constituindo aliás figura característica do crime de lavagem de dinheiro, que será obviamente apreciado quando da conclusão dos inquéritos policiais.

43. Delitos nas folhas salariais.

Em suas investigações nas irregularidades na Assembléia, inclusive com a apreensão de computador portátil usado na fraude, a Polícia Federal verificou a existência de fraudes na folha de pagamento da casa legislativa, envolvendo confecção de folha fantasma, fraude na própria folha oficial e empréstimos consignados forjados. Apenas a folha paralela ou fantasma teria em 11 meses desviado 15 milhões de reais da Assembléia Legislativa, segundo a Polícia Federal.

O Partido dos Trabalhadores protocolou representação na Assembléia Legislativa e no Ministério Público requerendo a abertura de procedimentos visando apurar o envolvimento da quase totalidade dos deputados estaduais, 22, no desvio de recursos por meio da mencionada folha paralela.

O Ministério Público determinou o arquivamento da representação citada no parágrafo anterior, entendendo que os documentos e as representações nada acrescentam às investigações e também nada inovam, no que se refere à configuração jurídica das medidas a serem oportunamente adotadas e instaurou inquérito civil para investigar o assunto.

O procedimento do Ministério Público apura comprovada folha de pagamento paralela, composta de servidores comissionados, que seguia trâmite absolutamente diverso da folha oficial. O pagamento dos integrantes do quadro de pessoal regular da Assembléia era encaminhado diretamente aos bancos em que os servidores possuem conta-corrente, em geral o Unibanco.

Entretanto, a dita folha paralela era confeccionada mês a mês e logo após os cheques correspondentes aos salários dos supostos servidores eram entregues diretamente aos deputados e aos seus chefes de gabinete, sendo os da Presidência entregues a Moisés de Oliveira ou Marlon Jungles. A indigitada folha pa-

ralela era confeccionada no departamento financeiro e não no departamento de recursos humanos, como ocorria com os servidores da folha regular. Para sua confecção, a cada mês, o Presidente da Assembléia, Carlos de Oliveira, seu irmão Moisés de Oliveira ou ainda Marlon Jungles repassava à diretora do departamento financeiro os valores a serem repassados a cada deputado. A eles também competia apresentar a relação de nomes que deveriam figurar como servidores comissionados da Assembléia Legislativa no mês, de forma a justificar o recebimento do valor destinado pela Presidência.

Tais servidores, segundo apurou a Polícia Federal, não possuíam cadastro, ficha funcional e sequer ato de nomeação. Com a citada folha paralela, desviaram-se de junho de 2004 a maio de 2005 em torno de R\$15 milhões, segundo informações da Polícia Federal e do Ministério Público estadual.

As folhas de pagamento oficial e paralela possuíam outra grave irregularidade. Nelas figuravam servidores que sequer tinham conhecimento disso, eram verdadeiros funcionários fantasmas dos deputados estaduais. Nesses casos, os cheques de pagamento não eram entregues aos supostos servidores, mas endossados geralmente por terceiros não identificados que eles simulavam ser o favorecido, após o que os valores eram sacados ou depositados em contas predeterminadas e tinham como destino final o Deputado, o gabinete, em que o servidor em tese estava lotado. Toda essa operação consistia na verdade em um estratagema forjado para desvio de dinheiro público.

Finalmente, os Deputados realizaram em nome dos servidores comissionados empréstimos junto a instituições de crédito para desconto em folha em que o valor levantado era destinado a eles próprios. Os empréstimos feitos em nome de terceiros constituíam verdadeira antecipação do valor que pretendiam ilícitamente receber durante a manutenção do fantasma na folha de pagamento. Em outros casos, os empréstimos eram feitos em nome dos servidores regulares que, entretanto, tinham os vencimentos acrescidos da quantia que seria destinada mensalmente ao pagamento do empréstimo levantado em favor do Deputado.

De acordo com dados preliminares levantados pela Polícia Federal, o notebook apreendido no qual era confeccionada a folha paralela, foram desviados recursos da Assembléia Legislativa entre 1º de junho de 2004 e 30 de abril de 2005 aos seguintes Deputados:

- 1) O Deputado Beto do Trento nomeou na tolha paralela de pagamento do seu gabinete nove servidores, aos quais a Assembléia pagou salário bruto de R\$172.400,00;

2) O Deputado Amaril de Oliveira gastou com seus 25 fantasmas a quantia de R\$602.400,00;

3) O Deputado Dr. Carlos, Carlos Henrique Bueno da Silva, pagou a 13 servidores a importância de R\$299.00,00;

4) O Deputado Daniel Néri de Oliveira com 43 funcionários pagou R\$800.500,00;

5) O Deputado Deusdete Antônio Alves pagou a 13 servidores R\$323.400,00;

6) O Deputado Edésio Amartele tinha 21 funcionários pagou-lhes R\$598.200,00;

7) O Deputado Edson Gasone pagou aos 28 funcionários lotados em seu gabinete a importância de R\$760.00,00;

8) A Deputada Helen Ruth O. de Saltes Rosa com 26 servidores gastou R\$887.500,00;

9) O Deputado Everton Leoni pagou seus 26 funcionários a importância de R\$683.600,00;

10) O Deputado Chico Doido, Francisco Isidro dos Santos, gastou com 28 funcionários R\$705.500,00;

11) O Deputado Léo do Buriti, Francisco L. B. Sousa, tinha 28 funcionários e lhes pagou R\$811.500,00;

12) O Deputado Haroldo F. Carvalho Santos, com 22 funcionários despendeu R\$898.800,00;

13) O Deputado João da Muleta, João Batista dos Santos, gastou com seus 16 funcionários a importância de R\$240.000,00;

14) O Deputado Cacá Mendonça, João Ricardo Geromolo Mendonça, tinha 50 funcionários, com os quais gastou R\$1.130.100,00;

15) O Deputado Emilio Paulista, José Emilio Mancuso de Almeida, com 24 funcionários, gastou R\$936.000,00;

16) O Deputado Marcos Antônio Donadon tinha 20 funcionários e com eles gastou R\$694.000,00;

17) O Deputado Mauro de Carvalho com 43 funcionários pagou R\$754.550,00;

18) O Deputado Neudi Carlos Francisco de Oliveira pagou seus 10 servidores fantasmas R\$344.500,00;

19) O Deputado Nereu José Closins com apenas 4 funcionários gastou R\$182.000,00;

20) O Deputado Paulo R. O. Morais, afastado para exercer o cargo de Secretário de Segurança Pública contratou 8 servidores e pagou R\$153.000,00 – até afastado pagava;

21) O Deputado Renato Euclides Carvalho Veloso Viana nomeou ria folha paralela 40 servidores, aos quais pagou a soma de R\$667.400,00;

22) O Deputado Ronilton Capixaba, Ronilton Rodrigues Reis, com 29 funcionários, gastou R\$19.900,00;

23) O Deputado Carlão de Oliveira, José Carlos de Oliveira, Presidente da Assembléia, empregou 41 funcionários, os quais destinou R\$1.401.500,00.

Esse esquema de locupletamento ilícito de Parlamentares em detrimento do erário de pessoas que sequer sabiam que seus nomes figuravam na toalha de pagamento da Assembléia encontra-se evidenciado em inquérito civil público do Ministério Público de Rondônia. E também robusto o conjunto probatório produzido pela Política Federal. Os vários documentos apreendidos que *já* foram periciados integram os inquéritos policiais que estão em fase de conclusão. O envolvimento do Presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos de Oliveira, de Moisés José Ribeiro de Oliveira e de Marlon Sérgio Lustosa (*Inaudível*). Esse último, como já dito, irmão e cunhado do primeiro, é de perfeita visualização dos depoimentos colhidos.

Recomendações.

5 – A situação no Estado de Rondônia, como visto, é extremamente grave e excepcional. A ordem pública, que não deve ser confundida com segurança pública, encontra-se seriamente comprometida. Essa premissa pode ser comprovada em um simples passeio pelas ruas da capital Porto Velho. As pessoas estão revoltadas e prontas para tomar medidas violentas, o que, aliás, já foi feito em um recente ataque à Assembléia Legislativa. O Estado democrático *de* direito e, portanto, a ordem pública, reclamam respostas moralizadoras urgentes, e, não obstante o trabalho árduo que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Federal ao Poder Judiciário ainda não conseguiu entregar efetivamente entregar a prestação jurisdicional, determinando o afastamento dos Parlamentares Estaduais comprovadamente envolvidos nos escândalos.

Alerte-se que as provas de corrupção que grassa na Assembléia Legislativa de Rondônia são robustas. Todavia, essa robustez não foi suficiente para que os envolvidos fossem cassados por quebra de decoro Parlamentar no procedimento administrativo que tramitou naquele Parlamento. Assim, após tudo que se apurou, esta Comissão Externa, entende por bem fazer as seguintes recomendações às autoridades, poderes e instituições:

“A – Pugar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que decreta intervenção federal no Estado de Rondônia diante do grave comprometimento da ordem pública e do não-funcionamento adequado do Poder Legislativo no Estado de Rondônia é imperativo que se instrumentalize o instituto constitucional da intervenção federal na citada unidade federativa.”

A intervenção é ato político que consiste na incursão da entidade interventora nos negócios da entidade que a suporta. Constitui a antítese da autonomia, pois afasta momentaneamente a atuação autônoma do Estado do Distrito Federal ou do Município que a tenha sofrido.

A Constituição consagra o princípio da não-intervenção, isso porque tal ato se traduz em medida excepcional de defesa do Estado Federal e de proteção das unidades federadas que o integrem. É instituto essencial ao sistema federativo, sendo exercido em função da integridade nacional e da tranqüilidade pública. Quando o interventor for da União nos Estados ou no Distrito Federal, o art. 34 da Constituição relaciona as hipóteses de incidência.

“Art. 34 A União não intervirá nos Estados ou no Distrito Federal nem no Distrito Federal exceto para:

- 1 – Manter a integridade nacional.
- 2 – Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra.
- 3 – Por termo a grave comprometimento da ordem pública.
- 4 – Garantir o livre exercício de qualquer dos poderes das unidades da federação.
- 5 – Reorganizar as finanças das unidades da federação, que:
 - a) Suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
 - b) Deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias nessa Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei, fixados nessa Constituição.
- 6 – Prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.
- 7 – Assegurar observância dos seguintes princípios fundamentais:
 - a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
 - b) direitos da pessoa humana;
 - c) autonomia municipal;
 - d) prestação de contas à administração pública direta e indireta.

Aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações do serviço público de saúde. E sobre a hipótese prevista *no* inciso III, “pôr termo” – Sr. Assessor, corrija, por favor – a grave comprometimento da ordem pública, a aplicação ao presente caso vale sobre a hipótese prevista no art. 3, ou seja, pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, aplicável ao presente caso.

Vale transcrever os ensinamentos de Henrique Ricardo Lewandowski, em sua obra *Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil*: o direito anterior, conforme se verificou, exigia que a perturbação da ordem pública fosse de excepcional gravidade, para que a intervenção se apresentasse como lícita.

As Constituições de 1891, com a redação dada pela emenda de 26, de 34 e de 46, falavam inclusive em guerra civil. E como observa Manoel Gonçalves Ferreira Filho, embora a primeira constituição republicana admitisse a medida para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados condicionava-se à requisição dos respectivos governos.

A Carta ditatorial de 37, por sua vez, autorizava a intervenção quando a ordem estivesse gravemente alterada. E se o Estado não quisesse ou não pudesse restabelecê-la, mesmo a Constituição de 67, editada sob a égide de um governo militar, exigia que a perturbação da ordem fosse grave.

Apenas na Constituição de 69 ou de 67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 01/69, como recrudescimento do autoritarismo e da centralização do sistema federativo, é que a intervenção passou a ser admitida na hipótese de simples perturbação da ordem, ou ainda em face da mera ameaça de sua irrupção, conforme estabelecia o art. 10, inciso III, da Carta. No mesmo dispositivo previa-se também ação interventiva no caso de corrupção do poder público estadual.

Com a volta à normalidade institucional, restabelecidas as franquias democráticas, já sob a atual da Constituição, a medida somente pode ser desencadeada na hipótese de grave comprometimento da ordem pública.

Isso significa que não é qualquer perturbação da ordem que torna lícita a intromissão do governo central nos negócios internos das Unidades da Federação, medida extrema que é, posto que fere a autonomia constitucionalmente assegurada aos entes federados. Ela somente se justifica caso não possa a desordem ser debelada pelas autoridades locais, ou se estas, por qualquer razão, não queiram fazê-lo.

Como nota Manoel Gonçalves Ferreira Filho, outra exegese esvaziaria a autonomia estadual, uma vez que a deixaria vulnerável sempre que ocorresse qualquer desordem, embora perfeitamente superável pelos próprios meios do Estado Federado.

A interrupção da ordem, pois, há de ser de fora do comum, excepcional. Como se disse, nas palavras de José Cretela Júnior: ordem é o contrário de caos, registrando-se vários graus de perturbação da ordem, devendo, contudo, estar presente como grave para abonar a ação federal.

Mas em que consiste, afinal, a ordem pública? Para Plácido e Silva ela constitui a situação e o estado de legalidade normal em que as autoridades exercem suas atribuições precípuas e os cidadãos as respeitam e acatam sem constrangimento ou protesto. Trata-se, pois, da paz e da tranqüilidade no meio social usufruídas ao abrigo da ordem jurídica assegurada pelo Estado.

Na hipótese de grave perturbação da ordem, a intervenção é decidida pelo Presidente da República, independentemente de qualquer apreciação prévia do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário, após a verificação da ocorrência dos fatos que a justificam. Cuida-se, no caso, de uma competência discricionária. Quer dizer, diferente da hipótese de assegurar o livre exercício de qualquer dos Poderes nas Unidades de Federação, em que o exercício da competência interventiva é vinculada. Nessa hipótese, pode ou não ser exercida por seu titular, que é o Presidente da República, segundo um juízo de oportunidade e conveniência da parte deste.

Em outras palavras, nas hipóteses supramencionadas, a intervenção é deixada ao prudente arbítrio do Presidente da República, que age moto-próprio, independentemente de provocação. Os pressupostos formais, aqueles que dizem respeito à efetivação, limitação e requisitos da intervenção, estão concentrados no art. 36 também da Constituição Federal, que estabelece:

“Art. 36 – A decretação da intervenção dependerá:

I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da Repú-

blica, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.”

Assim, para sanar o problema que experimenta o Estado de Rondônia, qual seja, o grave comprometimento da ordem pública, basta que o Senhor Presidente da República decrete a intervenção, especificando a amplitude, o prazo e as condições de execução, nomeie o interventor e submeta a medida ao Congresso Nacional no prazo de 24 horas.

B – Instar a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado de Rondônia a agilizar a conclusão dos inquéritos que instauraram e este último, ainda, a ajuizar as ações civis públicas que objetivem a declaração de perda de mandato dos Parlamentares envolvidos em atos de corrupção.

O Ministério Público Estadual instaurou diversos inquéritos civis públicos para servir de base à propositura de ações que objetivem a responsabilização dos Parlamentares envolvidos em atos de corrupção. Da mesma forma, a Polícia Federal instaurou os correspondentes inquéritos policiais a fim de elucidar os atos criminosos cometidos na Assembléia e instrumentalizar a propositura das ações penais cabíveis. É necessário que sejam urgentemente concluídas essas investigações, ajuizadas as competentes ações cíveis e criminais e respeitado o devido processo legal, punidos, inclusive, com a cassação dos mandatos todos os culpados.

Entre as condutas apuradas, inegavelmente, a mais grave é que diz respeito à folha paralela, citada neste relatório. Pelo que já está provado, é imprescindível que o Tribunal de Justiça decrete a perda dos mandatos dos Deputados Estaduais a seguir nominados e que seja dada posse a seus respectivos suplentes:

- 1 – Carlão de Oliveira, José Carlos de Oliveira.
- 2 – Beto do Trento.
- 3 – Amarildo de Almeida.
- 4 – Dr. Carlos (Carlos Henrique Bueno da Silva).
- 5 – Daniel Nery de Oliveira.
- 6 – Deusdete Aíves.
- 7 – Edésio A. Marteli.
- 8 – Edson Gazoni.
- 9 – Helen Ruth.
- 10 – Everton Leoni.
- 11 – Chico Doido.
- 12 – Leudo Buriti, Francisco L. B. Souza.
- 13 – Aroldo F. Carvalho Santos.
- 14 – João da Moleta, João Batista dos Santos.
- 15 – Cacá Mendonça (João Ricardo Geromolo Mendonça).
- 16 – Emilio Paulista, José Emílio Mancúcio de Almeida.
- 17 – Marcos Antônio Donadon.
- 18 – Mauro de Carvalho.
- 19 – Neudi Carlos Francisco de Oliveira.
- 20 – Nereu José Klosinsky.
- 21 – Paulo R. O. Morais (afastado para exercer o cargo de Secretário de Segurança Pública).
- 22 – Renato Euclides Carvalho Veloso Viana.
- 23 – Ronilton Capixaba.

Aqui tem 23, porque um é o Secretário de Segurança, que está afastado. Então, tem dois Deputados lá que não estão envolvidos e estão no exercício do mandato. E um está envolvido fora do mandato, ocupando a Secretaria de Segurança Pública.

O Sr. (Orador não identificado) – (Fora do microfone. *Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É.

C – Solicitar ao Tribunal de Justiça de Rondônia que analise com celeridade os pleitos relacionados aos crimes e improbidades cometidos na assembléia do Estado. Os inquéritos civis e policiais alicerçam ações judiciais cujo julgamento estará a cabo do Tribunal de Justiça nos casos dos crimes e das Varas das Fazendas Públicas no caso das improbidades. O julgamento ágil desses feitos sem, obviamente, afastar-se das exigências devido o processo legal é condição imprescindível para por cobro à impunidade e restabelecer a confiança nas instituições no Estado de Rondônia.

D – Recomendar ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público do Estado de Rondônia que não

se quedem às pressões da maioria dos Deputados Estaduais envolvidos nos ilícitos relatados, os quais desvirtuando, mais uma vez, sua função constitucional de legislar em nome do povo, exercem essa função com finalidades menores, por vezes condicionando-a a benesses pouco ortodoxa.

Esta Comissão percebeu que, nos bastidores da análise da Lei Orçamentária ora em discussão em Rondônia, isso vem refletido na mídia local, a votação do Orçamento vem servindo de instrumento de pressão contra o Tribunal de Justiça e o Ministério Público para que estes amenizem sua atuação contra os Deputados envolvidos nos ilícitos ali retratados.

E – Solicitar ao Ministério Público e à Polícia Federal que promovam as investigações relativas às denúncias que envolvam o Sr. Governador do Estado. Pelas investigações já feitas, há indícios que o Sr. Governador Ivo Narciso Cassol, no exercício do cargo, possa ter cometido irregularidades administrativas civis e penais, que devem ser apuradas e o responsável, ou responsáveis, punido ou punidos exemplarmente na medida de sua ou suas culpabilidades.

F – Solicitar ao Sr. Presidente do Congresso Nacional que seja priorizada a apreciação da proposta de emenda à Constituição nº 62, de 2005. A Senadora Fátima Cleide (PT – RO), integrante desta Comissão, apresentou em 26 de outubro de 2005, a PEC nº 62, que atribui ao Senado Federal a competência de processar e julgar Legisladores Estaduais, Distritais e Municipais quando houver envolvimento de mais da metade dos seus membros.

A inovação deve ser apreciada com a rapidez possível, uma vez que se adotada, poderá colocar a termo situações como a do Estado de Rondônia. É necessário que o Senado Federal, diante de grave violação institucional, possa interferir no Estado e restabelecer a ordem.

G – Solicitar ao Sr. Presidente do Senado Federal que oficie aos Chefes da Polícia Federal, do Ministério Público do Poder Judiciário de Rondônia tecendo referências elogiosas às autoridades que atuaram até o momento na apuração da denúncias. Inegável que às autoridades compete cumprir o que lhes determina o ordenamento jurídico do País.

Assim, em princípio, nenhum elogio mereciam as autoridades envolvidas nas investigações realizadas no Estado de Rondônia. Todavia, a coragem, a presteza e a competência com que se houveram o Delegado Federal Joaquim Mesquita, o Promotor de Justiça Rudson Coutinho e o Desembargador Sansão Batista Saldanha não devem passar em claro. Esta Comissão sente-se no dever de prestar reconhecimento ao desempenho das autoridades apontadas.

H – Sugerir ao Sr. Presidente do Senado Federal que encaminhe cópia do presente relatório às seguintes autoridades: Presidente da República, Procurador-Geral da República, Ministro da Justiça, Diretor-Geral da Polícia Federal, Superintendente Regional da Polícia Federal de Rondônia, Governador do Estado de Rondônia, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e Procurador-Geral de Justiça de Rondônia.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente. Sala das nossas Comissões na data de hoje. O Relator foi o Sr. Demóstenes Torres, estando presentes o Presidente Sibá Machado e o Vice-Presidente Augusto Botelho. Em síntese, Sr. Presidente, era o que havia a ser relatado.

O SR. PRESIDENTE (Siba Machado. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Demóstenes Torres, primeiramente, foi um prazer muito grande ter trabalhado com V. Ex^a durante este período. Nós nos conhecemos melhor quando trabalhamos na Comissão Externa que apurava o assassinato da Irmã Dorothy, da qual eu era apenas membro. Desta feita, estou presidindo honrosamente a Comissão de que V. Ex^a faz parte como Relator. Saúdo também o Senador Augusto Botelho, que, de maneira bastante atuante, nos ajudou bastante no encaminhamento dos trabalhos bem como todas as pessoas que participaram como colaboradoras para chegar a este resultado.

Tenho informação, segundo o nosso colega ex-Senador Odacir Soares, que o Parlamentar que estava afastado para assumir a função de Secretário de Segurança Pública já retornou aos trabalhos, porque o Governador o exonerou.

Do nosso relatório, compete-me apenas fazer o seguinte comentário: eu estava muito preocupado com o papel e a competência da nossa Comissão e com o que ela poderia propor de concreto à solução daquele tão grave problema. Chegou-se a uma situação em que uma Casa Legislativa de 24 Parlamentares teve 22 envolvidos – agora 23, porque o titular e o suplente participaram dos ilícitos. A ambigüidade que estamos vivendo agora é como tomar a providência.

Mas os fatos são tão claros, exemplares e notórios que a própria Casa, em sua Comissão de Ética, admite que vários Parlamentares cometeram tais ilícitos e ela mesma sugere a cassação dos respectivos mandatos – evidentemente, não do número que apresentamos, mas de alguns –, mostrando que a situação é real.

Cabe também um elogio ao trabalho da Polícia Federal, que nos apresentou papéis irrefutáveis e irrecorríveis, e do Ministério Público do Estado de Rondônia bem como às demais autoridades que V. Ex^a já citou.

Compete ressaltar o pedido de cassação dos 22 Parlamentares – agora, no caso, 23, porque certamen-

te o suplente ficaria impedido de assumir por praticar o mesmo ilícito – e a nossa solicitação de uma força maior para tomar essa providência.

No que diz respeito ao Governo do Estado, também admito o que aponta o nosso relatório, porque ele não foi um alvo muito forte de investigação. Como não encontramos uma matéria contundente, a questão ficará sob avaliação da continuidade da investigação pelas autoridades aqui já relatadas a fim de verificar o aparecimento de um fundamento maior.

Assim, Sr. Relator, estou de acordo, de muito bom grado, com o que apresenta o relatório de V. Ex^a, sem nenhuma ressalva ou consideração final. Acredito também que a medida que a Senadora Fátima Cleide apresentar para retirarmos definitivamente, em força constitucional, esse tipo de problema, para que se um dia vier a se repetir, o Senado Federal tenha essa autoridade de tomar as providências, dessa vez agora de forma direta e objetiva. São as considerações que eu queria fazer.

Ainda tenho que avisar a esta Comissão que nós fizemos um pedido de audiência, hoje, com o Senador Renan Calheiros, o Presidente da Casa, que nos aguarda tão logo possamos ir. Ele não quis marcar um horário; fica a nosso critério. Peço que saíamos de imediato, tão logo votemos o relatório.

Segundo. Nós tínhamos um horário reservado com o Ministério Público Federal, com o nosso Procurador-Geral, entre 11h e meio-dia. Nós estamos no limite do horário e estou pedindo para ele nos receber em seguida. E ficou, ainda, o Ministro da Justiça interino, porque o titular está viajando, para às 16h. E a Ministra Dilma Rousseff ficou de fazer um contato conosco; marcou para o período da tarde, mas não definiu o horário cem por cento. Devido a essa agenda, rogarei a ela que fique para a última entrega do Ministro da Justiça, após às 16h.

Eu passo a palavra, se quiser fazer comentário, ao Senador Augusto Botelho e em seguida poderemos tratar da votação do relatório, a não ser que V. Ex^a queira fazer, ainda, alguns comentários.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu espero que o nosso trabalho seja levado em consideração, porque o Estado não pode ficar da forma que está. E uma vergonha a situação daquele Estado. Algo parecido ocorreu no meu Estado em menor intensidade, mas as medidas judiciais foram todas tomadas e estão correndo.

Eu gostaria de parabenizar o nosso Presidente e o nosso Relator pela dedicação e pela inteligência com a qual foi elaborado esse trabalho. Eu tenho certeza de que a justiça deverá ser feita. Esse trabalho feito aqui, justamente com a contribuição da Procuradoria

e da Polícia Federal, que realmente investigou e achou os ilícitos, trazendo-os para as nossas mãos, a fim de tomarmos as providências. Acredito que a justiça irá acontecer e o povo de Rondônia será beneficiado. Não somente o povo de Rondônia como de todo Brasil, porque os próximos que quiserem fazer algo semelhante passarão a temer. Mas se nada acontecer, prejudicará até o Estado de Goiás, que é mais evoluído politicamente do que os nossos. Se ficar impune, todos continuarão fazendo o mesmo.

Eu acredito que o Brasil está passando por uma mudança e nós, aqui nesta Casa, representamos a vontade de mudança das pessoas que querem mudar. Cada brasileiro deve fazer a sua parte na mudança deste País. Fazemos a nossa e esperamos que a Justiça faça a dela.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Diante disso, eu quero submeter o relatório à votação nominal, para não termos nenhum problema futuro.

Dos nossos membros titulares nós temos cinco. Um pediu afastamento; então são quatro e os demais suplementes, porque não foi preenchida a quarta vaga. Assim sendo, três são quorum absoluto para votação do relatório.

Nesse caso, eu pergunto ao Senador Augusto Botelho qual é o seu voto?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O Meu voto é “sim”, de acordo integralmente com o relatório do nosso Senador Demóstenes Torres, o jurista do Senado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Peço ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu voto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O meu voto é sim e acho que a única solução que hoje existe, a curto prazo, é o Sr. Presidente da República se sensibilizar com esse relatório e determinar a intervenção no Estado, para resolver os problemas na Assembléia Legislativa.

É um voto “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O meu voto também é favorável ao relatório, ao trabalho do nosso relator, e peço, então, que possamos de imediato nos dirigir ao Presidente Renan Calheiros.

Antes de mais nada, eu faço aqui um agradecimento ao Dr. Tito, pela presteza de seu trabalho; aos nossos colegas que nos ajudaram aqui tão brilhantemente. Desculpem-me, porque me deu uma falha de memória. Ao Dr. Eugênio; ao nosso guerreiro Naurides, que nos ajudou inclusive com alguns endereços para jantar um peixe em Porto Velho; à minha companheira Tânia, que me ajuda bastante nesses trabalhos e aos demais que nos acompanharam.

Então, definitivamente, declaramos encerrada a presente reunião e, concomitantemente, encerrados os trabalhos desta Comissão.

Obrigado a todos e vamos agora ao Senador Renan Calheiros.

(Levanta-se a reunião às 11h59min.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 17, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dispõe sobre a composição e os dias e horários das reuniões das comissões permanentes do Senado Federal*;
- **Projeto de Resolução nº 18, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dá nova redação ao § 2º do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre a dispensa do parecer das proposições em análise nas comissões)*;
- **Projeto de Resolução nº 19, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta o art. 145-A ao Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre designação de membros de CPI's)*;
- **Projeto de Resolução nº 20, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dá nova redação ao art. 232 do Regimento Interno do Senado Federal (restringir a renovação de emendas não adotadas pelas comissões, quando da apreciação das proposições em plenário)*; e
- **Projeto de Resolução nº 21, de 2006**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dá nova redação aos incisos III e IV do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal (dispõe sobre a votação eletrônica nominal no plenário do Senado Federal)*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 286, de 2006**, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de R\$250.500.000,00 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos mil reais), para os fins que especifica*, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 286

Publicação no DO	9-3-2006
Emendas	até 15-3-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	9-3-2006 a 22-3-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	22-3-2006
Prazo na CD	de 23-3-2006 a 5-4-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5-4-2006
Prazo no SF	6-4-2006 a 19-4-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-4-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-4-2006 a 22-4-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-4-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	7-5-2006 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 20/2006-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 8 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 189, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Filogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Relator: Senador **MARCO MACIEL**

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 12, de 2006, visa à ratificação, pelo Brasil, do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, assinado pelo País em 10 de junho de 2002. O Tratado foi discutido e aprovado pela 31ª Conferência das partes da FAO, realizada em Roma, em novembro de 2001. Entrou em vigor em 29 de junho de 2004, noventa dias após ter sido ratificado por quarenta países.

Para que o Tratado seja ratificado pelo Brasil, deve ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo, à luz do que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal. Encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 489, de 16 de agosto de 2004, o projeto foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que o aprovou, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 20 de outubro de 2004. A matéria passou, ainda, naquela Casa, pelo crivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que a aprovou em 28 de junho de 2005; da e Justiça e de Cidadania, que emitiu pare-

cer favorável em 16 de junho de 2005. O referido ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 1º de dezembro de 2005.

Vindo ao Senado Federal, aqui tramita na forma do PDS nº 12, de 2006, tendo sido encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para emitir Parecer.

De acordo com seu art. 1º, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a alimentação e a agricultura tem por objetivo a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, bem como à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização.

De acordo com os termos do Tratado, as partes se comprometem a estabelecer um sistema multilateral para facilitar o acesso aos Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e a Alimentação. O sistema se aplica a 64 espécies de cultivos e de forrageiras, na forma de um acordo de transferência de material genético.

O acordo valoriza a contribuição do conhecimento tradicional dos agricultores, ao garantir o direito de participação destes agricultores nos benefícios advindos do compartilhamento de material fitogenético originado a partir de comunidades específicas.

O Anexo I do Tratado relaciona as espécies cultivadas que compõe o sistema multilateral de compartilhamento de material genético. Entre os cultivos de maior interesse econômico para o Brasil destacam-se os citros, a mandioca, a banana, o arroz, a batata, o trigo e o milho.

II – Análise

O Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura foi concebido em harmonia com a Conferência sobre Diversidade Biológica (CDB), com vistas a criar um sistema multilateral de acesso e distribuição de benefícios derivados do uso de recursos fitogenéticos. A CDB, aprovada em 1992, declara a soberania dos países sobre seus recursos genéticos.

O sistema multilateral criado pelo tratado consiste em um mecanismo de facilitação do acesso a recursos genéticos, com finalidade de uso em pesquisas científicas e melhoramento genético. Como contrapartida o sistema prevê a repartição dos benefícios para os países de origem dos recursos, como a transferência de tecnologia e de informações. Também há a previsão de um fluido de benefícios monetários, a serem pagos quando a pesquisa resultar em cultivo explorável economicamente.

Outro ponto que merece ser destacado é o reconhecimento da contribuição das comunidades locais e indígenas e dos agricultores para a conservação e o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos. Dessa forma, as partes contratantes do Tratado concordam em adotar medidas para proteger e promover o direito dos agricultores.

Dessa forma, concordamos com a ratificação do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, ressaltando a sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura e para o combate à fome, além do reconhecimento do patrimônio genético de países ricos em diversidade biológica, como o Brasil.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Decreto Legislativo nº 12, de 2006.

Sala da Comissão, 9 de março de 2006. – **Senador Roberto Saturnino**, Presidente – **Marco Maciel**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Jefferson Péres** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **José Jorge** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Sérgio Zambiasi** – **Gerson Camata** – **Flexa Ribeiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Heráclito Fortes** – **Romeu Tuma** – **Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.
Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB nº 120/2006

Brasília, 8 de março de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Leonardo Vilela, como membro titular, e o Deputado Átila Lira, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 285/06, que dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente. – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

OF/A/PSB/ nº 58/06

Brasília, 9 de março de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado B. SÁ como titular da Medida Provisória nº 285, de 2006, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências”, em substituição ao já indicado.

Atenciosamente. – Deputado **Paulo Baltazar**, Líder PSB.

Of. nº 82/2006

Brasília, 9 de março de 2006

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Josué Bengtson (PTB – PA), na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB – PE) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 283, de 24 de fevereiro de 2006, que “altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, altera a lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de

setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e revoga o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que altera a Legislação Tributária Federal”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Antes de passarmos à lista de oradores, concedemos a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Zambiasi, Senador Almeida Lima e Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – De acordo com o Regimento, V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, de acordo com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já existem três inscritos para uma comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Dois.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então também quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será a terceira inscrita.

Há oradores inscritos.

Pela ordem de inscrição, vamos conceder a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Com a cordialidade de sempre, o Senador Juvêncio da Fonseca cedeu a vez para o Senador Leonel Pavan, que vai viajar.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao querido amigo Senador Sérgio Zambiasi, nosso companheiro gaúcho, que estava inscrito como Líder, e ao Senador Juvêncio da Fonseca, que me proporciona este momento para que eu possa mencionar alguns textos, algumas palavras referentes à agricultura familiar do nosso Estado de Santa Catarina.

Senador Juvêncio da Fonseca, fizemos uma pesquisa referente à agricultura familiar de nosso País e de nosso Estado. Segundo os especialistas em movimentos populacionais, entre 1960 e 2000, cerca de 60 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais brasileiras e migraram em direção aos grandes centros urbanos da Região Centro-Oeste. No caso do Distrito Federal, a nossa Capital, por exemplo, que ocupa um pequeno espaço de 5.801 Km², em apenas 45 anos, houve uma verdadeira explosão demográfica em seu entorno.

Quando Brasília foi fundada, em 21 de abril de 1960, sua população não ultrapassava os 150 mil habitantes. Hoje, cerca de 2,2 milhões pessoas vivem no Distrito Federal, a maioria imprensada em habitações precárias na periferia.

A partir do início da década de 1960, com a acelerada modernização da agricultura brasileira, a pequena e média propriedade rural, ou seja, a economia rural familiar, passou a enfrentar sérias dificuldades. Apenas para exemplificar, nas regiões canavieiras, uma máquina para colher cana-de-açúcar podia ser operada por apenas três pessoas e dispensava o trabalho de pelo menos 40 empregados. Vale destacar que o mesmo aconteceu mais tarde com a soja e com a colheita de todos os outros grãos. Assim, enquanto o grande negócio agrícola nacional transformava a paisagem agrária do País, a agricultura familiar afundava em dívidas e não recebia qualquer incentivo. Por isso, o único caminho para o pequeno produtor era abandonar a terra e tentar uma nova vida na cidade.

Sr. Presidente, meu querido amigo Senador Augusto Botelho, esses dados que buscamos, sem dúvida alguma, servem para trabalharmos ainda mais as nossas reivindicações junto ao Governo Federal. V. Ex^a, que é um professor, portanto, um homem ligado à educação, e também um produtor, tem também ligação com o agricultor, sabe que esses números são reais e o quanto podem significar nas nossas reivindicações junto ao Governo Federal.

É fato que a economia rural brasileira globalizada, ao utilizar tecnologia de última geração, alcança facilmente altas escalas de produção e altos níveis de produtividade, com o emprego de muito pouca mão-

de-obra. Indiscutivelmente, a grande empresa agrícola agrícola, ao longo de todos esses anos, é a maior responsável pelo desemprego de milhares de pequenos trabalhadores rurais que não dispõem das mesmas condições de créditos vantajosos, de garantias atraentes e das facilidades governamentais que são oferecidas aos grandes exportadores do agronegócio.

Em todos os Estados brasileiros, inclusive em Santa Catarina, a agricultura familiar tem clamado por apoio das autoridades, em termos de assistência técnica eficiente, de sementes de boa qualidade, de taxas de juro menos agressivas, de acesso ao crédito com melhores garantias, de eliminação das dificuldades burocráticas, de impostos menos onerosos, de garantia de preços justos para os seus produtos, de estradas eficientes, de meios de transporte adequados para evitar maiores prejuízos no escoamento da produção, enfim, de tudo o que o pequeno e o médio produtor recebem do governo nos países desenvolvidos.

De uma maneira geral, creio que a agricultura familiar no Estado de Santa Catarina e no resto do Brasil reivindica que as autoridades governamentais fixem sua atenção em três pontos, que devem ser vistos como básicos para impulsionar o desenvolvimento da pequena e média atividade rural: em primeiro lugar, a organização do produtor para que ele possa atender, da melhor maneira possível, às exigências dos consumidores; em segundo lugar, a implantação de políticas públicas pontuais em favor do pequeno e médio agricultor, ou seja, ampliação das linhas de crédito com taxas de juros razoáveis, incentivo à inovação tecnológica e incentivo ao seguro rural; por fim, a implantação de planos de safra que garantam previamente as atividades produtoras rurais de pequeno e médio porte.

Por outro lado, entendo ainda que o Governo precisaria agir com urgência no sentido de buscar uma integração mais transparente entre as necessidades da agricultura familiar e os objetivos dos programas governamentais que tenham eventualmente os seguintes fins: promover a distribuição de renda e combater a pobreza; gerar empregos; estimular o mercado interno; democratizar o acesso à terra; privilegiar a produção de alimentos essenciais ao consumo das famílias; incentivar a proteção da natureza; investir em infra-estrutura e na promoção da qualidade de vida nos assentamentos rurais; expandir os programas de assistência técnica aos pequenos e médios produtores; criar mecanismos mais democráticos de acesso ao crédito destinado ao desenvolvimento de pequenas atividades urbanas e rurais; abrir perspectivas concretas para a construção de agroindústrias e para a estruturação de uma rede de pequenas cooperativas, com o objetivo de assegurar

uma maior independência dos pequenos em relação às grandes empresas, que exercem grande influência sobre o complexo agroindustrial.

Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, gostaria que fosse dado como lido o restante do meu pronunciamento, para que ficasse arquivado nesta Casa. No dia 16, poderemos usá-lo por inteiro em uma palestra que faremos aos agricultores familiares da nossa querida cidade de Ituporanga, a Capital da Cebola, no Alto Vale do Itajaí, no meu Estado.

Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores a atenção dispensada. Com certeza, as reivindicações que constam deste pronunciamento são muito úteis ao Governo Federal, que poderia elaborar uma política mais ampla, mais transparente e mais adequada para ajudar os agricultores familiares.

Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, parece que houve uma confusão na troca dos pronunciamentos. Porém, poucas vezes se respeita o Regimento Interno quanto ao tempo nesta tribuna. Há Líderes que permanecem aqui por 40 minutos ou 50 minutos e não são advertidos. Portanto, não podemos ser advertidos quando usamos da palavra, porque aqui somos todos iguais. Não vou admitir que isso aconteça! Sou Senador como qualquer outro, até como os Líderes, e, por igualdade, temos de cumprir o Regimento! Que se cobre o Regimento de todos os Senadores e não apenas de um!

Obrigado.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR LEONEL PAVAN.*

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo os especialistas em movimentos populacionais, entre 1960 e 2000, cerca de 60 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais brasileiras e migraram em direção dos grandes centros urbanos e da Região Centro-Oeste. No caso do Distrito Federal, por exemplo, que ocupa um pequeno espaço de 5 mil 801 quilômetros quadrados, em apenas 45 anos houve uma verdadeira explosão demográfica em seu entorno. Quando Brasília foi fundada, em 21 de abril de 1960, sua população não ultrapassava os 150 mil habitantes. Hoje, cerca de 2 milhões e 200 mil pessoas vivem no DF, a maioria imprensada em habitações precárias na periferia.

A partir do início da década de 1960, com a acelerada modernização da agricultura brasileira, a pequena e média propriedade rural, ou seja, a economia rural familiar, passou a enfrentar sérias dificuldades. Apenas para exemplificar, nas regiões canavieiras, uma máquina para colher cana-de-açúcar podia ser operada

por apenas três pessoas e dispensava o trabalho de pelo menos quarenta empregados. Vale destacar que o mesmo aconteceu mais tarde com a soja e com a colheita de todos os outros grãos. Assim, enquanto o grande negócio agrícola nacional transformava a paisagem agrária do País, a agricultura familiar afundava em dívidas e não recebia qualquer incentivo. Por isso, o único caminho para o pequeno produtor era abandonar a terra e tentar uma nova vida na cidade.

É fato que a economia rural brasileira globalizada, ao utilizar tecnologia de última geração, alcança facilmente altas escalas de produção e altos níveis de produtividade com o emprego de muito pouca mão-de-obra. Indiscutivelmente, a grande empresa agrícola, ao longo de todos esses anos, é a maior responsável pelo desemprego de milhares de pequenos trabalhadores rurais que não dispõem das mesmas condições de créditos vantajosos, de garantias atraentes, e das facilidades governamentais que são oferecidas aos grandes exportadores do agronegócio.

Em todos os Estados brasileiros, inclusive aqui em Santa Catarina, a agricultura familiar tem clamado por apoio das autoridades, em termos de assistência técnica eficiente, sementes de boa qualidade, taxas de juro menos agressivas, acesso ao crédito com melhores garantias, eliminação das dificuldades burocráticas, impostos menos onerosos, garantia de preços justos para os seus produtos, estradas eficientes, meios de transporte adequados para evitar maiores prejuízos no escoamento da produção, enfim, tudo o que o pequeno e o médio produtor recebem do governo nos países desenvolvidos.

De uma maneira geral, creio que a agricultura familiar no Estado de Santa Catarina e no resto do Brasil reivindica que as autoridades governamentais fixem sua atenção em três pontos, que devem ser vistos como básicos para impulsionar o desenvolvimento da pequena e média atividade rural. Em primeiro lugar, a organização do produtor para que ele possa atender, da melhor maneira possível, às exigências dos consumidores. Em segundo lugar, a implantação de políticas públicas pontuais em favor do pequeno e médio agricultor, ou seja, ampliação das linhas de crédito com taxas de juro razoáveis, incentivo à inovação tecnológica e incentivo ao seguro rural. Por fim, implantação de planos de safra que garantam previamente as atividades produtoras rurais de pequeno e médio porte.

Por outro lado, entendo ainda que o Governo precisaria agir com urgência no sentido de buscar uma integração mais transparente entre as necessidades da agricultura familiar e os objetivos dos programas governamentais que tenham eventualmente os seguintes fins: promover a distribuição de renda e combater a

pobreza; gerar empregos; estimular o mercado interno; democratizar o acesso à terra; privilegiar a produção de alimentos essenciais ao consumo das famílias; incentivar a proteção da natureza; investir em infra-estrutura e na promoção da qualidade de vida nos assentamentos rurais; expandir os programas de assistência técnica aos pequenos e médios produtores; criar mecanismos mais democráticos de acesso ao crédito destinado ao desenvolvimento de pequenas atividades urbanas e rurais; abrir perspectivas concretas para a construção de agroindústrias e para a estruturação de uma rede de pequenas cooperativas, com o objetivo de assegurar uma maior independência dos pequenos em relação às grandes empresas, que exercem grande influência sobre o complexo agroindustrial.

Para concluir esta primeira parte de minha intervenção, gostaria de tecer um rápido comentário sobre o Plano Safra, que tem como maior objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Realmente, os valores do Plano Safra da Agricultura Familiar aumentaram recentemente, mas ainda não são suficientes para superar as grandes dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, que necessita de um volume de recursos bem mais importante. O Governo declarou que foram disponibilizados cerca de 9 bilhões de reais para a safra 2005–2006.

Por outro lado, em minha opinião, o Pronaf também enfrenta dificuldades. As autoridades agrícolas adiantam que, no início do atual Governo, existiam 900 mil contratos assinados. Até o final de 2005, as mesmas fontes disseram que cerca de 700 mil novos contratos foram assinados. Devo dizer que dificilmente o Governo conseguirá atingir, este ano, a meta de 2 milhões de contratos, como ainda continua prometendo.

Sr^{as} e Srs. Senadores presentes a este encontro, convém dizer que o setor que acolhe a agricultura familiar cresce ano a ano em nosso País, apesar dos contratemplos, das perdas, da falta de maior atenção, e dos prejuízos como os que estão acontecendo aqui, em nossas pequenas e médias propriedades rurais.

Em 2003, a riqueza gerada por essa cadeia produtiva respondeu por mais de 10% de toda a produção nacional. Dos 4 milhões e 800 mil estabelecimentos rurais brasileiros, 4 milhões e 100 mil são familiares e geram 77% dos empregos no campo. Por fim, a atividade agrícola familiar fornece 60% dos alimentos que chegam à nossa mesa. De um total de 17,3 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, mais de 12 milhões trabalham em regime familiar. Como podemos concluir, são números verdadeiramente importantes.

Prezados Agricultores, segundo dados oficiais, o Estado de Santa Catarina está entre os seis primei-

ros produtores nacionais de alimentos e apresenta os maiores índices de produtividade por área. Sem dúvida alguma, esse sucesso se deve à capacidade de trabalho, de organização e de inovação do nosso produtor rural, e ao caráter familiar de mais de 90% de nossas explorações agrícolas. Portanto, não é por acaso que o setor agrário responde por cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Nossa área rural destaca-se em nível nacional como uma das primeiras na produção de cebola, maçã e carne suína. Somos o segundo maior produtor de carne de frango, alho, fumo e mel de abelha, e ocupamos a terceira posição na produção de arroz e banana. Graças aos altos níveis de produtividade alcançados na cultura do alho, arroz, maçã, suínos, aves e fumo, ganhamos destaque. Por sinal, a avicultura catarinense produz 2,5% da produção mundial e detém 8% dos negócios no comércio internacional, que deverão aumentar significativamente em virtude do surto da gripe aviária que até agora não nos atingiu. Indiscutivelmente, nossa produção avícola é referência mundial, nacional e no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Seria exaustivo continuar enumerando as nossas possibilidades agrícolas.

Minhas Senhoras e meus Senhores, a estiagem do verão passado atingiu cerca de 30% do Estado de Santa Catarina e causou prejuízos consideráveis à nossa agricultura familiar. Segundo o noticiário, devido à seca, 17% da produção de milho foi perdido, e houve danos importantes em outras culturas, como a soja, o feijão e a produção de leite, que apresentaram prejuízos significativos. Estima-se que os estragos foram superiores a 241 milhões de reais.

Segundo a própria Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, os Municípios de Concórdia e Campos Novos tiveram diminuição de ganhos de 48% e 44%, respectivamente, na safra de milho, ou seja, corresponde a cerca de 260 mil toneladas a menos. Na região de Xanxerê, em algumas propriedades, os resultados negativos atingiram cerca de 80% da safra. Só de soja, foram 63 mil toneladas de perda, segundo avaliação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc). Com essa situação, que envolve gravemente pelo menos 30 municípios catarinenses, os produtores estão apavorados, em razão dos prejuízos e das dívidas que restaram e que certamente serão cobradas.

Nos últimos dias de janeiro, tomei conhecimento das justas reivindicações encaminhadas pelas associações dos nossos produtores rurais ao Governo Federal e ao Governo Estadual, visando à superação dos grandes prejuízos acumulados pelos agricultores. Como bem sabemos, as entidades mais representa-

tivas da agricultura catarinense, entre elas a Faesc, a Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc) e a Federação dos Trabalhadores de Santa Catarina (Fetaesc), concluíram que as condições climáticas que afetaram várias regiões do Estado provocaram perdas estimadas em 343 milhões de reais, concentradas principalmente nas regiões de Chapecó, São Lourenço do Oeste, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia, Videira e Campos Novos. Segundo as entidades citadas, o quadro é ainda mais preocupante devido a dois problemas: a forte retração dos preços de alguns produtos no mercado interno e internacional, entre eles o milho, a soja, o trigo, o arroz, o feijão e o leite, e a forte valorização do real frente ao dólar.

Por todos esses sérios motivos que prejudicam o conjunto da agricultura familiar em nosso Estado, nada mais justo do que o Governo Federal e o Governo Estadual unirem seus esforços para atender aos nossos agricultores, neste instante de grande dificuldade. Assim, entre as 12 reivindicações que foram encaminhadas às autoridades federais e estaduais, pelo menos as emergenciais deveriam ser atendidas no mais curto espaço de tempo. São elas: a criação de um programa de bolsa-estígio no valor de 1.800 reais por família; alocação de 100 milhões de reais para as cooperativas de crédito rural; liberação de 120 milhões de reais para as cooperativas agropecuárias catarinenses poderem prorrogar os financiamentos concedidos aos seus associados; e, finalmente, a obtenção de uma resolução do Banco Central para permitir a prorrogação dos pagamentos dos financiamentos de custeio.

Se essas demandas gerais não forem atendidas rapidamente, tenho certeza de que a maioria dos produtores não conseguirá saldar seus compromissos com os agentes financeiros e com as suas cooperativas de produção agropecuária e de crédito rural. A consequência mais imediata deverá ser, seguramente, um forte impacto negativo em toda a economia do Estado, que poderá perder, de uma só vez, emprego, renda, produção e posição no *ranking* agrícola nacional.

Era o que eu tinha a dizer nesta importante reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador Leonel Pavan. O problema já foi resolvido. Fique tranquilo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas não se pode chamar atenção do orador o tempo todo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão à Mesa de que, na relação dos Senadores inscritos, quando houver a observação de que o orador já falou mais de uma vez, o nome não conste no início da lista, mas no final. Quando se observa a lista, há o primeiro inscrito e o segundo, levando-nos ao erro que cometemos aqui. Não é culpa de ninguém. Mas penso que a Mesa pode perfeitamente usar este critério: toda vez que houver a inscrição de um Senador que já falou duas vezes na semana, o nome passe a figurar no final da lista e não no início. Assim, não haveria engano. Estou aqui desde a primeira hora aguardando a minha vez e tive dificuldade de entender a lista.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Certo, Senador Juvêncio. Eu também fiz confusão com a lista e, por isso, peço desculpas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, mesmo que seja como primeiro ou segundo suplente, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cinco minutos, como Líder, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, em primeiro lugar, para agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi a gentileza de me permitir a troca, porque estava inscrito como Líder, em virtude de eu ter de participar, dentro em pouco, da CPI dos Bingos e de somente agora ter acabado a reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde ouvimos alguns educadores. Agradeço, portanto, a V. Ex^a mais essa gentileza.

Volto hoje, Sr. Presidente, a falar sobre um assunto cuja gravidade é cada vez maior. Em maio de 2000 – vejam bem que isso se deu em maio de 2000, portanto há seis anos –, defendi desta tribuna a necessidade inadiável de ser repensado o papel constitucional das Forças Armadas.

Lembro-me de ter indagado qual poderia ser a reação do Exército, por exemplo, se um general fosse vítima de ação criminosa. Certamente, a Força entraria

em ação e, dependendo do ato criminoso praticado, talvez nem sequer desse satisfação a qualquer órgão de segurança pública, inclusive ao seu Comandante-em-Chefe, que é o Presidente da República.

Recebi inúmeros apartes favoráveis. Lembro-me da intervenção do Senador Pedro Simon, que defendeu que as Forças Armadas deveriam aproximar-se da sociedade civil.

Em 2000, o Governo era outro, mas os problemas de violência urbana e rural eram os mesmos de agora. As desculpas para manter alheias as Forças Armadas também eram as mesmas: a ação reclamada não seria de sua alçada constitucional; da alçada constitucional das Forças Armadas seria a luta com países vizinhos ou mesmo países que vizinhos não fossem. Isso não acontece mais no mundo inteiro. A não ser que o Brasil queira fazer o que fez no Haiti, quando o Haiti é aqui.

Ora, Sr. Presidente, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux foi agredido a golpes de marreta ao reagir a um assalto em sua própria casa, em Copacabana. Mais uma vez protestei desta tribuna e defendi, como agora faço, o urgente ingresso das Forças Armadas no combate ao crime.

À época, o então Presidente do Superior Tribunal de Justiça chegou a afirmar que “o jeito seria convocar as Forças Armadas, porque o momento que vivemos é excepcional”. Não fui eu, foi o Presidente do STJ.

Em 2000 e em 2003, essa era uma providência urgente. Agora, passaram-se mais de três anos – em 2003 voltei a falar sobre isso – sem que nada tenha sido feito. Estamos em 2006 e o quadro é desolador. A criminalidade já não respeita sequer os quartéis. Os oficiais são feridos, atingidos, e dois generais brasileiros, sem explicação plausível, suicidaram-se em menos de trinta dias. O Exército deve se juntar a essa guerra permanente. O Rio de Janeiro virou um campo de guerra entre brasileiros.

Mais uma vez, cito o que disse o comandante do Exército, General Francisco Roberto de Albuquerque: “A Força deve acompanhar a evolução do quadro de segurança pública, com atenção às áreas em que a capacidade do aparato policial das unidades da Federação, para manter a lei e a ordem, esteja se esgotando”.

Infelizmente essas palavras são mais do que atuais. Lamentavelmente continuam atuais também os meus reclamos e as minhas sugestões.

A sociedade civil está amedrontada e, sabendo que está desassistida, permanece sitiada em suas casas.

Vamos trazer as Forças Armadas para a defesa da população. Vamos treiná-las e equipá-las adequa-

damente. Há mais de um ano, o Ministro da Justiça disse-me que as Forças estavam prontas para entrar em ação, caso necessário. Mais do que necessário agora? O que se está esperando? A sociedade não espera mais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Já terminarei, Sr. Presidente. Os dados desta manhã mostram que a criminalidade caiu nos bairros próximos às favelas ocupadas por tropas do Exército desde sexta-feira. O número de roubos e furtos de carros caiu pela metade e os assaltos a ônibus tiveram uma redução de 40%.

Enquete de uma agência informa que 90% dos leitores aprovaram a operação das Forças Armadas e disseram que se sentem mais seguros, contra 11% que acham que o Exército não deveria fazer as operações apenas porque os soldados não são treinados.

Que se treine o Exército, segundo esses 11%!

Pergunto: o que o Governo e esta Casa do Congresso estão esperando? Que morra mais gente?

Hoje, os índices de criminalidade baixaram. Enquanto isso – vejo o Senador Juvêncio da Fonseca, um homem que tem tratado desse assunto com muita coragem nesta Casa –, as invasões do MST se multiplicam por dez vezes mais do que antes. Isso tudo por uma incúria ou pela ajuda até financeira que o Governo dá. O Governo irresponsável está terminando com a agricultura brasileira e também com os movimentos dos sem-terra.

Se os agricultores já não têm como pagar financiamentos, como plantar, como trabalhar nem como exportar, eles agora são vítimas também do MST. Ninguém diz nada contra o MST. Todos ficam acovardados. É preciso uma ação, mas, para isso, deve-se pagar corretamente as Forças Armadas, que estão sendo humilhadas no Governo Lula. Ele pensa que pode humilhar todos, inclusive os militares, mas não pode. Chegou o momento de se dar um basta. E esse basta terá de ser dado ainda agora. Este Congresso não pode ficar omissos nessa situação.

Essa situação de gravidade já está chegando ao Nordeste. Na Bahia, as invasões também se multiplicaram. Em Pernambuco, decuplicaram.

Ora, Sr. Presidente, como vamos assistir a isso achando que está tudo correndo bem, permitindo que o Lula volte a tomar as suas bebidas, como agora na Inglaterra? Eu sabia que ele não demoraria muito, mas não pensei que fosse tão rápido. A abstenção foi curta. O Ministro Furlan tinha razão: ele não agüenta ficar

sem esse ingrediente que torna a sua vida agradável e que inferniza a vida dos brasileiros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Neste instante, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e, ao mesmo tempo, peço ao Congresso Nacional uma ação legal para permitir que as Forças Armadas continuem trabalhando pela segurança pública interna, porque, na externa, evidentemente, há muito tempo não existe trabalho para elas.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, por ordem de inscrição, a quem peço desculpas pelo equívoco que cometi, a S. Ex^a e ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em seguida, usará da palavra o Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança, e depois o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Aproveito para registrar a presença na tribuna de honra – Roraima tem pouca gente e raramente vem alguém aqui – de duas queridas professoras de Roraima, Sr^a Socorro Brandão e Sr^a Ana Célia de Oliveira Paz.

Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço à Mesa a compreensão pela minha falha, porque fui eu que me enganei e cedi meu lugar para o ilustre Senador Leonel Pavan, erradamente. Mas isso foi consertado em seguida pela Mesa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil viveu, ontem, um instante de vandalismo nacional. Podemos chamar de vandalismo nacional essas invasões que foram orquestradas, inclusive e principalmente no Rio Grande do Sul, em que os invasores, primeiramente, comunicaram à imprensa e à televisão, levaram a equipe de reportagem consigo e cometeram um ato de vandalismo que a natureza cristã e democrática do País não aceita. Destruíram tudo o que havia naquela área de plantação, inclusive um laboratório com pesquisa de mais de 20 anos, pesquisa esta que foi perdida, em um país como o Brasil, que precisa do conhecimento e da ciência para se desenvolver. E o MST, comandado por Stédile, ao cometer este vandalismo, Sr. Presidente, está atentando contra a democracia brasileira. Levamos tanto tempo para consolidar a nossa democracia, levamos tanto tempo para fazer com que a lei imperasse antes da violência, e o MST,

sob a complacência do Governo, comete essas irregularidades e essas violências.

Vim aqui hoje para falar justamente sobre um assunto correlato a este. Estivemos nos ministérios na parte da manhã: eu, coordenando a Bancada de Mato Grosso do Sul, juntamente com outros dois Senadores, Delcídio Amaral e Ramez Tebet, e com os Deputados Federais. Fazendo o quê? Levando a reivindicação dos homens do campo do Mato Grosso do Sul, que são as mesmas reivindicações dos homens do campo do Brasil inteiro.

Sabemos, Sr. Presidente – permita-me fazer esta abordagem – que o agronegócio é o responsável pelo equilíbrio da nossa balança de pagamento, do superávit da nossa balança comercial; é responsável pela maior parte do nosso PIB e é responsável pela maior parte do emprego oferecido aos brasileiros. Esse é o agronegócio, que está sendo violentado e ameaçado por essas invasões.

Também já ouvi desta tribuna o Senador Osmar Dias falar das dificuldades dos homens do campo nessa quadra que estamos vivendo. Passamos um período bom, realmente, em relação a emprego e renda no campo, um agronegócio crescente. No entanto, de dois anos para cá, a situação se inverteu, e o que levamos hoje, principalmente ao Ministro Ciro Gomes, é a seca no Mato Grosso do Sul. Impressionante. Seca no Mato Grosso do Sul em praticamente três safras! A aftosa abalou o comércio da carne, abalou o comércio comum também, porque se fecharam as portas comerciais dos outros Estados para os outros produtos.

Estamos levando essa reivindicação ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Indústria e Comércio, ao Banco do Brasil, ao FCO, num esforço grande em favor daqueles que produzem para o País. Observamos que o MST age de forma diferente: dirigem-se para aonde estão produzindo e destroem a produção. E o Sr. Stédile, o grande líder Stédile, diz que isso não tem nada a ver com a reforma agrária, mas que agem em defesa do meio ambiente e são contra o monopólio do eucalipto. O Sr. Stédile é uma das grandes lideranças deste Governo e pratica esses atos de vandalismo e de violência abertamente na rua, mas nada acontece com este personagem. Nada acontece!

Quando saí de casa, pensei em como é ruim tocar nesses assuntos de violência, que geram violência. É como se tratássemos do ódio entre brasileiros, que estimulássemos brasileiros a lutarem entre si, algo que nunca aconteceu neste País. Mas a minha consciência permitiu que eu dissesse a minha mulher: “Tenho de falar sobre isso e temos de continuar falando. Temos de aprender a nos indignar contra esses atos”. A indignação é importante nessa hora, porque tenho

filhos, tenho família, tenho netos, tenho uma Pátria onde quero viver bem.

Qual é a razão desse vandalismo? Qual é o prazer dessa ação? Qual é o objetivo dessa ação? Ideologicamente, diz-se que é para se conquistar o poder por meio da força dos movimentos sociais. Essa é uma utopia dos ideólogos da extrema Esquerda que não se vai realizar, não é por aí que a humanidade caminha. A história já nos está dando lição diferente.

É interessante, Sr. Presidente, que o Ibope fez uma pesquisa de opinião entre os dias 12 e 20 de fevereiro. Foram questionados habitantes de 142 Municípios, num total de mais de duas mil pessoas. Aqui estão alguns dos resultados dessa pesquisa.

Pergunta: “Pelo que o senhor e a senhora ouvem falar, as ações do MST trazem mais resultados positivos ou mais resultados negativos para as negociações da reforma agrária?” Resposta de 56% dos entrevistados: “Mais resultados negativos”.

Por que 56% da população responde assim: “mais negativos”? Porque nós, brasileiros, queremos a reforma agrária, mas queremos uma reforma agrária pacífica, de terras não produtivas, respeitando a propriedade e, principalmente, aquela que produz o alimento que comemos. É por isso que 56% dos entrevistados dizem que trazem mais resultados negativos do que positivos.

Uma outra pergunta: “Na sua opinião, destes, qual é o maior responsável pelos conflitos que atualmente ocorrem no campo: fazendeiros, 15%; MST, 16%?” A seguir vem Polícia, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal e Ministério da Reforma Agrária, com 58%. São estes os responsáveis por esses conflitos: 58% compreendem que o Governo Federal e as instituições federais são os responsáveis.

Por que a população pensa assim? Porque ela deseja a reforma agrária, mas está vendo que esta reforma agrária está desordenada. Não há disciplina. Cometem-se as piores violências, e o Governo Federal não as coíbe, não faz acontecer o império da lei. Por isso a população responde assim.

Outra pergunta: “Na sua opinião, o Governo deve ou não utilizar a Polícia para retirar integrantes do MST quando esses ocupam propriedades rurais?” Resposta: 53% da população diz que deve usar a Polícia para retirar o MST das invasões.

Uma outra: “Pelo que o senhor e a senhora sabem ou ouvem falar, a maioria das famílias assentadas pela reforma agrária: permanece na terra, 26%; abandonam as terras, 9%; acabam vendendo as terras, 57%?” Que reforma agrária é essa, em que 57% dos assentados deixam as suas terras?!

Mas a pergunta que vem no final é muito boa: “Na sua opinião, qual dessas palavras melhor representam a postura do Governo Federal em relação às invasões?” “Não tem controle da situação, 67%”. Como eu falava, a última pergunta era importante, à qual a população respondeu assim: “Na sua opinião, as invasões de terra promovidas pelo MST abalam ou não a democracia brasileira?” Resposta: 76% dos entrevistados disseram que abalam a democracia brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a aborda um tema sobre o qual, realmente, muita gente não quer falar, porque, em tese, o movimento dos trabalhadores sem terra é politicamente correto. Buscar dar aos agricultores pobres terra em que possam trabalhar e produzir, verdadeiramente, é muito importante e o Governo deve-se empenhar nisso. No entanto, quando o movimento descamba para certas ações que não têm relação com o seu objetivo, qual seja, o de fazer assentamentos e reforma agrária, como a invasão de propriedades produtivas, ferindo a Constituição, e de laboratório de pesquisa, como ocorreu no Rio Grande do Sul, colocando a perder todo um tempo de experimentos, ele afronta não somente a lei, mas o bom-senso e o amor que se deve ter pela pesquisa e pelo progresso da produção. V. Ex^a disse, também, que o agronegócio é importantíssimo para a balança comercial do Brasil. Não bastassem já os eventos naturais a que se está sujeito, como estiagem e doenças, cria-se também a instabilidade no campo, o que o prejudica muito, com certeza, o agronegócio. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e me solidarizo com ele.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Realiza-se, hoje, a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, no Rio Grande do Sul, promovida pelo Incra, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, mas justamente essas autoridades e esses agentes políticos do Governo Federal estimulam as invasões, dizendo: “Vá e invada. Vá e liquide o laboratório! Destrua as plantações que estão em pesquisa! Acabe, se possível, com toda a pesquisa neste País”. No entanto, não vão acontecer esses fatos que desejam, de forma alguma, porque o Brasil é maior do que esse vandalismo. Essas lideranças haverão de acabar. Haverão de acabar! Está perto disso acontecer.

Por falar no Rio Grande do Sul, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim, com muita alegria.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a sabe do carinho que tenho

pelo seu trabalho no Senado Federal. V. Ex^a presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde tive a satisfação de ser seu subordinado e, eu diria até, seu fiel escudeiro, pela causa que defende. Não acompanhei esse impasse no Rio Grande do Sul, mas tenho conhecimento da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural que está sendo realizada no meu Estado. V. Ex^a nos traz as suas preocupações e o Senador Mozarildo Cavalcanti fez-lhe um aparte dizendo que a questão não é o debate da reforma agrária, demonstrando, também, a sua apreensão. Se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de dar um testemunho: pode ter certeza de que Miguel Rossetto e Rolf Hackbart, do Incra, não estão por trás desse movimento. Estou falando de forma desarmada e até encorajado pelo seu pronunciamento. Alguns preferem não falar desse tema, o que é uma maneira de ficarem bem com todo mundo. V. Ex^a, porém, de forma corajosa, coloca o seu ponto de vista. O Ministro Miguel Rossetto falou comigo ainda hoje, preocupado com esse fato. A mesma coisa fez o Presidente do Incra, Rolf Hackbart. Ambos são gaúchos e eu os conheço. Posso adiantar-lhe que esse episódio, que V. Ex^a relata de forma drástica, não contou, estou certo, com a participação ou o apoio do Ministro Miguel Rossetto e do Presidente do Incra, Rolf. Eu precisava dar esse testemunho pela minha convicção e por conhecer ambos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a. Vou fazer um esforço bastante grande para crer que esses setores mais da esquerda do Governo Federal, que são o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, realmente não pensam como o Presidente, que não ouve nada e não sabe de nada. Acredito que ele sabe de tudo.

De todo e qualquer movimento que se faça no sentido de invasão, ainda mais como essa, onde se verificou um vandalismo completo e para a qual a imprensa foi chamada, o Ministério deveria saber. Se, por acaso, não soubesse, deveria agir imediatamente, ele próprio chamando a polícia e ajudando as autoridades de segurança deste País a coibir a violência que atenta não contra a propriedade privada, nada disso, mas contra o espírito democrático e cristão do brasileiro, que ama a liberdade e discorda da violência e do derramamento de sangue de irmãos.

Isso não está acontecendo nessa ala esquerda do Governo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Juvêncio, permite-me um aparte?

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Termine, Sr. Presidente, concedendo um aparte ao Senador Sibá Machado e, em seguida, ao Senador

Flexa Ribeiro, se possível, pois já ultrapassei seis minutos de meu tempo.

Senador Sibá Machado, peço-lhe urgência.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Serei muito rápido, Senador Juvêncio da Fonseca. A violência ocorre em ambos os lados. Recebo a notícia desse acontecimento com todo o constrangimento que senti pela barbaridade do caso da Irmã Dorothy. Creio que a presença do Estado deve ser firme e inabalável em relação aos dois lados. Quando se tratam dos métodos de uso da violência, não importam a cor, a origem ou a ideologia da pessoa. Ouvi a exposição do Ministro Rossetto pelo rádio e o que o Senador Paulo Paim acabou de dizer. Está sendo realizada a Conferência da FAO, no Rio Grande do Sul, e foram negociadas com o movimento social, antecipadamente, a sua agenda e pauta. Tudo o mais foi feito, mas, infelizmente, há pessoas que tomam outras direções e não temos como controlar isso. Tenha V. Ex^a consciência de que o Ministro Miguel Rossetto está completamente isento nesse tipo de atitude que aconteceu. Pelo contrário, ficou também abalado e assustado, porque teve sucessivas conversas, no início do ano, a respeito de como seria 2006. Sinceramente, também não posso compreender o que aconteceu. Deixo, assim, o meu registro.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Agradeço, Senador Sibá, mas lhe digo que, quanto à questão da Irmã Dorothy, já houve um processo e os culpados foram presos e estão cumprindo pena. É preciso que isso aconteça também com o Stédile, pois o que ocorreu foi um crime contra o patrimônio de terceiros, com invasão, inclusive.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a deve ocupar essa tribuna por mais tempo do que o Presidente, na sua generosidade, já lhe concedeu – 16 minutos –, porque o assunto que aborda é da maior gravidade. Quero me solidarizar com o seu pronunciamento e, como V. Ex^a, dizer ao nobre Senador Sibá Machado, que fez referência ao lamentável assassinato da Irmã Dorothy, que os criminosos estão presos e cumprindo pena. Infelizmente, o Senador Sibá Machado sabe disso, todos os compromissos assumidos naquela altura pelo Governo Federal, com uma pirotecnia que já é praxe sua, não foram cumpridos até hoje. É lamentável, Senador Juvêncio da Fonseca, que nessa ação da reforma agrária e dos assentamentos, que seriam metas do Governo Lula, ocorram fatos como os que aconteceram nos nossos Estados. Há algum tempo, fiz a denúncia de que uma propriedade da Camargo Corrêa Metais S. A. está sendo invadida repetidamente pelo MST, quando já houve pronunciamento do Incra de que ela é produ-

tiva. Mesmo assim, o MST a invade e o Incra atende seus integrantes com cestas básicas, colocando-os acampados na estrada, inclusive com prejuízo para a empresa devido à destruição de prédios. No Pará, existe um projeto exitoso, que o Senador Sibá Machado conhece, pois já o visitou, de assentamento agrário com agricultura familiar. O Governo Federal deve copiar o que dá certo e não o que dá errado, como assentamentos em que mais de 50% acabam vendendo suas terras, porque não são atendidos na área tecnológica e na de financiamento. Parabéns!

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sr. Presidente, conluo a meu pronunciamento concitando o Presidente da República e o Ministro Miguel Rossetto a promoverem a reforma agrária. Estamos ansiosos para que ela se realize dentro da lei e dos bons princípios, inclusive atendendo ao homem que tem calo na mão. O MST – Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra – é também conhecido como MSC – “Movimento dos Trabalhadores Sem Calos nas Mãos”. Aqueles que têm calos nas mãos merecem todo o respeito. Vamos trabalhar para pôr o calo na nossa mão.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

S. Ex^a falará pela Liderança do PTB. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, seguindo a lista de inscrição.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Juvêncio da Fonseca, desta tribuna, manifestou-se largamente sobre a manifestação ocorrida ontem no Rio Grande do Sul e que repercutiu enormemente pelo Brasil afora.

Comungo com a opinião do Senador Paulo Paim em relação ao Ministro Miguel Rossetto. Ouvi e li as manifestações de S. Ex^a, e entendo que a palavra do Ministro tem crédito entre todos nós. S. Ex^a afirmou, publicamente, que “não concorda e entende que atos como aqueles ocorridos ontem não contribuem em nada para o avanço da tão sonhada reforma agrária

no Brasil”. Ouvi também, com atenção, o meu Líder, Senador Mozarildo Cavalcanti, que também repudiou, chamou a atenção e alertou para as conseqüências de tais atos, assim como o Senador Sibá Machado, que nos lembrou o caso Irmã Dorothy, que revoltou não apenas o Brasil, mas o mundo, exigindo uma pronta ação, que se efetivou com a condenação e a prisão dos responsáveis pelo crime, como bem nos lembrou o Senador Juvêncio da Fonseca. Entendo que um ato não justifica o outro. O meu pronunciamento caminha exatamente nessa direção.

Repercutiu intensamente no Rio Grande do Sul, como bem registrou o Senador Paulo Paim há pouco, a violenta ação do MST, que invadiu e destruiu um horto florestal e um laboratório no Município de Barra do Ribeiro, próximo a Porto Alegre. Para dimensionar o episódio, socorro-me dos editoriais de dois dos principais jornais gaúchos, que retratam o sentimento de preocupação generalizado no Estado com o fato. Ouçam o que diz o editorial do jornal **Correio do Povo**:

Violência

A invasão do Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, de propriedade da Aracruz Celulose, às 5h da madrugada de ontem, por cerca de 2 mil militantes, sob o comando da Via Campesina [...] dá bem a dimensão da violência crescente nas ações que estão sendo promovidas pelas lideranças dos movimentos, como o MST, em todo o país. O pretexto é o mesmo de sempre: forçar o governo a acelerar a reforma agrária. No episódio da invasão da propriedade da Aracruz Celulose, o vandalismo empregado foi espantoso. Com rostos cobertos com lenços, toucas ninjas, e o *hata*, lenço-símbolo da revolução palestina, para impedir a identificação, os invasores destruíram 10 milhões de mudas de eucalipto, prontas para o plantio, e um laboratório de alta tecnologia genética. E foram, mais tarde, participar da Marcha das Mulheres Campesinas em Porto Alegre. Comemoraram, assim, o Dia Internacional da Mulher. Não é a primeira vez que o Rio Grande do Sul assiste a atos de vandalismo promovidos pela Via Campesina e movimentos assemelhados.

Em 2001, por ocasião do Fórum Social Mundial, que foi sediado em Porto Alegre, militantes da Via Campesina e do MST destruíram 2,5 hectares de soja e milho, plantados em área experimental da empresa Monsanto, em Não-Me-Toque, e ninguém foi punido até hoje pela ação ilegal praticada. O ataque à propriedade da Aracruz Celulose ocorre num

momento em que o governo se empenha a fundo, contando com projetos de reflorestamento, com forte investimento privado, para alavancar o desenvolvimento da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul.

O Governador em exercício Antonio Hohlfeldt, diante do ocorrido, agiu com presteza, convocando a empresa não apenas para manifestar repúdio ao vandalismo em Barra do Ribeiro, como também para assegurar à empresa atingida, como às demais que estão participando do processo de reflorestamento, absoluta garantia de segurança para que permaneçam no Estado. A impunidade que beneficiou os vândalos que agiram em 2001 não pode prevalecer agora, em 2006. Quem desafia a lei, como voltou a acontecer, deve ser punido com todo o rigor”, diz o jornal no seu editorial.

Vejam V. Ex^{as} como o fato está colocado no editorial do jornal **Zero Hora** de hoje:

Autodestruição de imagem

A destruição de milhões de mudas de eucaliptos do viveiro da Aracruz, em Barra do Ribeiro, por integrantes da Via Campesina, caracteriza-se como um ato de truculência que provoca ao mesmo tempo prejuízos para o agronegócio e para a própria imagem do movimento dos sem-terra. A operação [...] ultrapassou os limites das manifestações democráticas que os movimentos sociais têm o direito de promover. Soa como provocação despropositada num momento de extrema tolerância das autoridades com as invasões e até mesmo com a desobediência às ordens judiciais de desocupação.

A área atingida pelo vandalismo, que inclui até mesmo laboratórios de pesquisa, é parte de um vasto projeto de florestamento que começa a tomar forma no Rio Grande do Sul e em países do Cone Sul. Responsável pela propriedade, a empresa Aracruz está na iminência de anunciar um investimento de US\$1,2 bilhão, disputado pelo governo gaúcho, que a depredação de ontem pode acabar prejudicando.

Não cabe à Via Campesina concluir que propriedades dedicadas ao florestamento descumprem a função social prevista pela Constituição. Igualmente, não é atribuição dos movimentos sociais organizados decidir que su-

postas violações a esse princípio significam carta-branca para a invasão e a destruição.

A reforma agrária é uma pretensão legítima de segmentos sociais excluídos, desde que os meios para chamar a atenção para a causa respeitem a lei. A substituição do diálogo pela força gera inequívoco repúdio da sociedade, como mostra recente pesquisa de opinião realizada pelo Ibope [já amplamente citada e comentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca].

Por sua vez, manifesto da Via Campesina afirma que a ação foi um ato contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucaliptos, acácias e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. Onde o deserto verde avança, a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam e a poluição das fábricas de celulose contamina o ar, as águas e ameaçam a saúde humana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, respeitamos os argumentos dos manifestantes, porém, não podemos concordar com os métodos. Aliás, para nosso alívio, o próprio Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, como muito bem lembraram os Senadores Paulo Paim e Sibá Machado, condenou a invasão. Repito: o Ministro Miguel Rossetto afirmou peremptoriamente que a invasão em nada contribui na busca da reforma agrária. Já as entidades empresariais do Rio Grande do Sul afirmaram, em nota, que esses atos afrontam a lei, agridem a democracia, destroem as oportunidades sociais e os empregos gerados por esses empreendimentos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, 200 mil pessoas trabalham em toda a cadeia florestal no Rio Grande do Sul. Segundo o Governador em exercício, Antonio Hohlfeldt, 267 projetos foram aprovados pelos Governos do Estado e Federal, atendendo à demanda de pequenos produtores, que acreditam nessa forma de desenvolvimento para a Metade Sul gaúcha, deprimida há muitas décadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, permita-me um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há muito venho advertindo que a ignorância é audaciosa, principalmente a ignorância por parte daqueles que governam este País. Faltam-lhes entendimento. Rui Barbosa deixou uma mensagem muito clara de que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça. Em 5 de outubro de 1988, Ulysses Guimarães beijava esse livro de leis, que

é a Constituição, que ele chamou de cidadã. Beijou-a e disse que desrespeitar a Constituição seria rasgar a Bandeira, abrir uma cova para enterrar as nossas liberdades. Seria rasgar a Bandeira! E é o que eles fizeram. Lula, em sua grandiosa ignorância, confessa não gostar de ler. Nunca leu nem a Constituição de Deus, que, no seu 4º Mandamento, diz “não roubarás”, quanto mais a Constituição do Brasil! Eu pediria ao Presidente da República que, pelo menos neste momento de crise, lesse, na nossa Bandeira, a mensagem republicana e positivista: “Ordem e Progresso”.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Quero agradecer a sua manifestação, Senador Mão Santa.

Concluo, recordando episódios como esse, seja aquele lembrado pelo Senador Sibá Machado, o assassinato covarde e cruel da Irmã Dorothy Stang, seja essa invasão, essa destruição ocorrida no Rio Grande do Sul. Graças a Deus, no Rio Grande do Sul, não houve vítimas, nem sequer pessoas feridas, o que realmente é relevante.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, quero fazer um aparte muito pequeno. O fato aconteceu, o Senado da República tem justa razão de estabelecer o debate sobre o quadro. Só quero deixar no ar – aproveitando o pronunciamento de V. Ex^a, que é muito equilibrado – que V. Ex^a relata os fatos. Em sã consciência, alguém de nós aqui acredita que, por exemplo, Miguel Rossetto, candidato a Senador pelo Rio Grande do Sul, vai incentivar o conflito e a violência? Como falamos, às vezes, alguém burro e incompetente não chega a esta Casa e muito menos ao cargo em que está hoje o Ministro Miguel Rossetto, que inclusive foi Vice-Governador do Rio Grande do Sul e Deputado Federal. Alguém acredita que o Presidente Lula teria interesse num conflito desses?! Estamos em plena campanha eleitoral, como aqui foi dito por todos. O Brasil é um País de diálogo, de entendimento; ama a paz, a verdade e a justiça. Todos somos contra a violência. Houve o incidente? Houve. É lamentável? É lamentável. O Ministro Miguel Rossetto, publicamente, condenou o fato. Apenas aproveito, como V. Ex^a fez, de forma muito tranqüila, para deixar claro que o Presidente Lula não concorda com isso, não aceita que a reforma agrária seja feita dessa forma. O Ministro Miguel Rossetto tem a mesma posição, tenho certeza absoluta. E quanto ao Hohlfeldt – assim me dirijo a ele, porque é gaúcho e foi meu assessor, inclusive, quando fui Deputado Federal –, com a mesma convicção, faço este depoimento em relação ao fato acontecido. O Presidente Lula, o Ministro Miguel Rossetto e o Hohlfeldt nada têm a ver com esse conflito que lá aconteceu.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Agradeço sua participação, Senador Paulo Paim. Solicito a generosidade do Presidente, para que nos conceda apenas mais um pequeno espaço para que o Senador Sibá Machado também possa manifestar-se.

Concordo com V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Conheço o Hohlfeldt, conheço o Miguel Rossetto como Vice-Governador do Estado, conheço sua articulação com todos os segmentos sociais do Rio Grande do Sul, com os movimentos sociais, com o movimento empresarial, com os trabalhadores e com a Federação das Indústrias. E, sob hipótese nenhuma, partiria de seu gabinete, do seu Ministério qualquer simpatia por uma mobilização com conseqüências negativas, cuja dimensão só saberemos adiante, quando, por exemplo, a empresa que está lá, disputada por inúmeros Estados do Brasil, concluir por permanecer no Estado. Penso que, agora, sim, o Presidente Lula e o Ministro Miguel Rossetto devem solidarizar-se com o Governador Antônio Hohlfeldt e com o Rio Grande do Sul, para que a empresa acredite no Rio Grande e lá permaneça, gerando empregos e desenvolvimento.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Zambiasi, assim que cheguei ao Senado Federal, procurei algumas empresas que trabalham com monocultura e expus uma opinião muito pessoal sobre alguns investimentos: que essas empresas pensassem em ter a tecnologia de produção, em dominar a segunda parte da cadeia produtiva, que é o processo industrial em diante, mas que deixassem a produção primária a cargo dos assentados da reforma agrária, porque, em muitos assentamentos, não há o viés da economia. E há, sim, uma preocupação no Brasil de que a monocultura garante, sim, as exportações, garante, sim, a arrecadação de dólares, garante uma série de coisas, mas não faz a distribuição automática de renda. Fiz isto: apresentei essas idéias e sobre elas escrevi e fiz discursos aqui. Nesse aspecto, eles têm razão. Quanto a dizer que determinada atividade econômica provoca ou não maior agressão ambiental, isso também tem de ser levado a cabo, tomando-se esses cuidados. Mas o que pude observar dentro da CPI da Terra, quando lá atuei, é que existem muitas organizações no campo brasileiro. Acostumamo-nos a ver um único Movimento, o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas há vários, como a Contag e as subdivisões que têm as mesmas cores do MST – às vezes, mudam o nome, e não as conseguimos distinguir direito. Todas essas organizações são muito próprias no seu modo de pensar. Talvez, estejamos aqui cometendo até um equívoco em dizer que linearmente todo mundo está concordando com aquele tipo de atividade. Então, nesse aspecto dos

métodos utilizados, se o Ministro tivesse se recusado a conversar, a negociar, a trabalhar a Agenda 2006, eu estaria também constrangido e diria que houve uma incitação não explícita porque não houve um diálogo anterior. Mas houve esse diálogo. Então, quanto a isso, de novo, quero reiterar as palavras de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, e também as do Ministro Miguel Rosseto. Não conversei com o Ministro nem com o Presidente do Incra, mas ouvi pelo rádio a entrevista, que se deu exatamente nesta linha: não compartilhou, ficou também espantado de ver a atitude, porque não a esperava jamais. Imagine que está acontecendo neste momento o encontro da FAO, no Rio Grande do Sul, com delegações de muitos países! E não havia nenhum sentimento da parte governamental. Então, quero tirar aqui a preocupação do Senador Juvêncio e de outros. Essa preocupação não existe. Está lá o problema, mas não se pode dizer que ele se deu por omissão ou por indução de quem quer que seja, da parte do Governo ou da parte de qualquer pessoa que conhecemos muito bem aqui. Então, é muito bom o discurso de V. Ex^a, que vem esclarecer esse episódio.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Mais uma vez, quero reiterar aqui, como gaúcho, que conheço o Ministro Miguel Rosseto. Convivi com S. Ex^a, repito, como Vice-Governador daquele Estado e, agora, como Ministro da Reforma Agrária. Repito suas palavras, que testemunham a surpresa em relação às consequências do ato. Repito que, dessas situações, temos de retirar experiências, para que não se repitam fatos lamentáveis, em que se roubam vidas, como é o caso já amplamente citado da Irmã Dorothy, nem fatos que abalam estruturas de entendimento, como é o caso que aconteceu na empresa do Rio Grande do Sul na madrugada de ontem, que pode implicar seriíssimos prejuízos econômicos e sociais não só para o Rio Grande, como também para o Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado por sua generosidade, obrigado aos Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por cessão do Senador Osmar Dias, peço que me inscreva antes da Ordem do Dia pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a estará inscrito, Senador Jefferson Péres.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho, peço a V. Ex^a a minha inscrição em seguida à do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Após S. Ex^a, falará, pela Liderança, o Senador Sibá Machado e, depois, o Senador Almeida Lima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é até uma coincidência feliz que V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, esteja presidindo esta sessão no momento em que vou fazer um pronunciamento sobre o nosso Estado de Roraima, onde ambos nascemos.

Começo justamente fazendo uma retrospectiva histórica do nosso Estado. Roraima, Amapá e Rondônia, que antigamente se chamava Guaporé, surgiram da visão estratégica, nacionalista e desenvolvimentista do Presidente Getúlio Vargas, que, em 1943, criou – naquela época, podia fazê-lo por decreto – esses Territórios Federais nas então mais longínquas ainda fronteiras da Amazônia brasileira.

Roraima, portanto, de 1943 a 1988, quando foi promulgada a Constituição, viveu sob a condição de Território Federal, administrado por um Governador nomeado, de livre escolha do Presidente da República, que passou por fases. Inicialmente, a indicação era política, quer dizer, até política de fora do Território, que realmente era pequeno, tinha pouca gente. Havia um acordo na época entre o Presidente da República e os Senadores, e coube ao Senador Vitorino Freire, do Maranhão, indicar sucessivamente vários Governadores do então Território Federal de Roraima. Depois, veio a época dos militares, e os Territórios foram divididos de acordo as Forças Armadas. Então, Rondônia cabia a um oficial do Exército; o Amapá, a um oficial da Marinha; e Roraima, a um oficial da Aeronáutica.

Nesses 45 anos de existência como Território Federal, passaram por lá mais de 40 Governadores, o que dá, em média, pouco mais de um ano para cada um, considerando que houve Governador que ficou apenas seis ou nove meses, pois era demissível a qualquer momento.

Destaco, Sr. Presidente, exatamente a figura do atual Governador do Estado de Roraima, que foi Governador do Território e começou realmente a fazer um planejamento visando a criar as condições para que o Território efetivamente se transformasse em Estado. Primeiro, criou novos Municípios, pois tínhamos apenas dois. Ainda hoje, o Estado tem poucos Municípios

– são 15, incluindo a capital –, mas naquela época havia apenas dois. Depois, também fez um planejamento com o Incra, de colonização, de implantação realmente de colonos no interior do Estado, abrindo vicinais e interligando o Estado de maneira importante. Depois desse período, foi eleito Deputado Federal Constituinte. Tive oportunidade de ser seu colega, bem como de sua esposa, a Primeira-Dama Marluce Pinto, que foi Senadora por dois mandatos aqui, quando trabalhamos juntos para a transformação do Território em Estado.

A implantação do Estado deu-se com a posse do primeiro Governador eleito. E quem foi o primeiro Governador eleito? Foi exatamente o Governador Ottomar Pinto, que tinha preparado, digamos assim, as bases infra-estruturais para a implantação do Estado.

E o atual Governador, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um homem que serviu à Força Aérea Brasileira durante 35 anos, desde cadete a oficial general. Construiu quase todos os aeroportos pavimentados da Amazônia, bastando citar Santarém, Cachimbo, Araguaína, Conceição do Araguaia, Marabá, Imperatriz, Altamira, Oiapoque, Macapá, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Boa Vista, capital do meu Estado, e muito outros, em um total de 34 aeroportos. Fez obras aeroportuárias no Nordeste – Petrolina, Salvador, Natal, Fernando de Noronha, entre outros.

Por onde passou deixou sempre a imagem de um homem trabalhador, íntegro, estudioso; seu nome é legenda na Força Aérea Brasileira e na Região Amazônica. Além dos cargos que já mencionei, de ter sido eleito o primeiro Governador, foi também eleito, como citei, Deputado Federal Constituinte, depois Prefeito da capital, Boa Vista, e agora, novamente, Governador, por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que cassou o mandato do Governador eleito, porque o TSE encontrou motivos para tal. O Governador Ottomar Pinto assumiu na metade do mandato, vamos dizer assim – hoje está com pouco mais de um ano –, e vem fazendo um trabalho seriíssimo, de buscar recolocar o Estado nos trilhos. Realmente, o Governador tem tido muitas dificuldades, porque se administrar um Estado próspero do Sul ou do Sudeste já é difícil, imaginem administrar um Estado pequeno, como é o de Roraima, distante, com os problemas que existem, inclusive causados pela insensibilidade do Governo Federal – não só do Governo Lula, pois vem de muito tempo, desde quando fomos transformados em Estado.

O certo é que esse trabalho tem colocado o Governador muito folgadoamente à frente nas pesquisas para sua reeleição. Isso é exatamente o reflexo do que o povo está vendo, do que é feito nas diversas áreas.

É evidente, Sr. Presidente, a liderança do Governador Ottomar Pinto.

Quero dizer aqui que, em alguns momentos, fui adversário de S. Ex^a, mas também fui seu Secretário de Saúde quando foi Governador do Território Federal de Roraima. Então, trabalhei na sua campanha em 1990, no segundo turno, na primeira eleição para Governador. Apoiei-o para Prefeito da nossa capital, Boa Vista, mas, em muitos momentos, estivemos realmente em campos políticos opostos. Portanto, tenho tranquilidade para fazer o depoimento que ora faço.

Sr. Presidente, trouxe uma relação das obras e ações que o Governador Ottomar Pinto tem desenvolvido nas diversas áreas. Como se trata de um material extenso, apesar de pouco mais de um ano de governo, peço que esta relação conste, na íntegra, no pronunciamento para ficar cabalmente demonstrado o trabalho de uma pessoa que, como se diz, “pegou o carro andando” e tem que consertá-lo sem parar o carro. S. Ex^a está fazendo esse trabalho difícil.

É lógico que, se, por um lado, gera admiração, principalmente na população mais pobre, pelo respeito que o Governo devota às pessoas das classes menos favorecidas, por outro lado, gera, evidentemente, algumas animosidades dos seus adversários. Isso é natural, faz parte do jogo político. O que precisamos é ter urbanidade e respeito democrático para com uma pessoa que tem a biografia do Governador Ottomar Pinto.

Faço este depoimento porque entendo que um Estado como o meu precisa, mais do que tantos outros, estar bem inserido...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senador?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) –...no contexto nacional e não somente mal falado no contexto nacional.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, eu estava me dirigindo a outro destino, à reunião de Líderes convocada pelo Presidente da Casa, mas ouvi a sua voz, soube do tema e me apressei a comparecer ao plenário para lhe dar um aparte que é de testemunho sobre a atuação pública do Brigadeiro Ottomar Pinto, Governador do meu Partido no seu Estado de Roraima. O Brigadeiro Ottomar é um executivo vitorioso, é um homem público de vida correta, e nos dá muita alegria e muito orgulho tê-lo no PSDB. A opção que ele fez pelo PSDB aconteceu, inclusive, numa hora dura, numa hora de adversidade política, numa hora de enfrentamento ao Governo Federal, numa hora de oposição. Isso tudo só fez aumentar o apreço que o Partido tinha e tem por ele. E a

mim não surpreendeu, porque sou seu companheiro de Amazônia e alguém que, pessoalmente, mantém com ele uma relação de amizade familiar, uma relação de companheirismo político e de solidariedade em relação aos pleitos que Roraima tem para apresentar ao País. V. Ex^a faz um discurso muito feliz, que merece a inteira solidariedade, o inteiro respaldo da Bancada do PSDB, que tenho a honra de liderar nesta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, pelo aparte.

Como V. Ex^a disse, o Governador Ottomar Pinto fez a opção pelo PSDB muito recentemente. Ele foi o fundador do PTB em Roraima, a que hoje tenho a honra de pertencer, e ele tem realmente a cara do PTB em Roraima. Mas hoje eu diria que ele tem o coração e a mente no PSDB por várias razões, uma das quais, Senador Arthur Virgílio, foi exatamente o descumprimento de um acordo do Governo Federal na questão da demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol e na questão das outras terras não-indígenas que estão hoje sob o domínio do Incra e estão emperrando o desenvolvimento do Estado. Então, acho que a opção foi duplamente pensada.

O mais importante, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Srs. e Sr.^{as} Senadores, é que, tendo

percorrido toda essa trajetória que mencionei aqui, em diversos cargos, em diversas posições, o Governador Ottomar Pinto não tem nenhuma acusação de nenhum escândalo na sua vida pública, nenhuma acusação de desvio de conduta como político e como governante.

Faço, portanto, este testemunho de maneira serena porque faço justiça a um homem que, mesmo enfrentando problemas de saúde – mas são apenas problemas corporais, não são problemas morais –, tem realmente trabalhado de uma maneira heróica para que o nosso Estado possa avançar celeremente para dias melhores e que a população de Roraima daqui a um tempo possa, de maneira mais digna, habitar, trabalhar, alimentar-se, ser educada e ter assistência de saúde. Assim, temos certeza de que o Governador Ottomar Pinto, reeleito, fará um governo de consolidação do progresso do nosso Estado. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Relação das obras do Governador Ottomar Pinto.

~~O atual governador do meu Estado serviu durante 35 anos à Força Aérea Brasileira, desde Cadete à oficial General.~~

Construiu quase todos os aeroportos pavimentados da Amazônia: Santarém, Caximbó, Araguaína, Conceição do Araguaia, Marabá, Imperatriz, Altamira, Oiapoque, Macapá, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Boa Vista e muitos outros, num total de 34 aeroportos. Fez obras aeroportuárias no Nordeste: Petrolina, Salvador, Natal, Fernando de Noronha etc.

Por onde passou deixou sempre a imagem de um homem trabalhador, íntegro, estudioso, seu nome é legenda na FAB, na região Amazônica.

Governador do Território de 1979-1983, deputado federal constituinte, primeiro Governador eleito do Estado (1990-1994), Prefeito de Boa Vista (1996-2000). Nenhum escândalo.

Secretaria de Estado da Saúde

1. Hospital Materno-Infantil

Na primeira etapa, recuperou o Centro Cirúrgico – normalizando o serviço de cirurgias eletivas, centro de esterilização, raio x, laboratório, sala de exames e toda a área administrativa do hospital. Na segunda etapa foram reformados e climatizados os blocos, **proporcionando um acréscimo de 50% no número de leitos, totalizando 160.** Também foi construído o novo banco de leite.

2. Hospital Geral e Pronto Socorro

A UTI (Unidade de Terapia Intensiva) foi totalmente reformada e modernizada. **Leitos** - o número de leitos da rede pública subiu de 499 para 541, sendo 30 novos leitos no Hospital Materno-Infantil e 12 no Hospital Geral Rubem de Souza Bento. **Tomógrafo** - recebeu uma digitalizadora de imagem. A imagem, que antes era gerada por um filme e que, pela falta da manutenção, tinha muitos problemas, agora é digital.

3. Melhor Ecocardiógrafo do Mundo

O Governo de Roraima conta hoje com o melhor aparelho de ecocardiografia do mundo. O Ecocardiógrafo 4D é capaz de mostrar para o médico, em tempo real, o coração do paciente em 3 dimensões. Aparelhos similares encontrados em grandes centros, como em São Paulo e Curitiba, não geram a visualização tridimensional instantânea.

4. Referência mundial em Cirurgia Cardíaca

O médico Rendas Vilela Batista atua no HGR, onde já realizou cerca de 40 cirurgias do coração. Foram 19 de revascularização do miocárdio e as demais de implante e troca de válvula mitral e acórtica. Apesar das intervenções cirúrgicas no coração serem de altíssima complexidade e de alto risco, o número de óbitos é baixíssimo, segundo padrões europeus.

5. Hospital de Rorainópolis. O governo toma as últimas providências para concluir e inaugurar o hospital de referência da região Sul de Roraima, que terá médicos especialistas e vai desafogar o HGR.

6. Atendimento aos ribeirinhos. Os moradores das do Baixo Rio Branco voltam a ter tratamento médico adequado, com equipes que vão de casa em casa examinando e fornecendo remédio.

7. Atenção ao Idoso. O idoso de família carente que tem problemas de saúde não vai precisar mais ir até a farmácia para comprar o remédio. A farmácia do governo vai até ele. Um número de telefone será colocado à disposição e basta ligar para que seja atendido.

Secretaria de Estado de Segurança Pública

1. Disque-Denúncia. O serviço de disque-denúncia foi implantado de forma mais eficiente e está reforçando a parceria entre a sociedade e a Secretaria de Segurança Pública. Através do número 0800951000, o cidadão está contribuindo com a ação dos policiais no combate ao crime. Sugestões, críticas e informações sobre atividades criminosas podem ser feitas por telefone, sem necessidade de identificação.

2. Ações Sociais da Secretaria de Segurança Pública. A Casa do Cidadão vem prestando serviços de utilidade pública aos moradores da periferia. Diariamente são atendidas dezenas de pessoas através de órgãos do governo ali instalados. São disponibilizados para a comunidade médicos, dentistas, emissão de carteiras de identidade, carteira de trabalho, postagem de cartas, CPF, entre outros.

3. Policiais são treinados para combater a criminalidade. O governo do Estado vem investindo na capacitação de agentes da área de segurança pública. Até o final do ano (2005) mais de 1.000 policiais terão passado por cursos em diversas áreas, oferecidos no Instituto de Segurança (ISSEC). A intenção é prorrogar a programação de cursos até o final de 2006.

4. Polícia Civil tem solucionado crimes em Roraima. A Polícia Civil de Roraima vem cumprindo seu papel no combate à criminalidade. Com ajuda da sociedade já foram presos, desde o final de 2004, 47 traficantes, dezenas de ladrões, expedidos 200 mandados de prisão e elucidados vários homicídios de difícil solução.

5. Reforma e ampliação de delegacias. A infra-estrutura das delegacias tem sido preocupação do governo do Estado. Reformas e ampliações estão sendo feitas no

primeiro, segundo, terceiro e quarto Distritos Policiais com o objetivo de adequar esses espaços à realidade estadual e oferecer à sociedade mais segurança.

6. Aumento da frota de veículos. A frota de veículos da Segurança Pública ganhou um reforço de 114 novos carros. As operações policiais agora contam com modernas viaturas, capazes de responder com mais eficiência e rapidez às demandas diárias de combate à criminalidade no Estado. O Instituto Médico-Odonológico Legal também recebeu dois "rabcões" para remoção de cadáveres.

SETRABES (Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social)

A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) atua tomando como referência a assistência social, o atendimento à infância e adolescência e também a geração de emprego e renda. A inclusão social é promovida através de programas, projetos, serviços e ações integradas e articuladas entre si e em parceria com a sociedade, promovendo a cidadania e a qualidade de vida.

As famílias atendidas pelos programas sociais assumem compromissos com o Governo de Roraima: freqüentar cursos de formação continuada e formação profissional oferecidos pelo próprio estado; as crianças devem ser mantidas na escola; o cartão de vacina sempre em dia; mulheres grávidas têm que fazer o exame pré-natal com regularidade; os idosos devem ser encaminhados regulamente para atendimento médico.

Os principais programas sociais da Setrabes são:

1. Vale Solidário. O programa Vale Solidário atendeu mais de 80 mil famílias da capital neste primeiro ano. Foram cadastradas 89.027 famílias carentes e atendidas 80.259. Ao todo foram distribuídos 289.683 vales, totalizando R\$ 17.380,98 milhões injetados na economia local. A distribuição visa combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida de milhares de pessoas cadastradas. No interior foram entregues 41.316 vales e para dezembro está definido o repasse do dobro dessa quantia.

2. Habitação Popular. O Programa de Subsídio de Habitação do Interesse Social foi criado pelo governo do Estado, em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF), visando à substituição das residências em estado precário por outras de melhor qualidade. Já estão inscritas 1.500 pessoas e a pretensão do governo é começar com o programa a partir do final do ano.

3. Inclusão Digital. O governo do Estado vai levar para as famílias carentes um programa de inclusão digital para proporcionar para quem não tem acesso ao computador meio de aprendizagem e familiarização com o mundo da informática.

Em parceria com o Senac e a Secretaria de Administração, o governo espera atender, de início, a 450 jovens a partir de 16 anos de idade.

4. Enxoval do Bebê. O programa tem contribuído para a redução da taxa de mortalidade materno-infantil em Roraima. A atuação tem sido concentrada nas áreas críticas, em parceria com as organizações comunitárias. As mulheres são cadastradas a partir do 3º mês de gestação e inseridas em oficinas de saúde, nas quais obtêm informações sobre pré-natal, nutrição, imunização, aleitamento exclusivo, alimentação alternativa e depressão pós-parto. Além disso, têm acesso a exames de ultra-sonografia. No 8º mês de gestação, ganham o enxoval do bebê. Após o parto, recebem, durante três meses, um “kit” contendo quatro pacotes de leite de 400 gramas. Depois, caso tenha pretensão, a mãe pode participar do Programa como colaboradora.

5. PETI. Criado com o objetivo de ajudar na supressão de mão-de-obra dos menores no País, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI - é administrado na esfera estadual pela Setrabes. O Programa atende crianças e adolescentes na faixa etária de sete a 15 anos, com uma ajuda de custo em forma de bolsa.

6. Projeto Galopando para o Amanhã. Parceria com a Polícia Militar, atende a 50 adolescentes. O projeto tem o objetivo de ensinar equitação aos jovens com idade entre 12 e 18 anos, que têm atendimento psicossocial e pedagógico e ainda recebem R\$ 50,00 de ajuda de custo.

7. Programa de Intermediação de Mão-de-Obra. Tem buscado captar vagas nas empresas e encaminhar trabalhadores ao mercado de trabalho, além de oferecer cursos de qualificação aos trabalhadores desempregados ou em busca do primeiro emprego. Em parceria com o Governo Federal e empresas locais, centenas de cidadãos já foram reintegrados ao mercado de trabalho.

8. Centro de Referência do Idoso em Ação. Funciona todos os dias, inclusive nos feriados e finais de semana (horário diferenciado). Às sextas-feiras, sábados e domingos acontecem atividades extras. São oferecidas diversas atividades para cerca de 300 idosos. O objetivo é promover a integração com a comunidade através de atividades recreativas, educativas, culturais e psicossociais.

9. Clube Eterna Juventude. Atende a 50 idosos de famílias carentes, que têm atividade de lazer e de recreação e se envolvem em atividades produtivas com vistas à ocupação do tempo e ao desenvolvimento de trabalhos saudáveis. Participam de atividades artísticas, culturais e recreativas e integram o Coral Eterna Juventude, que faz apresentações em datas comemorativas.

Centro de Oficinas Pedagógicas. São atendidas 850 crianças em cursos de artesanato, música, dança, atividades esportivas e reforço escolar. Têm ainda atendimento médico, odontológico e psicológico.

10. Projeto "Espaço Criança Cidadã". Surgiu da necessidade de atender crianças e adolescentes (7 a 18 anos) moradores do Conjunto Cidadão. Através de atividades programadas - capoeira, dança, futebol e outras - são desenvolvidas em horário diferenciado da escola, visando à inclusão social e ao crescimento pessoal e intelectual desse segmento.

11. Centro Sócio-Educativo. É unidade destinada a adolescentes em situação de risco social e pessoal que se envolveram atos infracionais. Têm atividades sócio-educativas e profissionalizantes. Os adolescentes aprendem informática, estudam e desenvolvem atividades de panificação, recreativas e desportivas. . Contam com médicos, odontólogos, psicólogos e instrutores para ajudá-los no processo de ressocialização.

SEAPA (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Agricultura Familiar

1. Extensão Rural. Resgate do serviço de extensão rural, com a recuperação das 28 Casas do Produtor Rural, nos 15 municípios, e aquisição de 50 motocicletas para transporte de técnicos agrícolas até as pequenas e médias propriedades, beneficiando, diretamente, 10 mil produtores, com assistência técnica adequada. Mais 5 Casas do Produtor estão sendo construídas;

2. Treinamento do Técnico Agrícola. Os técnicos da secretaria foram treinados para prestar atendimento adequado ao pequeno e ao médio produtores. A previsão é de que realizem 70 mil visitas por ano, auxiliando na correta condução do plantio, na colheita, na comercialização e nos tratos culturais necessários, o que permite acesso do produtor às novas tecnologias disponíveis, para atender à demanda da agricultura familiar;

3. Clínicas técnicas. Promoção de Dia de Campo, com clínicas técnicas e encontros com produtores rurais para que tenham acesso a técnicas de manejo de culturas. Este ano, mais de 250 produtores foram treinados em várias regiões. Destaque para o Dia de Campo sobre a cultura da banana, curso sobre tração animal, suinocultura e treinamento destinado à produção orgânica, direcionado à comunidade indígena de Sucuba, em Alto Alegre, e mecanização (destoca de terra);

4. Tratores. Aquisição de 100 tratores, dos quais 80 traçados e 20 com grades aradoras, para atender a associações de produtores e administrações de colônias agrícolas, possibilitando aos produtores a possibilidade de trabalhar melhor a terra;

5. Trilhadeiras. Distribuição de 50 trilhadeiras, para atender a produtores através de associações e administrações de colônias agrícolas;

6. Casas de Farinha. Distribuição de 300 casas de farinha, para atendimento a entidades de produtores rurais que lidam com o cultivo da mandioca;

7. Transformadores. Distribuição de 1.200 transformadores de energia para atender a pequenos produtores de áreas que já têm linha de transmissão de energia elétrica;

8. Apicultura. Distribuição de 300 kits para produção de mel de abelha a produtores que ainda utilizam técnicas rudimentares e que necessitam de apoio para desenvolvimento da atividade;

9. Piscicultura. Atendimento a 1.000 produtores de peixes, dos quais 250 em Caracará, com escavação de tanques medindo 70m por 15m e financiamento da atividade através da Agência de Fomento de Roraima (Aferr);

10. Horticultura. Incentivo à atividade de horticultura, através de financiamento pela Agência de Fomento de Roraima e distribuição de adubo químico e sementes e transporte de adubo orgânico para horticultores da cidade e de colônias agrícolas;

11. Pró-Custeio. Programa de incentivo ao pequeno produtor rural, para compra de insumos, com a entrega de um vale de R\$ 500,00, por semestre, beneficiando 14 mil famílias. O programa começou a ser implementado e neste semestre já beneficiou 2.030 produtores dos municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe, na região Sul de Roraima;

12. Recuperação da Feira do Produtor. As instalações da Feira do Produtor Rural, em Boa Vista, começam a passar por um processo de reforma. Os produtores estão sendo transferidos para a Feira do Passarão, enquanto se recupera toda a estrutura.

Agricultura empresarial

13. Novos silos. Aumento da capacidade de estocagem de grãos das atuais 10 mil toneladas para 27 mil toneladas, no próximo ano;

14. Calcário. Aquisição, já este ano, de 80 mil toneladas de calcário, para atendimento ao grande e ao pequeno produtores na safra agrícola de 2006, o que dá a previsão de aumento da área de cultivo em, no mínimo, o dobro da atual;

15. Licenciamento ambiental. A Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) passou a emitir a Licença Ambiental, que antes era emitida pelo Ibama, por falta de interesse do governo estadual, facilitando a vida do produtor, uma vez que o processo é mais rápido e menos burocrático.

Outras demandas

16. Combate à aftosa. Em duas campanhas, a primeira em fevereiro, a última em outubro, o governo conseguiu níveis de vacinação acima do esperado. Foram

vacinadas 480 mil cabeças de gado, de um total estimado em torno de 600 mil cabeças;

17. Exposição Agropecuária. A Expoferr volta a acontecer – entre os dias 3 e 11 de dezembro - depois de anos, dando ao produtor a oportunidade de expor e de realizar negócios e intercâmbio. O Parque de Exposições “Dandêezinho” está sendo recuperado. Estava semi-abandonado. Será a 34ª Expoferr.

Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos

1. Formação Continuada: Educação concede Progressão por Titulação a professores. A Secretaria de Educação vai reconhecer todos os certificados de cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*). Isso significa que mais de duzentos professores ganharam Progressão por Titulação. Desde 2002 eles aguardavam uma posição do Governo de Roraima. Agora, só falta a Assembléia Legislativa aprovar uma lei reconhecendo o direito dos professores.

2. Jogos Escolares voltam a emocionar os estudantes. Em 2005, o Governo de Roraima investiu e os jogos foram realizados em três fases: Etapa Norte (Alto Alegre), Etapa Sul (Rorainópolis) e Etapa Boa Vista (final). Mais de 5 mil atletas participaram das três etapas, disputando medalhas e troféus em 12 modalidades.

3. Governo reconstrói Parque Aquático do Anauá. A reconstrução do Parque custou ao Governo de Roraima R\$ 700 mil, gerando mais de cem empregos, durante dois meses. O Parque tem três tobogãs, piscinas para adultos e crianças, *playground*, quadras de vôlei de praia e futevôlei. Durante a inauguração, mais de três mil crianças foram visitar e brincar no Parque Aquático do Parque Anauá. Outros três parques aquáticos estão sendo recuperados (Jardim Primavera, Caranã e Asa Branca).

4. Escola pública: crianças vão à consulta. Em Roraima, todos os estudantes do Ensino Fundamental são atendidos pelo programa “Olho Vivo”. Até novembro deste ano, mais de 12 mil alunos passaram por exame oftalmológico. Quem precisa, em 15 dias, ganha os óculos. O Programa de Saúde Bucal visita as escolas públicas levando a esperança de um novo sorriso. O programa atende aos estudantes de 7 a 14 anos, com sete gabinetes odontológicos móveis. Em 2005 foram realizados quase 40 mil procedimentos de extração, restauração, limpeza de tártaro e aplicação de flúor.

5. Reforma, ampliação e construção de escolas na capital e no interior. O Governo do Estado reforma, amplia e constrói escolas na capital e no interior do Estado. Uma das escolas reformadas foi a Genira Brito, na Vila Félix Pinto, município do Cantá, a escola José Pereira de Araújo, na Vicinal 5, município de Iracema, a escola Pe. José Monticoni e várias outras já enumeradas pela Secretaria de Infra-Estrutura.

6. Escolas Indígenas também recebem atenção. Uma das comunidades beneficiadas em 2005 foi Sorocaima II, no município de Pacaraima. A escola índio Manoel Barbosa foi reconstruída e ampliada pelo governo do Estado. Com a reforma, a escola passou a atender a quase 150 alunos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental das comunidades de Sorocaima I e II, Guariba, Bananal, Nova Esperança e Samã.

7. Avaliação do Estágio Probatório dos professores de 2002. O governo do Estado, através da secretaria de Educação, anunciou no mês passado os resultados da 1ª publicação da Avaliação do Estágio Probatório dos professores concursados e empossados no ano de 2002. A primeira relação refere-se aos professores concursados e empossados no município de Boa Vista-Zona Urbana. Quanto às demais localidades: município de Boa Vista-Zona Rural, municípios do interior do Estado e comunidades indígenas, ainda estão em processo de análise.

SEJUC (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania)

SOCIAL

1. Fábrica de bolas – A secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc) está implantando o projeto “Pintando a Liberdade”, para ressocializar e profissionalizar os detentos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA), que fabricarão bolas de futsal, de handebol e futebol de campo.

O convênio entre o Ministério dos Esportes e o governo de Roraima existe desde 2003 e não foi implantado devido a problemas estruturais só agora solucionados. A meta é beneficiar 80 detentos no prazo de um ano. Inicialmente participam do projeto 56 reeducandos que terão, a cada três dias trabalhados, a redução de um dia de pena.

O ex-detento João Neto veio de Manaus, designado pelo Ministério dos Esportes, para dar as primeiras instruções na fabricação das bolas. O projeto foi iniciado hoje (18/10) e serão produzidas 10 mil bolas em seis meses, para distribuição nas escolas da rede pública estadual de ensino. As famílias dos detentos beneficiados pelo projeto receberão um valor mensal de R\$ 100,00 pelo trabalho dos reeducandos.

2. Programa João de Barro – O governo do Estado, em parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), está desenvolvendo, para os detentos em regime semi-aberto e aberto, um programa de ressocialização intitulado “João de Barro”. Em um ano foram beneficiados 75 reeducandos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA) e, atualmente, 17 detentos trabalham na Universidade, sendo sete na biblioteca e 10 em serviços gerais.

Cada participante do projeto recebe uma bolsa de R\$ 260,00 mensal, paga pela UFRR as famílias dos apenados. O governo arca com as despesas de alimentação, saúde e documentação.

O projeto foi elaborado pela Secretaria de Justiça e Cidadania e está sendo copiado por outros Estados. Em São Paulo, a USP já adotou o “João de Barro”.

Cada três dias trabalhados reduz um dia de pena.

3. Horticultura – Trinta e cinco detentos da penitenciária Agrícola do Monte Cristo participam do programa de horticultura desenvolvido pelo governo do Estado. A orientação de cultivo das hortaliças é feito por um técnico agrícola. A produção é vendida à comunidade a preços acessíveis e o dinheiro arrecadado é repassado às famílias dos detentos. A criação e venda de suínos também é incentivada.

Cada três dias trabalhados reduz um dia de pena.

SAÚDE

4. Atendimento Médico – Os detentos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo estão recebendo assistência médica e odontológica. A secretaria de Saúde disponibilizou uma equipe com 15 profissionais (3 médicos, 3 auxiliares de enfermagem, um enfermeiro, um psiquiatra, um psicólogo, 3 assistentes sociais e 3 odontólogos). As famílias dos reeducandos também recebem atendimento.

5. Plano estadual de saúde no sistema penitenciário – A Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (Sejuc), em parceria com a secretaria de Saúde do Estado (Sesau) está implantando o Plano Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário. A assessora técnica do Ministério da Saúde, Ana Cristina Guimarães esteve em Boa Vista para orientar a equipe técnica na elaboração e implantação do Plano. Um termo de adesão assinados pelos secretários de Justiça e Saúde foi encaminhado à Brasília.

O investimento é de R\$ 20 mil mensais e o plano será implantado definitivamente em Novembro.

EDUCAÇÃO

6. Programa Brasil Alfabetizado – Em parceria com o Sesi, a Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc) implantou em março deste ano, o programa Brasil Alfabetizado. A primeira etapa do projeto foi encerrada no dia 14 de outubro e dos 25 detentos 11 terminaram o curso de alfabetização. Convênio Federal Mec/Sesi.

7. Ensino Fundamental e Médio – Também no mês de março a Sejuc, em parceria com a Secd, iniciou o programa de ensino fundamental e médio para os detentos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA). No ensino médio 30 pessoas estão sendo beneficiadas. No fundamental, 90 detentos estão participando dos módulos.

Dez reeducandos que terminaram o ensino médio participaram do Enem e vão fazer vestibular no próximo ano.

OBS – Está em discussão, em nível nacional, a redução de pena através da educação. Em Roraima, a Sejuc encaminhou ao Juiz da Vara de Execuções Penais, Euclides Calil, uma minuta de projeto que pretende beneficiar os detentos que estão estudando na PA. Cada 18 horas de dedicação aos estudos reduz um dia de pena.

8. Capacitação de agentes carcerários

9. Cursos profissionalizantes para detentas – Três cursos profissionalizantes foram realizados este ano pela Sejuc: jóias alternativas, corte e costura e pequenos objetos de madeira. Mais de setenta detentas participaram dos cursos.

TRABALHO

* **PA** – Os trabalhos de limpeza, copa e manutenção hidráulica e elétrica da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (PA), são feitos pelos próprios detentos. Cinquenta e oito reeducandos participam das atividades e serão beneficiados com a redução de pena na medida especificada por lei.

SEFAZ (Secretaria de Estado da Fazenda)

1. Receita do Estado aumenta mais de 30% no governo Ottomar

Estatísticas da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) mostram que durante o governo Ottomar Pinto houve um aumento significativo na receita tributária do Estado. De janeiro a outubro de 2005 foram arrecadados R\$ 173.521.794,18, contra R\$ 131.518.341,80 do mesmo período de 2004. Em termos percentuais, o aumento foi de 31,9%. O incremento da receita pode ser observado na arrecadação de todas as taxas, principalmente no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), e no IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores).

Os dados registrados mostram que o aumento da receita começou a ocorrer a partir de novembro do ano passado, mês em que o brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto assumiu o governo. A expectativa do governo é que até o final do ano a arrecadação alcance a casa dos R\$ 20 milhões.

Em 2004, Roraima ocupava a 6ª posição entre os sete estados da região Norte, contribuindo apenas com 8,98. Os esforços concentrados pela administração tributária resultaram em melhorias expressivas. Em 2005, Roraima saltou para o 3º lugar, com um incremento positivo na ordem de 22,68.

2. Contenção de despesas e ações fiscais contribuíram para aumento na arrecadação

Um conjunto de medidas e ações fiscais, aliada aos esforços e a determinação dos servidores, principalmente fiscais, foram as causas do aumento da arrecadação. Essa é a opinião da diretora do Departamento da Receita, Irani Barreiro Oliveira.

“Os números demonstram que não foi em vão o desenvolvimento das diversas atividades praticadas para o cumprimento das metas tributárias para o primeiro semestre de 2005”.

O aumento está associado às ações fiscais, em caráter educativo e até de reconhecimento como o prêmio Empresário Nota 10.

“As ações realizadas tiveram impacto na sociedade mantendo a moral do contribuinte em alta, de modo que, as metas fossem alcançadas”, complementou.

Ela afirma não ter dúvida de que as atividades da Sefaz estão atingindo um poderoso e eficiente grau de automatização. Isso porque elas estão associadas à correção de condutas, tanto do lado do contribuinte quanto do lado do Estado, facilitando o cumprimento integral das metas programadas.

3. Postos fiscais são construídos e reformados

A preocupação do Governo do Estado em estruturar melhor a cada dia o ambiente de trabalho na Sefaz, resultou num saldo positivo. Duas obras de construção, três reformas, aquisição de vários equipamentos, instalação de equipamentos essenciais ao serviço de inteligência fiscal, e vários treinamentos já foram realizados.

Entre as grandes obras estão a construção do Posto de Fiscalização de Bonfim, ampliação e reforma do Posto de Pacaraima, da casa administrativa fiscal e da Agência Especial de Renda, localizada na sede da Sefaz, além da reestruturação do espaço físico da Unidade de Coordenação Estadual (UCE).

A aquisição e instalação das câmeras nos postos fiscais de Jundiá e Pacaraima também foram um do trabalho positivo da Sefaz durante este um ano de governo. Por meio das câmeras é possível monitorar durante 24 horas, através de computadores, todos os carros que passam nessas duas barreiras. A monitoração é um dos instrumentos do serviço de inteligência fiscal.

4. Sistema tributário foi reformado para eliminar falhas

O Sistema Integrado de Administração Tributária Estadual (Siate) também passou por uma remodelagem este ano, eliminando pequenas falhas e melhorando o atendimento ao contribuinte. Aliado a revalidação da linha básica do Siate, houve o gerenciamento da rede do Sintegra, possibilitando o repasse de informações entre as demais secretarias de Fazenda dos estados signatário do convênio de cooperação técnica.

Com os recursos do convênio com o BID foi possível realizar o curso de gestão tributária (à distância) em parceria com a PUC/RS, Atualização em Macroeconomia dos Países em Desenvolvimento, treinamento voltado especificamente para a rede de computadores e manutenção e informática básica nos programas de Windows, Word, Excel e Internet.

Além disso, está em fase de encerramento o curso de pós-graduação em Auditoria Fisco/Contábil, que está sendo ministrados para 40 servidores de diferentes secretarias.

5. Governo cancela 263 empresas “fantasmas”

De janeiro a outubro deste ano 263 empresas “fantasmas” foram baixadas do sistema de tributação. Isso significa dizer que essas empresas estão impedidas de realizar qualquer tipo de transação comercial, portanto impossibilitadas de contribuir com a sonegação de tributos.

As 263 empresas foram canceladas pela Divisão de Informação Econômica, depois que os fiscais constaram nas diligências feitas in loco que elas inexistiam. Segundo a chefe da Divisão, Geize de Lima Diógenes, a única forma de coibir a prática ilícita desses sonegadores é cancelando no sistema o cadastro da empresa, possibilitando que outras secretarias de Fazenda consultem por meio do

Sintegra (Sistema de informações sobre operações Interestaduais com mercadorias e serviços) a situação daquela firma.

6. Em três meses 82 servidores da Sefaz foram capacitados

Uma das marcas do governo Ottomar Pinto é a valorização profissional do servidor público por entender que esse é um dos caminhos para o desenvolvimento de Roraima. Para o governo, servidor bem qualificado é sinônimo de serviço público bem prestado ao contribuinte.

Estatísticas mostram que de agosto a outubro 2.288 servidores passaram pela Escola de Formação do Governo. Deste total, 82 funcionários são da Secretaria da Fazenda, o que representa um percentual de 24% de servidores reciclados.

O resultado deste trabalho é um servidor mais capacitado, contribuinte mais satisfeito e a certeza de que o governo está contribuindo para melhorar os índices de desempenho no que diz respeito ao atendimento, a organização e ao comprometimento do com serviço público.

Entre os cursos ministrados estão Administração de Patrimônio, Atendimento ao público, Atualização em legislação de pessoal, redação oficial, capacitação de motoristas, chefia e liderança, excelência no atendimento ao público, gerenciamento de compras e serviço, gestão de qualidade, técnicas de zeladoria, serviço de copa, informática e inglês.

7. Prêmio Empresário Nota 10 resgata moral do contribuinte

A criação do 1º Prêmio Empresário Nota 10 ficará registrada na história de Roraima. A consagração dos empresários premiados foi uma forma encontrada pelo Governo do Estado de resgatar a moral e reconhecer publicamente 25 contribuintes que se destacaram durante o ano de 2004. Eles foram considerados os melhores no recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Além disso, foram homenageados um contador e um escritório de Contabilidade porque o governo entendeu que eles são de grande importância na relação fisco-contribuinte. O prêmio teve ainda como objetivo incentivar o recolhimento do ICMS, uma vez que esse tributo contribui para o desenvolvimento do Estado, pois ele é aplicado na construção de escolas, hospitais e infra-estrutura. Foram homenageados empresários dos segmentos de comércio atacadista, comércio varejista, indústria, agricultura e os maiores contribuintes locais e nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento Interno, em relação ao seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vocalizo para a Casa que apresentei à Mesa dois requerimentos: o primeiro, um voto de solidariedade à pesquisadora Isabel Gonçalves, bem a propósito do Dia Internacional da Mulher, pelo seu trabalho de pesquisa genética exatamente esta que foi levada ao desespero quando viu o seu trabalho de pesquisa genética, com eucaliptos, no Rio Grande do Sul, ser destruído pelo vandalismo praticado pelo chamado Grupo Via Campesina, que é um braço do chamado MST; o segundo, na mesma coerência, um voto de repúdio a tal Via Campesina pelo ato de vandalismo, incongruente, que diz respeito à produção brasileira, ao agronegócio que, na verdade, é a sustentação da balança comercial brasileira e da saúde da economia brasileira.

Portanto, as duas coisas se casam: solidariedade à pesquisadora que se sentiu ultrajada, viu o seu trabalho desperdiçado pelo vandalismo, e o repúdio aos vândalos que não têm o menor apreço pela idéia de futuro que se possa pensar para este País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do PT; e, em seguida, ao Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para ler um artigo publicado pelo Presidente Lula, no jornal **The Guardian**, do dia 7 de março próximo passado, anteontem, terça-feira. É um assunto de alta importância no cenário mundial.

Diz o artigo:

O século XXI será marcado por um debate crucial: como podemos fazer com que o desenvolvimento econômico e social seja compatível com a preservação do meio ambiente?

O desafio é enfrentado tanto por países desenvolvidos como em desenvolvimento, mas os ônus precisam ser compartilhados de forma mais igual. A distância entre países ricos e pobres dobrou nos últimos 40 anos. Enquanto

o mundo desenvolvido se beneficiou da prosperidade gerada pelo progresso econômico, países pobres sofreram as conseqüências da degradação ambiental resultante do crescimento descontrolado. Países ricos têm padrão de produção e consumo insustentáveis. Estes são responsáveis por 41% do total de emissão do dióxido de carbono, e o seu consumo de matéria-prima é quatro vezes maior do que o de todos os outros países juntos. Nessas condições, não há possibilidade de um futuro sustentável.

A escala dos recursos naturais do Brasil é extraordinária. A Região Amazônica contém 20% da água doce do planeta, e quase dois terços do País ainda está coberta por vegetação natural. Neste contexto, temos implementado políticas voltadas diretamente às nossas preocupações ambientais mais urgentes.

Quando assumi o meu mandato, o índice de desmatamento no Brasil vinha aumentando, tendo atingido uma média de 27% ao ano. A partir do segundo semestre de 2004, entretanto, iniciamos ações para monitorar o corte de árvores e para tratar da questão de distribuição de terras. Como resultado, o índice de desmatamento caiu vertiginosamente. Em um país que sofre de desigualdades sociais profundas, entretanto, o sucesso da política ambiental depende, mais do que qualquer outra, das medidas sociais e econômicas que permitam a preservação do nosso meio ambiente.

Nos próximos 10 anos, vamos dispor de 13 milhões de hectares adicionais na Região Amazônica, sob um regime de manejo que garantirá o ciclo de regeneração da floresta. E nosso compromisso com propostas responsáveis se estende para além de nosso próprio território. É imperativo que coloquemos em prática esses compromissos do Protocolo de Kyoto, para combater o impacto potencialmente devastador do aquecimento global.

Na busca por novos e sustentáveis modelos econômicos, a comunidade internacional começa a reconhecer a necessidade de uma reformulação radical do pensamento sobre a geração de energia, e o Brasil tem respondido ao usar, em maiores graus, fontes de energias limpas, renováveis e alternativas. Mais de 40% da energia do Brasil é proveniente de fontes “verdes”, contra cerca de 7% dos países ricos.

O etanol produzido pelo Brasil a partir da cana-de-açúcar tem atraído interesse em todo o mundo, uma vez que é um dos mais baratos e seguros combustíveis derivados de recursos renováveis. Três quartos dos carros produzidos hoje, no Brasil, são bicombustíveis, capazes de funcionar com o etanol ou com gasolina, ou ainda com a mistura de ambos.

O governo implementou iniciativas ambientais que também estão trazendo benefícios sociais – por exemplo, com o projeto de biodiesel. Produzido a partir de plantas oleaginosas, o biodiesel é significativamente menos poluente que o diesel proveniente do petróleo. Como pode ser produzido facilmente por pequenos agricultores nas regiões mais pobres do País, o projeto combina proteção ambiental com desenvolvimento rural e reduz a desigualdade social. Há um grande potencial para o biodiesel na África.

O Brasil está se preparando para um novo paradigma de desenvolvimento voltado aos desafios sociais e ambientais das próximas décadas. O etanol e o biodiesel são componentes-chave de nossa abordagem, e nós estamos determinados a ‘plantar o óleo do futuro’. Eu o convido a se unir em nossos esforços.

Artigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Desejo ainda lembrar, Sr. Presidente, dentro da margem de tolerância de V. Ex^a, que, a partir de segunda-feira, dia 13, inicia-se na cidade de Curitiba, Paraná, dois grandes eventos importantíssimos para essa pauta que acabamos de relatar aqui. Trata-se do Congresso das Partes, onde serão debatidas, com delegações de 188 países, a diversidade biológica do planeta e a questão dos transgênicos. E esse Congresso vai procurar não mais se ater, Sr. Presidente, à construção de idéias sobre a questão ambiental, mas muito mais do que isso: nesse Congresso o que se pretende é discutir com os países lá reunidos a implantação das propostas até então negociadas. Temos uma série de protocolos e tratados assinados por diversos países, sendo o mais significativo de todos o Protocolo de Kyoto. Com certeza, o grande debate será sobre a implementação dessas idéias.

O mundo, Sr. Presidente, segundo alguns análises, não tem a menor condição de suportar uma taxa de crescimento como aquela que a China tem – e digo isso porque, nesta Casa, todos os dias fazemos um debate sobre esse tema –, dado o consumo que os Estados Unidos possuem. Assim, se somarmos o crescimento linear econômico da China no planeta mais o consumo dos Estados Unidos, também linear

– segundo essa informação –, não teremos lugar para plantar alimentos e para criar animais em número suficiente para alimentar tanta gente. Por isso, precisamos discutir melhor essa questão do crescimento e do desenvolvimento.

Ontem, na reunião do Copom, como já era previsto, houve um corte na taxa de juros da ordem de 0,75%. Como o Copom não se reúne mais a cada trinta dias, mas, sim, a cada seis semanas, se não me engano, o que foi cortado na taxa de juros corresponde a 0,5% ao mês.

Acabo de ler aqui um artigo de Celso Ming em que ele diz que “Devagar também é pressa”. Não adianta irmos com muita sede ao pote com relação ao corte da taxa de juros, porque isso pode ser ilusório, e tenhamos que retornar, muito brevemente, a um patamar mais elevado.

Quando o Governo Lula assumiu a Presidência, em janeiro de 2003, a taxa de juros do Brasil era de 26%. Chegou a 16%, ou seja, houve uma queda de dez pontos, voltando depois a 19%. Assim, não podemos, apenas por decreto, fazer uma coisa tão importante e nevrálgica para o controle das contas nacionais.

Numa outra matéria, João Caminoto diz que o Ministro Palocci aposta no crescimento, dada essa conseqüente queda, que não vai parar mais, basta termos alguns cuidados, não indo com tanta sede ao pote. Se mantivermos uma queda nesse patamar – nem será preciso aumentar a velocidade –, inevitavelmente chegaremos ao final do ano com a taxa real de juros abaixo de 10%.

Avalia-se que o dinheiro que hoje está depositado em agências financeiras migrará para o setor produtivo, que responderá pelo reabastecimento nacional, pelo aumento de produção e, por conseqüência, pelo aumento de oportunidades de trabalho.

Falando ainda do debate sobre crescimento e desenvolvimento, perguntamos: adianta, Sr. Presidente, ser como a Índia, que teve um crescimento econômico superior a 6%, mas também teve um crescimento da miséria, onde há, num mesmo lugar, na mesma cidade, em uma mesma comunidade, duas imagens completamente diferentes, duas sociedades distintas: uma rica e outra pobre?

Quero dizer a V. Ex^a que também queremos que o Brasil cresça – e dentro da média, é claro –, mas muito mais do que ter crescimento é preciso haver distribuição de renda.

Novamente quero aplaudir as medidas adotadas pelo nosso Governo. Sei que o meu Partido, o PT, desde que o Presidente Lula tomou posse, tem feito críticas à metodologia, ao modelo da política econômica nacional. Contudo, os resultados estão aí. Prefiro que

ela seja mais lenta e gradual, mas que se mantenha sempre para que, ano após ano, o crescimento vire distribuição de renda. E com a distribuição de renda e de oportunidades estaremos, de fato, fazendo não mais o crescimento, mas o desenvolvimento.

Pelo pouco que estou entendendo de Celso Furtado e do meu grande guru, Paul Singer, há uma diferença brutal entre crescimento e desenvolvimento. O desenvolvimento requer o crescimento, mas acrescentando a distribuição de renda, a distribuição das oportunidades de trabalho, a distribuição das oportunidades de conhecimento com a preservação ambiental.

Esse é o grande desejo do modelo brasileiro, que tem que ser próprio. Certa vez disseram que não podíamos copiar – na época em que eu sonhava com o socialismo – os modelos de Cuba, União Soviética, China, Vietnã ou coisa parecida. Está correto...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como também, não podemos copiar, no meu entendimento, o modelo capitalista vivido em algum lugar que pode ter dado certo: na Índia, na China de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, verifica-se um crescimento de 9,9% – quase 10%. Isso é algo inimaginável para o planeta. Porém, vamos ver como está a distribuição de renda naqueles países: só de camponeses, na década de 90, foram 120 milhões de pessoas colocadas na margem da miséria.

Concedo um aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Apenas gostaria de pedir um esclarecimento a V. Ex^a quando fala sobre o desenvolvimento nesta diferenciação do simples crescimento: se o grande lucro que os bancos têm recebido no País, que extrapola até as nossas fronteiras, faz parte desse ideário a que V. Ex^a se refere do Governo Lula?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O crescimento dos bancos faz parte de um receituário do sistema. E temos um sistema mundial. Nosso Governo não fez uma revolução socialista nos moldes do que se assistiu no início da década de 50, como foi o caso da China. Porém, o que se está discutindo aqui é responsabilidade fiscal, administrativa e – é claro – social.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – É dessa forma que o Governo tem feito...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sei que o meu Partido também, como já disse anteriormente, não estava convencido do modelo. Houve muitas críticas; porém, hoje, com os resultados que se estão sendo apresentados, pelo que estou lendo aqui nos artigos dos jornais, no final deste ano, inevitavelmente

te haverá uma migração de interesses, de recursos do sistema financeiro para as indústrias, para o setor produtivo como um todo.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – O que eu queria entender é se é dessa forma, se é esse tipo de distribuição, ou seja, de ampliar os ganhos, os lucros para os bancos, se é esse tipo de distribuição de renda que o Governo deseja fazer? É esse segmento que está precisando realmente de distribuição de renda?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Esse é o último elo. A distribuição de renda que estamos fazendo é aquela que toda a imprensa também tem noticiado. O Brasil diminuiu o fosso entre os mais ricos e os mais pobres; o Brasil abre oportunidades para o ingresso no Ensino Superior; o Brasil promove um enorme avanço na distribuição de renda no campo, com a questão da reforma agrária; o Brasil distribui renda por meio de política de compensação social, aumento do salário mínimo e tantas outras atividades que, com certeza, têm esse endereço dos mais pobres.

No entanto, falta um elo. Esse elo dos bancos precisa ser resolvido. Mas faço um desafio: temos interesse de, por decreto, por uma ação, digamos assim, até armada, estatizar os bancos, decretar a taxa de lucros máxima, resolver a questão dos maiores impostos sobre maiores rendas no Brasil? Não sei se o Congresso Nacional estaria disposto.

Mas o modelo está posto, Sr. Presidente, com grandes frutos para toda a população nacional. E não é à toa que o Presidente Lula cresce fortemente na sua popularidade novamente e desafia o Planeta Terra inteiro a uma nova forma de negociação, com respeitabilidade, como é o caso agora, ao visitar a Inglaterra.

Falaram que está andando de carruagem. Ele é Chefe de Estado, tem de andar mesmo. Vai andar de quê, de bicicleta? Se for à China, que é um dos países onde mais se anda de bicicleta, e o Presidente chinês andar de bicicleta, certamente o Presidente também andar de bicicleta, mas, na Inglaterra, naquela situação, como Chefe de Estado, como também fez Fernando Henrique Cardoso, andou naquela carruagem. E para mim é motivo de orgulho: um operário, metalúrgico, sentar naquela carruagem é muita coisa, e temos de nos orgulhar disso, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, eu e o Senador Heráclito Fortes, do nosso Piauí, estamos orgulhosos de V. Ex^a. Há outro Senador, o Alberto Silva, que não está aqui, que faz grandes observações a seu respeito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É meu professor de Física para a área de biocombustível.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Peço ao Lula para meditar: a história não é bem assim. Sabemos que tem de promover a agricultura e o emprego, mas, na indústria e na economia, Henry Ford disse: “Maior quantidade, menor custo e menos tempo”. Isso quer dizer economicidade. Quero que V. Ex^a vá a um supermercado, a uma farmácia: há óleos vegetais, óleos medicinais, óleos não destinados à alimentação. V. Ex^a não encontra nenhum com preço abaixo de R\$2,50. Então, o óleo para alimentar o carro também tem de ter esses princípios industriais de Henry Ford a respeito de economicidade. Isso não ocorrerá. O Lula é réu confesso, diz que não gosta de estudar. Mas estudiosos dizem que a energia que está em andamento e que vai substituir o petróleo é o gás natural, porque esses produtos não têm economicidade. Óleos vegetais que alimentam a máquina humana estão nos supermercados, mas olhe o preço! Então, não terá economicidade para ser essa alvorada. Considero o que V. Ex^a falou aqui em economia, mas aquilo tudo caiu com o muro de Berlim, com a globalização. De tal maneira que se admite na economia do mundo três períodos de globalização: a do Cristóvão Colombo, a do papel, da imprensa de Gutemberg, e esta agora. O que está havendo na Índia, esse milagre da comunicação que avança como a velocidade da luz? Neste exato momento, há empresas de capital norte-americano, capitalistas, no seio da Índia, onde a mão-de-obra é mais barata. Com US\$500, pessoas gabaritadas, técnicos de computação, estão satisfeitas. Então, neste exato momento, nos **Call Center**, estão telefonando para o mundo todo, orientando o comércio. Então, melhorou muito. Era uma mão-de-obra barata na Índia, na China, e chegou essa tecnologia. Esperamos que o Lula não se encante com a carruagem e não nos faça voltar ao tempo dos reis, mas nos faça ir à velocidade da luz. Eu orientaria V. Ex^a, que veio do Piauí, do qual temos orgulho, que acredita no saber – a sabedoria, como está na Bíblia, é ouro –, a ler este livro, **O Mundo é Plano**, de Thomas L. Friedman. V. Ex^a vai ensinar o Presidente da República a colocar este País no trilho do estudo, do trabalho, da riqueza e da felicidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, gostaria de, se V. Ex^a já...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a generosidade do Sr. Presidente. O Senador Mão Santa está querendo provar a todos nós que o mundo é plano. Sou mais nostálgico, continuo achando, Senadora Heloísa Helena, que o mundo é um moinho, e os fatos recentes comprovam. São 15 horas e 46 minutos, o

Presidente está cumprindo uma brilhante agenda no exterior. O PT está transformando o mundo no Brasil, e há só um Senador do Partido do Governo no plenário, que vem todos os dias defendê-lo. Ninguém mais! O PT não se preocupa mais com conceito, com honra, em se defender, com nada! Estão todos nos Ministérios, trocando os cargos, ou na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, brigando por verbas. Aquela ideologia que motivou V. Ex^a a levar a Igreja às ruas, romper com a Alca, com o FMI, ninguém defende mais. E aí está o Presidente querendo imitar o Juscelino. Tomara que ele tenha cuidado com os outros capítulos da novela. É lamentável esse ocaso que o Partido dos Trabalhadores vive, antes mesmo do pleito eleitoral. O Senador Jefferson Péres foi elogiado ontem devido a uma defesa apaixonada que fez do Rio Janeiro – inclusive, o articulista reclama pelo fato de a defesa não ter sido feita pela própria Bancada –, mas é um direito da indignação, meu caro Senador. O que está ocorrendo hoje no Rio é apenas um cartão postal do que está acontecendo no Brasil inteiro. Apesar de V. Ex^a ser uma pessoa que se fez no movimento rural, tenho certeza de que não concorda com o que está ocorrendo – e digo isso muito à vontade, porque não tenho um palmo de terra para entrar em conflito dessa natureza. É a insegurança que está reinando, meu caro Senador. De qualquer maneira, louvo V. Ex^a por estar aqui, cumprindo seu dever. Que V. Ex^a sirva de exemplo, que seus companheiros venham para cá, afinal de contas este Governo precisa ser defendido. E não é justo que fiquem apenas V. Ex^a e o Senador Tião Viana, como vozes isoladas, defendendo um Governo em cuja recuperação espero que V. Ex^a ainda acredite. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, é só para concluir de vez. Agradeço o aparte ao Senador Heráclito Fortes, que me tem ajudado e orientado nesta Casa. Como brincamos no Acre, quando uma pessoa é recém-chegada, é novata, é arigó. Arigó é o nordestino que chegou à Amazônia pela primeira vez e estava todo atrapalhado no meio daquela mata. V. Ex^a tem me ajudado muito neste meu primeiro mandato. Mas é claro que, em relação ao Governo, o que faço aqui não é por dever de ofício, mas por convicção. Vejo com muita convicção que valeu a pena o Brasil ter escolhido o Presidente Lula para a chefia de Governo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, lembro a V. Ex^a que hoje não é sexta-feira nem segunda, quando os Parlamentares geralmente vão para suas bases; hoje é quinta-feira, e não há ninguém do PT aqui, nenhum Senador, excetuando-se V. Ex^a, pelo menos para compor o cenário, para a TV Se-

nado mostrar que estão aqui defendendo o Presidente a quem deram o direito de governar o Brasil.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – As ocupações são muitas, ainda mais hoje, com tantas coisas que estamos fazendo.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – No que é que estão ocupados?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nas CPI.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Perdoe-me V. Ex^a, mas, na CPI, estão deixando o pobre do Ministro Antonio Palocci entregue às feras.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não estão, V. Ex^a sabe. Estão lá, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Sibá Machado, eu gostaria que V. Ex^a concluísse seu pronunciamento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Não a peço pela ordem, mas para uma questão de ordem. Encontro-me inscrito...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, deixe-me concluir, estou no meio de um discurso. Vou encerrar, Senador...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, não peço a palavra pela ordem, mas para uma questão de ordem. O orador, na tribuna, pode ser interrompido, para que outro fale para apresentar uma questão de ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador, estou com a palavra. Nunca fiz isso com Senador nenhum! Vou pedir esse respeito! Nunca interrompi um Senador nessas condições.

Vou encerrar, Sr. Presidente, mas peço a V. Ex^a que garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em um instante, o Senador encerra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Nesta semana, assim como em todo o período extraordinário, os Presidentes aceitaram. Essa regra tem de mudar agora? Não vou aceitar que isso seja feito comigo!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Sibá, quero que V. Ex^a termine. Depois, concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Pedi a V. Ex^a um aparte muito breve.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, insisto: exijo a questão de ordem. Não peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com licença, eu gostaria de pedir a compreensão do Senador Aloizio Mercadante, para que deixássemos o Senador Sibá Machado encerrar logo. Do contrário, será criada a polêmica. Com isso, poderei passar a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, o Regimento Interno autoriza a interrupção da palavra do orador da tribuna quando se trata de uma questão de ordem. E a questão de ordem que quero apresentar, Sr. Presidente, e já a faço, é exatamente para que se cumpra o Regimento Interno, pois o orador está na tribuna como Líder, tem direito a apenas cinco minutos e se encontra na tribuna há não menos de trinta minutos. Há outros oradores inscritos, a exemplo de mim pessoalmente. Preciso falar. Essa é a questão de ordem que quero fazer, para que se cumpra o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a tem razão. Peço ao Senador Sibá Machado que conclua, porque seu tempo já chegou a vinte minutos. Já houve uma tolerância de quinze minutos. Peço que V. Ex^a conclua, para que eu possa conceder a palavra ao próximo orador, o Senador Jefferson Péres, que também já está aguardando há bastante tempo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Quero fazer só um pequeno aparte, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com todo prazer, Senador.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Estamos em três Senadores do PT, e há apenas um Senador do PFL. É coisa da democracia. Isso acontece no plenário.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, vou insistir na questão de ordem, porque não é possível uma coisa dessa!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para lembrar que, se eu não falasse, esticasse os apartes anteriores, a sessão teria caído. A sessão teria caído!

Eu vim para cá, sentei aqui e esperei pacientemente, porque, senão, a sessão teria caído. Portanto, se o Senador tinha tanta pressa de falar, que chegasse aqui mais cedo!

Por favor, peço que respeite a minha palavra! Não vou fazer em respeito a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos demais colegas que aqui estão. Só não aceito esse tipo de interrupção, porque ela não é justa comigo.

Mas, Senador Jefferson Péres, em homenagem a V. Ex^a, encerro meu pronunciamento. Agradeço a tolerância que teve comigo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho, pela ordem de inscrição.

Em seguida, falará o Senador Almeida Lima.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Almeida Lima, quero ater-me ao tempo regimental de cinco minutos, não mais do que isso. Temos de dar bons exemplos neste País, cheio de maus exemplos, que começam na Presidência da República.

Enquanto o Presidente, em Londres, pinta um País róseo, qual é a realidade aqui dentro? Ele próprio deveria responder a um processo de *impeachment* aqui, porque foi conivente com todo esse escândalo de corrupção, mas não sofrerá absolutamente coisa nenhuma e ainda está dando entrevistas ao **The Economist**, escrevendo artigos no **The Guardian**, pintando um quadro panglossiano de um País que, no entanto, está mergulhado em crise permanente.

Vejamos, Sr. Presidente: ontem, a Câmara dos Deputados absolveu dois Deputados. Hoje, ouvi um membro do Conselho de Ética dizer que não tem mais nada a fazer ali, porque está fazendo papel de bobo. E está mesmo. E o Senado? É melhor? Há quatro meses, o Conselho de Ética do Senado não se reúne, e há fatos graves contra Senadores.

Hoje, por insistência minha, o Conselho foi convocado para as 9 horas. Fiquei lá esperando até 9h30. Não houve quórum. O Senado não quer punir ninguém, não quer apurar nada, nenhuma acusação contra Senadores. A imprensa está calada, e não sei o porquê. Não quero condenar ninguém, não. Quero que se apure! Mas não apuram. O Conselho de Ética do Senado está inerte há quatro ou cinco meses.

Sobre a verticalização, o Congresso não respeita a Constituição. O Congresso quer quebrar a regra constitucional de um ano para mudança nas regras eleitorais. Vota uma verticalização, mudando a Constituição, e quer impingir ao Tribunal Superior Eleitoral essa mudança.

O Presidente está em Londres, e o Rio de Janeiro está conflagrado, como mostrei indignado há dois

dias. O Exército ocupa uma cidade do País em plena paz, sendo debochado pelos narcotraficantes, que fazem gestos obscenos para os soldados, que atiram, que desafiam as Forças Armadas. E daqui a um mês? Quanto vai durar essa ocupação? Um mês? Quando se retirar o Exército de lá, voltará tudo ao que era: o império do narcotráfico dominando a segunda maior cidade do nosso País.

Este é um País de fancaria, Sr. Presidente. O Supremo Tribunal Federal está reunido, hoje, para julgar mandado de segurança de quatro magistrados aposentados que querem continuar percebendo mais do que os Ministros do Supremo Tribunal Federal. E a imprensa informa que desembargadores nos Estados ganham mais de R\$30 mil e que membros do TCE de Minas Gerais ganham mais de R\$50 mil. E o Supremo está reunido para apreciar se isso é constitucional ou não.

Sr. Presidente, o que diz o art. 17 das Disposições Constitucionais Transitórias do nosso País? Não se trata de emenda constitucional, não, senhores! Isso foi colocado lá pelo constituinte originário, em 1988.

Vejam, vou ler duas vezes, para que os Senadores compreendam bem o texto.

O art. 17 das Disposições Constitucionais Transitórias fala dos vencimentos, da remuneração. E remuneração abarca tudo, Sr. Presidente, o vencimento base e tudo o mais. Mas, não satisfeito, o Constituinte escreveu:

Art. 17. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição [ou seja, além do teto, e o teto é o vencimento do Ministro do Supremo Tribunal Federal, de R\$24 mil] serão imediatamente reduzidos [por ato administrativo] aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Se um funcionário do Senado, seja de onde for, ganhar mais de R\$24 mil, o Presidente do Senado tem de determinar que só pague até esse teto. Está aqui: “Serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo [ouçam, Srs. Senadores], neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título”. Não há direito adquirido para percepção de vencimentos além de R\$24 mil. Não há exceção, não há penduricalho, não há vantagem pessoal, não há nada. O limite de remuneração neste País é de R\$24 mil para qualquer servidor público. A Constituição é jogada no lixo, e o Supremo está reu-

nido para deliberar se os juízes que ganham mais de R\$24 mil têm ou não direito.

Sr. Presidente, este é um País surrealista, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador Jefferson Péres, por ter respeitado o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, que trago escrito na tarde de hoje, quero fazer uma alusão ao que acabamos de assistir há poucos instantes.

É lamentável, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o nosso nobre colega Senador Sibá Machado, na condição de Líder, chegou ao plenário da Casa e, até mesmo por essa condição – que é um direito legítimo, reconheço –, peça a palavra e, automaticamente, suspenda-se a fala de todos os oradores, que se inscreveram com 24 horas, 48 horas de antecedência. Aquele é um direito de S. Ex^a, reconhecemos. E não me opus a esse direito, eu me opus ao abuso do exercício desse direito, pois o tempo regulamentar é de cinco minutos e, convenhamos, Senador, V. Ex^a já estava na tribuna há mais de 30! Aliás, esse tempo foi usado para mostrar que o Governo tem um belo programa de distribuição de renda, a exemplo do maior lucro que ele tem dado, durante toda a história deste País, aos banqueiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma pergunta invadiu a minha mente desde ontem: quem perdeu a vergonha?

Ontem, quarta-feira, a ampla maioria da Câmara dos Deputados deixou de cassar os mandatos dos Deputados Roberto Brant, do PFL, e do Professor Luizinho, do PT, como antes já havia feito também com o Deputado Romeu Queiroz, do PTB, por entender que o fato de eles terem recebido e usado dinheiro sujo de Marcos Valério não se constitui quebra do decoro parlamentar.

Pela Constituição Federal, art. 45, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo. Como se sabe, naquela Casa Legislativa, não existe um único Deputado que não tenha sido escolhido e eleito pelo povo no exercício de sua soberania popular por meio do voto direto, secreto e universal. O que vale dizer: todo o povo brasileiro maior de 16 anos, sem distinção de raça, sexo, crença ou estatuto social, exerceu plenamente, sem coação, o direito de escolher e votar naqueles que acharam que deveriam lhe representar. Portanto, é sabido que, na Câmara dos Deputados, não existe nenhum bastardo. Todos são

legítimos representantes do povo. A composição da Câmara Federal é, por conseguinte, uma fotografia do próprio povo brasileiro. Para ser mais claro: quem dispuser de uma foto dos 513 Deputados Federais está com a foto de todo o povo brasileiro.

Mas, diante do descalabro em que se vem constituindo a vida nacional, agravado mais ainda durante o atual Governo do Presidente Lula pelo grande oceano de lama que está proporcionando ao Brasil e ao mundo, é de ser perguntar: quem perdeu a vergonha, parte da classe política ou parte do próprio povo brasileiro?

É fato que parte da classe política perdeu completamente a vergonha, mas é fato também que parte do povo brasileiro é responsável por toda essa situação, até porque perdeu a capacidade de se indignar, de se revoltar e de reagir.

Mas não se pode admitir que a sociedade civil brasileira, por meio dos seus segmentos mais expressivos, como a imprensa, as igrejas, os sindicatos, os empresários, os estudantes, os intelectuais e artistas, os profissionais liberais, todos por si e pelos seus órgãos de representação, continue omissa diante de tanta bandalheira, sem qualquer reação, o que nos leva a indagar: a omissão é o sintoma da convivência com a imoralidade que se pratica no País ou é o sintoma da letargia geral diante da vulgarização a que chegou a corrupção no País? Se assim for, é o caos total, e aí só resta concluir que está tudo acabado, está tudo perdido, o descaramento tomou conta do Brasil.

É urgente que o povo brasileiro seja despertado desse estado patológico, desse sono profundo, dessa indiferença, dessa apatia e inércia. É urgente reagir antes mesmo do dia 1^o de outubro, sob pena de, naquela data, ser tarde demais. A persistir a apatia da sociedade civil organizada, somada à incapacidade de mobilização dos setores da classe política, que é contrária a toda essa patifaria, o povo brasileiro fará outro julgamento popular equivocado, como fez ao eleger esse Governo e este Parlamento. Ainda é hora de reagir.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Heloísa Helena, vou conceder a palavra, por cinco minutos, para aqueles que desejarem fazer comunicações inadiáveis.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, como sou a terceira inscrita...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – É porque só está V. Ex^a presente. Então, vou chamar o Senador Paulo Paim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E o Senador Suplicy? Não estava inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – S. Ex^a quer aguardar para falar depois, no segundo expediente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, sugiro, agradecendo da coração a sua delicadeza, que V. Ex^a chame outro em meu lugar, porque certamente a Ordem do Dia não vai começar agora. Então, V. Ex^a poderia chamar o próximo inscrito ou alguém que estivesse inscrito para falar pela Liderança, para possibilitar que possamos falar também.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está bem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Vai haver Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não vai haver, não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não houve acordo e não vai haver Ordem do Dia. Então, inscrevo-me depois que V. Ex^a anunciá-la.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

Ofício nº 002/2006 – GLDBAG – PRESID

Brasília, 21 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que estamos indicando a Senadora Ideli Salvatti como Líder do Bloco de Apoio ao Governo, para a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a partir desta data.

Atenciosamente,

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2006

Altera a redação do inciso IV do art. 7º e § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ao salário mínimo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação, exceto às pensões e aposentadorias previstas no art. 201. (NR)”

“Art. 201

§ 4º – É assegurado o reajustamento, na forma prevista no artigo 7º, inciso IV desta Constituição Federal, dos benefícios para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em Lei. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde 1º-3-1991, quando ficou estabelecida a desvinculação das aposentadorias ao salário mínimo, começaram a ocorrer defasagens, que somam até o ano de 1994 um total aproximado de 20%.

As diferenças praticadas entre o aumento do salário mínimo e aquele concedido aos aposentados na última década foram:

- Em 1995 – 42,86% estendidos aos aposentados
- Em 1996 – 12% para o mínimo e os aposentados ganharam 15% (3% a mais)
- Em 1997 – 7,14% para o mínimo e 7,76% para aposentados (0,62% a mais)
- Em 1998 – 8,33% para o mínimo e 4,81% para aposentados (3,52% menos)

- Em 1999 – 4,61% estendidos aos aposentados
- Em 2000 – 11,03% para o mínimo e 5,81% aposentados (5,22% menos)
- Em 2001 – 19,21% para o mínimo e 7,66% para aposentados (11,55% menos)
- Em 2002 – 11,11%, para o mínimo e 9,20% para aposentados (1,91% menos)
- Em 2003 – 20% para o mínimo e 19,71% para aposentados (0,19 menos)
- Em 2004 – 8,33% para o mínimo e 4,53% para aposentados (80% menos)
- Em 2005 – 15,38% para o mínimo e 6,35% para aposentados (9,03% menos)
- Em 2006 as projeções são de 16% para o mínimo e 5% para os aposentados (11% menos)

A perda até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chega a 60%. Se o reajuste de 2006 ficar em tomo de 5%, o salário mínimo referente ao pagamento do INSS passará a valer R\$196,65, e o percentual de perda subirá para 78%.

Se isto não mudar, muito em breve todos os aposentados estarão ganhando somente um salário mínimo, o que, com certeza, não permitirá que eles vivam com dignidade.

Com isso, fica demonstrado que a partir de cada ano mais gente passou a ganhar o salário mínimo em detrimento do número de salários que ganhavam no ato da aposentadoria.

A aposentadoria é sem dúvida um momento especial, delicado e o futuro que com ela se avizinha é crucial.

O Sesc em sua edição “A Terceira Idade” salientou muito bem que a defasagem nos proventos provoca o empobrecimento progressivo dos aposentados e pensionistas e, por sua vez, gera a perda da autoestima, o desrespeito familiar e social e a diminuição da qualidade de vida.

Estejam certos de que, por mais difícil que fosse para o País conceder aos aposentados os seus direitos, é mais difícil para eles suportar as dificuldades que enfrentam mês a mês vendo seus ganhos diminuírem de tal forma que não sobram perspectivas para nada.

Pensem por um minuto apenas, se cada um de nós ao se aposentar fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto que o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento tomaria conta de nós? No mínimo, o desespero.

Enquanto existem sobras nos vencimentos, o desespero é menor e por isso para algumas pessoas é tão difícil imaginar tais dificuldades. Mas, e quando já não sobra nada? Tirar de onde? Correr pra onde?

A aposentadoria apresenta-se como um dos direitos que a população idosa tem acesso, que é a garantia de renda quando da perda da capacidade laborativa. Entretanto em regiões e classe social com menor poder aquisitivo, este benefício tem se constituído na única fonte de renda das famílias.

E quanto aos números da Previdência?

Temos denunciado exaustivamente ao longo dos anos que o propagado déficit não resiste há uma confrontação com dados do próprio Orçamento Geral da União, no qual o Orçamento Fiscal vem sendo regularmente suplementado com recursos desviados do Orçamento da Seguridade Social.

Um estudo elaborado a partir de 1999 pela ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social) mostra, com riqueza de detalhes as datas, as leis, os valores e os órgãos para os quais foram desviados, durante o período de 1999 a 2004, quarenta bilhões de reais de recursos originalmente destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

Esse estudo da ANFIP deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes da República, como também dos três níveis de governo.

Com rubricas de destinação específica, como “Ministério do Planejamento”, ou de forma menos específica, “Diversos órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário”, diversas leis tiveram a aprovação desta Casa. Em 1999 foram desviados exatos R\$3.310.004.643,07 (três bilhões, trezentos e dez milhões, quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e sete centavos).

A sangria prosseguiu nos anos seguintes: em 2000 foram R\$2,6 bilhões; em 2001 R\$13,2 bilhões; em 2002 R\$13,6 bilhões; em 2003 R\$7,8 bilhões e em 2004 R\$10,2 bilhões. Portanto, neste período foram desviados R\$40.115.911.406,74 (quarenta bilhões, cento e quinze milhões, novecentos e onze mil, quatrocentos e seis reais e setenta e quatro centavos).

A Seguridade Social vem apresentando superávit ao longo dos anos, é o que comprovam os dados do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que constam no site da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência.

Diante destes dados não podemos nos eximir da responsabilidade de praticar justiça em relação aos aposentados do nosso País. A proposta que ora apresento vem garantir a vinculação definitiva e o di-

reito a uma vida digna após longos anos de trabalho pelo bem do nosso País.

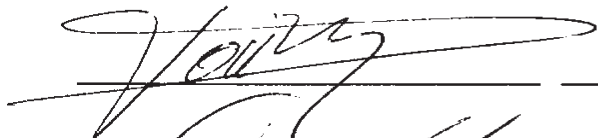
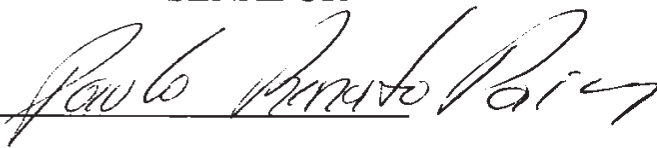
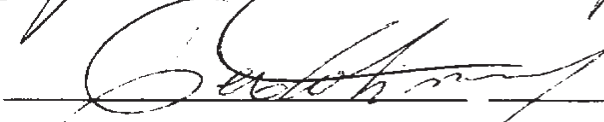
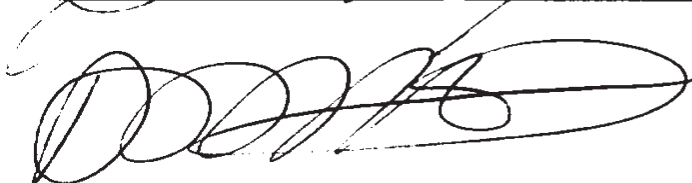
Quando olho para a caminhada que percorri até os dias de hoje, relembro com orgulho meus dias como metalúrgico, o mesmo orgulho que vocês devem sentir em se saber cumpridores da sua labuta diária, o mesmo orgulho que eu vi nos olhos dos aposentados que marcharam rumo a Brasília no dia 14 de abril, pedindo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58/2003.

E aqui eu faço um chamado também aos trabalhadores da ativa, para que botem a mão na consciência e despertem para o fato de que esta luta diz respeito a vocês também, aos futuros aposentados. Lembrem-se de que aquilo que atinge nossos aposentados hoje, aguarda por vocês amanhã.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

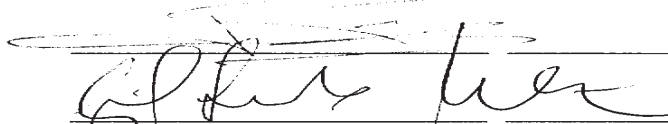
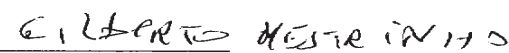
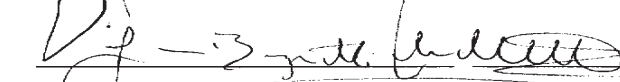
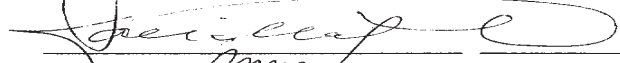


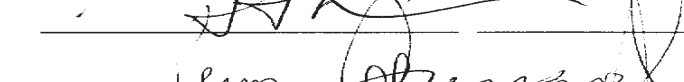

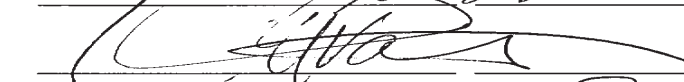
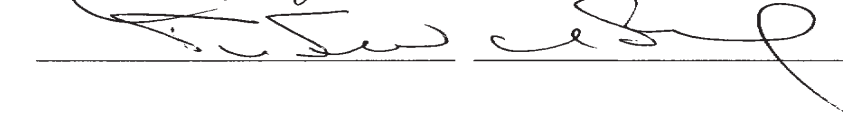
ASSINATURA

SENADOR

ASSINATURA

SENADOR

Cont. da PEC que altera os arts. 7º e 201 da Constituição Federal.

ASSINATURA

SENADOR

D. A. de

D. A. de

Malvina de

Malvina de

M. de

M. de

S. de


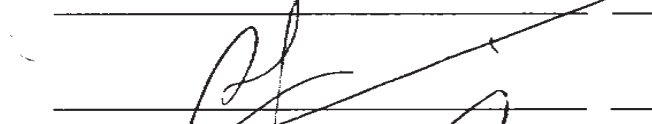


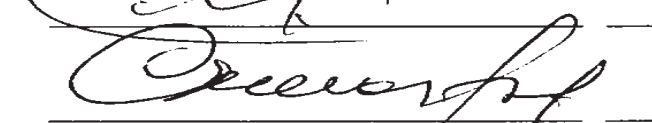
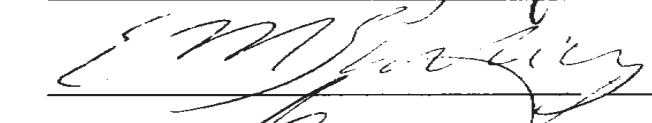
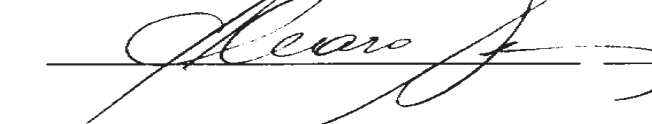
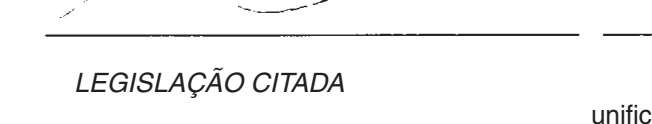
S. de

S. de

GILBERTO MESTRINHO
(MARCO MAGEC)

S. de

Cont. da PEC que altera os arts. 7º e 201 da Constituição Federal.

ASSINATURA	SENADOR
	
	
	
	
	
	
	
	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade e, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 20. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de

ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-03)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/018/2006

Brasília, 7 de março de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Valdir Raupp, ao Projeto de Lei do Senado

nº 462, de 2003, de Sua Excelência o Senhor Senador José Jorge que, "Altera o § 1º e o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. (Para regulamentar a educação à distância)."

A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação.

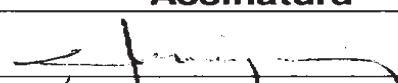

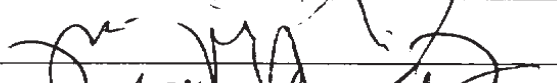

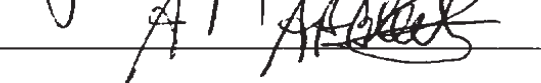
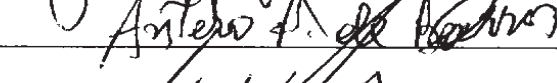
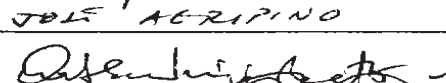
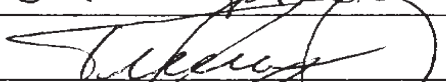

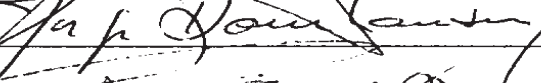

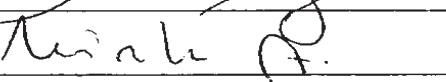


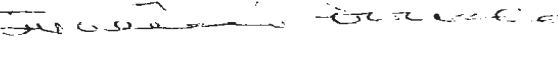

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 251, DE 2006

Requeremos, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 24 de junho de 2006, bem assim o valor de R\$170.000,00 (cento e mil reais) para funcionamento da CPI.

Sala das sessões, 9 de março de 2006.

	Senador	Assinatura
1	EFENIO NEVES	
2	Antônio Carlos Magalhães	
3		
4	Antônio A. de Barros	
5		JOSÉ AGRIPINO
6	Arthur Virasílio	
7	Rouven J. V.M. d.	
8	JAUO CARVALHO	
9	JORGE BORNHAWSEN	
10	Leonel Beran	
11	EDUARDO AZEVEDO	
12	CRISTIAN	Mirak A.
13	MOZAMILDO	
14	Alfredo Sobrinho	
15		

	Senador	Assinatura
16	HELOISA HELENA	Helôisa Helena
17	Márcio Marinho	Márcio Marinho
18	FLEXA RIBEIRO	Flexa Ribeiro
19	Mário Amato	Mário Amato
20	RODOLPHO TOURINHOU	Rodolpho Tourinho
21	GARIBALDO ARAÚJO	Garibaldi Araújo
22	Marcelo Gurgulinski	Marcelo Gurgulinski
23	Heráclito Fortes	Heráclito Fortes
24		ROSEANA SARNEY
25		WILLIAM CRUZ STOLME
26	GILBERTO MESTRINHO	GILBERTO MESTRINHO
27	MÁRIO MARICEL	MÁRIO MARICEL
28	TASSO JERISSATI	Tasso Jerissati
29	GERALDO MESQUITA	GERALDO MESQUITA
30		GERALDO MESQUITA

	Senador	Assinatura
31	DEMÓSTENES TOULOU	Demóstenes Toulou
32	Antônio Carlos Veloso	Antônio Carlos Veloso
33	João Baptista Pimenta	João Baptista Pimenta
34	JUIZ PONTES	Juiz Pontes
35	PEDRO SIMON	PEDRO SIMON
36	JOSÉ HENRIQUE	JOSÉ HENRIQUE
37	Luiz Vaz	Luiz Vaz
38	Leandro Pinheiro	Leandro Pinheiro

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno. Será publicado para que produza os efeitos devidos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 252, DE 2006

Requeiro, nos termos do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso do “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”, que ocorrera no dia 21 de março. A comemoração dessa data, no Brasil, não pode se furtar a enaltecer a atuação do ex-membro do Congresso Nacional, Senador Abdias Nascimento, primeiro afro-brasileiro a defender, no Congresso Nacional, os direitos humanos e civis dos negros. Precursor do movimento negro no Brasil, e das ações afirmativas, apresentou o primeiro projeto de lei propondo políticas públicas de igualdade racial, que chamou de ação compensatória, e submeteu à apreciação dessa Casa projeto de lei que definiu o racismo como crime de lesa-humanidade. Solicito ainda que, observadas as formalidades regimentais, a homenagem seja devidamente comunicada ao Senador Abdias Nascimento, que completará 92 anos dia 14/03 do corrente, como reconhecimento pela sua luta, que a cada dia encontra respaldo na história desse país.

Justificação

Aproxima-se o “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”, e entidades do movimento negro de todo Brasil organizam justas manifestações que, no Brasil, não podem acontecer sem a merecida lembrança daquele que introduziu a questão racial no debate político nacional, o ex-senador Abdias Nascimento. A data foi criada pela Resolução nº 2.506, de 21-11-1969 da ONU, em homenagem aos monos no massacre de Shaperville, África do Sul. Em 1960, na cidade de Joanesburgo, 20 mil negros estavam protestando contra a lei do passe, que obrigava as pessoas a andarem com cartões de identificação, que estabeleciam locais por onde elas podiam ou não passar. Apesar de pacífica, a manifestação teve um fim trágico: a polícia atirou na multidão e deixou 69 mortos e 186 feridos. Desde então adotou-se o dia 21 de março para mobilização e reflexão contra a intolerância racial e pela liberdade de expressão.

Entre um grupo muito seletivo de grandes nomes, o movimento negro tem um militante incansável no Brasil:

Abdias Nascimento, que dedicou sua vida à missão de denunciar e combater toda e qualquer forma de racismo e preconceito, além de propor políticas públicas e de ação afirmativa. Pautou sua atuação partidária no sentido de introduzir o debate da questão racial, insistindo no compromisso específico com a população afrodescendente. De volta do exílio, Abdias Nascimento se torna Deputado, participa da fundação do PDT – Partido Democrático Trabalhista, e introduz a questão racial no programa do partido, que se destaca como a primeira agremiação a estabelecer formalmente esse compromisso, inscrevendo-o como prioridade programática. O PDT foi o primeiro partido brasileiro a criar uma estrutura interna dedicada à luta contra a discriminação racial. A criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT significou entregar aos próprios negros a condução de suas propostas e políticas específicas. Não por acaso, o PDT também foi o primeiro partido a nomear secretários de estado negros, incentivar candidaturas afro-brasileiras, e criar metas de participação política dos afrodescendentes. Abdias Nascimento tem participação decisiva na formação de entidades afro-brasileiras e do movimento negro nacional. Mobilizando negros de diversas regiões do país, enfrentou os desafios da repressão e criou o MNU – Movimento Negro Unificado, o Memorial Zumbi, trazendo para a pauta do Congresso as questões da desapropriação de terras de comunidades-quilombos, o questionamento do 13 de maio e a definição do dia 20 de novembro, como o Dia Nacional da Consciência Negra. Participou da criação da Comissão do Centenário da Abolição da Escravatura, no Ministério da Cultura, que veio a perpetuar-se, com a sua transformação em um órgão permanente, a Fundação Cultural Palmares.

A luta pela erradicação da discriminação racial no Brasil se confunde com a atuação de Abdias Nascimento, e se projetou internacionalmente quando atuou de forma intensa pelo fim das relações do Brasil com o regime racista de apartheid na África do Sul e pela independência da Namíbia, além da dimensão internacional dessa militância conseguida nos Congressos de Cultura Negra das Américas.

O Brasil experimenta intenso crescimento nos movimentos negros e a questão racial comemora grandes conquistas, reconhecimento, legitimidade e apoio, constando de dispositivos Constitucionais, ações governamentais, políticas públicas, premiações, monumentos, seminários, congressos, estudos, se incorporando a grupos como o movimento sindical, de mulheres, e Abdias Nascimento, concomitantemente, tem recebido inúmeras homenagens, registrando apenas a da Presidência da República, quando completou 90 anos, considerando-o “maior expoente brasileiro na luta in-

transigente pelos direitos dos negros no combate à discriminação, preconceito e ao racismo”, em 21 de março de 2004.

Pelas razões expendidas, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 253, DE 2006

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Art. 258, do Regimento Interno, requeremos a tramitação conjunta dos Projetos PLS 164/2003, PLS com o Projeto PLc 01/2006, por versarem sobre matérias semelhantes.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 254, de 2006

Retirada de Projeto.

Nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, “b”, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2006

Altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º, do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida em regime inicialmente fechado, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido pelo menos metade dela, se primário, e dois terços, se reincidente, e seu mérito indicar a progressão. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O aumento sistemático e vertiginoso da criminalidade, principalmente o experimentado nas últimas duas décadas, tem preocupado o povo brasileiro. Tanto assim que a segurança pública é sempre lembrada, em qualquer pesquisa de opinião, como uma das áreas mais sensíveis dos governos.

Autoridades e estudiosos têm se debruçado incansavelmente sobre o tema na busca de instrumentos capazes de solucionar, ou pelo menos minorar, o problema.

A conduta humana, tipificada como criminosa, recebe variados graus de reprovação e dentre os crimes que provocam maior repugnância estão, sem dúvida, aqueles chamados hediondos. Sensível a isso o constituinte 87/88 fez constar no inciso XLIII, do art. 5º da Carta Magna o seguinte:

“a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos...

Em decorrência do mandamento constitucional foi promulgada, em 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.072, dispondo sobre os crimes hediondos, que, entre outras providências determinou o cumprimento da pena para os crimes nela definidos “... integralmente em regime fechado”.

Recentemente (23-2-2006) o Supremo Tribunal Federal decidiu, no HC 82.959, por apertada maioria (6/5) de votos, pela inconstitucionalidade do parágrafo

fo que se busca alterar com o presente PLS, sob o entendimento de que a disposição nele contida viola o dispositivo constitucional que garante a individualização da pena.

A decisão, que deverá passar pelo crivo desta Casa para que seja suspensa sua execução, conforme determina o art. 52, inciso X, da Constituição Federal, certamente será acompanhada pela esmagadora maioria dos magistrados brasileiros. Com essa interpretação, pelo menos no que tange á execução penal, autores de crimes hediondos terão o mesmo tratamento dispensado aos criminosos comuns. Dora-vante, desiguais serão vistos com os mesmos olhos – e sem vendas – em frontal subversão ao mais elementar conceito de Justiça.

Busco, com o presente PLS, restabelecer, ainda que parcialmente, a alquebrada lei dos crimes hediondos, sanando, claro, o vício de inconstitucionalidade apontado pelo Supremo Tribunal Federal.

Em primeiro lugar a propositura determina que a pena por crime hediondo será cumprida em regime inicialmente fechado, independentemente do *quantum* aplicado. Por ser o crime hediondo, como já dito em linhas passadas, de maior potencial ofensivo, entendo que mesmo quando a pena seja inferior a oito anos há que se fazer distinção destes crimes com aqueles considerados “comuns”. É intolerável que um autor de crime hediondo receba uma pena restritiva de direitos ou, se lhe for aplicada pena privativa de liberdade, comece a cumpri-la em regime aberto ou semi-aberto.

Quanto á progressão para regime menos rigoroso, forma de individualização da pena, o projeto estabelece que ela se dará após o cumprimento de pelo menos metade da reprimenda, quando o apenado for primário, e de dois terços quando reincidente.

Diferencio o primário do reincidente buscando atender as diretrizes da política criminal adotada no Brasil. A reincidência é observada para a aplicação de vários dispositivos do Código Penal, como, por exemplo, para se estabelecer o regime inicial de cumprimento de pena (art. 33, § 2º); para substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito (art. 44, II e § 3º); para agravar a pena (art. 61, I); para a concessão de *sursis* e livramento condicional (arts. 77, I e 83, I e II); como causa de interrupção da prescrição (art. 117, VI) etc.

Vejo, portanto, como cabível e necessário diferenciar o condenado primário do reincidente. A iniciativa é, sem dúvida, também uma forma a mais de individualização da pena.

Por fim, além do critério objetivo, proponho, que o juiz, para conceder a progressão, analise o mérito o condenado.

Assim senhores parlamentares, estou certo de que a determinação constitucional que exige a individualização da pena está, de sobra, contemplada no presente projeto e por isso concito Vossas Excelências a aprová-lo.

Sala das Sessões, 9 de Março de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

.....
XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

.....
Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

- I – anistia, graça e indulto;
- II – fiança e liberdade provisória.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

.....
O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 49, DE 2006**

Denomina “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho” o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se “Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Aeroporto de Jacarepaguá é um dos sessenta e seis aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e um dos três localizados na cidade do Rio de Janeiro. A presente iniciativa pretende acrescer à denominação desse aeroporto o nome de um ilustre brasileiro, morto em 6 de agosto de 2003, aos 98 anos de idade – o jornalista Roberto Marinho, cujo talento e notável visão empreendedora determinaram o sucesso das Organizações Globo, o maior complexo de comunicações da América Latina.

A escolha do Aeroporto de Jacarepaguá para a homenagem tem especial significado. Além de ser o Rio de Janeiro a cidade natal do homenageado, o bairro carioca onde se localiza o aeroporto abriga também o megacomplexo de estúdios de gravação e demais instalações integrantes da Central Globo de Produções para televisão, o chamado Projac. Símbolo incontestado do poderio das Organizações Globo, o Projac é o maior centro de produção digital do mundo, concentrando em suas instalações infra-estrutura, tecnologia e processos capazes de produzir – ininterrupta e simultaneamente – dramaturgia, shows e transmissões ao vivo.

O jornalista Roberto Marinho teve existência longa e fecunda. Cumpriu quase cem anos de vida, marcada pela dedicação ao trabalho e ao desenvolvimento do

Brasil. Manteve atividade profissional e empresarial intensa e plena de realizações. Jornalista acima de qualquer outra qualificação, iniciou-se na profissão em 1925, quando, aos 21 anos, herdou do pai, também jornalista, o pequeno e recém-projeto de lei do Senado nº 49, de 2006

O primeiro passo foi a consolidação de O Globo. Cumprido esse objetivo, Roberto Marinho investiu na ampliação e diversificação das atividades. Em 1944, inaugurou os transmissores da Rádio Globo. Em 1954, construiu nova sede para o jornal e modernizou os equipamentos de impressão, viabilizando o aumento da tiragem. Em 1965, fundou a TV Globo.

Enquanto colocava em operação novas rádios AM e FM em vários pontos do território nacional, Roberto Marinho avançou no processo de estruturação da Rede Globo de Televisão. A partir de cinco emissoras básicas, com centenas de retransmissoras, formava-se uma rede cuja cobertura estendia-se, paulatinamente, por todo o território nacional. A criação da Rede Globo de Televisão, relevante organização de comunicação do País, foi, sem dúvida, sua façanha mais vitoriosa e sua conquista mais notável.

Outras empresas foram sendo sucessivamente agregadas ao complexo empresarial Globo. Este é o caso da Rio Gráfica S.A., da Globo Vídeo, da Globo Filmes, da Globotec, da Globo Computação, da Editora Globo, da Globo Agropecuária, da Som Livre e do Sistema Globo de Gravações Audiovisuais.

Sempre inspirado por sua extraordinária visão de homem público, em 1977 criou a Fundação Roberto Marinho, notável por sua atuação no campo cultural e educativo. A Fundação que leva o nome do ilustre jornalista foi responsável pela edição de livros e obras de grande valor, pela restauração de inúmeras construções do patrimônio histórico brasileiro – iniciativa decisiva para a preservação da memória nacional, pela promoção e apoio ao esporte amador, e pelo pioneirismo na área da educação a distância no Brasil, graças a que, por meio dos tele cursos de 1º e 2º graus, milhares de brasileiros tiveram acesso ao ensino básico.

Eis a dimensão do legado do grande jornalista e empresário que pretendemos homenagear. Certos de que a vida de Roberto Marinho será sempre referência e inspiração para as gerações de brasileiros que acreditam no Brasil e lutam por um País melhor, esperamos que a proposta possa receber a acolhida dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Edison Lobão**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia será apreciada na sessão da próxima terça-feira, dia 14 de março.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005.)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005;

e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.
Prazo final: 13-4-06

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.
Prazo final: 14-4-06

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.
Prazo final: 25-4-06

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005.)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001,

instituindo a **Carreira do Seguro Social**; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a **Carreira de Perícia Médica da Previdência Social** e dispõe sobre a remuneração da **Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS**, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a **Gratificação Específica do Seguro Social – GESS**; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das **Fundações Públicas Federais**; e fixa **critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP**.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-06

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(*Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005.*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-06

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(*Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005.*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá
Prazo final: 28-4-06

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(*Votação nominal, se não houver emendas.*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

13

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, agradeço a V. Ex^a e à Senadora Heloísa Helena pela atenção e por permitirem minha inscrição. Agradeço também ao Senador José Jorge. S. Ex^a está inscrito para falar na CPI neste momento, por isso fez uma permuta comigo esta tarde.

Eu gostaria de dizer ao Senador Heráclito Fortes que não há procedência na informação que deu há pouco. De maneira alguma deixamos o Ministro Antonio Palocci sem guarida na CPI dos Bingos. V. Ex^a, se estiver acompanhando tudo o que lá se passou, sabe que eu há pouco fiz uma argüição sobre todos os episódios, sendo seguido pelo Senador Tião Viana. Como eu tinha a responsabilidade de fazer um pronunciamento que considero relevante e importante, vim também cumprir a minha missão como Senador, na tribuna do Senado, para depois voltar lá.

Portanto, estamos trabalhando, sim, intensamente e V. Ex^a sabe que, às vezes, temos que ser dois, três, quatro ou cinco Senadores ao mesmo tempo, numa única pessoa. Essa operação de multiplicação da própria pessoa V. Ex^a muitas vezes também faz e era o que estava ocorrendo comigo: como eu estaria lá e, ao mesmo tempo, cumpriria o dever de fazer o pronunciamento aqui?

Eu apenas queria transmitir essa informação a V. Ex^a e, se puder, faça a gentileza de ouvir a minha palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a, como um lorde e tendo me citado, permite-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Sibá Machado disse que estavam defendendo o Ministro Palocci e eu falei que isso não é o que vem ocorrendo, porque ontem e anteontem não foi assim. Evidentemente, não tenho o dom da onipresença e não sabia que naquele exato momento V. Ex^a estava defendendo o Ministro da Fazenda, coisa rara no seu Partido. Assim, quero louvar a sua atitude de defender o Ministro do seu Partido e não discordar da sua política econômica, pelo simples fato de ele adotar um modelo igual ao do PSDB quando presidiu o Brasil. A carapuça não deveria ter caído na cabeça de V. Ex^a, porque toda esta Casa sabe que, nessa regra que sempre citamos a respeito de ausentes, V. Ex^a é uma exceção. Lamento que a carapuça tenha caído sobre a sua cabeça, porque V. Ex^a, até pelo fato de não ter prestígio no Partido, não ser consultado e ter sido preterido para a Liderança, numa manobra que conhece, é um homem coerente e cumpre com os deveres parlamentares que o mandato exige. De forma que não deixe a carapuça cair sobre a sua cabeça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito Fortes, justamente hoje, inclusive, farei uma análise sobre os juros altos e a valorização cambial, num diálogo muito construtivo que – acredito – estou sempre tendo com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por quem tenho o maior respeito e admiração. Defendo, sim, o procedimento que ele tem adotado como pessoa, em defesa da ética, mas, em alguns momentos, como V. Ex^a irá examinar, faço sugestões para que se baixem as taxas de juros mais rapidamente do que tem ocorrido.

A questão que se afigura cada vez mais preocupante é a insistência da equipe econômica do Governo, do Ministério da Fazenda e do Banco Central, na combinação de juros altos com o câmbio valorizado. Ontem, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central voltou a ser demasiado cauteloso, reduzindo a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) em apenas 0,75 ponto percentual para 16,5% ao ano. Admitindo-se uma taxa de inflação esperada de cerca de 4,5%, a taxa de juro real **ex ante** é ainda altíssima – quase 12%. A única informação que, com boa vontade, pode ser considerada alentadora é que, desta vez, não houve unanimidade no Copom: três dos seus nove integrantes queriam uma redução ligeiramente maior, de um ponto percentual.

Deputado João Alfredo, quase já Senador, que bom que V. Ex^a está, hoje, visitando o Senado Federal.

Os outros seis votaram pela diminuição de 0,75.

Mesmo que tivesse ocorrido a redução desejada pela minoria, o Brasil ainda continuaria liderando com bastante folga o *ranking* de juros reais no mundo – pelo menos daquela parte do mundo para a qual existem dados de acesso mais fácil. A consultoria GRC Visão divulga periodicamente um levantamento dos juros reais de curto prazo para 39 países desenvolvidos e emergentes e Hong Kong. O conjunto inclui todos os principais países. O Brasil continua na primeira posição, com 11,6% de taxa real (taxa básica nominal menos a inflação esperada para os próximos 12 meses). O segundo colocado é Cingapura, com 7%. A média geral é apenas 1,5%. Ou seja, *a taxa real brasileira é quase oito vezes a média internacional*.

O diferencial de juros entre o Brasil e os principais centros financeiros mundiais é extraordinário – e difícil de explicar. Nos Estados Unidos, a taxa de juros três meses é de 4,55% em termos nominais (dados do início deste mês de março).

Na área do euro, a taxa nominal para o mesmo prazo é 2,67%. No Japão, apenas 0,03%. Admitindo-se que não haja expectativa de depreciação do real, o diferencial de juros torna fortemente atraente a aplicação em papéis brasileiros. Nesse contexto, a medida provisória que isentou de imposto de renda as aplicações em títulos públicos de não-residentes pode ser inoportuna. Ao tornar ainda mais atraente a aplicação no Brasil, contribui para agravar a sobrevalorização da moeda.

Em grande medida por causa desse diferencial de juros, o real é a moeda, entre as principais, que mais se valorizou em relação ao dólar no passado recente. Tomemos os dados de variação das moedas em relação ao dólar no período de 12 meses até o início de março. Num conjunto que inclui as oito principais moedas do mundo desenvolvido (euro, iene, dólar canadense, libra esterlina e outras) e as moedas de 27 mercados emergentes (26 países e Hong Kong), o real foi, por larga distância, a que mais subiu em face da moeda dos Estados Unidos: 19%. Das oito moedas do mundo desenvolvido, só o dólar canadense se valorizou nesse período (em 8%). Todas as demais registraram depreciação. O euro e o iene, por exemplo, caíram 10,5%. A libra esterlina, 9,6%. Nos 27 mercados emergentes, só cinco moedas experimentaram apreciação, quase sempre pequena.

Isso significa – e vale a pena frisar esse ponto – que o problema da sobrevalorização do Real está-se agravando mais rapidamente no passado recente do que sugere a mera observação da taxa de câmbio Real/Dólar.

Não é a primeira vez que trato desse assunto. Durante a primeira fase do Plano Real, de 1994 a 1998,

nos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, abordei o tema desta tribuna repetidamente. Alguns dos Senadores presentes talvez se recordem. Depois, em 1999, veio o desastre da crise cambial. Agora, não é o fato de ser da Base do Governo que modificará a minha avaliação do problema monetário e cambial, uma vez que se afigura bastante semelhante sob vários pontos de vista.

Assim, como na primeira fase do Plano Real, estamos vivenciando novo período de juros altos e de sobrevalorização cambial. Há diferenças, é claro. De 1995 a 1998, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, as taxas de juros eram, em média, ainda mais altas. O regime cambial era diferente: tínhamos uma âncora cambial, mais precisamente um regime de bandas cambiais ajustáveis. Por outro lado, deve-se dizer também, a bem da verdade, que o cenário internacional dos anos recentes tem sido mais favorável para o Brasil. Graças a isso, em grande medida, estamos partindo de uma posição relativamente forte de balança comercial e balanço de pagamentos em conta corrente.

Mas há semelhanças inquietantes. Poucos se recordam do fato de que a sobrevalorização da primeira fase do Real foi engendrada principalmente no segundo semestre de 1994 – época em que o regime era de flutuação cambial. O grau de valorização hoje já é comparável ao que se registrou naquele período. A Fundação Centro de Estudos e de Comércio Exterior – Funcex – costuma divulgar estimativas da taxa efetiva do Real, calculado com base em uma cesta de 13 taxas de câmbio bilaterais, ponderadas pela participação dos parceiros comerciais na corrente de comércio do Brasil. Tomando-se o IPC como deflator, a apreciação efetiva do Real em relação à cesta, chega a 18% entre janeiro de 2006 e janeiro de 2005. Se tomarmos o ano de 2003 como base, a apreciação efetiva real acumulada alcançou em janeiro último, nada menos que 26%.

A deterioração da rentabilidade média das exportações não é tão acentuada, uma vez que a alta de preços das exportações compensou, em parte, o comportamento do câmbio. Mesmo assim, os números são significativos. Segundo a Funcex, o índice de rentabilidade das exportações totais diminuiu 6% entre janeiro deste e janeiro de 2005. Relativamente a 2003, a queda de rentabilidade até janeiro alcança 20%. Outra informação importante: a perda de rentabilidade está muito disseminada entre os setores. Num total de 31 setores exportadores acompanhados pela Funcex, inclusive o setor de calçados do Vale dos Sinos, a grande maioria registra diminuição de rentabilidade – Presidente Paulo Paim, acompanhei o discurso de

V. Ex^a no início desta semana que versava sobre esse assunto. As exceções são alguns poucos setores que obtiveram ganhos expressivos de preços de exportação (café, extrativa mineral, petróleo e carvão, refino de petróleo, petroquímicos e açúcar).

A consequência é inevitável: o declínio no dinamismo das exportações. A taxa global de crescimento das exportações brasileiras, em valor, já mostra os efeitos da valorização do Real. Veja, Senador Paulo Paim, *o ritmo de expansão diminuiu de 33%, em 2004, para 23%, em 2005, e para 15% no acumulado até a primeira semana de março de 2006. O incentivo a importar, provocado pelo barateamento dos produtos do exterior, parece estar se refletindo nos números totais de importação. No acumulado, até a primeira semana de março, a taxa de crescimento foi de 16%. O crescimento das importações só não é maior porque a economia nacional ainda está em marcha relativamente lenta. Também estão aumentando velozmente os gastos na balança de serviços do balanço de pagamentos. Os gastos com turismo e com a remessa de lucros e dividendos, por exemplo. As despesas com outros serviços também. Com serviços de computação e informação, por exemplo, os dispêndios aumentaram 34% em 2005; com aluguel de equipamentos, 89%.

Também preocupam as informações divulgadas na imprensa sobre empresas e setores específicos. Em razão do Real forte, o setor de calçados, por exemplo, teria demitido 20 a 25 mil trabalhadores no ano passado, segundo se noticiou. A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados prevê um número semelhante de demissões neste ano. No Estado de São Paulo, o pólo de Franca, como o do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, tem sofrido bastante com a sobrevalorização do Real. Terminou o ano passado com menos 4.500 empregos, uma queda de 23% sobre 2004, de maneira semelhante à que o Senador Paulo Paim registrou na perda de empregos no Vale dos Sinos há poucos dias.

Há notícias também de desativação de unidades produtivas exportadoras e de cancelamento de projetos de investimento. Empresas subsidiárias de multinacionais (a Bunge, a Saint Gobain, a ADM, a Rhodia, por exemplo) reduziram investimentos em exportação, cancelando projetos ou fechando fábricas. Preferem, em alguns casos, transferir a sua base exportadora para países com custos em dólares mais atraentes. Até empresas nacionais estão tomando esse caminho, segundo notícias publicadas nos últimos dias. A fabricante de calçados femininos Azaléia, depois de fechar uma fábrica no Rio Grande do Sul, em 2005, anunciou que passará a produzir cerca de 30 modelos na China, em parceria com uma empresa chinesa.

Tudo bem a parceria com a China, mas é necessário verificar se não há um estímulo demasiado nesse sentido. Empregos estão sendo destruídos neste País e criados em outros países.

Diante desse quadro, reveste-se de maior relevância a audiência pública marcada com diretores do Copom no próximo dia 30 de março na Comissão de Assuntos Econômicos em sessão conjunta com a Comissão Mista de Orçamento, Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e Comissão de Fiscalização e Controle. Na ocasião ouviremos o Presidente do Banco Central e demais membros do Copom para sabermos como eles racionam para tomar a decisão sobre a taxa de juros básica, a Selic.

Sr. Presidente, gostaria de informar que, com a concordância do Presidente Henrique Meirelles, os Senadores Luiz Otávio e Gilberto Mestrinho, juntamente com os Presidentes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, marcaram uma reunião para o próximo dia 30 de março, quinta-feira, às 9h30min, a fim de dialogarmos sobre as políticas cambial, monetária, a política de taxa de juros como regularmente deve aqui expor o assunto o Presidente do Banco Central. Mais do que isso: nessa ocasião, dialogaremos sobre como é que os ex-gerentes e diretores do Banco Central analisam e tomam as suas decisões, inclusive sobre quais diferenças de opinião, como ainda ontem aconteceu no Copom, em que seis pessoas estavam a favor de uma diminuição de 0,755%, e três pessoas queriam uma maior diminuição, de 1%. Assim, conheceremos melhor como se portam e raciocinam os diretores do Banco Central.

Sr. Presidente, desejo ainda informar que, hoje, será inaugurada a Bienal do Livro, em São Paulo, um evento de extraordinária importância para o setor livreiro e o setor cultural brasileiro. Milhares de autores e editores estarão interagindo com o público, no Anhembi, na Bienal do Livro, que será aberta, hoje, pelas autoridades do Governo Federal e pelo Governador Geraldo Alckmin – não sei exatamente quem representou o Presidente Lula; espero que tenha sido o Vice-Presidente José Alencar ou o Ministro da Educação, ou o da Cultura. Enfim, trata-se de evento da maior relevância, oportunidade em que o público, até mesmo as crianças, terá a oportunidade de conhecer os autores.

Quero informar que estarei na Bienal do Livro, hoje à noite e também no domingo, das 11h30min às 18h, pois estarei autografando um novo livro de minha autoria, **Renda Básica de Cidadania: a Resposta dada pelo Vento**, que a LPM Editora, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, resolveu editar. É um livro de

bolso simples, de apenas 119 páginas, em que explico como vamos passar do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania.

Gostaria também de informar que estarei falando sobre o livro e esse tema, amanhã, às 10h30min, para os alunos da Faculdade de Direito de São Francisco. Às 13h, estarei na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo; às 17h30min, na Faculdade de Economia e Administração da USP e, juntamente com o Senador Roberto Saturnino, na favela da Rocinha, a convite da Associação de Moradores, da União Pró-Melhoramentos da Rocinha, na Escola CIEP Ayrton Senna, no sábado, dia 11. A partir das 9h, iniciaremos a caminhada, e, às 10h, será a palestra que faremos para a comunidade de jovens, estudantes, adultos, professores e moradores da Rocinha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, esta Presidência agradece a V. Ex^a as referências ao setor calçadista não somente de Franca, São Paulo, como também do Rio Grande do Sul. Os números do desemprego nessa área são exatamente esses que V. Ex^a coloca, fazendo referência a este Senador. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, que me passou a Presidência. S. Ex^a é o terceiro inscrito. E, neste momento, fará uso da palavra por 20 minutos, com a tolerância de mais dois.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, cheguei a esta Casa por meio dos trabalhadores da saúde, da educação, dos agricultores e do povo do meu Estado de Roraima.

Hoje, farei um pronunciamento a respeito do Sistema Nacional de Auditoria, um grupo de médicos e técnicos de contabilidade e de outras áreas de trabalho no Ministério da Saúde que faz uma grande economia para este País, porque a verba orçamentária repassada para os Estados e Municípios pelo Ministério da Saúde não tem uma fiscalização efetiva. Com as auditorias é que descobrimos os desvios e as más aplicações do dinheiro.

Ao longo de nossa história, temos exemplos incontáveis de malversação dos minguados recursos públicos, quando não de desvios fraudulentos, com conseqüências sobejamente conhecidas, entre as quais se destaca a precariedade dos serviços oferecidos à população.

Essa prática condenável em qualquer lugar do mundo e em quaisquer circunstâncias torna-se acintosa quando acontece em um país pobre, como o nosso, onde milhões de pessoas são alijadas do mercado de trabalho, passam fome, não têm onde morar e não têm acesso à educação de qualidade nem a um atendimento médico minimamente satisfatório.

Faço essas ponderações porque, há uma década, a União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde (Unasus) vem alertando as autoridades para a necessidade da efetivação e do fortalecimento do Sistema de Auditoria do SUS, bem como da criação da carreira de Auditor-Fiscal de Saúde, sem que suas justas reivindicações sejam atendidas.

Observem que a criação da carreira é um imperativo que se impõe não apenas por uma questão de justiça para com a categoria, mas por uma questão de bom senso, de inteligência e principalmente de responsabilidade com a gestão dos recursos públicos. Afinal, o Sistema Único de Saúde tem o segundo maior Orçamento da União. Em 2004, a Lei Orçamentária destinou nada menos do que R\$33,2 bilhões para serem aplicados em ações e serviços de saúde, valor esse que se eleva a R\$47,5 bilhões quando se contabilizam a contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Há que se lembrar ainda que quase 90% desse gigantesco orçamento é repassado automaticamente para Municípios conveniados, sem que haja uma efetiva prestação de contas ao Ministério da Saúde. O resultado dessa incúria é conhecido de todos: o Brasil aplica recursos fabulosos na área de saúde, enquanto brasileiros continuam morrendo nas filas, mendigando atendimento médico ou dependendo da caridade alheia para obter um medicamento.

Sr. Presidente Paulo Paim, por falta de valorização e estímulo, há anos, vem ocorrendo um grave esvaziamento no quadro dos auditores do Sistema Único de Saúde. Os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho, além de não atraírem profissionais jovens e competentes que optam pelo ingresso em carreiras de outros órgãos, representam um incentivo para as aposentadorias precoces, ocasionando uma inevitável solução de continuidade das ações de auditoria e de cooperação técnica.

Nunca é demais lembrar o que estabelece a Lei nº 8.080/90, a Lei Orgânica da Saúde, em seu art.33, § 4º:

O Ministério da Saúde acompanhará, através de seu sistema de auditoria, a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados a Estados e Municípios. Constatada a malversação, desvio ou não aplicação dos recursos, caberá ao Ministério da Saúde aplicar as medidas previstas em lei.

A legislação é igualmente clara no que diz respeito ao Sistema Nacional de Auditoria do SUS, pois, em um de seus parágrafos, determina:

Ao Sistema Nacional de Auditoria compete a avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do Sistema Único de Saúde, que será realizada de forma descentralizada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se depreende dessas referidas leis é que elas buscam atender ao preceito constitucional, art. 197 da nossa Carta Magna, que diz:

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica do direito privado”.

Por outro lado, as reivindicações dos auditores do SUS, por sua justeza e legitimidade, ganharam importantes apoios ao longo de todos esses anos, de Ministros, de Procuradores e de representantes da classe política, ainda que, em alguns casos, alheios à causa corporativa. Ocorre simplesmente que essas pessoas perceberam o quanto o País teria a lucrar ou, no mínimo, deixaria de perder, se pudesse contar com um quadro de auditores bem equipado e valorizado para prevenir os desvios e para orientar quanto à forma de aproveitar melhor os recursos a serem aplicados em ações e serviços de saúde.

Já em 1994, ao dar parecer sobre as contas do Governo, o Ministro Carlos Átila, do Tribunal de Contas da União, foi categórico:

Mesmo que o Sistema Nacional de Auditoria custasse o dobro do que custa o TCU, com todas as suas Secretarias Regionais e dois mil servidores, ainda assim o controle exercido pela Auditoria proporcionaria uma economia

superior a seu custo de operação [ênfatisou o Ministro Carlos Ática naquela época].

Quatro anos depois, as recomendações vinham do Plenário daquele Tribunal, nos seguintes termos: adotar “providências no sentido de dotar o SNA, no nível federal, de recursos materiais e humanos necessários ao desempenho de suas funções” e “providências com vistas à elaboração de um Plano de Cargos e Salários para os auditores da área da saúde”.

Recomendações do TCU, com idêntico teor, repetiram-se nos anos seguintes na forma de acórdãos, ofícios, comunicações, sem que as autoridades federais tomassem as providências aguardadas. Foram sistematicamente ignorados, também, ofícios de procuradores e sub-procuradores da República e expediente desta Casa, datado de 1999, que teve como signatários diversos colegas parlamentares, muitos dos quais ainda se encontram em nosso convívio.

Ao defender o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria, os Senadores signatários lembraram:

Cabe registrar que o futuro do SNA é compartilhado, também, por outros órgãos, como o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal, bem como por outros setores da sociedade, conforme moção aprovada na íntegra pela Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, que contou com expressiva representatividade dos usuários do Sistema Único de Saúde.

Também a 11ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no ano 2000, anotou, em seu Relatório Final, a necessidade de “regulamentar o cargo de auditor do SUS e garantir que o sistema de auditoria contribua efetivamente para o diagnóstico e a reorganização das políticas públicas de saúde”.

Mais recentemente, em 2004, o ilustre Senador Tião Viana encaminhou ofício ao Ministro Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão, manifestando integral apoio ao encaminhamento de projeto de criação da carreira de Auditor-Fiscal de Saúde, de forma a “reforçar e valorizar o trabalho desenvolvido por servidores que há anos executam as atividades de fiscalização e auditoria na área de saúde, sem, no entanto, estarem devidamente credenciados e remunerados para tal”.

A todas essas e a muitas outras ponderações, interpelações, advertências e sugestões, o Governo Federal fez ouvido mouco. Enquanto isso, as irregularidades na aplicação dos recursos da saúde se multiplicavam. Tenho em mão, como exemplo, dados das 887 auditorias realizadas por amostragem no ano de 2003, quando foram constatadas 5.162 irregularidades.

O documento, elaborado pela Unasus, relata procedimentos estarrecedores, como a aquisição, com verbas do SUS, de gêneros alimentícios e de materiais de limpeza que foram encontrados no supermercado de uma prefeita municipal; atesto de aquisição de material assinado por pessoa que jamais trabalhara no órgão municipal; abandono e sucateamento de centro de saúde; cobrança de próteses e órteses que jamais foram implantados ou destinados aos respectivos pacientes; cobrança em duplicidade, do paciente e do SUS, pelo procedimento médico; cobrança também concomitante do SUS e do plano de saúde do paciente; cobrança ao SUS por tratamentos não realizados; compras fictícias; e muitos outros casos.

Sr. Presidente Senador Paulo Paim, esses procedimentos listados pela Unasus evidenciam uma diversidade de procedimentos dolosos e de alta gravidade. No entanto, o documento lista também procedimentos que não caracterizam necessariamente má-fé, mas que, da mesma forma, são danosos à política de saúde, como construção de açudes e pontes com recursos do SUS; construção inacabada de hospital; aquisição de equipamentos hospitalares de alto custo por Municípios que prestam apenas ações básicas de saúde; utilização dos recursos do SUS para pagamento da folha de pessoal etc.

O trabalho dos auditores, como se sabe, não se resume a apurar e a prevenir irregularidades, mas também a orientar os executores dos convênios para que os recursos sejam bem empregados. O Governo, como se o Brasil fora um país riquíssimo, dá-se ao luxo de ignorar a importância do sistema de auditoria e, portanto, de jogar fora uma parcela significativa dessas verbas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, na condição de médico com experiência pessoal e pública nos assuntos de saúde e na condição de Parlamentar integrante da Comissão Temporária de Saúde desta Casa legislativa e da Frente Parlamentar de Saúde, tenho convicção plena de que o pleito da Unasus é inteiramente justo, bastando lembrar que os rendimentos de um auditor dessa área são em média inferiores à metade dos rendimentos, por exemplo, dos auditores da Receita Federal. Vou além: a reivindicação dos auditores da saúde por melhores salários e também por melhores condições de trabalho terá o dom, se atendida, de fazer justiça a essa importante categoria de servidores, mas terá o dom, principalmente, de evitar uma sangria de recursos públicos, de valorizar os elevados tributos cobrados à classe trabalhadora e de promover uma melhora sensível nas condições de saúde da imensa maioria do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Como ainda disponho de tempo, concedo um aparte à eminente Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Saúdo o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. É muito importante elogiar e enaltecer o papel dos trabalhadores do setor público, especialmente em uma área de tanta delicadeza e de necessidade técnica. Por ser da área da saúde, V. Ex^a traz também ao debate problemas gravíssimos que se relacionam ao perfil epidemiológico das nossas populações, do Norte, no Estado de V. Ex^a, do meu Nordeste, de qualquer outra Região do País, mostrando, cada vez mais, a necessidade de o planejamento de serviços públicos dar conta desse quadro de morbimortalidade, identificando do que as pessoas adoecem, do que morrem, dando conta da complexidade gigantesca que vai desde as chamadas doenças da pobreza, as doenças transmissíveis, como tuberculose, hanseníase e diarreia, que não foram superadas, que continuam matando pessoas, até as doenças crônico-degenerativas, como as cardiovasculares. Essa associação de um perfil que é extremamente grave, junto com a mortalidade ou com as seqüelas da violência, dos acidentes de trânsito, gera mais ainda a necessidade de quadros de auditoria técnica e de planejamentos de serviços de saúde pública que se coadunem com a realidade objetiva do perfil epidemiológico dessas populações. Não é um assunto qualquer. V. Ex^a já teve oportunidade de falar sobre isso, assim também eu e vários outros Parlamentares. O perfil epidemiológico do Brasil é um dos mais graves do mundo, porque traz, ao mesmo tempo, as chamadas doenças do subdesenvolvimento com as crônico-degenerativas, as cardiovasculares, os acidentes de trânsito, as doenças relacionadas à violência. E não temos tido a capacidade de planejar os serviços de saúde à luz dessa realidade objetiva. Ora não existe a porta de entrada do sistema, nem sequer com o sistema de vacinação ou com as quatro clínicas básicas de qualidade, as unidades intermediárias, as unidades de referência, as unidades de alta complexidade do setor público ou aquelas conveniadas. Então, realmente, é uma situação muito grave, muito difícil, a que se encontra hoje o setor saúde no Brasil. Daí a importância do pronunciamento de V. Ex^a, que traz a necessidade desses quadros técnicos e a necessidade de um planejamento dos serviços públicos de saúde – evidentemente, em outras áreas também – à luz da realidade objetiva e não à luz das conveniências políticas, eleitorais ou das liberações de recursos dos propinóquos que são estabelecidos. Às vezes, existe a necessidade das quatro clínicas básicas, e alguém monta um hospital de alta complexidade vizinho a uma

outra cidade onde já existe um hospital que poderia ser de referência. Então, todas essas questões que V. Ex^a traz na tarde de hoje são muito importantes. Quero parabenizar e saudar com entusiasmo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora. Infelizmente, a construção de hospitais neste País é uma das ocasiões em que mais se rouba dinheiro público. É uma ofensa roubar dinheiro na doença das pessoas. Os hospitais chegam a ter um custo três a quatro vezes maior do que deveriam por conta de gestão fraudulenta, de superfaturamento e de outros fatores.

Já que estou tratando de saúde, quero dar uma dica aos ouvintes da Rádio Senado: não se deve votar para reeleger prefeitos que permitam que haja epidemia de dengue nas suas cidades, porque essa epidemia é fácil de ser controlada. E as próximas epidemias de dengue neste País ocorrerão com morte de pessoas, porque, a cada ocorrência de epidemia, ela vai-se tornando mais grave, e, na medida em que se vão misturando os diversos tipos de vírus naquela pessoa, ocorrem as mortes. Então, a dengue, que parece ser simples, é uma doença grave no nosso País.

Ouçó novamente V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Além desse aspecto extremamente importante, volto a falar da velha e conhecida demagogia eleitoralista da publicidade oficial. Há tanta publicidade para fazer campanha para um ou outro candidato, do Presidente da República a alguns prefeitos, e quase não se vê publicidade relacionada a aspectos importantíssimos da área de saúde, como dengue ou hanseníase. V. Ex^a acompanha e sabe o quadro gravíssimo existente hoje, em função da resistência medicamentosa na tuberculose, por ausência e irresponsabilidade do serviço de saúde, que não faz o acompanhamento, que não busca aqueles que estão faltosos. Isso serve para hanseníase e outros casos mais. Então, é só para, ao saudar o pronunciamento de V. Ex^a, fazer, mais uma vez, o apelo para que, se querem dar dinheiro para rádio, jornal e televisão para, de forma indireta, falarem bem do dirigente, do agente público, que tenham ao menos vergonha e façam a publicidade que é necessária para orientar. Quando aumenta a incidência de dengue, aí faz propaganda; quando chega o carnaval, aí faz propaganda das doenças sexualmente transmissíveis. Esse tipo de coisa é realmente terrível, porque é a ausência da eficácia na Administração Pública, a ausência do acompanhamento cotidiano não apenas nas vivências de dor, de sofrimento, no acesso ao serviço público, especialmente das populações mais

pobres, mas a ausência completa da eficácia naquilo a que se predispõe o setor público. Portanto, quero, mais uma vez, saudar V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

Agora vou fazer mais uma observação de como é importante a presença do Estado e do Município nas ações de saúde. Neste carnaval houve uma ação conjunta entre Município, Estado e a Polícia Rodoviária Federal em Roraima. Roraima é um dos Estados que tem um dos trânsitos mais violentos do País. Durante e até mesmo depois do carnaval não morreu ninguém no trânsito. Porém, da data em que desarticularam aquele movimento para cá já morreram quatro pessoas no trânsito. Quer dizer, uma vida vale mais que qualquer custo para fazer as coisas.

Então, precisamos é de uma ação efetiva de trabalho para prevenir os acontecimentos. Falo especialmente em relação ao trânsito do meu Estado, que é uma das principais causas de morte. Sem falar que o número de casos de malária já subiu. Teremos, este ano, uns trinta mil casos, sendo que há dois anos tivemos oito mil. Subiu porque faltou dinheiro para as ações de prevenção da malária, uma das doenças que mais se agravam na Região Amazônica.

Muito obrigado, Senador Paim, pela oportunidade que V. Ex^a me deu de trazer este pronunciamento à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Augusto Botelho, quero cumprimentar V. Ex^a e, se me permitir, como V. Ex^a falou sobre saúde, quero cumprimentar o Senador Cristovam por uma iniciativa sua.

Senador Cristovam, assinei, junto com V. Ex^a, o pedido para uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para discutirmos essa ameaça mundial, que, infelizmente, tende a chegar ao Brasil, que é a chamada “gripe do frango”.

Cumprimento V. Ex^a por trazer esse assunto ao debate no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem.) – Senador, é uma espécie de aparte ao Senador que já não está na tribuna, porque diz respeito ao assunto de que tratava.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a fala pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – A minha fala é para reafirmar que, juntos, nós convocamos uma audiência para convocar o Ministro da Saúde para que S. Ex^a venha nos dizer qual é a estratégia que o Governo brasileiro tem para enfrentar o risco da gripe aviária, porque nós temos todo o direito de suspeitar, como a Senadora Heloísa Helena acaba de dizer lá do seu lugar, que talvez nenhuma estratégia haja. Estamos contando com a sorte, e, nesse caso, é muito perigoso ficar nas mãos da sorte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Cristovam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a é o próximo inscrito para falar e já o estou convocando para a tribuna. O Senador Cristovam está inscrito, a Senadora Heloísa Helena também, eu também, e com certeza esse assunto vai ser tratado.

Senador Flexa Ribeiro, o Senador Arthur Virgílio chegou ao Plenário e antecede V. Ex^a. Assim, terá a palavra o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, V. Ex^a. A não ser que ambos queiram... (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a dispõe da palavra por vinte minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tenho em mãos uma foto do Senhor Presidente da República falando da Inglaterra para o Brasil pelo telefone. Está aqui a foto.

Qualquer pessoa equilibrada, qualquer pessoa mentalmente sã, vai imaginar, Senador Cristovam Buarque, que o Presidente está ao telefone por causa da crise envolvendo o Exército, que entrou nas favelas cariocas e não sabe como sair delas. Chegou-se a ponto tal em que já não são roubados apenas os cidadãos no Rio de Janeiro e nas grandes capitais brasileiras; já assaltam o próprio Exército brasileiro.

Repito: se alguém vê a foto do Presidente e não lê a legenda, se não se apercebe da manchete, supõe que o Presidente está falando da crise da segurança pública no País. Esse jornal que tem a foto é **O Estado de S. Paulo**, edição de hoje. O jornal **O Globo** também estampou uma foto muito expressiva de Sua Excelência ao telefone. É aquela coisa assim: Duda Mendonça por trás, em espírito!

Mas estou lendo a **Folha de S. Paulo**, que está com uma foto de Vanderlei Almeida, da France Press*, que é a mais exemplificativa do que é esse Governo. Aqui está: dois soldados do Exército brasileiro e por trás

deles duas crianças, sem blusa, uma fazendo aquele gesto com a mão nos testículos e a outra com outro gesto, em que os dedos simulam um falo, um pênis. Estão fazendo isso na direção dos soldados do Exército. Ou seja, desrespeito completo em relação ao Exército, absoluto distanciamento de todos os valores do País. É esse o retrato da infância brasileira e esse é o retrato do Governo sem autoridade do Presidente Lula, que está com naquela carruagem inglesa para virar abóbora. A cinderela política em que ele se transformou aparece com sua carruagem, que vai virar abóbora.

Ele não está aqui falando em segurança pública, Senador Flexa Ribeiro. Ele está aqui conversando com o técnico da seleção brasileira de futebol, Parreira, prestigiando o atacante Ronaldo, o “fenômeno”. Ele não está atento para isso aqui, ele não passou nenhuma instrução sobre segurança pública. Ele está fazendo uma foto de campanha e, supostamente, se popularizando ao se preocupar com futebol, assunto do qual ele não entende. Não entende de governar e se arvora em fazê-lo; não entende de futebol e fica dando conselho a Ronaldo, que é considerado por alguns o melhor jogador do mundo.

Então: “Lula falou, de Londres, com Parreira por telefone”. Um “marqueteiro” deve ter dito: Presidente, o Ronaldo é tão querido no País, prestou tantos serviços ao Brasil... Pegue o telefone e ligue para o Parreira. E S. Ex^a ligou.

Está aqui, com ar aparvalhado, falando com o Parreira. Enquanto isso, o Governo dele tem uma face real, e não é a face da Cinderela, da carruagem que vai virar abóbora. É a face real do desrespeito ao Exército brasileiro, da aventura em que se meteu o Exército brasileiro, porque falta comando, falta liderança, falta quem lidere a administração deste País.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, em primeiro lugar, quero dizer – talvez os mais jovens não saibam – que, pelo que eu saiba, o último Presidente da República que se meteu na escalação da seleção foi o Presidente Médici, na época do regime militar. Mas isso, para mim, é um detalhe. O mais grave é o que V. Ex^a está trazendo aqui. Esse gesto desses meninos simboliza um sentimento que há no local; simboliza que eles não apenas não entendem essa ocupação como também que sabem que, encontradas as armas, o Exército sai e o povo continua entregue aos bandidos. E ninguém sabe se essas armas

serão encontradas, ninguém sabe se alguns soldados serão mortos, ninguém sabe se os soldados matarão brasileiros em território brasileiro, ninguém sabe...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um já morreu. Um adolescente que não era sequer ligado ao tráfico já morreu.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Já morreu. Ninguém sabe ainda se foi ou não o Exército, mas já é fruto desse confronto. Nessa batalha, há uma certeza: o Exército está sendo derrotado, se não do ponto de vista militar – o que seria impossível –, do ponto de vista da sua imagem e do seu papel na sua dignidade. Eu queria saber, como V. Ex^a fala da liderança, que autoridades autorizaram essas tropas a saírem dos quartéis e irem para o morro. Foi o próprio comandante do quartel, foi o Ministro da Defesa ou foi o Presidente da República? Creio que esta seja uma pergunta que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deveria fazer: quem deu a ordem de comando para que o Exército subisse aos morros?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Cristovam. V. Ex^a, brilhante como sempre, acrescenta – e muito – aos discursos dos oradores que aparteia.

Não houve a ordem. Foi uma atitude do próprio Exército. Ou seja, o Exército se sentiu ultrajado.

A SRA. Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Então, não há Presidente da República?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente. Eu denunciei ontem, Senadora, o estado de anomia, ausência de normas e de regras a regerem a vida dos brasileiros e a disciplinar o Estado.

O Exército, Senador Cristovam Buarque, foi, modo próprio, aos morros. Tomaram uma atitude. Eu não diria que a culpa da insegurança é apenas do Governo Federal. É uma obrigação da sociedade como um todo, até das Prefeituras, mas, sobretudo, uma obrigação dos Governos Federal e estaduais.

Refiro-me, Senador Teotonio Vilela, ao fato de que chegamos a um estado de anomia tal que o Exército, sem ordem de ninguém, sobe às favelas para recuperar armas que ainda não recuperou, expondo seu prestígio e demonstrando clara e cabalmente que não há Governo neste País. O nosso Presidente, qual uma Cinderela – Cinderela de carruagem que, à meia-noite, vira abóbora –, está aqui falando ao telefone com o técnico Parreira, da Seleção. Ele não está preocupado com a segurança pública. Ele está dizendo ao Parreira que deve ter paciência com o Ronaldo. Esse

é o problema que está ocupando a cabeça fútil e vazia do Presidente da República.

Na primeira página da **Folha de S. Paulo** – faço questão de repetir –, há foto de dois soldados do Exército, foto da agência **France Press** fotógrafo Wanderley Almeida, com dois meninos: um, exibindo os testículos para os soldados; o outro, imitando um pênis com os dedos, num gesto que é muito característico da irreverência da juventude. Aqui está o quadro a que expuseram o Exército Brasileiro*! A que ponto levam este País a falta de Governo, a falta de Liderança, Senador Jereissati, que é tão preocupado e especializado em segurança pública, e a falta de comando no Brasil!

Digo que é muito “contristante”, porque o Presidente é mesmo um fracasso. Se fosse técnico de futebol, não seria um técnico vencedor. Como Presidente da República, é isso que estamos vendo.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, lembro que, ao mesmo tempo em que ocorre isso no Rio de Janeiro, no outro lado do País, no Sul – talvez na página seguinte desse jornal haja uma fotografia –, um laboratório imenso, de mais de 20 anos de trabalho, de uma empresa de papel e celulose foi destruído não se sabe direito se por integrantes do MST ou se por pessoas ligadas ao MST – não ficou muito bem identificado –, sem nenhuma intervenção de forças de segurança. O laboratório foi totalmente invadido e destruído por vândalos dizendo-se integrantes do MST, comemorando como se fizesse parte da comemoração do Dia Internacional da Mulher, também sem manifestação alguma do Governo. Ao mesmo tempo, vemos, novamente, o Presidente da República saindo da carruagem, preocupado com o apoio que deveria ser dado ao Ronaldo, deixando em polvorosa não apenas os produtores. Essa não é uma questão particular dos produtores, mas de todo o ambiente produtor brasileiro, em função do que aconteceu. Não estamos falando de invasão, mas de destruição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – De vandalismo mesmo.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – De vandalismo contra a produção de pesquisa científica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tasso Jereissati, apresentei um voto de solidariedade à cientista que se revoltou justamente contra o desperdício do trabalho dela e de outros especialistas em tecnologia genética e, ao mesmo tempo, um voto de repúdio ao braço desse absurdo MST que se

chama Via Campesina, que perpetrou esse atentado contra a pesquisa científica num País que despende tão poucos recursos para esse fim.

V. Ex^a tem inteira razão. Olhamos o quadro de corrupção, e a CPI está ali discutindo corrupção, numa sala e em outra. Estamos vendo o Presidente se arvorar a aconselhar o técnico Parreira. Estamos vendo a segurança pública chegar ao ponto mais agudo de crise. Estamos vendo o MST tolerado, o MST que é parceiro deste Governo, o MST que se “apelegou” com este Governo, o MST que, como a CUT, urrava como uma onça selvagem e, de repente, virou um gatinho de pelúcia nas mãos do Presidente. Há parceria nisso. Há parceria. Não há desaprovação. Eles têm um Ministro deles, o Ministro da Reforma Agrária. Um Ministro deles está lá. Há parceria do Governo. Essa é a grande verdade.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador, permite-me?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Ministro da Reforma Agrária foi entrevistado e não desaprovou. Disse que aquilo não fazia parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. Era essa a observação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É incrível: o MST tem um Ministro. O MST participa de uma coalizão e indicou um Ministro para este Governo.

O Senador Heráclito disse-me, Senador Jereissati, que uma pessoa do Palácio – o Presidente Fernando Henrique, ao contrário do que alguns amigos nossos julgam, julga-me uma pessoa capaz de arbitrar sobre moda – teria dito a ele: “Presidente, não use essa casaca, porque, senão, o Arthur Virgílio vai fazer alusão ao filme ‘Ladrão de Casaca’. Então, não use a casaca. Ele vai fazer isso, com certeza”.

Eu não havia pensado nisso, mas, quem sabe, vendo as figuras de casaca eu me lembrasse de um clássico do cinema – o ator chamava-se Cary Grant. Ele passa ainda no circuito **cult**. É um filme de muita capacidade de se fazer compreendido por todas as gerações.

Eu disse: olha, de repente, influenciei na vestimenta, na indumentária do Presidente da República, Senador Teotônio. Que coisa boa! Isso significa que, talvez, eu passe a ganhar a antipatia da estilista de moda Glória Calil. Ela vai dizer: “Poxa, esse Arthur Virgílio vai deixar de ser Senador e vai entrar no meu

ramo. Vai ficar ditando moda, assessorando elegantes do sexo masculino”.

Mas, enquanto isso, a preocupação do Presidente é: Parreira ou não Parreira; casaca ou não casaca – e a produção científica brasileira é destruída por vândalos, e a segurança pública, no Rio de Janeiro, chega a esse ponto máximo de perplexidade.

Qualquer hora, Senador Cristovam Buarque, morre alguém do Exército – porque gente do povo já tem morrido muita. Vai morrer, a qualquer momento, espero que não – bato na madeira –, alguém do Exército. Trocando tiros, a possibilidade de que alguém morra é grande. Aí, estará formada uma confusão que pode virar convulsão neste País, e a única razão para se explicar esse fenômeno é a falta de governo, a falta de liderança, a falta de comando, a falta de seriedade mínima para tratar com as coisas. Ou seja: tudo pela futilidade, tudo pela eleição, tudo pela demagogia, tudo pelo *marketing* e nada pela sinceridade, nada pelo ataque frontal e concreto aos problemas vivenciados pela população brasileira, que consagrou o Presidente Lula com 53 milhões de votos há tão poucos anos.

Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se, com os recursos – estou pedindo que essas duas matérias sejam incluídas nos Anais – gráficos modernos, posso não só inserir as palavras, mas a foto, pois queria essa foto nos Anais do Senado. É preciso que os pósteros saibam que tempos obscuros vivemos hoje. É preciso que eles saibam como arriscaram a estabilidade da democracia brasileira nesses idos de 2006, quando nos estudarem em 2030, 2050 ou 2100. Eu gostaria de saber isso.

Já concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

Fiz uma pergunta ao Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Respondo a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que tem mais seis minutos, e eu os descontarei. A solicitação de V. Ex^a ficará nos Anais. No **Diário do Senado Federal** só fica o escrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Infelizmente, não poderá ficar consignada no **Diário do Senado Federal** a foto do Presidente Lula falando com Parreira ao telefone e, como se o atacante Ronaldo precisasse – vamos falar um pouco de futebol – de conselho ou do apoio do Presidente Lula. Não tem nada a ver com o Ronaldo. O Ronaldo não joga futebol parecido com os pernas de pau do Alvorada. Não tem nada a ver. Ronaldo não precisa dele para coisa algu-

ma. Ele precisa treinar, emagrecer e ser o que sempre foi, aquela figura fria na hora de fazer o gol.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concederei o aparte ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, a Nação observa perplexa as atitudes do Presidente Lula. V. Ex^a apresenta aqui o retrato do Presidente preocupado com a situação do Ronaldo, o Fenômeno, enquanto Sua Excelência, na viagem a Londres, diz que o Brasil não tem pressa de crescer. Expressou, aqui, com pirotecnia, sua opinião a respeito do espetáculo do crescimento, e se contradiz, dizendo que o Brasil não tem pressa de crescer, como se a Nação concordasse, mas nós estamos perdendo a oportunidade internacional de crescer, pelo menos de estarmos próximos da média do mundo. Corroborando com o que disse aqui o Senador Tasso Jereissati, o que ocorreu no Rio Grande do Sul, Senador Tasso Jereissati, ocorreu por diversas vezes em meu Estado, o Pará, onde o Movimento dos Sem-Terra invadiu áreas produtivas de plantio da Camargo Correia Metais, que dava suporte à produção de silício metálico, apoiado pelo Inbra, que distribui cestas-básicas, destruindo o patrimônio. Esse é o retrato fiel da administração petista no Brasil. Senador Arthur Virgílio, os brasileiros, observando isso, corrigirão o rumo do Brasil nas eleições de outubro próximo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, se realmente fosse sincera a preocupação do Presidente Lula com o esporte brasileiro, não caberia ao Presidente da República uma demonstração de preocupação isolada com um atleta, por melhor que ele fosse. Aliás, o Presidente Lula vem agredindo os atletas brasileiros. V. Ex^a bem se lembra quando, outro dia, Sua Excelência fez apologia ao jogador Tevez, enquanto Ronaldinho faz gols pelos campos da Europa. Disse que o PT era comparado ao Tevez ou bem melhor que ele. Se quisesse realmente demonstrar amor ao esporte brasileiro, o Presidente podia, da Inglaterra, garantir que não faltará dinheiro para os Jogos Pan-Americanos de 2007. A burocracia não impediria a construção do estádio olímpico e de todo o complexo de que o Brasil necessita, aí sim, para fabricar milhões

e milhões de Ronaldos. Seria muito mais próprio de um Presidente da República preocupar-se com o esporte como um todo do que fazer apenas um agrado isolado para a platéia assistir. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Na verdade, de futebol, ele não entende nada mesmo, porque Nilmar, do Corinthians, joga bem mais do que Tevez. Essa é uma verdade. Basta assistir aos jogos pela televisão e constatar.

Por outro lado, não é a burocracia que impede a ajuda aos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. É o fato de o Prefeito do Rio de Janeiro ser de um partido adversário do Presidente da República. É basicamente isso. Por isso, a discriminação; por isso, a enrolação; por isso, a aparência de burocracia, tentando esconder o que, na verdade, é má-fé, vontade de dar a entender que o Prefeito do Rio de Janeiro não saberia organizar convenientemente, adequadamente, os Jogos Pan-Americanos.

Senador Tasso Jereissati, concluo dizendo a V. Ex^a que apresentei, em 10.02.2004 requerimento ao Ministro da Agricultura indagando que providências o Governo porventura estaria por adotar a respeito do que, na época, era conhecido como gripe do frango, atualmente popularizada, infelizmente, malsinadamente, como gripe aviária. Em 2004, Senadora Heloísa Helena.

O outro retrato do Governo é o que está no **Diário Oficial** de hoje – o Pregão nº 42, para compra de materiais de mesa e copa –: oito jogos de toalha de mesa: R\$15.700,00; doze jogos de toalha de mesa, outro modelo: R\$33.400,00; duas toalhas de mesa: R\$7.700,00 cada uma, toalhas de mesa caras; vinte toalhas de lavabo: R\$1 mil cada uma – não vai faltar toalha para a “companheirada”, mas não vai mesmo –; e jogos de forro de bandeja: R\$4.900,00. Total: R\$62.700,00, jogados fora. Jogados fora por um Governo que está vendo os gastos públicos aumentaram, em 2005, 10%. Ao longo dos seus três anos de Governo, a média é de 8%. O PIB cresce 2,3%, e os gastos correntes, 8% ao ano. Não há como se pensar em sustentar crescimento desse jeito.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, faço um apelo a V. Ex^a. É claro que vou permitir o aparte, fique tranqüila. Mas há uma série de oradores, cada um vai dispor de vinte minutos, e o tempo do orador já terminou.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não há problema, Sr. Presidente. Se V. Ex^a entender que não posso apartear, não o farei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faça questão de ouvir o seu aparte.

A Sr. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Tentarei fazer um breve aparte a um pronunciamento de alta complexidade como o de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Não se trata de um assunto qualquer. Sei que o Senador Jefferson Péres já tratou do mesmo assunto, o Senador Cristovam tratou das preocupações com relação à gripe aviária...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – O Senador Jefferson Péres tratou da questão do Rio de Janeiro. Sei que pode até parecer, para algumas pessoas, que falar do telefonema para o técnico de futebol ou da carruagem da rainha pode ser uma forma de ridicularizarmos o Presidente. Mas, sei que o pronunciamento de V. Ex^a não trata disso, do mesmo jeito que meu aparte não trata. O problema é que há uma coisa muito, mas muito grave, no Brasil. O Presidente dá telefonema para quem quiser. Mas ser refém desses rituais cínicos, esnobes, daquele negócio que detesto, quando a aristocracia diz que são os novos ricos, aqueles que...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ...nunca comeram mel e quando comem se lambuzam, sinceramente sempre desprezei esse comportamento esnobe, cínico, esse lixo do luxo. Mas não é nem disso que se trata. O pronunciamento que V. Ex^a faz é muito importante e muito grave, porque não é uma coisa simplória o que está acontecendo no Brasil. Do mesmo jeito que, de um lado, choram as mães das crianças que estão sendo assassinadas ou pelo narcotráfico ou pelo aparato policial, de outro, choram as mulheres dos policiais também assassinados pela violência no cumprimento e no exercício de suas tarefas. Sinceramente, não sei como... Aliás, eu não devia mais me surpreender com nada vindo do Lula e dessa gangue partidária chamada PT. Sei que tenho a obrigação de não me surpreender...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ...de não me indignar e de não me entristecer. Sei que tenho a obrigação de fazer isso, porque não vou ficar, pelo

resto da vida, lamentando esse tipo de coisa. Eu sei que eles mudaram de lado, constituíram uma farsa e uma traição de classe. V. Ex^a sabe exatamente o que eu penso do Governo de que V. Ex^a foi Líder, mas a angústia é maior por este Governo, por caracterizar a traição de um projeto e de tudo o que foi acumulado ao longo da história pela esquerda socialista democrática. A violência não é uma coisa simples. Se o Estado brasileiro não adotar uma geração, centenas de outras gerações estarão sendo perdidas. Não é uma coisa qualquer, não é uma coisa simples. Quando a menininha está na rua vendendo o corpo por um prato de comida, quando o menino de seis anos de idade vira olheiro do narcotráfico, quando uma mulher que a vida já abandonou abandona a menininha ou o menininho dela...

(Interrupção do som.)

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não é uma coisa qualquer. Portanto, não é possível que o pronunciamento de V. Ex^a e de outros Parlamentares sobre a violência não sejam capazes de movimentar o Senado Federal. Sabem todos que eu não mantenho relação corporativa alguma com essa coisa, porque a maioria do Congresso Nacional é refém e anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto, estabelece qualquer promiscuidade, não tem sensibilidade, não tem interesse social, nada, nada. O que o imperador de plantão do Palácio do Planalto manda a Casa faz de forma subserviente e subordinada. Os que se salvam se angustiam ou na tribuna ou em algumas outras atividades perdidas. Mas não é possível que não tenhamos a ousadia, a coragem de salvar uma geração, fazendo com que o Estado adote um menino que nasce hoje. Seja com a família, seja com entidade não-governamental, seja com quem for, é realmente inacreditável que não salvemos uma única geração. Analisemos aquela cena daqueles meninos, daqueles adolescentes fazendo gestos que qualquer adolescente pode fazer, por rebeldia, por repúdio, ou por outro motivo qualquer. A maioria deles já viu os pais serem assassinados. Muitos já foram vítimas do caveirão. Igualmente os filhos do policial ou do profissional do Exército também estão com medo de que aconteça algo com suas famílias. Então, não é possível que este Governo seja tão imoral e indecente que o Presidente da República vá passear na carrocinha ou na carruagem de onde quer que seja e não retorne logo para cá. Ele tinha que estar aqui. Tinha que voltar

ao Brasil imediatamente. Não é uma coisa qualquer que está ocorrendo. É algo muito sério, e ele sequer se dá a autoridade de assumir o cargo para salvarmos ao menos uma geração. Se conseguirmos salvá-la, poderemos salvar este País. A situação é realmente muito grave. Desculpe-me por estender-me no pronunciamento de V. Ex^a. Mas é algo tão grave o que aquela foto sinaliza, assim como o fato de mulheres jogarem suas menininhas na água podre ou na lixeira. Já são mulheres tão abandonadas pela vida, que, como já não têm mais nada, abandonam qualquer um porque já foram tão abandonadas. Um menino de seis anos embaixo de uma caixa, virando olheiro de narcotráfico, e o Presidente da República, passeando, conversando sobre Ronaldinho, Ronaldão ou quem quer que seja! Isso realmente não tem quem agüente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, faça um apelo a V. Ex^a, pois já se passaram dez minutos. Se V. Ex^a me permitir dizer, houve um incidente aqui no plenário hoje entre os Senadores Sibá Machado e Almeida Lima devido ao tempo. Então, se V. Ex^a puder me ajudar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou dar a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Senadora Heloísa Helena, acolho com muita honra para o meu discurso o seu aparte comovido e justo.

Sr. Presidente, não precisando sequer do minuto que V. Ex^a me concedeu, encerro exibindo mais uma vez à Casa as duas fotos. A foto das crianças abandonadas deste País, fazendo gestos obscenos para o Exército brasileiro, e a foto da nossa “cinderela política”, com a carruagem prestes a virar abóbora, telefonando, não para saber da segurança pública, mas marqueteiramente, “dudamendonçamente” a Parreira para pedir-lhe proteção ao jogador Ronaldo, do Real Madrid.

Essas duas fotos são o retrato de um Governo, do estado de anomia a que está submetido este País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos na forma do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Exército amplia ocupação e faz bloqueios nas saídas do Rio

O Exército fez bloqueios nas principais estradas de saída do Rio e ampliou para outros municípios a ocupação em busca das armas roubadas de um quartel na semana passada.

Com lanças da PF os militares passaram a patrulhar a baía de Guanabara, e helicópteros sobrevoaram áreas ocupadas.

Duzentos homens ocuparam uma favela na zona oeste e fizeram a primeira apreensão de armamentos (explosivos e uma granada). **Págs. C1 e C3**

Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, a Carlos Alberto Parreira, em Londres, por telefone, ter visto Ronaldo ser vaiado num jogo do Real Madrid. "Eu o vi ser vaiado e fiquei muito incomodado", afirmou Lula no telefonema, em conversa presenciada por jornalistas, quando o presidente estava numa exposição no Centro Cultural Barbican, onde visitou a mostra "Tropicália". Ele pediu ainda a Parreira que transmitisse sua solidariedade a Ronaldo, porque, "nos momentos ruins, é que a gente tem de ajudar as pessoas". "Dê um abraço nele, querido", afirmou a Parreira. "Eu acho que ele pode transformar a Copa da Alemanha na Copa dele."

O técnico da seleção brasileira confidenciou que Lula enviou carta de apoio a Ronaldo. O presidente está em visita de Estado na Inglaterra e Parreira foi a Londres para acompanhar Arsenal x Real Madrid, de Ronaldo, pela Copa dos Campeões da Europa. A conversa entre os dois de-

veu-se a um acaso. O treinador ligou para o repórter Marcos Uchoa, da TV Globo, que cobria a visita do presidente brasileiro ao Barbican. Uchoa disse, então, a Parreira que, por acaso, estava com o presidente próximo dele. Lula ouviu a conversa e, em seguida pediu: "Deixa eu falar com ele."

Parreira revelou que Lula afirmou ter mandado, também, uma carta ao presidente da Fifa, Joseph Blatter, pedindo providências para evitar atitudes de racismo no futebol europeu. "O presidente pode ficar tranqüilo quan-

Técnico da seleção elogia petista, mas diz que ainda não sabe em quem votar

to a isso, porque esta é uma preocupação da Fifa", comentou Parreira. Segundo ele, esse assunto é considerado da maior relevância, "porque não se concebe que aconteça isso no mundo atual".

Questionado se o presidente acha que a seleção pode trazer a Copa se não estiver

Lula manda carta de apoio a Ronaldo

Presidente conversa com Parreira e se diz triste com críticas ao atacante

de salto alto, Parreira disse que, com relação ao salto alto, não está preocupado. "Porque, se vestir salto alto, perde, está fora e não traz o campeonato. Se nós mantivermos a humildade que temos mantido até então, o interesse e o espírito de equipe, com certeza não existe, no mundo, uma equipe tão boa quanto a nossa. Mas isso não é o bastante para a gente ganhar uma Copa. É preciso estar focado, com os pés no chão."

Quando lhe perguntaram se ele se incomodava com os palpites de Lula sobre futebol, Parreira declarou: "O Lula é um aficionado. Ele gosta de futebol. Ele acompanha. Mas, de tática, não entende, não. Ele gosta. Mas torcedor não precisa entender de tática. Tem que gostar, tem de

apoiar. E torcedor brasileiro é assim mesmo: ele gosta de participar. Acho que o presidente tem todo direito (*de dar palpite*). Ele não é diferente."

Um dos jornalistas lhe perguntou se, assim como Lula fala de futebol, ele gostaria de dar palpite em política. "Ele nunca deu palpite no futebol. Como torcedor, tem todo o direito de se manifestar." Após a insistência de um repórter, Parreira rapida-

mente opinou sobre a situação do País. "O Brasil tem pontos fortes e pontos baixos. Deixou de crescer o que tinha crescido em anos anteriores. Mas, por outro lado, o Brasil tem mantido recordes de exportação. É um trabalho bem feito, e a política econômica tem sido bem conduzida até então."

Parreira pensa em votar em Lula? "Vou resolver com calma, mais à frente", despistou Parreira, provocando a reação rápida de um jornalista: "Que resposta mais tucana!" Parreira não perdeu a tranqüilidade e prosseguiu no tema. "Vou resolver com calma. Eu pessoalmente gosto do presidente e acho que ele tem feito um esforço muito grande para projetar o Brasil no exterior, e tem conseguido. Há gente que critica e há gente que apóia e, como técnico da Seleção, ele nunca vai ter unanimidade." ●

Por Tânia Monteiro
ENVIADA ESPECIAL A LONDRES

PREGÃO Nº 41/2006

Objeto: Pregão Eletrônico - Confeção de materiais de mesa e copa.
Total de Itens Licitados: 00005 . Edital: 09/03/2006 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 . Endereço: Protocolo da Presidência da República situado na Portaria Principal dos Anexos. Praça dos Três Poderes - BRASILIA - DF . Entrega das Propostas: a partir de 09/03/2006 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br . Abertura das Propostas: 22/03/2006 às 14h30 site www.comprasnet.gov.br . Informações Gerais: O valor deste Edital é de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) a ser recolhido junto ao Banco do Brasil, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser emitida através da internet no site www.stn.fazenda.gov.br, unidade favorecida: 110001, Gestão 0001, Código de Recolhimento: 28875-6, para aqueles que retirarem no Protocolo situado na Portaria Principal dos Anexos ao Palácio do Planalto e gratuito na internet nos sites www.comprasnet.gov.br e www.planalto.gov.br

GUTEMBERG RIBEIRO

Pregoeiro

(SIDEAC - 08/03/2006) 110001-00001-2006NE000163

FOLHA DE S. PAULO

VIOLÊNCIA *Alencar e Forças Armadas temem vítimas civis, mas apóiam a operação no Rio; militares querem forçar tráfico a achar armas*

Para governo, ação do Exército é de alto risco

ELIANE CANTANHÉDE
COLUNISTA DA FOLHA

O presidente interino da República e ministro da Defesa, José Alencar, classificou a operação do Exército nas favelas do Rio como de "alto risco", ontem, em conversas reservadas. O grande temor dele e do restante do governo e das próprias Forças Armadas é que haja vítimas civis, principalmente mulheres e crianças.

Apesar do risco, o governo apóia a ação —considerada no Exército uma "guerra de resistência" ou uma "guerra de nervos" com a cúpula do tráfico de drogas no Rio. Ao ameaçar só sair das favelas após reaver as armas roubadas de um quartel, a intenção é pressionar o comando dos traficantes a devolver as armas para se livrar do cerco rapidamente.

Há a suspeita, no Comando do Exército, de que as armas não estejam mais nos morros e até de que não tenham sido roubadas pelo tráfico organizado, mas sim por bandidos comuns. A pressão da Força, portanto, seria para que os próprios chefes do tráfico tratassem de descobrir os autores, recuperassem as armas e encer-

rassem assim a operação militar.

A suspeita de participação de bandidos comuns se baseia em duas avaliações:

1) O tráfico sabia que, ao roubar quartéis, atrairia os soldados e abriria uma guerra muito mais pesada do que a que está habituada, mesmo numa cidade conflituada como o Rio de Janeiro;

2) se tivesse sido, de fato, um ato dos traficantes, eles já teriam desistido das armas para se livrar dos soldados e do cerco.

Como parte dessa "guerra de resistência", o Exército fechou as principais portas de entrada das favelas, inclusive a nevralgia via Dutra, para, como foi descrito à **Folha**, "desidratar as fontes de recursos do tráfico". Ou seja, impedir o trânsito de drogas entre fornecedores, traficantes e usuários.

A idéia é cercar as quadrilhas em dois sentidos: o físico, geográfico, e o financeiro — sem drogas, não há dinheiro. Até que as armas realmente apareçam. Caso contrário, o próprio Exército admite que a situação ficará delicada, pois não teria como justificar uma retirada de mãos abanando. Seria desmoralizante.

A operação no Rio foi de risco, mas não repentina. Na verdade,

vem sendo preparado há meses e apenas esperava um "momento certo", uma justificativa consistente e que atraísse a aprovação e simpatia da sociedade.

Na avaliação do governo federal e das Forças Armadas, a participação do Exército é bem aceita entre os cariocas, mas era preciso vencer resistências em áreas de fora do Estado, especialmente na área acadêmica e entre os chamados "formadores de opinião".

A ousadia dos bandidos, sejam ou não do comando do tráfico mais pesado, de entrar num quartel e roubar armas do Exército foi o estopim que a Força Armada esperava. "Isto é inadmissível", ouviu a **Folha** de mais de um oficial a longo da semana.

A preparação da ação estava, inclusive, nos cálculos e planos estratégicos do próprio envio de soldados para o Haiti, onde o Brasil comanda a força de paz da ONU (Organização das Nações Unidas). Entre outros objetivos, está o de "treinamento" para atuar em conflitos envolvendo civis, como é o típico caso do Rio.

Oficiais têm destacado as diferenças entre as favelas do Rio e do Haiti. Enquanto as cariocas são

controladas pelo tráfico, altamente armado e cheio de dinheiro, as haitianas são habitadas por bandidos comuns, geralmente pobres, desarmados ou mal armados, e até famintos. No Rio, são organizados. Lá, apenas gangues.

O mais importante no treinamento dos brasileiros no Haiti é a convivência direta entre o soldado armado e os civis e o autocontrole: os soldados no Haiti não treinados o tempo inteiro para não atirarem em civis e evitarem confrontos diretos a todo custo. É o que eles usam agora no Rio.

O grande temor das Forças Armadas, e não só do Exército, é que um tiroteio entre soldados e traficantes possa produzir vítimas inocentes. A ordem é não atirar e não ser em último caso.

Nesse sentido, a foto publicada num jornal do Rio, ontem, com um rapaz provocando ostensivamente as tropas no telhado de uma casa foi fartamente discutida no "Forte Apache" —como é conhecido o Quartel General do Exército em Brasília. Ao mesmo tempo em que oficiais se mostravam indignados com a provocação, consideravam que era um bom teste para os nervos e o profissionalismo dos soldados.

Arma não está em morro, diz facção

RAPHAEL GOM DE

OLIVEIRA

A megaoperação montada pelo Exército no Rio, com o objetivo de sufocar o tráfico de drogas para recuperar os fuzis roubados de um quartel na sexta-feira passada, teria provocado a mobilização de líderes da facção criminosa para que as armas sejam entregues.

Uma pessoa ligada ao Comando Vermelho afirmou ontem à Folha que membros da facção foram os autores do roubo e que seus líderes os estão pressionando a devolver as armas, porque estão tendo a venda de droga prejudicada. O assalto foi uma tentativa do CV de recuperar armamento — oito fuzis — perdido na frustrada invasão da Rocinha, em fevereiro.

Os dez fuzis e a pistola roubados, segundo relatado à Folha, não estão em um morro, mas em uma favela plana do Rio, em área próxima do quartel do Estabelecimento Central de Transporte, em

São Cristóvão, na zona norte da cidade, de onde foram levadas.

As principais favelas nessa área citada são Manguinhos, Jacarezinho e Barra da do Vasco, todas com a venda de droga dominada pelo CV. Manguinhos e Jacarezinho são duas das oito comunidades ocupadas pelo Exército.

"As armas não estão para aparecer. O pretexto que a ação do Exército está causando [ao tráfico de drogas] na dava para comprar muito mais do que dez fuzis", afirmou a pessoa, que deu entrevista sob condição de anonimato.

A intenção da Força é justamente asfixiar o comércio de drogas na cidade para torcer o tráfico e entregar o armamento.

O roubo da unidade do Exército foi levado a cabo para recuperar oito fuzis — seis apreendidos pela polícia e dois por traficantes rivais — perdidos na tentativa de invasão da Rocinha, versão corroborada por policiais. "No tráfico, fuzil não se perde", disse o informante ouvido pela Folha.

Segundo ele, o Comando Ver-

melho, sem dinheiro, teria optado por uma ação de risco para obter as armas, em vez de comprá-las no mercado negro. Cada fuzil tem valor estimado em R\$ 15 mil.

Sem contrabando

Outra consequência da operação do Exército identificada pela pessoa ouvida pela Folha é a interrupção do contrabando de armas e drogas para a capital fluminense devido aos bloqueios e blitzes formados ontem pelo Exército nas estradas de acesso ao Rio.

Parte da operação psicológica do Exército, a distribuição de panfletos pela força-tarefa em toda a cidade está tendo efeito entre os traficantes. Em locais cuja venda de droga é dominada pelo CV, mesmo em áreas ainda não ocupadas, os criminosos demonstram ansiedade e temor de que venham a ser alvo da ação.

"Os bandidos que roubaram as

armas não se preocupam com o bem de sua família. Eles vão usar as armas para aumentar a violência contra você. Denuncie os bandidos e os locais de esconderijo das armas. Ligue para o Disque-Denúncia", diz o texto do panfleto "Denuncie Já".

Se as armas de fato forem devolvidas em breve, será a repetição do que já aconteceu em outras ocasiões de roubos semelhantes em unidades das Forças Armadas. Um desses casos foi em julho de 2004, quando três fuzis foram desviados do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana. Três dias após 70 homens da Polícia do Exército ocuparem o Vidigal, os fuzis foram achados por meio de denúncia anônima.

A força-tarefa montada para recuperar o armamento inclui, além do Exército e da Secretaria de Segurança Pública, os setores de Inteligência da Polícia Federal e da Secretaria de Administração Penitenciária.

VIOLÊNCIA Militares ampliam ocupação com o uso de lancha e helicóptero, além de barreiras nas ruas da cidade; armas continuam sumidas

Sem êxito, Exército agora bloqueia estradas

SERGIO TORRES

DE SÃO CRISTÓVÃO

O Exército ampliou para manobras próximas ao Rio a ação militar em busca das armas roubadas de um quartel na zona norte. Bloqueios foram montados nas principais saídas da cidade. Em lancha emprestada pela Polícia Federal, os militares patrulham a baía de Guanabara. Pela primeira vez, helicópteros com soldados armados sobrevoaram áreas ocupadas. Como ocorre há seis dias, as armas não apareceram.

Embora o aparato tenha se tornado ainda mais visível, o Estado-Maior do CML (Comando Militar do Leste) já começou a discutir, ainda que de modo reservado, a hipótese de os dez fuzis e a pistola não serem recuperados.

Caso isso ocorra, o mais provável é que as tropas voltem aos quartéis, e o serviço de inteligência do Exército continue a investigar o paradeiro do armamento,

roubado na sexta passada do ECT (Estabelecimento Central de Transporte), em São Cristóvão.

Oficialmente, não há data para o fim da ocupação. O Exército considera a recuperação das armas "um ponto de honra", disse ontem o coronel Fernando Lemos, porta-voz do CML, representação que abrange os Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo.

"[Isso] quando o comandante [general Domingos Curado, comandante do CML] achar que não há mais condições, não adianta mais", disse Lemos.

Ontem pela manhã, o Exército ocupou, com 200 homens da Brigada de Infantaria de Paraquedistas, a favela do Metrô (Vila Kennedy, zona oeste), reduto do CV (Comando Vermelho).

Na Metrô, ocorreu a primeira apreensão de armamento em seis dias de ocupação de favelas. O Exército disse ter localizado em uma ruela dois coletes à prova de balas, uma granada e pacotes de

TNT. Uma submetralhadora foi desviada em uma casa no morro da Providência. Mas essas armas nada têm a ver com o material levado do quartel.

De manhã, os militares começaram a montar barreiras em pontos estratégicos de saída e chegada ao Rio. Com o auxílio da Polícia Rodoviária Federal, os bloqueios foram instalados em Niterói (15 km), após o pedágio da ponte da rodovia Rio-Santos, na altura de Itaguaí (a 60 km do Rio), na km Petrópolis (BR-040), em Parque de Casas (Baxada Fluminense) e no belvedere da Dutra (Rio-S?), em Pirai (80 km do Rio).

Os dois helicópteros circularam pela manhã. As 8h30, um deles, com dois soldados com fuzis e com as pernas para fora do aparelho, passaram ao lado da pista no sentido Rio da ponte Rio-Niterói. À tarde, so um helicóptero foi usado nas zonas norte e oeste.

O patrulhamento da baía de Guanabara ocorreu durante todo

o dia. A lancha da PF, com soldados e oficiais do Exército, circulou por pontos próximos as favelas da ilha do Governador (zona norte), onde as quadrilhas são consideradas as mais bem armadas do Rio.

O Exército deixou ontem as favelas Vila dos Pinheiros (complexo da Maré) e Parque Alegria (Caju). Segundo o porta-voz do CML, não se confirmaram os indícios de que as armas estariam lá.

Já no complexo do morro do Alemão, as tropas estenderam a ocupação da favela Nova Brasília para a vizinha Parque Alvorada.

Desde 2000, pelo menos 211 armas foram roubadas ou furtadas de quartéis das Forças Armadas no Rio, segundo o Exército, Marinha e Aeronáutica. Parte das armas e simplesmente desviada.

A Aeronáutica foi a que mais teve armas extraviadas: 126. Desde 2000, o Exército perdeu 52 armas (sendo 32 fuzis Faj, o mesmo modelo dos roubados na sexta-feira). So 12 foram recuperados

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro. S. Ex^a dispõe de vinte minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)
– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– V. Ex^a falará em seguida ao Senador Flexa Ribeiro, por vinte minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, gostaria muito de trazer uma notícia boa sobre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Venho aqui hoje para relatar a ida do Presidente ao Pará em campanha eleitoral, como ele tem feito pelo País afora em busca da reeleição. Há duas semanas, em um comício em Marabá, no sul do Estado, ele disse que se sente decepcionado quando chega em alguns Estados e se depara com governadores usando programas federais para promoção pessoal. Imaginem!

Disse o Presidente em Marabá: “Aqui mesmo no Pará, temos repassado muitos recursos, mas sem que nenhuma citação seja feita de nosso envolvimento no desenvolvimento do Pará, que ano passado recebeu R\$5.547.000.000,00. Só em programas sociais, nós passamos nas transferências voluntárias aos Estados e Municípios R\$288 milhões. Isso apenas em 2004, não estou citando 2005”, disse o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vou repetir, Senador Arthur Virgílio: o Presidente da República foi ao Município de Marabá e disse que o Pará tinha recebido do Governo Federal, Presidente Paulo Paim, R\$5.547.000.000,00.

Em seu discurso, o Presidente Lula anunciou que repassou ao Pará “para aplicações em investimentos diretos do Governo Federal, R\$902 milhões; para o Programa de Transferência de Renda, R\$706 milhões; repasse do FNDE, R\$676 milhões, fora os repasses constitucionais, somente em 2004”.

Lula afirmou que, apesar de todo esse montante de recursos repassados ao Pará pelo Governo Federal, “não vê sequer a logomarca do Governo nas placas espalhadas nos Municípios pelo Governo Estadual”.

Senadora Fátima Cleide, o Presidente não vê a logomarca do Governo Federal nas placas porque

não há recursos federais no Estado do Pará. Esta é a realidade, Presidente Paulo Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ou o Presidente Lula está sendo enganado por sua assessoria, ou falta com a verdade para tentar enganar o povo do Pará no que se refere aos repasses da União ao nosso Estado.

Além de não cumprir as promessas de campanha feitas nos palanques paraenses como, por exemplo, o asfaltamento da rodovia Transamazônica, da rodovia Santarém-Cuiabá e a conclusão das eclusas do rio Tocantins, no Município de Tucuruí, entre elas, o Presidente Lula vem penalizando o povo do Estado do Pará de forma grotesca. Só que quando ele penaliza o Estado do Pará, Senadora Lúcia Vânia, ele penaliza todos os paraenses, inclusive aqueles que votaram nele, praticamente metade do eleitorado do nosso Estado.

As transferências voluntárias da União para o Estado do Pará, em 2004 e 2005, não chegaram sequer ao patamar dos repasses feitos em 2002, último ano da gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E aí os números estão à disposição para que sejam desmentidos. E isso, apesar da inflação acumulada no Governo Lula e do crescimento na arrecadação de impostos, pois nunca a carga tributária no Brasil esteve tão elevada quanto agora.

O Governador do meu Estado, Simão Jatente, disse que gostaria que fosse verdade a informação do Presidente Lula. Aliás, não é só o Governador Simão Jatene não, eu próprio e todos os paraenses, os quase sete milhões de habitantes do nosso Estado gostaríamos muito que o Presidente Lula colocasse R\$5 bilhões, R\$7 bilhões, R\$10 bilhões no Estado do Pará. Faça isso, porque isso é atender as necessidades dos brasileiros que lá vivem.

Como eu disse, nós todos gostaríamos que fosse verdade a informação do Presidente Lula de que o Governo investiu 5,5 bilhões de reais no Pará. Disse o Governador Jatene: “Se o Presidente Lula disse isso, é preciso dizer também onde esse dinheiro está sendo investido”. Os bilhões citados pelo Presidente Lula durante a sua visita a Marabá equivalem a quase todo o orçamento do Estado para este ano de 2006. Com 5,5 bilhões de reais, Senador Sibá Machado, daria para construir 100 hospitais metropolitanos iguais ao que o Governo vai inaugurar no Município de Ananindeua. São 100 hospitais! Não há como esconder obras desse tipo. Se procurarmos com uma lanterna uma obra federal no Estado do Pará, corremos o risco de não encontrá-la. Daria também para asfaltar várias vezes rodovias que o Senador Sibá Machado conhece, a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, além de concluir várias eclusas da Hidroelétrica de Tucuruí.

O mais estranho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, é constatar que o Presidente Lula diz ter repassado 5,5 bilhões para o meu Estado, o Pará, mas foi a Marabá participar da inauguração de uma obra, um campus universitário, que custou um pouco mais de 1,5 milhão de reais, recursos, Presidente Paulo Paim, bancados pela Companhia Vale do Rio Doce.

Quer dizer, o Presidente Lula vai ao Pará, diz que investiu 5,5 bilhões de reais em recursos federais no Estado e, em vez de ir inaugurar uma das obras construídas com esse investimento, ele vai visitar – não foi nem inaugurar porque a obra ainda não está concluída – a ampliação de um campus da Universidade Federal do Pará, e as obras dessa parte que ele visitou foram bancadas com recursos da Companhia Vale do Rio Doce. Nem recursos federais havia na obra que o Presidente visitou, na sua campanha eleitoral, no Estado do Pará.

Será que o Presidente Lula não encontrou uma única obra de importância no Pará, bancada pelo seu Governo, em que tenha investido pelo menos parte desses propalados 5,5 bilhões de reais? Se esse dinheiro já foi liberado, por que essas obras, como as eclusas e as rodovias, fundamentais o nosso Estado não foram feitas, como prometeu o Presidente Lula em campanha?

Mais do que palavras, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que a sociedade paraense possa ver que não existem obras do Governo Federal com a dimensão de R\$5,5 bilhões. Aí é importante que toda população do Estado do Pará, que nos assiste e nos ouve pela TV Senado, tenha conhecimento, saiba que a verdade é a que está sendo dita pelo Governador Simão Jatene, de que esses recursos lamentavelmente não foram investidos no Estado do Pará. Gostaria muito que fossem porque estaria resolvida grande parte das dificuldades de nosso Estado em infra-estrutura, para que se acelerasse o desenvolvimento que vem se dando há dez anos que possibilitou triplicar o PIB do Pará: em 1994, era da ordem de R\$10 bilhões e, no final do ano passado, R\$ 31 bilhões. Isso foi feito com investimentos, seguramente, do Governo do Estado dentro de um projeto de construção do novo Pará.

Os fatos são mais fortes e, por isso, as informações do Presidente Lula não correspondem lamentavelmente à verdade. A realidade é outra porque, a cada mês, a redução das transferências da União ao Tesouro do Estado do Pará fica maior. Em janeiro deste ano, a União deixou de transferir ao Pará, por conta da compensação das exportações, cujo ICMS o Estado deixou de arrecadar, R\$28 milhões; e a previsão para fevereiro, segundo avalia o Governador Simão Jatene, é que essa perda vai dobrar de valor.

Senador José Jorge, V. Ex^a acompanha a luta que todos os Parlamentares enfrentam pela aprovação do Orçamento de 2006, ainda em discussão na Comissão Mista de Orçamento. Hoje, Senador, foi lido o parecer do Relator-Geral, e não se abriu à discussão, porque lamentavelmente ainda não se chegou a um acordo para que os Estados exportadores sejam compensados da perda de receita do ICMS desses produtos.

O Governo Federal colocou no Orçamento o valor zero, ou seja, nada para a compensação desse Estado. Fez mais. Não colocou, Senador José Jorge, recursos destinados a pagar o salário mínimo de R\$350,00; estimou para R\$321,00. Na proposta do Governo encaminhada ao Congresso, o salário mínimo é de R\$321,00. Ele diz que acertou com as centrais sindicais de pagar R\$350,00, o que consideramos ainda pouco. Mas, no Orçamento do Executivo, só há previsão para R\$321,00. Quem tem que ir buscar os recursos? A Comissão, o Relator-Geral, o Presidente e os Relatores setoriais que têm que buscar, com cortes, com reavaliação estimativa, reavaliação de receita para compensar o pagamento do funcionalismo federal e outros pontos que deveriam ter vindo do Executivo no encaminhamento do projeto, mas que devem ser atendidos aqui pelas comissões.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a teve um embate valoroso na Comissão de Orçamento quando o Governo Federal retirou os recursos do Peti para atender às necessidades das crianças, para retirá-las do trabalho infantil, dizendo que alocaria esses recursos no Bolsa-Família. Mas V. Ex^a, conhecedora do assunto, debateu na Comissão que o Bolsa-Família não atende ao Programa do Peti.

Esses são assuntos que deveriam estar sendo discutidos pelo Presidente, Senador Paulo Paim, e não o que foi colocado aqui pelo Senador Arthur Virgílio, segundo o qual Sua Excelência está preocupado se Ronaldo, o fenômeno, vai jogar, se está sendo discriminado ou não. Essa não deveria ser, nesse momento, a preocupação do Presidente, e sim os problemas por que passa a Nação brasileira.

Para encerrar, espero que, no entendimento com os Governadores e o Ministro da Fazenda, na segunda-feira, possamos chegar a um acordo com relação à Lei Kandir, para que esse Orçamento seja efetivamente aprovado já na semana que vem.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu discurso e testemunhar o valor do seu trabalho na Comissão de Orçamento, pelos seus conhecimentos na área econômica e, acima de tudo, pela sua sensibilidade na área social. V. Ex^a tem sido incansável na

busca de recursos para cobrir os recursos da Lei Kandir, o ressarcimento para os Estados exportadores – e o Estado de V. Ex^a é um grande exportador que acaba perdendo muito com a isenção do ICMS. V. Ex^a tem sido incansável, defendendo o seu Estado e o Brasil. Quero aqui reafirmar as suas palavras, quando diz da dificuldade que estamos encontrando no Orçamento porque o Governo manda os projetos, faz um *marketing* incrível – imaginamos que ele vai redescobrir o Brasil a cada momento, a cada dia –; no entanto, quando conhecemos a proposta de lei orçamentária com o que nos deparamos? Com projetos que são divulgados e lançados, mas cujos recursos não são alocados na proposta encaminhada pelo Executivo. Passa a Comissão de Orçamento a buscar ansiosamente esses recursos, como V. Ex^a disse aqui com relação ao salário mínimo, que chegou lá com um valor de R\$321,00, e nós tivemos a oportunidade de elevá-lo para R\$350,00 com o exame da receita, buscando recursos. Fizemos a mesma coisa com o reajuste da tabela do Imposto de Renda, cuja provisão de recursos também não foi feita. Idem com o Fundeb, também sem um centavo, embora a proposta que está sendo discutida aqui diga que o Governo vai investir, neste primeiro ano, R\$2 milhões. Para surpresa nossa, o Relator-Geral coloca, no seu relatório, o valor de R\$500 mil para ampliar um projeto que foi sucesso e que é motivo de preocupação de todos nós. Portanto, quero dizer da alegria de ver V. Ex^a ocupando esta tribuna, defendendo os interesses do seu Estado, e quero testemunhar ao povo do Pará sua dedicação, sua determinação e, acima de tudo, sua aplicação aos trabalhos parlamentares. Parabéns.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, porque a Nação brasileira tem conhecimento, por meio dos meios de divulgação do Congresso, da TV e da Rádio Senado e da TV e da Rádio Câmara, da realidade entre o discurso e a prática.

Como V. Ex^a colocou, o Governo Federal, o Executivo, o Presidente Lula encaminha ao Congresso o salário mínimo de R\$321,00, e depois diz que é de R\$350,00. Contudo, quem tem que arrumar os recursos é o Congresso Nacional, que precisa fazer a aprovação do projeto, agregando recursos aos R\$350,00 para o salário mínimo e outros pontos.

A SRA. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – O mais incrível, Senador Flexa Ribeiro, é que o próprio Governo diz que nós estamos aqui inventando receita.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É. Inventando receita porque veio aquém da realidade, para que eles fizessem as manobras que foram realizadas em 2005. Ao final do ano, com o contingenciamento

elevado, fizeram empenhos da ordem de R\$10 bilhões, no último dia, praticamente, do exercício daqueles recursos, que estavam além da necessidade do contingenciamento levado a efeito no ano passado.

Então, Senadora Lúcia Vânia, é importante que a Nação brasileira tome conhecimento desses fatos, do trabalho do Congresso Nacional, para que possam se tornar realidade os discursos que são feitos e não são colocados em prática nas propostas governamentais.

Encerrando, Sr. Presidente, para não abusar da generosidade de V. Ex^a, quero só repetir, mais uma vez, aqui da tribuna: “Presidente Lula, por favor, invista os R\$5,5 bilhões que Vossa Excelência disse em Marabá, Estado do Pará, há duas semanas. Faça isso, porque são obras de infra-estrutura que serão realizadas e virão em benefício da população paraense e brasileira, que ficará devendo esse grande benefício a Vossa Excelência, se esses cinco bilhões de reais – reais a moeda e reais de fato – forem aplicados em obras e serviços para a nossa população. Mostre essas obras, para que possamos realmente saber que Vossa Excelência está dizendo a verdade para a população brasileira”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador José Jorge, como Líder da Minoria, por vinte minutos, com a tolerância de mais dois.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando o Senado Federal instalou a CPI dos Bingos e esta começou a se aprofundar no exame do submundo do jogo no Brasil, constatou-se que a rede de influência dos bingueiros era muito maior do que até então imaginávamos.

Ao começar a ouvir depoimentos envolvendo prefeituras administradas pelo PT, em especial no Estado de São Paulo, o Governo reagiu, dizendo que a Comissão estava perdendo o foco e que não chegaria a nada, tendo até ameaçado questionar o funcionamento da CPI no Supremo Tribunal Federal. Chegaram até a apelidar a CPI de “CPI do Fim do Mundo”.

A CPI dos Bingos, na audiência que realizou ontem, confirmou o acerto da linha de investigação que vem empreendendo e que poderá redundar no fim do mundo da corrupção petista. O depoimento do motorista Francisco Chagas da Costa, homem simples mas que exibiu segurança nas suas palavras, desmontou a defesa que o Ministro Antonio Palocci apresentou em seu testemunho e confirmou, de vez, o envolvimento do Ministério da Fazenda com bingueiros.

Na sua participação na CPI, ao ser perguntado pelo Relator se já havia estado na casa do Lago Sul, a “central de *lobby*” da República de Ribeirão, o Ministro Antonio Palocci declarou que: “Não, nenhuma vez”.

O motorista Francisco, na sua sinceridade, foi explícito. “[Palocci] foi lá, ia lá. Mas não em festa. Durante o dia, mas sem festa. Não sei o que ia fazer. Foi poucas vezes... umas três vezes mais ou menos. Eu o vi entrando na casa”.

Ao tentarem abalar a sua credibilidade por não ter feito tal revelação à Polícia Federal, o motorista declarou que nada disse porque não havia sido perguntado, o que coloca em cheque a efetividade do inquérito pela Polícia Federal e reforça o papel da CPI do Senado.

O motorista declarou, ainda, que Palocci, nas vezes em que foi à casa, foi transportado não em carro oficial do Ministério da Fazenda, mas num Peugeot prata pertencente a Ralf Barquete.

Outra mentira desfeita ontem foi o envolvimento do Governo no esquema de jogos, aí envolvendo os bingos e a renovação do contrato da Gtech. O motorista Francisco Costa revelou nos depoimentos que levou dois notórios empregados de jogos de Angola para encontro no Ministério da Fazenda. Esses empresários, segundo denúncia de Buratti, teriam doado um milhão de reais para a campanha do Presidente Lula em 2002.

Outra declaração comprometedoras para o esquema de Ribeirão Preto foi sobre dois telefones celulares adquiridos em nome do motorista e para os quais ele serviu de “laranja”. Esses telefones, segundo a CPI, eram utilizados pelos membros do esquema e registraram mais de duzentas ligações do Sr. Ademirson para estes aparelhos. O Sr. Ademirson, se alguém aqui ainda não sabe, é o Secretário particular do Ministro Palocci, que carrega o telefone dele.

Uma particularidade embaraçosa revelada pelo motorista é o tratamento com que os amigos do Ministro Palocci o distinguiam. Em vez de tratá-lo por Ministro, um título muito mais respeitoso, preferiam chamá-lo de “chefão”. Essa versão, como bem lembrou o Senador Antero, era a forma de tratamento registrada na gravação dos telefonemas entre os membros do esquema, realizada pelo Governo Federal.

Acho que a contundência do depoimento do motorista explica a preocupação do Governo com o depoimento dele. Segundo registra o jornal **Correio Braziliense**, na terça-feira, assessores do Ministro entraram em contato com membros da CPI pedindo que desistissem de ouvi-lo, usando um argumento prosaico: “Francisco ia contar muitas mentiras”.

O Senador Tião Viana, ao final do depoimento, desmentiu a preocupação do Ministro da Fazenda. Se-

gundo a imprensa registrou, o nosso colega petista teria declarado que o motorista “Francisco deu a impressão de que não estava aqui para fazer o mal”.

Mas, não bastasse a firmeza do motorista, o depoimento de funcionários da Prefeitura de Ribeirão Preto, dois deles em reunião reservada por recomendação médica – e, portanto, não secreta, confirmou a existência do esquema de corrupção na Prefeitura do PT.

A ex-chefe da Seção de Obras Gerais da Prefeitura de Ribeirão Preto, Marilene do Nascimento Falsarella, confirmou que adulterava planilhas de medição de serviços, gerando um superfaturamento para a empresa de lixo Leão&Leão. O esquema criminoso seria de R\$400 mil por mês, no período de 2001 a 2004, exatamente o da administração petista, primeiro do Ministro Palocci e, depois, do seu substituto. A funcionária pública concursada reconheceu que alterava as planilhas por determinação do Chefe da Divisão do Departamento de Limpeza Urbana, Dr. Mauro Pereira, que o fazia por determinação da diretora Isabel Bordini. Segundo Marilene, “o Mauro sempre contava que não concordava com o valor a maior, que não estava certo, mas era obrigado a fazer aquilo”.

O esquema funcionava no serviço de varrição. Havia um contrato de varrição. Os fiscais da Prefeitura de Ribeirão Preto preenchiam um formulário com aquilo que efetivamente tinha sido varrido. A empresa Leão&Leão preenchia outra, com R\$400 mil a mais por mês. A SRA. Isabel Bordini, que era a diretora-presidente do órgão, mandava pagar não o que a Prefeitura preenchia, mas aquilo que a Leão&Leão preenchia. Toda a documentação – não só o testemunha dos funcionários – está nas mãos da polícia.

Os dois outros servidores ouvidos em reunião reservada confirmaram integralmente as informações da SRA. Marilene e disseram que também foram constrangidos a concordar com o esquema.

Quem, antes da instalação da CPI, sabia dos esquemas criminosos envolvendo jogos de azar e um partido político? Se a Polícia Federal não consegue ir a fundo na atuação criminosa de autoridades, como na omissão da pergunta ao motorista, nada melhor do que um instrumento poderoso de investigação como a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos deu, ontem, uma declaração contrária à prorrogação da CPI, exatamente quando a CPI está chegando aos “finalmentes” nas investigações, tanto no caso da Gtech quanto no caso de Ribeirão Preto e da morte do Prefeito Celso Daniel.

Hoje, na CPI dos Bingos – não sei se já terminou –, estão ouvindo o Delegado de Polícia de Ribeiro Preto

que está comandando o inquérito que investiga a transferência de recursos com base nas denúncias do Sr. Buratti. Essas denúncias foram desmentidas, o próprio Ministro as desmentiu, mas, com as investigações entrando na documentação, já se verifica que havia uma transferência a mais de R\$400 mil para a Leão & Leão. Essa empresa, por sua vez, recebia notas fiscais de empresas menores e fantasmas, trocava em dinheiro e pagava de propina, dos quais R\$50 mil iam para a Prefeitura de Ribeirão Preto. O Delegado da Polícia de São Paulo acabou de declarar, na Comissão, que as provas de que dispõe no inquérito já lhe permitem indiciar o Ministro Antonio Palocci, como ex-Prefeito de Ribeirão Preto, seu sucessor e alguns funcionários por formação de quadrilha e peculato.

Portanto, Senador Mão Santa, pela primeira vez no Brasil vamos ter um Ministro da Fazenda, em pleno exercício do cargo, respondendo, no caso do Supremo Tribunal Federal, a um inquérito por formação de quadrilha e peculato.

É realmente um caso inédito. Estamos vendo que essa é a nova cultura política do Brasil. Antigamente, quando havia uma suspeita maior ou um indiciamento sobre um detentor de mandato, ou do Poder Executivo, ou do Poder Legislativo, a pessoa renunciava ao cargo e ia se defender daquela afirmativa na planície, como alguém normal. Agora, neste Governo, todas as acusações são feitas e ninguém sai do seu canto. Fica todo mundo lá, como se nada tivesse acontecido. Então, essa é uma inovação deste Governo, algo que o Brasil aprendeu agora, no Governo do PT.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, 9 de março de 2006! Rui Barbosa – Senador, patrono desta Casa, jurista, jornalista, profeta – eternizou-se por muitas coisas, mas agora ele é profeta. Disse Rui: “De tanto ver triunfarem as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da honra, a ter vergonha de ser honesto e de ser patriota.”

Hoje, com o depoimento do delegado lá, indiciando o homem que devia tomar conta das riquezas e da chave do cofre do Brasil, chegou este dia: vamos ter vergonha de ser honesto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

As investigações sobre a participação dessa turma de Ribeirão Preto que veio para Brasília deixam o Ministro Palocci numa posição muito desconfortável para ser o condutor da política econômica brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada. Talvez nem precise usar tanto.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um registro nesta tribuna de um fato lamentável que está ocorrendo, neste momento, no meu Estado, que é o bloqueio da BR-364, mais uma vez, desta feita bloqueada por várias etnias indígenas que reivindicam melhorias e atenções na área de saúde, principalmente.

Eu gostaria de informar à população do Estado de Rondônia que nos assiste, principalmente à população da região central do Estado, de Pimenta Bueno e de Cacoal, que já mantivemos contato com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e com o Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, e que estamos buscando contato com o Ministro da Saúde. Um funcionário da Funai já está se deslocando da capital, Porto Velho, para Riozinho, distrito residencial indígena, a fim de conversar com os índios que neste momento bloqueiam a estrada. Esperamos que as soluções venham o mais rápido possível e que realmente representem melhoria na qualidade de vida daqueles povos.

Sr. Presidente, como ontem não pude me manifestar a respeito do dia 8 de março e hoje, pela manhã, em face de vários compromissos, não pude fazê-lo, gostaria, neste momento, não apenas de homenagear as mulheres brasileiras, mas também de ressaltar, dentre tantos temas e riqueza de acontecimentos que marcam as diversas programações deste Dia Internacional da Mulher, o nosso especial aplauso à recente medida do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de incentivo à formalização do trabalho doméstico, tema que foi objeto de pronunciamento de diversos parlamentares.

A medida anunciada ontem pela Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, permitirá ao contribuinte que tiver Imposto de Renda a pagar deduzir o valor recolhido à Previdência Social, ou seja, 12% sobre o salário pago. Este é o percentual pago pelo empregador que assina a car-

teira de trabalho do trabalhador ou da trabalhadora doméstica.

O abatimento no Imposto de Renda incidirá sobre um salário mínimo e valerá apenas para um trabalhador ou trabalhadora doméstica.

A decisão do Governo Lula tem o claro objetivo, Sr^{as} e Srs. Senadores, de estimular o registro em carteira de cerca de mais de um milhão de trabalhadores domésticos que ganham um salário mínimo ou um pouco mais e estão ainda na informalidade. Por isso, é digna esta medida do nosso apreço.

Na prática, com o desconto equivalente ao pago à Previdência, o Governo está estimulando as pessoas que têm trabalhador ou trabalhadora doméstica sem registro a legalizarem sua situação, podendo, já em 2007, deduzir parte do gasto na Declaração de Ajuste Anual.

Senhoras e senhores, na véspera do Dia Internacional da Mulher, este assunto ganhou variados espaços na mídia. O jornal **Folha de S. Paulo** o trouxe em manchete principal, com o título “Gasto com INSS de doméstica poderá ser abatido do Imposto de Renda”. “Incentivo à contratação de domésticas”, diz o **Correio Braziliense**. O **Globo** minimiza os efeitos da decisão: “Benefício no Imposto de Renda com doméstica será pouco”.

Como se trata de novidade, nascem nas páginas de jornais algumas desconfianças, observações e avaliações de “especialistas” sem rosto e nome, mas também, felizmente, análises identificadas com opiniões claras para o debate público, o que considero democrático e saudável.

Sobretudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com toda a justiça e clareza, creditar ao Governo do Presidente Lula o inegável esforço na promoção de políticas públicas dirigidas para redução de desigualdades de gênero e raça, secularmente enraizadas na sociedade brasileira, é algo que se faz necessário. E entendo que a medida ora anunciada caminha nessa direção. Ao pretender que mais de um milhão de trabalhadores domésticos passem para a condição formal de trabalho, está-se promovendo, sim, inclusão social; trabalha-se, sim, pela redução das desigualdades.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque e, logo em seguida, ao Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Fátima Cleide, felicito V. Ex^a por trazer este assunto, que tem merecido pouca atenção aqui no Senado.

Considero que, sem dúvida alguma, é um avanço do Governo Lula essa preocupação, mas aproveito para fazer uma reflexão. Mesmo com esse avanço que o Presidente está promovendo, ainda é triste que o País tenha seis milhões de pessoas submetidas ao trabalho doméstico, em vez de estarem no trabalho que a economia produz, não por culpa do Presidente Lula – que no momento está dando esse avanço –, mas por culpa da história brasileira e de uma aristocracia que julga que não pode viver se não tiver empregadas e empregados domésticos, sendo que, dos seis milhões, apenas 1,5 milhão tem carteira assinada. Torço para que esse processo do Presidente Lula consiga levar os seis milhões à regularização, mas espero que um dia não precisemos mais ter necessidade desse resquício dos tempos do Império. Sobretudo, penso que deveríamos ter leis que regulassem não apenas do ponto de vista profissional, mas do ponto de vista do tratamento. Em alguns casos, quartos de empregadas e empregados domésticos neste País têm condições piores do que as senzalas dos escravos. O Brasil é um dos poucos lugares do mundo que tem na escola de arquitetura o conceito de quarto doméstico – quarto de empregada doméstica. Não existe mais isso no resto do mundo! Mesmo assim, é de tamanho minúsculo para se colocar uma cama. É tão pequeno que, se for uma empregada ou empregado nordestino, que gosta de dormir em rede, não consegue, porque a rede fica impossível de ser dormida, tão pequeno é o espaço entre uma parede e outra. Felicito o Governo, sim, por estar fazendo isso, mas gostaria de ver um avanço maior e que neste Brasil pudéssemos ter todos com emprego formal nos setores produtivos da economia.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com certeza, Senador Cristovam. É um sonho de todos nós superar essa fase em que o trabalho doméstico nos traz a lembrança da escravidão. E creio que, com essa medida, o Presidente Lula realmente dá um passo significativo para a superação desse fator de escravidão que, infelizmente, ainda reina em muitos lares da aristocracia brasileira, como diz V. Ex^a.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Fátima Cleide, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, inclusive pela abertura da sua fala. V. Ex^a me dizia, minutos atrás, que talvez não usasse todo o tempo, porque viajaria com urgência para seu Estado, devido à situação dos povos indígenas daquela

região, de Riozinho, se não me engano, em relação a uma questão de saúde. V. Ex^a, como Senadora daquele Estado, estaria indo para lá de imediato, acompanhada inclusive – pelas informações que recebi – de assessores do Ministério da Saúde. Por essa primeira parte, já fica aqui o nosso cumprimento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Ainda não temos certeza se irá alguém do Ministério da Saúde. Alguém da Funai já está se deslocando para lá.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez, a V. Ex^a. A segunda questão trata da regulamentação de dedução no Imposto de Renda referente ao trabalho das empregadas domésticas. Quando Deputado ainda, Senadora Fátima Cleide, apresentei projeto nesse sentido; a Senadora Benedita da Silva apresentou inúmeros projetos nesse sentido e sei que outros Parlamentares assim também o fizeram. Foram apresentados, mas infelizmente não avançaram. Avalio, portanto, que essa regulamentação vem em boa hora, próximo ao Dia Internacional da Mulher, porque, sem sombra de dúvida, dos empregados domésticos quase 90% são mulheres...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – E, na maioria, negras.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E a maioria é negra ainda. Dá-se, portanto, oportunidade para que aqueles que estão no mercado informal possam ter a carteira de trabalho assinada – e V. Ex^a lembra que deve ultrapassar um milhão de pessoas. Claro que gostaríamos que os mais de seis ou sete milhões que estão no mercado informal tivessem a carteira assinada. Eu diria que todos aqueles que apresentaram projeto nesse sentido estão contemplados, porque estamos caminhando para a regulamentação definitiva do trabalhador da área doméstica. Cumprimento V. Ex^a por trazer esse tema ao debate. Aproveito a presença do Senador Mão Santa e adianto que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou hoje, de forma terminativa, o relatório do Senador Mão Santa em projeto de nossa autoria para garantir o fim do fator previdenciário. Foi bom porque todos votaram, Parlamentares da Base do Governo e também da Oposição. A aprovação foi por unanimidade, e a matéria vai para debate à Câmara dos Deputados. Com esses dois projetos, eu diria que principalmente a mulher é beneficiada, porque o fator previdenciário reduzia em 35% o valor da aposentadoria. Fiz este aparte para cumprimentar V. Ex^a pelo brilhantismo do seu pronunciamento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Quero também parabenizá-lo, assim como o Senador Mão Santa, pela aprovação do projeto.

Ouçó, com prazer, o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Obrigado, nobre Senadora Fátima Cleide. Cumprimento V. Ex^a pela relevância dos temas que aborda neste momento, assuntos do nosso Estado, como o fechamento da BR pelas etnias Cinta-Larga e Suruí, com reivindicações justas. Muitas vezes, o poder público demora muito para chegar nas bases, principalmente nas aldeias indígenas. Eles há muito tempo reclamam esses auxílios, principalmente na área de saúde. Há também a questão do garimpo dos diamantes na reserva dos Cinta-Larga, uma riqueza imensurável sem uma ordenação por parte do Governo Federal. Estive por algumas vezes com o Ministro da Justiça pedindo providências para que o Governo Federal ordenasse essa questão do garimpo. Há sempre um conflito com garimpeiros entrando nas terras. A Polícia Federal gasta uma verba altíssima para poder manter a ordem naquela região, com base em Pimenta Buen, Espigão do Oeste e Porto Velho, e é um assunto quase sem solução. Isso vai desesperando aquelas etnias indígenas. Além disso, há a questão da saúde. A Funasa, neste momento, está deixando a desejar. Talvez seja falta de orçamento – sabemos que há sempre um problema financeiro por trás disso – a demora do atendimento na assistência à saúde nas aldeias indígenas. Então, quero colocar-me à disposição, juntamente com V. Ex^a, para ajudar a resolver essa questão. O cacique Almir Suruí tem nos telefonado – ligou para mim, para a Deputada Marinha e tenho certeza de que para V. Ex^a e para outros Parlamentares também – para que os ajudemos a resolver esse problema tão sério que é o de Rondônia, para que a nossa BR seja liberada. Aproveito também o ensejo para falar sobre os buracos na BR. V. Ex^a tem andado na estrada, assim como eu, e sabe que já começa novamente, nesse período de chuvas em Rondônia, a ser esburacada a BR. Cobrei ontem do Diretor-Geral do Dnit – aproveitando esse fechamento da BR por outros motivos – providências acerca da situação dos buracos da BR-364, que têm causado vítimas quase que diariamente. Temos ajudado o Governo, o DNIT, o Ministério dos Transportes, mas, queremos essa contrapartida. Abusando um pouco no tempo deste aparte, quero também fazer coro ao pronunciamento de V. Ex^a quanto à passagem do Dia Internacional da Mu-

lher. Não tive oportunidade, anteriormente, de externar nossas homenagens. Quero homenagear as mulheres rondonienses, as mulheres brasileiras, assim como V. Ex^a, que têm galgado posições importantes na vida pública e privada da nossa Nação. Encerro parabenizando V. Ex^a pelos temas abordados neste momento, inclusive a questão das empregadas domésticas. Esse é um tema importantíssimo. O Governo Lula deu um salto nessa área, e quero parabenizá-lo de coração. É uma classe sofrida a das empregadas domésticas. Penso que elas tiveram, mesmo tardiamente, um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados, principalmente àquelas pessoas que não podem, às vezes, trabalhar em casa e precisam de um empregado ou de uma empregada doméstica para auxiliá-los. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp. Fico muito feliz porque sei que V. Ex^a também está nessa luta para resolver os problemas que nós enfrentamos no Estado.

Quero dizer também que esse estímulo do Governo Lula à formalização do trabalho doméstico é uma entre as várias outras medidas que surgirão no bojo da Campanha Nacional pela Formalização e Valorização do Trabalho Doméstico, que foi lançada, ontem, pela nossa Ministra Nilcéa Freire, nos Municípios de Nova Iguaçu e Niterói, no Rio de Janeiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o foco nas questões de gênero e raça neste Governo começou com a firme e sábia determinação do nosso Presidente de dar **status** de Ministério às Secretarias Especiais de Políticas Públicas para as Mulheres e à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. É um fato que não podemos, Senador Paulo Paim, deixar de registrar.

Um trabalho diligente está em curso na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. A sua atuação é dinâmica, passando pela criação ou reativação de casas-abrigo, centros de referência da mulher, instalação de novas delegacias e, principalmente, a execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, numa incessante interlocução com parceiros de governo e com as instâncias municipais e estaduais.

Quero aqui ler, apenas para ilustrar, um trecho da publicação **O Progresso das Mulheres no Brasil**, recém-saída do forno de estudo do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, que engloba oito temas, dentre eles o crescimento profissional.

As mulheres brasileiras estão cada vez mais qualificadas, têm mais tempo de estudo

que os homens, começam a ingressar em profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de comando, ainda que lentamente...

Nos últimos anos, elas também vêm sendo beneficiadas por um conjunto de normas legais e ações governamentais que tentam promover a igualdade de gênero no trabalho. No entanto, as trabalhadoras ganham salários inferiores aos dos homens e em quase todas as ocupações têm sido devastadoramente afetadas pelo desemprego, são maioria no mercado informal, nas ocupações precárias e sem remuneração. Além disso, recai sobre elas grande parte das tarefas domésticas. Por isso, do ponto de vista das políticas públicas, um dos maiores desafios dos novos tempos no Brasil é promover justamente a conciliação entre família e trabalho.

Um passo para essa conciliação é a urgente e necessária aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, que amplia os investimentos para além do ensino fundamental, contemplando também o ensino infantil e médio, ou seja, a educação básica como um todo.

Com isso, os filhos e as filhas de milhares de trabalhadoras terão acesso a creches e à educação infantil. Não falamos aqui, Senador Paulo Paim, de qualquer creche ou de qualquer educação infantil. Queremos creches de qualidade, educação infantil de qualidade. Enfim, queremos educação pública de qualidade. Para isso, é urgente a aprovação do Fundeb. Se ele não faz a revolução necessária e urgente que precisamos, dá passos significativos para se atingir a revolução com que tanto sonhamos.

A inclusão das creches no Fundeb foi resultado da luta das mulheres e dos trabalhadores em educação, a partir da mobilização de suas entidades. É bom que façamos este registro aqui.

Sr. Presidente, para finalizar meu pronunciamento, peço para que ele seja dado como lido na íntegra, uma vez que considero de fundamental importância reafirmar a necessidade de esta Casa responder ao anseio das mulheres trabalhadoras deste País de ter um espaço educacional de qualidade para deixar os seus filhos.

Portanto, não temos mais razão para postergar a aprovação do Fundeb nesta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.

**Senhor presidente,
Senhoras e senhores parlamentares,**

Dentre tantos temas e riqueza de acontecimentos que marcam as diversas programações deste Dia Internacional da Mulher, merece registro e nosso especial aplauso a recente medida do Presidente Lula de incentivo à formalização do trabalho doméstico.

Anunciada pela ministra Nilcea Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, a medida permitirá ao contribuinte que tiver imposto de renda a pagar, deduzir o valor que é recolhido à Previdência Social, ou seja, 12%.

Este é o percentual pago pelo empregador que assina a carteira do trabalhador ou trabalhadora doméstica.

O abatimento no Imposto de Renda deve incidir sobre um salário mínimo e vale apenas para um

trabalhador ou trabalhadora doméstica, caso o contribuinte tenha mais de uma pessoa trabalhando em casa.

A decisão do governo Lula tem claro objetivo: estimular o registro em carteira de cerca de 1, 1 milhão de trabalhadores domésticos que ganham um salário mínimo ou mais e estão na informalidade. Por isso, é digna de nosso apreço.

Na prática, com o desconto equivalente ao pago à Previdência, o governo está estimulando as pessoas que têm trabalhador ou trabalhadora doméstica sem registro a legalizarem a situação, podendo, já em 2007, deduzir parte do gasto na declaração anual de ajuste.

Senhoras e Senhores Senadores.

Na véspera do Dia Internacional da Mulher, o assunto

ganhou variados espaços na mídia. O jornal “Folha de São Paulo” o trouxe em manchete principal, com o título “Gasto com INSS de doméstica poderá ser abatido do IR”. “Incentivo à contratação de domésticas”, diz o Correio Braziliense. O Globo minimiza os efeitos da decisão: “Benefício no IR com doméstica será pouco”.

E, como se trata de novidade, nascem nas páginas dos jornais algumas desconfianças, observações e avaliações de “especialistas” sem rosto e nome, mas também, felizmente, análises identificadas, com opinião às claras, para o debate público, o que considero democrático e saudável.

Mas sobretudo é preciso, Senhores e Senhoras Senadoras, com toda justiça e clareza creditar ao governo do Presidente Lula o inegável esforço na promoção de políticas públicas dirigidas para a redução das desigualdades de gênero e raça,

secularmente enraizadas na sociedade brasileira.

E entendo que a medida ora anunciada caminha nesta direção. Ao se pretender que mais de 1 milhão de trabalhadores domésticos passem para a condição formal de trabalho, está se promovendo inclusão social, trabalha-se pela redução das desigualdades.

Existem hoje 6 milhões e 472 mil trabalhadores domésticos no País, dos quais a totalidade quase absoluta, 6 milhões e 40 mil, são mulheres, mais de 4 milhões delas sem carteira assinada! E 59% do total são negras.

Anônimas, sacrificadas pelos cuidados dispensados aos lares de classe média, a sua própria casa e família, em muitos casos única força de trabalho e renda, são estas mulheres que o nosso governo homenageia neste Dia Internacional da Mulher.

O estímulo à formalização do trabalho doméstico é uma dentre outras medidas que surgirão no bojo da Campanha Nacional pela Formalização e Valorização do Trabalho Doméstico, a ser lançada neste dia 8 de março pela ministra Nilcea Freire, em Nova Iguaçu e Niterói, no Rio de Janeiro.

Senhoras e Senhores Senadores.

O foco nas questões de gênero e raça começou quando nosso Presidente sabiamente criou a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Um trabalho diligente está em curso na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Sua atuação é dinâmica, passando pela criação ou reativação de casas abrigo, centros de referência da mulher, instalação de novas delegacias e execução do Plano

Nacional de Políticas para Mulheres, numa incessante interlocução com parceiros de governo e com as instâncias municipais e estaduais.

Tudo, Senhoras e Senhores Senadores, com o objetivo central de se promover a redução das desigualdades de gênero, tema evocado neste Plenário a cada edição das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Nesta data, quando o Senado mais uma vez promove sessão solene para celebrar as mulheres do Brasil, muitos, por certo, estão a dizer: lá vem de novo essa mulherada com a ladainha da desigualdade de gênero!

Digo sim, continuemos com a ladainha! A desigualdade de gênero infelizmente existe, é cultural, e as mudanças havidas resultam da luta e determinação das mulheres!

Bravas mulheres, iguais a estas companheiras de luz, que dão brilho a este plenário, com sua história de vida e dignidade. Merecedoras, não há dúvida, do Diploma Mulher- Cidadã Bertha Lutz.

A luta continua. Porque há um tema candente, em tudo diferente da inspiração para a criação do 8 de março, lá trás, quando operárias americanas morreram carbonizadas, num incêndio criminoso, trancadas na fábrica porque em greve queriam a redução da pesada jornada de trabalho.

Falo, Senhoras e Senhores, da enorme e crescente responsabilidade das mulheres nestes novos tempos de Brasil, saltando aos olhos de qualquer pessoa sensível uma persistente desigualdade, apesar dos vários avanços.

Apenas para ilustrar, leio trecho da publicação “O Progresso das Mulheres no Brasil”, recém-saída do

forno de estudos do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher(Unifem), e que engloba oito temas, dentre eles o crescimento profissional:

“As mulheres brasileiras estão cada vez mais qualificadas, têm mais tempo de estudo que os homens, começam a ingressar em profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de comando, ainda que lentamente. ..

Nos últimos anos, elas também vêm sendo beneficiadas por um conjunto de normais legais e ações governamentais que tentam promover a igualdade de gênero no trabalho..

No entanto, as trabalhadoras ganham salários inferiores aos dos homens em quase todas as ocupações, têm sido devastadoramente afetadas pelo desemprego, são maioria no mercado informal, nas ocupações precárias e sem remuneração. Além disso,

recai sobre elas grande parte das tarefas domésticas.

Por isso, do ponto de vista das políticas públicas, um dos maiores desafios dos novos tempos no Brasil é promover a conciliação entre família e trabalho”.

Um passo para essa conciliação é a urgente e necessária aprovação do FUNDEB, que amplia os investimentos para além do ensino fundamental, contemplando também o infantil e o médio, ou seja, a educação básica como um todo.

Com isso, os filhos e filhas de milhares de mulheres trabalhadoras terão acesso às creches e à educação infantil. A inclusão das creches no FUNDEB foi resultado da luta das mulheres e dos trabalhadores em educação, a partir da mobilização de suas entidades.

É isto, Senhoras e Senhores Senadores.

Conquistamos o direito ao voto, a pílula nos concedeu a livre sexualidade e saímos de nossos casulos em busca de um lugar ao sol no mercado de trabalho, para dar eco a nossa satisfação pessoal e profissional.

Mas hoje, nestes novos tempos, estamos sobrecarregadas, mais desiguais em muitos aspectos.

Somos hoje uma força produtiva que soma 36,5 milhões de mulheres, o que mostra, em relação a 1992, uma intensidade e constância do aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa. Naquele ano, éramos 28 milhões.

Mais além da ampliação do espaço para a mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, um perfil novo surge das estatísticas, conforme a publicação “O Progresso das Mulheres no Brasil”.

Os dados mostram que a faixa etária entre 40 e 49 anos tem crescido no mercado de trabalho, superando a faixa etária anterior, de 30 a 39 anos, que dominava mais de 70% da força de trabalho feminina.

Este novo perfil – mais velhas, casadas e mães – evidencia uma identidade feminina voltada tanto para o trabalho quanto para a família, daí nossa preocupação com a crescente carga de responsabilidades.

Vamos superar estes conflitos da emancipação almejada? Vamos superar o atraso cultural, que assoberba, agride e oprime milhares de trabalhadoras? Vamos superar a pobreza que torna ainda mais desiguais a negra, a índia, a cabocla, a sertaneja?

investimentos para além do ensino fundamental, contemplando também o infantil e o médio, ou seja, a educação básica como um todo.

Com isso, os filhos e filhas de milhares de mulheres trabalhadoras terão acesso às creches e à educação infantil. A inclusão das creches no FUNDEB foi resultado da luta das mulheres e dos trabalhadores em educação, a partir da mobilização de suas entidades.

Tomara que sim. Sei o que é preciso para isso: continuar a luta. Com solidariedade, compromisso, persistência, coragem e ação.

Qualidades inquestionavelmente presentes na trajetória de vida das mulheres- cidadãs pelo Senado homenageadas, as quais saúdo com muito carinho:

A jovem e pioneira pagé Yawanawa Raimunda Putani, do Acre; a dirigente camponesa Elizabeth Teixeira, da Paraíba, uma guerreira do direito à terra e justiça no campo; Geraldina Pereira, do Pará; Jupyra Ghedini, do Distrito Federal e a advogada Rosmary Correa, de São Paulo.

Qualidades também indissociáveis da saudosa irmã Dorothy Stang. Como todas as mulheres corajosas, inabalável em sua fé por um mundo melhor, inabalável em sua coerência, retidão e clamor por justiça.

Alma nobre, registra Juvêncio Leite, cidadão de Pirapozinho – São Paulo, que em contato conosco pede a lembrança nesta solenidade da doce e marcante personagem de Anapu, no Pará, defensora dos humildes trabalhadores rurais e do meio ambiente.

É oportuno, meu caro Juvêncio, registrar a informação, publicada no dia 6 agora, de que Amair da Cunha, o Tato, acusado de atuar como intermediário no assassinato da irmã Dorothy Stang, será agora julgado em Belém, e não mais em Pacajá.

Cidade vizinha a Anapu, Pacajá é área de influência dos supostos mandantes do crime e não oferece infraestrutura para o julgamento.

Consideramos o desaforamento do júri, solicitado pelo Ministério Público, uma vitória, com especial significado neste Dia Internacional da Mulher.

A luta continua. Parabéns a todas as homenageadas nesta solenidade especial. Que seu exemplo de vida inspire as bravas mulheres brasileiras na superação das iniquidades e das diferenças.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendida de acordo com o Regimento.

Convidamos, consultando a lista de oradores, a usar da palavra o Senador Efraim Moraes, do PFL da Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, quero cumprimentar V. Ex^a, que preside esta sessão, bem como os demais Senadores e Senadoras, e dizer que brilhante é o governo cujo discurso reflete-se, sem qualquer refração, na prática cotidiana dos atos administrativos. Isso se chama compromisso. Mais ainda: isso é honestidade. Infelizmente, compromisso e honestidade são palavras ausentes do dicionário dos petistas. São palavras que passam ao largo do “estilo PT” de administrar o Brasil.

Ainda nos idos da campanha, o então candidato Lula prometia aos servidores públicos remuneração justa, além de condições de trabalho decentes. Passados três anos desde que o candidato tornou-se Presidente, resta a lembrança do último reajuste geral, injusto e indecente: 0,01%. Uma inequívoca demonstração de que, em matéria de relacionamento com os servidores públicos, a tônica deste Governo é a das negociações tortuosas e a dos acordos descumpridos.

Mais um exemplo, Sr. Presidente, do desrespeito com que o Governo trata os servidores públicos é o alijamento dos Auditores Fiscais do Trabalho da carreira de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil, cujo projeto de criação, o Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, já aprovado pela Câmara dos Deputados, agora tramita no Senado Federal, Senador Paulo Paim, sob o título de Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma discriminação inaceitável que traz em seu bojo um enorme retrocesso para o sistema de fiscalização e arrecadação do Estado brasileiro.

A Lei nº 10.593, de 2002, criou as carreiras de Auditoria Fiscal, agregando, num mesmo sistema jurídico, a auditoria da Receita Federal, a da Previdência Social e a do Trabalho. A aprovação desse diploma legal foi uma demonstração inequívoca do desejo da sociedade de criar um sistema de fiscalização forte e integrado, capaz de obter eficácia muito maior do que a verificada até então.

Desde que a lei entrou em vigor, a unificação das atividades de Auditoria Fiscal caminhou a passos largos. Uma maior comunicação entre os respectivos bancos de dados foi estabelecida e as ações integra-

das de combate às irregularidades foram intensificadas. Faltava apenas a decisão formal do Governo para a unificação das três carreiras, decisão que, infelizmente, não foi tomada e que, por isso, não consta do PLC nº 20, que tramita nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para corrigir tamanha distorção, o Senador do meu Partido, o PFL, por Goiás, Demóstenes Torres, apresentou, na Comissão de Assuntos Econômicos, emenda que inclui o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho entre os cargos integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil. Assim, os atuais Auditores Fiscais da Receita, da Previdência e do Trabalho se tornariam Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Senadora Heloísa Helena.

Gostaria de manifestar, neste momento, meu total apoio à emenda do Senador Demóstenes Torres, que vem ao encontro do pedido que me formulou o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Sinaif, na pessoa de sua Presidente, A SRA. Rosa Maria Campos Jorge. Venho, de público, encampar esse pedido, pois ele é reflexo do desejo da sociedade de ter uma auditoria forte e atuante, uma auditoria implacável em fazer cumprir as leis e em garantir que os recursos devidos ingressem nos cofres públicos.

Argumentos não faltam para a inclusão dos Auditores do Trabalho na carreira de Auditoria da Super-Receita. O Auditor Fiscal do Trabalho é quem exige do empregador a formalização na relação de emprego, e é essa formalização que gera o recolhimento previdenciário e a arrecadação do Imposto de Renda do empregado, obrigações tributárias fiscalizadas, respectivamente, pelos Auditores Fiscais da Previdência Social e da Receita. Não há melhor evidência, Sr. Presidente, para demonstrar a profunda ligação entre as três carreiras.

Segundo dados oficiais do Sinaif, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, dos 3,2 milhões de empregos formais criados nos 35 primeiros meses do Governo Lula – muito longe, Senador Mão Santa, dos 10 milhões prometidos, apenas 30%, no palanque pelo Presidente para se eleger Presidente da República –, cerca de 1,7 milhão empregos se deveram à ação de fiscalização dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Além do forte impacto social da geração de empregos com carteira assinada, há ainda que lembrar os reflexos gerados na arrecadação da Previdência Social e do FGTS, bem como nas receitas tributárias da União, dos Estados e dos Municípios.

A complementaridade fica evidente quando consideramos que o combate à informalidade no mercado de trabalho acarreta sensível redução da sonegação fiscal. Do mesmo modo, a fiscalização das normas de

segurança e de saúde reduz sobremodo os acidentes e proporciona aos cofres públicos economia significativa de recurso, por meio da diminuição dos gastos previdenciários e das despesas com saúde.

Existem inúmeros outros argumentos que justificam a integração das três carreiras da auditoria. Entretanto, um exemplo prático me parece definitivo.

Numa ação de fiscalização conjunta, realizada em 2002 no setor de telecomunicações do Estado do Senador Paulo Paim, o Rio Grande do Sul, foram constatados pagamentos “por fora” que resultaram em débitos previdenciários e do FGTS da ordem de R\$40 milhões. Somam-se a isso os impactos positivos na arrecadação do Imposto de Renda dos trabalhadores integrados ao mercado formal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma prova cabal dos enormes benefícios da ação integrada das auditorias, benefícios que serão muito maiores se a integração se der de fato e de direito no âmbito da criação da Super-Receita. Ademais, tal integração não acarretará ônus ao Orçamento federal, pois os vencimentos das três carreiras se encontram equiparados desde 1989.

Senador Paulo Paim, com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Efraim Moraes, faço um aparte para cumprimentá-lo. V. Ex^a faz uma análise positiva da iniciativa, mas, ao mesmo tempo, aponta caminhos. Estamos aqui para isso, para ajustar, para melhorar. Por isso, todos nós Senadores e Deputados fizemos também emendas à proposta da chamada Super-Receita, à integração de fiscais e de auditores. Quero comungar com V. Ex^a das preocupações e dos ajustes, mas, ao mesmo tempo, concordar que é importante a aprovação desse projeto. Quero dar um exemplo típico a V. Ex^a. Por que aqueles que não pagam a Previdência não são penalizados da mesma forma que aqueles que sonogam Imposto de Renda? É muito mais fácil aquele que sonoga Imposto de Renda ir para a cadeia do que alguém que não paga a Previdência. Com essa integração, teremos a mesma firmeza, a mesma rigidez na fiscalização, que vai ser facilitada, inclusive, porque será feita por um único órgão. Por isso, o aparte é mais para cumprimentar V. Ex^a, que concorda com a iniciativa da criação da assim chamada Super-Receita e que, ao mesmo tempo, apresenta emendas propondo ajustes ao projeto. Nós também encaminhamos emendas ao Relator. Como sempre, cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço, Senador Paulo Paim. É evidente que V. Ex^a tem razão. Nesta Casa, há um trabalho dos Parlamentares, das

Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para o aperfeiçoamento desta emenda. Sem dúvida, quando se trata de funcionário público, V. Ex^a tem sido vigilante. Esse tem sido um dos pontos fortes da sua atuação parlamentar não apenas nesta Casa, mas em toda a sua carreira política. Eu tive a honra e o prazer de chegar ao Congresso Nacional, tanto a esta Casa quanto à Câmara dos Deputados, ao seu lado, sempre acompanhando e – por que não dizer – torcendo pelas suas vitórias, pelas suas lutas e, acima de tudo, pela sua dedicação aos seus irmãos gaúchos e ao povo brasileiro.

Parabenizo V. Ex^a pela brilhante atuação, seja como homem de Oposição, seja como homem de Governo. V. Ex^a tem tido a mesma medida, o mesmo termômetro, a mesma temperatura e os mesmos objetivos: servir ao Estado de V. Ex^a e ao Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim, eu posso dizer que sobram motivos para que este Senado honre sua função de Casa revisora e aprove a emenda do Senador Demóstenes Torres, do PFL de Goiás. Não se trata de uma concessão casuística aos Auditores Fiscais do Trabalho. Trata-se, isto sim, de assegurar a prevalência do interesse público por uma Auditoria única e forte, que coíba os desvios legais e que assegure ao Estado brasileiro e principalmente a seu povo os recursos a que fazem jus.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 18h30min. De acordo com o Regimento, a sessão deveria ser encerrada agora. Contudo, prorrogo a sessão por mais 40 minutos, a fim de que todos os inscritos possam fazer uso da palavra.

Constam da lista de lideranças a Senadora Heloísa Helena e o Senador José Agripino. Os demais inscritos são os Senadores Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Cristovam Buarque e eu próprio. Portanto, solicito a capacidade sintética de cada um.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, assisti a uma audiência pública, seguramente uma das mais importantes de que já participei nesta Casa.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a me ouviu naquela oportunidade, e vou repetir as mesmas palavras que disse na abertura de minha modesta intervenção ao Ministro Paulo Renato, ao Governador João Alves e ao ex-Secretário Albérico Mascarenhas, da Bahia. Tratamos do Fundeb, assunto da maior importância

para a educação no Brasil, e que é um segmento do Fundef.

Foi um belo gesto o de V. Ex^a, à época militante do PT, Governador do Distrito Federal, adversário do Governo Fernando Henrique Cardoso, adversário do Ministro Paulo Renato, que teve a dignidade, teve a civilidade de elogiar publicamente a iniciativa e dizer que era boa, mesmo sendo adversário político do Governo. Foi uma boa iniciativa porque normatizou recursos para o ensino fundamental. Garantiu que 15% dos recursos dos Estados e Municípios fossem carreados para a educação, de acordo com o número de alunos no ensino fundamental, nas escolas estaduais e municipais. E o resultado ficou evidente pela exposição feita pelo Ministro Paulo Renato: a melhoria no número de matrículas, a qualidade do ensino, que devagarzinho está progredindo.

Entramos na questão Fundeb, que tem o apoio do meu partido. Assim como V. Ex^a, que à época militava nos quadros do PT, teve a dignidade de, em nome de uma boa idéia, manifestar o seu apoio, teve a dignidade de se curvar, o meu partido, o PFL, manifesta-se claramente. O Relator da matéria é o Senador José Jorge, ex-Secretário de Educação, homem do ramo. O PFL apóia decididamente a iniciativa que pretende estender do ensino fundamental para o ensino médio os recursos nos mesmos critérios, recursos que serão acrescentados de 15% para 20% das receitas estaduais e municipais, com um aporte que tem início com R\$2 bilhões por ano e chega a mais de R\$4 bilhões cinco anos depois, aporte de recursos complementares por parte da União, que neste momento contribui em muito pouco para o Fundef, com uma quantia absolutamente ridícula.

O Fundeb, como foi aprovado na Câmara dos Deputados, trazia a proposta do Poder Executivo que era a de aumentar de 15% para 20% o aporte de recursos do Orçamento dos Municípios e do Orçamento dos Estados para que o Fundeb pudesse ser o sucedâneo do Fundef, ampliando o apoio do ensino fundamental para o ensino médio e mais as creches, que não estavam incluídas na proposta original. Creches que significam um universo bastante expressivo e oneroso. Creches que, por si só, justificam a discussão, porque é meritória a inclusão do custo delas, já que se trata de uma ação social benemérita.

Mas não fizemos o que o Governo queria: que aprovássemos a toque de caixa o Fundeb na convocação extraordinária de janeiro. Teríamos cometido um desatino, Senadora Heloísa Helena, Senador Cristovam Buarque, Senador Garibaldi e Senador Paulo Paim, se tivéssemos aprovado o projeto que veio da Câmara dos Deputados, porque, atualmente, o valor

é de R\$630,00 por aluno, com os recursos do Fundef, muito aquém do que V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, preconiza – R\$2.300,00 – como número razoável para que se possa dar à escola uma boa condição de funcionamento, e para que se possa dar ao aluno a condição de receber uma boa aula. Muito longe dos R\$2.300,00.

Muito bem. O que foi dito hoje, Presidente Mão Santa, pelo Secretário Albérico Mascarenhas, homem da melhor competência, do melhor nível de competência, é que, pelos cálculos feitos, o universo cresce 105%. Que não cresça isso, que cresça 100%, que cresça 90% o universo dos alunos incluídos do Fundef para o Fundeb, do ensino fundamental para o ensino médio mais creches. Cresce 105%. E o volume dos recursos, de 15% para 20%, crescem 33%. Já imaginou, Senador Cristovam, se tivéssemos aprovado a proposta? E os dois milhõezinhos do Governo Federal ficam imutáveis durante muito tempo.

Já imaginou, se tivéssemos aprovado a toque de caixa, como o Governo queria, a maldade que teríamos feito com a educação do Brasil? Se o universo da clientela aumentou 105%, para que o valor **per capita** continuasse de R\$630,00, teríamos que aumentar a receita do programa em 105%. Se o universo dos atendidos cresce 105% e a receita 33%, seguramente se terá que deprimir o valor **per capita** de R\$630,00 para R\$500,00 ou R\$400,00, e será acabado o Fundef a troco de ampliar o programa para o ensino médio e para a atuação das creches. Deterioraríamos a qualidade do ensino a partir de uma idéia nova, que seria uma idéia no mínimo demagógica, mal pensada e incompetente.

Ainda bem – ainda bem – que as audiências públicas estão acontecendo. Hoje, foi realizada uma; na próxima terça-feira, haverá outra, por solicitação de Senadores do PT, Sibá Machado e Serys Slhessarenko. Foram eles que solicitaram, e não acusem o PFL de procrastinar a aprovação do Fundeb. Foram Senadores do PT que solicitaram novas audiências para a próxima terça-feira, a fim de que o debate prossiga. Prossiga para quê? Para que haja aperfeiçoamento, para que possamos produzir uma peça legislativa correta. Nós não estamos brincando; estamos falando da coisa mais importante para um país: educação.

Por isso, Senador Paulo Paim, eu disse que hoje participei de uma audiência das mais importantes, pela qualidade dos depoimentos e por tratar de um assunto que é a educação.

Nós não vamos chegar a Coréia nenhuma, a Cingapura nenhuma, a Filipinas nenhuma, a Estados Unidos nenhuns, ou a Alemanha nenhuma, se não

melhorarmos o padrão de educação no Brasil. Não vamos chegar a canto nenhum.

O próximo Presidente da República tem que fazer o que o Senador Cristovam quis fazer, e foi maltratado pelo Presidente da República, em quem ele votou. S. Ex^a queria mais dinheiro. Agora, não quer dinheiro, mas quer – S. Ex^a vai dizer no aparte, e quero ouvi-lo – melhores condições de funcionamento das escolas, quer qualificação do professor, quer computador na escola, quer melhoria do padrão físico da escola, quer uma série de coisas e quer mais dinheiro para remunerar convenientemente o professor. Dinheiro é um dos pré-requisitos, não é o pré-requisito.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque, que me pede um aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador José Agripino, é com muito prazer que discuto este assunto com V. Ex^a, porque vi o seu interesse. Estou totalmente de acordo com V. Ex^a. Aliás, acrescento: não é só Cingapura e Coréia, mas é também Argentina, Uruguai, Chile, México que não vamos alcançar mais. Quando eu sugiro R\$2.300,00 ao ano por criança é para chegarmos a ter um horário integral em todas as escolas brasileiras. Estamos um pouco longe, mas não podemos ficar só no que está sendo proposto. O Fundeb é um avanço tal como a Lei dos Sexagenários, que era muito pouco diante dos que queriam a abolição da escravatura naquela época. Ou pior, é como querer fazer a lei dos septuagenários, e se brigarmos mais um pouco, poderemos chegar aos sexagenários. Mas há propostas ali que podem ser muito graves. Por exemplo, ao misturar os três níveis de educação – a pré-escola, o ensino médio e o ensino fundamental –, corremos o risco de o dinheiro ir todo para o ensino médio. Aquelas criancinhas de que a Senadora Heloísa Helena tanto fala, antes mesmo da pré-escola, não se mobilizam, seus pais não se mobilizam. Os meninos do ensino médio, felizmente, já se mobilizam, seus pais já têm mais influência. Os governadores estão ansiosos para colocar mais dinheiro na educação do ensino médio, o que é bom. Mas, de repente, vão tirar do ensino fundamental, o que é uma tragédia, Presidente Mão Santa, porque um bom ensino fundamental faz um ensino médio bom. Contudo, um bom ensino médio não faz um ensino fundamental bom. Esse é o ponto. Além de ser muito pouco dinheiro. E o Governo ainda quer vender isso com uma grande propaganda salvadora da Pátria. O meu medo é que, daqui a 10 anos, venhamos a descobrir que o salto foi pequenino, como foi o Fundef, não estou contra. Mas o Fundef foi no século passado, em um governo chamado neoliberal. Agora, é um governo que vem do Partido dos Trabalhadores, com compromissos muito fortes

com a educação que estão sendo traídos. Por isso, apesar de toda a pressão dos movimentos ligados à educação para que aprovemos depressa o Fundeb, não podemos fazer isso porque será um desserviço para a educação. A pressa só serve para comer cru, disse uma vez o Presidente em relação a mim quando eu queria resolver a alfabetização em quatro anos. Chegou a hora de dizermos a ele que, ao se comer apressadamente, pode-se comer cru. Não vale a pena apressar a aprovação de um projeto insuficiente, que vai servir mais de propaganda do que de mudança na educação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque por esse substantivo aparte. V. Ex^a, ex-ministro da Educação, ex-governador e criador do Programa Bolsa-Família, ninguém lhe tira isso, Governador Cristovam. Ninguém lhe tira isso. V. Ex^a é ex-Reitor de universidade e tem autoridade profissional para falar de educação, o que me faz lembrar aquele dado muito preocupante exposto pelo Ministro Paulo Renato, com o qual V. Ex^a concorda e citou de relance, aquelas estatísticas. A concessão do Fundef é feita mediante matrícula que se angaria. E podem ser matriculadas, no ensino fundamental, pessoas dentro ou fora da faixa, que entram fora da faixa de idade no ensino fundamental e dão estatística para obtenção de recursos.

Na hora em que o Fundeb se instala e se instala o financiamento para o ensino médio, as pessoas fora de faixa do ensino fundamental podem migrar para o ensino médio, diminuindo a estatística do ensino fundamental e diminuindo a quantidade de recursos do ensino fundamental. E, como está posto, não há nenhum instrumento de reparo a esse defeito da lei; defeito como o defeito maior é ter aumentado o contingente de beneficiados com um pouquinho só de aumento de receita, inclusive com a participação modestíssima de quem quer ser o dono da idéia, que é o Governo do Presidente Lula, como V. Ex^a muito bem expõe.

Ainda bem que temos, no Senado, cabeças como as do Senador José Jorge e a de V. Ex^a, e pessoas lúcidas, como o Senador Arthur Virgílio que aqui está e que também é uma pessoa que tem uma grande contribuição a dar, para que o debate aconteça e, a partir dele, se aperfeiçoe o texto, porque estamos tratando de nitroglicerina pura, chamada educação. Nós não podemos retroceder. Como estávamos caminhando, como o Governo queria caminhar, nós íamos, com certeza, aprovar um mau projeto. Graças a Deus, demos um freio de arrumação. O meu Partido vai se empenhar no limite máximo para que essa matéria seja aprovada, mas seja aprovada com competência.

Ouçõ, com muito prazer, o honroso aparte da Senadora Heloísa Helena, que hoje está de parabéns pelo fato de estar com um ramallete de rosas vermelhas e amarelas, que lhe foi presenteado, certamente como homenagem pessoal, a que me associo, pelo Dia Internacional da Mulher. E quero aproveitar para render daqui a minha mais sentida e afetuosa homenagem à mulher brasileira na figura da minha queridíssima colega, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Obrigada, querido! Muito obrigada pela delicadeza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – AM) – Um minuto em homenagem às flores e à Senadora. Se pudéssemos, seriam quinze minutos, que é o número do meu Partido, o PMDB. V. Ex^a já saltou o treze, e está na hora de encerrar.

A SRA. Heloísa Helena (PSOL – AL) – É porque tem os quinze e os quinze. Dos quinze que querem dar a rasteira e liquidar o próprio quinze, Deus me livre! Agradeço a delicadeza de sempre de V. Ex^a, Senador José Agripino, e compartilhar do aparte de vários Senadores ao pronunciamento de V. Ex^a. É muito importante que se reponha a verdade. Não apenas Jesus Cristo dizia da importância da verdade, mas também o velho Trotsky dizia que a verdade é revolucionária. Então repor a verdade é algo muito bom, porque não entra no cinismo, na vigarice e na dissimulação do mundo da política; falar a verdade é muito bom, muito importante porque é educativo. É essencial que deixemos claro à população brasileira, às mães, aos pais, aos trabalhadores da educação que o problema não é nosso em relação ao Fundeb. Criou-se um verdadeiro império do descaramento terrorista em nos responsabilizar pela ausência do Fundeb. Mas é importante deixar claro que o Governo teve mais de 3 anos para viabilizar o Fundeb e não o fez. Aliás, cada vez que o Senador Cristovam, então Ministro, se referia ao assunto, diziam que era um sonhador, que fantasiava. Qualquer um de nós, a Senadora Patrícia ou eu, em relação à educação infantil, tentávamos de alguma forma viabilizar alternativas concretas do aparelho de Estado, formava-se aqui uma verdadeira montanha de obstáculos para impedir a aprovação dos projetos. Eu dizia isso do Fundeb, criado no Governo Fernando Henrique. Fico danada porque eu dizia isso do Fundeb e, infelizmente, vejo a medíocre reprodução no Governo Lula. O Fundeb não é uma alternativa do Governo Federal. Não é dinheiro do Governo Federal. Nós temos que dizer isso porque a mentira é deseducativa e safada. Não é dinheiro do Governo Federal, que entra hoje com 1,1% para quatro dos Estados brasileiros, inclusive o meu, é verdade. Mas quem mantém o Fundo da Educação Básica são todos os outros Estados. Ou

seja, os 15% ou 10%, os recursos de quatro impostos da cesta básica que aumentarão para seis agora. Portanto, quem dá o dinheiro para o Fundo da Educação Básica são os Estados e Municípios brasileiros. O dinheiro é retirado do Fundo de Participação dos Estados. Temos que dizer isso, porque é muito feio fazer demagogia com dinheiro alheio. Por último, quem dá é a sociedade, porque contribui com o imposto do qual é retirado um percentual para o Fundeb. É importante dizer que, mesmo com a aprovação da PEC, ainda é preciso regulamentar. Educação infantil, tanto creche como pré-escola, ensino fundamental, médio, de jovens e adultos e profissionalizante, ainda estamos brigando entre nós para ver qual o percentual, a fatiazinha que caberá para cada uma dessas áreas, do mesmo jeito que as alterações que estamos tentando fazer são para melhorar o salário educação não apenas para os professores, mas também para outros trabalhadores da educação. É para impedir que seja retirado dinheiro da educação da desvinculação da receita da União, dinheiro da educação para compor o superávit e encher a pança dos banqueiros, do capital financeiro. Então, é só para dizer isso. Para nós, não há problema. Para todos nós que aqui estamos, é muito importante dizer isso, não há problema. Trabalhamos sexta, sábado, domingo, de manhã, de tarde e de noite para agilizar. Agora, pelo amor de Deus, não nos coloque a responsabilidade de que somos nós que não queremos aprovar o Fundeb. E não tenhamos o direito de mentir porque a mentira é tão horrorosa porque é deseducativa. Não é nenhum falso moralismo, moralismo farisaico contra a mentira não, mas é porque ela é deseducativa. Ela impede que as pessoas entendam. E ao conhecer o seu mundo, a complexidade dos detalhes técnicos ela possa ser preparada inclusive para exigir do Poder Público, municipal, estadual ou federal, o que é o seu legítimo direito. Então é muito feio, desqualificado politicamente, beira o banditismo eleitoral, utilizar-se de uma proposta como essa para manipular, ludibriar mentes e corações tão sofridos espalhados pelo Brasil. Uma coisa é a vanguarda quando fala. Quem entende e está falando e repetindo a cantilena mentirosa é porque é parte da mentira, mas a maioria das pessoas, não. A maioria das pessoas acham que não vão conseguir colocar em prática, ficam atemorizadas, aterrorizadas como se isso fosse não fosse colocá-las na fila de madrugada, no sol, na chuva, ou pedindo para algum mais novo da família colocar uma pedrinha na fila para ela conseguir a vaga ao sol e à chuva. Então é bom o pronunciamento de V. Ex^a, do Senador Cristovam Buarque, e de todos os Senadores que fazem apartes só para recolocar a verdade, a verdade que Jesus Cristo já dizia como maravilhosa, que o velho

Trotsky já dizia como revolucionária, a verdade que é educativa. Aqui, todos vão votar favoráveis, não vão? Todos nós vamos votar favoráveis até porque é menos dinheiro para o Governo Federal dar para os banqueiros amigos deles. Os banqueiros que ganham, os banqueiros que estão tendo o maior lucro da história da América Latina no Governo Lula, os banqueiros que conseguem financiar o PT mais do que financiavam o PSDB, o que por si só já é uma aberração. É só para isso. Todos nós vamos votar favoravelmente, todos nós vamos agilizar. O próprio Senador José Jorge propôs – e todos nós acatamos – que façamos as nossas emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aprovadas ou não, elas vêm direto para o plenário; não precisa voltar para a comissão. Deixo claro que defenderei com unhas e dentes se algum Parlamentar quiser fazer valer o Regimento, porque defendo o Regimento. No meu caso, apresentarei na comissão; derrotada ou aprovada, ela virá automaticamente para o plenário para que tenhamos todo o direito de discutir tudo. Nesse debate da educação básica do Brasil, só não vale a mentira, o banditismo eleitoral e a vigarice política. Fora isso, cabe todo tipo de debate, complexidade técnica, condições objetivas de trabalho, alterações curriculares, propostas para regulamentação, cabe tudo, só não cabe a mentira. Agradeço e saúdo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena V. Ex^a falou muita coisa, mas deixou de falar algo importante. Essa matéria passou sete meses na Câmara e queriam que ela fosse aprovada, Senador Cristovam, em um mês aqui no Senado, e para piorá-la.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – E ficou dois anos nas gavetas da Casa Civil porque o projeto inicial foi entregue em 2003. Por que essa pressa toda agora, depois de se terem feito mudanças?

Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento, porque nós sabemos que em 2003 foi entregue na Casa Civil para o Fundeb, que previa 4,5 milhões...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Um projeto de V. Ex^a, da sua época.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...que eu elaborei quando Ministro. Ficou lá dois anos. Por que agora essa pressa toda? E depois de se terem feito mudanças que, a meu ver, o pioraram.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Porque é ano eleitoral, só por isso.

O PT do meu Estado, Senadora Heloísa Helena – V. Ex^a deu uma explicação e me poupou o tempo de fazê-la –, o PT do meu Estado disse que é o PFL que está dificultando a aprovação do Fundeb. E eu que sou Líder do PFL por que não me manifesto? Imaginem se

eu fosse me manifestar para fazer essa perversidade com as crianças do Brasil!

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E o pior, Senador, justamente para não dar a eles os argumentos da cantilena enfadonha e mentirosa, eu não apresentei nenhum requerimento, embora ache legítimo, respeitoso e democrático, que se apresentem requerimentos para audiência pública. Mas, anteontem, na reunião da CCJ, quem estava apresentando requerimentos para novas audiências eram os Senadores do PT; portanto, não era eu nem outro Senador da Oposição. E não estou fazendo isso como uma crítica, porque considero legítimo querer estabelecer mecanismos de discussão programática sobre o projeto. Agora, só não pode, volto a repetir, mentir e levar aos outros uma responsabilidade que eles têm também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves Filho e encerrarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a está inscrito logo após. O orador fala há 25 minutos. Os antigos diziam: “Tolere e se abstenha”.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, sei que, a esta altura, o debate precisa ser realizado com o concurso de especialistas, técnicos, autoridades e Parlamentares que têm a maior responsabilidade para se aperfeiçoar a matéria. Tenho em mãos um documento da Confederação Nacional dos Municípios, que apresenta algumas considerações, preocupada com o impacto que a PEC de criação do Fundeb terá no financiamento da educação oferecida pelos Municípios. É claro que também louvo a matéria, a exemplo do que fizeram os Senadores Cristovam Buarque e Heloísa Helena, mas não devemos deixar de ouvir as considerações dos Municípios. De acordo com os dados do Censo Escolar, a rede de ensino médio são 7,7 milhões, e se acrescenta quase o dobro da educação infantil, 4 milhões na pré-escola. Há uma série de preocupações. V. Ex^a deve estar recebendo um documento assinado pelo Sr. Paulo Ziulkoski. Apóiam a iniciativa, mas ponderam que os Municípios não podem se ver diante de um desequilíbrio financeiro, de problemas financeiros. Como os Estados tiveram – V. Ex^a não foi Governador nessa época, mas eu fui – com relação ao Fundeb. A iniciativa é altamente louvável e congratulo-me com o discurso de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Garibaldi, V. Ex^a toca em um assunto que é muito importante.

Hoje pela manhã, nós nos referimos à questão das creches. Farei uma retificação. O Senador Cristovam não criou o Programa Bolsa-família, mas o Programa

Bolsa-escola – a César o que é de César. Comentávamos sobre o custo da manutenção de uma creche, que é duas vezes maior do que o custo de manutenção de uma escola. A criancinha pequena exige muito mais mão-de-obra, alimentação, medicamentos; outro tipo de apoio logístico. A creche é responsabilidade eminentemente municipal. É para onde vai a preocupação de V. Ex^a.

A proposta que veio do Executivo aumentava de 15% para 20% a participação dos impostos municipais, das receitas estaduais, mas não continha a responsabilidade pelas creches, que foi incorporada na Câmara. Mantém-se a mesma receita. Então, o Governo que deseja aplicar a nova sistemática do Fundeb, tem a obrigação de entender, no mínimo, a proposta do Senador Cristovam, os R\$4,5 bilhões originais como partida para o programa, para que possamos fazer o atendimento ao ensino fundamental, ao ensino médio, aos que estão fora de faixa, à educação de adultos e a creches, mas fazer o atendimento com recursos, e não sacrificar os Municípios, que não podem ser, nessa história, o filho enjeitado a quem se entrega a responsabilidade sem ter os meios. Para que não aconteça o que a Senadora Heloísa Helena falou. Senadora Heloísa Helena, o Fundeb envolve recursos de R\$45 bilhões. V. Ex^a foi cirurgicamente precisa: é 1%, 1,1%. São R\$450 milhões, mais ou menos, a participação da União...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campanha.) – Senador José Agripino, apenas quero lembrar que V. Ex^a está meia hora na tribuna – sem dúvida nenhuma, foi a meia hora mais importante dos 181 anos de Senado da República, mas há outros oradores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

São R\$450 milhões, sendo R\$200 milhões mais ou menos para o Pará; mais ou menos R\$200 milhões para o Maranhão; R\$20 milhões para a sua Alagoas; e mais ou menos R\$10 milhões para o Piauí. O resto é tudo de Estado e Município. A União, de R\$45 bilhões, entra com R\$450 milhões. Então, não queira se arvorar de dono do programa, nem do Fundeb, nem do Fundeb, nem de um e nem de outro. A César o que é de César.

Minha correção, Senador Cristovam: o seu programa foi o Bolsa-Escola, a quem rendo minha homenagem, e não o Bolsa-Família. Faça a correção.

Ouçó, um minuto só, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Trinta segundos. Quero só cumprimentar V. Ex^a e dizer que fiquei alegre ao perceber, Senador José Agripino, que, de todos que se pronunciaram no plenário, ninguém,

nem o Senador Cristovam, pelo PDT, o Senador Garibaldi, pelo PMDB, a Senadora Heloísa Helena, pelo P-SOL, nem V. Ex^a, da tribuna, é contra o Fundeb. Eu recebi um documento das entidades, pedindo que colaborássemos para a aprovação do Fundeb. No dia em que debatíamos a matéria na Comissão de Educação, foi exatamente a Senadora Ideli Salvatti quem disse que faríamos um calendário para debater a matéria. Dou este depoimento como um testemunho positivo de que ninguém está obstruindo o Fundeb. Todos querem votar o projeto, mas querem, naturalmente, discutir e melhorar a redação que veio da Câmara dos Deputados. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a e a todos os Senadores que fizeram o debate, neste plenário, neste momento. Entendo que é unanimidade: todos queremos aprovar e aperfeiçoar a matéria, dentro dos limites que o Senado Federal nos permite. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Agradeço ao Sr. Presidente pela tolerância no tempo.

Só lembrando: a Senadora Ideli Salvatti é Líder do PT e é quem está propondo um calendário elástico em muito boa hora...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ... para que possamos debater e aprimorar a matéria e votemos um texto que interesse e que tenha consequência e não um texto demagógico que o Governo nos mande, exigindo que seja aprovado a toque de caixa, para que exiba como um troféu – mau troféu –, que pode significar o despreparo de milhares de crianças, daqui para frente.

Nós temos responsabilidade com este País e é em nome dela que vamos debater com parcimônia o Fundeb, para aprovar um bom projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Atentamente, eu o estava ouvindo, mas eu queria que V. Ex^a meditasse na ponderação feita pelo Senador Garibaldi Alves Filho, que foi prefeito e governador – eu também o fui. Senador José Agripino, meu pai me deu um presente: uma aritmética de Antônio Trajano. Isto é preciso que todos saibam: 50%, não há um Estado que pague menos do que isso para um funcionário público; 20% já foram tirados da educação; 12% da saúde – fizemos a lei em 82. No Poder Legislativo, não há nenhum que ganhe menos do que 6%. No Judiciário, idem. O Ministério Público é bom e é caro. Com isso, já fecharam os 100%. Administradores, governantes e

prefeitos ficarão sem nenhum tostão de investimento. Essa é a meditação que tem que ser feita.

Concedo a palavra, como Líder do PSOL, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, posso falar depois do Senador Cristovam Buarque? Porque ele tem uma atividade mais urgente do que a minha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ainda estão inscritos os Senadores Cristovam Buarque, Garibaldi Alves e Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Espero que S. Ex^a faça o discurso em cinco minutos, como Winston Churchill.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas hoje poderemos ter de mais de cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, não precisa, pois sua inteligência é igual à de Cristo, Lincoln e Winston Churchill.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Até que não sou dos que delongam muito. Mas eu vou deixar a seu critério. Se achar que deve cortar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A meu critério, vamos ficar aqui a noite toda, porque eu adoro ouvi-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – E venho fazer uma coisa, Sr. Presidente, que pode ser surpreendente para muitos.

Eu venho defender, sim, a ocupação dos morros no Rio de Janeiro. Mas venho defender também a ocupação das palafitas lá em Recife. Venho defender, Senador Garibaldi, a ocupação daquelas áreas do semi-árido nordestino. Mas venho defender essa invasão não por militares, não por policiais. Venho defender a invasão, a ocupação, por setores que evitariam que a gente agora precisasse ocupar com militares.

Eu venho defender, por exemplo, a ocupação, a invasão, Senador Paulo Paim, dos morros do Rio de Janeiro com empregos para os jovens. Se a gente invadisse com empregos para os jovens, garantindo que esses jovens tivessem bolsas para que estudassem, que fossem incorporados, inclusive, nas Forças Armadas, em vez das Forças Armadas subirem os morros, trazer os jovens para dentro do Exército, onde aprendessem um ofício, disciplina, patriotismo. Essa invasão eu defendo.

Eu defendo também a invasão para dar emprego aos adultos, aos pais desses jovens; invasão para que eles possam ter emprego, por exemplo, para reconstruir cada um a sua casa, para colocar água e es-

goto nas ruas onde moram. Invasão de emprego, por intermédio do crescimento econômico, que ocuparia esses adultos.

Acho também que deveríamos fazer a invasão por professores. Se a gente invadisse com professores os morros do Rio, as palafitas de Recife, lá o semi-árido do Rio Grande do Norte, do Nordeste inteiro, com professores bem remunerados, bem formados, bem preparados, acho que essa invasão, essa ocupação, evitaria as outras que vão trazer muita dor de cabeça para a gente.

Eu gostaria de defender também a invasão por equipamentos, homens carregando equipamentos para as escolas, para os postos de saúde, equipamentos como televisão, computadores, ressonância magnética etc. Vamos invadir os morros do Rio de Janeiro com equipamentos médicos, com equipamentos para que a gente possa ter as nossas crianças em boas escolas.

Eu gostaria, sim, de ver a ocupação dos morros por creches para as crianças que ali moram. Mas não só por creches, pelas quais a Senadora Heloísa Helena tanto luta, mas por profissionais que são capazes de cuidar dessas crianças. Já pensou se a gente invadisse o Brasil inteiro com creches, com profissionais que sabem cuidar das crianças? Essa invasão evitaria aquela que a gente está fazendo.

Eu gostaria de ver a ocupação com artistas que levassem *shows* de *rock* e concertos de músicas clássicas lá nos morros do Rio de Janeiro, lá nas palafitas de Recife, lá no semi-árido, lá onde tivesse alguma pessoa pobre.

Eu queria ver os nossos morros invadidos por esportes, invadidos por quadras de esporte para os nossos jovens, iluminadas à noite, para que eles pudessem brincar, para que eles pudessem se distrair, para que eles pudessem fugir daquele dia-a-dia que os domina e que os corrompe também.

Eu gostaria de ver a gente poder ter uma invasão das terras improdutivas deste País. Eu gostaria de ver este País não precisar de o MST invadir terras; que as terras improdutivas fossem invadidas, por ordem da Justiça, pelo próprio Exército, na defesa do interesse nacional. Por que precisamos ter o constrangimento de ver o MST invadindo terras, quando essas terras improdutivas deveriam ser invadidas por oficiais de justiça, pelo Exército, quando fosse preciso, para trazer essa terra improdutiva a serviço do País, para colocá-la a serviço das mãos dos homens que querem trabalhar, casando os homens sem terra com as terras em que os homens não têm o direito de entrar.

Eu gostaria de ver, Senador Paim, uma invasão – e V. Ex^a vai gostar disso – de microcrédito pelo Brasil

afora; que pudéssemos ter uma invasão de microcrédito e de formação profissional em todos os lados do Brasil. E eu gostaria de ver a ocupação das calçadas das praias de Recife, das praias de Natal, das praias de Fortaleza. Essas calçadas invadidas para se acabar com a tragédia da prostituição infantil, que toma conta, e de um turismo sexual maldito que gera dólares e faz com que muitos fechem os olhos para isso. Se nossos soldados invadissem as calçadas de Recife e de Fortaleza para impedir a prostituição no Brasil, seria essa a invasão, Senador Mão Santa, que eu gostaria de defender.

Eu gostaria de ver a ocupação de todas as casas do Brasil em que existisse um analfabeto, a ocupação por professores de alfabetização. Como seria bonito o Brasil invadindo as casas com professores para ensinar cada brasileiro que ainda não sabe ler. Até para conhecerem a própria bandeira, onde está escrito Ordem e Progresso, pois, se misturamos as letras ali, o analfabeto continua pensando que é a mesma bandeira. Até se mudamos as letras de Ordem e Progresso e colocamos outras, vinte milhões de brasileiros, talvez, mas doze milhões, na certa, não saberiam distinguir se na bandeira do Brasil está a inscrição Ordem e Progresso ou “desordem e atraso”.

Eu gostaria de ver este País invadido por todas essas formas pacíficas de invasão, formas justas de invasão, formas corretoras do rumo da Nação brasileira. Eu gostaria que essa invasão fosse feita sem distinção ideológica, sem distinção partidária, num grande acordo nacional, em nome da ocupação pacífica da sociedade e do território brasileiro.

Alguns vão dizer que isso é idealismo e que é impossível. Alguns vão dizer que, para isso, seriam necessários muitos bilhões de reais. E até não são poucos bilhões, são R\$40 bilhões que se necessitam. Este é um valor menor que o superávit fiscal, um quarto do que pagamos de juros, mais ou menos o que a Petrobras – uma estatal – teve de lucro. Quarenta bilhões não é nada quando comparamos com R\$1,7 trilhão da renda nacional ou com R\$700 bilhões da receita do Estado.

Eu gostaria de ver o Brasil invadido por tudo isso. Eu só não gostaria de ver o Brasil invadido pelo que temos hoje: a paciência com que o povo espera que algum dia venha a invasão pacífica. Neste País, quando dizemos que precisamos fazer essas coisas, alguém diz que é preciso ter paciência. Mas foi preciso paciência para chegarmos a fabricar dois milhões de automóveis por ano, para fazer hidrelétricas, para fazer aeroportos. Ninguém quis submeter-se à paciência para atender à demanda da economia. Na hora

de atender às necessidades do povo, começamos a cobrar paciência ao povo.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, estamos já no apagar das luzes da nossa sessão. Quero só cumprimentar V. Ex^a. Na minha ótica, o pronunciamento de V. Ex^a nesta quinta-feira é um dos mais bonitos que vi nesta Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Como V. Ex^a disse, pode ser sonho, mas penso que o seu pronunciamento vai além. Eu entendo que o seu pronunciamento vai na linha de alguém que é efetivamente, como eu sei, se depender de V. Ex^a, candidato à Presidência da República, mostrando que é possível se construir um novo mundo. Estou aqui ouvindo com muita satisfação o seu pronunciamento, que aponta para o horizonte, que diz ser possível sonhar, que usa a expressão “gostaria” – ou seja, gostaria de fazer acontecer –, e que tem como linha mestra a educação. Parabéns a V. Ex^a. Eu me perguntava se faria ou não o aparte. Mas fiz questão de dizer que o pronunciamento de V. Ex^a nesta tarde parte de alguém – eu sei – que se apresentará ao seu Partido como candidato a Presidente da República.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Paulo Paim. O seu aparte sempre enriquece um pronunciamento. Eu só lamento ter de elogiar um aparte que foi tão elogioso. Mas, mesmo assim, coloco isso pela nossa irmandade nesta Casa.

Concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, proroguei por mais cinco minutos, porque todos queremos concretizar o sonho de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não é preciso, Sr. Presidente, V. Ex^a já foi bastante generoso.

Só quero, Sr. Presidente, dizer que vim aqui, como disse no começo, para falar da necessidade de ocuparmos os morros, as palafitas, o semi-árido e todas as áreas pobres deste País. Mas ocuparmos com esperança, com os médicos, com os professores; ocuparmos com emprego, com formação; ocuparmos de esperança e não de paciência, porque esta está se esgotando.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua generosidade no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Todos nós sonhávamos ouvi-lo por mais cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por seção da paciência do Senador Paulo

Paim, que aguarda. E o País aguarda ansiosamente para ouvi-lo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, há poucos minutos discutimos aqui o Programa Fundeb, que foi proposto à Câmara dos Deputados e a esta Casa e que agora está tramitando aqui, no Senado Federal.

Agora, venho me ocupar, em poucas e rápidas palavras, de um programa mais modesto, que não tem a significação do Fundeb, mas que é voltado para aqueles que fazem a agricultura no Nordeste: os avicultores, os suinocultores.

É que esse projeto e dele também faz parte o Governo Federal, o Ministério da Agricultura e a Companhia Nacional de Abastecimento – oferece, por meio de leilões eletrônicos, a venda de milho com subsídio; subsídio esse que representa a equalização ou paridade com o milho importado da Argentina.

Semanalmente, Sr. Presidente, são realizados leilões eletrônicos para a venda de milho destinado ao Nordeste. E esses compradores, que eu já citei aqui, se habilitam após cumprirem uma série de exigências. Após o pagamento do milho, é realizada a remoção para o Nordeste, cumprindo uma série de exigências contidas no edital de venda.

Após a chegada do milho ao destino e cumprida uma série de exigências também contidas no edital de venda, é entregue nas chamadas Suregs-Regionais a documentação, que, após ser conferida, é enviada a Brasília, para pagamento do subsídio ao arrematante – conforme o edital, o crédito seria realizado em dez dias úteis.

Geralmente, a partir do 15º dia do mês de dezembro, toda a documentação está entregue nas Suregs-Regionais, e o pagamento do subsídio só acontece a partir de março. Como exemplo, boa parte dos processos para recebimento dos subsídios que foram protocolados em dezembro de 2005 encontra-se pendente até a presente data. Encontra-se também nessa mesma situação tudo o que foi protocolado neste ano de 2006. Ou seja, o atrasado compreende tudo o que foi protocolado no mês de dezembro de 2005, e também se encontra na mesma situação de atraso tudo o que foi protocolado no ano de 2006.

Ora, Sr. Presidente, não podemos permitir que um programa como esse, criado para resolver o problema de escoamento do produto do Centro-Oeste – como o próprio nome diz, prêmio para escoamen-

to, valor para escoamento –, dada essa dependência que temos do milho do Centro-Oeste para a nossa avicultura, representando quase 70% do custo da produção, venha a atrasar de maneira significativa como está ocorrendo.

Se computarmos os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, a avicultura gera em torno de duzentos mil empregos diretos.

Sr. Presidente, é lamentável que tenhamos um programa dessa natureza e que haja um atraso, uma paralisação, sob a alegação de que se estão apurando irregularidades no programa. O produtor não tem nada a ver com isso, cumpre o seu papel, faz a sua parte, submete-se a essa burocracia voraz que se aplica.

Portanto, venho aqui fazer um apelo para que se regularize e normalize essa situação, dando condições aos produtores do Nordeste de adquirir, comprar esse milho com subsídio, porque, se ele não comprar com esse subsídio aqui, terá de comprá-lo fora, e essa situação acarretará prejuízos.

Eu gostaria de falar em nome daqueles que são produtores, daqueles que são empregadores e daqueles que são empregados. Em uma situação como a que estamos vivendo no Nordeste, com a falta de chuvas, é importantíssimo, é vital que possamos dar a assistência devida a esses produtores.

Já basta o que aconteceu com o projeto de equacionamento das dívidas. O Governo vetou totalmente o projeto aprovado na Câmara, de iniciativa de Deputados, que veio para o Senado, onde também foi aprovado. O projeto foi totalmente vetado pelo Governo Federal, que, agora, edita uma medida provisória que não corresponde em nada àquele projeto. A diferença é incrível.

Então, deixo aqui registradas essas palavras com relação a estes programas: o PROP, oferta de prêmio de risco para aquisição de produto agropecuário oriundo do contrato privado de opção de venda; o PEP, programa para escoamento do produto; e o VEP, valor para escoamento do produto. Todos esses programas estão comprometidos, a esta altura, e não se sabe por que isso está acontecendo.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância a V. Ex^a e aos Colegas que me ouvem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao Senador José Maranhão, do PMDB da Paraíba, novamente por cessão do Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei dois assuntos e procurarei ser o mais breve possível, para não amolar os companheiros que estão desde muito cedo aqui, trabalhando para o cumprimento de seus deveres em favor do povo brasileiro.

O primeiro assunto diz respeito a um pedido de informação que estamos dirigindo à S. Ex^a o Ministro da Saúde a respeito das obrigações que têm os gestores estaduais e municipais, os governos estaduais e municipais, de prestar informações sobre as aplicações constitucionais na área de saúde. Trata-se da Emenda à Constituição nº 29, de 13 de setembro de 2000, que estabelece os percentuais de aplicação das receitas correntes líquidas dos Estados e Municípios na área de saúde.

Esse pedido de informação fundamenta-se no fato de que essas informações não vêm sendo remetidas com regularidade ao Ministério da Saúde. Recentemente, acessamos o *site* do Ministério da Saúde, desejosos de saber os percentuais de aplicação do nosso Estado, a Paraíba, em saúde. A informação que está na Internet é de que a Paraíba só mandou essas informações ao Ministério – apesar de ser uma obrigação constitucional dos Governadores – até o exercício de 2002, coincidentemente até o período da minha gestão à frente do Governo do Estado.

E o que se sabe na Paraíba, pelos relatórios da auditoria do Tribunal de Contas do Estado, é que o Governo Estadual não vem cumprindo com essas obrigações; aplica em saúde muito menos do que devia, muito abaixo da obrigação constitucional, cerca de apenas 65% do que efetivamente deveria aplicar. Em consequência disso, a população é que sofre. Os hospitais do Estado e outros equipamentos responsáveis pela saúde do povo estão funcionando muito mal. A população sofre com isso.

Por isso, encaminhamos o seguinte requerimento de informações:

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor

Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

No ano de 2005, os Estados e Municípios enviaram ao Ministério da Saúde as informações necessárias para verificar o cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

No ano de 2005, a União, os Estados e Municípios cumpriram as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

Quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais?

Sala das Sessões. – Senador **José Maranhão**.

As razões dessas informações estão explicitadas, Sr. Presidente, nas próprias informações do Sistema SUS. Temos aqui a relação dos recursos federais destinados ao Estado da Paraíba pelo Sistema SUS.

Desde o exercício de 1999, foram R\$334.371.987,00. Os recursos são destinados em valores crescentes. Darei o total de seis anos. Esse total vem crescendo da seguinte forma: em 1999, R\$1.790.030,00; em 2000, R\$9.687.991,52; em 2001, R\$14.271.987,00; em 2002, R\$58.834.733,00; em 2003, R\$94.293.930,00. Tivemos um crescimento de quase R\$40 milhões do exercício de 2002 para o exercício de 2003. A atual gestão administrativa do Estado da Paraíba recebeu, em 2003, quase R\$40 milhões a mais do que no ano anterior. Em 2005, R\$78.544.000,00.

No entanto, com relação aos recursos aplicados na saúde efetivamente, revelam os relatórios da auditoria do Tribunal de Contas do Estado que a administração estadual não vem aplicando os mínimos determinados pela Constituição estadual e faz aplicação, no total, 30% a 40% inferiores ao que devia efetivamente aplicar. Por isso estamos dirigindo esse pedido de informação ao Ministério da Saúde.

Segundo assunto, Sr. Presidente.

Há alguns dias, recebi, em meu gabinete, correspondência da Associação dos Ferroviários Aposentados do Nordeste, entidade ligada à Federação Nacional dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas, solicitando minha intervenção neste Plenário em favor dos reajustes salariais acordados desde 2003 com as autoridades governamentais e até hoje não pagos.

Segundo a referida Associação, milhares de ferroviários aposentados, ou seja, cerca de cem mil pen-

sionistas e seus familiares, que dependem diretamente dessas aposentadorias, estão sendo duramente prejudicados com o não-pagamento do que lhes é devido.

Aliás, em carta enviada ao Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, datada de janeiro de 2006, a Associação solicitou informações sobre o motivo do atraso de trinta parcelas – atencem bem, Srs. Senadores: trinta parcelas! – nas aposentadorias dos seus associados. Pelos seus cálculos, são 28 meses e dois pagamentos do 13º salário que até hoje não foram integralizados e que fazem parte de Dissídio Coletivo de Trabalho nº DC-95590/2003-000-00-00, publicado no **Diário da Justiça**, em 30 de junho de 2004, devidamente julgado, tendo sido determinada a quitação pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com as entidades representativas dos ferroviários aposentados, a decisão foi cumprida apenas em parte pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, atualmente em processo de liquidação.

Vale dizer que, em dezembro de 2004, foi efetuado o pagamento de 9% retroativos ao mês de maio de 2003. Em verdade, o referido percentual diz respeito ao Acordo Coletivo de Trabalho realizado entre alguns sindicatos ligados à categoria e a empresa.

Todavia, é importante destacar que a Fenafap, não se sentindo satisfeita com o entendimento ao qual nos referimos, tomou a decisão de continuar com o dissídio e conseguiu êxito judicial com o percentual de 14%, dissídio que lhe garantiu também retroatividade a partir de maio de 2003. Dessa forma, como podemos concluir, falta saldar a diferença de 5% devida até hoje pelo Governo aos ferroviários aposentados. Diante desta realidade, não existe mais condições de adiar o acerto de contas. O Governo precisa apenas disponibilizar os recursos e reconhecer de vez a decisão judicial.

É importante destacar que, em setembro de 2005, os funcionários ativos da rede ferroviária receberam todos os atrasados em cinco parcelas. Entretanto, os aposentados e pensionistas não foram abrangidos pelo mesmo direito. Devo alertar que tal decisão feriu frontalmente a Lei nº 8.186/91, que, no parágrafo único do art. 2º, diz o seguinte: “O reajustamento do valor da aposentadoria complementada obedecerá aos mesmos prazos e condições em que for reajustada a remuneração do ferroviário em atividade, de forma a assegurar a permanente igualdade entre eles”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como desculpa por não ter incluído os ferroviários aposentados, as autoridades governamentais alegaram que não dispunham de verba. Mas, logo no início deste ano, o Governo Federal comunicou abertamente que estava pronto para realizar grandes obras de infra-estrutura pelo País afora.

Sr. Presidente, não sabemos até quando neste País as próprias autoridades públicas a quem cumprir pela observância da leis continuam impunemente, continuam imperialmente desconhecendo a obrigação de acatar a lei, de assegurar aos cidadãos, sobretudo às pessoas mais humildes, como esses ferroviários, o direito, a percepção de seus próprios salários, já objeto de ações judiciais.

A Justiça, como se costuma dizer, é lenta, mas chega, porque é a única que temos. Mas nem com a decisão judicial o cidadão consegue fazer prevalecer os seus direitos. Quanto mais humilde o cidadão mais ele é vítima desse descumprimento, desse desprezo à própria norma da lei.

Eminente Senadores e Senadoras, eu gostaria de terminar este pronunciamento repetindo as preocupações manifestadas pelos líderes que comandam a Afan. Para eles, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o Poder nacional empunhando a bandeira da democracia, da liberdade, da justiça, da diminuição da desigualdade social e do desenvolvimento sustentável, certamente não é sabedor das agruras e das dificuldades que são enfrentadas quotidianamente pelos aposentados e pensionistas ferroviários de nosso País.

Se realmente o pleito da categoria ainda não chegou à mesa de trabalho do Presidente – tenho quase certeza de que não chegou, de que anda perdido nos escaninhos da burocracia nacional –, aproveito a oportunidade para pedir-lhe que examine a questão com interesse e autorize, de imediato, o cumprimento integral do que foi firmado e decidido judicialmente em favor da categoria dos aposentados ferroviários.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente, agradecendo ao Senador Paulo Paim pela generosidade da inversão da nossa inscrição.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

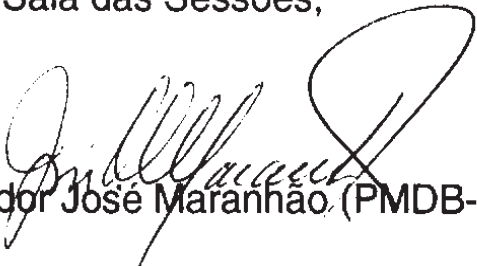
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

- a) no ano de 2005, os Estados e Municípios enviaram ao Ministério da Saúde as informações necessárias para verificar o cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?
- b) No ano de 2005, a União, os Estados e Municípios cumpriram as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?
- c) Quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais?

Sala das Sessões,


Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Sabem V. Ex^{as} o quanto gosto de permitir que seja extrapolado o tempo. Daqui a pouco acaba a prorrogação, e poderemos prorrogar a sessão novamente. Mas tenham certeza de que não será necessário que eu corte o tempo nem do Senador Paulo Paim, nem do Senador Mão Santa; nem um nem outro, ao presidir a Mesa, cortará o meu tempo também.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento, tendo a sensibilidade que sempre teve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, quero iniciar meu pronunciamento fazendo uma homenagem ao Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, esta frase é sua e, por isso, vou repeti-la no dia de hoje. Esta frase é sua! V. Ex^a a tornou marcante neste Senado da República. V. Ex^a a diz de forma repetitiva e marcou o povo brasileiro e todos nós aqui no Senado. Quis Deus que V. Ex^a estivesse no plenário neste momento e, na Presidência, a Senadora Heloísa Helena.

Por quê, Senadora Heloísa Helena? Considero hoje um dia histórico no Senado da República, mais precisamente na Comissão de Assuntos Sociais, em cuja reunião o seu Presidente, Senador Valadares, atendendo um pedido do conjunto do movimento sindical brasileiro e de aposentados e pensionistas, colocou em votação o relatório do Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, refiro-me à luta pela derrubada do fator previdenciário, que a Senadora Heloísa Helena conhece muito bem e que considero o maior crime que foi cometido contra os assalariados deste País. Faz seis anos que luto para derrubar o fator previdenciário. Apresentei um projeto na Câmara e não consegui aprovação. Aqui no Senado apresentei também um projeto, e, depois de eu conversar com inúmeros Senadores, V. Ex^a fez questão de assumir o relatório. Fez o parecer com tanta competência que todos os Senadores que o leram acabaram votando pela derrubada do fator previdenciário, por unanimidade. O seu parecer anula, revoga o fator previdenciário e aprova o Projeto nº 296, de 2003, de nossa autoria.

O que representa a aprovação desse projeto, que teve o apoio, numa audiência pública, de V. Ex^a e também da Senadora Heloísa Helena, por incrível que pareça, não é entendido por grande parte do povo

brasileiro, que não entendeu a importância dessa batalha. Pois significa, senhoras e senhores que estão assistindo nesse momento à TV Senado ou ouvindo a Rádio Senado que, no ato da aposentadoria, esse fator previdenciário – esse famigerado fator previdenciário –, aprovado em 1999, reduz os vencimentos da mulher em 35% e do homem, em 30%.

O Senado, mais uma vez, fez sua parte. Espero que a Câmara dos Deputados faça agora a sua parte e que essa votação seja pra valer.

Senadora Heloísa Helena, estavam lá Senadores de todos os partidos, da Situação e da Oposição, e, mediante os argumentos apresentados pelo Relator, ninguém teve dúvida. Disseram que não precisava nem de discussão e que poderíamos passar à votação.

Está, assim, revogado, por ato do Senado da República, o fator previdenciário. Se aprovado na Câmara, daqui pra frente não haverá mais essa de expectativa de vida, não haverá mais essa de o IBGE atestar que aumentou a expectativa de vida, e quem quiser se aposentar com o princípio da integralidade não precisará fazê-lo somente na hora da morte. Agora voltará, pelo projeto relatado pelo Senador Mão Santa e por nós aprovado, a valer a média dos últimos 36 meses, que é o princípio da integralidade.

Agradeço, Senadora Heloísa Helena, ao movimento nacional feito – espero não esquecer nenhuma – pelas seguintes entidades: GCT, CUT, Força Sindical, USI, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Confederação Nacional dos Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Nova Central Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Autônoma do Brasil, Social Democracia Sindical, Coordenação Confederativa dos Trabalhadores, Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip),

Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), Sindicato Nacional de Auditores (Unafisco Sindical) e Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Enfim, agradeço a todos aqueles que trabalharam nessa cruzada nacional e conversaram com os Senadores e Deputados.

Tenho certeza de que a classe trabalhadora do nosso País vai registrar este dia como data histórica. É um ganho que, tenho certeza, será reconhecido pelos trabalhadores do campo e da cidade, aposentados e pensionistas, Senador Mão Santa, pelo seu relatório, que acabou mobilizando a Casa e foi aprovado por unanimidade.

Agradecemos também a todos os membros da Comissão Mista do Salário Mínimo, onze Deputados e onze Senadores – a Senadora Heloísa Helena faz parte –, pois lá também debatemos a importância da derrubada do fator previdenciário.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Mão Santa, Relator da matéria. Eu encaminhava para o encerramento, mas faço questão de receber o aparte de V. Ex^a sobre o tema.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, vivemos a democracia. A democracia surgiu pelo povo decepcionado com os governos absolutistas, com os reis. Gritaram: liberdade, igualdade e fraternidade. E a democracia precisa de partidos fortes. Nós nos entristecemos, pois fomos um dos que acreditaram no PT. Votei em Lula, votei no Governador do Piauí, do PT. Mas aquela esperança de que falaram é a esperança de reconstrução do PT. Queremos vê-lo forte. V. Ex^a tem feito isso. O momento mais triste foi quando a malsinada medida provisória retirava o direito dos trabalhadores, dos velhinhos, dos aposentados. E V. Ex^a sofreu, V. Ex^a minimizou a situação com a inspiração de uma medida provisória paralela. V. Ex^a reconstrói o PT e, conseqüentemente, fortalece a democracia, ao buscar esse projeto de lei que, com certeza, já foi aprovado, e do qual fui Relator. Todos nós vivemos Juscelino Kubitschek, que está na minissérie. E eu me lembro, Senadora Heloísa Helena, de que S. Ex^a disse que a velhice é uma tristeza; desamparada, é uma desgraça. V. Ex^a, com a sua sensibilidade, olha para os aposentados, que sofrem desesperançados, sofridos e humilhados, pois foram enganados até pelos banqueiros, favorecendo o empréstimo. Eles são corretos e decentes, mas alguns estão até se suicidando, porque foram envolvidos em uma despesa que não estava na sua previsão. E é justamente o que falta, Senador Gilvam Borges, para o medicamento, para a dificuldade. V. Ex^a, portanto, faz nascer a esperança de melhores

dias, com a aprovação desse projeto. E agradeço a Deus por haver sido o seu Cireneu, o Relator. Mas tanta é a credibilidade de V. Ex^a que, no dia de hoje, havia uma sessão festiva em homenagem àquela que merece homenagem e aplausos – a mulher –, mas V. Ex^a conseguiu **quorum** qualificado, por unanimidade. Todos vieram, graças à credibilidade que V. Ex^a tem dado a esta Casa, em respeito ao trabalhador, aos que trabalharam, aos aposentados. Esses sim merecem os aplausos. E V. Ex^a merece os nossos aplausos e a gratidão de todos os aposentados do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a. Muito obrigado em nome dos trabalhadores do País: aqueles que estão na fábrica, nos bancos, no comércio, no campo, trabalhando e contribuindo com a Previdência e que sonham com uma aposentadoria decente. O relatório de V. Ex^a foi aprovado, na íntegra. O parecer ao projeto pelo qual lutamos para que seja aprovado há mais de seis anos obteve o reconhecimento de todos os Senadores e Deputados.

Senador Mão Santa, todos os projetos que apresentei na Câmara dos Deputados estou rerepresentando aqui no Senado, ao longo destes quatro anos, mostrando uma coerência de conduta, uma coerência naquilo que acreditei quando Deputado Federal, e continuei com a mesma visão como Senador da República.

Fico muito feliz ao fazer este agradecimento, pois nesta Casa é que conseguimos aprovar o Estatuto do Idoso. Foi aqui no Senado Federal que aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial. Foi aqui no Senado Federal que aprovamos, hoje, a derrubada do fator previdenciário. Foi aqui no Senado Federal que alteramos a reforma da Previdência e aprovamos a PEC paralela. E também hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, aprovamos o projeto de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, também por unanimidade, inspirado na PEC paralela, porque lá estava o comando maior, e aprovamos a aposentadoria para a dona-de-casa.

Senadora Heloísa Helena, concluo dizendo muito obrigado ao Senado Federal. Muito obrigado, Senador Relator pelo projeto que termina com o fator previdenciário e que vai garantir, daqui para frente, que o cidadão, no ato da aposentadoria, receba 30% a mais, e a mulher, 35% a mais, aprovado exatamente hoje, no dia em que tivemos uma grande sessão em homenagem às mulheres.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peça a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Mão Santa – depois eu e o Senador Gilvam Borges –, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para leitura e aprovação de requerimento de pesar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr^a Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 9 de março de 2006, em Londrina, Paraná, do Sr. Anwar Haully, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Haully.

Requeiro, também, que a Mesa apresente condolências à família Haully, por intermédio do Deputado Luiz Carlos Haully.

Com profunda consternação, apresento ao ilustre Deputado Luiz Carlos Haully, representante do PSDB do Paraná, o mais profundo sentimento pela perda, hoje, de seu irmão, o Sr. Anwar Haully, residente na cidade de Londrina.

Ao Deputado Luiz Carlos Haully, dedicado e valoroso Parlamentar do meu Partido, peço transmitir aos familiares de Anwar esta nossa mensagem de solidariedade cristã, externada por este voto de pesar que proponho ao Senado Federal, em nome de toda a Bancada de Senadores do PSDB.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Mesa e todos os Senadores compartilhamos com V. Ex^a o pesar. À família será encaminhado o voto de pesar apresentado por V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a me permite, do mesmo modo, requeiro voto de aplauso à Sr^a Dulce Pinto da Costa – esta é uma boa notícia –, médica no Amazonas, que amanhã, dia 10 de março de 2006, será homenageada em Manaus pelo transcurso do seu 80^o aniversário.

É uma senhora de enorme valor, enorme retidão moral e enorme respeitabilidade e que, se Deus quiser, vai completar muitos aniversários pela frente.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradecemos e igualmente compartilhamos com V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Mão Santa, para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros que aqui estão e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, hoje, este Plenário homenageava as mulheres importantes. E quis Deus estar Heloísa Helena presidindo esta sessão.

Mas, Senador Gilvam Borges, Senador Arthur Virgílio, penso que erramos, pois homenageamos pessoas importantes. E eu, encantado sou pela Heloísa Helena de antes, a enfermeirinha anônima, a mãe, a camponesa, a professorinha, a aposentada, desencantada, a presidiária deste País injusto. Penso que aquela enfermeirinha a quem nunca se faz uma homenagem, só na hora da desgraça e da dor. Essa é a homenagem não à Senadora, a quem respeito e merece os aplausos, mas àquela mulher que luta como a mãe de V. Ex^a, com dificuldades.

Presidente Lula, eu não entendo. Eu acreditei, eu votei, eu trabalhei muito, mas foi pequeno o meu trabalho diante a decepção que tive. Senador Paim, agradeça a Deus V. Ex^a não esquecer as origens.

Senador Arthur Virgílio, muito me lembra Heloísa Helena um conto: existia um rei e, de repente, apareceu um Ministro, o mais importante conselheiro do rei, mas existe a inveja e a mágoa. Ele, com fidelidade, com o seu coração, se dedicava ao rei. Mas ele tinha um hábito, Senadora Heloísa Helena, de desaparecer por meses. E os invejosos diziam: “Olha, ele desaparece, majestade, para tramar contra o rei, para desviar o ouro do rei”. E o rei, que tinha tanta confiança nele, mandou segui-lo.

Senador Paulo Paim, o Conselheiro Dória entrou numa fazenda velha, acabada. Senador Gilvam, ele se vestia e andava naquela fazendola com roupas velhas de homem do campo. Levaram o relatório para o rei, que, perplexo, pediu a ele uma explicação. Ele disse que, de quando em quando, repetia isso para saber da própria origem, para não se envaidecer, não ficar tresloucado ante as realezas, as mordomias e as modernidades, como as do Aerolula. Apenas voltava àquela fazendola de seus pais que lutavam no campo e que se vestia com as vestimentas que usava quando era do campo para não se envaidecer, para lembrar da origem dele.

Ô Lula, envaideceste mesmo, perdeste a cabeça e ficaste tonto. Lula...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Gilvam Borges, está em tempo. A verdade dói, mas pode fazer acordar.

Senador Paim, admiro muito V. Ex^a e admirei muito o livro de V. Ex^a. Não o invejo – porque Deus me poupou –, mas admiro V. Ex^a. Eu gostaria de ser um poeta. Minha mãe o foi. Não tenho esse dom. Vi V. Ex^a descrever sua família e sua mãe.

Lula, acorde, tenha amor no coração, veja suas origens. Vossa Excelência cometeu muitos erros. Sabe qual foi o erro mais grave, Gilvam Borges? Faleceram dois irmãos do Lula, Senador Arthur Virgílio, e ele não foi a nenhum dos dois enterros, mandou representantes. Lula, vamos perdendo, perdendo as raízes. Dória voltava para lembrar as dificuldades e as lutas do pai dele.

Quando entrou Vossa Excelência colocou o povão ali. Ô Lula, bom governante é aquele que, quando sai, é aplaudido pelo povão. Reúna, Lula. Eu vi em fotografia, pois não estava aqui. E o campo? Disseram que Vossa Excelência vendeu o seu campo. Também não gostei, não sei. Vossa Excelência recriminava certos atos de seu pai. Lula, Vossa Excelência deixa o campo e o campo está aqui.

Senador Arthur Virgílio, esta Casa tem um sentido. Surgiu, Senador Gilvam Borges, com Moisés, que foi ungido por Deus. “Moisés, sua missão é libertar meu povo”. Moisés, ungido por Deus, não quis saber se o faraó era forte, se tinha exército, Mar Vermelho. Cumpriu as ordens. Moisés recebeu as leis de Deus, e o povo não quis cumpri-las. A nossa Constituição, Lula, é a lei dos homens. Moisés quis abandonar as lei de Deus e quebrou as tábuas. O povo desembestou-se rumando aos bezerros de ouro, como os seus estão desembestados diante do ouro, do valerioduto, da corrupção e da vergonha. Disse a Moisés, o ungido: “Busque os mais velhos, os mais experimentados, que estes o ajudarão a carregar o fardo.” Aí surgiu a idéia de Senado, melhorado na Grécia, na Itália e aqui melhorado por Rui Barbosa e por nós que estamos aqui. Então, o Senado é para isso, vulgarmente, diz-se, os pais da Pátria. E é para ser isso mesmo.

Ô Heloísa Helena, Arthur, lembra-se de nós quatro, e o Paim, um vice, permitindo abrirmos isso, Heloísa Helena liderando o PT, e reuniões sextas-feiras e segundas-feiras.

Então, o Senado é isso. Eu bati e disse: nenhum núcleo duro e burro chegarão aqui. É, parecia o apocalipse, esse menino do Piauí. Nenhum! E olha aí. Olha aí, Gilvam Borges! Onde está o núcleo duro? Depois eu mesmo bati aqui e disse: Zé Maligno! Ele era poderoso, sou um homem do Piauí. Naquele tempo, Heloísa Helena, hein, nós nos enfurecemos menos do que vamos nos enfurecer com essa medida provisória. Era a malsinada que tirava dos velhinhos aposentados os direitos trabalhistas. Paim sofreu, sonhou em minimi-

zar a medida provisória. Mas essa é pior, a que vem aí. Senador Arthur Virgílio, busque força e inspiração no seu pai. Essa bandidagem... Esse Presidente da Câmara, esse Presidente do Senado, esse Presidente da República e o da Justiça...

Olhem, há lei! Se não tivermos forças, Arthur Virgílio! A lei está na Constituição! Derrubar um veto do Lula, ignorância das leis, esquecido da sua pobreza, pai e mãe dos banqueiros!

Ô, Senador Gilvam Borges, atentai bem! Foi Deus que te mandou aqui para ouvir. Você está na Oposição, luta, não deve a ninguém, sua consciência, sua luta...

Paulo Paim, Arthur Virgílio, três anos a CAE ficou estudando a renegociação da dívida dos homens do campo, onde o Lula nasceu, nas dificuldades da pobreza, que são muito piores, Lula, do que quando você foi para São Paulo! Naquele tempo, havia Presidente que prestava; agora, não temos! É, Arthur Virgílio. Então a CAE entra pela noite, com homens experimentados! Eu estou lá, mas reconheço nos outros as competências, as experiências. São ex-Prefeitos, ex-Governadores, ex-Ministros, professores. Renegociamos dívidas. O homem do campo não paga, Gilvam Borges, porque não pode mesmo. O homem do campo tem vergonha, é honrado. Esta é que é mulher: a camponesa. Estudamos, vasculhamos, aprovamos. Ô Arthur Virgílio, sabe quantos não votaram favoravelmente a isso no Senado? Só quatro. E por obediência ao Governo. Timidamente, ficaram ali. Eu estava lá em cima a observar. E veta. Arthur Virgílio, com este negócio aqui, Presidente do Senado, Presidente da Câmara, Presidente da Justiça e da República, estamos levando este País para o momento mais difícil. Aí está! Roubam até o Exército, como o Arthur Virgílio disse. Preso! Sem terra!

A Bandeira, Ordem e Progresso, já era. Agora é desordem e regresso. Essa é a verdade. Eu pensei, ô Gilvam Borges, que eles iam mudar isso para uma bandeira vermelha, mas eles foram só no branco: desordem e regresso! Aí, vão editar uma medida provisória pior, malsinada.

Paulo Paim, tire esse grupelho que aí está. Isso é normal. O PSDB nasceu do PMDB. A mulher Heloísa Helena já desgarrou e criou um Partido de solidariedade e liberdade. Faça como Cristo, que pegou o chicote e expulsou os vendilhões do templo. Ponha esses malandros dos banqueiros para fora do seu Partido e eles que vão criar o PB, Partido dos Banqueiros.

Fizemos uma medida provisória, e ele vai vetar?! Ô Senador Renan, Calheiros, onde está? Ô comunístinha Presidente da Câmara, venha cá! O que estou pedindo é a lei, a justiça. Não está nessa conquista que se pode derrubar o veto, Senador Arthur Virgílio,

do Presidente. Ou não somos homens? Ou não somos mulheres?

Mulheres, por que não derrubamos? Não vamos admitir que Lula, pai dos banqueiros e mãe dos banqueiros do Brasil e do mundo... Está aí, Arthur Virgílio, ele que defenda. Em três anos ele já pagou mais aos banqueiros do que o Fernando Henrique Cardoso em oito. Então ele é pai e mãe dos banqueiros. Paim, mande ele sair do PT e criar o partido dos banqueiros.

E agora vem, Gilvam: nº 285, seis de março. Que dia negro!

E esse vice-Presidente? Olha! Eu até tinha esperança. Mas também, Heloísa Helena, pegaram para ele assinar isso aqui. O Lula, com vergonha, vai lá passear com a Rainha – não usou a casaca porque o Arthur Virgílio já tinha o discurso: o ladrão de casaca – e deixa para José de Alencar Gomes da Silva assinar. Da Silva... Joaquim da Silva Xavier. Isso não parece mais com coisa do Silveira Gomes da Silva... Assinar! Atentai bem... Os pobrezinhos! Ô Gilvam Borges, V. Ex^a, com a consciência, com a independência, atentai bem. Medida provisória: primeiro, aquilo tudo que nós fizemos não vale nada. Cadê os pais da Pátria? O conselho de Deus a Moisés? E o pior, Paim, é que o Lula não leu nem aquelas leis de Moisés... Avalie a Constituição. Queria pelo menos a quarta, que diz: Não roubarás. Eu ficaria satisfeito.

Nós colocamos para 20 anos, eles já diminuíram para 6. Eles são dos banqueiros mesmo. Lula, paz e amor uma ova! Você é pai e mãe dos banqueiros! Diminuiu para seis anos! Ô Heloísa Helena, eles não estão pagando por quê, os homens da fazenda e do campo? Pelas dificuldades, o semi-árido não tem dinheiro, porque honra tem! Honra esse pessoal do campo tem. Oh, pessoal de vergonha! Nós conhecemos o campo, trabalham mulher e homem. Eles não estão pagando porque não têm dinheiro. Não tem mais carência, Arthur Virgílio! Se os homens não estão pagando, dinheiro não têm, o pai e a mãe do banqueiro bota esse outro otário para assinar, para ser o novo Silveira das Minas. Joaquim Silveira, assinando, sem carência. Se eles já estão lascados, o que vai adiantar? No dia em que for aprovado, o banco já está cobrando os seis anos. Se ele não tiver uma carência para vir a produção, para aumentar, ele não vai...

Brasileiras e brasileiros, este é o País mais imoral. Olavo Bilac: “Criança, não verá nunca um País como este”. Bilac! Agora, Bilac diria: “Olhai a ambição dos banqueiros, alimentados por Lula”. Nunca se ganhou tanto! Os juros, nós votamos de 1,5%, por menor, 3% e 5%... Aqui começa logo por 6%... Isso é o atestado de que o Lula é o pai e a mãe dos banqueiros.

Senador Paim, eu conheço o campo. Sou urbano, minha família é urbana. Fui Prefeitinho, fui Deputado, fui Governador. O campo está empobrecido! Lula, uma água mineral, dessa que V. Ex^a está tomando com uma cachacinha, diluindo-a com uma Perrier dessa ou com whisky, ou depois do vinho, aquele vinho caro... Paim, é R\$6,50. Um litro de leite é R\$0,75; no Nordeste, é até R\$0,50. Então, essa é a vaquinha desmoralizada, desvalorizada, a vaquinha que segura o homem no campo, a família e a produção.

Napoleão, o verdadeiro, o francês – com todo respeito ao Senador que passou aqui – disse assim, Arthur Virgílio: a maior desgraça de um homem é exercer um cargo para o qual não está preparado. É aí, Lula. Gilvam, Napoleão, o francês, disse isso.

Lembremos a grandeza de Rui Barbosa e vamos derrubar o veto do Presidente, embora o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara não queiram. Nós somos iguais. Isso é passageiro, uma circunstância, nós temos é que derrubar o veto e fazer valer aquilo. Não derrubar o veto é darmos atestado da nossa insignificância e do desrespeito ao homem do campo.

Gilvam Borges, os fazendeiros não vão pagar e vão ser executados por leilão: o carro de boi, a fazenda, os móveis precários vão para o leilão. O banco faz isso. Paim – tantos e tantos anos! –, olhai a humilhação de estar no leilão a casa do fazendeiro, a caminha, a mesa. Atentai bem, é uma vergonha!

Isto é o que venho pedir a esta Casa: vamos ter um instante de grandeza, coragem e independência. Esses Poderes têm de entender que têm de ser iguais, contrapoderes, ser o equilíbrio. Não é para se acachapar, humilhar-se ao Poder Executivo. É esse é o nosso entendimento.

Então, vamos fazer o grande dia deste Senado, derrubando o veto do Presidente da República, que se ajoelha e serve aos ricos, aos poderosos e aos banqueiros – não aos bancários. Os bancários todos estão quase como os homens do campo.

Senadora Heloísa Helena, no começo, entrei com Deus, termino com Deus e vamos continuar com Deus. Ô Lula, peça aí para lhe contarem, porque você não vai ler mesmo D. Quixote de La Mancha.

Arthur, D. Quixote disse: Sancho Pança, você me acompanhou na luta em defesa dos oprimidos, dos fracos, dos nossos sonhos, eu vou lhe dar uma ilha para você governar. E Sancho Pança – até gordinho e barbadinho como Lula, só não tinha um aerolula, tinha um jumentinho em que ele andava – disse: mas eu não posso. Aí, D. Quixote disse: mas eu vi que você é temente a Deus e isso é uma sabedoria. E deu a Ilha de Baratária* para ele governar.

Heloísa Helena, por isso é que um bispo disse que Lula não é católico, não é temente a Deus. Ele é caótico e está levando o homem do campo ao caos.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio, cujo pai enfrentou os canhões da ditadura, e ele está enfrentando a malignidade, o cupim da democracia, que é a corrupção.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Na verdade, esse aparte tem mais razão de ser em determinada hora do seu pronunciamento, quando V. Ex^a se referia às origens. Há um poema de Fernando Pessoa* que gosto muito de citar, algo tipo “o rio que banha a minha cidade é o rio mais bonito do mundo, precisamente porque é o rio que banha a minha cidade”. V. Ex^a tem razão. Quem esquece suas origens, quem se encanta com as carruagens, vira uma cinderela política, vira abóbora. Com certeza, a partir de uma determinada meia-noite, vira abóbora. Ontem foi um dia de alienação brutal, o Presidente falando com Parreira sobre Ronaldo. Nenhuma preocupação com Ronaldo. Ele tinha preocupação em aparecer nos jornais televisivos brasileiros como alguém que se preocupa com aquilo que o povo gosta, enfim. E a guerra civil no Rio de Janeiro correndo solta, inclusive envolvendo diretamente o Exército nacional, que entrou, no impulso, nesse episódio, sem que houvesse uma ordem de baixo para cima que o autorizasse a fazer isso. Ou seja, não sei como o Exército vai sair disso. Sei que, se houvesse governo, ele não teria entrado desse jeito. Poderia ser uma deliberação do Presidente da República que o Exército iria fazer segurança para acabar com essa chaga do tráfico de drogas, mas não alguém do Exército dizendo: olha, nós vamos fazer, porque assaltaram o nosso quartel. Senador, não dá para tomar uma decisão desse porte nesse clima de impulso. Mas V. Ex^a, depois, avançou. E eu concluo o meu aparte, Senador Mão Santa, dizendo que, com a sua vasta cultura, V. Ex^a foi à obra imortal de Miguel de Cervantes, e chegou a Dom Quixote de La Mancha e a Sancho Pança. Na verdade, o Presidente Lula não é mais nem um nem outro. Ele nem tem o senso de realidade, sobretudo não tem a lealdade de Sancho Pança e deixou de ter os sonhos de Dom Quixote há muito tempo. Ele não é nem um nem outro, não caberia na obra imortal de Cervantes. Ele joga de acordo com as oportunidades. Terminou virando mesmo – para falar a linguagem de futebol que ele aprecia tanto – um artilheiro do oportunismo. Não se preocupa com nada de duradouro, ou seja, guerra civil. Morreu um adolescente, não se ouviu uma palavra do Palácio do Planalto. Nada, nada! Não se sabe de uma providência que ele tenha tomado para tirar o Exército dessa crise enorme em que se enfiou, em

função do desgoverno que reina aí, do estado de anomia a que está submetido o País. E, ele, preocupado com Ronaldo, que não precisa dele para coisa alguma. Ronaldo vai, certamente, saber perder os seus quilos, treinar e ajudar o Brasil a ganhar o hexacampeonato mundial. Mas não é essa a minha preocupação. O Brasil pode ganhar e pode não ganhar. Não vai mudar em nada a vida dos brasileiros se o Brasil ganhar ou não ganhar. Não vivemos de Copa do Mundo. Nós vivemos de paz, de trabalho, de emprego, de decência, de ética, vivemos disso tudo. No entanto, o Presidente achou que a grande providência do dia era ligar ao Parreira e ficar com aquela conversa fiada, chateando o pobre do rapaz que trabalha, que não tem tempo a perder com opinião de leigo, com bobagens em seus ouvidos, quando o que se esperava do Presidente era a preocupação sincera com a questão da segurança. Mas isso não importa. Quem está morrendo agora é gente do povo, um povo que ele já esqueceu há muito tempo, porque ele já não acha que o rio mais bonito do mundo é o rio que banha a sua cidade. Ele virou o homem das carruagens e desse luxo que ilude, mas não aquece a alma. Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, já que o Arthur Virgílio buscou novamente o Sancho Pança, lembro-me da bengalada – bendita bengalada! – no José Dirceu, inspirada também no Tristão.

Mas eu queria ser justo com Sancho Pança, que foi um grande governador da Baratária. Ele era temente a Deus, tinha sabedoria, foi humilde. E Dom Quixote ensinou: arruma uma mulherzinha ajeitada, a sua Adalgisinha, direitinho; não beba demais, não coma demais, vista-se com decoro, seja honesto, tenha boas companhias. E o Sancho Pança foi até bom. Depois de aconselhar, voltou Dom Quixote de La Mancha. E eu quero dar este conselho ao Brasil. Arthur Virgílio, ele disse: Sancho Pança, eu quero dar o último ensinamento: só não tem jeito para a morte.

Então, quero dizer ao Brasil: só não tem jeito para a morte. Vamos tirar este PT do Governo para levar o povo à prosperidade e à felicidade.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Excelentíssimos Srs. Senadores, eu acompanhava, do meu gabinete, hoje, os vários oradores. Desta tribuna ouvi excelentes pronunciamentos.

Realmente, o que me trouxe hoje ao plenário com a hora avançada é a tristeza de ver o meu País

em uma situação tão difícil e complicada, quando o Exército brasileiro vai às ruas. Então, voltamos e fazemos uma retrospectiva do abalo que as instituições estão sofrendo.

Esta augusta Casa, celeiro das leis, tem procurado de todas as formas dar sua contribuição e cumprir seu papel institucional.

Não foi apenas o Exército brasileiro que teve de ir às ruas. No Rio de Janeiro, o Departamento de Polícia Federal muitas vezes é atacado vil e brutalmente e a desmoralização campeia. E aí, Sr^a Presidenta, é preciso que o País reveja com urgência a sua política de segurança pública.

Muitos outros países, mundo afora, tiveram complicadas situações de instabilidade, de insegurança, de violência generalizada. A Itália, por muitos anos, sofreu um processo brutal em que o crime organizado envolveu todas as instituições, do poder político, do Poder Judiciário, tudo entranhado. E aquele país se levantou por uma estratégia na qual somente pela lei poder-se-ia retomar o ânimo e a cidadania, já que aquela sociedade via com desconfiança os seus políticos, os seus juizes, as suas autoridades, as suas polícias.

Deu-se, então, Senador Mão Santa, a Operação Mãos Limpas, um grande trabalho de inteligência.

O Senador Arthur Virgílio, durante todo o dia de hoje, em suas intervenções, manifestou a sua preocupação com o nosso Exército brasileiro, a nossa grande força nacional que dá a grande garantia do funcionamento das instituições, numa situação vexatória, numa situação impulsiva, numa situação desatinada pelo momento em que vivemos, buscando 10 fuzis Fao que foram roubados de seus quartéis.

Fiquei pensando que seria uma oportunidade para um exercício de força, de manobra, de treinamento. Será que os nossos órgãos de inteligência detectaram que vamos entrar em uma convulsão social na qual não se poderia ter mais controle, e o Exército poderia, então, já começar os treinamentos e as manobras para se posicionarem? Começamos pelo Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é possível. Se assim o fosse, teríamos o planejamento estratégico forçado para o controle total da situação. Talvez, Senador Arthur Virgílio, não estejamos compreendendo perfeitamente por que a cidade do Rio de Janeiro, o nosso cartão postal, que vendemos pelo resto do mundo, a antiga capital da República, a capital cultural do País esteja em uma situação tão complicada como essa. Eu fiquei muito preocupado. Por esse motivo, resolvi descer, depois de várias audiências e contatos com as lideranças do meu Estado, trabalhando na Comissão de Orçamento, e acredito que o Ministro da Justiça, o Presidente Lula e as nossas forças políticas precisam

se mobilizar. Acredito muito no trabalho de inteligência, acredito que é possível resolver, reverter, mudar.

Este é um país maravilhoso, Senador Mão Santa. É um país abençoado; é um País de gente valorosa, com uma etnia e uma química toda especial. Já viajei por outros países, já contactei com outras culturas, e não há povo tão sublime e especial como o nosso.

Nós não merecemos isso. Nós merecemos a festa. Nós merecemos o carnaval, a cortesia, a criatividade, a inteligência e a altivez. Este é o perfil do povo brasileiro. Não há povo tão criativo e tão especial como o nosso.

Deve-se agir no impulso? Não podemos mais fazer no impulso. É por que pegaram dez armas? É por que o Congresso Nacional resolve mudar as regras das eleições na última hora? Creio que precisamos corrigir muita coisa.

Associo-me aos brasileiros otimistas. Assim como a Oposição, liderada nesta Casa, com muita sabedoria, por vários Líderes do PMDB, do PSDB, pela voz e inteligência do Senador Arthur Virgílio, também quero dizer que o Presidente Lula precisa ouvir. Sábio é aquele que ouve, Senador Mão Santa. Democrata é aquele que consegue tirar da Oposição os aconselhamentos e impressões. Portanto, quando a Oposição fala, a Situação deve estar atenta para fazer das críticas o instrumento para corrigir rumos e criar novas situações.

Senador Mão Santa, reza a lenda que, quando a águia chega aos 40 anos de vida, suas penas estão pesadas e encharcadas pelo tempo, pelo vento, pelas intempéries. Fica cansada e procura, nesse período da sua vida, uma fenda na rocha. Lá começa um processo de auto-avaliação, que é física. Começa arrancando suas próprias penas. Depois, arranca as garras já velhas e cansadas. Por último, bica a parede da rocha para perder o bico. Por um período, espera a nova plumagem, que vem mais leve. O bico cresce novamente, bem como as garras. E ela sai em um vôo maravilhoso!

O nosso País, jovem, com apenas 500 anos, formado por essa etnia, por essa química fabulosa de brancos, negros e índios, tem um brilho especial, um brilho cultural esplêndido. Somos, ainda, o líder da América Latina. Temos grandes vitórias pelo mundo afora. Acredito que nos vamos renovar mais ainda e que é nesse processo que vamos aprender.

Se o Exército brasileiro, por um impulso, chegou a ocupar as ruas do Rio de Janeiro, tenho certeza de que, em outro momento, não irá mais às ruas, de jeito algum. Talvez o tenha feito pelo próprio desespero, não pela arrogância da tropa e da força do fuzil, para recuperar dez armas. Lucidamente não se justifica isso. Não se justifica! Para buscar dez espingardas, dez fu-

zis, vou mobilizar cinqüenta mil homens? Vou trazer meus tanques, minhas Forças – por ar, os aviões; por água, os navios; e, por terra, o Exército todo? Vou incluir todas as forças de defesa nacional para cercar o Rio de Janeiro, porque quero recuperar dez espingardas? Não existe isso.

Acredito no vôo da renovação. Acredito no aprendizado. Acredito em um País próspero. Entristeci-me hoje, Senador Mão Santa. Muito triste fiquei por ver meu País em uma situação tão tonta. O Congresso sem ainda ter definido as próprias regras das eleições, que são o carro-chefe da democracia, por meio das quais se elegem as autoridades que conduzem o País, no Legislativo, no Executivo. Vejo nosso País tonto, Senadora. O art. 16 da Constituição é explícito, e nós aqui sem termos ainda as regras estabelecidas para conduzir o pleito para escolher o Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Isso é muita responsabilidade.

Como estamos tontos aqui, estamos tontos no Rio de Janeiro, com as nossas Forças Armadas. Estamos sem a quilha. Porém, acredito que vamos ajustar isso.

O Presidente Lula deve retornar ao País – se já não chegou –, e acredito que deve reunir-se com todas as forças especiais e institucionais de que dispomos. O Presidente deverá chamar o Exército e seus comandantes – assim deve proceder, já que é a autoridade máxima do País –, a Polícia Federal e as forças policiais auxiliares civis e militares e, com a participação do Ministro da Justiça, penso que deverá ser feito um planejamento sério.

Acredito nisso, Senador Mão Santa. Não sou do tipo apocalíptico, que acredita que, com o descongelamento veloz das calotas polares, haverá uma grande enchente e um segundo ciclo, tipo Arca de Noé, e que vai acabar tudo. Não acredito nisso. Acredito nas providências e na estratégia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Com o maior prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Gilvam Borges, eu e o Senador Mão Santa estávamos assistindo ao seu pronunciamento. Cumprimento V. Ex^a, porque, ao longo de seu discurso, também deduzo algo que alguém já me disse. Quando se é Oposição, fiscaliza-se, critica-se e apontam-se caminhos corretamente. O papel da Situação é articular e votar. Articula-se, vota-se, avança-se para conferir sustentação aos projetos em que se acredita. Embora a minha postura seja considerada independente e um pouco rebelde, procuro avançar por esse caminho.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a não é um rebelde, mas um homem de convicções.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a aborda, neste fim de sessão – agora são 21 horas –, a questão das Forças Armadas. Ouvi sua narração sobre a águia, quase um poema, e penso que V. Ex^a foi muito feliz. No entanto, ao mesmo tempo em que V. Ex^a fazia a análise da situação do Rio de Janeiro em relação às Forças Armadas, eu também cá refletia e comentei com o Senador Mão Santa um poema que diz mais ou menos isto que vou tentar explicitar. Num primeiro momento, eles vieram à minha rua e prenderam os meus vizinhos. Eu deixei. Depois, eles vieram de novo à minha rua e prenderam os meus amigos. Eu deixei; não era comigo. Depois, vieram à minha rua e prenderam os meus parentes. Também deixei; não era comigo. Depois, entraram na minha casa e levaram até o meu cachorro. Depois avançaram na minha casa e, quando eu vi, estavam levando também a mim e à minha vida. Faço essa consideração porque confesso a V. Ex^a que estou convicto de que as Forças Armadas brasileiras tinham que reagir. Calcule a crítica que não estaríamos fazendo, neste plenário, enfim, se nada fosse feito. Então, os marginais entram no quartel do Exército brasileiro, levam metralhadoras, enfim, armas das nossas Forças Armadas? O Exército tinha que reagir; tinha que haver, de fato, uma reação. É claro que temos que medir a dimensão, mas o Exército, Senador Gilvam – e sei que V. Ex^a também concorda com a tese –, tinha que reagir; a forma nós podemos discutir. Quero aqui, neste momento, dizer que falo em defesa das Forças Armadas brasileiras. Sei que V. Ex^a também não está criticando, está fazendo ponderações, mas tinha que haver, de fato, uma reação, porque senão essa história, em forma quase de poesia, que eu procurei traduzir poderá acontecer, inclusive, amanhã ou depois, dentro das nossas casas, com as nossas vidas. Tinha que haver uma reação. No mais, meus cumprimentos pela forma ampla, generosa e qualificada como faz esse discurso, apontando o caminho inclusive do Governo. O Governo tem que ouvir bastante e procurar acertar os passos para construir a grande caminhada. Pois, como já disse aquele poeta espanhol, os caminhos se fazem caminhando.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Ouvi e assimilei o aparte de V. Ex^a.

Reza a lenda que um jovem insistia em atravessar um igarapé a nado. Na primeira vez ele nadou muito bem e chegou do outro lado. Aí, muito jovem e impetuoso, os hormônios fervilhando, ele achou que poderia nadar de volta. E assim fez. Então, por vários dias ele repetiu a aventura. Um belo dia, no meio do rio, do igarapé, quando ele achava que estava tudo bem,

veio uma grande pirarara, que é um peixe grande da Amazônia, e o engoliu.

É preciso uma grande reflexão. Não estamos criticando. Muito pelo contrário, estamos avaliando uma situação de alto nível. O que lamento é ver o Exército brasileiro, o nosso Exército brasileiro, a nossa grande garantia constitucional, ser enxovalhado, armado com canhões e metralhadoras, numa ação repressora, sem saber em quem atirar. Eles estão escondidos. É uma guerrilha urbana, sem dúvida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao grande orador Senador Mão Santa, que é muito ativo, muito atuante, um grande filósofo e um grande médico, não é, Senador Mão Santa? V. Ex^a tem muitos admiradores aqui e um aparte de V. Ex^a sempre engrandece e enriquece quem assume a tribuna.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam, minhas primeiras palavras são para louvar o otimismo de V. Ex^a. Juscelino Kubitschek, em uma mensagem, diz assim: “É melhor sermos otimistas. O otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errado”. E V. Ex^a prega o otimismo na Pátria. Mas quero dizer que eu, na mocidade, encantado pelo patrono do Exército, Olavo Bilac, fiz o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, CPOR, o que os universitários faziam. Foi um aprendizado muito importante. Quero dizer a V. Ex^a que na Bandeira brasileira está a síntese de toda nossa civilização, dos 506 anos, da Constituição, das nossas famílias. Lá está escrito “Ordem e Progresso”. E quem faz o Exército jura, sonha, vive. Sua razão de viver é defender a Bandeira, que simboliza a nossa Pátria. Não preciso falar das cores da Bandeira, cujo significado todos conhecem. Foi justamente no “Ordem e Progresso” da nossa Bandeira que o Exército se inspirou. Nós entramos nas favelas por causa da desordem, do desrespeito. A tradição é esta: se queres a paz, prepara-te para a guerra. Essa é a filosofia. Então, quero crer que esses oficiais, que esses generais têm essa intenção de manter aquilo que ali está inscrito. Aquilo é um lema, como V. Ex^a falou. Eu desejaria ser filósofo, mas não sou. Dizer isso foi bondade de V. Ex^a. O lema é de um filósofo, Auguste Comte, francês, que exerceu muita influência nos republicanos. Havia, no Rio de Janeiro, o Colégio Lafayette, onde quase todos os líderes republicanos buscaram o saber, e eles colocaram esse lema “Ordem e Progresso”, filosófico, positivista. E acho que esta é a razão do deslocamento. Os militares querem é garantir a Bandeira que vai nos levar ao Brasil dos sonhos que V. Ex^a está apontando.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Incorporo o aparte de V. Ex^a e já abrevio o meu pronunciamento para que possamos encerrar esta sessão, em virtude do avançado da hora. Até cheguei um pouco constrangido porque cheguei tarde, mas o coração estava muito pesado e eu achei que deveria vir a esta tribuna hoje à noite para tecer alguns comentários, principalmente sobre a questão da segurança pública.

Vejo o Presidente da República exposto, vejo o Exército brasileiro nas favelas, vejo a imprensa, a mídia nacional discutindo essa situação toda e acho que V. Ex^a tem razão: o nosso Exército se faz presente para mostrar ao País que está de prontidão.

Mas acredito no setor de inteligência. É lamentável chegar-se a um cerco como esse, um cerco a uma cidade, com a mobilização de quase quinze mil homens, de todas as nossas forças, vindos de algumas regiões de comando – é dividida a nossa força em todo o País –, e chegarem os tanques, com todo o aparato, com toda a frente, e ali ficarem presente, cercando estrategicamente todo o morro, montando-se toda uma logística... Tudo bem. Ficou muito bonito o Rio de Janeiro, lindo, como é.

O povo brasileiro tem no carioca, tem naquela gente o nosso espelho, por sua bondade, pelo trato, pelo jeito alegre, por aquela coisa toda. É o nosso cartão postal, Senador Mão Santa! Imagine essa notícia em outros países, na Europa, nos Estados Unidos, nos outros continentes: “Rio de Janeiro praticamente incontrolável! Guerrilha total!” Milhares de turistas não virão ao País. A nossa imagem maculada e nós, aqui no Congresso, tontos, ainda definindo regras para as eleições. E nós lá, no nosso querido Rio de Janeiro, ex-capital da República, cartão postal do Brasil, sem alternativa. Polícia Federal atacada, Polícia Civil atacada, Polícia Militar atacada, o Exército brasileiro atacado. Foram lá buscar dez fuzis.

Não estou criticando as Forças Armadas. Ao contrário. As Forças Armadas são a nossa garantia para o funcionamento das instituições e devemos, portanto, zelar por elas, devemos prestigiá-las. Tenho a consciência, como Senador da República, de que deveríamos ter planejado isso melhor.

Conhecemos as gangues, os bandidos, os criminosos, sabemos quem é quem. Acho que, quando o Exército chegasse, já se deveria saber como deveria ser feita a abordagem. Mas a verdade é que estamos nas esquinas, com os nossos fuzis em punho, atrás de supostos bandidos e quadrilhas que estão entranhadas no morro, no meio de uma grande maioria de cidadãos de bem. Apenas um por cento dos habitantes da favela faz parte da organização de grupos criminosos.

Portanto, acho que, se fosse necessário uma força como essa, não poderíamos passar por esse vexame. O Exército deveria chegar com tudo já planejado, com todo o apoio certo: “Em uma semana, estaremos nas ruas, com o apoio da Polícia Federal, das polícias auxiliares, com tudo identificado para, no mínimo, em um mês, haver a retirada da tropa, trazendo justamente o que se buscava”. Aí, a população se sentiria ainda mais protegida e orgulhosa de saber que as nossas forças todas institucionais estavam ali, prontas para a proteção. Porque aquelas armas lá, Senador Mão Santa, não são do soldado; são da Nação. Eles são a Nação. Eles são nossos protetores constitucionais.

Portanto, não me cabe aqui criticar as nossas Forças. Cabe-me aqui, como Senador da República, aplaudir. Cabe-me aqui, como Senador da República, orgulhar-me das nossas Forças. Agora, cabe-me aqui também, Senador Mão Santa, me entristecer, quando vejo as nossas Forças sendo enxovalhadas, agora sem condições de ir, de recuar ou de retroceder. Como será o desfecho disso tudo? A tropa vai voltar aos quartéis, possivelmente sem esses fuzis.

Eu, agora, desta tribuna, faço um apelo a algum cidadão do Rio de Janeiro, àqueles que nos assistem aqui, desta tribuna, que intercedam e ajudem o nosso Exército, ajudem as nossas instituições. Peguem as armas. Se você conhece, ou sabe, ou tem uma informação, por favor, deixem-nas lá na porta do quartel, de madrugada, numa praça pública, num logradouro público qualquer.

Quero fazer, Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, um apelo a essa gente valorosa do Rio de Janeiro, um apelo do fundo do coração: quem souber, por favor, faça esse esforço, entregue esses fuzis e permita que o nosso estimado e valoroso Exército Brasileiro* possa voltar aos nossos quartéis. São apenas 10 fuzis. Peço isso pelo engrandecimento do Rio de Janeiro, do Brasil. Essa imagem não pode perdurar por muito tempo, é uma imagem extremamente negativa ao País, muito.

Portanto, minha cara Presidente Heloísa Helena, encerro este pronunciamento associando-me a todos os Senadores, tanto de Situação como de Oposição, que aqui avaliaram o quadro.

Associo-me, para fazer este apelo, ao povo do Rio de Janeiro e ao Presidente Lula, que está retornando. Tenho certeza, não tenho dúvida de que o nosso Presidente da República é o nosso Presidente da República. Ele foi eleito. Ele recebeu o voto. Não recebeu o meu voto, mas é o meu Presidente. S. Ex^a tem um plano que, quando chegar, haverá de ser desencadeado. Um planejamento sério precisa ser exe-

cutado, não medidas paliativas, Senador Mão Santa, do faz-de-conta.

Queremos presos os verdadeiros bandidos, os cabeças. Não interessa se eles estejam ali, se é o juiz. Não interessa se eles sejam o Deputado. Não interessa se eles sejam o empresário. Não interessa. Interessa que a lei seja cumprida e que essa garantia de segurança seja proporcionada pelo Estado brasileiro.

O Presidente chegará ao País, de volta, e tenho certeza de que tomará as providências. Não vai resolver num dia ou num ano, porque é um problema crônico; mas tenho certeza de que, no planejamento de um ano, S. Ex^a tem como dismantelar essas quadrilhas que estão trazendo um prejuízo enorme ao País, muito grande.

Eu quero ver como foi feito na Itália, em outros países. O Peru vivia guerrilhas terríveis, forças separadas, seqüestros, violência total, mas o país se levantou e reagiu, com plano, com segurança, e foi debelando o crime. O sujeito não podia ir ao banco, ter um comércio, possuir nada. A guerra foi declarada total. A sociedade ficou instável, desequilibrada, desarticulada, e era preciso levantar. Mas eles passaram, tiveram que trilhar o caminho. Por isso, acredito no meu País.

Tenho certeza de que o meu Presidente, o Ministro da Justiça, as autoridades competentes haverão de montar um plano, uma estratégia. Eu me proponho a ajudar. Sou um humilde Senador, venho lá das margens do grande rio Amazonas, do Estado do Amapá, mas não tenho só planos e idéias. Tenho sugestões. Poderemos, juntos, ajudar. Creio que há muitos Senadores que podem ajudar, há muitas lideranças.

Portanto, encerro este pronunciamento agradecendo aos taquígrafos, aos funcionários da Casa – o Zezinho, comandando o cafezinho –, aos cinegrafistas, aos jornalistas, bravamente, dando garantia para a democracia.

Pode ser que uma palavra a mais não possa contribuir, mas pode ser que uma palavra e um desejo possam mudar. Acredito nisso. E vamos mudar para melhor. Estamos no processo do vô da renovação.

Paim, parabéns, querido, por V. Ex^a estar aqui lutando pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil.

Mão Santa, que Deus te proteja e te mantenha esse persistente, tenaz e capacitado tribuno que só engrandece esta Casa.

Muito obrigado. Que Deus nos proteja e nos abençoe.

Rio de Janeiro, te levanta, entrega as armas, para que possamos ter a tranqüilidade que buscamos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO
Nº 255, DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento
do Senhor Anwar Haully, irmão do Deputado
Federal Luiz Carlos Haully.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido hoje, dia 09 de março de 2006, em Londrina/PR, do Sr. Anwar Haully, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Haully.

Requeiro, também, que a Mesa apresente condolências à família Haully, por intermédio do Deputado Luiz Carlos Haully.

Justificação

Com profunda consternação, apresento ao ilustre Deputado Luiz Carlos Haully, representante do PSDB do Paraná o mais profundo sentimento pela perda, hoje, de seu irmão, o Sr. Anwar Haully, residente na cidade de Londrina. Ao Deputado Luiz Carlos Haully, dedicado parlamentar do meu partido, peço transmitir aos familiares de Anwar essa nossa mensagem de solidariedade cristã, externada por este Voto de Pesar que proponho ao Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2006

**Requer Voto de Aplauso à Senhora
Dulce Pinto da Costa, médica no Amazonas,
que amanhã dia 10 de março de 2006, será
homenageada em Manaus pelo transcurso
do seu 80º aniversário.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de Aplauso à Senhora Dulce Pinto da Costa baiana de nascimento e radicada no Amazonas há 50 anos, pelo seu 80º aniversário, pelo que será homenageada hoje em Manaus. Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A ilustre médica Dulce Pinto da Costa é figura do maior aconchego da população de Manaus, onde reside há 50 anos, procedente da Bahia, sua terra natal. No Amazonas, sua terra por adoção, a Dr. Dulce, tem fone atuação social. E viúva do Dr. Theodomiro Pinto da Costa, ex-Deputado Estadual, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas e ex-Secretário de Saúde do Estado. Hoje, a da Dulce completa 80 anos e será alvo de homenagem da so-

cidade de Manaus. Ela é, pois, merecedora do voto de aplauso que proponho ao Senado.

Sala das Sessões, 3 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 257, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerado a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

a) no ano de 2005, os Estados e Municípios enviaram ao Ministério da Saúde as informações necessárias para verificar o cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

b) no ano de 2005, a União, os Estados e Municípios cumpriram as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

c) quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais? Sala das Sessões, 9 de março de 2006. Senador José Maranhão (PMDB – PB).

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência defere o Requerimento nº 247, de 2006, lido na sessão do dia 8 do corrente, nos termos do art. 41, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Gilvam Borges.

Convidamos os Senadores para a sessão não deliberativa de amanhã, às nove horas. Com certeza, estes quatro Senadores estarão presentes, para garantir o **quorum** necessário para a abertura da sessão.

Espero, realmente, que o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto não sejam apenas palacetes de rituais cínicos, mentirosos e esnobes, os velhos e conhecidos sepulcros caídos, bonitinhos por fora e apodrecidos por dentro e que, realmente, sejam aquilo que sonha a grande maioria do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Senhora Ideli Salvatti e os Senhor Augusto Botelho enviaram proposições à Mesa cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

As proposição será lidas na próxima sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Leonel Pavan, Teotonio Vilela Filho, Amir Lando, Romero Jucá, Pedro Simon e Romeu Tuma enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Cada vez mais estranho”, publica-

do na seção “Opinião” do jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 3 de março do corrente.

A matéria destaca a decisão de familiares do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, de deixar o país, em função das ameaças de morte que têm recebido. Segundo o artigo, a decisão “agrega nova dose de estranheza ao caso”.

Os irmãos de Celso Daniel alegam que o irmão foi morto por ter se contraposto a um esquema de corrupção que achacava empresas de ônibus de Santo André.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CADA VEZ MAIS ESTRANHO

A decisão de familiares de Celso Daniel -prefeito petista de Santo André assassinado em 2002- de deixar o país agrega nova dose de estranheza ao caso. O irmão mais novo de Celso, Bruno, já embarcou para fora do Brasil com sua mulher e os três filhos. Os filhos do mais velho, João Francisco, devem seguir os passos da família do tio. Os Daniel alegam que o irmão foi morto por ter se contraposto a um esquema de corrupção que achacava empresas de ônibus da cidade. O Ministério Público e nova investigação da Polícia Civil colheram indícios que contradizem fortemente a conclusão do primeiro inquérito policial sobre o caso, o qual atestava que Daniel fora vítima de crime comum.

Depósitos de companhias de transporte urbano em favor de Sérgio Gomes da Silva -o assessor que conduzia o veículo com Celso Daniel na noite em que este foi seqüestrado- confirmaram o que dissera um dos empresários que denunciou o esquema em Santo André. Duas testemunhas do assalto ao veículo em que estavam o prefeito e Gomes da Silva afirmaram que este não se comportava

propriamente como a segunda vítima da ação -conforme alega-, mas como comparsa dos bandidos.

Seis pessoas que tiveram relação com o caso foram mortas ao longo da investigação, entre elas um foragido da Justiça que, antes de morrer, disse ter trabalhado com Gomes da Silva em Santo André. E um envelope com denúncias contra esse assessor de Celso Daniel foi achado no apartamento do prefeito. Fora enviado por outro auxiliar de Celso Daniel, Gilberto Carvalho, hoje chefe-de-gabinete da Presidência. Carvalho -que confirma o envio do dossiê, dizendo que apenas repassou informações anônimas que recebera- é acusado por João Francisco e Bruno Daniel de lhes ter relatado que agiu como receptor de dinheiro do esquema de corrupção, tendo-o repassado ao então presidente do PT, José Dirceu.

Agora, as ameaças de morte contra os irmãos Daniel -que desde o início das apurações endossam a versão de crime político- os levam a retirar as famílias do Brasil. O fato, aliado ao que já foi revelado até aqui, faz aumentar a verossimilhança do que dizem Bruno e João Francisco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem acompanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula privilegia governadores aliados com liberação de verba”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 13 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva privilegiou, em 2005, governadores aliados com a liberação de verbas de investimento federal aplicadas por meio de convênios com os Estados. Do total de R\$1,4 bilhão destinado a esse fim, os três governadores petistas ficaram com 16,7% do total, apesar de comandarem Estados que reúnem apenas 3,2% da população do país. Dados do Siafi (sistema do Tesou-

ro Nacional de acompanhamento dos gastos federais) mostram que o Acre, do governador Jorge Viana, um dos petistas mais próximos de Lula e cotado para coordenar sua provável campanha à reeleição, recebeu em caixa R\$110 milhões em 2005, o que representa o segundo maior valor entre os Estados.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

DINHEIRO CARIMBADO *Os três Estados chefiados pelo PT receberam 16,7% do total*

Lula privilegia governadores aliados com liberação de verba

RANIER BRAGON
SILVIO NAVARRO

13 DE FEVEREIRO DE 2006

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva privilegiou em 2005 governadores aliados com a liberação de verbas de investimento federal aplicadas por meio de convênios com os Estados. Do total de R\$1,4 bilhão destinado a esse fim, os três governadores petistas ficaram com 16,7% do total, apesar de comandarem Estados que reúnem apenas 3,2% da população do país.

Dados do Siafi (sistema do Tesouro Nacional de acompanhamento dos gastos federais) mostram que o Acre de Jorge Viana, um dos petistas mais próximos de Lula e cotado para coordenar sua provável campanha à reeleição, recebeu em seu caixa R\$110 milhões em 2005, que é o segundo maior valor entre os Estados.

O montante suplantou tudo aquilo destinado a São Paulo — que tem uma população quase 60 vezes maior —, beneficia o com R\$84 milhões, e cujo governador, Geraldo Alckmin (PSDB), poderá vir a ser o principal adversário de Lula na corrida pela reeleição.

Na comparação entre a verba

mantida e a população, o Acre detém o ranking de maior liberação proporcional de R\$17,15 por habitante em 2005. Viana diz que a maior parte do valor é usada na manutenção de rodovias federais sob tutela do Estado, que isso ocorre desde a gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O Piauí, do petista Wellington Dias, e o Estado com o terceiro maior volume de recursos liberados, R\$92 milhões, e o quinto na comparação com a população — R\$30,63 por habitante.

“É a inversão de prioridades do governo Lula, que embora ainda não tenha aprovado a reconstrução da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), na prática está realizando a política de desenvolvimento regional, isso implica atender em mais recursos Estados que têm economia menos dinâmica”, diz o secretário de Planejamento do Piauí, Merlong Solano.

Os números do Acre e do Piauí, chefiados por petistas, contrastam com os dados de Estados do Norte e do Nordeste administrados por partidos que fazem oposição ao governo, como o Pará e a Bahia (R\$4,56 e de R\$4,32 por

habitante, respectivamente).

Também comandado pelo PT, Mato Grosso do Sul recebeu R\$38,8 milhões em 2005, média de R\$17,15 por habitante.

O levantamento reúne recursos efetivamente transferidos aos governos dos Estados em 2005, por meio de convênios, para a realização de obras e investimento. Não estão incluídas as transferências obrigatórias, como as destinadas às áreas de saúde e educação.

Os números foram solicitados a duas fontes, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso e a liderança do PSDB no Congresso.

A assessoria de imprensa do ministro Jaques Wagner, coordenador político do governo, negou discriminação ou privilégios a governadores, mas disse que o ministro afirma que busca um aperfeiçoamento para o atendimento técnico das demandas que sejam prioritárias para os Estados.

Opositores

Entre os cinco Estados com mais baixo índice de liberação de verbas por habitante, quatro são governados por opositores a Lula e um, o Paraná, é comandado por Roberto Requião (PMDB-PR), que, embora manifeste simpatia

por Lula, não se furta a frequentemente criticar o governo.

“Na verdade, temos uma política econômica claramente contrária ao desenvolvimento e de R\$2,08 por habitante”, diz Requião.

No rodapé da lista dos Estados com pior desempenho estão, além de São Paulo, o Rio Grande do Sul, de Gerriano Rigotto (PMDB), e o Rio de Janeiro, do ex-governador Anthony Garotinho (PMDB), possíveis rivais de Lula nas eleições. Os dois devem disputar a prévia do partido.

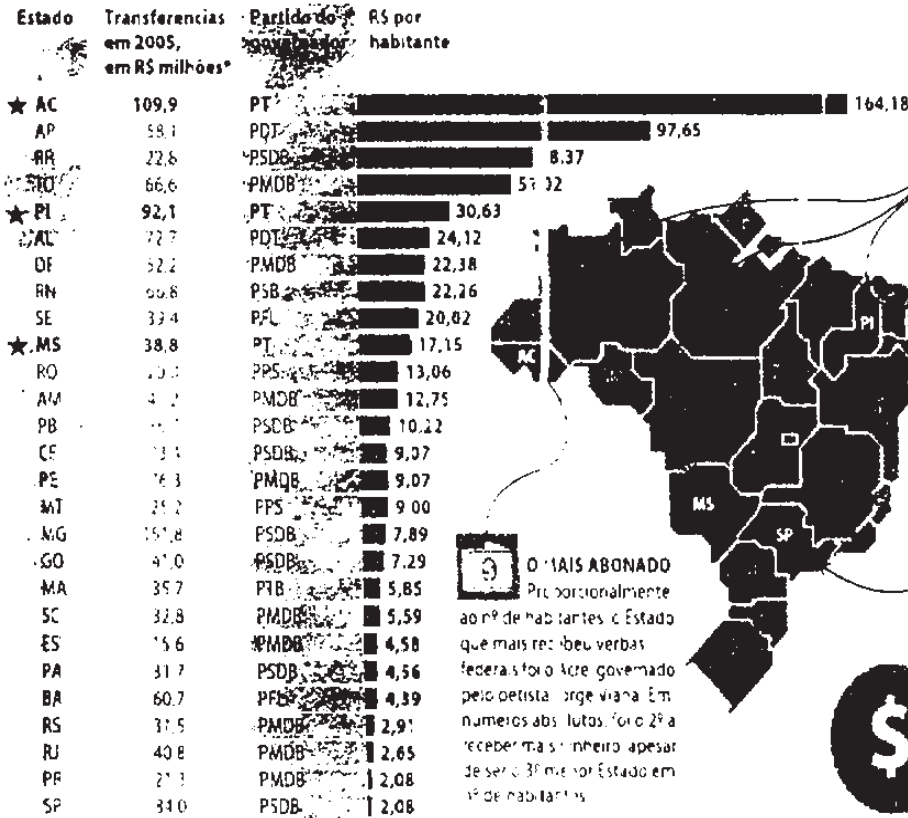
“A liberação leva em conta a agressão, as questões partidárias, as negociações feitas para aprovar projetos no Congresso”, disse Rigotto, cujo Estado recebeu R\$31,5 milhões e o quarto menos atendido proporcionalmente, com R\$2,91 por habitante.

“[Lula] discrimina a população do Rio porque meu marido é candidato à Presidência”, disse a governadora do Rio, Rosinha Mattus (PMDB), mulher de Garotinho. O Rio recebeu R\$40,8 milhões, média de R\$2,65 por habitante, a terceira mais baixa.

A assessoria do governador de São Paulo não se manifestou. O Estado tem o pior atendimento proporcionalmente, com R\$2,08 liberados por habitante.

OS INVESTIMENTOS NOS ESTADOS

Os investimentos federais são realizados diretamente pela União ou são executados por Estados e municípios, por meio de transferência de verbas.



OPT
Os três governadores petistas ficaram com 16,7% do total repassado pela União, apesar de romanearem Estados que reúnem apenas 3,2% da população brasileira.

SÃO PAULO
São Paulo é governado pelo tucano Geraldo Alckmin, foi o mais atendido em relação à população. Nos números absolutos é o quarto. Dos cinco Estados com menor índice proporcional de verbas, quatro têm governadores que se opõem a Lula.

O MAIS ABONADO
Proporcionalmente ao nº de habitantes, o Estado que mais recebeu verbas federais foi o Acre, governado pelo petista Jorge Viana. Em números absolutos, foi o 2º a receber mais dinheiro, apesar de ser o 3º melhor Estado em nº de habitantes.

R\$ 1,44 bilhão
é a soma dos recursos transferidos pelo governo Lula em 2005. Esse valor inclui as verbas do Orçamento 2006 e aquelas de anteriores, os chamados "restos a pagar".

* Os dados referem-se apenas aos repasses de recursos federais para os Estados e não incluem os repasses para municípios e Distrito Federal. Os dados foram obtidos a partir do Relatório de Gestão Financeira do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, disponível em www.planejamento.gov.br, em 20 de maio de 2005.

OUTRO LADO

Governo nega discriminação

A assessoria de imprensa do ministro Jaques Wagner (coordenador político do governo) negou que haja discriminação contra Estados e afirmou ser necessário que alguns governadores se "despam" dos problemas políticos para que possam estabelecer com o ministério uma relação de "colaboração e parceria".
De acordo com o ministro Jaques Wagner, não haveria discriminação, que as demandas prioritárias de todos os Estados sejam atendidas, mas afirma que, para isso, é

preciso que a "política eleitoral" seja deixada de lado.
A assessoria do ministério argumenta ainda que existem várias peculiaridades em cada convênio a caso. De acordo com o ministro, o baixo atendimento verificado no caso de Regiane, "um amigo do governo", prova que não há discriminação partidária na distribuição de verbas.
O atual governador do Acre, Jorge Viana, diz que os números que apontam a unidade da federação como um dos principais destinatários dos repasses da União são

"distorcidos" e "injustos", já que um montante teria sido utilizado para manter estradas federais sob tutela do Estado.
O argumento de Viana para afirmar que "a conta não é verdadeira" é que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Acre seria responsável pelas obras em estradas federais. Segundo ele, o volume de recursos que chegava a R\$ 100 milhões no último ano do governo FHC.
"Nessa distorção pelo lado do Acre, ser um dos poucos Estados em que as obras federais de rodovias estão delegadas para nós. Dos

R\$ 109 milhões, mais de 60% são recursos de obras federais que em qualquer Estado ficam fora. Se somar só aqui, fica injusto", disse o governador.
O governador reclamou ainda que o levantamento não contabiliza aportes similares aos do Acre, ou seja, usados para custear obras federais. "Não é dinheiro do Estado. O que o Brasil investiu no Rio de Janeiro em indústria naval não é somado", disse.
Ele negou que sua proximidade com o presidente e o fato de ser do PT influenciem na dinâmica dos repasses.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Amigo de Lula também doou R\$25 mil para Vicentinho”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 8 de março de 2006.

A matéria mostra que o Sr. Paulo Okamoto, presidente do Sebrae e amigo de Lula, e que está na mira da CPI dos Bingos desde que admitiu ter pago uma dívida do presidente, doou R\$24.840,00 para a

campanha de Vicentinho à prefeitura de São Bernardo do Campo.

A matéria mostra, também, que Okamoto teria pago uma dívida da filha mais velha do presidente, no valor de R\$34,75 mil em alugueis atrasados.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCALA DO 'MENSALÃO' DO GRANDE AMIGO

Paulo Okamoto, que pagou dívida do presidente, colaborou com campanha em 2004

Amigo de Lula também doou R\$ 25 mil para Vicentinho

CATIA FARRA

A reportagem assinada pela jornalista Catia Farrá, publicada no jornal Folha de S.Paulo em 8 de março de 2006, revela que Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, doou R\$ 24.840,00 para a campanha de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, à Prefeitura de São Bernardo do Campo. O valor da contribuição, registrada em 14 de setembro de 2004, representa praticamente todo o rendimento declarado por ele à CPI dos Bingos.

Em seu depoimento, Okamoto disse receber o pouco mais de R\$ 25 mil em duas parcelas, a partir do salário do presidente do Sebrae, certo para a qual foi indicada pelo Lula, e pagamento por sua participação no conselho da Brasília e a aposentadoria como ex-metalúrgico.

Segundo Nelson Barbhara, ex-secreário da campanha de Vicentinho, Okamoto contribuiu com 54 mil etiquetas adesivas, pagando R\$ 460 por cada milhar. Ele optou por colaborar com o material já pronto e apresentou a nota fiscal. Por isso, na prestação de contas, a receita é lançada como valor estimado. “Essa é opção de quem doa. Ele dá o material e apresenta a documentação”, explicou o tesoureiro de Vicentinho.

Barbhara conta que não negociou diretamente com o Okamoto, apenas foi orientado a procurá-lo para receber a colaboração. “Eu só recebi a informação que ele iria ajudar. E aí, na minha equipe teve alguém que foi atrás para poder encaminhar. Porque você prepara a arte, faz tudo”.

Afirmando que a doação aconteceu há quase dois anos, Barbhara decidiu procurar Okamoto. “Não lembro quem foi que me avisou que ele ia doar. São dois anos”.

Então, Vicentinho também não se lembra da doação. Foi necessário que Barbhara fizesse uma pesquisa para identificá-la. “Não sei se está declarado, ele doou mesmo. Mas não sei exatamente para o que foi, não Paulo Okamoto e um companheiro nosso, da nos a diretoria. Foi um companheiro meu de diretoria tomou os dados juntos. Depois de um tempinho para saber para o que foi”, resgata Vicentinho.

O deputado fez questão de trazer

OKAMOTTO NA MIRA

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae e amigo de Lula, está na mira da CPI dos Bingos desde que admitiu ter pago a dívida do presidente. Agora volta ao foco tendo o dois outros fatos envolvendo dinheiro seu

O AMIGO DE TODOS
O dinheiro de Okamoto para as listas

<p>R\$ 25 mil</p> <p>2004</p> <p>Silva Deputado pelo PT</p> <p>• Prestação de contas da campanha de Vicentinho para a Prefeitura de São Bernardo registra a doação de Okamoto</p>	<p>R\$ 26 mil</p> <p>2004</p> <p>Silva Filha de Lula</p> <p>• Segundo fiadora do apartamento de Lunan, dívida do escritório político foi paga com 2 cheques Lunan na candidatura a vereadora em São Bernardo</p>	<p>R\$ 29,4 mil</p> <p>2004 a 2005</p> <p>Paulo Okamoto</p> <p>• Dívida com o PT</p> <p>• Sigilos: CPI suspeita que dinheiro veio do caixa 2 montado por Marcos Valério</p> <p>• Por isso, pediu a quebra dos sigilos de Okamoto o que foi negado pelo STF em janeiro</p> <p>• Em fevereiro, o Supremo negou novo pedido da CPI</p>
---	--	---

OUTRO LADO

Okamoto admite ter feito doação a Vicentinho, mas, procurado pela Folha, sua esposa disse que ele não se lembrava do valor. Sobre a dívida de Lunan, ele nega o pagamento. Em relação a dívida de Lula, atribuiu a Delúbio em novembro de 2004 a responsabilidade pelo lançamento na contabilidade do partido. Ele disse que o dinheiro teria sido repassado direto ao PT.

que determinou o registro de todas as doações recebidas pelo partido. “Se sei que minha obrigação era: as doações devem ser registradas. Todo mundo que doar tem que declarar tudo”.

Barbhara ressaltou que “Vicentinho teve muita dificuldade para fazer campanha”. Segundo prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral, foram arrecadados R\$ 805,5 mil para a disputa pela prefeitura de São Bernardo, do Rio de Janeiro, de Lula. A operação foi um sucesso, com notícias segundas de que Vicentinho pediu a ajuda do partido para cobrir suas despesas. Ele obtive 2,9% dos votos e foi derrotado na primeira volta por Wilson Dal Pozo, que obteve 5% dos votos válidos.

Procurada pela Folha, a assessoria do Sebrae pediu, num primeiro momento, a origem da informação. Depois de informada que os dados são oficiais, afirmou

que Okamoto confirmava a contribuição, “provavelmente em bulhões”. Mas não lembrava que tinha sido feita de uma única vez. Teriam ocorrido diferentes doações. Até a noite de ontem, a assessoria não tinha apresentado uma versão definitiva sobre a colaboração de Okamoto.

Amigo do presidente, ele afirma ter recebido do PT R\$ 29,4 mil em duas parcelas. Seu pagamento foi feito em quatro parcelas entre o tempo de 2003 e março de 2004, em espécie.

Okamoto ainda não explicou a origem do dinheiro. Em 2002, um ano antes de assumir a dívida de Lula, ele — que tinha apenas a aposentadoria como fonte de rendimento — teria ajudado a filha mais velha do presidente, Lunan Gordete Lula da Silva, a pagar alugueis atrasados referentes a campanha de 1996, para vereadora em São Bernardo.

QUEM É OKAMOTTO?

Foi nomeado presidente do Sebrae por Lula em janeiro de 2003. Ex-tesoureiro do PT nos tempos de Anacleto da campanha de Lula em 1989, o amigo do presidente deve quando era diretor deste Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo no final dos anos 70.

R\$ 30 mil

é o valor aproximado de sua renda mensal, segundo Okamoto disse à CPI em novembro passado.

PERGUNTA AINDA SEM RESPOSTA

- 1 Por que Okamoto quitou com seu dinheiro a dívida de Lula e curian, e fez doação para a campanha de Vicentinho, se hoje seu salário equivale a quase o total de cada operação?
- 2 Se Okamoto quitou o débito de Lula, como diz que localizou, por que não apresentou até agora os recibos bancários?
- 3 Paulo Okamoto não teria recebido dinheiro de Lula em 2004? Ele teria recebido dinheiro de Lula em 2004? Ele teria recebido dinheiro de Lula em 2004? Ele teria recebido dinheiro de Lula em 2004?
- 4 É verdade que Okamoto dá a em prefeituras petistas atrás de listas de fornecedores para arrecadar caixa dos para campanhas, como acusou o ex-petista Paulo de Tarso Venâncio e a deputada petista Angela Guadagnin? Há como provar o fato?

Okamoto pagou dívida de filha do presidente em dinheiro, em 2002

LILIAN CHRISTOFOLETTI

DA REPORTAGEM PÚBLICA

Um ano antes de assumir uma dívida pessoal de Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Okamoto havia socorrido a filha mais velha do presidente, Lurian Cordeiro Lula da Silva, que tinha uma dívida de R\$ 34,75 mil em aluguéis atrasados. Tanto no caso de Lula quanto no de Lurian, Okamoto pagou as dívidas em dinheiro.

A ajuda a Lurian ocorreu em 2002, quando Okamoto presidia o Instituto da Cidadania, órgão ligado ao PT, e não recebia remuneração pelo trabalho. Como rendimento, tinha uma aposentadoria como ex-metalúrgico.

A dívida, como publicado pela revista "Veja" desta semana com o título "O Paradoxo de Okamoto", é referente ao aluguel de um imóvel usado por Lurian como comitê durante a campanha dela a vereadora em São Bernardo do Campo. Entre junho de 1996 e junho de 1997, Lurian não pagou o aluguel e a responsabilidade recaiu sobre a fiadora, Ida Ivone Müller Carloti, mãe de uma amiga da petista.

A família do proprietário do imóvel, Aldo Vieira Ormonde, que morreu em 2002, entrou na Justiça contra Carloti e ganhou. A 7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo determinou a penhora da casa da fiadora.

A filha de Carloti procurou Lu-



Jamais teria condições de pagar aquele acordo [sobre aluguel de imóvel usado por Lurian]

IDA IVONE MULLER CARLOTI

fiadora do imóvel alugado e mãe de uma amiga de Lurian, filha de Lula

Não sei nada do Okamoto ter participado

MAURILO ORMONDE

dono do imóvel alugado por Lurian

Os dois cheques da agência do Bradesco [dados como pagamento] não são meus

PAULO OKAMOTTO

que nega ter pago a dívida de Lurian

rian e ameaçou levar o caso aos jornais, caso ela não pagasse a dívida. Okamoto foi acionado e depositou R\$ 26 mil em dinheiro —valor negociado com os Ormonde— numa conta da própria fiadora no Bradesco, na avenida Rudge Ramos, em São Bernardo.

No dia 22 de abril de 2002, Carloti pagou R\$ 12 mil no ato. Dois meses depois, deu mais R\$ 14 mil.

Ontem, em entrevista por tele-

fone, Carloti confirmou à Folha ter recebido a ajuda financeira de Okamoto. Depois, procurada em sua casa, não quis falar com a reportagem. A filha disse que a mãe está doente e agda muito nervosa.

Maurilo Ormonde, dono do imóvel, disse que a negociação foi feita com a fiadora. "Não sei nada do Okamoto ter participado." Ele confirmou que o pagamento foi feito por meio de cheques de Carloti, que declarou em juízo ter como única fonte de renda a aposentadoria de R\$ 289 mensais.

Em carta anexada ao processo, a fiadora disse que "jamais teria condições de pagar aquele acordo" e que recebeu a ajuda de amigos, sem revelar nomes.

A participação de Okamoto na negociação foi confirmada ainda por uma outra pessoa que acompanhou o desenrolar do caso, mas pediu para não ser identificada.

Ontem, Okamoto encaminhou uma nota a CPI dos Bungeos em que afirma ser "falsa" a informação de que ele tenha quitado a dívida de R\$ 26 mil contraída pela filha mais velha de Lula. "Os dois cheques da agência 0302-6 do Bradesco [dados como pagamento] não são meus", informou. O documento foi lido pelo senador Tião Viana (PT-AC) durante a sessão da Comusssao

Procurada pela reportagem, Lurian informou que não iria comentar o assunto, que, segundo ela, já está resolvido.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Presidente é bestalhão ou ladrão bonzinho, ataca Freire”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de março do corrente.

A matéria mostra que o deputado e pré-candidato à Presidência pelo PPS, Roberto Freire, afirmou que Lula ou é “um bestalhão” ou “um ladrão bonzinho”. E ainda seguiu: “O governo Lula é uma fraude, um en-

gado”. O deputado ainda acusou o PT de cinismo e disse que nunca viu tanta corrupção.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Presidente é bestalhão ou ladrão bonzinho’, ataca Freire

Para deputado e pré-candidato do PPS, governo é uma fraude e aliou esquerda à corrupção

Luciano Coelho
ESPECIAL PARA O ESTADO
TERESINA

O deputado e pré-candidato à Presidência pelo PPS, Roberto Freire (PE), soltou ontem o verbo e disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou é “um bestalhão” ou “um ladrão bonzinho”. “O governo Lula é uma fraude, um engodo”, seguiu atacando Freire, no lançamento do livro *Corrupção - Origens e uma Visão de Combate*, do promotor Ruszel Lima Verde, filiado a seu partido. O deputado acusou o PT de cinismo e disse que nunca viu tanta corrupção.

“Se o presidente Lula diz que não sabe de nada, então ele é um bestalhão. Ou então, ele é ladrão, mas é bonzinho”, alfinetou o deputado pernambucano, durante um discurso para cor-religionários no Metropolitan Hotel, em Teresina.

O pré-candidato do PPS também criticou as políticas econômica e social da gestão Lula. “O governo é uma fraude. Ele assumiu com idéia da mudança e não mudou nada. Ele se auto-referenciava como de esquerda e construiu o que de pior poderia acontecer à esquerda”, assinou. “Aliou a esquerda a algo que nunca tinha acontecido na

sua história: uma ligação com a corrupção.”

Durante a solenidade, Freire alegou que decidiu se lançar candidato como uma alternativa a Lula e aos tucanos. “Nós buscamos alianças para a formulação de um projeto alternativo ao que aí está. Não somos candidatos para dar continuidade ao que está aí iniciado pelos tucanos e mantido por Lula.”

Chegou a dizer o PMDB – hoje dividido entre a candidatura própria e o apoio ao presidente – deveria apoiá-lo. “O PMDB tem uma história e, se quiser ser digno dela, tem de se aliar à alternativa das esquerdas.”

CNBB não faz oposição, diz bispo

...Em nota divulgada ontem, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e arcebispo de Salvador, d. Geraldo Majella Agnelo, explica suas declarações feitas na semana passada, durante o lançamento da campanha da fraternidade.

“A CNBB não está fazendo oposição ao governo, mas apenas chama a atenção para os problemas enfrentados pela nossa população, principalmente na área social. Considera este seu dever na mis-

são que lhe é confiada”, diz a nota.

O arcebispo afirma que respeita as autoridades constituídas e não utilizou na entrevista termos como “policalha para garantir votos, nem quis dizer que o governo Lula seja o mais submisso aos banqueiros da História do Brasil”. D. Geraldo diz reconhecer que o governo Lula tem mostrado sensibilidade pelos mais pobres, embora a CNBB insista que a situação de desemprego requer medidas também estruturais. ●

Os ataques ao governo prosseguiram em tom irado. Disse que a Nação está frustrada com o PT e defendeu uma alternativa à “tragédia brasileira que foi o governo de corrupção da administração Lula”. Frisou, porém, que não quer generalizar essa impressão para a militância regional do PT: “Não podemos falar a mesma coisa nos Estados. Temos respeito pelos petistas, pela militância. Mas o governo federal é diferente.”

Freire disse que a verticalização, por engessar as alianças nos Estados, é um abuso e uma violência contra a democracia. “As histórias têm de ser respeitadas em cada Estado. Nós temos as nossas idiossincrasias, disputas tradicionais. Temos culturas distintas no País. Não se pode dizer que o que vale para o Brasil como um todo, vai valer para cada Estado.” ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Brasil perdeu a melhor hora, admite Furlan”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** em sua edição de 8 de março do corrente.

Segundo a matéria, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, admitiu que o Brasil perdeu o melhor momento para impulsionar o crescimento da economia. A afirmação

do ministro espelha o pífio crescimento do País em 2005, que foi de apenas 2,3%.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil perdeu a melhor hora, admite Furlan

Ministro lamenta que País tenha deixado escapar uma chance de impulsionar o crescimento da economia

Tânia Monteiro
ENVIADA ESPECIAL
LONDRES

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na visita ao Reino Unido, admitiu ontem que o Brasil perdeu o melhor momento para impulsionar o crescimento da economia. “É verdade”, comentou o ministro, ao ser indagado pelos jornalistas. Otimista, porém, acrescentou: “A melhor janela talvez tenha passado, mas ainda tem janela aberta.”

Para Furlan, embora o crescimento do País tenha sido de apenas 2,3% no ano passado, grande parte das empresas apresentou números melhores. “Estão no Brasil 400 das 500 maiores empresas. O balanço delas no Brasil foi várias vezes maior que 2,3% e mostra que a grande maioria teve excelentes resultados. Portanto, é aquela velha história: na média, a temperatura é boa”, afirmou.

O ministro voltou a demonstrar insatisfação com a baixa taxa de câmbio, que vem trazendo dificuldades a vários setores exportadores, mas descartou a possibilidade da adoção de medidas mais radicais. “Não tem uma solução única para o câmbio. É preciso um conjunto de medidas”, disse Furlan, destacando, como exemplo, a redução de alíquotas de importação de vários produtos, anunciada ontem pelo governo.

“Essas medidas vão dar competitividade à produção brasileira porque vários desses produtos que tiveram as tarifas reduzidas são insumos de produção. Então, eles ajudam a cadeia produtiva”, disse. Para ele, o problema é que a taxa de câmbio vem apresentando “uma flutuação unidirecional” – ou seja, sempre no sentido da valorização do real, explicou.

Sem fazer previsões sobre as taxas de crescimento deste ano, Furlan disse que o governo quer estimular investimentos e, para isso, estuda, entre outras medidas, a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), com novo sistema de gestão,

para atrair a indústria de componentes.

Ele destacou ainda que o governo pretende reduzir impostos sobre bens de produção, dando como exemplo, a concessão do benefício a veículos de carga. Segundo Furlan, o governo quer também apresentar “um conjunto de medidas de financiamentos e impostos que teria impacto positivo na

logística no meio ambiente e na segurança nas estradas”.

PORTOS

Segundo ele, outra grande preocupação do governo é com a questão dos portos – “um nó que ainda não está desatado”. Como mostrou reportagem publicada pelo Estado domingo, a maioria dos 64 projetos definidos há um ano e meio pelo go-

FRASES

Luiz Fernando Furlan Ministro do Desenvolvimento

“A melhor janela talvez tenha passado, mas ainda tem janela aberta.”

“Estão no Brasil 400 das 500 maiores empresas. O balanço delas no Brasil foi várias vezes maior que 2,3% e mostra que a grande maioria teve excelentes resultados. Portanto, é aquela velha história: na média, a temperatura é boa.”

“Não tem uma solução única para o câmbio. É preciso um conjunto de medidas.”

verno para modernizar os portos brasileiros está em ritmo lento. O ministro salientou que vai fazer uma peregrinação pelos portos com o presidente Lula. “O presidente Lula já marcou ir a São Francisco do Sul, Itajaí, Vitória para empurrar as obras, porque o dinheiro está disponível desde o fim de 2004 e as obras ainda não foram feitas.” ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O Brasil em 1º lugar”, de autoria do deputado federal e primeiro vice-presidente nacional do PSDB, Alberto Goldman, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 16 de fevereiro deste ano.

O autor, em seu artigo, faz uma avaliação do governo Lula até o momento, afirmando que Lula e o PT tornaram a política “um espaço de promoção de vaidades, de enriquecimento ilícito e de poder para ser exercido e reproduzido pelo partido dominante”.

Ainda em seu artigo, o deputado Alberto Goldman mostra que, para o próximo processo eleitoral, o PSDB conta com dois nomes capacitados: José Serra e Geraldo Alckmin. Ambos com a consciência de que está em jogo o futuro do país. O Brasil está em 1º lugar.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Brasil em 1º lugar

O BRASIL viverá neste ano uma disputa dramática. De um lado, Lula, candidato à reeleição. Do outro, alguém que representará a rejeição a ele que se consolidou em ampla parcela da sociedade mais informada. Cabe especialmente ao PSDB expressar tal sentimento de oposição, desnudando e desmistificando o presidente, seu partido e suas alianças, e apresentar um projeto de país confiável e viável que possa renovar as esperanças de que podemos construir uma nação socialmente mais justa.

Lula e o PT estão causando imenso mal ao país. Tornaram a política — a mais nobre das artes, conjunto de ações que, com o manejo do conhecimento e dos instrumentos das instituições democráticas, objetiva construir uma sociedade melhor — um espaço de promoção de vaidades, de enriquecimento ilícito e de poder para ser exercido e reproduzido pelo partido dominante.

Não existe paralelo na história republicana de tão extenso rol de dirigentes públicos, de direções de partidos e de líderes parlamentares envolvidos em irregularidades e falcaturas sob os olhos complacentes e coniventes do presidente da República. A todo momento, mais e mais fatos vêm à tona, maculando todos nós que nos dedicamos a essa atividade necessária e honrosa.

Nem todos acompanham essa avaliação. Os menos escolarizados e menos informados têm dificuldade em aceitar o fato de que seu ídolo tem os pés de barro e seu coração não é exatamente aquele que foi mostrado. Não se deram conta, ainda, de que os que atualmente governam o país não têm escrúpulos, que são capazes de qualquer mentira e qualquer vilania. É isso que sustenta Lula. E é isso que precisamos mostrar.

Não há política sem ética. Não só a ética do bom uso do dinheiro público mas a ética da verdade e do respeito à inteligência do mais simples cidadão. Lula e seu governo permitiram o desvio de milhões de reais, qualquer que seja a destinação. O chamado caixa dois para campanhas eleitorais de partidos da base do governo foi só uma das formas de apro-

priação privada. Mas a divulgação de mentiras e ilusões não é menos grave.

O Brasil da era Lula cresceu, em três anos, à média de 2,6% ao ano. Mas o mundo em geral, e os países emergentes, entre os quais se classifica o Brasil, crescem em ritmo alucinante, de 5% a 9% ao ano. A nossa inflação é baixa, mas ainda é mais alta que a maioria. Os investimentos no Brasil (limitados pelos altíssimos juros praticados), essenciais

ALBERTO GOLDMAN

A tarefa principal, não só do PSDB mas de todos os patriotas, é derrotar Lula, o seu partido e as suas alianças corruptas

para o aumento da produção e dos empregos, são insuficientes para criar uma perspectiva de crescimento sustentado.

As médias salariais, apesar de terem crescido um pouco, são bem inferiores às de 2002. O aumento do salário mínimo, neste ano eleitoral, será mais expressivo (11% em valores reais), mas, nos três anos anteriores, foram de 0,5%, 2,5% e 8%.

O governo faz operações para tapar buracos nas estradas, mas a verdade é que, sem manutenção, o custo se tornou bem maior, e a qualidade será inferior. O preço do arroz caiu graças à alta produção, à importação e ao baixo consumo, não por ação do governo. Por isso, os nossos produtores já pararam de produzir. E o preço do cimento também caiu, mas devido à paralisação das obras dos construtores “formiguinhas” e ao baixo investimento público e privado.

As exportações cresceram, especialmente de 2002 para 2003. Todavia isso foi produto da ação do governo anterior, das transformações estruturais da economia brasileira e do excepcional crescimento das economias mundiais. Também o crescimento da produção de petróleo se deve a ações anteriores, nada ao governo Lula.

Ou seja, outros plantaram, e Lula colheu. Essas são só algumas verdades que, nos próximos meses, terão de ser divulgadas. Todavia o mais importante é mostrar que, sem mentir, sem fantasiar, sem mistificar, sem “salvadores da pátria”, podemos fazer mais e melhor.

Por isso, a tarefa principal, não só do PSDB mas de todos os patriotas, é derrotar Lula, o seu partido e as suas alianças corruptas.

Temos dois nomes que se credenciam para encabeçar a nossa chapa: José Serra e Geraldo Alckmin. Difícil opção. Do ponto de vista do partido, existem, de imediato, perdas, maiores ou menores. Ou ficamos sem o comando da prefeitura de São Paulo por dois anos e nove meses ou ficamos sem o governo do Estado de São Paulo por nove meses.

Em qualquer das hipóteses, esses nossos líderes arriscam seu futuro político, e o partido arrisca posições arduamente conquistadas. Porém, acima das suas legítimas aspirações, e mesmo além dos interesses imediatos ou mediatos do partido, está em jogo o futuro do país. Esse é o princípio ético que deve balizar um partido político. A tarefa, agora, é optar por aquele que melhores condições tem de enfrentar essa batalha.

É o Brasil em 1º lugar.

Temos a certeza de que, qualquer que seja a escolha feita no amplo processo de avaliação que se realiza, chegaremos à convergência. Um terá a tarefa de enfrentar Lula. O outro, de conduzir o partido unido e a sociedade à vitória. Os dois terão o reconhecimento da nação.

Alberto Goldman, 68, deputado federal pelo PSDB-SP, é primeiro vice-presidente nacional do PSDB. Foi ministro dos Transportes (governo Itamar Franco) e secretário da Administração do Estado de São Paulo (governo Quéricia).

cemente@albertogoldman.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Nova denúncia complica Palocci”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do dia 20 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que, após a descoberta das poderosas conexões telefônicas de Ademirson Ariovaldo da Silva, secretário particular do ministro da Fazenda, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves, começou a estudar a possibilidade de indiciar

o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em seu relatório Final.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE ÉTICA

Técnicos e integrantes da CPI dos Bingos voltam a falar em pedido de indiciamento do ministro da Fazenda por causa das ligações telefônicas de Ademirson Ariovaldo da Silva, seu secretário particular

Nova denúncia complica Palocci

ANA D'ANGELO
E UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

A descoberta das poderosas conexões telefônicas de Ademirson Ariovaldo da Silva, secretário particular do ministro da Fazenda, levou o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), a estudar o indiciamento de Antonio Palocci, ministro da Fazenda, em seu relatório final. “Não descarto essa hipótese, vou esperar mais um pouco para examinar os dados que estão chegando”, disse o senador ao Correio. Os técnicos que auxiliam na investigação já defendem a reconvocação do secretário pessoal do ministro.

Ademirson é, nas palavras do chefe Palocci, um humilde trabalhador, responsável por marcar reuniões, preparar viagens, atender telefones e eventualmente carregar sua pasta nos deslocamentos. Ao quebrar o sigilo do celular número (61) 8111-7197, no entanto, a CPI deparou-se com uma espantosa lista de autoridades. A linha está registrada em nome da Presidência da República. O Ministério da Fazenda informou tê-la colocado à disposição de Ademirson. Mas Rogério Buratti, o ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeir-

ão Preto, já garantirá à CPI que costumava falar com Palocci por meio desse celular.

Há chamadas daquele aparelho para as diretorias da Fiesp (Federação das Indústrias do estado de São Paulo) e da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), para o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, para o então líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), para a esposa de Palocci, Margareth, para as diretorias do grupo Odebrecht e do Bradesco, para o celular do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, para figuras da antiga cúpula do PT – como Delúbio Soares e Sílvia Pereira –, para o celular do então todo poderoso ministro e atual deputado cassado José Dirceu (PT-SP), para Felipe Belisário Wermus, que é o nome verdadeiro de Luis Favre, marido da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy.

Os técnicos da CPI vêm afim de um indício forte de que o celular, embora fosse carregado por Ademirson, servia mesmo a Palocci. Tal constatação tem alto poder destrutivo. Porque, nas contas telefônicas reveladas com a quebra de sigilo, o (61) 8111-7197 protagoniza uma eletrizante troca de chamadas nos dias críticos da renegociação do contrato de R\$ 650 milhões fechado entre a

Caixa e a multinacional Gtech, em abril de 2003.

Chefão

Há telefonemas dele e para ele vindos de celulares usados na época por Rogério Buratti, Vladimir Poleto e Ralf Barquete, todos ex-assessores de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto. Buratti é acusado pela Gtech de ter pedido propina para viabilizar o negócio com a Caixa. Morto em 2004, Barquette na época era assessor especial da presidência do banco, ou seja, detinha posição estratégica. E Poleto havia se transferido de Ribeirão Preto para Brasília a fim de usar sua rede de contatos para fazer lobby para empresas interessadas em fazer negócios com o governo.

A justificativa dada por esses personagens para tanta conversa naquela época é a amizade que os une. Quando depuseram na CPI, tanto Ademirson quanto Palocci juraram que ali falavam-se somente amenidades entre velhos amigos, nada de negócios. Chama a atenção dos técnicos o fato de as ligações mais longas durarem de dois a quatro minutos. É pouco tempo para amigos jogarem conversa fora. Ainda mais no meio do expediente.

O próprio Garibaldi descreve a versão. Em relatório parcial, distribuído no início do ano, ele pede

o indiciamento de Buratti e a da atual diretoria da Caixa – inclusive seu presidente, Jorge Mattoso. No documento, o senador afirma ter havido cor-

rupção na renovação do contrato com a Gtech.

A dúvida se dá sobre o grau de envolvimento de Palocci. Após as revelações sobre o celular carregado por Ademirson, Garibaldi já

pena em reconvoçar o secretário do ministro. “Vamos examinar se o chamamos de novo. Há tempo”, falou o relator.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado na tarde de hoje, para destacar matéria publicada no **O Jornal**, de Maceió, edição do dia 07 do corrente mês, intitulada “Um plano para as lagoas”, de minha autoria.

O artigo, Sr. Presidente, cujo teor solicito seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais da Casa, refere-se ao Plano de Ações e Gestão que o Presidente da Agência Nacional de Águas apresentou para a recuperação das lagoas de Mundaú e Manguaba. Como se sabe, essas lagoas estão ameaçadas pelo esgoto doméstico, desmatamento e poluição industrial. Agora, a esperança se volta para a Agência de Águas, cuja expectativa é a de que as obras iniciadas no governo Fernando Henrique sejam retomadas logo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Um plano para as lagoas”.

Um plano para as lagoas

Teotônio Vilela Filho

Uma de nossas verdades mais consensuais é a de que as lagoas Mundaú e Manguaba estão entre os maiores empregadores do Estado, tantas são as famílias que ganham a vida em suas águas. São 26 municípios e 40% da população alagoana às margens das duas lagoas, ou banhados pelos rios Mundaú e Paraíba do Meio. Mas todo esse complexo lagunar, tão importante que deu nome ao Estado e ilustra nossa bandeira, está ameaçado pelo esgoto doméstico, assoreamento, desmatamento e poluição industrial.

Ontem o presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado, apresentou um Plano de Ações e Gestão Integrada para as lagoas. Acendeu-se a esperança de recuperação desse valioso patrimônio natural.

O Plano é um conjunto de projetos e propostas de legislação específica para o médio e longo prazo. Além das soluções institucionais, como a criação de um Comitê Gestor para as lagoas, o Plano prevê investimentos de R\$580 milhões – 90% dos quais para esgoto, o maior problema. É muito dinheiro, com certeza, mas o Plano abre a possibilidade de financiamento internacional. E não nos deixa muita alternativa: é fazer ou fazer, porque, a continuar como está, as lagoas

vão terminar virando um grande e morto estuário de esgotos a céu aberto.

Por isso mesmo, luto por esse Plano há muito tempo. Estive repetidas vezes na Agência de Águas, que fez um belo trabalho e um projeto pioneiro. Agora, se o governo quiser, é só retomar as obras já iniciadas e Alagoas se beneficiará da execução de um dos mais abrangentes projetos de gestão de recursos hídricos do Brasil.

No Governo Fernando Henrique, conseguimos iniciar o esgotamento sanitário em municípios à margem das duas lagoas e dos rios Mundaú e Paraíba. As obras foram iniciadas, mas, desde que Lula assumiu, parou tudo. Os deputados federais e senadores de Alagoas direcionaram sucessivas emendas ao orçamento para a continuação das obras, mas nada aconteceu. O governo não liberou um centavo. Só agora, com a aproximação das eleições, fez o empenho de algumas dessas emendas, dando a esperança de que a eleição vai conseguir o que a sensibilidade do presidente não permitiu: liberar algum dinheiro para essas obras essenciais.

Quem conhece o governo Lula não pode se animar muito. Como é ano de eleição, quem sabe ele desperta de sua letargia e começa a dar consecução a obras importantes como essa. E aí, sim, com certeza Alagoas terá chances reais de manter a verdade consensual de que Mundaú e Manguaba estão entre nossos maiores empregadores.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Anais do Senado Federal são o testemunho mais que fiel da minha defesa, intransigente, do funcionalismo público, em todos os níveis. O servidor público é a verdadeira face do Estado. Ele é primeiro contato entre o cidadão e o Estado. Ele trabalha para o bem coletivo. O serviço público se manifesta, muitas vezes, como um verdadeiro sacerdócio, a curar vidas, a confortar na dor, a acender a luz do saber e a defender a coletividade, também não raras vezes com o sacrifício da própria vida do servidor.

Nos últimos tempos, o sucateamento do Estado brasileiro, em nome de uma privatização recebida por organismos financiadores internacionais, tem provocado um verdadeiro apartheid entre o funcionalismo público e a população como um todo. Para forçar a desestatização de um determinado segmento, no sentido de “aviar” essa receita privativista, desmonta-se a estrutura dos serviços públicos e joga-se a população contra o Estado, o cidadão contra o funcionalismo público. É que, para a população como um todo, o funcionalismo público corporifica o próprio Estado.

Desmontado e sucateado, o Estado vira alvo de críticas que, em vez de construtivas, são legitimadoras de uma destruição ainda maior, e que se transforma em instrumento legitimador da sua própria privatização.

Uma vez privatizados, os serviços públicos tornam-se, ainda mais, segregadores, porque o escrúpulo não é a marca do lucro. Aí, a uma parcela cada vez menor da população, a que consegue acompanhar a evolução dos preços dos serviços privatizados, contrapõe-se uma grande massa, a depender, cada vez mais, do serviço público. Inaugura-se, então, uma espécie de causalção circular, os pobres, cada vez mais pobres e numerosos, dependentes do serviço público, e os ricos, cada vez mais ricos, com acesso a serviços privatizados. Não é à toa que o Brasil tem um dos piores níveis de distribuição de renda de todo o planeta.

A constituição brasileira estabelece que são direitos do cidadão “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”. Ora, como esse dever do Estado pode ser cumprido, através de serviços de qualidade, sem que os seus servidores públicos tenham condições de vida e de trabalho adequadas? É aí que reside a minha defesa constante do servidor público. Trata-se, por definição, de uma defesa do Estado brasileiro. Mais do que isso, portanto, uma defesa do cidadão brasileiro.

É esse o motivo que me traz de volta a essa tribuna. Quero falar, hoje, da Fundação de Seguridade Social – Geap, ex-assistência patronal, operadora do plano de saúde dos servidores públicos da União. A Geap foi fundada há 60 (sessenta) anos, como entidade pública de assistência aos servidores dos ex-institutos de aposentadorias e pensões.

Hoje, a Geap é uma entidade que atua como operadora de plano de saúde na modalidade de autogestão, registrada na Agência nacional de Saúde – ANS, atendendo todos os requisitos legais para prestação de serviços da maior importância, não só para os seus assistidos, os servidores e seus dependentes, mas para o Estado brasileiro, uma vez que cuida, exatamente, de uma grande parcela do seu maior patrimônio – as pessoas, os cidadãos brasileiros.

Nos últimos tempos, outras operadoras vêm tentando abocanhar essa fatia importante do mercado, representada pelos servidores públicos federais assistidos pela Geap, e, como não oferecem as mesmas condições de atendimento, buscam desqualificar essa Fundação, como operadora legítima no segmento de autogestão. Nesse sentido, a operadora Golden Cross intercedeu junto ao Tribunal de Contas da União – TCU que, mediante interpretação da lei das licitações (nº

8.666/93), expediu resolução definindo a competência da Geap como legítima na assistência à saúde, exclusivamente dos servidores dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, bem como aos do INSS e da Dataprev.

A decisão do TCU exclui parcela significativa dos servidores públicos federais, deixando desassistidos mais de cento e vinte mil servidores e familiares, isto é, mais de cento e vinte mil vidas sem assistência à saúde.

A decisão reflete a necessidade de se resolver a questão definitivamente, e o mais rápido possível, na forma manifestada pelas entidades representativas desses servidores que, nos últimos dias, têm palmilhado os corredores do Congresso Nacional clamando, nada mais, nada menos, que por justiça.

É de se salientar que estes abnegados servidores têm consciência de que a esperança não é a última que morre, mas a única que não morre, e ela reside, hoje, no espírito público e de justiça de todos os que fazem parte desta Casa.

Assim, Sr. Presidente, buscam as representações dos servidores públicos federais a aprovação da Medida provisória nº 272, mantendo, como foi deliberado na Câmara dos Deputados, com 315 (trezentos e quinze) votos a favor da participação do governo no financiamento da saúde do servidor e seus familiares, e somente 5 (cinco) votos contrários, o seu art. 9º, que altera a lei nº 8.112/90, também chamada de Estatuto do Servidor Público Federal.

Tenho a convicção de que a alteração aprovada na Câmara dos Deputados é o remédio ideal para a solução do problema, uma vez que o observa em seus exatos limites e princípios constitucionais, tendo em vista estabelecer o padrão do Sistema Único de Saúde – o SUS, o mesmo adotado para toda a população brasileira, não se constituindo, portanto, qualquer tipo de privilégio a essa parcela de cidadãos que se constitui no funcionalismo público federal.

A MP 272 dita as maneiras legais no sentido de se prestar assistência à saúde dos servidores públicos da União, através de modalidades distintas, ficando por definir, pelo órgão empregador, que tipo de assistência será oferecida: se mediante contrato de operadora vencedora de concurso licitatório; se mediante convênio com operadora na modalidade de autogestão ou, ainda, se mediante reembolso parcial do custo assistencial.

Saliente-se que o funcionário assistido tem liberdade para escolher, livremente, o seu plano de saúde.

Por fim, chamamos a atenção desta Casa, para uma questão das mais importantes: o Estado não é

o responsável pela qualidade do atendimento. O que faz a diferença é a participação do assistido no financiamento, uma vez que, para cada real que o Governo desembolsa, o servidor responde com o dobro desse mesmo valor. Isto é, a participação do Governo é de 35%, enquanto a do servidor atinge 65%.

Quero me solidarizar, portanto, com todos os servidores públicos federais deste país: os ativos, os aposentados e os pensionistas, e dizer que acredito no espírito solidário dos meus pares, e que, com certeza, aprovaremos esta Medida Provisória, devolvendo a estes verdadeiros missionários da serventia pública o acesso à saúde de qualidade. Isso não é uma dádiva. É um direito!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano de 1945, ao apagar das luzes da ditadura Vargas, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Decorridos pouco mais de 60 anos daquela data, a CNC é, hoje, um poderoso agente socioeconômico, com importante contribuição no processo de construção da Nação brasileira.

Iniciada com a participação de 8 Federações, das quais 4 eram do Rio de Janeiro, à época a Capital do País, a CNC congrega, atualmente, 7 Federações nacionais e 27 estaduais, uma de cada Estado da União. A diversidade e abrangência de sua representação fazem da CNC o interlocutor do comércio junto a órgãos de governo, em todas as esferas, e à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Participa, também, da Câmara de Comércio Internacional (CCI) e do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (Cicyp).

Um aspecto interessante e dos mais relevantes da atuação da CNC é que ela mantém um número considerável e diversificado de publicações, para informação de seus associados e para o público em geral. Dentre elas destacaria: Sumário Econômico, Síntese da Economia Brasileira, Boletim Informativo Diário, Carta Mensal, Informe Jurídico, Informe Sindical, Anuário Sindical, Coletânea de Cláusulas de Negociação Coletiva, Coletânea de Cláusulas de Dissídios Coletivos, Coletânea de Trabalhos Técnicos, Informe Legislativo, Sinopse Câmara dos Deputados e Senado Federal e Coletânea Turística.

Já nos idos de 1955, a Confederação demonstrava o vanguardismo e a fina percepção sobre os melhores caminhos para o futuro do País que a caracterizam, criando o Conselho de Turismo, com a finalidade de discutir e analisar diretrizes para o desenvolvimento da atividade no Brasil. A importância do Conselho na

definição de políticas relativas ao setor pode ser medida pelo fato de que a Câmara dos Deputados lhe consagrou, em 2005, sessão solene para comemorar os 50 anos de existência.

Interessada, não apenas, em dinamizar as atividades empresariais ligadas ao comércio, a CNC, desde logo, se preocupou em valorizar os profissionais que militam em sua área e em lhes dar proteção e promoção social. Para isso, surgiram o Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) e o Serviço Social de Comércio (SESC), ambos em 1946.

Quem não conhece, hoje, os profissionais formados por esses serviços e os benefícios recebidos pelos comerciários?

A implantação do SENAC e SESC viria se juntar ao Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), criado em 1942, formando o embrião do hoje largamente conhecido Sistema S, que congrega, além do SENAI, do SENAC e do SESC, o Serviço Social da Indústria (SESI), os seus equivalentes do ramo do transporte – SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e SEST (Serviço Social do Transporte) –, o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo), das cooperativas, e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Sr. Presidente, dificilmente poder-se-á pensar um projeto de desenvolvimento e organização da sociedade brasileira sem que a CNC esteja direta e ativamente implicada. Ela congrega representações do comércio atacadista, do comércio varejista, do comércio armazeador, dos agentes autônomos do comércio, do turismo de hospitalidade e dos estabelecimentos de serviços e saúde. É um enorme leque de atividades, cobrindo amplo espectro dentro da vida econômica brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não é de hoje que as lideranças empresariais se dedicam a pensar o Brasil. Com o final da Segunda Guerra Mundial e o início do processo de modernização do País, os diversos segmentos organizados da sociedade começaram a se mobilizar para enfrentar os desafios da Nação a ser construída.

Em janeiro de 1946, quando se empossou a primeira diretoria da CNC, seu Presidente, João Daudt d'Oliveira, já exortava, em seu discurso de posse, ao entendimento entre o capital e o trabalho. Sua argumentação tinha como base a Carta da Paz Social, documento de conclusão da Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil (I Conclap), conferência que discutiu os problemas relativos à extrema pobreza do País, à baixa capacidade profissional do trabalhador e aos baixos índices de produtividade e remuneração decorrentes.

Mais de 60 anos depois, as questões discutidas àquela época não perderam sua atualidade. Atualidade mantida porque não soubemos enfrentar os desafios que o desenvolvimento brasileiro exige. Atualidade que implica, também, complexidade crescente, porque não soubemos tratar o povo com o respeito que lhe é devido.

A CNC, todavia, Sr. Presidente, norteada pelo ideário de contribuir para o crescimento do País e de elevar a qualidade das atividades que representa, não esmoreceu na persecução dos objetivos traçados no alvorecer de sua existência. O Brasil, mesmo com todas as suas mazelas mudou muito. E com ele, mudou, cresceu e evoluiu a CNC.

Hoje, podemos nos orgulhar da contribuição ao desenvolvimento nacional dada pela Confederação e por todos os seus associados espalhados pelo Brasil inteiro. Não é sem razão que os comerciários são orgulhosos do SESC e do SENAC. Não é sem razão que vemos esses Serviços espalhados por todo território nacional e permanentemente repletos de frequentadores, usufruindo dos benefícios que lhes são oferecidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, passados 60 anos de sua fundação, a Confederação Nacional do Comércio é credora de elogios pelos excelentes serviços prestados à causa do desenvolvimento nacional.

Quanto mais organizada e participativa for a sociedade, maior êxito lograremos no projeto de fazer do Brasil uma grande Nação. A contribuição da CNC ao desenvolvimento do País, ao longo de suas 6 décadas de existência, é um atestado cabal do efeito positivo da atuação das organizações sociais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

“O Senado debate na tarde de hoje a notícia de uma ação lamentável ocorrida no Rio Grande do Sul

Cerca de 1,5 mil agricultores e ativistas da Via Campesina, organização ligada ao Movimento dos Sem Terra, o MST, invadiram com violência na madrugada de hoje o horto florestal da empresa Aracruz, no município de Barra do Ribeiro.

Destruíram um laboratório de pesquisa e 4 milhões de mudas de eucalipto, prontas para serem plantadas. Além do prejuízo econômico, o desalento dos pesquisadores que trabalhavam há mais de uma década com as sementes. Isabel Barros Gonçalves, analista do laboratório, lamentou a perda de um trabalho que durava já 19 anos.

Com a ação, anacrônica e inusitada, impensável até ontem – afinal, estamos em pleno século 21

– seus participantes e mandantes conseguiram o que pretendiam: ampla exposição na mídia para suas organizações e conseqüente fortalecimento político de suas lideranças. Redes de televisão e um fotógrafo foram avisados com antecedência e acompanharam a invasão.

O momento foi considerado ideal porque Porto Alegre abriga, nestes dias, um encontro internacional sobre reforma agrária patrocinado pela FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – e pelo Incra.

Quero felicitar o ministro Miguel Rosseto que se apressou em condenar os métodos utilizados pelos invasores. Não se poderia esperar outra atitude de Sua excelência.

Para o estado, o dano pode ser irreversível. A barbárie põe em risco o investimento de US\$1,2 bilhão, que a empresa Aracruz pretende fazer no Brasil, com a implantação de uma fábrica de celulose. Essa unidade terá capacidade de produção de um milhão de toneladas de celulose, gerando 50 mil empregos diretos e indiretos.

Além do Rio Grande do Sul, também disputam esse investimento o Espírito Santo e a Bahia, estado que já levou do Sul uma fábrica da Ford ‘dispensada’ pelo governo Olívio Dutra. Hoje, essa unidade na Bahia é responsável pela produção do maior sucesso de vendas da indústria automobilística do país. Enquanto o Rio Grande ficou só com o terreno, que já estava até pronto para receber a fábrica que não veio.

Além do meu estado, o MST promoveu invasões de propriedades em outros pontos do país. É o ‘abril vermelho’ em marcha, cujo objetivo é chamar a atenção do governo para a necessidade da reforma agrária.

E isso tudo acontece sob o governo Lula! Assistimos hoje às mesmas controvérsias em torno das estatísticas sobre a reforma agrária que marcaram os governos brasileiros, desde os militares. Todos, sem exceção, alegavam que promoviam “o maior programa de reforma agrária do mundo”. E, pelo visto, os números e otimismo oficiais não aplacaram a ansiedade dos movimentos de sem-terra.

Aqui no Senado, num debate sobre a questão da terra, questionei o líder do MST, João Pedro Stédile sobre o assunto. Achava eu que com o PT no poder essa questão estaria encaminhada. Mas, fui surpreendido pela resposta: “Senador, continuam nos enrolando.”

A reforma agrária, ao lado de outras reformas de base, já serviu de pretexto para a derrubada de um presidente da República, João Goulart, em 1964. Mas, reforma agrária pra valer não pode se limitar a distribuição de terra, característica dos assentamentos atuais – com raríssimas exceções.

Na ocasião em que percorri o país como pré-candidato à presidência da República, tinha como uma das teses centrais de minha proposta de governo a questão da agricultura familiar. Concretamente, consegui aprovar no Senado – agora está na Câmara dos Deputados – projeto de lei que torna a Agricultura Familiar um dos eixos centrais da política agrícola nacional.

Nessa proposta, constava:

- garantia de crédito rural à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária;
- taxa de juros subsidiada;
- equivalência preço-produto no pagamento do financiamento;
- carência, garantia e prazos diferenciados em crédito agrícola;
- proteção ao meio-ambiente
- produção de alimentos
- geração de empregos através de associações e cooperativas.

Ainda, as propostas de impenhorabilidade de máquinas e implementos agrícolas e a criação de um Programa de Trator Popular. O Senado aprovou essas duas propostas, sendo que depende agora da Câmara dos Deputados sua efetiva implantação.

São essas as linhas gerais de uma Política Agrícola voltada para a Agricultura Familiar. Acatadas e implementadas por um governo realmente progressista, teríamos uma verdadeira revolução no campo.

Enquanto tergiversarmos sobre esse tema, evitando soluções corajosas e urgentes, continuaremos vivenciando os acampamentos de lona – únicos no mundo – e as invasões de propriedade e prédios públicos. E, sujeitos, às ações de vândalos e aproveitadores como os que agiram no Rio Grande do Sul na madrugada de hoje, acobertados por lideranças destrutivas e reacionárias.

Muito obrigado.”

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Enaltece a Campanha da Fraternidade 2006 e o esforço da CNBB em prol das pessoas com deficiência, sob o lema “Levanta-te, vem para o meio!”.

Pela 42ª vez desde 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil acaba de lançar a Campanha da Fraternidade, agora enfatizando o lema “Levanta-te, vem para o meio!”, em prol das pessoas com deficiências.

Sob a presidência do Secretário-Geral da CNBB, Dom Odilo Pedro Scherer, o lançamento aconteceu em Brasília, na sede dessa entidade, dia 1º do corrente

mês, quando também foi celebrada a Missa de Cinzas, na Capela de Nossa Senhora Aparecida.

Vários sacerdotes concelebraram a missa e a 2ª Leitura foi feita em Braille por Francisco de Paula, pai de um dos funcionários da CNBB. Várias pessoas com deficiência participaram do ato religioso. Dar-se-á o encerramento da campanha no Domingo de Ramos, com a coleta para o Fundo de Solidariedade administrado pela Cáritas brasileira e por um Conselho presidido pelo Secretário-Geral da CNBB. Destina-se esse fundo a projetos concretos voltados para as pessoas com deficiência. A Cáritas tem o cuidado de divulgar os resultados de cada campanha e a destinação dos recursos arrecadados, dos quais 60% são aplicados nas Dioceses e 40% pela CNBB Nacional.

No Auditório Dom Hélder Câmara, sentaram-se depois à mesa, ao lado de Dom Odilo, o Cônego José Carlos Tóffoli, Secretário-Executivo da Campanha da Fraternidade; José Magalhães, Diretor Executivo da Cáritas Brasileira; e Eduardo Barbosa, Presidente Nacional da Federação das APAE.

Além de um filmete para TV, que realça diferenças das pessoas e igualdade na dignidade, jornalistas assistiram ao DVD apresentado pelo Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnelo, com a Mensagem do Papa Bento XVI para a campanha deste ano. O Padre José Carlos Tóffoli falou dos objetivos, que se traduzem como sociedade justa e solidária.

Ainda na sede da CNBB, estão expostos pelos corredores todos os cartazes da campanha e a obra da pintora Cristina Portella, isto é, quadros acessíveis aos deficientes visuais.

Em entrevista coletiva, Dom Odilo Pedro Scherer enfatizou que “a Campanha da Fraternidade (CF) é uma proposta da CNBB para a Igreja e a sociedade em todo o Brasil, para vivermos nossa conversão pessoal, comunitária e social, olhando para as necessidades de nossos irmãos. A autenticidade da nossa fé em Deus é comprovada pelos frutos de caridade e de fraternidade para com o próximo.”

Esclareceu que o tema deste ano (“Fraternidade e Pessoas com Deficiência”) e o lema “Levanta-te, vem para o meio!” visam trazer “ao centro de nossa atenção as pessoas com deficiência, que são freqüentemente vítimas de preconceito e discriminação, sobretudo num ambiente cultural que tende a marginalizar e excluir os que têm menos capacidade individual de competir com os outros e de se afirmar social e economicamente.” Dom Odilo acentuou:

“Quem são estas pessoas? São os cegos, surdos, mudos, os que têm algum tipo de lesão física ou cerebral, ou alguma deficiência mental. Em maior ou menor grau, os vários tipos de deficiência estão am-

plamente presentes no meio da população. O censo demográfico de 2000 registrou cerca de 27 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 14,4% da população. Nas regiões do Nordeste passam de 18%! Em São Paulo, com a menor incidência do País, são 11,4%. E todos nós estamos sujeitos a adquirir alguma deficiência ao longo da vida por doença, acidente ou outra causa. Por isso mesmo, o tema interessa amplamente à população.”

O lançamento da CF durante a Quaresma decorre do entendimento de que “este é um tempo de voltar às origens, aos princípios fundamentais da vida cristã.” O lema “Levanta-te, vem para o meio!” está na passagem do Evangelho de São Marcos, onde Jesus cura um homem da mão atrofiada, que estava na sinagoga. Disse Dom Odilo que “tudo leva a pensar que aquele pobre homem era desprezado e deixado lá num canto, por causa da sua condição. Era o dia sagrado de sábado, no qual não se podia fazer nenhum trabalho. Jesus chama o homem: ‘Levanta-te, vem para o meio!’ E o cura na frente de todos.”

Ainda nas palavras de Dom Odilo, Jesus convidou aquela pessoa “a ter coragem, a não se resignar no seu cantinho, a não ter medo de ocupar seu espaço e de assumir a sua dignidade. Jesus dá a entender a todos que aquele pobre homem tinha dignidade e não podia ser desprezado e abandonado a si por causa de sua deficiência.”

O Secretário-Geral da CNBB ressaltou que “o exemplo e a palavra de Jesus continuam a nos desafiar para fazermos o mesmo que ele fez. Em nossos dias, a cultura dominante vai afirmando a tendência a valorizar apenas os fortes, os belos, os que têm um como perfeito, os que podem mais, os que são capazes de competir e se afirmar sobre os outros... E, com isso, tantas pessoas que não se enquadram nos padrões de perfeição e excelência impostos pelo mercado, a moda e os preconceitos sociais, vão ficando de lado, abandonadas a si próprias, lá no cantinho de sua angústia, à margem da sociedade.”

Disse também: “A CNBB, antes de tudo, espera que a CF desperte um grande interesse nas comunidades católicas e em toda a sociedade; que ela gere discussão, gestos de apoio concreto às pessoas com deficiência e sensibilize a sociedade para o desenvolvimento sempre maior da cultura da fraternidade e da solidariedade para com todos, especialmente os membros mais frágeis e indefesos da família humana. A CNBB espera que, depois da CF 2006, as pessoas com deficiência possam sentir-se um pouco melhor no convívio social e eclesial.”

Sobre o posicionamento da Igreja em relação ao ano eleitoral, Dom Odilo afirmou: “Esperamos que o governo e a sociedade dêem especial atenção às pessoas com deficiência. A Igreja quer ser porta-voz das pessoas com deficiência. Convida os candidatos a refletirem com as bases, nas comunidades, nos mu-

nicipios sobre as reais necessidades do povo. A Igreja aponta para a superação da pobreza, o grande desnível entre pobres e ricos, as demandas da população, a revisão nas políticas econômicas e sociais em vista de uma maior inclusão social.”

Jornalistas perguntaram-lhe se a Igreja considera eleitoreiras as políticas governamentais, ao que Dom Odilo respondeu: “Não dizemos que as políticas do governo são eleitoreiras, mas deixam a desejar. Por exemplo, o programa Fome Zero tem muito ainda a fazer. Defendemos políticas sociais que incluam as pessoas, além dos programas assistenciais”.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa resposta de Dom Odilo Pedro Scherer foi prenúncio do que viria a seguir. O Secretário-Geral da CNBB acabou por desnudar seu pensamento sobre as práticas do atual Governo e deixou a idéia de que, também no seio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as ações e omissões do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva produzem uma imagem de Robin Hood às avessas. Não aquela da personagem mítica, presente nas baladas entoadas pelos menestrelis, ao som de alaúdes, na Inglaterra dos séculos XIV e XV. Mas, sim, a de um Robin Hood esdrúxulo, que tomaria dos pobres para dar aos ricos.

Dom Odilo criticou-lhe a política econômica, dizendo que é preciso rever “os juros altos”, porque o Brasil tem sido um “paraíso financeiro”, extremamente concentrador. Afirmou que a população brasileira esperava mais em relação às ações sociais de Lula. Citou o fato de o crescimento do PIB brasileiro ter ficado em 2,3% no ano passado como um dos fatores que dificultam a redução da concentração de renda. E enfatizou: “É preciso rever isso. O paraíso financeiro é o Brasil. A política brasileira é extremamente concentradora”.

Pouco depois, em São Paulo, o Arcebispo Metropolitano, Cardeal Dom Cláudio Hummes, acrescentou que o acanhado crescimento do PIB foi, “para todo o Brasil, uma surpresa desagradável”, aquém das “previsões que já não eram satisfatórias”. E que “certamente deve fazer refletir a todos agora nessa campanha eleitoral”. Dom Cláudio defendeu o crescimento econômico e a redução de juros, além de políticas sociais que não se limitem à transferência de renda.

Dom Cláudio aduziu que a Igreja tem obrigação de pregar valores éticos – como honestidade, democracia e liberdade – nas eleições deste ano. “A questão da ética no sentido de uma luta contra corrupção é muito viva na Igreja. Aliás, está viva na sociedade”. Espero que esteja viva também no Congresso”, declarou, antes de conclamar o povo a exigir que o Congresso investigue as denúncias de corrupção: “Não pode, por corporativismo interno, querer salvar as pessoas porque os partidos se unem naquilo que chamamos de “acordões” ou “pizzas”. Isso deve estar longe de um Congresso que se considera ético”.

No dia seguinte, a sensação de existir um Robin Flood às avessas tomou-se mais acentuada pela fala

do Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnelo, Cardeal Primaz do Brasil, ao fazer o lançamento oficial da campanha na Bahia. Em Salvador, Dom Geraldo afirmou:

“Esse Governo gosta de fazer comparações com outras administrações. Mas não existe na História um governo tão submisso às condições impostas pelos credores do que esse Governo. Eu ainda não vi um banco quebrar no Governo Lula. Pelo contrário, os banqueiros estão lucrando cada vez mais.”

O Presidente da CNBB criticou duramente o principal programa social do governo, afirmando: “O Bolsa-Família é assistencialismo, não é promoção humana. Em alguns casos, estimula as pessoas a não fazerem nada em troca de R\$ 60, R\$ 90 por mês. O que nós queremos é trabalho e educação para todos.”

Antes da entrevista, ao participar de um programa de televisão, Dom Geraldo Majella dissera que o presidente Lula “não tem a visão do povo”. O povo quer trabalho, o povo quer educação, e não campanhas de Carnaval”.

E revelou que a Igreja Católica está preparando uma cartilha para “ajudar na formação dos eleitores, com as nossas recomendações para todas as comunidades.”

Ao pedir mudanças na política econômica, mesmo reconhecendo que alguns índices são satisfatórios, o Cardeal Primaz do Brasil perguntou: “Os indicadores, nacionais ou internacionais, mostram que um terço da população brasileira vive abaixo da linha da miséria. E isso que nos preocupa. Aí eu pergunto: tem trabalho? Tem educação? Nós estamos dizendo sempre: escuta, é urgente, tem miséria, tem fome, tem desemprego no Brasil. Então, é preciso mudar a política econômica para privilegiar os mais pobres, os mais necessitados, os mais sofrendores”, acentuou.

D. Geraldo Majella disse ainda que “acordos políticos”, estabelecidos para livrar de punição alguns parlamentares acusados no caso do mensalão”, prejudicam a imagem do Brasil. E finalizou: “Já está provado que a corrupção existe. Agora, protelar prazos para não punir os culpados é inaceitável. A gente vê que os acusados conseguem muitos ‘habeas corpus’, não vão aos depoimentos, dizem que estão doentes. Isto não dá para aceitar.”

Anteontem, em face da deturpação e exploração sensacionalista de algumas de suas afirmações, o Cardeal Presidente da CNBB emitiu uma “Nota de Esclarecimento”, nos seguintes termos:

“Diante das matérias publicadas pelos jornais, nos últimos dias, a partir da minha entrevista por ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade, quinta-feira, dia 02/03/06, esclareço o seguinte”:

– Em plena consciência da importância do respeito às autoridades constituídas, não

usei expressões que destoam da dignidade que lhes é devida;

– Não utilizei na entrevista termos como “politicalha para garantir votos”, nem quis dizer que o Governo Lula seja o mais submisso aos banqueiros da história do Brasil;

– Reconheço que o Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva tem mostrado sensibilidade pelos mais pobres da população, embora insistamos que a situação de desemprego estrutural no País requer medidas também estruturais como condição para a sua estabilidade;

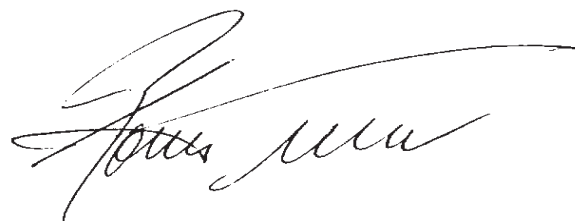
– A CNBB não está fazendo oposição ao Governo, mas apenas chama a atenção para os problemas enfrentados pela nossa população, principalmente na área social; considera este seu dever na Missão que lhe é confiada;

– Auguramos que o Bolsa Família, além de responder ao direito à alimentação, como direito fundamental à vida, consiga solidificar as mudanças qualitativas que favoreçam a uma real inclusão.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Campanha da Fraternidade tem-se revelado, desde 1964, como uma grande tomada de consciência que se renova anualmente. Desta vez, como apontam os seus organizadores, deseja motivar e ampliar atitudes fraternas, ações voltadas para a inclusão e uma verdadeira cultura da fraternidade e da solidariedade em relação às pessoas com deficiência. Como diz Dom Odilo Pedro Scherer, objetiva algo que resulte em leis justas e políticas públicas adequadas ao reconhecimento da dignidade e dos direitos dessas pessoas.

Trabalhemos neste Senado da República para que o Poder Legislativo brasileiro dê contribuição efetiva ao pleno sucesso desse movimento magnânimo.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 8 minutos.)

Ata da 14ª Sessão não Deliberativa, em 10 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, Alvaro Dias e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 99, DE 2006

(Nº 127, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, 1 e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo 1 ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

Os méritos da Ministra Renate Stille que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada

função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 70 DP/DSE/SGEX/AFEPAIG-MRE/APES

Brasília, 22 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, 1 e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo 1 ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *currículo vitae* da Ministra Renate Stille que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE RENATE STILLE

CPF.: 4552636715

ID.: 1371 MRE/DF

- 1944 Filha de Martin Gunther Stille e Wilhelmine Hermine Stille, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1967 Letras pela FFCL-PUC, Petrópolis
- 1970 CPCD - IRBr

- 1971 Divisão da América Central, assistente
- 1971 Terceira Secretária em 12 de março
- 1972 Assessoria de Imprensa do Gabinete, assistente
- 1973 Economia pela UnB
- 1974 Departamento Geral de Administração, assistente
- 1975 Segunda Secretária, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1976 Embaixada em Paris, Segunda e Primeira Secretária
- 1976 Semana Internacional do Couro, Paris, Diretor-Geral do pavilhão
- 1978 CAD - IRBr
- 1979 Primeira Secretária, por merecimento, em 21 de junho
- 1979 Missão junto à ALALC/ALADI, Montevidéu, Primeira Secretária
- 1979 XVI Reunião de Comissão Assessora de Nomenclatura da ALALC, Montevidéu, Chefe de delegação
- 1980 Légion d`Honneur, França, Cavaleiro
- 1982 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente
- 1983 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, Chefe, substituto
- 1984 Comissão Nacional para Assuntos da ALADI, Secretário-Executivo
- 1984 Departamento Econômico, assessora
- 1986 Missão Permanente em Genebra, Primeira Secretária
- 1986 Comitê de Peritos sobre Harmonização de Leis de Proteção de Invenções, OMPI, 2a. e 3a. Sessões, 86/87, Chefe de delegação
- 1986 Reunião sobre Desenvolvimento de Tecnologia no Setor de Energia, com atenção especial para Fontes Novas e Renováveis de Energia, UNCTAD, Chefe de delegação
- 1987 Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento do Direito Autoral e Direitos Correlacionados, OMPI, Chefe de delegação
- 1987 Comitê Permanente Encarregado da Informação em Matéria de Patentes (PCPI), 11a. Sessão (1a. Sessão Extraordinária), OMPI, 1987, Chefe de delegação
- 1987 Comitê do Orçamento, OMPI, Chefe de delegação

- 1989 Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Genebra, Departamento da América Latina, Senior Program Officer (Cedida do MRE)
- 1989 Conselheira em 30 de junho
- 1991 Embaixada em Argel, Conselheira
- 1993 CAE - IRBr, O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia
- 1993 Sub-Secretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais, Coordenadora-Executiva
- 1994 Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe
- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 17 de junho
- 1997 Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a Espanha, Chefe de delegação
- 2000 Embaixada em Oslo, Ministra-Conselheira


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

Relações Brasil-Armênia

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Armênia em 1992. Em 25 de novembro de 2002, Decreto Presidencial criou a Embaixada do Brasil em Ierevan, mas a representação não foi instalada até esta data. Os armênios, por seu lado, abriram um Consulado-Geral em São Paulo, em 1998. Embora pequena numericamente, a comunidade de descendentes de armênios em São Paulo é empreendedora e influente, sendo estimada em cerca de 25 mil integrantes, do total de 40 mil que se calcula vivam no Brasil, entre imigrantes e seus descendentes.

Apesar do bom nível de diálogo entre Brasil e Armênia e da positiva resposta às solicitações de apoio a candidaturas brasileiras, falta aos dois países conferir novos estímulos ao relacionamento bilateral, ainda pouco denso. Visitas recíprocas de altas autoridades permitiriam examinar as possibilidades de um melhor conhecimento das potencialidades de cooperação bilateral. Constitui interesse brasileiro poder retribuir, nos próximos anos, as visitas bilaterais de alto nível, a fim de tornar possível um maior grau de conhecimento mútuo, além da identificação de áreas potencialmente promissoras para a cooperação bilateral.

Ao longo dos últimos anos, a Armênia adotou algumas iniciativas, com o objetivo de adensar as relações com o Brasil, como a abertura do Consulado-Geral em São Paulo e numerosas visitas de alto nível, como a do Chanceler Vartan Oksanian, em 2000, do Presidente Robert Kotcharian, em 2002, e de Sua Beatitude Nerses Bedros XIX, Patriarca dos Armênios Católicos, em outubro de 2005. O objetivo principal da diplomacia armênia em sua investida latino-americana é captar oportunidades de comércio e investimentos. Tolhida pelas dificuldades criadas no seu entorno devido à questão de Nagorno-Karabakh, a Armênia procura orientar sua política externa para aqueles países onde sua diáspora logrou consolidar comunidades bem-sucedidas e que, teoricamente, poderiam vir em seu auxílio.

A visita do Vice-Chanceler Baibourdian ao Brasil, em 1998, foi oportuna para identificar possibilidades de adensamento das relações bilaterais. O Vice-

Chanceler armênio demonstrou efetivo interesse de seu Governo em desenvolver iniciativas concretas em vários campos e, assim, expandir os laços existentes entre Brasil e Armênia.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Vartan Oskanian, realizou visita ao Brasil no período de 14 a 16 de maio de 2000. A visita, iniciada pela cidade de São Paulo, incluiu também etapa em Brasília. Em São Paulo, além de encontros com representantes da comunidade armênia, o Chanceler Oskanian avistou-se com o então Vice-Governador do Estado, Geraldo Alckmin. Em Brasília, o Ministro armênio entrevistou-se com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que lhe ofereceu almoço de trabalho. O Ministro foi ainda recebido em audiência pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, e pelo então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Durante o encontro mantido no Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, o Ministro armênio caracterizou sua visita como um contato de alto nível, visando à intensificação do conhecimento mútuo e ao estreitamento dos laços bilaterais.

Do lado brasileiro, a iniciativa mais importante de aproximação com a Armênia ocorreu em agosto de 2001. Em conformidade com instruções do Senhor Presidente da República, missão especial chefiada pelo Doutor Varujan Burmaian e integrada pelos Ministros Sarkis Karmirian, Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, e Regis Arslanian, Assessor do Secretário-Geral, bem como pelos empresários Joseph Tutundjian, Diretor da Escola de Comércio Exterior de São Paulo, e Pedro Grendene, proprietário das indústrias de calçados Grendene S.A., visitou a Armênia no período de 16 a 23 de agosto.

A missão cumpriu extenso programa, que incluiu audiências com as seguintes autoridades: o Presidente da República, Robert Kocharian; Sua Santidade, o "Catolicós" da Igreja Apostólica Armênia, Karekin II; o Presidente do Tribunal Constitucional, Gaguik Harutiunian; o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vartan Oskanian, e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hatoun Margarian; os Ministros da Defesa, Serge Sarkisian, das Atividades de Infraestruturas de Produção, David Zadoian, e Indústria e Comércio, Karen Chshmaritian; o Vice-Presidente da Assembléia Nacional, Gaguik Aslanian; e o Presidente do Banco Central, Dikran Sarkissian.

Foram organizadas visitas à União de Produtores e Empresários da Armênia, ao Fundo Nacional "Armênia" e a estabelecimentos industriais produtores de calçados, bebidas, produtos químicos, borracha sintética e couros, bem como ao Parque Tecnológico "Viaser".

O Presidente Robert Kocharian recebeu a missão brasileira na sede da Presidência da República. Expressou sua satisfação com o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter designado como chefe da delegação do Brasil o Doutor Varujan Burmaian, personalidade tão benemérita para o mundo armênio, por seus gestos e atos de benfeitoria tanto na diáspora como em seu próprio território. Referiu-se à sua grande expectativa de que, com o peso político do Brasil no contexto latino-americano, as relações econômico-comerciais entre os dois países se desenvolvessem a ponto de projetar cada um dos países nas suas respectivas áreas de influência regional. Disse considerar a instalação da Embaixada do Brasil em Ierevan como marco fundamental para a ampliação e fortalecimento das relações bilaterais.

A visita que o Presidente Robert Kotcharian realizou ao Brasil, no período de 6 a 8 de maio de 2002, constituiu a iniciativa mais importante no processo de aproximação entre os dois países. Na oportunidade, foram assinados Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, em vigor desde 2003, e Acordo de Cooperação Cultural, em vigor desde 2004. Em Brasília, foi assinado documento pelo qual o Governo brasileiro doou, com base no princípio da reciprocidade, terreno no Setor de Embaixadas Norte destinado à construção da Embaixada da Armênia, cujo projeto seria de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

Mais recentemente, em janeiro de 2006, a Armênia declarou seu apoio à candidatura do Embaixador José Augusto Lindgren Alves ao Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) da ONU.

Intercâmbio de Visitas

Em função da relativamente recente independência da Armênia e da distância geográfica entre os dois países, o Brasil, por força de abrigar significativa comunidade de origem armênia, tendeu a receber maior número de visitas de autoridades, registrando-se, nesse particular, déficit no intercâmbio bilateral. A seguir, alinham-se outras visitas bilaterais de relevância:

- a) Em 1992, o primeiro presidente armênio, Levon Ter-Petrosian, esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- b) Em outubro de 1993, veio ao Brasil, em visita particular, a convite da comunidade armênia de São Paulo, delegação armênia chefiada pelo então Vice-Presidente da República, Gaguik Aroutiounian, com o intuito de manter reuniões com representantes culturais e eclesiásticos da comunidade de descendentes.
- c) Em junho de 1994, foi recebido pelo então Secretário-Geral das Relações Exteriores o Senhor Raffy Hovannissian, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia e Diretor do Centro Armênio de Estudos Nacional e Internacional, entidade privada, sem fins lucrativos, dedicada à pesquisa, publicação e ensino sobre temas de política interna e externa.
- d) Em maio de 1996, o então Secretário-Geral das Relações Exteriores recebeu delegação armênia chefiada pelo então "Presidente de Nagorno-Karabakh" e atual Presidente da Armênia, Robert Kocharian, e integrada pelo Embaixador da Armênia na Argentina, Vahan Ter-Guevondian, além do Presidente do Conselho de Administração da Igreja Apostólica Armênia no Brasil.
- e) Em fins de julho e início de agosto de 1996, visitou o Brasil Sua Santidade Karekin I, "Patriarca Supremo e Católico de todos os Armênios".
- f) O Vice-Ministro das Relações Exteriores da República da Armênia, Armen Baibouradian, visitou o Brasil no período de 31 de outubro a 5 de novembro de 1998.
- g) Em outubro de 2005, Sua Beatitude Nerses Bedros XIX, Patriarca dos Armênios Católicos, realizou visita à cidade de São Paulo.

Comércio Bilateral

No que se refere ao comércio Brasil-Armênia, o potencial de expansão parece reduzido, dadas as diferenças de escala das duas economias, a distância e as prioridades estabelecidas, de parte a parte, com países vizinhos e outros parceiros tradicionais, bem como a pouca disponibilidade de recursos para financiamento de *joint ventures* bilaterais. Contudo, as vinculações decorrentes da presença significativa e influente de descendentes de armênios no Brasil podem vir a abrir oportunidades para iniciativas específicas.

A seguir, dados principais do intercâmbio entre os dois países:

Comércio Bilateral (em dólares FOB)

	2001	2002	2003	2004	2005(*)
Exportações Brasileiras	2.298.125	2.430.295	8.365.157	10.432.858	8.497.479
Importações Brasileiras	40.422	--	--	2.749	6.141

(*) Dados de janeiro a novembro de 2005
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Principais produtos exportados:

Carne de suínos e aves congeladas, fumo não-manufaturado, café solúvel.

Principais produtos importados:

Barras de ferro, lâminas para equipamentos agrícolas, circuitos integrados.

De acordo com dados da missão especial brasileira que visitou Ierevan, em agosto de 2001, os dois países poderiam incrementar seu intercâmbio nas seguintes áreas: troca de informações nos campos comercial e fiscal; exame pelo Brasil do processo de privatizações em curso na Armênia e avaliação das condições de participação brasileira nos setores de turismo, serviços, gestão empresarial, *marketing* e de fomento à pequena e média empresa. Na área de investimentos, as autoridades armênias consideram a possibilidade de empresas brasileiras do setor de construção participarem de projetos de infra-estrutura. A Armênia também busca investimentos em setores fundamentais, como energia, transportes e comunicações.

Aviso nº 200 – C. Civil.

Em 2 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 100, DE 2006

(Nº 150/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva se ausentará do País no dia 11 de março próximo, para participar da posse da Presidente Michelle Bachelet, em Valparaíso, no Chile.

Brasília, 9 de março de 2006.



Aviso nº 229 – C. Civil

Em 9 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, comunica que o

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva se ausentará do País no dia 11 de março próximo, para participar da posse da Presidente Michelle Bachelet, em Valparaíso, no Chile.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006, e vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 258, DE 2006

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requero a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2003, de minha autoria, que “dá nova redação ao § 1º do artigo 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para reduzir de cinco para dois anos o prazo máximo para a manutenção de informações negativas em cadastros de consumidores”.

Sala das Sessões, 10 de março de 2006. – Senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256 § 2º inciso II alínea b do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 259, DE 2006

Requero, nos termos do número 12, alínea e, inciso II do art. 255 do Regimento Interno que, sobre o PLS nº 216/2003, que “dispõe sobre exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil”, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senadora, **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 260, DE 2006**Requer ao Ministro dos Transportes informações acerca de irregularidades em obras na BR-174(AM)**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro dos Transportes, informações sobre as conclusões de auditoria do TCU, detectando irregularidades na execução orçamentária nas obras de conservação e restauração da BR- 174, no Amazonas, no trecho do entroncamento da AM-010-Rio Urubu, vital para o escoamento da produção do Pólo Industrial de Manaus.

Justificação

Auditoria do Tribunal de Contas (nº TC-006.735/2005-2) detectou sérias irregularidades nas obras de conservação e restauração da BR- 174, no Amazonas. O Ministro Augusto Nardes é o relator da Auditoria, pela qual foi o DNIT notificado oficialmente sobre as irregularidades, exigindo a prévia verificação da regularidade do contrato junto ao sistema de seguridade social, a cada pagamento efetuado pela administração, nos contratos de execução continuada ou para execução de obras de conservação e recuperação de rodovias. Além disso, determinou que se adotem providências para a rescisão ou não prorrogação dos contratos de manutenção de rodovias quando as empresas não estiverem cumprindo satisfatoriamente seu papel.

Mais uma vez vem à tona a improvisação e a falta de exatidão do Governo Lula no cumprimento de seu dever. Os jornais noticiaram intensamente as apressadas ações da chamada Operação Tapa-buracos, com muitas obras contratadas sem concorrência. Agora, é a Corte de Contas que detecta irregularidades nas obras em curso na BR- 174, no meu Estado. Trata-se de via fundamental para o escoamento da produção do Pólo Industrial de Manaus, daí porque estou formulando este requerimento.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

Sala das Sessões, 10 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será despa-

chado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 149/06**, do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, acusando a existência de incorreções redacionais em relação às datas das Leis nºs 5.991, de 1973, 6.360, de 1976, 6.437, de 1977, e 8.080, de 1990, nos autógrafos do Projeto de Lei nº 4.732, de 1998, encaminhado por aquela Casa ao Senado Federal em 23 de abril de 2003, bem como solicitando a retificação dos referidos autógrafos.

O referido Projeto, que tramitou no Senado como Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2003, foi aprovado sem alterações por esta Casa no dia 21 de fevereiro último e encaminhado à sanção no dia 23 daquele mês.

Uma vez que se trata de inexactidão material cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria, a Presidência determina a confecção e o envio de novos autógrafos do Projeto à Presidência da República, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, e a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os novos autógrafos encaminhados:

Of. nº 149/06/PS-GSE

Brasília, 9 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Assunto: incorreções de impressão redacional no texto dos autógrafos do PL Nº 4.732/98.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram verificadas incorreções de impressão redacional em relação às datas das leis mencionadas nos arts. 3º, 4º, 8º e 9º do Projeto de Lei nº 4.732, de 1998, que “Regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos”, cujos autógrafos foram encaminhados a essa Casa por meio do Ofício PS-GSE nº 297, de 23 de abril de 2003.

Solicito sejam tomadas as devidas providências a fim de que sejam retificados os autógrafos do citado projeto:

Onde se lê:

“Art. 3º O fabricante, fornecedor distribuidor, comercializador ou representante citados no art. 2º, bem como todos os estabelecimentos abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 19 de dezembro de 1973, e 6.360, de 24 de setembro de 1976, excetuando-se os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, somente poderão efetuar transações comerciais ou de prestação de serviços com pessoas jurídicas obrigatoriamente licenciadas na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.”

Leia-se:

“Art. 3º O fabricante, fornecedor distribuidor, comercializador ou representante citados no art. 2º, bem como todos os estabelecimentos abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, excetuando-se os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, somente poderão efetuar transações comerciais ou de prestação de serviços com pessoas jurídicas obrigatoriamente licenciadas na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.”

Onde se lê:

“Art. 4º O número das licenças estaduais de saúde constará obrigatoriamente em todos os documentos fiscais correspondentes às operações de prestação de serviços, compra, venda, locação mercantil, escambo ou troca mercantil, empréstimo a título oneroso ou comodato, de qualquer material ou produto referido no art. 1º desta Lei e todos os produtos e serviços abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 19 de dezembro de 1973, e 6.360, de 24 de setembro de 1976, mesmo que para fins de teste ou treinamento, descarte, inutilização ou substituição.”

Leia-se:

“Art. 4º O número das licenças estaduais de saúde constará obrigatoriamente em todos os documentos fiscais correspondentes às operações de prestação de serviços, compra, venda, locação mercantil, escambo ou troca mercantil, empréstimo a título oneroso ou comodato, de qualquer material ou produto referido no art. 1º desta Lei e todos os produtos e serviços abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, mesmo que para fins

de teste ou treinamento, descarte, inutilização ou substituição.”

Onde se lê:

“Art. 8º A infração desta Lei sujeitará o infrator:

I – à pena de suspensão da licença por trinta dias;

II – a cassação de licença e impedimento legal em todo Território Nacional, em caso de reincidência.

Parágrafo único. As sanções previstas nesta Lei não excluem as penalidades sanitárias previstas na Lei nº 6.437, de 24 de agosto de 1977, e outras de natureza cível ou criminal.”

Leia-se:

“Art. 8º A infração desta Lei sujeitará o infrator:

I – à pena de suspensão da licença por trinta dias;

II – a cassação de licença e impedimento legal em todo Território Nacional, em caso de reincidência.

Parágrafo único. As sanções previstas nesta Lei não excluem as penalidades sanitárias previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e outras de natureza cível ou criminal.”

Onde se lê:

“Art. 9º As instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.080, de 20 de setembro de 1990, podem delegar às instâncias municipais habilitadas a responsabilidade de concessão de licenças, as quais estarão sujeitas ao disposto nesta Lei.”

Leia-se:

“Art. 9º As instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, podem delegar às instâncias municipais habilitadas a responsabilidade de concessão de licenças, as quais estarão sujeitas ao disposto nesta Lei.”

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, autógrafos corrigidos da referida proposição.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório o licenciamento, com periodicidade anual, perante a Secretaria de Saúde Estadual correspondente a sua área de atuação:

I – dos hospitais, casas de saúde ou quaisquer outros tipos de estabelecimentos de saúde públicos, privados ou filantrópicos;

II – de toda e qualquer empresa ou estabelecimento que desenvolva atividades de produção, fornecimento, importação, exportação, distribuição, representação, dispensação ou venda direta ao consumidor de qualquer tipo ou espécie de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da produção de medicamentos para uso humano ou veterinário e de material destinado à utilização odontológica ou para fins diagnósticos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos públicos ou filantrópicos enumerados no inciso I ficam isentos de quaisquer taxas referentes ao licenciamento a que se refere esta Lei.

Art. 2º Fica instituído cadastro nacional das licenças a que se refere esta Lei, controlado pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, contemplando no mínimo a identificação completa do estabelecimento, sua área de atuação e período de licenciamento.

§ 1º Os estabelecimentos submetidos à exigência legal de licença estadual de saúde serão recadastrados, no exercício fiscal imediatamente seguinte ao do ano de promulgação desta Lei.

§ 2º Ficam as farmácias e drogarias, assim como todo e qualquer estabelecimento de venda de medicamentos diretamente ao consumidor, obrigados a indicar, no ato de cadastramento a que se refere o § 1º, o farmacêutico responsável técnico legal, seu horário de trabalho, como também o farmacêutico substituto e jornada de trabalho.

§ 3º Ficam as instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária autorizadas a conceder prazo para os estabelecimentos farmacêuticos já em funcionamento antes da promulgação desta Lei se adequarem aos seus dispositivos.

§ 4º Será adotado um modelo unificado e sistematizado de numeração das licenças estaduais, controlado pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3º O fabricante, fornecedor distribuidor, comercializador ou representante citados no art. 2º, bem como todos os estabelecimentos abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, excetuando-se os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, somente poderão efetuar transações comerciais ou de prestação de serviços com pessoas jurídicas obrigatoriamente licenciadas na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.

§ 1º As atividades de importar e exportar estão excluídas da obrigatoriedade prevista no caput deste artigo.

§ 2º As atividades de importação e exportação deverão levar em consideração as áreas específicas de atuação de cada empresa, não podendo, em hipótese alguma, extrapolar o âmbito de sua competência de atuação.

Art. 4º o número das licenças estaduais de saúde constará obrigatoriamente em todos os documentos fiscais correspondentes às operações de prestação de serviços, compra, venda, locação mercantil, escambo ou troca mercantil, empréstimo a título oneroso ou comodato, de qualquer material ou produto referido no art. 1º desta Lei e todos os produtos e serviços abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, mesmo que para fins de teste ou treinamento, descarte, inutilização ou substituição.

Parágrafo único. Ressalvadas as operações de venda diretamente ao consumidor, o número de lote de produção ou, no caso de equipamentos, o número de série constará obrigatoriamente dos documentos fiscais a que se refere o caput.

Art. 5º A aquisição de medicamentos por órgãos públicos fica condicionada à prévia avaliação quanto à qualidade e segurança realizada, a expensas dos fornecedores, por laboratórios habilitados pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Os testes de qualidade e segurança estabelecidos no caput deste artigo deverão ser realizados nos mesmos lotes que serão entregues ao órgão público que os tenha comprado ou adquirido.

Art. 6º As empresas que tiverem seus produtos reprovados nos testes de segurança e qualidade estabelecidos no **caput** do art. 5º terão seu processo de compra ou aquisição cancelado, sendo chamada a empresa imediatamente posterior classificada, e a empresa que tenha sido desclassificada por reprovação dos produtos por ela entregues, que sejam de sua

fabricação, ou mesmo de sua representação ou distribuição, estará impedida de participar de quaisquer outras modalidades de compras ou aquisições de órgãos públicos, por um período mínimo de um ano.

Art. 7º Os estabelecimentos de venda direta ao consumidor só poderão adquirir produtos farmacêuticos das entidades dispostas no art. 1º desta lei, obrigatoriamente licenciados na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.

Art. 8º A infração desta lei sujeitará o infrator:

I – à pena de suspensão da licença por trinta dias;

II – a cassação de licença e impedimento legal em todo Território Nacional, em caso de reincidência.

Parágrafo único. As sanções previstas nesta Lei não excluem as penalidades sanitárias previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e outras de natureza cível ou criminal.

Art. 9º As instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, podem delegar às instâncias municipais habilitadas a responsabilidade de concessão de licenças, as quais estarão sujeitas ao disposto nesta Lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 9 de março de 2006.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 190, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relatora **ad hoc**: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, altera a Lei nº 8.213, de 1991, estendendo o acréscimo de 25% no valor da aposentadoria para todo segurado que, por razões de-

correntes de doença ou deficiência física, necessitar de assistência permanente de outra pessoa.

Para tanto, em seu art. 1º propõe nova redação para o art. 45 da Lei nº 8.213, de 1991, incorporando como beneficiários do referido acréscimo de 25%, além dos aposentados por invalidez, já contemplados, também os aposentados por idade, por tempo de contribuição, ou ainda aqueles em regime de aposentadoria especial, desde que tenham sido acometidos de doença ou deficiência que lhes façam necessitar de auxílio permanente de outra pessoa.

II – Análise

A norma atual, inscrita no art. 45 da Lei nº 213, de 1991, confere a prerrogativa do recebimento de um adicional de 25% nos casos de aposentadoria por invalidez. Com o intuito de proporcionar, aos indivíduos naquela situação, a possibilidade de remunerar os serviços auxiliares de que tanto dependem, o dispositivo legal visa dar melhores condições de vida àqueles trabalhadores. Nesse sentido, trata-se de mecanismo meritório.

Entretanto, o projeto de lei em análise identifica, com justeza, uma distorção da legislação, proveniente do fato de que segurados nas mesmas condições de doença ou deficiência física, mas em outra situação que não a aposentadoria por invalidez, deveriam ser igualmente contemplados pela Lei, e não o são. Evoca, portanto, o referido projeto de lei, a necessidade de extensão da prerrogativa legal aos demais segurados, com base em dois argumentos. Primeiramente, por uma questão de respeito aos preceitos básicos da seguridade social, a saber, a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços. Em segundo lugar, pela injustiça da atual legislação em relação aos aposentados por idade e por tempo de contribuição, que participam de forma efetiva do custeio da Previdência Social, mas que não são contemplados com o adicional de 25%, em caso de doença e/ou invalidez.

A proposição em análise traz ainda, em sua justificção, a ressalva de que a extensão dos 25% supracitados não deverá contemplar os chamados segurados especiais – caso da chamada Previdência Rural. Isso, pelo fato de que este grupo, por suas especificidades, não contribui para o custeio do sistema previdenciário, não devendo, portanto, ser contemplado pelo adicional em questão. De todo modo, em termos do mérito, o Projeto de Lei nº 240/2004 é oportuno e vem reparar uma situação iníqua que ora se impõe em nosso sistema previdenciário.

No que diz respeito à regimentalidade, não há vícios que prejudiquem o projeto. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade. No entanto, o mesmo não pode ser dito acerca da constitucionalidade da proposição. Com

feito, no art. 195, § 5º da Carta Magna, que versa sobre o financiamento da seguridade social, lê-se, textualmente:

Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

No caso do PLS em análise, está-se propondo efetiva extensão de benefícios, sem que a fonte de custeio desta iniciativa tenha sido devidamente enunciada. Desse modo, entende-se que a proposição merece reparos quanto ao mérito na questão relativa ao preceito constitucional.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, com a seguinte emenda aditiva:

EMENDA Nº 1/CAS

Inclua-se o seguinte art. 2º neste PLS, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º.

“Art. 2º As despesas decorrentes do acréscimo correrão à custa do Orçamento da Seguridade Social da União.”

Sala da Comissão.

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2004	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/09/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: "ad hoc" Senadora Patrícia Saboya Gomes: Patrícia Saboya Gomes	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
GILBERTO GOELLNER – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB.	6- LUIZ SOARES – (Sem Partido)
LUCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALEO PAES - PSDB	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PE E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE – (Sem Partido)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
CELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

OF. nº 113/ 2005 – PRES/CAS

Brasília, 10 de novembro de 2005

Senhor Presidente

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, com uma Emenda aditiva, que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente

PARECER Nº 191, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua.

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**
Relator “ad hoc”: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Vem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para exame em caráter de decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências.

Composto de cinco artigos, o projeto em exame, de caráter autorizativo, tem por objetivo criar o Programa de maneira a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional aos moradores de rua (art. 1º).

Para efeitos da lei, o projeto considera moradores de rua as pessoas cuja renda per capita seja inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros das cidades, nos albergues ou qualquer outro não destinado à habitação.

O Programa deverá ser implementado mediante convênios entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podendo deles participar as entidades não-governamentais de assistência aos moradores de rua (art. 2º).

Os recursos para o financiamento do Programa virão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (art. 3º).

Em sua justificativa, o autor enfatiza que, sem que existam políticas efetivas e abrangentes de acolhimento

aos moradores de rua, estes ficam expostos a situações humilhantes, dificultando ainda mais o reencontro com a auto-estima e com a dignidade. Tudo isso, sem falar nos casos recentes de extermínio daqueles que tiveram a vida ceifada pelo simples motivo de não possuir um teto que os abrigue durante a noite.

Complementa, ainda, ser necessário “que iniciativas emergenciais sejam adotadas em escala compatível com a gravidade do problema”.

À proposição não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Cabe a esta Comissão emitir parecer terminativo sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e também sobre o mérito da proposição em exame.

Da análise jurídica da proposta, não se vislumbra inconstitucionalidade material, mas cabe-nos analisar se o projeto encontra respaldo formal na Constituição Federal e não constitui afronta ao ordenamento jurídico interno.

Importa lembrar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa já se pronunciou quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei ditos autorizativos, quando aprovou, em 1998, o Parecer nº 527, do eminente jurista Senador Josaphat Marinho.

De acordo com o referido documento, o apoio doutrinário, jurídico e legal de que gozam as leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias revela que a iniciativa do Legislativo, nesses casos, não configura ingerência em matérias de atribuição do Executivo, mas sim prova da colaboração real entre Poderes autônomos e harmônicos, que podem e devem alertar-se mutuamente sobre a necessidade da prática de certos atos.

O Projeto em tela tem por objetivo alterar a lógica perversa de exclusão social dos moradores de rua ao indicar a ação que se espera do governo. Propõe a criação de um programa destinado a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional a esses cidadãos. Concorre, assim, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, para a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais. Dessa forma, é inegável que contribui efetivamente para a concretização da justiça social a que se referem os arts. 1º, 3º, 170 e 193 da Lei Maior brasileira.

Contudo, a redação dada ao art. 2º do projeto afasta-se do caráter autorizativo da proposição e ordena, de maneira indevida, a forma de implementação do programa e sua instância de coordenação, sendo pois merecedora de reparos.

Em primeiro lugar, o dispositivo deverá manter o caráter autorizativo e estabelecer que o Programa “poderá ser implantado mediante convênios”. Segundo, tendo em vista que o programa será financiado com recursos

do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto na Constituição Federal, art. 79 (ADCT), inserido por meio da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, a coordenação do programa deverá seguir as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 111, de 2001, que regula o Fundo. Nesse sentido, a coordenação compete ao “órgão gestor do Fundo”, em conformidade com o art. 5º da referida lei complementar.

Por último, há reparos a fazer quanto à juridicidade e a técnica legislativa. Cabe registrar que, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, não cabe o estabelecimento de prazo para a regulamentação da lei pelo Executivo, devendo o art. 4º do projeto ser, assim, suprimido.

Ainda, para manter a unidade e a coerência do texto, há de se efetuar um pequeno ajuste, com relação ao nome do Programa. De acordo com a ementa, o nome seria “Programa Social da População de Rua”, no entanto, o nome constante dos vários dispositivos da proposição é outro: “Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua”. Dessa forma, a ementa também deverá ser alterada. Nessa alteração, aproveitamos a oportunidade para mudar a denominação do programa para “Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua” – mais coerente com a realidade. Afinal, a população não “é da rua”, mas está, por circunstâncias alheias a sua vontade, numa situação provisória, vivendo nas ruas.

Sobre o mérito da proposta, louve-se o seu enorme alcance social, uma vez que beneficia um segmento populacional extremamente vulnerável. Trata-se dos moradores de rua, pessoas que estão “fora do lugar discriminados socialmente por ocupar um espaço sujo e perigoso que, inevitavelmente, os transformam em cidadãos excluídos”.

III – Voto

Em face do exposto, e não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa na proposição, que ademais é extremamente meritória, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua e dá outras providências.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, com o objetivo de proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional à população em situação de rua.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se população em situação de rua as pessoas cuja renda **per capita** é inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação.”

EMENDA Nº 3 – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua poderá ser implementado mediante convênios a serem celebrados entre a União, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. Entidades não-governamentais de assistência à população em situação de rua poderão participar do programa e sua atuação estará subordinada ao órgão responsável pela execução do Programa”.

EMENDA Nº 4 – CAS

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 3º O Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza”.

§ 1º O Programa será coordenado pelo órgão gestor do Fundo, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001

§ 2º Na implementação do Programa a que se refere o **caput**, os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem insuficiência de renda”.

EMENDA Nº 5 – CAS

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, renumerando-se o artigo subsequente.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 2005.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/12/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES "act. Soc. In. EDUARDO AZEREDO"


BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALEO PAES - PSDB	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELEI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT) (AUTOR)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2005.**

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).		SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL		1- HERÁCLITO FORTES - PFL.									
GILBERTO GOELLNER - PFL.		2- JOSÉ JORGE - PFL.									
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.		3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL.		X				X			
RODOLPHO TOURINHO - PFL.		4- ROMEU TUMA - PFL.		X				X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB.		5- EDUARDO AZEREDO- PSDB.r "ad hoc"									
LEONEL PAVAN - PSDB.		6- PAPALÉO PAES - PSDB									
LÚCIA VÂNIA - PSDB.		7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.		X							
REGINALDO DUARTE - PSDB.		8- SERGIO GUERRA - PSDB.		X							
TITULARES - PMDB		SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA		1- WELLINGTON SALGADO						X			
ROMERO JUCA		2- RAMEZ TEBET									
VALDIR RAU/PP		3- JOSÉ MARANHÃO									
MÁO SANTA		4- PEDRO SIMON									
SERGIO CABRAL		5- IRIS DE ARAÚJO						X			
VAGO		6- GERSON CAMATA						X			
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).		SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.		1- DELCÍDIO AMARAL - PT						X			
FLAVIO ARNS - PT.		2- MAGNO MALTA - PL.									
IDELI SALVATTI - PT.		3- EDUARDO SUPLICY - PT.		X				X			
MARCELO CRIVELLA - PMR.		4- FÁTIMA CLEIDE - PT.									
PAULO PAIM - PT.		5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.									
PATRICIA SABOYA GOMES -PSB		6- JOÃO CAPIBERIBE - PSB.									
TITULARES - PDT		SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO		1- CRISTOVAM BUARQUE									

TOTAL: 14 SIM; 12 NÃO; 0 ABSTENÇÃO; 01 AUTOR; 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 01/12/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

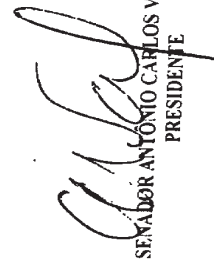

 SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
 PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - EMENDAS N^{os} 11, 12, 13, 14 e 15 AO PLS N^o 299, DE 2005.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).		SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)		TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).		SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
		MARCO MACIEL - PFL				1- HERACLITO FORTES - PFL.	
		GILBERTO GOELLNER - PFL.				2- JOSÉ JORGE - PFL.	
		MARIA DO CARMO ALVES - PFL.				3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL.	
X		RODOLFO TOURINHO - PFL.		X		4- ROMEU TUMA - PFL.	
X		FLEXA RIBEIRO - PSDB.		X		5- EDUARDO AZEREDO- PSDB.r "ad hoc"	
		LEONEL PAVAN - PSDB.				6- PAPALÉO PAES - PSDB	
X		LÚCIA VANIA - PSDB.				7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.	
X		REGINALDO DUARTE - PSDB.				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.	
SIM	NÃO	TITULARES - PMDB	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	SUPLENTE - PMDB	ABSTENÇÃO
		NEY SUASSUNA				1- WELLINGTON SALGADO	
		ROMERO JUCÁ				2- RAMEZ TEBET	
		VALDIR RAUUP				3- JOSÉ MARANHÃO	
		MÃO SANTA				4- PEDRO SIMON	
		SÉRGIO CABRAL				5- IRIS DE ARAÚJO	
		VAGO				6- GERSON CAMATA	
SIM	NÃO	TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	ABSTENÇÃO
		ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.				1- DELCÍDIO AMARAL - PT	
		FLAVIO ARNS - PT.				2- MAGNO MALTA - PL.	
		IDELI SALVATTI - PT.				3- EDUARDO SUPLYCY - PT.	
		MARCELO CRIVELLA - PMR.		X		4- FÁTIMA CLEIDE - PT.	
		PAULO PAIM - PT.		X		5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.	
		PATRICIA SABOYA GOMES - PSB				6- JOÃO CAPIBERIBE - PSB.	
SIM	NÃO	TITULARES - PDT	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	SUPLENTE - PDT	ABSTENÇÃO
		AUGUSTO BOTELHO				1- CRISTOVAM BUARQUE	

TOTAL: 14 SIM; 13 NÃO; 0 ABSTENÇÃO; 0 AUTOR: 0 SALA DAS REUNIÕES, EM 01/12/2005.

OB.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 299, DE 2004, APROVADO
NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2005

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 299, DE 2004**

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, com o objetivo de proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional à população em situação de rua.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, considera-se população em situação de rua as pessoas cuja renda per capita é inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação.

Art. 2º O Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua poderá ser implementado mediante convênios a serem celebrados entre a União, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. Entidades não-governamentais de assistência à população em situação de rua poderão participar do programa e sua atuação estará subordinada ao órgão responsável pela execução do Programa.

Art. 3º O Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

§ 1º O programa será coordenado pelo órgão gestor do Fundo, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

§ 2º Na implementação do Programa a que se refere o caput, os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem insuficiência de renda.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, de dezembro de 2005. – **Antonio Carlos Valadares**, Presidente – **Eduardo Azevedo**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

TÍTULO VII

Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO I Disposição Geral

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona

LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 6 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARAGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

Relatório

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

I – Relatório

Vem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para exame em caráter de decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências.

Composto de cinco artigos, o projeto em exame, de caráter autorizativo, tem por objetivo criar o Programa de maneira a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional aos moradores de rua (art. 1º).

Para efeitos da lei, o projeto considera moradores de rua as pessoas cuja renda **per capita** seja inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros das cidades, nos albergues ou qualquer outro não destinado à habitação.

O Programa deverá ser implementado mediante convênios entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podendo deles participar as entidades não-governamentais de assistência aos moradores de rua (art. 2º).

Os recursos para o financiamento do Programa virão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (art.3º).

Em sua justificção, o autor enfatiza que, sem que existam políticas efetivas e abrangentes de acolhimento aos moradores de rua, estes ficam expostos a situaões humilhantes, dificultando ainda mais o reencontro com a auto-estima e com a dignidade. Tudo isso, sem falar nos casos recentes de extermínio daqueles que tiveram a vida ceifada pelo simples motivo de não possuir um teto que os abrigue durante a noite.

Complementa, ainda, ser necessrio “que iniciativas emergenciais sejam adotadas em escala compatvel com a gravidade do problema”.

À proposição não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Cabe a esta Comissão emitir parecer terminativo sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sobre o mérito, da proposição em exame.

Da análise jurídica da proposta, não se vislumbra inconstitucionalidade material, mas cabe-nos analisar se o projeto encontra respaldo formal na Constituição Federal e não constitui afronta ao ordenamento jurídico interno.

Importa lembrar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa já se pronunciou quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei ditos autorizativos, quando aprovou, em 1998, o Parecer nº 527, do eminente jurista Senador Josaphat Marinho. De acordo com o referido documento, o apoio doutrinário, jurídico e legal de que gozam as leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias revela que a iniciativa do Legislativo, nesses casos, não configura ingerência em matérias de atribuição do Executivo, mas sim prova da colaboração real entre Poderes autônomos e harmônicos, que podem e devem alertar-se mutuamente sobre a necessidade da prática de certos atos.

O Projeto tem por objetivo alterar a lógica perversa de exclusão social dos moradores de rua ao indicar a ação que se espera do governo. Propõe a criação de um programa destinado a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional a esses cidadãos. Concorre, assim, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, para a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais. Dessa forma, é inegável que contribui efetivamente para a concretização da justiça social a que se referem os arts. 1º, 3º, 170 e 193 da lei Maior brasileira.

Contudo, a redação dada ao art. 2º do projeto foge do caráter autorizativo da proposição e ordena de maneira indevida a forma de implementação do programa e sua instância de coordenação, sendo pois merecedora de reparos.

Em primeiro lugar, o dispositivo deverá manter o caráter autorizativo e estabelecer que o Programa “poderá ser implantado mediante convênios”. Segundo, tendo em vista que o programa será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto na Constituição Federal, art. 79 (ADCT), inserido por meio da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, a coordenação do programa deverá seguir as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 111, de 2001, que regula o Fundo. E, nesse sentido, a coordenação compete ao “órgão gestor do Fundo”, em conformidade com o art. 5º da referida lei complementar.

Por último, quanto às questões de juridicidade e técnica legislativa, há reparos a fazer. Cabe registrar que, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, não cabe o estabelecimento de prazo para a regulamentação da Lei pelo Executivo, devendo o art. 4º do projeto ser, assim, suprimido.

Ainda, para manter a unidade e a coerência do texto, há de se efetuar um pequeno ajuste, com relação ao nome do Programa. De acordo com a ementa, o nome seria “Programa Social da População de Rua”, no entanto, o nome constante dos vários dispositivos da proposição é outro: Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua. Dessa forma, a ementa também deverá ser alterada.

Sobre o mérito da proposta, louve-se o seu enorme alcance social, uma vez que beneficia um segmento populacional extremamente vulnerável. Trata-se dos moradores de rua, pessoas que estão “fora do lugar”, discriminados socialmente por ocupar um espaço sujo e perigoso que, inevitavelmente, os transformam em cidadãos excluídos.

III – Voto

Em face do exposto, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa na proposição, que ademais é extremamente meritória, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua e dá outras providências.

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua poderá ser implementado mediante convênios a serem celebrados entre a União, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º O programa a que se refere o **caput** será coordenado pelo órgão gestor do Fundo, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

§ 2º Entidades não governamentais de assistência aos moradores de rua poderão participar do programa e sua atuação estará subordinada ao órgão responsável pela execução do Programa.

EMENDA Nº – CAS

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, renumerando-se o artigo subsequente.

Sala da Comissão, – **Patrícia Saboya**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator *ad hoc*.

OF. nº 119/ 2005 – PRES/CAS

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com cinco emendas que apresenta, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua a dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

PARECER Nº 192, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conse-

Ihos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.

Relator: Senador **Marco Maciel**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005 que tem por finalidade, ao acrescentar o art. 7º-A à Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, criar o piso salarial dos técnicos de nível médio inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Seu valor será correspondente a sessenta e seis por cento da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados pelos cursos regulares superiores com registro profissional nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A menor remuneração atribuída pela Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, aos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária, com curso universitário, é de cinco vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País. Em valores atuais, portanto, isso representaria um piso salarial de R\$990,00 para os técnicos de nível médio.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

“Não se trata da instituição de novos pisos salariais, mas apenas de harmonização e tratamento isonômico para abranger atividades técnicas abrangidas por um mesmo sistema de registro e fiscalização profissional.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Há muitas opiniões contrárias à instituição de piso salarial para as categorias profissionais. Sua defesa, entretanto, baseia-se, fundamentalmente, no fato de que elas merecem um salário digno e que sua imposição, por meio de diploma legal, se faz necessária porque as relações de mercado ainda não permitem, em todo o Brasil, que os salários dos profissionais sejam por elas determinados.

Ademais, a Constituição Federal é clara, ao assegurar, em seu art. 7º V, como direito do trabalhador,

piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Desse modo, o preceituado na Carta Magna, por si só, justifica a proposição, que concede aos técnicos de nível médio a remuneração mínima consentânea ao desempenho de suas atividades.

O Prof. Amauri Mascaro Nascimento, ao abordar a questão do piso salarial, ressalta que a manutenção dos pisos estabelecidos em valores fixos funciona como medida social relevante que vem contribuindo, de modo significativo, para a elevação dos salários de diversas categorias profissionais, ao mesmo tempo que transforma o mínimo, de oficial e imposto, em negociado pelos próprios interlocutores sociais (in **Direito do Trabalho na Constituição de 1988**, p. 120).

Todavia, não é demais enfatizar que, embora a Constituição assegure e leis federais já tenham estabelecido o piso salarial de várias categorias profissionais, o piso salarial nem sempre é sinônimo de proteção e garantia de empregos remunerados com dignidade. Não raras vezes, a contratação de profissionais, cujo piso salarial é assegurado por lei, é feita sem a observância desse piso, uma vez que eles são obrigados a exercer sua profissão ocupando cargos sob outra denominação.

De qualquer modo, a fixação de piso salarial para uma determinada categoria profissional, é ainda, em princípio, um instrumento efetivo de proteção da remuneração do trabalhador, pois impede que este sofra uma degradação salarial não-compatível com a sua condição. É isso que move muitos segmentos a reclamar salários específicos, a constituírem-se em pisos para suas categorias.

Com relação ao valor do piso salarial proposto para os técnicos de nível médio, de R\$990,00, entendemos que ele é adequado ao mercado de trabalho desses profissionais.

Entretanto, esse valor poderá, a qualquer momento, ser contestado, eis que, segundo o projeto, ele deverá representar 66% do menor piso salarial previsto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que estabelece os pisos salariais da categoria de nível superior em quantidades de salários mínimos, **verbis**:

Art. 4º Para os efeitos desta lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;

b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Como se sabe, as leis que fixaram piso salarial com base no valor do salário mínimo não foram recepcionadas pela Constituição de 1988, tendo em vista que o art. 7º, IV veda sua vinculação para qualquer fim.

Nesse sentido, tem-se manifestado o Supremo Tribunal Federal, do que é exemplo o julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 33, da qual foi relator o Ministro Gilmar Mendes, publicada no **Diário de Justiça**, de 6 de agosto de 2004, em cujo acórdão se lê: Remuneração de pessoal. Vinculação do quadro de salários ao salário mínimo. Norma não recepcionada pela Constituição de 1988. Afronta ao princípio federativo e ao direito social fundamental ao salário mínimo digno.

Em conseqüência, temos que o art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, não tendo sido recepcionado pela Constituição Federal, deixa de ser uma referência para a fixação do piso salarial do técnico de nível médio.

Assim, com o intuito de aperfeiçoar a proposição sob exame, apresentamos, ao final deste, emenda propondo um piso salarial, expresso em reais, de R\$990,00 para os técnicos de nível médio.

III – Voto

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê ao art. 7º-A, constante do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2005, a seguinte redação:

Art. 7º-A O piso salarial devido aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia corresponderá ao valor de R\$990,00 (novecentos e noventa reais).

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/12/2005 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR MARCO MACIEL *Relato "ad hoc" Sen. PAULO PAIM*

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
(VAGO)	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- PAPALÉO PAES - PSDB.
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLYCY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE

Atualizado em 10.11.2005


Antônio Carlos Valadares
(PRESIDENTE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERACLITO FORTES - PFL.				
(VAGO)					2- JOSÉ JORGE - PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.					3 - DEMOSTENES TORRES - PFL.				
RODOLPHO TOURINHO - PFL.					4- ROMEU TUMA - PFL.	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.				
LEONEL PAVAN - PSDB.					6- PAPALÉO PAES - PSDB				
LÚCIA VÂNIA - PSDB.					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.				
REGINALDO DUARTE	X				8- SERGIO GUERRA - PSDB.				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO	X			
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP	X				3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAÚJO				
VAGO					6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.					1- DELCÍDIO AMARAL - PT				
FLÁVIO ARNS - PT.	X				2- MAGNO MALTA - PL.				
IDELI SALVATTI - PT.					3- EDUARDO SUPLYCY - PT.	X			
MARCELO CRIVELLA - PMR.	X				4- FÁTIMA CLEIDE - PT.				
PAULO PAIM - PT. (Relator "ad hoc")	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.				
PATRICIA SABOYA GOMES - PSB					6- (VAGO)				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM; 10 NÃO; 0 ABSTENÇÃO; 0 AUTOR; 0 SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

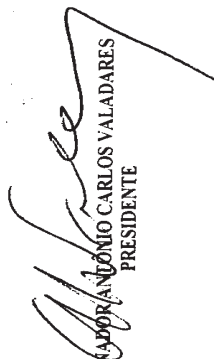

 SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
 PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO EMENDA Nº 01 - CASO DO PLS Nº 227, DE 2005.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERÁCLITO FORTES - PFL.				
(VAGO)					2- JOSÉ JORGE - PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.					3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL.				
RODOLPHO TOURINHO - PFL.					4- ROMEU TUMA - PFL.		X		
FLEXA RIBEIRO - PSDB.		X			5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.				
LEONEL PAVAN - PSDB.					6- PAPALEO PAES - PSDB				
LÚCIA VÂNIA - PSDB.					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.				
REGINALDO DUARTE		X			8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO		X		
ROMERO JUCÁ					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP		X			3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAÚJO				
(VAGO)					6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.					1- DELCÍDIO AMARAL - PT				
FLÁVIO ARNS - PT.		X			2- MAGNO MALTA - PL.				
IDELI SALVATTI - PT.					3- EDUARDO SUPLICY - PT.		X		
MARCELO CRIVELLA - PMR.		X			4- FÁTIMA CLEIDE - PT.				
PAULO PAIM - PT.		X			5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.				
PATRICIA SABOYA GOMES - PSB					6- (VAGO)				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO		X			1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: **11** SIM: **10** ABSTENÇÃO: **1** NÃO: **0** AUTOR: **0** ABSTENÇÃO: **0** SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

**CONCLUSÃO DO PARECER AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005**

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2005, deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que “Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1988, para estabelecer aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”, e pela rejeição da emenda apresentada pelo Relator, Senador Marco Maciel, na conclusão de seu Relatório.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005.

– Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.
– Senador **Paulo Paim**, Relator *ad hoc*.

OF. nº 121/2005 – PRES/CAS

Brasília, 15 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que “Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
.....

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

.....

PARECER Nº 193, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos.

Relator: Senador **José Jorge**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 392, de 2005, apresentado pelo Senador Renan Calheiros e outros senhores senadores, ora em exame, tenciona estimular o financiamento lícito de campanhas eleitorais e de partidos políticos. Faz parte de um conjunto de sugestões enviadas pelo Tribunal Superior Eleitoral no final de 2005, para aperfeiçoar o sistema eleitoral em face dos graves fatos que vieram a público no ano passado.

A proposta contém quatro artigos. O art. 1º modifica a Lei nº 9.249, de 28 de dezembro de 1995, mediante a inserção de novo inciso IV no § 2º do art. 13, de forma a possibilitar a dedução, para pessoas jurídicas, de doações a candidatos e partidos políticos, limitada a 2% do lucro operacional, antes de computada a respectiva dedução.

Para dar transparência às operações, essas doações devem ser feitas mediante cheque nominativo, depositado em contas específicas abertas em conformidade com instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou transferidas aos beneficiários por meio eletrônico. Evidentemente, não são admitidos depósitos por entidade ou governo estrangeiro, órgão ou

entidade da Administração Pública, entidade sindical, concessionário ou permissionário de serviço público e outras pessoas jurídicas arroladas no art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997.

Para adequar a proposta às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que fixa restrições para concessão de benefícios fiscais, e para evitar o aumento da renúncia fiscal, a nova alínea **d** do art. 13, § 2º, IV, também da Lei nº 9.249, de 1995, estabelece que os benefícios fiscais propostos deverão estar contidos nos limites hoje fixados para dedutibilidade de doações a entidades de assistência social (art. 13, § 2º, III, da Lei nº 9.249, de 1995). Caso as doações e contribuições, realizadas nos termos do art. 81, § 1º, da Lei nº 9.504, de 1997, ultrapassem o valor dedutível, nos termos propostos, o excedente não poderá ser deduzido.

O art. 2º trata de possibilidade análoga para as pessoas físicas. Mediante o acréscimo de um inciso VII ao art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, as doações a partidos políticos e candidatos passam a ser admitidas como dedução para as pessoas físicas.

Nesse caso, o art. 3º ressalva a necessidade de que sejam observados os limites vigentes de incentivos fiscais aplicáveis aos contribuintes pessoas físicas (6% do valor do imposto devido), nos termos da nova redação dada ao art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

O art. 4º estabelece que a nova lei vigorará a partir de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2006.

Segundo a justificativa apresentada, a proposta decorre da necessidade de estimular o financiamento lícito de campanhas eleitorais e de partidos políticos, segundo modelo **sui generis** de financiamento público.

Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Primeiramente, vale o registro de que a matéria faz parte das competências da União (art. 22, I, da Constituição Federal), sendo legitimados para a sua propositura os membros e comissões do Congresso

Nacional e de suas Casas, o Presidente da República (sob a forma de projeto de lei, somente) e os cidadãos, todos na forma do art. 61 da Constituição. Assim, é indiscutível a legitimidade da iniciativa parlamentar para a proposta.

No mérito, entendemos que a proposição atende ao princípio da generalidade, não ofendendo os princípios da igualdade e da isonomia (materializados pelo inciso II do art. 150 da Constituição Federal).

É evidente que a possibilidade de dedução do Imposto sobre a Renda de doações a partidos políticos e candidatos constituirá forte estímulo para que essas contribuições sejam feitas de forma oficial, transparente, o que favorecerá fortemente o aumento de doações lícitas às campanhas eleitorais.

Ainda em relação a outros princípios e legislação tributários, também não há no Projeto empecilho algum à sua adoção, visto que também foi contemplada a exigência de lei específica, insculpida no art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

Quanto à forma, entende-se que o Projeto aplica adequadamente a técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, justificada a importância da proposição, merece menção especial o fato de que o art. 2º e o parágrafo único do art. 3º do Projeto suprem possíveis questionamentos acerca da legalidade relativa à responsabilidade fiscal, estando, pois, em conformidade com as exigências da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

III – Voto

Ante os argumentos expostos, e nos termos da competência atribuída a esta Comissão pelo arts. 101, II, **d**, e 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, e no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 14 de fevereiro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 392 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> Sen. José Jorge	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[assinatura]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (Relator)	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[assinatura]</i>	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i> (SEM VOTO)	8-LEONEL PAVAN <i>[assinatura]</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>[assinatura]</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI <i>[assinatura]</i> (SEM VOTO)
SERYS SLHESARENKO <i>[assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾ <i>[assinatura]</i>
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>[assinatura]</i>	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[assinatura]</i> (SEM VOTO)	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 392, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES					2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLFO TOURINHO				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNIO DA FONSECA	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR (1)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (3), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (3), PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLYCI	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA					4 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
IDELI SALVATTI					5 - SIBA MACHADO	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SERY S ILHESARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA (PMR)	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - LUIZ OTÁVIO				
MAGUITO VILELA					2 - GERSON CAMATA				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCÁ					4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
PEDRO SIMON	X				6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 02 / 2006

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 09/02/2006)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....
II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

.....
§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

.....
Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

III – concessionário ou permissionário de serviço público;

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V – entidade de utilidade pública;

VI – entidade de classe ou sindical;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas votadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
Ofício nº 8/06-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento interno desta Casa, comunico que, em Reunião Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2006, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, que “Dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos”, de autoria de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 113/2005 – PRES/CAS

Brasília, 10 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, com uma Emenda aditiva, que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doenças ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

Of. nº 119/2005 – PRES/CAS

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com cinco emendas que apresenta, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua a dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

Of. nº 121/2005 – PRES/CAS

Brasília, 15 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que “Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”, de autoria do Senador Álvares Dias.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

Ofício nº 8/06-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico que, em Reunião Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2006, esta comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, que “Dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos”, de autoria de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 270 e 299, de 2004, e 227 e 392, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Há oradores inscritos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Tem a palavra V. Exª, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Logo após a manifestação do Senador Arthur Virgílio, terá a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, os jornais continuam noticiando fato bastante grave sobre a operação do Exército brasileiro nas favelas do Rio de Janeiro.

Vejo, por exemplo, no jornal **O Globo**, sob o título “Uma Reação Inesperada”, notícia de que, pela primeira vez, após oito operações do Exército no Rio, o tráfico enfrenta militares.

Tem havido deboche dos deserdados da sociedade contra as figuras briosas que compõem os quadros do Exército brasileiro, mas a mim me causa enorme espanto o fato de que pareceu à sociedade brasileira flagrante que o Presidente Lula não autorizou coisa alguma. O Exército foi modo próprio resolver a questão.

E hoje o Presidente Lula diz que apóia o uso do Exército para reaver armas e, de maneira bastante primária, diz que “militares devem localizar autores do roubo ao quartel”, como se isso fosse papel do Exército brasileiro, como se isso não fosse dever da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, como se isso não fosse dever da Polícia Federal, como se fosse algo trivial, do cotidiano, o Exército brasileiro estar envolvido em fato de tamanha gravidade.

A continuar o aumento da tensão e se, daqui a pouco, houver mesmo troca de tiros, Senador Paulo Paim, vai acabar morrendo alguém. Morrer alguém do Exército será considerado, por essa Força, muito grave, porque a sociedade brasileira infelizmente se embruteceu e já considera normal morrer gente da favela. Outro dia, morreu um adolescente assassinado. Mas estou-me referindo ao fato político, vai morrer alguém do Exército – estou batendo na madeira de novo –, se houver troca de tiros constante. E, então, se pelas armas roubadas fizeram isso, o que não farão quando acontecer – e se acontecer – esse fato, que alerta para que não ocorra?

Estou muito preocupado com tudo isso. O Presidente da República ontem foi flagrado telefonando para o técnico Carlos Alberto Parreira, opinando sobre Ronaldo ser ou não ser reaproveitado pela seleção brasileira. Essa era a sua preocupação maior, aquela coisa “marqueteira”, aquela coisa de voto, aquela coisa que denota mesmo o despreparo para essa alta função para a qual foi eleito em 2002. E o Presidente insiste em dizer coisas terríveis.

Continua a matéria: “O Ministro da Justiça afirma que não vê problema no cerco do Exército.” O Ministro da Justiça, para mim, é uma decepção muito grande. Outro dia, criticou duramente a CPI dos Bingos porque resolveu prorrogar os seus trabalhos. Como se o Ministro da Justiça tivesse alguma coisa a ver com isso!

Primeiro, Ministro, Dr. Thomaz Bastos, o senhor não se elegeu nada, nem vereador, muito menos Senador da República! O senhor não tem de opinar, de jeito algum, a respeito do que acontece no Congresso do ponto de vista das decisões que tomamos. O se-

nhor pode criticar o Congresso, como estou criticando o Ministro – é um direito seu, como é um direito meu. Agora, o senhor se arvorar a considerar ilegítima uma atitude legítima e soberana do Senado de prorrogar os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito, como se estivéssemos vivendo sob o jugo de uma ditadura, de um sistema autoritário, é uma aberração! É uma aberração mesmo!

E na reportagem o Ministro está dizendo que acha natural, que haveria respaldo do Código de Processo Penal Militar, ou seja, buscas determinadas pela Justiça Militar.

Se esse Código é assim, tem de ser atualizado, porque tudo o que eu quero é preservar o Exército brasileiro, tudo o que eu quero é encontrar uma solução verdadeira, que inclusive reponha – e aí tem razão o Senador Cristovam Buarque – na rota da vida as pessoas que foram deserdadas pelas injustiças sociais gritantes do País.

O Senador Cristovam tem toda razão ao dizer que tem de haver invasão, mas por professores, por sociólogos, por assistentes sociais, por sistema de saúde, por apoio em matéria educacional, por ensino profissionalizante, por um conjunto de presenças do Estado brasileiro, para que possamos concorrer com esta figura que hoje é magistrada, é parlamentar, é executiva nas favelas brasileiras, que é o tráfico, a marginalidade, o sistema de poder marginal, aquilo que a sociedade estabelece como sendo o seu nível de compreensão civilizatória.

Portanto, estou extremamente preocupado com o fato de que uma operação que me parece completamente tomada no impulso, agora seja justificada pelo Ministro, seja justificada pelo Presidente **a posteriori**, quase tentando disfarçar o que me parece uma impotência de ambos. Não houve comando, não houve liderança, não houve decisão como a de dizer “olha, o Exército vai entrar, o Presidente está mandando”, ou então, “o Exército não vai entrar, o Presidente não está mandando”. O Exército entrou, e o Presidente agora está justificando essa ação, exatamente como fazem os presidentes fracos.

O Presidente Lula me lembra Arturo Frondizi, Presidente da Argentina que não era capaz de controlar o Exército, que não era capaz de controlar o funcionamento das instituições civis da Argentina e que, portanto, se afundava em uma fragilidade que terminou sendo funesta para ele e, naquela quadra histórica e infeliz daquele país vizinho, terminou sendo funesta para a democracia.

Mas não é o caso do Brasil, que resiste à incompetência, resiste à demagogia, resiste a tanta corrupção, resiste do ponto de vista da sua saúde democrática,

porque o Brasil é mesmo um grande País, o Brasil é mesmo uma democracia grande, o Brasil não é só uma grande democracia. Ele é uma democracia grande, porque é uma democracia populosa e é uma grande democracia porque é uma democracia de qualidade, já testada no *impeachment* do Presidente Collor em 1992, testada no que foi o maior escândalo republicano brasileiro, o mensalão, e as instituições brasileiras não sofreram nenhum abalo. Mas é hora de tomarmos muito cuidado, muita conta desse episódio das favelas brasileiras.

Voltarei à tribuna mais tarde, Sr. Presidente, para falar sobre televisão digital e sobre a ação de vandalismo que foi a invasão da Aracruz. São assuntos que merecem muita atenção e que estão ligados à incapacidade do Governo de globalizar a competência. O Governo é global, sim, mas ele globaliza incompetência. Ele é incompetente na questão da segurança e da genética, ele não é capaz de impor ordem a grupo, como essa tal Via Campesina, que fez o que fez, desrespeitando, no seu Estado, a produção científica brasileira, levando ao desespero uma senhora, como a cientista que revelou desespero mesmo diante desse fato.

Mas, Sr. Presidente, eu encerro, dizendo que estou preocupado e que não será por falta de aviso nosso, de aviso da Oposição brasileira que, porventura, se deixará de evitar algo de funesto que, a qualquer momento, pode acontecer. Por enquanto o tráfico dança *funk*, ridicularizando o Exército e a operação que se processa nas favelas do Rio de Janeiro.

Mais tarde, poderão ocorrer choques diretos, que poderão dar em morte. Se forem mortes do lado dos favelados, será algo lamentável, algo doloroso. Se forem mortes do lado do Exército, isso representará a eclosão de uma crise sem precedentes, que poderá revelar descontrole institucional.

Era, por hora, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, fico muito feliz quando vejo, na primeira página do **Jornal do Senado** de hoje, a manchete intitulada “Dona-de-casa pode ter direito à aposentadoria”. Tenho certeza, Senadora Heloísa Helena, de que também V. Ex^a fica satisfeita por essa questão finalmente ter sido resolvida ontem aqui no Senado.

Essa matéria, afinal, nasceu da PEC paralela, luta do Senador Paulo Paim, da Senadora Heloísa Helena, do Senador Mão Santa, de todos nós, pois tivemos

interesse e dedicação para que se chegasse a esses termos, como consta desta manchete: “Dona-de-casa pode ter direito à aposentadoria”. Essa matéria foi aprovada, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, ou seja, irá direto para a Câmara dos Deputados. A votação foi por unanimidade, o que significa que a base e os membros do Governo participaram, e até mesmo aqueles que não são membros da Comissão contribuíram efetivamente, como o Senador Sibá Machado. Esse resultado, portanto, representa um acordo tácito e essa matéria não pode demorar na Câmara, que deverá ter vontade política para aprová-la imediatamente. E pode ser apreciada em até uma semana, se quiserem.

Então, a alegria de hoje vem justamente na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, e a aprovação desse projeto também atende aos objetivos da marcha de milhares de mulheres que estiveram aqui em Brasília durante esta semana pedindo exatamente isso no Palácio Planalto, e foram atendidas aqui, no Senado.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, faço questão de lhe fazer um aparte porque entendo que a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República foi histórica. E foi feita justiça a V. Ex^a, que foi o Relator da PEC paralela e sempre declina, digamos, do mérito de ter sido o Relator e um dos grandes articuladores e, normalmente, debita ao Senador Tião Viana e a mim, que fui o primeiro Relator da reforma da previdência. Ontem, fez-se justiça ao se aprovar por unanimidade o projeto de V. Ex^a. Claro que existiam diversos projetos de Senadores e Deputados, mas, por justiça, foi aprovado exatamente aquele de um Senador que foi o Relator da PEC paralela. Eu disse ontem, na tribuna, e repito: foi um momento histórico. Como V. Ex^a diz muito bem no seu pronunciamento, havia ontem aqui quase dez mil pessoas pedindo a aprovação do projeto de V. Ex^a, que, inclusive, estabelece dois salários mínimos. Há outros projetos, inclusive o meu, que previam um salário mínimo. Então, rendo minhas homenagens a V. Ex^a, que foi Relator do Estatuto da Igualdade Racial, uma grande articulação que V. Ex^a fez, da qual eu pude participar como autor, e, hoje, ele já está no Senado. Ontem, também, V. Ex^a colaborou – falei com V. Ex^a antes, sabíamos que a maioria dos Senadores estava lá por causa do projeto da aposentadoria da mulher – para aprovar o fator previdenciário. Não quero retirar seu tempo de tribuna, mas fiz questão de fazer este pequeno aparte, ao tempo em que cumprimento o Senador Mão Santa, a Senadora Heloísa Helena e

o Senador Sérgio Zambiasi, pois todos colaboraram para a PEC paralela e o relatório final, que culminou com a aprovação do parecer de V. Ex^a e, agora, com a regulamentação da aposentadoria para a dona-de-casa. Parabéns, Senador Rodolpho Tourinho!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero, em primeiro lugar, dizer que V. Ex^a não retira meu tempo, nunca aconteceu isso, V. Ex^a sempre acrescenta ao meu tempo todo o seu conhecimento, toda a sua sensibilidade social, toda a sua história, aqui, no Congresso, na Câmara e no Senado. De forma que é um prazer muito grande ter trabalhado com V. Ex^a no Estatuto da Igualdade Racial, nas questões da mulher, e tenho certeza de que teremos ainda muita coisa para fazer juntos. Muito obrigado.

Hoje, gostaria de tratar, aqui, Sr. Presidente Sérgio Zambiasi, da questão dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

Há pouco menos de um mês, precisamente no dia 14 de fevereiro, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 51, de 2006, que dispõe sobre a contratação pela Administração Pública de agentes comunitários de saúde e de agentes de endemias pelo processo seletivo público, e não de concurso público.

A nova Emenda Constitucional, que tive a honra de relatar aqui no Senado, representou uma conquista fundamental não apenas dos agentes comunitários da saúde e dos agentes de combate às endemias, como de toda a cidadania – disso, tenho certeza.

O diploma legal permite solucionar o problema da admissão desses profissionais no serviço público em bases que preservam os princípios da Administração Pública e as peculiaridades das suas atividades.

Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de ser a base para o equacionamento da questão envolvendo a admissão dos agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, a Emenda não é suficiente para tal, uma vez que exige regulamentação, mediante lei da União, com normas gerais sobre a matéria.

Para suprir essa lacuna e permitir que essas questões sejam resolvidas no menor espaço de tempo possível, apresentei o Projeto de Lei nº 41, de 2006, esta semana, aqui no Senado, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

O projeto preserva o princípio da autonomia dos entes federados, prevendo que alcance os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, submetendo-os ao regime jurídico aplicado

aos servidores da área da saúde do respectivo ente – no caso, Estado ou Município –, observadas as normas específicas da categoria.

Além disso, estabelece a proposição as atribuições das duas categorias e disciplina o respectivo processo seletivo.

Assim, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias serão admitidos mediante processo seletivo público – e não concurso público –, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições, observados os princípios da impessoalidade e da publicidade, exigindo-se deles, sobretudo:

- 1) Residência na área da comunidade em que atuarem;
- 2) Conclusão com aproveitamento de curso de qualificação básica;
- 3) Conclusão do ensino fundamental.

O processo seletivo poderá incluir provas, entrevista e títulos, restritos esses a atividades de liderança comunitária na área em que irá atuar e a experiência profissional em funções similares, sendo assegurada a participação do conselho de saúde do respectivo ente em todas as suas fases. Essa regulamentação do processo seletivo, registre-se, tem inspiração na bem-sucedida experiência da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

Cumprindo exigência da Constituição Federal, o projeto assegura que os profissionais que, na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 51 – isso é importante –, estiverem desempenhando as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, ficam dispensados de se submeterem ao processo seletivo público, mas desde que tenham sido admitidos a partir de anterior processo de seleção pública, efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta do Estado, Distrito Federal ou Município, ou por outras instituições com efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da Federação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho certeza de que, com essa regulamentação, estaremos garantindo definitivamente a formalização da relação desses profissionais com o serviço público, e estou, portanto, mais uma vez, cumprindo o compromisso que assumi com todos os agentes comunitários do meu Estado, o Estado da Bahia.

Atualmente, encontram-se em atuação em todo o Brasil mais de 200 mil agentes comunitários de saúde, distribuídos em cerca de 22 mil equipes. Cada uma delas atende, em média, 3.500 pessoas de uma comunidade. Só no Estado da Bahia são, segundo dados do

Ministério da Saúde, 23.550 agentes, distribuídos em cerca de 2.000 equipes. Esses agentes desempenham um papel fundamental, no qual se destaca o acompanhamento domiciliar das condições de saúde das famílias, em uma abordagem que considera o contexto comunitário e a realidade regional.

Nesse tipo de atividade se dá ênfase a práticas não convencionais de atenção à saúde, atribuindo-se grande peso à promoção da saúde, à prevenção de doenças como forma de reorganização e antecipação da demanda, à atenção não médica e à educação em saúde, e reafirmam-se os princípios do Sistema Único de Saúde.

São homens e mulheres que, apesar de receberem remuneração normalmente extremamente baixa, algumas vezes mesmo inferior a um salário mínimo, exercem, como verdadeiros idealistas, atividades imprescindíveis à população, especialmente àquelas de baixa renda e aos habitantes das comunidades mais pobres e distantes, nas quais a aceitação desses agentes é excepcional.

Os agentes comunitários têm um papel estratégico, por viverem na área em que atuam, terem identidade com a população e partilharem cultura, linguagem, problemas e interesses, o que favorece a integração da equipe e dos serviços de saúde com a comunidade e viabiliza as parcerias necessárias.

Escolhidos junto à comunidade em que vão atuar e conhecedores dos problemas específicos que a acometem, esses agentes atuam como elo de transmissão entre os profissionais de saúde e a população assistida, de modo a facilitar o rápido acesso ao atendimento e também à resolutividade das ações de saúde implementadas.

Fui favorável à adoção de um regime especial de contratação para essa atividade, em função das especificidades dos serviços por eles prestados, e já há alguns meses assumi com a Federação Baiana dos Agentes Comunitários de Saúde o compromisso de apoio irrestrito a essa matéria. Aliás, como disse anteriormente, a inspiração para essa proposição foi retirada do modelo baiano de seleção, que inegavelmente tem respondido com muito sucesso às demandas das populações mais carentes do Estado. Afinal, a Bahia vem realizando esse processo desde 1993, há mais de 10 anos, ano da implantação do Programa em nosso Estado, sendo a única Unidade do País que se responsabiliza diretamente pela seleção pública dos Agentes Comunitários de Saúde.

A experiência da Bahia inclusive tem levado a um excelente nível de atendimento, que, no governo do Governador Paulo Souto, tem dado prioridade total ao Programa Saúde da Família. Já aumentou a

cobertura desse programa para cerca de 50% da sua população, em que os agentes comunitários de saúde são peça fundamental.

E eu queria chamar a atenção neste ponto para o fato de que todo esse modelo e o que se pretende com essa ação dos agentes – daí a importância deles, daí o meu compromisso certo com eles, firme com eles – é no sentido de se dar uma grande atenção à prevenção das doenças, evitar que essas pessoas cheguem aos hospitais, mas evitar resolvendo o problema. Não se trata de evitar que elas cheguem aos hospitais, mas que os problemas simples de saúde sejam tratados antes que cheguem aos hospitais hoje superlotados e que prestam um serviço muito ruim à população.

Essa experiência da Bahia, que, tenho certeza, é uma das melhores do País, que já atende a quase metade da população, 49%, e que conta com a maior equipe de agentes comunitários de saúde, tenho certeza de que será melhorada, porque, desde o começo, foi feito um processo seletivo, público, de responsabilidade do Estado, sem nenhum tipo de interferência política nessas nomeações para que essas pessoas pudessem, como podem, prestar o melhor serviço à população.

Concluo, Sr. Presidente, saudando todos os Agentes Comunitários de Saúde, saudando todos os agentes de endemias, sobretudo aqueles do meu Estado, com quem tenho me encontrado freqüentemente. Ao saudar especialmente os baianos, pelo excelente trabalho que têm prestado ao País e à população mais necessitada da nossa sociedade, assumo aqui um novo compromisso junto a essa categoria profissional no tocante à agilização, para que, no menor prazo possível, esse projeto de lei que apresentei esta semana seja aprovado, a fim de que regulamente definitivamente a profissão do Agente Comunitário de Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador do Rio Grande do Sul, do PTB, o companheiro Sérgio Zambiasi.

S. Ex^a dispõe da palavra por 15 minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente, conterrâneo, companheiro, amigo, Senador Paulo Paim.

Minhas primeiras palavras, dirijo-as exatamente ao Senador Paim e ao Senador Tourinho, cumprimentando-os por duas grandes vitórias na área so-

cial, alcançadas ontem, nesta Casa, na Comissão de Assuntos Sociais. Um projeto que dá à dona-de-casa a possibilidade de aposentar-se. Foi um avanço enorme o reconhecimento a essas mulheres, que, em sua grande maioria, fazem dupla jornada e que, até então, não tinham nenhum direito social.

Creio que essa decisão vem em grande hora, na melhor hora. Tenho absoluta convicção de que agora, na Câmara, o projeto ganhará a celeridade necessária.

Tenho também plena convicção de que o Presidente Lula, com sua sensibilidade e suas origens, haverá de sancionar o projeto e fazer com que ele entre em vigor imediatamente, para se corrigirem injustiças históricas, Senador Tourinho.

Com relação ao Senador Paim, também estou muito feliz, porque, por meio da sua experiência, da sua história, da sua luta na área social, também vem corrigir uma injustiça histórica, à medida que viu aprovada, na Comissão de Assuntos Sociais, de forma terminativa, portanto, com a expectativa de ir imediatamente à Câmara para apreciação, a matéria. Trata-se de um projeto que acaba com o fator previdenciário, uma das grandes injustiças que se faz ainda hoje com os aposentados. É inaceitável que um cidadão ou uma cidadã pague 30, 35, 40 anos a Previdência na expectativa de ter uma aposentadoria digna. Mas, ao aposentar-se, vem a primeira frustração: o cidadão paga a Previdência sobre dez salário mínimos, aposenta-se com oito salário mínimos e meio que incide sobre o famoso fator previdenciário. O cidadão só vai ter percepção do que o é o tal fator previdenciário quando recebe o salário do seu primeiro mês de aposentadoria. Aí vem um impacto: ele toma conhecimento do que é isso e do prejuízo na sua vida causado por esta “expressão-zinha” inserida na lei: fator previdenciário. Realmente, foi uma idéia muito inteligente, mas “uma faca nas costas” de quem trabalhou a vida inteira na expectativa de usufruir algum benefício à frente.

Quero cumprimentar ambos, o Senador Tourinho e o Senador Paim por essas duas grandes vitórias, que não são suas, não! São nossas, são do Parlamento, são da sociedade.

O Senador Mão Santa foi muito importante nesse processo, S. Ex^a foi o Relator; a Senadora Heloísa Helena tem vínculos com essas lutas, tem se manifestado aqui constantemente e tem toda uma história voltada exatamente pelo resgate da inserção social.

Creio que o Parlamento se resgata em momentos de desgaste como estamos enfrentando, quando consegue oferecer à sociedade demonstrações como estas de preocupação realmente de inserção social.

A minha manifestação hoje continua caminhando em direção a um tema sobre o qual tenho falado

insistentemente nesta tribuna: o planejamento familiar, voltado também um pouquinho para esta semana, a semana da mulher, o Dia Internacional da Mulher.

Em tempos imemoráveis surgia no mundo a mais sofisticada das opressões: a do masculino sobre o feminino. Desde então, tudo que os homens pensam e escrevem sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um só tempo, juiz e parte.

Esse respeitável conceito não é meu. Foi-me oferecido pela Dr^a Miriam, funcionária desta Casa que me assessora, a qual, com sua sensibilidade feminina, sugeriu-me que eu iniciasse a minha manifestação com essas expressões.

Quantos anos já se passaram e ainda se passarão, no mundo, para que se possa resgatar a plenitude do feminino, sem que seja necessária a criação de recursos legais para salvaguardar os direitos humanos das mulheres?

A celebração do 8 de março é sobre as conquistas femininas e sobre o caminho que ainda precisa ser trilhado. De nossa parte, queremos dizer que a data é uma excelente oportunidade para afirmar: a opressão da mulher já demorou demais! Demais para elas e demais para nós, homens, porque não há quem escravize sem escravizar-se a si próprio.

Somente na medida em que o feminino alcança sua liberdade e passa a ser uma expressão genuína de sua personalidade é que se opera no homem uma modificação significativa, no rumo de uma concretização mais humana dele próprio.

O 8 de março que comemoramos nesta semana é também referência trágica. Nesse dia, em 1857, trabalhadoras de uma fábrica de Nova Iorque mobilizavam-se por uma jornada menos extenuante e pelo direito à licença-maternidade de três dias. Três dias para estarem com seus rebentos e recuperarem as forças empreendidas no parto era o que pediam. E por isso foram queimadas vivas!

Felizmente, de lá para cá muita coisa mudou. O feminino derrubou preconceitos e inseriu-se na política, na arte, no trabalho, conquistando desde o direito ao voto até a plena autonomia civil; desde o direito à educação até o direito à contracepção.

Nesse sentido, retomo um assunto que reputo da maior relevância e que interessa a todos, sobretudo às mulheres. Refiro-me ao planejamento familiar, política defendida incisivamente pela ONU em seus relatórios como estratégia contra as desigualdades estruturais que atingem sobremaneira a população feminina.

O planejamento familiar é um direito fundamental no sentido de que as mulheres passem a ser donas dos seus destinos e afastem suas famílias da miséria. É, sem dúvida, um dos investimentos públicos mais sábios

e eficazes para qualquer país construir seu futuro com responsabilidade e solidariedade, garantindo vida digna para as futuras gerações. Todavia, para que esse sonho se converta em realidade, é indispensável contar com igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e serviços de saúde reprodutiva de qualidade.

Desde o ano 2000, quando foram estabelecidas pelas Nações Unidas as metas do milênio a serem cumpridas até 2015, a igualdade entre os gêneros é o principal desafio para que se cumpram tais objetivos, que são:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres (2/3 dos analfabetos do mundo são do sexo feminino e 80% dos refugiados são mulheres e crianças);
4. Reduzir a mortalidade infantil (todos os anos, 11 milhões de bebês morrem de causas diversas);
5. Melhorar a saúde materna (nos países em desenvolvimento, as carências em saúde reprodutiva fazem com que uma mãe morra a cada 48 partos);
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Sras e Srs. Senadores, segundo o relatório da ONU, haverá um incremento populacional significativo nas próximas décadas. Passaremos dos atuais 6,5 bilhões de pessoas para 9,1 bilhões em 2050. A maior parte desse crescimento populacional ocorrerá nos 50 países mais pobres do Planeta.

Atenta a essa perspectiva, a ONU afirma que o planejamento familiar pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Permitiria, também, a queda da mortalidade materno-infantil e viabilizaria a prevenção contra o vírus HIV, em função do uso de preservativos. Também contribuiria para o desenvolvimento econômico e social e para o equilíbrio entre os recursos naturais e as necessidades da população por meio de um crescimento demográfico mais lento.

Em que pesem as considerações abalazadíssimas da ONU, é fácil constatar que há nos chamados países em desenvolvimento uma carência estrutural de políticas públicas competentes para promover o planejamento familiar. Esse é um problema de ordem estratégica e que os governantes, infelizmente, insistem em

manter fora de suas agendas. O nosso atual Governo prometeu providências urgentes e criou um grupo de trabalho para elaborar políticas de planejamento familiar, mas o movimento até agora foi muito tímido.

Há ausência – ou, quem sabe, ineficácia completa – de políticas públicas com medidas sócio-educativas de planejamento reprodutivo. No Brasil, cresce assustadoramente o número de adolescentes gestantes. De meninas que dão à luz, que abandonam os bancos escolares e, não raro, os próprios filhos. Por isso, penso ser importante, e de responsabilidade desta Casa, aproveitar o momento para solicitar à Presidência da República informações concretas sobre as políticas de planejamento familiar que estão sendo desenvolvidas.

Sr. Presidente Paulo Paim, nobres Senadoras e Senadores, penso que não chegaremos à plenitude da dignidade masculina, que não alcançaremos a plenitude da dignidade feminina somente por meio da lei. Ainda que a luta pela isonomia legal seja um dos mais importantes capítulos da sacrificada trajetória da mulher, a lei produz somente igualdades formais. É na concretude da vida, no agir comunitário, na implantação de políticas que a igualdade deve realizar-se. Somente dessa forma será possível eliminar barreiras estruturais que consolidam o perverso processo de construção da desigualdade social, em que à população mais pobre e carente resta apenas sofrer as consequências dos desvios criminosos dos recursos públicos.

Segundo as Nações Unidas, 99% dos problemas relacionados à maternidade envolvendo risco de vida para as mães e bebês ocorrem em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

A cada minuto, uma mulher morre devido a complicações de parto, comprometendo seriamente as possibilidades de sobrevivência do recém-nascido. E a cada minuto, outras 20 parturientes são vítimas de complicações que não são fatais, mas que deixam seqüelas, tantas vezes irreversíveis, tornado-as incapacitadas para uma vida saudável e produtiva, com custos sociais e financeiros gigantescos para o Estado.

A gravidade dessa situação, cujas seqüelas marcam profundamente a vida das crianças e das mulheres mais jovens e pobres, revela que não é possível separar, sob o prisma público, a saúde reprodutiva do objetivo mais amplo, que é a igualdade de oportunidades.

São milhares de vidas que podem ser salvas se lhes for dispensado atendimento semelhante ao das mulheres em boas condições socioeconômicas, que pagam pelos serviços privados de saúde. Estes, se disponibilizados de forma eficiente e democrática às populações de baixa renda, constituem-se, antes de tudo, numa política de caráter amplamente estratégi-

co, pois preventivo, oportunizando, assim, o progresso em distintas esferas do desenvolvimento social e econômico.

A saúde feminina é o instrumento que permeia todos os objetivos e influi diretamente na conquista das metas do milênio estabelecidas pela ONU em 2002. Por isso, podemos dizer, sem medo de exageros, que a saúde da mulher é um dos maiores tesouros de uma sociedade realmente democrática!

O grande desafio da igualdade entre os gêneros não se define como um conflito da mulher com o homem. Define-se como um processo social, histórico e cultural. Define-se como a formação de uma nova consciência, no homem, a respeito da mulher, e, na mulher, a respeito do homem. Porque não se produz verdadeira modificação em um dos gêneros sem que necessariamente aconteça a transformação no outro.

Sabemos que também para os homens faltam informações seguras sobre sexualidade, contracepção e, principalmente, paternidade responsável. Não são raros os casos em que, ao engravidarem suas parceiras, fogem, ignorando a importância crucial da figura paterna na construção do caráter e da personalidade da criança.

A família tem papel fundamental na formação de valores éticos e morais. Todavia, com a fragilidade atual dos vínculos familiares, a escola é mais do que nunca referência nesse processo. Uma escola que fundamentalmente tenha consciência crítica com relação aos valores que referenda, que endossa e reproduz para meninos e meninas.

Para que se atinjam os objetivos do milênio em 2015, é necessário uma escola que, sem olvidar a nobre missão de informar, cumpra a missão inadiável de formar indivíduos para o bem e para a paz, incentivando sempre e mais, na concretude do dia-a-dia das salas de aula, a prática de valores como honestidade, civismo, justiça e solidariedade entre ambos os sexos.

Igualmente revolucionários são os meios de comunicação. Segundo pesquisa recente da Unesco, o rádio e a televisão são os mais contundentes veículos formadores de cultura na nossa sociedade. Este estudo aponta que a banalização da violência, a coisificação do sexo e do corpo da mulher como instrumento de *marketing* levam à quebra de princípios de humanidade e respeito, pilares da sociedade solidária que desejamos construir.

Assim, o debate sobre a necessidade de um olhar crítico à produção dos meios de comunicação não é sinônimo de repressão à liberdade de expressão, como ainda argumentam alguns. A qualidade dos conteúdos tem reflexo direto na formação das nossas crianças e no comportamento dos nossos adolescentes. Com-

prender de uma vez por todas essa responsabilidade gigante faz parte do amadurecimento de nosso processo democrático. Buscar qualidade nos conteúdos exibidos pelos meios de comunicação é tão vital para a nossa democracia quanto a necessidade de preservar a liberdade de idéias.

E, neste ponto, quero colocar que entendo que o Governo deveria usar os seus espaços publicitários para informar, formar e não apenas para fazer proselitismo e propaganda de suas obras.

Infelizmente, esta semana não pudemos apreciar na Comissão de Educação projeto de autoria do Senador Marco Maciel, que prevê exatamente que os espaços publicitários do Governo deveriam ser utilizados para informar e orientar os cidadãos a respeito de seus direitos. Mas ainda haveremos de chegar lá.

Pela ação política e solidária de V. Ex^{as} – mulheres que conquistaram seu espaço –, outras tantas, mais humildes, têm obtido apoio na luta por liberdade e igualdade. Faço, pois, um apelo respeitoso a cada Senadora com assento nesta Casa – e aqui faço referência à presença sempre constante, permanente, marcante da Senadora Heloísa Helena –, para que persevere em suas ações em prol dessa causa, em nome do setor mais expressivo da opressão feminina.

Assisti com atenção à manifestação de V. Ex^a no espaço destinado ao P-SOL, ontem, em seus dois minutos. E observei, Senadora Heloísa Helena, o que significam dois minutos bem aproveitados: são melhores, muitas vezes, do que duas horas falando de temas que não têm relevância nem interesse para a sociedade. A emoção de V. Ex^a e o tema abordado naqueles dois minutos me marcaram profundamente e foram uma grande lição para mim também, que gosto de observar como alguns segundos podem influir decisivamente nos rumos da vida de uma pessoa. Cumprimento V. Ex^a pela sensibilidade daquele pronunciamento, ontem, na televisão, no espaço destinado ao seu Partido.

Para a trabalhadora anônima, mãe, chefe de família, dona de casa – absurdamente explorada –, para a mulher operária, para a mulher camponesa, para a empregada doméstica e para a comerciária a igualdade ainda é um sonho distante!

É chocante constatar que, nos países mais pobres, mulheres trabalhadoras ainda muito jovens tenham, em média, cinco filhos e milhões delas não tenham acesso a métodos contraceptivos eficazes. O relatório da ONU afirma que, se elas tivessem opção, adotariam o planejamento familiar e seriam mais felizes. Com o planejamento, teriam a liberdade de adiar

a maternidade até concluírem sua formação profissional, habilitando-se a participar da força de trabalho, gerando riqueza e contribuindo para o desenvolvimento, assumindo seus filhos em condições de educá-los com dignidade.

Que possamos fomentar cada vez mais esse sonho, a partir do sentimento patriótico, constitucional, de participação comunitária direta; com ações que pela força de sua legitimidade tenham um tal poder que possam deter todas as formas de opressão e desigualdades. É esse caminho que precisamos trilhar a cada novo dia.

Manifestamos o nosso desejo de que as mulheres permaneçam lançando o sábio olhar que lhes é característico por sobre as batalhas que ainda precisam ser travadas e vencidas no futuro, que não são poucas nem fáceis. Queira Deus sejamos nós, os homens, co-autores deste amanhã! Assim, juntos – homens e mulheres –, seremos livres. Livres para descobrir, livres para construir, Senador Paulo Paim! Livres para o amor fraternal e merecedores do amor de Deus!

Sem a dominação de um único sexo, nós teremos alcançado a hegemonia da espécie. Sonho com um dia em que as celebrações do 8 de março serão para comemorar a vitória da igualdade. A essência humana terá, então, finalmente, triunfado!

Senador Paulo Paim, agradeço a generosidade de V. Ex^a, oferecendo-me tempo necessário e suficiente para que eu pudesse aqui registrar, com este pronunciamento, os meus conceitos a respeito deste tema que considero de alta relevância, que é exatamente essa discussão, ainda longa, grande, sobre a igualdade entre homens e mulheres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a Presidência que cumprimenta V. Ex^a pelo tema.

Conforme entendimento feito pelo Plenário, passamos a palavra ao Senador Mão Santa.

O Senador Delcídio Amaral está inscrito, mas pediu para falar após o Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 10 de março, Sras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, é com grande satisfação que anunciamos que hoje, às 19 horas, o Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima e o Diretor do Fórum da Seção do Judiciário do Estado do Piauí, Juiz Federal Márcio Braga Magalhães, irão inaugurar o edifício sede da Justiça Federal do Estado do Piauí.

Senador Delcídio Amaral, concordo com Montaigne, que disse que a Justiça é o pão de que a humanidade mais necessita.

Senador Paulo Paim, Aristóteles, em muitas de suas assertivas, disse: “Que a coroa da Justiça brilhe mais que a coroa dos reis; que a coroa da Justiça esteja mais alta que as coroas dos santos!”. Foi o que disse Aristóteles, Senadora Heloísa Helena.

E a Justiça é divina. Cristo, que não tinha esse som, esta tribuna, esse sistema de comunicação, a Rádio Senado AM e FM e a televisão, disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Antes de Cristo, Moisés recebeu as tábuas das leis, numa demonstração de que no mundo deve haver leis e justiça.

Mas, Senadora Heloísa Helena, a Justiça é uma inspiração divina. Aqui, ela é feita por homens. **Errare humanum est**, mas temos de melhorá-la, de aprimorá-la, de aperfeiçoá-la. E foi assim pensando que, quando governei o Estado do Piauí, entreguei à Justiça Federal um dos melhores terrenos da nossa encantadora Capital, Teresina.

Nessa visão de futuro, Piauí, terra querida, filha do sol do Equador, entendo que a Justiça tem de ser mais do que esse sol do Equador. Senadora Heloísa Helena, o sol ilumina de dia; a Justiça tem de ser dia e noite. É como o seu P-SOL. V. Ex^a é mais do que esse sol, porque, dia e noite, Heloísa Helena está tentando guiar e ser a luz do melhor destino para este País.

Congratulo-me com o Piauí e com a Justiça Federal, lembrando esses compromissos.

Tenho um entendimento muito importante. E estamos aqui para ensinar. No dia em que eu achar, Senador Pedro Simon, que não somos os pais da Pátria, simbolizados no passado por Rui Barbosa e no presente por V. Ex^a, esta Casa deve fechar. Mas tenho um entendimento: para o Juiz Federal, nossos aplausos, mas, não entendo que um Juiz Federal tenha de ter mais virtudes do que um Juiz Estadual e do que um Juiz Municipal. Esse é o meu conceito. Todos têm de servir, têm de ser esse pão de que a humanidade necessita. Não pode ser um pão estragado, de menos trigo, Senador Pedro Simon! O juizinho municipal, o estadual e o federal, para mim, são iguais. Têm de ser três pessoas numa só, como no mistério da religião, o dogma Pai, Filho e Espírito Santo. Esse é o meu entendimento.

Senadora Heloísa Helena, fui médico municipal, fui Secretário de duas cidades piauienses, Luís Corrêa e Parnaíba. Fui médico do Estado. Como governante, não deixei de ser médico também. E sou aposentado como médico federal, do antigo INPS. Era o Ministério

do Trabalho, era o SUS. Servi com a mesma dignidade, com a mesma competência, com o mesmo altruísmo. Esse é o meu entendimento.

A justiça é o que o povo está a exigir. E virtudes são para todos eles. O fato de Lula ser Presidente da República não significa dizer, Senador Pedro Simon, que ele tenha mais responsabilidade, mais capacidade, mais estoicismo, mais espírito público, mais vergonha do que o governante municipal, o prefeitinho. Fui prefeitinho, fui Governador e, hoje, sou Senador da República. Esse é o meu entendimento.

E há mais, Senador Pedro Simon: quanto a esse negócio de Montesquieu, aproveitando ainda a vivência do poderio, do absolutismo, há o poder. Senadora Heloísa Helena, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário são instrumentos da democracia. Poder, Senador Pedro Simon, é aquele do povo! Digo isso com convicção. Quando governei o Piauí, com as bênçãos de Deus, por seis anos, dez meses e seis dias, Senadora Heloísa Helena, eu cantava, como uma reza, com fé: o povo é o poder! O povo foi que nos colocou aqui, o povo é soberano, o povo é que decide. Nós somos instrumentos da democracia. O mais é como está no livro de Deus: tudo é vaidade. Somos instrumentos da democracia!

Mas, Senador Pedro Simon, quis Deus que V. Ex^a estivesse aí. “O essencial é invisível aos olhos.” “Quem vê bem vê com o coração.”

Senador Pedro Simon, atentai bem! Senadora Heloísa Helena, Charles de Gaulle participou da Primeira Guerra Mundial, foi um dos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Senador Pedro Simon, ele teve de deixar Paris. Senador Paulo Paim, quando a cidade foi tomada pelos alemães, ele foi ao aeroporto e fugiu. Ele combinou com um oficial da Aeronáutica bem baixinho, que passava. Ele, com um corpo grande, grandioso, correu e entrou no avião. Foi para Londres e lá disse: “Os maiores inimigos da França estão em Paris”. Atentai bem! E de lá ele foi um dos ícones da redemocratização.

Senador Pedro Simon, De Gaulle esteve no Brasil numa reunião do Itamaraty. Depois de observar, ele, com a vivência de guerra e com a vivência da democracia, da qual foi um dos defensores, disse: “Este País não é um País sério”. Ô, De Gaulle! O que ele diria hoje, Senador Pedro Simon?

E o nosso Partido, Senador Pedro Simon? Nosso Partido, Senador Pedro Simon, que vergonha! Que vergonha! São uns abutres!

Senador Pedro Simon, outro dia, li seu livro. Seus cabelos brancos são consumidos pela luta, a luta pelas virtudes. Entendo que Francisco, o Santo, que andava com a bandeira “Paz e Bem”, não podia aparecer

naquela época. V. Ex^a, acreditando nessas virtudes, está acompanhando. Francisco, o Santo, andava com a bandeira “Paz e Bem”, e V. Ex^a, com a bandeira do PMDB. Tantos e tantos anos... E a vergonha: venceram os canhões da ditadura! Ulysses Guimarães enfrentando, em 1974; Teotônio Vilela, seu amigo moribundo, com câncer, pregando; e Tancredo Neves, que se imolou. Senadora Heloísa Helena, eu sou médico e operei centenas de pacientes com diverticulite. Ficavam todos bem. É uma apendicite. Tancredo Neves se imolou, retardou e se sacrificou para fazer a transição. Juscelino, médico como eu, cassado e humilhado aqui!

É, Pedro Simon, que vergonha! O Partido, o MDB – não há democracia sem partidos fortes – não faltou à Pátria, não faltou ao povo, não faltou à liberdade. E, agora, os vendilhões, uns safados mesmo! Rapaz, tem que ter regra, tem que ter acordo, tem que ter palavra, tem que ter decência. Ó, indignos do PMDB! Esse Partido faz uma convenção, prévias... A Executiva desse Partido se reúne várias vezes, e uns abutres, uns sem-caráter, uns canalhas mesmo querem mudar as regras do jogo.

Olha, no Piauí, temos vergonha! O Piauí tem vergonha. Nós colocamos para fora os portugueses que queriam dividir esta Pátria, numa batalha sangrenta. Creio que temos de pegar o PMDB e começar a fazer um movimento para colocar para fora esses abutres aproveitadores.

Pedro Simon, recebemos com grandeza e dignidade os dois candidatos. Ali é o retrato da gente do Brasil e do Piauí, em respeito à democracia, em respeito ao Partido. Daquilo fiquei orgulhoso. E agora... Não se tem palavra, não se tem acordo, decisão, nem assembléia. Vamos acreditar em quem? Eu entendo que esse Partido nunca esteve melhor: tem unidade de comando e tem como líder Michel Temer. O resto são umas porcarias bem piores do que eu, porque estão traindo. Eu sei o que é isso, eu fui vítima disso. Itamar, querendo ser candidato, foi lá me buscar para ser seu vice. Paes de Andrade chegou a telefonar. Eu conheço esses abutres que estão aí. Mas o povo do Piauí me fez com esta força para poder dizer, como Cristo: “Em verdade, em verdade, eu vos digo...”. De Gaulle disse que este não é um país sério. Hoje, ele diria muito melhor que este é um país de lideranças corrompidas.

Ouçó o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Talvez nem V. Ex^a esteja se dando conta da importância do seu pronunciamento hoje. Ele vem na hora exata: hoje, sexta-feira, enquanto o PT já tem seu candidato. O PSDB, a cúpula decide; o ex-Presidente da República reúne-se com os dois candidatos para decidir quem

será o candidato. O PMDB percorre o Brasil inteiro. Garotinho e Rigotto estão reunindo Deputados Federais, Senadores, Governadores, Deputados Estaduais, dirigentes partidários, lideranças em todos os Estados. V. Ex^a disse que, no Piauí, houve uma belíssima reunião com o Rigotto, e uma reunião, até mais bonita, com o Garotinho e as lideranças.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Iguualmente belas.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Em Alagoas, estivemos nós. Só não pude encontrar a Senadora Heloísa Helena, pois disseram que “ela soube que o senhor vinha e não veio aqui”. Mas fiquei sabendo do prestígio e do carinho que o povo de Alagoas tem pela Senadora Heloísa Helena. E a pergunta que mais me faziam era o que eu achava. E respondi que achava que a Heloísa Helena era o Teotônio dos dias de hoje e representava uma bandeira fantástica. Pena que não estávamos conseguindo fazer uma costura da esquerda, da área progressista do Brasil e encontrar uma unidade. O Brasil está tão anárquico, as pessoas não se entendem, não se acompanham, não se conseguem entender, que não se chega a isso. O PMDB está percorrendo o Brasil inteiro e, em todos os lugares – na Alagoas do Dr. Renan, no Maranhão do Dr. Sarney –, a unanimidade é pela candidatura própria. A unanimidade! Todos querem a candidatura própria, seja de Rigotto ou de Garotinho. Há uma unanimidade. Olhe, vou ser sincero: estou pensando que temos de fazer um requerimento para mandar para o Conselho de Ética alguém que tem autoridade no PMDB e que esteja tramando contra a candidatura própria. É um crime o que eles estão fazendo! Agora, querem marcar uma nova reunião da Executiva. Agora! A prévia é domingo. O Brasil está todo preparado para uma prévia espetacular, é o assunto mais importante que há. A eleição vai começar ou vai iniciar quando o PMDB lançar o seu candidato, quando a prévia disser: é o fulano de tal! Aí vai aparecer uma outra via, e ficará o PT com o seu; o PSDB com o seu; se Deus quiser, Heloísa Helena com a esquerda, com o seu; e o PMDB com um candidato. Agora, querem convocar, Senador, uma reunião urgente da Executiva, querem comprar, trocar membro da Executiva. Querem que Ministro saia do Ministério e vá ocupar o seu cargo na Executiva – do qual está afastado por ser Ministro – para suspender a prévia. Mas eu não acredito! Sinceramente, eu não acredito! Eu, Pedro Simon, pretendo entrar com um pedido para que o Conselho de Ética apure quem são essas pessoas que estão agindo contra o Partido. Não é possível que pessoas que ocupam posições importantes, cargos importantes no Congresso, na vida política brasileira, que estão falando em nome do Partido, que

conversam com o Lula todo dia, em nome do Partido – e estão nomeando Ministros, nomeando para cargos importantes, em nome do Partido, estão negociando em nome do Partido –, a nenhum título, digam que o PMDB não pode ter candidato. Imagine V. Ex^a: o que o PSDB tem mais do que o PMDB? Vamos analisar. Eles têm o Governador de São Paulo, o Governador de Minas Gerais e o Governador de Goiás. Nós temos o Governador do Rio Grande do Sul, temos o Governador de Santa Catarina, o Governador do Paraná, o Governador do Rio de Janeiro, o Governador de Pernambuco... Temos nove Governadores. Somos o Partido que tem mais Governadores. Temos mais Senadores do que eles, mais Deputados Federais do que eles, mais Deputados Estaduais do que eles, mais Prefeitos do que eles, mais Vereadores do que eles; temos barbaramente mais filiados do que eles; temos mais candidatos. Eles estão brigando entre um e outro. Um, para ser candidato, vai ter que cuspir naquilo que escreveu, fez e registrou em cartório: “Eu ficarei Prefeito os quatro anos. Se me candidatar a outro cargo, não votem em mim”. Querem forçar esse coitado que não quer ser candidato a ser candidato de qualquer jeito. O PMDB tem o Sarney, que, em vez de fazer o papel que está fazendo, deveria vestir a camiseta do PMDB ou sair do PMDB; se vestisse a camiseta do PMDB, ele poderia ser o nosso candidato, em vez de fazer esse papel – não se sabe que papel ele quer. O próprio Renan, quando era jovem, saiu com o Collor e foi para a China, ele e mais meia dúzia, e lançaram o Collor, um guri, Governador de um Estadinho que nem Alagoas, à Presidência da República; saíram do PMDB, criaram um partido, e o Collor tinha 2% – só foi deslanchar em junho e julho –, e o Sr. Renan não achava que era cedo para lançar candidato. Agora, vem dizer: “É cedo para lançar candidato. Eu sou a favor da prévia, mas prévia no ano que vem”. Ora, nos respeite, Sr. Renan! Não pode! Temos de entrar no Conselho de Ética contra essas pessoas que saem do Partido porque estão agindo contra o Partido. Em que país do mundo – imagine V. Ex^a – o Presidente do Congresso e um ex-Presidente da República tramam contra o partido? Dizem que o Partido não deve ter candidato à Presidência da República, e às vésperas da prévia, que é no domingo. Está todo o Brasil preparado para realizar as prévias. O que estão fazendo? Estão querendo reunir a Executiva para suspender a prévia. Estão dizendo, com a maior cara de pau, que não é possível, que não é viável a candidatura do PMDB à Presidência da República. Mas por quê? Há muitos nomes: Renan, Garotinho, V. Ex^a, Sarney, Rigotto, Jarbas Vasconcelos, Requião, Itamar Franco. Nós temos candidatos que não acabam mais, temos lideranças

que não acabam mais, nós temos gente que não acaba mais. Nas últimas pesquisas de opinião pública, nas quais se perguntou aos entrevistados qual o partido pelo qual têm maior simpatia, o PT perdeu 50%, e o PMDB provou que hoje é o partido que tem a maior simpatia do povo brasileiro. Não querem que tenhamos candidato e querem marcar uma reunião para suspender a prévia. Volto a dizer: vou entrar com um pedido na Comissão de Ética para enquadrar aqueles que ousarem agir assim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço.

Quis Deus que aqui adentrasse o novo Presidente do Haiti, e quem vai fazer a saudação sou eu, do Piauí. Quero dizer que Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a entre neste Parlamento, mas esta democracia está mais imoral do que a que vocês estão construindo no Haiti.

Atentai bem, Sr. Presidente, este partido que está no poder... Nem a Ditadura ousou deixar o PMDB sem candidato, mas agora esse partido, usando a corrupção – a corrupção é o cupim que corrói a democracia, e nunca houve tanto cupim –, quer fazer isso. Nem a Ditadura, nem os militares impediram o PMDB de ter candidato, mas essa podridão que está no Governo compra e corrompe o maior partido do Brasil, quer acabar com as suas prévias e impedir uma candidatura livre.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a permissão do orador, Senador Mão Santa, que está bastante empolgado nesta manhã de sexta-feira, concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, o Senado da República tem a honra de receber neste momento o Presidente eleito do Haiti, o Sr. René Préval, que vem ao Brasil antes de visitar outros países da América do Sul; é uma visita de cortesia, de estreitamento das nossas relações.

Saindo daqui, será recebido na Comissão de Relações Exteriores, onde teremos oportunidade de discutir possibilidades de relacionamentos, não somente políticos como até afetivos. Trata-se de um país que é membro da nossa comunidade latino-americana, um país que passou por uma crise muito profunda, da qual resultou uma crise econômica e social, e que está agora cuidando de sua recuperação.

O Haiti realizou suas eleições e elegeu, com uma larga margem de votos, larguíssima margem de votos o seu novo presidente, René Préval. Estivemos lá eu, o Deputado Fernando Gabeira e outros integrando uma comitiva de observadores das eleições.

Após esse evento marcante da história do Haiti, o seu presidente percorre vários países do continente para estabelecer relações não só econômicas, mas políticas e até fraternas, Sr. Presidente, que é uma dimensão muito importante na nossa ligação com o Haiti.

De forma que tenho a honra de acompanhá-lo aqui e levá-lo, em seguida, à Comissão de Relações Exteriores nessa visita que considero da maior importância. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Fazemos das suas palavras as nossas na homenagem e na manifestação de respeito nas boas-vindas que oferecemos ao Presidente René Préval e à sua comitiva, acompanhados pelo Deputado Gabeira, que nos honra também com sua presença no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado aos nossos visitantes.

Retornamos ao Senador Mão Santa, orador que se encontra na tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eis ali Cristo e, abaixo dele, o patrono deste Senado, lá do nosso Nordeste. Cristo disse que só tem um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. E Rui Barbosa, o nosso patrono, disse que, de tanto ver nulidades triunfarem e assumirem o poder e de tanto ver a corrupção campear e rir-se da honra, vai chegar o momento em que vamos ter vergonha de sermos honestos. Este é o momento que vivemos em nosso Brasil. E mais grave ainda – atentai bem, Pedro Simon –: nem a Ditadura ousou impedir o PMDB de ter candidatura.

Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só, vem sempre acompanhado de outro bem. Todo mundo se lembra de que, depois de 1974, as candidaturas de Ulysses e Sobral Pinto, anticandidatos contra Geisel, levantaram e acenderam a esperança da redemocratização. Em seguida, o PMDB obteve as dezesseis vitórias que abalaram o País, elegeu a maioria dos Senadores e a maioria dos Deputados Federais.

O partido cresce, e eu estou aqui, Senadora Heloísa Helena, porque o PMDB teve, em 1994, candidato a Presidente da República: Orestes Quércia e Iris Rezende. Eles não foram vitoriosos, mas fizeram nascer, Pedro Simon, nove governadores, frutos da negociação. Hoje falta entendimento e a luz de Rui Barbosa, que disse: “Eu não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. Os que estão aí foram atraídos em desrespeito a essa mensagem de Rui Barbosa, foram atraídos pelo poder, pelos cargos em ministérios. Naquela época, o PMDB fez nove governadores, mesmo não obtendo sucesso a campanha

de Quércia. Cinco deles estão aqui como Senadores: Mão Santa, Maguito, Raupp, Maranhão e Garibaldi. Essa é a situação.

Entendo que o PMDB pertence ao povo e pertence à democracia. A democracia, Senador Alvaro Dias, é uma construção do povo. Aristóteles disse que o homem é um animal político, e ninguém contestou isso até hoje. E esse animal político, Pedro Simon, busca formas de governo. Os reis predominaram, seriam Deus na Terra e Deus seria um rei no céu. Mas o povo sofrido, com coragem, foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade” e nasceu a democracia.

A democracia é do povo e o PMDB é do povo. Devo obediência ao nosso partido e ao seu presidente, Michel Temer. Eu fui à convenção, estávamos lá eu e Pedro Simon por ocasião das prévias; assisti à reunião das executivas; vi as campanhas desses heróis do PMDB, Rigotto e Garotinho, que andaram pelo Brasil todo em pregação. Nós estamos aqui para dizer que a nossa obediência maior, Senador Arthur Virgílio, é a Ulysses Guimarães. Ele disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. Senadora Heloísa Helena, quem está nas ruas é o povo. E o PMDB tem que ter intimidade com o povo. É esta a nossa inspiração! E nas prévias se começa a escutar as bases: os delegados e seus suplentes, os seus militantes, os representantes do povo – Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e Senadores – e os presidentes dos comitês regionais.

Então, é com tristeza, Senadora Heloísa Helena... Já li umas cinqüenta biografias de Abraham Lincoln. Li, recentemente, a de Bill Clinton. Senador Delcídio Amaral, se V. Ex^a ler sobre Abraham Lincoln e Bill Clinton verá que são as mesmas regras, as mesmas leis.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, por que motivo, por três vezes na história norte-americana, um Presidente com menor número de votos assume? Porque as regras são obedecidas, respeitadas.

E quem fez essa monstruosidade? Quem trouxe a intranqüilidade que vivemos neste País? É o Exército, atrás de dez fuzis? São os sem-terra que invadem? Foram eles mesmos. Todo mundo sabia que se respeitava pelo menos a anuidade, um ano antes.

Senador Delcídio Amaral, seria como mudar agora as regras da Copa do Mundo. Vale que o jogador seja mulher? Vale gol com a mão? Não tem *off-side*, a trave é redonda. Seria uma confusão. Então, estamos mudando as regras por irresponsabilidade e incompetência deste Poder Legislativo. E mudando, não se mantêm mais palavras, acordos, normas, resoluções, nada! É o nosso protesto.

E eleições sem o PMDB, Senador Delcídio Amaral, é o mesmo que tirar o Brasil da Copa do Mundo. Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao Senador Mão Santa pela compreensão, pela interrupção do seu brilhante e empolgado pronunciamento.

Concedemos a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que dispõe de 15 minutos.

Na seqüência, usarão da palavra os Senadores Pedro Simon, Arthur Virgílio e Heloísa Helena.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as}. e Srs. Senadores, cumprimento a Senadora Heloísa Helena, aqui representando – e muito bem – as mulheres. No dia 8 de março, tivemos a oportunidade de festejar o avanço e tudo que V. Ex^a representa para a mulher brasileira: garra, competência, determinação, honestidade, enfim, mil qualidades. Por intermédio de V. Ex^a, cumprimento todas as mulheres brasileiras.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos meses tenho me dedicado, quase que em período integral, à CPMI dos Correios. Mas a atividade parlamentar deve ser algo muito mais amplo do que acompanhar crises de nosso sistema político – por mais importantes que elas sejam. É por isso que hoje vou tratar de uma questão de extrema importância para o futuro do País, mesmo que o assunto não esteja todos os dias nas manchetes dos jornais. Refiro-me à alienação do controle ou de parte do controle das concessionárias ferroviárias Ferrobán, Ferronorte e Novoeste, a mais importante operação no setor ferroviário desde a sua privatização, iniciada em 1996. Faço questão de registrar, aqui, talvez, a pior privatização do Brasil – e aí cito especificamente a Novoeste, ferrovia que corta o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Parece um assunto técnico, quem sabe até complicado, mas tem muito a ver com a vida dos brasileiros e com nosso futuro como Nação. Porque o que estará sendo alienado nesse mega negócio, que envolve valores na casa dos bilhões de reais, é a real capacidade de nosso País e de nossas lideranças de estabelecer as estratégias mais adequadas para assegurar nosso progresso.

A falta de uma infra-estrutura de transportes adequada para o desenvolvimento do Brasil é um problema antigo, com raízes históricas, mas seu debate foi

intensificado apenas nos últimos anos, quando este passou a ser um gargalo para o crescimento e o risco de um “apagão logístico” passou a ser iminente.

Nossa matriz de transportes é fortemente dependente da rodovia, setor que concentrou a maior parte dos investimentos públicos, em detrimento de uma matriz mais concentrada em ferrovias como acontece em outros países. Hoje, menos de 10% das cargas brasileiras são transportadas por trem, excluindo o minério de ferro, que é a carga cativa da ferrovia. O modal ferroviário é responsável por 35% do total transportado nos Estados Unidos, mais de 40% na Europa e próximo a 60% no Canadá.

A dependência da rodovia encarece nossos produtos, onera as exportações e diminui a competitividade do Brasil. O custo do transporte por caminhão é, em média, duas vezes maior do que o do trem, consumindo mais do que o dobro do combustível e com maiores necessidades de manutenção e pessoal. O impacto dessa realidade é sentido em toda a economia, mas é ainda maior em segmentos em que o transporte é uma parte substancial do custo, como é o caso das *commodities* agrícolas. Isso explica o fato de ainda termos terras não exploradas para a agricultura em regiões cuja produtividade é altíssima, como o Centro-Oeste do Brasil, mas que carecem de alternativas para escoar a safra.

A solução do problema ao longo do tempo passa necessariamente pelo desenvolvimento dos sistemas ferroviários atuais, que ainda apresentam grande potencial de crescimento, e por investimentos adicionais em novas ferrovias que criem alternativas para o escoamento da produção. A segunda providência, no entanto, demanda enorme investimento por parte do Estado, mesmo que em parceria com o setor privado, e no melhor dos casos só teria impacto em alguns anos, devido ao período necessário para construção de novas ferrovias e para a viabilização dos novos projetos, que incluem a desapropriação de terras e a obtenção de licenças ambientais.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que o Brasil possa crescer nos próximos anos de uma maneira saudável e sem desequilíbrios externos, é fundamental gerarmos as condições necessárias para o aumento da capacidade das malhas ferroviárias já existentes. Mais do que isso, essa expansão de capacidade deve beneficiar a todos, levando eficiência e menores custos da ferrovia a toda a economia.

Como se sabe, a Ferrobán, concessionária que assumiu a antiga malha da estatal Fepasa – Ferrovia Paulista S. A. –, possui uma extensa malha ferroviária no Estado de São Paulo, ligando os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao porto de Santos,

sendo responsável por grande parte do escoamento da produção do Centro-Oeste para exportação e para o consumo na Região Sudeste.

Além desse importante corredor de exportação, a malha ferroviária paulista, que tem uma densidade, ou seja, quilômetros lineares de trilhos divididos por quilômetros quadrados territorial, maior do que a dos Estados Unidos, vem sendo subutilizada, já que a sua participação no transporte estadual não deve chegar a 5% das mercadorias movimentadas no Estado que é a locomotiva do Brasil.

A Novoeste, antiga Noroeste do Brasil, construída no início do século passado, liga o Mato Grosso do Sul, desde as suas fronteiras com a Bolívia em Corumbá e com o Paraguai em Ponta Porã, até a Ferrobán, inicialmente em Bauru e que hoje chega até Mairinque, estas duas cidades no Estado de São Paulo, e daí acessa o porto de Santos. Os trilhos da antiga Noroeste foram responsáveis por proporcionar uma vantagem competitiva ao então sul do antigo Estado do Mato Grosso, possibilitando a cisão deste e a criação do Estado do Mato Grosso do Sul. Mesmo a interiorização da produção de soja no Centro-Oeste, que transformou este produto e seus derivados no principal produto da pauta de exportações brasileira, começou no sul do Mato Grosso do Sul, graças à combinação da fertilidade de suas terras com a facilidade de escoamento proporcionado pelas linhas férreas nas regiões de Sidrolândia, Maracajú e Ponta Porã.

A Ferronorte, projeto idealizado por Olacyr de Moraes, que liga o nordeste do Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso de novo às linhas da Ferrobán e assim a Santos, deve ter sido fruto da feliz experiência deste grande empresário como produtor de soja em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Olacyr deve ter imaginado que o custo estruturalmente reduzido do transporte ferroviário seria, como acabou se confirmando com a implantação da Ferronorte, a redenção de Mato Grosso, já que o Estado é hoje o maior produtor de soja do Brasil.

Essas três concessionárias públicas juntas atingem mais de 50% do PIB brasileiro, por isso a importância estratégica dessa alienação. Um passo mal dado agora pode significar a estagnação ou o retrocesso econômico e social de toda uma grande região por anos ou décadas.

Tenho a honra de ouvir o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Delcídio Amaral, quero parabenizá-lo pela coragem de trazer tema tão importante, mas também tão delicado – V. Ex^a sabe ao que me refiro – a esta tribuna. O Senado da República tem a obrigação de participar desse

debate. Somos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da qual tenho a honra de momentaneamente presidir, e quero propor a V. Ex^a que levemos essa questão para uma discussão mais detalhada na Comissão. Há conflitos de empresas pela sobreposição de uso de malhas, principalmente no Porto de Santos, há uma negociação sendo feita, envolvendo uma empresa que está sendo contestada por outras, exatamente nessa região a que V. Ex^a se refere. Concordo quando V. Ex^a elogia a coragem e a bravura do construtor Olacyr de Moraes de ter feito a primeira parceria público-privada. No entanto, só entrou o privado, o público não, o que levou o empreendedor a passar por momentos difíceis. V. Ex^a está de parabéns! E desafio V. Ex^a a levar essa questão à discussão, de maneira bem objetiva e detalhada, na nossa Comissão. Se fizermos isso, meu caro Senador Delcídio Amaral, estaremos prestando um grande serviço ao País. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que bem conduz os trabalhos. Entendo que esse tema deve merecer um debate amplo e fundamental naquela Comissão do Senado.

Senador Heráclito Fortes, as mazelas que especialmente a Novoeste tem enfrentado são uma vergonha para os sul-mato-grossenses e para o Brasil. Essa ferrovia está praticamente sucateada. Ela vive de remendos e não possui operadores ferroviários que deveriam ser responsáveis por essa operação. Hoje ela é basicamente operada por fundos de pensão e, portanto, absolutamente na contramão do que se espera de uma ferrovia com essa importância, como V. Ex^a acabou de registrar.

Não tenho dúvida alguma e farei um requerimento, Senador Heráclito Fortes, exatamente com o intuito de abrirmos o debate sobre essas alienações, sobre os direitos de passagem, que estão envolvidos com a alienação de que trato neste momento, porque isso será fundamental para o Centro-Oeste, para o Sudeste e para o Brasil.

Foi isso que a privatização malfeita da Novoeste, em 1996, causou às regiões produtoras do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Aquela ferrovia que transportava mais de sete milhões de toneladas na década de 1990, transportou, no ano passado, apenas 3,5 milhões de toneladas. Muito pouco para um Estado que, só de soja, produz mais de quatro milhões de toneladas. Quem pagou esse prejuízo? Foram os sul-mato-grossenses, seja no encarecimento de sua produção, seja na oneração dos produtos que recebem dos Estados vizinhos e de outros países por portos desses Estados vizinhos.

Agora, com a nova alienação que deverá ocorrer no próximo dia 22 de março, Senador Heráclito, devemos ficar atentos para que o modelo adotado nessa venda, assim como seus possíveis adquirentes – V. Ex^a citou muito bem, temos de acompanhar os principais interessados, para, daqui a pouco, não se criar monopólio de algumas empresas, principalmente nessa malha rodoviária –, estejam em sintonia com a importância estratégica da atividade dessas empresas, atendendo a todo esse sem-número de Estados e promovendo a integração com o porto. Ferrovia tem de terminar em porto.

É preciso encontrar um modelo de negócio e um conjunto de adquirentes que privilegiem a independência e a pluralidade necessárias para que a atividade ferroviária leve às regiões que cruzam o desenvolvimento que tanto almejamos.

O modelo que aí está não atende aos interesses do Mato Grosso do Sul – basta ver o desastre que é a Novoeste – nem, portanto, aos do Brasil. Vender a Novoeste desassociada da Ferrobán e da Ferronorte é impróprio, já que a Novoeste termina em Mairinque, e Mairinque não é destino, Mairinque é passagem. Os dois pares de trens sugeridos no contrato de direito de passagem entre a Novoeste e a Ferrobán, que permitiria aos trens da Novoeste trafegarem entre Mairinque e Santos pelas linhas mistas da Ferrobán, estagnarão a capacidade de transporte da Novoeste a esses 3,5 milhões que foram transportados no ano passado. Portanto, muito aquém das necessidades do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Queremos e precisamos de uma oferta de transporte ferroviário no meu Estado de mais de 20 milhões de toneladas por ano. Essa demanda, Senador Heráclito, já existe, mas, por causa desse imbróglio ferroviário, não conseguimos fazer com que essa ferrovia seja efetivamente a infra-estrutura mais importante para a nossa região e para o Brasil.

Outro assunto que preocupa os produtores do meu Estado e que precisa ser examinado com toda cautela é o perfil dos possíveis adquirentes que pretendem assumir o controle da companhia.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Delcídio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com muita honra, Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Antes que V. Ex^a entre em outro assunto, Senador Delcídio Amaral, retorno a um dos primeiros pontos do discurso de V. Ex^a que se referia à possível crise de energia e lembro do que ocorreu recentemente – e, aí, quero ter a sua parceria em relação ao Nordeste. Isso porque, desse primeiro leilão de energia nova, apenas oito e meio foram comprados para o Nordeste, energia

emergencial, pequenas unidades de, em média, sete megawatts/hora de produção. Conseqüentemente, é uma baixíssima qualidade de energia, para não dizer ordinária até. E mais: essa energia foi contratada três anos antes da crise – que eu achava que seria em 2009, mas o Governo acredita que será em 2008 – e por 15 anos. Além de a quantidade de energia comprada ter sido muito pequena, não temos gás no Nordeste. Todos as vezes que falo de energia e do Nordeste tenho de citar o Gasene. Essa área da Petrobras, que acho que cuida da parte de gás, área que V. Ex^a tão bem conhece, não acrescentou um metro de gasoduto nesses três anos. Da mesma forma, na área de energia hidrelétrica, só recentemente, nesse primeiro leilão de energia, é que foi acrescentada alguma coisa de concessão nova. Levamos três anos sem nenhuma concessão nova. A mesma coisa ocorre na área de gás. Dessa forma, eu queria ter V. Ex^a como parceiro do Nordeste, auxiliando-o a buscar uma solução – a energia. A crise de energia, que eu achava que seria em 2009, o Governo anuncia, comprando energia emergencial, que é para 2008. Então, saúdo o discurso de V. Ex^a, que bem conhece esse assunto e que precisa ajudar o Nordeste, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Senador Rodolpho Tourinho, é importante seu registro, porque, aqui, estamos falando de ferrovia e, fundamentalmente, de infra-estrutura. Um dos maiores problemas que, hoje, enfrentamos é de regulação. E, sem regulação, há falta de investimentos. Por quanto tempo discutimos aqui as parcerias público-privadas? Não conseguimos tirar do papel nenhum projeto de parceria público-privada.

No setor de energia, no setor de gás natural, o quanto já poderia ser investido no Nordeste, com o Gasene garantindo o suprimento de energia para o mercado nordestino, não apenas para as residências, para o comércio, mas especialmente para as indústrias?

Quanto às soluções adotadas no último leilão, programas emergenciais utilizando usinas termelétricas a óleo *diesel*, meu caro Senador Mão Santa, eu só tinha visto isso anos atrás na Amazônia, até porque, em função das restrições que a Amazônia à época enfrentava, essa era a única solução. Mas continua parado o Gasene, continua parado o gás para Manaus, do Coari, continua parado Uruçu-Porto Velho.

Então, o tema “infra-estrutura” é de absoluta e de fundamental importância que venhamos a discutir, como a Lei do Gás, Senador Rodolpho Tourinho, que estamos discutindo, e fomos surpreendidos com um enxame de projetos encaminhados ao Congresso Nacional.

Porém, o bom senso vai prevalecer. E não tenho dúvida alguma de que serei grande parceiro de V. Ex^a nessa discussão, como em outras discussões associadas à infra-estrutura do Brasil, que precisa urgentemente de socorro, de planejamento e de regras adequadas.

Senador Pedro Simon, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O pronunciamento de V. Ex^a é brilhante, competente e sério. Eu apenas destacaria o seguinte: que bom se esse pronunciamento marcasse o início do Governo Lula e se ele tivesse ainda quatro anos para realizar isso! Mas V. Ex^a faz seu pronunciamento quando o Governo Lula já acabou e quando Lula está-se candidatando a um novo Governo. Mas, nos anos anteriores, o resultado é esse que V. Ex^a, com muita firmeza e convicção, está apresentando.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Já concluo minha fala, Sr. Presidente.

Outro assunto que preocupa os produtores do meu Estado e que precisa ser examinado com toda cautela é o perfil dos possíveis adquirentes da Ferrobán, da Ferronorte e da Novoeste, que pretendem assumir o controle da companhia. A ferrovia tem de ser plural, atendendo a várias mercadorias, a vários clientes, a vários destinos e a várias origens. A ferrovia não pode ser um centro de custo, e a mídia tem noticiado que há candidatas a adquirir essas artérias cruciais do coração produtivo brasileiro que têm, em sua atividade principal, interesses que conflitam com essa pluralidade.

Meu caro Senador Mão Santa, concedo um aparte a V. Ex^a, com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, sei que V. Ex^a é um brilhante engenheiro. Sou médico e tive de estudar um bocado de Psicologia. Franklin Delano Roosevelt disse: “Todo homem que vejo é superior a mim em determinado assunto, e, nesse particular, procuro aprender”. Então, usando a minha psicologia, quando adentrei aqui, sem dúvida nenhuma, percebi que V. Ex^a – está nos meus primeiros pronunciamentos um aparte talvez ao primeiro discurso de V. Ex^a – é uma inteligência privilegiada. Muito jovem, foi um dos mais brilhantes Ministros de Minas e Energia no honrado Governo de Itamar Franco. E eu advertia, porque votei em Lula e acreditei no PT, que V. Ex^a deveria ter sido pinçado para promover esse desenvolvimento. Lula se achava igual a Juscelino, mas considero que é V. Ex^a que é um otimista. Juscelino disse: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar. O pessimista já nasce errado e continua errado”. Juscelino representou energia e transporte, e esse tem sido

o tema de V. Ex^a. Isso é muito preocupante. Ninguém melhor do que V. Ex^a para entender de energia do petróleo, de seus derivados, de gás natural. E o Governo se envereda, todos sabemos que com boa intenção, no *biodiesel*, na mamona, mas que isso não tem economicidade. Sou um médico, que é um mecânico de gente, e gente usa óleo como combustível. Quantos óleos alimentares nós temos para servir à máquina humana! Vá ao supermercado! Não conheço nenhum abaixo de R\$2,50. “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, disse Lavoisier, inteligente, como V. Ex^a. Para transformar isso na bioenergia da mamona, a economicidade não permite. E V. Ex^a tem chamado a atenção para o gás natural e para o transporte. V. Ex^a revive Juscelino: energia e transporte. E faço minhas as palavras de Pedro Simon: é pena que o Governo não tenha atentado para isso que, desde o início, detectamos e apresentamos! Mas, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a tem perspectivas invejáveis na política do seu Estado e do nosso País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Muito me honram as palavras de V. Ex^a.

E, agora, concluindo, meu caro Presidente Alvaro Dias, devo dizer que este pronunciamento volta à discussão sobre o Programa Ferroviário Brasileiro, à importância das ferrovias na busca da eficiência principalmente da nossa produção, tocando num ponto fundamental, que é o complexo Novoeste, Ferronorte e Ferroban, que cruza alguns dos Estados mais ricos do País. E precisamos, de uma vez por todas, ter regras claras, uma atuação competente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Essa questão das agências é absolutamente fundamental não só para transporte rodoviário, ferroviário, terrestre, como também para energia, petróleo e gás, enfim, para todos aqueles segmentos que precisam ter regras claras para atrair investimentos e para, com isso, gerar empregos para o Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, sou um empreendedor. Como disse o Senador Mão Santa, sou um engenheiro. Estou Senador, mas sou engenheiro, acima de tudo, e empreendedor. O Brasil precisa de gente empreendedora, de gente que faça com que o País caminhe, com que o País realize. Para que isso aconteça, é preciso que tenhamos praticidade nas ações, objetividade, menos discurso, mais ação, que é aquilo que a população, acima de tudo, espera de todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos últimos meses, tenho me dedicado às produtivas investigações levadas a cabo pela CPMI dos Correios. Mas a atividade parlamentar deve ser algo muito mais amplo do que acompanhar crises de nosso sistema político – por mais importantes que elas sejam. É por isso que hoje vou tratar de uma questão de extrema importância para o futuro do País, mesmo que o assunto não esteja todos os dias nas manchetes dos jornais. Refiro-me à alienação do controle ou de parte do controle das concessionárias ferroviárias Ferroban, Ferronorte e Novoeste, a mais importante operação no setor ferroviário desde a sua privatização, iniciada em 1996.

Parece um assunto técnico, quem sabe até complicado, mas que tem muito que ver com a vida dos brasileiros e com nosso futuro como nação. O que estará sendo alienado nesse mega negócio, que envolve valores na casa dos bilhões de reais, é a real capacidade de nosso País e de nossas lideranças estabelecer as estratégias mais adequadas para assegurar nosso progresso.

A falta de uma infra-estrutura de transportes adequada para o desenvolvimento do Brasil é um problema antigo, com raízes históricas, mas seu debate foi intensificado apenas nos últimos anos, quando passou a ser um gargalo para o crescimento e o risco de um “apagão logístico” passou a ser iminente.

Nossa matriz de transportes é fortemente dependente da rodovia, setor que concentrou a maior parte dos investimentos públicos, em detrimento de uma matriz mais concentrada em ferrovias, como ocorre em outros países. Hoje, menos de 10% das cargas brasileiras são transportadas por trem, excluindo o minério de ferro, que é carga cativa da ferrovia. O modal ferroviário é responsável por 35% do total transportado nos Estados Unidos, mais de 40% na Europa e próximo a 60% no Canadá.

A dependência da rodovia encarece nossos produtos, onera as exportações e diminui a competitividade do Brasil. O custo do transporte por caminhão é em média duas vezes maior do que o do trem, consumindo mais do que o dobro do combustível e com maiores necessidades de manutenção e pessoal. O impacto dessa realidade é sentido em toda a economia, mas é ainda maior em segmentos em que o transporte é uma parte substancial do custo, como o caso das *commodities* agrícolas. Isso explica o fato de ainda termos terras não exploradas para a agricultura em regiões cuja produtivi-

dade é altíssima, como o Centro-Oeste do Brasil, mas que carecem de alternativas para escoar a safra.

A solução do problema ao longo do tempo passa necessariamente pelo desenvolvimento dos sistemas ferroviários atuais, que ainda apresentam grande potencial de crescimento, e por investimentos adicionais em novas ferrovias que criem alternativas para o escoamento da produção. A segunda providência, no entanto, demanda enorme investimento por parte do Estado, mesmo que em parceria com o setor privado, e no melhor dos casos só teria impacto em alguns anos, devido ao período necessário para construção de novas ferrovias e para a viabilização dos novos projetos, o que inclui a desapropriação de terras e a obtenção de licenças ambientais.

Assim, para que o Brasil possa crescer nos próximos anos de maneira saudável e sem desequilíbrios externos, é fundamental gerarmos as condições necessárias para o aumento da capacidade das malhas ferroviárias já existentes. Mais do que isso, essa expansão de capacidade deve beneficiar a todos, levando eficiência e menores custos da ferrovia a toda a economia.

Como se sabe, a Ferrobán, concessionária que assumiu a antiga malha da estatal Fepasa – Ferrovias Paulista S.A., possui uma extensa malha ferroviária no Estado de São Paulo, ligando os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao Porto de Santos, sendo responsável por grande parte do escoamento da produção do Centro-Oeste para exportação e para o consumo na Região Sudeste.

Além desse importante corredor de exportação, a malha ferroviária paulista, que tem uma densidade, ou seja, quilômetros lineares de trilhos divididos por quilômetros quadrados territorial, maior do que a dos Estados Unidos, vem sendo subutilizada, já que a sua participação no transporte estadual não deve chegar a 5% das mercadorias movimentadas no estado que é a locomotiva do Brasil.

A Novoeste, antiga Noroeste do Brasil, construída no início do século passado, liga o Mato Grosso do Sul, desde as suas fronteiras com a Bolívia em Corumbá e com o Paraguai em Ponta Porã, até a Ferrobán, inicialmente em Bauru e que hoje chega até Mairinque, duas cidades no Estado de São Paulo, e daí acessa o Porto de Santos. Os trilhos da antiga Noroeste foram os responsáveis por proporcionar uma vantagem competitiva ao então sul do antigo Estado do Mato Grosso, possibilitando a cisão deste e a criação do Estado do Mato Grosso do Sul. Mesmo a interiorização da produção de soja no Centro-Oeste, que transformou esse produto e seus derivados no principal produto da pauta de exportações brasileira, começou no sul do Mato

Grosso do Sul, graças à combinação da fertilidade de suas terras com a facilidade de escoamento proporcionado pelas linhas férreas nas regiões de Sidrolândia, Maracajú e Ponta Porã.

A Ferronorte, projeto idealizado por Olacyr de Moraes, que liga o nordeste do Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso de novo às linhas da Ferrobán e assim a Santos, deve ter sido fruto da feliz experiência desse grande empresário como produtor de soja em Ponta Porã. Olacyr deve ter imaginado que o custo estruturalmente reduzido do transporte ferroviário seria, como acabou se confirmando com a implantação da Ferronorte, a redenção do Estado do Mato Grosso, já que este estado é hoje o maior produtor de soja do Brasil.

Essas três concessionárias públicas juntas atingem mais de 50% do PIB brasileiro: por isso a importância estratégica dessa alienação. Um passo mal dado agora pode significar a estagnação ou o retrocesso econômico e social de toda uma grande região por anos ou décadas.

Foi isso o que a privatização mal feita da Novoeste, em 1996, causou às regiões produtoras do meu estado, o Mato Grosso do Sul. Aquela ferrovia, que transportava mais de 7 milhões de toneladas na década de noventa, transportou no ano passado apenas 3,5 milhões de toneladas – muito pouco para um Estado que só de soja produz mais de 4 milhões de toneladas. Quem pagou este prejuízo? Foram os sulmato-grossenses, seja no encarecimento de sua produção, seja na oneração dos produtos que recebem dos estados vizinhos e de outros países pelos portos destes estados vizinhos.

Agora, com essa nova alienação que deverá ocorrer no próximo dia 22 de março, devemos ficar atentos para que o modelo adotado nessa venda, assim como seus possíveis adquirentes, estejam em sintonia com a importância estratégica da atividade dessas empresas.

É preciso encontrar um modelo de negócio e um conjunto de adquirentes que privilegiem a independência e a pluralidade necessárias para que a atividade ferroviária leve às regiões que cruzam o desenvolvimento que tanto almejamos.

O modelo que aí está não atende aos interesses do Mato Grosso do Sul, portanto, aos do Brasil. Vender a Novoeste desassociada da Ferrobán e da Ferronorte é impróprio, já que a Novoeste termina em Mairinque, e Mairinque não é destino, Mairinque é passagem. O dois pares de trens sugeridos no contrato de direito de passagem entre a Novoeste e Ferrobán, que permitiria aos trens da Novoeste trafegarem entre Mairinque e Santos pelas linhas mistas da Ferrobán, estagnarão a capacidade de transporte da Novoeste a estes 3,5

milhões que foram transportados no ano passado. E o Mato Grosso do Sul quer mais. Queremos e precisamos de uma oferta de transporte ferroviário no meu Estado de mais de 20 milhões de toneladas por ano.

Outro assunto que preocupa os produtores do meu Estado e que precisa ser examinado com toda cautela é o perfil dos possíveis adquirentes que pretendem assumir o controle da companhia. A ferrovia tem de ser plural: deve atender a várias mercadorias, vários clientes, vários destinos e várias origens. A ferrovia não pode ser um centro de custo, e a mídia tem noticiado que há candidatas a adquirir essas artérias cruciais do coração produtivo brasileiro que têm, em sua atividade principal, interesses que conflitam com esta pluralidade.

Sou um entusiasta do empreendedorismo, e todos sabem que minha vida profissional foi construída na iniciativa privada. Mas sou, acima de tudo, um sulmato-grossense apaixonado pelo meu Estado, e me recuso a permanecer inerte ante à possibilidade de retrocesso no desenvolvimento da minha terra, possibilidade essa que se concretizará se a alienação da Novoeste se der da maneira que vem sendo ventilada pela mídia.

O motor do meu Estado é a atividade primária – agricultura e pecuária – e essas atividades, principalmente a agricultura, precisam ter garantido o escoamento da produção até o mercado consumidor em condições que mantenham a competitividade dos produtos, duramente alcançadas pelos nossos produtores. Daí por que não posso aceitar que se restrinja ainda mais as possibilidades de escoamento da nossa produção.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna movido por um sentimento muito dolorido, porque estamos numa caminhada que busca a eleição presidencial.

No Brasil, infelizmente, uma eleição presidencial normalmente vem acompanhada de crise. Quando o Dutra ganhou, o Ministro da Guerra da ditadura, a UDN esperava que fosse o Brigadeiro, e houve a crise. Em 50, os militares esperavam o Brigadeiro, ganhou Getúlio, e houve a crise, com o suicídio de Getúlio. Juscelino

resolveu nomear Jango como Vice-Presidente – João Goulart tinha sido Ministro do Trabalho de Getúlio, e um manifesto de coronéis tinha obrigado Getúlio a demitilo –, houve a crise, e, por muito pouco, Juscelino não foi deposto. Por muita categoria, muita competência do Lott, a classe política conseguiu que Juscelino assumisse e cumprisse o seu mandato. Jânio Quadros, uma esperança – era 50% gênio, 50% louco –, permaneceu sete meses no poder e foi embora. Jango: houve uma luta para que ele assumisse, a legalidade do Brizola, e, depois, a sua derrubada. Cinco generais substituindo-se uns aos outros como ditadores!

Aquele foi o período áureo do MDB. Se analisarmos com profundidade, em todas essas crises, em toda a história do MDB, em toda a história do Brasil, partido político não tem participação. Triste o destino dos partidos políticos brasileiros! O próprio Partido Comunista Brasileiro fez a Intentona Comunista, que deu errado, e ficou naquilo. Um Partido que parecia heróico, que era o PT, deu nisso aí! O PSDB, um Partido composto de santos que saíram de vários partidos, deu no que deu. E, agora, estamos aqui, às vésperas de um pleito.

O MDB foi o grande responsável, na época da ditadura, pelo Brasil chegar à democracia. Houve alguns heróis, aqueles heróis que não ganham busto, como Ulysses dizia. Ulysses fez a campanha, andou pelo Brasil inteiro; ele tinha voto, ele tinha partido, ele tinha idéia, mas não tinha vitória na eleição. Um general já estava eleito, e ele foi o anticandidato. Com o General Euler, quatro anos depois, ocorreu a mesma coisa: ele foi o anticandidato.

Depois, o MDB conseguiu, ainda que derrotada a emenda das “Diretas Já”, ter candidato. Tancredo ganhou. Dizem que Deus é brasileiro, mas, às vezes, me pergunto: “Será?” Tancredo não podia ter morrido. Não que o Presidente Sarney não tenha sido um grande Presidente. Foi. Um homem que realizou, um homem sério, um homem competente. Ele fez o máximo que poderia ter feito, mas ele não era Tancredo. Ele era um ex-Presidente da Arena, colaborador do regime revolucionário. Fez o que podia fazer. Mas este Brasil seria diferente se o Tancredo tivesse assumido. Ele não seria substituído pelo Collor, como ocorreu. Não haveria margem para que aparecesse um Collor da vida se o Tancredo tivesse feito o seu governo.

Este Congresso está vivendo as horas mais amargas.

Meu nobre Senador Delcídio, tenho carinho e respeito por V. Ex^a, mas não se ofenda: estou com dó de V. Ex^a, porque – não sei como o seu nome vai entrar na biografia –, fazendo o trabalho fantástico que V. Ex^a fez, assim como o Relator da Comissão de V. Ex^a, está acontecendo o que está acontecendo.

Naquela época, tiramos o Collor e assumiu o Itamar. Eu tive muita honra de ser Líder do governo do Itamar. Tive de brigar muito com ele para não ser Ministro. E eu dizia que não aceitava ser Ministro porque eu vinha da queda do Getúlio. Houve aqueles que derrubaram Getúlio e que, depois, assumiram Ministérios. E eu, que havia participado do *impeachment*, liderando a CPI, não queria que dissessem que derrubei o Collor para assumir o Ministério. É uma questão de ética que muitos não entendem, é uma questão de princípio, mas não aceitei. Mas ajudei muito o governo do Itamar e creio que foi um grande governo.

O Dr. Ulysses e o Quércia não deixaram o PMDB apoiar o Itamar. O candidato era para ser do PMDB. O Quércia quis ser candidato, foi candidato. Perdemos a eleição, mas tivemos um candidato. Como antes, quatro anos atrás, não deveria ter sido o Dr. Ulysses, mas ele foi candidato. Perdemos a eleição, mas tivemos um candidato. Agora, que estamos vivendo uma plenitude democrática, agora que o PMDB é o grande Partido nacional, deveríamos ter um candidato. A história escreve, e os destinos aparecem, às vezes, da maneira mais estranha!

Não nego a V. Ex^{as}: quando o Lula ganhou a Presidência, pensei que houvesse mudado a história. Estava lá o Partido, o PT, e estava lá o homem que finalmente mudaria o País. “O destino bateu à nossa porta, e vamos seguir o nosso caminho”, confiei.

Quando sondado, quando o Lula e o José Dirceu jantaram na minha casa e não aceitei o Ministério, dias depois eu não dormia, porque todo mundo para quem eu falava isso dizia: “Mas, agora que vamos salvar o Brasil? Você passou 40 anos brigando e agora não entra no Governo?” Comecei a pensar: será que fiz tanta besteira? Embora tivesse dito ao Lula: “Nesta tribuna do Senado, Lula, posso te ajudar muito mais do que no Ministério. Para Ministro haverá gente de montão; no Senado, não haverá tanta gente. Eu posso te ajudar”.

Foi essa a minha disposição, mas deu no que deu. Se o Lula fizesse um Governo 50% do que imaginávamos, o PMDB não teria o que fazer. Talvez até já estivesse no PT, se visse que o PMDB era inviável; talvez estivesse defendendo uma outra posição, e não teríamos o que discutir. Mas deu no que deu, com todo o respeito. Não quero nem entrar na análise, mas o PT não foi aquilo que imaginávamos; o PT não cumpriu os compromissos assumidos.

Vimos agora o ilustre Senador do Mato Grosso do Sul fazer uma análise sobre a seriedade dos problemas de infra-estrutura da sua região. Eu dizia para S. Ex^a, com todo o respeito: “Que bom se esse discurso fosse no início do Governo Lula e se o Lula tivesse

quatro anos para fazer! Mas V. Ex^a está analisando os resultados dos quatro anos de Lula, que não fez, e está pedindo então que ele faça nos próximos quatro anos”. Essa é a realidade.

Então, chegou-se a esta situação: estamos vivendo um quadro dramático. Estamos caminhando para uma eleição, e vejamos o que está acontecendo: por exemplo, ontem, o PFL absolveu o candidato do PT, e o PT absolveu o do PFL. O meu querido Líder do PSDB e o Líder do PFL me garantiram que não haveria acordo em hipótese nenhuma. Mas foi estranho! Como parece que, daqui a dois dias, vai ser a mesma coisa; sempre se vai absolver um do PT e um do outro lado. Foi o que aconteceu.

No meio desse contexto, vamos para uma eleição com o PSDB e o PFL de um lado, e o PT do outro. Tudo bem, vamos! Mas o PMDB não entender sua posição, não entender que ele tem obrigação? Há coisas na vida que são obrigação. Há momentos em que se pode entrar e outros em que não se pode! O Senador Delcídio pode ser candidato a Governador de Mato Grosso, mas pode não ser. Eu, se fosse S. Ex^a, não seria. Com todo o respeito e carinho que tenho por S. Ex^a, entendo que esta é a vez do outro. Eu esperaria quatro anos. Mas o Senador pode concorrer, embora não tenha a obrigação de concorrer. Mas o PMDB tem obrigação, o PMDB não pode pura e simplesmente dizer: “Eu vou assistir!”, como está fazendo.

Com toda sinceridade, estou pensando, embora o Conselho de Ética ninguém leve a sério, em levar para lá o nome de alguns homens do PMDB, porque não é possível.

O PSDB está vivendo um papel difícil: dois grandes nomes, dois candidatos que, em vez de somarem, até agora estão se desgastando. Perdoe-me Senador, mas até agora estão se desgastando. No entanto, estão cumprindo o seu papel. Ninguém tem dúvida de que, seja um, outro ou um terceiro, o PSDB vai ter o seu candidato. E não poderia ser diferente. Como o PSDB vai deixar de ter um candidato? Como ele vai deixar de ter um candidato?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, trinta segundos?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu concordo, é um desgaste enorme, que a mim me tem causado uma irritação grande, e V. Ex^a tem razão na argumentação que desenvolve. A nossa vontade de cumprir o compromisso de candidatura própria é tão grande que os dois se engalfinham e estão se desgastando, mas a definição é que vamos para a luta com cara própria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade. Corretíssimo, corretíssimo! É uma coisa que apareceu, mas ninguém está pensando que o PSDB não tem candidato. Ficou limitado a dois, mas teria mais do que isso. Teria V. Ex^a, Senador, e o Senador Tasso Jereissati, que, na minha opinião, é uma figura espetacular e que ainda vai ser Presidente da República. Então, o PSDB tem candidato.

Agora, o PT está em uma situação muito difícil, mas está se recompondo, a gente tem que tirar o chapéu. O Lula levou um tiro em cada asa e está se mantendo, está lutando e está dando força. Eu fico impressionado com a sua capacidade. Se fosse eu, já estaria abatido. Se visse o jornal e as coisas que aconteceram, eu já estaria no chão, com depressão, não seria mais candidato. O Lula tem garra e é o único cara que o PT tem.

Mas e o MDB? O Dr. José Sarney está fazendo o que está fazendo para manter uns carguinhos no Governo, o de Ministro de Minas e Energia, de Presidente da Eletrobrás e não sei o quê. O Sr. Renan, para ter uns carguinhos no Governo, está na briga, e a briga agora é porque o PMDB quer o Ministro dos Transportes. Se o Renan conseguir que o PMDB não tenha candidato, o Ministro dos Transportes será do PMDB. Isso é triste, isso é triste.

Então, há o Dr. Sarney, o Dr. Renan, o Dr. Suassuna e mais alguns para alguns cargos que o PT está dando. E querem manter esses cargos. O que aparece é dramático: essas pessoas, esses homens pensam e preferem ficar no PT com esses cargos a ter um Presidente do PMDB, porque acreditam que, sendo o Presidente do PT, os três mandarão.

O PT cometeu um erro gravíssimo, meu querido Líder. O PT deveria ter negociado com o PMDB. O PT não precisava comprar Deputado e Senador, nem dar emenda. Poderia até ter um diálogo aberto e franco com o conjunto do PMDB, fazer uma composição, uma aliança, um entendimento, mas fez isso com o Sarney e com o Renan, deixando o PMDB de fora. Essas pessoas que fizeram parte do entendimento estão com altíssimos cargos e querem mantê-los.

Acho que o PT está na dela. O Lula e o PT estão na deles. Se o PMDB não tiver um candidato e os apoiar, é quase certo que terminem sendo eleitos no primeiro turno. No entanto, o PMDB não está na deles. O PMDB tem obrigação de ter candidato. O PMDB fez uma convenção e aprovou uma prévia. Viajei com o Rigotto pelo Brasil, percorri todos os Estados do Brasil e percebi uma unanimidade. Fomos lá no Maranhão do Dr. Sarney, onde há unanimidade. Todo o PMDB do Maranhão quer uma candidatura própria. Estivemos no Ala-

goas do Senador Renan Calheiros e todo o PMDB de Alagoas quer uma candidatura própria. O que estamos vendo?

No domingo que vem, vamos ter as prévias do PMDB. A rigor, no domingo que vem começa a campanha, porque, nesta semana, entre hoje e segunda-feira, a notícia é de que o PSDB escolhe o candidato. No domingo que vem, o PMDB escolhe o candidato na prévia. O do PT já é o Lula; o PSOL já está com a candidata preparada para começar. Terminada a prévia do PMDB, estarão os quatro candidatos na rua. Mas o que acontece? O Dr. Sarney, o Dr. Renan e o Dr. Suassuna querem suspender a prévia. Quer dizer, querem marcar uma reunião da Executiva para segunda ou terça-feira para suspender a prévia de domingo. E falam em ética? Mas que comportamento é esse, meu Deus do céu?

Apelo, pela TV Senado e pela Rádio Senado, a você, meu irmão, que está assistindo, que é Vereador no interior do Brasil, membro do Diretório Municipal, Prefeito, Deputado Estadual ou Federal, que telefone, telegrafe, mande uma mensagem ao Presidente do PMDB, Michel Temer, ao Sr. Renan Calheiros ou ao Sr. José Sarney, dizendo: “A prévia é para valer. Nós exigimos prévia para escolher o nosso candidato!” Deve haver uma movimentação de todos, porque não podemos aceitar isso.

No outro domingo, em todas as Capitais do Brasil, haverá uma urna. Os senhores deverão sair dos seus Municípios e ir à Capital do seu Estado para votar em Garotinho ou em Rigotto – naquele que quiserem. Mas para votar. Os senhores devem fazer isso, devem cobrar isso. Não devem aceitar golpes de última hora. Isso equivale a um golpe de Estado. Antigamente, os militares iam para as ruas, derrubavam e não deixavam realizar eleição. Pois agora são os nossos. Em uma eleição democrática e aberta, meia dúzia, pensando nos seus interesses, nos cargos e nas vantagens que tem, está vendendo a legenda do Partido.

Eu vou entrar no Conselho de Ética. Eu vou entrar no Conselho de Ética.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa gente não pode fazer o que está fazendo. Eu vou para a reunião da Executiva. Não sei o que vai acontecer comigo, mas farei o meu protesto. Se for preciso fazer como alguns, que rasgaram a urna, eu a rasgarei, para não deixar que se realize uma reunião da Executiva na última hora, a fim de suspender uma prévia que já está marcada e a respeito da qual todo o Brasil está na expectativa.

Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, é bom recordarmos a História. Antes de assumir meu mandato no Senado, eu compareci a uma reunião. O Líder era o hoje Presidente Renan. Ele queria eleger-se Presidente do Senado. Pedi a palavra – foi 15 dias antes de tomar posse – e disse que queria dar um ensinamento do Piauí, de Petrônio Portella: “Há prazo, não há pressa. Para quê essa decisão agora?” V. Ex^a também postulava e tem o meu voto. Esse é um direito que me assiste. V. Ex^a é o meu líder no PMDB. É subjetivo, mas é. Não tenho quem me tire o direito de segui-lo, de acompanhá-lo. Quero assinar qualquer requerimento de V. Ex^a. Ele recuou diante da inspiração de Petrônio Portella. Quinze dias e nós dois fomos para o que chamo de “Iraque”. Era lá na Paraíba, onde estavam o Sr. Quércia e o Sr. Sarney. Estava feio, com esse mesmo clima. Era o “general” Sarney contra o “coronel” Renan. E nós fomos. V. Ex^a, com o espírito de São Francisco – “onde há discórdia, que eu leve a união” –, recuou do pleito justo de ser Líder. Sarney, Presidente, e Renan, o Líder. Hoje, estamos aí. Esse PMDB cresceu pelo recuo de V. Ex^a. Foi essa união que se concedeu e foi com essa mesma união que fomos para uma convenção em que houve a decisão pela prévia. O mundo é plano. Com a globalização atual, a democracia é do mundo. Essa ausculta da base faz parte da cultura democrática do mundo e chegou ao Piauí. Quero dizer a V. Ex^a que nós estamos aqui. Outro líder está ali. Está ali Rui Barbosa. Ô, Presidente Sarney, ô Renan, por que ele está ali? Ele recebeu propostas desses carguinhos. Queriam os militares da Primeira República se sucederem. Aí, ele disse: “Estou fora!” Ofereceram um Ministério: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”. Esse é o nosso compromisso. E digo que quero ser o cireneu de V. Ex^a nessa batalha pelo PMDB. E hoje considero a unidade de comando e a direção do nosso partido ao Presidente Michel Temer, a quem devo obediência, bem como ao encantado no fundo do mar: “Ouça a voz rouca das ruas”. O PMDB está ouvindo o povo que está nas ruas. São seus militantes, seus vereadores, seus delegados, seus suplentes de delegados, seus presidentes de diretórios, seus Prefeitos, seus Vice-Prefeitos, seus Deputados Estaduais e Federais e seus Senadores. Então, é essa a nossa luta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O PMDB é, hoje, o partido que tem o maior número de Senadores, Deputados Federais, Deputados

Estaduais, Governadores, Prefeitos e Vereadores e o maior número de filiados. A última pesquisa de opinião pública sobre o partido com que o povo tem mais identidade demonstrou que o PT perdeu 50%, e o PMDB aumentou 50% e se transformou no partido, longe, que tem mais simpatia da opinião pública brasileira.

Ter candidato é natural. Ir para o debate e apresentar idéias é natural. Acho que, no choque das dificuldades entre o discurso do PT e o discurso do PSDB, o Rigotto, por exemplo, tem chance, muita chance, porque ele tem a palavra, a biografia e o momento exato de apresentar o seu programa. Na pior das hipóteses, se não ganharmos, não há nenhuma dúvida de que o PMDB, no segundo turno, definirá quem ganha, porque ganhará quem o partido apoiar. E poderá fazer um acordo de alto nível com quem ganhar e for para o segundo turno, não um acordo com Renan Calheiros, José Sarney, Ney Suassuna, mas um acordo do PMDB com o partido vencedor. Mas, se for para o segundo turno com o Lula, o PMDB ganha, porque o PSDB não tem outro caminho senão votar em nós. Se for PMDB com PSDB, não tem outro caminho ao Lula senão votar em nós.

É triste ver o Brasil inteiro entusiasmado, empolgado, achando que é o momento, que é a hora de um candidato do PMDB, e aparece uma manchete do Dr. José Sarney, dizendo: “Não; o PMDB não pode ter candidato. Não tem ninguém em condições de ser candidato”. E aparece o Dr. Renan dizendo: “Não; o PMDB não tem candidato. O PMDB não tem condições de ter candidato”. E aparece o Sr. Suassuna: “Não; o PMDB não tem candidato. Não tem condições para ter candidato. É cedo para ter candidato”. Então, a tese agora do Dr. Renan Calheiros é a de que é cedo para ter candidato, porque é muito cedo ainda para fazer a prévia. Ele não é contra a prévia; só acha que a prévia não deve ser feita agora, mas em maio, em junho, agosto.

O Senador Renan, quando jovem, pegou o Governador do PMDB, Dr. Collor, e, na China, ele e mais quatro lançaram-no candidato a Presidente da República. E o Collor saiu do PMDB, fundou o PRN e se lançou candidato, contra Ulysses, contra Brizola, contra Lula, contra Aureliano, contra Covas. Até junho, julho, ele tinha 2% das intenções de voto, e ganhou a eleição. E o Renan foi o Líder do Governo dele. Engraçado que o Renan, naquela época, em janeiro, estava tão apaixonado por lançar um candidato que saiu do PMDB. Ele esteve lá no meu Estado – eu era Governador do Rio Grande do Sul –, procurando-me, inclusive convidando-me para ser seu vice, até dizendo: “O senhor já foi Ministro, Senador e é Governador. V. Ex^a pode ir

para a Presidência e eu para vice”. Olhei e ri, achando que era uma piada. A piada era eu, porque eu estava diante de um candidato a Presidente da República e não imaginava isso. Ali, o Renan achou bacana. E, agora, o Dr. Renan acha que não, que devemos deixar a prévia lá para maio, para junho, para agosto. Ora, não fica bem! Não fica bem! E as pessoas estão dizendo que o PMDB está de olho arregalado porque quer o Ministério dos Transportes. Quer porque quer esse Ministério. Então, na véspera de uma eleição, vai assumir o Ministério dos Transportes e deixar de ter candidato à Presidência da República. Isso não é sério! isso não é sério!

Na verdade, temos de ver o seguinte: o PMDB tem uma unidade, sua Bancada, seus Prefeitos, seus Vereadores, a sua sociedade, os seus líderes e as suas bases. Quero ver o Dr. Sarney, o Dr. Renan e o Dr. Suassuna vir aqui e apresentar às nossas bases proposta contra a candidatura própria, contra o PMDB ter um candidato.

Faço um apelo, primeiro, a esses homens para que não façam uma convocação da Executiva. Segundo, que não a levem a votar pela suspensão das prévias. Imagine V. Ex^a se terça ou quarta-feira – e as prévias são domingo – reúne-se a Executiva e diz: “não haverá mais prévias”. Isso é acabar com o Partido; isso é desmontar o Partido; isso é desmoralizar o Partido. Isso é aquela demonstração realmente de que o Dr. Renan, que já passou por vários partidos – S. Ex^a pertenceu a vários partidos antes, e dizem alguns que haverá vários depois –, e o Dr. Sarney, que sempre foi do PMDB, mas nunca foi um apaixonado pelo partido, na verdade, são pessoas que não têm o estímulo, a paixão, a vida pelo Partido.

Olho para o PFL e vejo os companheiros daquele partido numa luta dramática. O PFL, há quatro anos, lutava para fazer de Roseana Sarney candidata a Presidente – ela estava na cabeça das pesquisas. Aí, o Governo do PSDB fez aquela injustiça: foram lá e fizeram um espalhafato com o dinheiro em cima da mesa, e ela não pôde ser candidata. O PFL agora, inclusive, tentou lançar a candidatura do Prefeito do Rio de Janeiro, tentou fazer dele um candidato, tentou encontrar um nome para ser candidato. Não podendo fazê-lo, vai para o PSDB, de mãos amarradas, porque não tem outra saída.

Agora, o PMDB? O que é isso?

No início do Governo, tinha de dar condições de governabilidade. Fui o primeiro que falou: tem de dar governabilidade. O PT não tinha maioria no Congresso e, se o PMDB fosse para a Oposição no início deste Governo, por amor de Deus, tudo isso que está acontecendo aconteceria duas vezes mais e dificilmente o

PT sairia do *impeachment*, que seria votado aqui. Lembro-me de que fui um dos que, na hora em que alguns quiseram – e o PFL na frente – reunir uma comissão de juristas para estudar o *impeachment* do Presidente Lula, foram contra e disse: “Vocês estão enganados. O *impeachment* não se pede numa comissão de juristas. O *impeachment* discute-se na Comissão de Ética, na CPI, com o povo, com a sociedade. A sociedade empurra o Congresso Nacional para pedir o *impeachment*, e não uma comissão de juristas”. Quanto à governabilidade, tudo bem; mas, agora, ninguém está querendo a governabilidade, ninguém está buscando a governabilidade do Lula.

Vou dizer uma coisa: para o Lula é muito melhor concorrer a Presidente com o PSDB tendo o seu candidato, a Heloísa Helena sendo candidata e o PMDB tendo o seu candidato. Assim, é certo que haverá segundo turno, no qual o PMDB pode ter um papel muito importante. No entanto, se o PMDB resolver se suicidar, desaparecer do mapa, ser um partido de terceira linha, para que o Presidente Sarney possa fazer um acordo no sentido de que o PSDB apóie a Roseana lá no Maranhão, para que o Presidente Sarney, candidato ao Senado, possa apoiar alguém de um outro partido lá no Amapá, para que o Renan, candidato ao Senado ou a Governador, possa fazer um acordo com outro partido ou seja lá o que for, em troca disso, nós não teremos candidato a Presidente.

Qual é o partido que tem candidatos mais quentes a governador do que o PMDB? No Rio Grande do Sul, o candidato mais forte é do PMDB; em Santa Catarina, o candidato mais forte é do PMDB; no Paraná, o candidato mais forte é do PMDB; em São Paulo, eu acho que é o PSDB ou o PT, mas o Quéricia está lá disputando; no Rio, o candidato mais forte é do PMDB; em Minas Gerais, se o Governador for candidato, ele é o mais forte; mas, como ele está falando em não ser, de repente, pode aparecer o Itamar com uma candidatura forte. Na maioria dos Estados, o candidato mais forte é do PMDB. Se o PMDB tem mais palanque nos Estados, por que, de repente... No Piauí, o candidato mais forte é V. Ex^a. No entanto, vou ao Piauí e vejo que, de um lado, o Partido todo quer o Mão Santa como candidato a governador e, de outro lado, o Alberto Silva, presidente, e outros querem fazer um acordo para o Mão Santa não ser candidato a governador; eleito que ele está. É uma nomeação o Mão Santa! No entanto, a cúpula está imaginando não deixar ele ser candidato a governador. Mas onde nós estamos?!

Este é um momento sério, Sr. Presidente. Alguém pode dizer que o PMDB não tem liderança nacional, porque cada Estado tem um líder, por isso não pode se unir e apresentar um candidato. O PSDB, em cada

Estado, tem um líder. Olhe para o PSDB. Quem é que manda no PSDB do Paraná, Senador Alvaro? Qual é a força que o Tasso Jereissati tem no PSDB do Rio Grande do Sul? Cada Estado tem o seu líder. Agora, os líderes reúnem-se em torno do que é bom para o Partido em nível nacional.

Então, o fato de o PMDB ter líderes locais, ter líderes regionais – eu sou líder no Rio Grande do Sul, um governador é líder em Santa Catarina, outro é líder no Paraná e ainda outro é líder no Rio de Janeiro – não quer dizer que não podemos nos reunir, ter uma candidatura própria e nos reunirmos em torno desse candidato.

O que nos impede de ter um candidato não é o fato de termos lideranças regionais, porque os outros partidos também as têm. O que nos impede de ter candidato são três pessoas: o Senador Suassuna, o Senador Sarney e o Senador Renan, que estão fazendo um esquema diabólico para impedir o PMDB de se consolidar como Partido, para levar o PMDB para uma posição de segunda linha, para um escalão secundário. Nem é um fato de grandeza, de espírito público, não é nem um grande acordo, como se fez no passado. Por exemplo, Juscelino foi lá buscar o Jango. Pegou contra ele os militares, foi uma guerra quando ele fez o acordo com o PTB, porque o PSD tradicional, Nereu Ramos, os clássicos não queriam, de forma alguma, nem o Juscelino, o apoio do PTB, e muito menos ainda o João Goulart. Mas aí foi um acordo histórico. O Juscelino foi buscar, enfrentou os militares, enfrentou a burguesia porque com o Jango ele ganhava a eleição! E ganhou a eleição. Isso é uma coisa.

Mas não é isso que essa gente está pregando. Não é para ganhar a eleição que o Sr. Sarney, o Sr. Renan e o Sr. Suassuna estão fazendo isso tudo. Estão fazendo para manter os carguinhos que têm, para manter um acordinho, para que o PMDB não apareça com a sua letra, com a sua biografia, com a sua história, com a sua gente, com o seu poder, com a sua autoridade! Para que, daqui a algum tempo, o PT não cometa o mesmo erro estúpido. Em vez de fazer um acordo, um entendimento com o PMDB, direção para direção, comando para comando, foi fazer o acordo com dois ou três, dando um Ministério para um, outro Ministério para outro. E deu no que deu: mensalão para cá e, na hora da votação de um projeto importante, lá se vão as emendas. E passou a ser um troca-troca, compra e venda a atuação aqui. Isso, parece que alguns querem continuar.

Por isso, acho que nem para o Lula é bom isso. É muito melhor o Lula apresentar um candidato a Vice e ir para sua campanha, e o PSDB, para a dele, e o PMDB, para a dele, e a Heloísa Helena, para a dela,

e depois vamos ver o que acontece. No segundo turno, vamos discutir. No segundo turno, vamos ver. Eu acho que o PMDB vai para o segundo turno. Se for, boto minhas duas mãos no fogo como ele ganha. Se não for, o PMDB vai decidir quem ganhará a eleição, porque o PMDB, com a autoridade, com a força, com o prestígio, com a credibilidade, com o respeito, com a bancada enorme que terá de Deputados, de Senadores e de Governadores, será o fiel da balança do segundo turno. Se o PMDB não for, se fizer um acorozinho ali – e o Presidente Sarney já o fez e pegou os carguinhos dele, o Renan já o fez e pegou os carguinhos dele, o Suassuna já o fez e pegou os carguinhos dele –, se tornará um Partido de terceira linha, e estará iniciado o esvaziamento – talvez definitivo – do nosso Partido.

Pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, é bom vermos alguém aqui fazendo uma dissecação até do seu próprio Partido. Mas acho que precisamos colocar um outro ingrediente. A culpa de tudo isso não é apenas dos líderes do PMDB, não é do Palácio do Planalto nem dessa convivência entre os dois; a culpa é de todos nós. Nós deixamos, Senador Delcídio, que se fortalecesse, no Brasil, o pensamento único dominante. Deixamos que as pessoas pensem que não há sonho alternativo, que não há nem mesmo alternativa dentro até dos sonhos que estão aí. E assim os partidos ficam todos iguais. Não há diferença fundamental entre os partidos, nem entre eles nem também quando analisamos dentro deles e que tem de tudo dentro de cada partido. Perdemos a capacidade de oferecer alternativas que pareçam reais, concretas e ao mesmo tempo transformadoras. Alguns são transformadores, outros são responsáveis. Não estamos formulando uma proposta que unifique a transformação com a responsabilidade. Não estamos oferecendo um sonho alternativo, e, aí, todo o futuro, todas as análises, todos os acordos são em função de nomes, de números de ministérios, de interesses imediatos, sem sonhos a médio e longo prazo. Está na hora de fazermos essas críticas porque essas lideranças não estão à altura do momento que o Brasil vive, mas também de fazermos uma autocrítica. Sinto-me culpado, como Senador, de não estar conseguindo sensibilizar, de maneira alguma, aqueles que podem representar uma alternativa. A próxima eleição vai se dividir entre aqueles que vão votar no continuísmo, aqueles que vão votar na raiva – voto nulo, contestação – e alguns que vão votar em propostas. Quantos? Talvez pouquíssimos. Esse pensamento único é que faz com que as lideranças do PMDB não se sintam em condições, além de suas próprias não vou chamar de mediocri-

dades ideológicas, mas de suas próprias limitações. Essa falta de alternativas faz com que eles terminem caindo na mesmice do Governo Lula, na mesmice do PSDB, na mesmice do PMDB também. Mesmice por falta de clareza da não-mesmice.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nobre Senador, V. Ex^a sabe que não é fácil, tanto que V. Ex^a, um homem brilhante, terminou tendo de sair do Partido porque o Partido não correspondia ao que V. Ex^a esperava. Tenho outro estilo. Não saí do PTB, fui vereador e deputado pelo PTB. Extinto o PTB, mudei a placa no Rio Grande do Sul e botei PMDB, e fiquei no PMDB.

Nunca me esqueço que Mário Covas, eu Governador, e ele lá no Rio Grande do Sul, fez-me um apelo dramático para que eu fosse para o PSDB e eu lhe fiz um apelo dramático para que ele ficasse no PMDB. E eu dizia: “Mário Covas, o senhor é nosso grande homem. O senhor é o Presidente da República. Com Ulysses, sem Ulysses, querendo, não querendo, a Presidência da República é tua, vai ser tua”. E terminou naquilo: Mário Covas em quarto, Brizola em terceiro, Lula em segundo e Ulysses lá no fim. Como lutei para que o Dr. Ulysses retirasse sua candidatura e apoiasse Covas! E ele me disse, quando eu era Governador: “É, para ti é fácil – não é, Simon? – sair daqui e apoiar o Mário Covas. Por que é que não pede para apoiar o Brizola?” Respondi: “Dr. Ulysses, está enganado. Se o PMDB decidir apoiar o Brizola, eu bato palmas dez vezes. É que penso que, em São Paulo, tirar um paulista para apoiar um gaúcho, acho que vai ser difícil. Por isso é que estou dizendo: sai um paulista e fica outro paulista que era PMDB até ontem. Mas se o senhor achar que o problema é botar o Brizola, fico dez vezes mais satisfeito”. Mas deu no que deu. O PSDB – digamos – até que chegou ao poder, mas não como gostaríamos; chegou ao poder paulista demais – perdoem-me a sinceridade.

Chegou ao poder com os paulistas praticamente. Hoje, vemos que os paulistas estavam lá na época da ditadura militar; que os paulistas estavam lá na época do Fernando Henrique. E os paulistas, na época do Lula, estão lá. Só não estiveram lá no Governo Itamar Franco, em que o Ministro da Fazenda foi de Pernambuco, e o Ministro do Planejamento, de Minas Gerais. A **Folha** noticiou: “Dupla Caipira comanda o Brasil”. Mas ele não colocou.

Então, a luta foi difícil no PMDB. O Dr. Ulysses Guimarães é um grande nome, mas teve um início bem diferente. A Executiva do PMDB era composta por Ulysses Guimarães, por Nelson Carneiro, por Amaral Peixoto, por Tales Ramalho; era uma Executiva ultra-conservadora.

Modéstia à parte, em 1979, quando cheguei aqui como Senador, a Executiva mudou 100%. Ulysses Guimarães saiu desse grupo e veio para o grupo de cá, onde estávamos eu, Chico Pinto, Miguel Arraes, Teotônio Vilela, e o PMDB passou a ter a verdadeira bandeira e a exercer seu verdadeiro papel. E, durante todo o tempo em que estivemos na Executiva do PMDB, ele foi o grande Partido da vida deste País. Foi o PMDB que teve a coragem de se reunir em uma assembléia no Rio Grande do Sul, de lançar uma bandeira constituinte – Diretas Já, fim da tortura e anistia – e de dizer: “Não aceitamos guerrilha, não aceitamos voto em branco, não aceitamos extinção de partido!”. Lançamos nossa bandeira, fomos para a rua, o povo foi atrás, e ganhamos a eleição! Mas aí Tancredo morreu, e Dr. Ulysses ficou brigando com Sarney, e não tivemos a coragem nem de ir para Oposição, nem de ficar no Governo Sarney, e pagamos o preço.

Agora, estamos lutando, Senador. Há quatro anos, eu era candidato à Presidência da República e percorri o Brasil inteiro. Por onde eu andava, tinha o apoio de todo o mundo. Quando chegou a hora, suspenderam a prévia, não deixaram sair a prévia, terminaram com a prévia, e, na hora da convenção, não havia uma chapa partidária. A chapa era Serra e a Vice-Presidência do PMDB. E o candidato do Partido? Disseram: “Se essa não passar, colocamos o candidato do Partido”.

Então, vimos lutando, mas não é fácil. Há quatro anos, eu era candidato a Líder da Bancada. Eu me apresentei a Líder da Bancada. O Sarney seria Presidente, e o Pedro Simon, Líder da Bancada. E eu tinha a maioria da Bancada e tinha condições de ganhar. Aí, lá na Paraíba, o Dr. Sarney fez entendimento com o Renan, que era o outro candidato a Presidente, e fez um apelo para que eu abrisse mão da candidatura à Liderança: Sarney seria o Presidente, Renan seria Líder, e eu ficaria para daí a dois anos. Dois anos depois, quem entrou no lugar foi o Suassuna; nunca mais se falou no Pedro Simon.

Não é fácil, Senadora! V. Ex^a saiu do PT por causa disso, porque sabe que não é fácil. A luta contra os que mandam, contra os que comandam o País, não é fácil. Olha, temos uma grande coisa: eu era do MDB do Rio Grande do Sul, e o velho MDB do Rio Grande do Sul é o mesmo de sempre. Lá, estamos com a mesma idéia, com o mesmo ideal, com a mesma bandeira e com a mesma garra. Estamos ali preparados. Até se tiverem de vir a cavalo, os gaúchos do PMDB virão a Brasília no dia da prévia. Lá, estamos preparados, pois mantivemos a unidade, o entendimento e o respeito entre nós.

É muito difícil esse tipo de luta, quando se diz a um Senador que ele vai receber emenda. A emen-

da é que dará o mandato para ele, uma emenda de tantos milhões. “Fica conosco que vai ganhar a obra tal.” “Não, mas nós vamos nomear o Fulano de tal e o Beltrano de tal.” Isso que o PT está fazendo é muito triste, muito triste. Lamentavelmente, esse troca-troca é uma realidade, uma triste realidade.

Até acho muito estranho que, apesar de tudo isso, a oito dias da prévia... As bases do PMDB querem a prévia. À revelia do Presidente do PMDB, que também quer a prévia, a cúpula do Sr. Renan, do Sr. Sarney e do Sr. Suassuna quer manobrar no sentido de evitá-la. Querem fazer com que Ministro saia e vá para a Executiva, querem forjar uma reunião da Executiva a quatro dias da prévia, para anulá-la.

Estamos fazendo o máximo, meu querido Senador Cristovam Buarque. O Garotinho, de um lado, e o Rigotto, do outro, percorrem o Brasil inteiro, em uma campanha magnífica, de respeito e de recíproco conhecimento, em uma campanha de grandeza com relação ao Governo. Ninguém está pregando a luta armada, nem a guerra. Há respeito, e os dois dizem que, se ganhar o Garotinho, o Rigotto o apóia e que, se ganhar o Rigotto, o Garotinho o apóia. Qual é o problema?

É triste. Alguns pensam que, como têm força nos seus Estados... Alguns Estados são um pouco pequenos ou muito distantes, e a figura do Senador é tão importante, tão ilustre, tão brilhante, que isso passa despercebido, e o que ele fala lá é cumprido. Mas o tempo volta, e a história termina por ser esclarecida – cada detalhe e cada fato. Cada um terá de assumir a responsabilidade pelo que fizer aqui. Cada um terá de assumir a responsabilidade pelo que fizer aqui.

Eu, velho cabo de guerra, que ainda tenho boca para falar, mantenho a mesma linha ao longo de toda essa vida. Eu podia ser Ministro do Fernando Henrique e não o aceitei. Eu podia ser Líder do Fernando Henrique e não o aceitei, com respeito, porque disse, quando ele fez aliança com o PFL, que eu não ia me entender, que eu ia causar problema. Então, era melhor eu não aceitar, para não causar problema. Mas, hoje, tenho autoridade para dizer que estou na mesma linha. O velho MDB está sendo convocado.

Terminei de fazer uma cirurgia da coluna, e Deus foi bom demais comigo. Todo o mundo achava que as conseqüências seriam imprevisíveis; não sabiam se eu ia continuar caminhando. Parece que Deus me pegou ali, e estou aqui, caminhando e falando. Não quero nada e não busco absolutamente nada a esta altura da minha vida, apenas a obrigação que tenho com o meu País.

Joguei muito para que Fernando Henrique desse certo. Joguei muito para que Lula desse certo. Estamos vivendo a hora mais difícil da história brasileira, e quem fala é alguém que viveu todos esses momentos.

Eu era um guri, era Presidente da UNE quando fui à presença de Juscelino, Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, só gostaria de lembrá-lo que V. Ex^a está há 50 minutos na tribuna. Eu e o País reconhecemos que são os 50 minutos mais importantes da história deste Parlamento e da história mais verdadeira, que essa é uma contribuição para a democracia. Mas, pacientemente, aguardam alguns Senadores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Encerro já, Sr. Presidente.

Creio que a história escreveu que esta seria a vez de o PMDB dizer “presente”, e não podemos fugir à nossa responsabilidade. Não podemos fugir à nossa responsabilidade, que é a de apresentar uma candidatura, a de ter um programa e a de falar a verdade. Isso, por exemplo, é o que tem o Rigotto. Vá ver a vida do Rigotto!

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nessa campanha, também vai ser muito difícil. Prometer mais do que o Fernando Henrique prometeu, só o Lula. Agora, mais do que o Lula prometeu, ninguém: 15 milhões de empregos, todos os brasileiros com quatro refeições por dia... Ninguém pode prometer mais do que o Lula!

Então, o problema não é de quem promete, o problema é de credibilidade do candidato. Dá para confiar nessa gente? Será que ele não vai fazer como o Fernando Henrique, que foi eleito pela social-democracia e governou com o PFL? Será que ele não vai fazer como o Lula, que foi eleito pela esquerda e governou pela centro-direita? É importante que o candidato tenha credibilidade.

Isso o Rigotto tem, isso eu garanto que ele tem. Ele não é um homem de arroubos, não é um homem radical, mas é um homem que, ao longo de sua vida, vem seguindo um princípio. É isso o que nós estamos querendo, Sr. Presidente.

Ao falar aqui, lembro a história do PMDB e sei que comigo estariam falando Teotônio, Ulysses, Arraes, Covas, Tancredo, os homens que fizeram a história da democracia e da oposição brasileira. Eles não aceitariam a posição de três pessoas, que eu respeito, mas que não têm vínculos com o PMDB: nosso querido Renan foi do PCdoB, foi do Collor, hoje é do PMDB e não sei o que será amanhã; Dr. Sarney, que até hoje não disse o que é; e o Dr. Suassuna, que é um novato que está aí. Eles não podem enfrentar a história, a vida de um partido como o PMDB na hora trágica em que vive o Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após esse brilhante pronunciamento, sem dúvida um dos mais importantes da nossa história democrática, vamos dar prosseguimento à lista de oradores. Falarão em seguida os Senadores Arthur Virgílio, Heloísa Helena, Mozarildo Cavalcanti, Efraim Morais, Cristovam Buarque e Heráclito Fortes, Senador do PFL do Piauí.

Como inscrito, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, antes de mais nada, comunico à Casa que encaminho à Mesa requerimento de informações ao Ministério dos Transportes sobre possíveis irregularidades detectadas por auditoria do Tribunal de Contas da União em obras de conservação e restauração da BR-174 no Amazonas. Essa estrada é vital para o escoamento da produção do Pólo Industrial de Manaus, é vital para o turismo e para que produtos da região atinjam a Venezuela, demais países do Caribe e o Estado de Roraima.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, encaminho à Mesa curto pronunciamento sobre essa coisa bárbara que foi objeto de oportuna audiência realizada esta semana pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e que diz respeito ao Governo brasileiro, ao Ministério da Saúde, à Universidade da Flórida e a ribeirinhos do Amapá recebendo R\$20,00 para oferecerem seus braços aos insetos da malária – uma brutalidade mesmo, diz respeito aos direitos mais básicos e mais comezinhos da pessoa humana.

Por outro lado, Sr.^a Senadora Heloísa Helena, o Presidente Lula é um desinformado mesmo. Na Inglaterra, ele disse que o inglês Charles Miller não traria para o Brasil o futebol por quaisquer razões que, supostamente, ele poderia detectar. Eu queria dizer ao Presidente, de maneira curta, que Charles Miller não era inglês: era paulista, filho de mãe paulista e pai inglês. Esse é o retrato: fala o tempo todo sobre o que não entende.

E volto a deplorar esse outro gesto de desgoverno: a invasão e o ataque à Aracruz e à pesquisa da Empresa Monsanto no campo da genética, quando vândalos do MST e da tal Via Campesina chegaram e promoveram aquela brutalidade cruel.

Nesse *pot-pourri* de notícias, Sr. Presidente, volto a reafirmar que está na hora de o Governo pensar mesmo em definir o padrão para a TV digital que vai adotar.

Entendo que o japonês é o mais acertado para a minha região. Temos lá a Rede Amazônica de Televisão pronta para trabalhar a nova realidade, até porque ela já produz equipamentos e programas digitais. As outras exigências que coloco são que não se trabalhe TV a cabo, que seja aberta, para que se democratize a opinião e que se faça isso o quanto antes.

Tive a honra de ser Líder e Ministro de um Governo que fez um grande avanço na área de telecomunicações acontecer no País, com a expansão das redes de telefonia celular e fixa. Acredito que, nessa quadra, o dever deste Governo seria, de fato, implantar a TV digital. Estamos aguardando essa providência.

E mais: o IBGE divulgou, ontem, que a produção industrial recuou 1,3% em janeiro deste ano em relação ao último mês de 2005. Esse resultado não só frustra as expectativas do mercado, que apostava num crescimento mínimo em torno de 0,5%, mas também acende a luz vermelha sobre o que pode vir a acontecer daqui para frente. O número divulgado pelo IBGE criou uma situação desconcertante, pois ninguém esperava queda tão acentuada.

Para se ter uma idéia do peso desta queda, vamos dar uma olhada no corte por categorias de uso: na comparação com dezembro de 2005, os índices são negativos em bens de consumo duráveis (-5,7%), bens de capital (-3,6%) e bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (-1,8%), enquanto a produção de bens intermediários assinalou a única taxa positiva, de apenas 0,4%. Destes, destaco a forte queda da produção de bens de capital, o que indica uma perigosa diminuição dos investimentos.

Achava-se que aquela retração no terceiro trimestre de 2005, algo em torno de -1,2%, teria sido o pior momento que enfrentaríamos. Daquele momento para frente, acreditava-se que o País assumiria novamente uma rota consistente de crescimento.

No entanto, a notícia do IBGE de ontem foi uma ducha de água fria na cabeça da população. Volta a nos rondar a incerteza do que pode acontecer neste ano. Já há quem acredite que 2006 será um ano tão morno quanto foi 2005, apesar desse falso otimismo presidencial que se estriba muito mais em sua má-fé para com a sociedade e em sua brutal e gigantesca ignorância em matéria de ciência econômica.

Vale lembrar que começamos o ano de 2005 com uma previsão de crescimento do PIB em torno de 4% e o terminamos com o índice píffio de 2,3%. É muito pouco para quem pretende ocupar um lugar de destaque no cenário econômico internacional.

As expectativas de crescimento para 2006 dificilmente ultrapassarão os 3%, o que também é muito pouco. Espero que não aconteça novamente o que

vimos acontecer em 2005. Mal começamos 2006 e já tivemos a primeira decepção. Espero que esse governo tenha fôlego para dar as condições para que o Brasil volte a crescer num ritmo que não nos coloque, mais uma vez, na “lanterna” desse campeonato mundial do crescimento ou da falta de crescimento.

Quero também fazer referência, Sr. Presidente, à nota do Ministério da Fazenda sobre gastos públicos em 2005. Destaca-se lá o crescimento significativo, segundo eles, de 22,4% das despesas com custeio e capital não associadas a benefícios.

O Governo do Presidente Lula, na verdade, inchou a máquina pública. Aumentou de 27 para até 37 ministros, com o claro propósito de acomodar derrotados nas eleições de 2002. Depois estendeu o procedimento para os escalões inferiores da administração direta e indireta. A consequência disso são a inépcia administrativa e o caos da gestão pública que culminaram no mensalão que já derrubou tanta gente.

Mas vejamos o que diz a nota da Fazenda:

A evolução do gasto público federal tem merecido crescente atenção. Essa atenção é positiva, por tratar-se o gasto público federal de fração considerável do total de recursos movimentados pela economia.

As despesas de pessoal apresentaram crescimento real de aproximadamente 3% em 2005, mantendo-se, portanto, quase constantes como proporção do PIB. A disciplina nessa área tem sido um fator de manutenção do equilíbrio macroeconômico importante, até pelo volume dessas despesas, que alcançaram mais de R\$90 bilhões em 2005, ou seja, 4,7% do PIB.

Um outro agregado de porte quase igual ao das despesas de pessoal e aproximadamente metade do valor das transferências é o das despesas de custeio e capital não associadas a benefícios. Esse agregado também apresentou crescimento significativo em 2005, crescendo 22,4% em termos nominais.

Uma primeira observação a ser feita sobre o gasto público do Executivo Federal é que ele é, em sua maioria, constituído de transferências a indivíduos e a outros entes. Relativamente pouco desse gasto se caracteriza como consumo e investimentos do Governo Federal. A maior parte do consumo corresponde ao pagamento dos funcionários ativos.

Portanto, Sr. Presidente, é bom irmos acompanhando pouco a pouco e com olhar técnico essas balelas, essas bazófilas, essas inseqüências do Governo Federal.

Finalmente, Senadora Heloísa Helena, chamo a atenção da Casa, em breve pronunciamento, para uma

tentativa de lavagem cerebral que se faz neste Governo, a exemplo do que aconteceu na ditadura Vargas e do que aconteceu mais gravemente ainda na ditadura “Hitlerista”, que deu no que deu para o mundo.

Mas muito bem, no concurso realizado para Analista de Finanças da Controladoria-Geral da União, houve uma prova de Português, que vou pedir os Anais acolham o inteiro teor do pronunciamento, mas quero ser bastante breve. Além de ser uma prova com texto laudatório ao Governo – aqui assinalo um pequeno texto –, em que se fala que aumentou a escolaridade, é quase como se fosse uma propaganda do “Brasil para Todos”, aquela história do “Brasil de Todos”.

Diz aqui – isso na prova, Senadora:

(...) e há uma nova geração de programas sociais que está fazendo a sociedade brasileira enxergar que é preciso dar mais a quem tem menos. E entre os exemplos, estão o Programa Bolsa-Família e o Programa de Aposentadoria Rural. A cobertura desses dois programas alcança os bolsões de pobreza das zonas mais distantes dos grandes centros, reduzindo a miséria no País(...)

Diz ainda, no mesmo estilo nazifascista:

O combate à fome e à pobreza foi adotado pelo Governo Federal, a partir de 2003 – o que é mentira –, como política de governo. Dentro dessa política, por exemplo, foi criado o Programa Bolsa-Família que beneficia mais da metade das famílias pobres do Brasil. Um programa de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem hoje o maior orçamento já investido no Brasil para combater a fome e promover o desenvolvimento social – R\$17 bilhões.

E aí vai mais, com várias aberrações, de estilo laudatório, obrigando as pessoas que queiram passar no exame a pelo menos fingirem que acreditam naquilo. Lavagem cerebral, que visa a fazer aquele que é agredido por esse método a defender seu agressor. Esse é o objetivo da lavagem cerebral. É isso que se pratica tradicionalmente em ditaduras e em regimes que não respeitam as liberdades dos seres humanos, as liberdades dos cidadãos.

Portanto, Sr. Presidente, é essa a contribuição que tenho a dar à Casa neste dia, que foi de debate muito intenso, agradecendo a V. Ex^a pela companhia que me faz nas lutas de Oposição, pela coragem, pelo espírito público que demonstra a cada momento e a cada intervenção que pratica nesta Casa, agradecendo a V. Ex^a pela simples companhia, por poder dizer que sou seu colega de Senado Federal.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a técnica de persuasão denominada lavagem cerebral induz as pessoas à defesa de seus manipuladores, na suposição de que eles mostram a luz.

Ao longo da História, a lavagem cerebral foi aplicada por governos autoritários, como Hitler na Alemanha nazista. No Brasil, tivemos exemplos disso na ditadura Vargas, que obrigava os escolares a cantar hinos laudatórios para exaltar a figura do caudilho, denominado, no estribilho de Getúlio Vargas, nobre filho dos pampas do Sul.

Isso foi no passado. Pois agora, no Governo Lula algo parecido começa a ser posto em prática de forma deslavada e só falta agora um hino em louvor ao Presidente petista.

Faço esse intróito, Sr. Presidente, para, a seguir reafirmar, da tribuna do Senado, que o Brasil está sob a ameaça de implantação de um autoritarismo personificado na figura desse desastrado Governo e no Presidente Lula.

Se não bastasse a maciça propaganda dudeana em veiculação na tv, no rádio, nas revistas, nos jornais, nas solenidades públicas e nesses jornalecos editados pelo Planalto, agora garras assemelhadas ao Nazismo, usam textos de evidente propaganda disso que aí está até mesmo nas perguntas de concurso público.

Denuncio formalmente o texto das questões usadas na prova de Língua Portuguesa do concurso realizado para Analista de Finanças da Controladoria-Geral da União, nos últimos dias 4 e 5 deste mês.

A prova era de Português e pedia a correção do texto, mas as questões são autênticas odes nazistas, como esta:

O estudo da FGV atribui a queda da pobreza ao crescimento econômico do País e listou fatores como estabilidade da inflação, reajuste do salário mínimo, recuperação do mercado de trabalho, aumento da geração de empregos formais e, ainda, o aumento da presença do Estado na economia, com uma maior transferência de renda para a sociedade. O aumento da taxa de escolarização da população tem sido fundamental para a redução da desigualdade entre ricos e pobres. E há uma nova geração de programas sociais que está fazendo a sociedade brasileira enxergar que é preciso dar mais a quem tem menos, e entre os exemplos estão o Programa Bolsa-Família e o

Programa de Aposentadoria Rural. A cobertura desses dois programas alcança os bolsões de pobreza das zonas mais distantes dos grandes centros, reduzindo a miséria no País.

Mais uma, no mesmo estilo nazista:

O combate à fome e à pobreza foi adotado pelo Governo Federal, a partir de 2003, como política de Governo. Dentro dessa política, por exemplo, foi criado o Programa Bolsa-Família que beneficia mais da metade das famílias pobres do Brasil. O programa é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem hoje o maior orçamento já investido no Brasil para combater a fome e promover o desenvolvimento social: R\$ 17 bilhões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos as palavras do Senador Arthur Virgílio, que são muito importantes para nosso Partido, pois simbolizam, sobretudo, Senadora Heloísa Helena, a assertiva bíblica que diz: “A árvore boa dá bons frutos”. Arthur Virgílio teve seu pai, Senador, cassado, com coragem, defendendo as liberdades democráticas.

Concedemos a palavra à Senadora Heloísa Helena, oradora inscrita, do P-SOL do Estado de Alagoas.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Da minha querida Alagoas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei três brevíssimas considerações, até para garantir que os outros oradores possam fazer seus pronunciamentos.

Primeiro, eu gostaria de deixar registrado, até porque é natural e sei que nada de preconceito há quando alguns oradores, alguns Senadores tratam das questões relacionadas ao pouco conhecimento científico ou teórico do Presidente Lula, mas gosto sempre de deixar claro, deixar registrado, Senador Mão Santa, que nenhuma das críticas que faço ao Governo Lula está relacionada a um componente da ignorância, da falta de leitura, ou, como alguns às vezes falam, da predisposição ao uso de bebidas alcoólicas. Não tem nada disso. Até porque, se os erros gravíssimos do Presidente Lula estivessem relacionados ao pouco conhecimento, ao pouco acesso à educação, tenha certeza, Senador Heráclito Fortes, de que seriam poucas as minhas críticas, e as faria para não prevaricar ou para não estar no rol dos vendidos ou dos rendidos. Até em respeito a minha própria história de vida, a minha família, eu jamais faria uma crítica que estivesse relacionada ao pouco acesso à cultura, ao saber, à educação.

O problema do Presidente Lula não é esse, até porque, volto a repetir, ele é um homem brilhante. E se

acesso à educação e cultura não teve, não foi apenas pela sua trajetória de vida, mas porque não quis fazer. Mas não se trata disso. Ele é um homem brilhante e não é à toa que é o grande condutor de toda essa articulação que foi feita, de traição de classe, de traição às concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática, que ousaram questionar e confrontar o pensamento único. Portanto, o problema do Presidente da República nada tem a ver com a sua história de pobreza e as suas dificuldades de acesso à cultura. Não se trata absolutamente de nada disso.

Eu ia tratar hoje, tentar ousar, fazer um paralelo... De vez em quando gosto de fazer isso. Sabe o Senador Mão Santa o quanto eu gosto do Padre Antônio Vieira que, claro, tem textos e sermões que não necessariamente são muito interessantes ou atuais, mas há alguns que são belíssimos e atuais. Eu ia tentar fazer um paralelo sobre uma belíssima peça de retórica, que não sei se V. Ex^a conhece, que é a contenda, muito bonita, de um esplendor de retórica inimaginável, que foi travada entre o Padre Antônio Vieira e o Padre Jerônimo, que era justamente um que defendia as lágrimas de Heráclito – não o nosso Heráclito: a contenda **As Lágrimas de Heráclito e o Riso de Demócrito**. É uma das mais belas contendas de retórica de que certamente temos conhecimento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sem nenhum problema, assumo as lágrimas, Senadora He-loísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também, Senador. E é uma contenda muito bonita, em que se dizia que Demócrito ria da ignorância do mundo e que Heráclito chorava da miséria do mundo. Mas, como tanto a miséria como a ignorância são males da humanidade, talvez deversem todos chorar.

Quando vi o pronunciamento tão sofrido do Senador Pedro Simon – V. Ex^a também o fez –, parecia que eu estava vendo uma das mais belas passagens, de quando o Padre Antônio Vieira tratava do riso de Demócrito e das lágrimas de Heráclito, no trecho em que falava que a dor, quando é grande, leva às lágrimas, mas quando é muito, muito grande, resseca-as, impede-as, e impede o pranto. Talvez tenha sido este o caso no pronunciamento do Senador Pedro Simon.

Assim sendo, de tanto esplendor que teve seu pronunciamento, de tanta dor sentida, nem vou tratar do tema hoje, deixarei para fazê-lo outro dia, e vou tratar de outro problema, que é o da dívida dos pequenos e médios trabalhadores rurais, que é de conhecimento de todos nesta Casa. E só não sabe quem é do Congresso dos Canalias, do balcão de negócios sujos, do rol dos vendidos, rendidos, que deixam que ponham uma etiqueta em sua testa dizendo qual é seu preço;

são esses que não sabem, ou fingem que não sabem, que nunca estive aqui no Congresso Nacional para defender o interesse dos grandes produtores, do grande capital. Até respeito quem o faça: estou para combater esses setores; outros estão para defender. Mas está tudo bem. Relacionamo-nos democraticamente. Entretanto, está havendo realmente uma polêmica muito grande em relação ao projeto que foi aprovado aqui no Congresso Nacional. Acredito que todos os Senadores que aqui estão já tiveram a oportunidade de condenar a ofensiva do Governo, o veto do Governo, porque ele prioriza os grandes latifundiários, prioriza o latifúndio de exportação, prioriza os banqueiros. Não é à toa que o PT é o Partido mais financiado por banqueiros. Aliás, algo **sui generis**, porque sempre imaginei que banqueiro gostasse do PSDB e do PFL. Nunca imaginei que banqueiro gostasse tanto do PT! Mas tem todo o motivo de gostar, até porque nunca, na história do País, se defendeu tanto o setor hegemônico do capital, que é o capital financeiro, como o Governo do Lula e do PT. Não é à toa que, durante toda a história da América Latina, das instituições de capital aberto, nunca os banqueiros ganharam tanto como ganharam no Governo Lula.

Quanto à situação do setor agrícola, como o Governo nem faz reforma agrária nem faz política agrícola, Senador Heráclito Fortes, é uma guerra gigantesca. Com relação aos agricultores familiares e aos pequenos produtores – sei que V. Ex^a sabe disto –, o último senso agropecuário mostrou algo **sui generis**, para não dizer trágico, para um País de dimensões continentais como o Brasil, com gigantesco potencial de áreas agricultáveis e de recursos hídricos, com grandes possibilidades de promover a agricultura e a produção de alimentos para o mercado externo, não condenando o Brasil ao *status* de medíocre produtor de matéria-prima, de soja para alimentar os porcos da Europa ou para virar matéria-prima para os outros países, mas que potencialize a agricultura de exportação, até por causa da balança comercial, e a produção de alimentos, a agropecuária, para o mercado interno.

Mas o que faz o Governo? Não estamos falando em reforma agrária! Sabem todos que defendo a reforma agrária, não a medíocre distribuição de terras, mas a distribuição de terra, de renda, de poder, da infra-estrutura necessária, para não potencializar as favelas rurais, como são muitos dos assentamentos. O Governo Fernando Henrique Cardoso fez isso, o Governo Lula também o faz. Também não falo de uma política agrícola séria, com zoneamento agrícola, assistência técnica, política de preços, política de transportes e abastecimento, mercado externo e mercado interno, nem falo de uma política agrícola, que o Governo não tem.

Possibilitar a correção das distorções do saldo devedor da agricultura familiar, do pequeno e do médio produtor rural e garantir a repactuação dessas dívidas, para que se potencialize a dinamização da economia local, a geração de empregos e a geração de renda, nem isso o Governo faz!

Sabe o que o Governo fez, Senador Heráclito Fortes? Está um pânico em Alagoas, como está um pânico no Piauí, na Paraíba e em todos os lugares, porque é um problema que o Senador Osmar Dias reclama, assim como V. Ex^a, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Ramez Tebet, o Senador Efraim Morais, o Senador Mão Santa, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Todos os Senadores falam sobre os problemas relacionados ao setor agrícola.

Sabe o que o Governo está fazendo? Ao vetar a medida provisória e apresentar uma nova... E eu dizia todo o tempo – aliás, volto a repetir, não por rancor, mas até para ser educativo – que o Governo é tão cínico, dissimulado, deseducativo e mentiroso, que vendeu para a opinião pública que tinha resolvido o problema da dívida da agricultura familiar e do pequeno e do médio produtor. A prova incontestável de que não o fez é que, agora, está editando uma medida provisória para resolver esse problema.

Sabe o que está acontecendo? Em Alagoas, estamos em pânico, assim como em todos os Estados. A partir do momento em que o Governo viu a audácia positiva do Congresso Nacional em aprovar o projeto, está incentivando, por intermédio dos bancos oficiais – Banco do Brasil e Banco do Nordeste –, uma verdadeira devassa, juntamente com a Justiça, para fazer a execução das dívidas dos produtores. Todos os produtores! Um pai de família ou uma mãe de família que trabalha, que fica em casa, que está no campo trabalhando, o Oficial de Justiça encontra. O Oficial de Justiça não encontra o canalha, o trambiqueiro, certamente Senador ou Deputado. Destes o Oficial de Justiça passa perto, e o cara diz que não o recebe, e acabou a história. Os pequenos, não; e estes estão em desespero.

A aprovação do projeto, que poderia ter sido importante, o Governo vetou e começou a agilizar as execuções, criando um verdadeiro pânico entre os pequenos e os médios produtores rurais, especialmente do Nordeste, que acompanho mais, mas certamente de todo o Brasil. Está executando todos: na agropecuária, o pequeno produtor de leite, pois ninguém quer saber do preço do leite, ninguém quer saber dos problemas relacionados aos conglomerados internacionais, como Parmalat e outros; ninguém tem política de preço, abastecimento, transporte, nada! Quem paga, realmente, é

a população mais pobre, que depende da dinamização da economia local, da geração de emprego, da geração de renda, da produção de alimentos. Infelizmente, isso não tem sido feito.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito e, depois, ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, se o sentimento brasileiro não estivesse anestesiado como está, neste momento, o discurso de V. Ex^a seria mortal para quem prometeu, durante muito tempo, a salvação da alma e outras coisas mais ao povo brasileiro. V. Ex^a aborda um ponto fundamental. E o primeiro fato tem tudo a ver com o segundo. Onde começou a mudança do relacionamento do PT com os banqueiros? Esses fatos, Senador Cristovam Buarque, ocorrem em momentos em que muitas vezes estamos anestesiados, por diversos fatores. No caso específico, a campanha eleitoral. V. Ex^a há de se lembrar que, no mês de agosto, houve um encontro do candidato Lula, três ou quatro componentes do seu *staff* de confiança e banqueiros numa residência, em São Paulo. Naquela época, todos esperavam que fosse apenas uma satisfação que o candidato, já muito bem nas pesquisas, iria dar aos banqueiros, para não haver pânico e não fazer com que promovessem fuga de capital ou entrassem em desespero, ou seja, que fosse apenas uma satisfação para tranquilizar o mercado. Qual nada! Foi um pacto! A partir daí – é só V. Ex^a examinar inclusive o volume das doações de campanha –, os banqueiros meteram a cara de fora e começaram a defender o Governo Lula. Defende-se o Governo Lula no setor econômico, principalmente os banqueiros do Brasil, mais do que todos os Governos passados. Mas vamos ao fato que V. Ex^a aborda e que é da maior gravidade. Enquanto se coloca a lupa para atormentar a vida do pequeno produtor... E o Governo foi dissimulado, V. Ex^a tem razão. Lembro que, quando discutimos aqui essa matéria, fui indicado Relator e pulei a fogueira para não dar o argumento ao Governo para não negociar porque era alguém da Oposição, e o negociador foi o Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, que conhece a matéria. O que se está fazendo? Massacrando o pequeno produtor e negociando com os grandes. Em nenhum momento, pediu-se aqui proteção para os grandes produtores, tanto é que foram tiradas mais de quinhentas empresas ligadas que representavam a grande parcela imediata de perda em torno de seis bilhões. E aí começamos a ter notícias, Senadora Heloísa Helena, de negociações em que são pagos apenas dez por cento, nove por cento, oito por cento dos débitos grandes. Eu sei de um caso – não se trata de nada do meu Estado – em que um débito de duzentos milhões foi negociado

por nove. Sei de outro de cento e tantos negociados por onze. E por aí afora. Portanto, parabeno V. Ex^a por trazer este assunto. E se nós não estivéssemos tão anestesiados, como está a Nação, que se conforma com dinheiro entrando em conta de filho de Presidente, já não se estarrece com essa enxurrada de escândalos que sucessivamente aparecem, eu não sei o que o Brasil faria agora. Porque a indignação, demonstrada, ontem, pelo Sr. Stédile, cujo mérito não discuto, naquele episódio do Rio Grande do Sul, em que se colocou por terra pesquisas de anos, deveria se transformar em indignação em relação ao que se está fazendo no campo. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena, nós não temos muito o que acrescentar à palavra de V. Ex^a, apenas concordar com V. Ex^a e com o Senador Heráclito Fortes. O pronunciamento que farei, em seguida ao Senador Mozarildo Cavalcanti, será exatamente nessa linha. O que nós sabemos é que o homem do campo, o pequeno agricultor, não paga porque não pode; ele não está pagando porque sofreu secas, sofreu enchentes, não produziu. Mas o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula, agora, está colocando o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil para tomar as terras desses pequenos agricultores. É cinismo mesmo, Senadora, V. Ex^a tem razão. É cinismo mesmo! Agora, sabe por que tudo isso, Senadora? Está aqui nas principais manchetes dos jornais: “Lucro dos bancos cresce 36% em 2005”. É de R\$28,3 bilhões o lucro dos bancos no Governo do Presidente Lula. Então, V. Ex^a tem toda a razão, tem todo o meu apoio. Se existisse realmente vontade política, resolveríamos a questão desse veto. Basta que o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, traga o veto para que seja apreciado e votado e tenho certeza de que, desta vez, nem mensalão evitará que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados derrubem o veto que o Presidente Lula apôs contra os trabalhadores rurais. E pode ter certeza V. Ex^a de que ninguém mais neste País está nos ouvindo agora e vai nos ouvir mais tarde, por meio da TV Senado, do que o homem do campo, que está lá com sua antena parabólica ouvindo V. Ex^a, está ao lado de V. Ex^a e de todos aqueles que defendem os pequenos agricultores. É lamentável! É sujeira! É cinismo! Os homens do campo estavam querendo ter a oportunidade de liquidar as suas dívidas. Quando falo em liquidar, refiro-me aos pequenos, com dívidas até R\$30 mil, que não trarão nenhum prejuízo para o Governo e para os banqueiros. Repito, o Governo está cansado, mas cansado de perdoar dívidas da Vene-

zuela, da Bolívia, da Argentina, de países da África. Mas quando se trata do nosso Nordeste, não pode. Brasileiro não tem essa oportunidade, não. Homem sério neste País, trabalhador sério, da zona rural, que está trabalhando com muita honestidade para manter seu filho na escola, para dar de comer a sua família, não tem direito, não. Quem tem direito mesmo neste País, parece-me, Senadora, são os corruptos, aqueles para quem dinheiro pouco não interessa, só dinheiro muito. Parabeno V. Ex^a, que tem mantido a sua linha e a sua posição em defesa dos pequenos e médios agricultores deste País. Parabéns a V. Ex^a e minha solidariedade irrestrita a todos os trabalhadores do campo, principalmente do nosso Nordeste. Vamos continuar brigando e lutando, Senadora. Se não conseguirmos resolver, pelo menos aqui estaremos denunciando o que V. Ex^a chamou muito bem de cinismo do Governo Lula e do PT. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Efraim Morais.

Sei que, neste momento, o Congresso Nacional é visto de fato como é em sua maioria. Sabemos que há os que resistem, os que não se vendem, os que não se rendem. Sei que, neste momento, a opinião pública olha mais para este Congresso Nacional como um medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto, que funciona como um lado do podre balcão de negócios sujos estabelecido pelo Palácio do Planalto. Todos os dias o que lemos de indignação na Internet acho justíssimo. Por mais que a generalização seja perversa, por mais que marque a alma e o coração de quem trabalha, acho até justa a indignação.

Dizem: “Congresso, covil de ladrões”, “Palácio do Planalto dos canalhas” e coisas do tipo. É até dolorosa a generalização perversa, mas é absolutamente conseqüente e aceita. É uma relação promíscua entre o Palácio do Planalto e maioria do Congresso Nacional, ora por meio de acordão para não apenar os “mensaleiros”, ora pelo balcão de negócios sujos em que o Governo Lula põe uma etiqueta na testa de Senadores e Deputados indicando o preço, ora pela distribuição de cargos, prestígio, liberação de emenda, poder. É por isso que o povo brasileiro, ao olhar para o Congresso Nacional, o vê mesmo como sepulcro caído: bonitinho por fora e apodrecido por dentro.

Portanto, apelo mais uma vez, assim como fez o Senador Heráclito Fortes e o Senador Efraim Morais, para que tenhamos uma sessão do Congresso para analisar esse veto e possamos, de fato, fazer o grande debate sobre o setor agrícola.

Volto a repetir: eu queria estar aqui, como já estive várias vezes, discutindo este maravilhoso País de dimensões continentais, o seu potencial de áreas

agricultáveis, de recursos hídricos, inclusive no nosso Nordeste, onde, ao contrário da cantilena de alguns, chove. O problema do nosso Nordeste é que não existe reservatório para guardar a água para que possa ser utilizada para matar a fome e a sede dos pobres nordestinos, dos seus animais e para fazer projetos de irrigação. O Brasil é um país que tudo pode, tem um gigantesco potencial de áreas agricultáveis, de recursos hídricos, com possibilidade de fazer um zoneamento agrícola, de definir quais as regiões que farão a agricultura de exportação, volto a repetir, sem condenar o País ao destino de medíocre produtor de matéria-prima ou de soja, para alimentar os porcos da Europa, ou simplesmente como matéria-prima.

É preciso incentivar a agricultura de exportação, também pela balança comercial, especialmente voltada para o mercado interno de massas, para o mercado interno brasileiro, para a produção de alimentos para o povo brasileiro, com um grande zoneamento agrícola, assistência técnica, uma política de abastecimento, uma política de preços; enfim, para tudo aquilo que ninguém precisa inventar. Isso porque o que não falta no Brasil são projetos e propostas concretas, ágeis e eficazes. Infelizmente, há sempre um abismo entre os discursos e a realidade objetiva de vida.

Como é ano eleitoral e ninguém está se preocupando muito com isso, alguns poucos, os poucos de sempre, continuarão a se preocupar e os outros são aqueles que acham que são capazes de continuar ludibriando mentes e bons corações pelo Brasil, comprando lideranças políticas, fragilizando a pobreza, ludibriando a pobreza com as políticas assistencialistas e ganhando a eleição por meio de acordos espúrios que, infelizmente, já constituem quase que uma marca registrada de parte do mundo podre e sórdido da política em nosso Brasil.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento da Senadora do P-SOL, do Estado de Alagoas, e candidata à Presidência da República, ao tempo em que fazemos votos para que sua sorte seja como a da mulher chilena, concedemos a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, Partido que surgiu na República, com Getúlio Vargas. S. Ex^a representa o Estado de Roraima, cuja Capital é a cidade de Boa Vista.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, agradeço-lhe a referência inicial.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das preocupações – talvez a maior – que tenho tido durante meus dois mandatos de Deputado Federal e neste mandato de

Senador é justamente a de buscar diminuir a imensa desigualdade regional existente neste País, principalmente na Região Norte, na Região Nordeste e na Região Centro-Oeste, se as compararmos as outras Regiões desenvolvidas do País.

Como Constituinte, inclusive – participando, portanto, da elaboração e da aprovação da nova Constituição –, um dos pontos nos quais nós, do Norte e do Nordeste, de um modo geral, batemos foi a inclusão na Constituição, como um dos objetivos da República, da redução das desigualdades regionais.

Quero até ler aqui o art. 3º do Título I dos Princípios Fundamentais da Constituição, que diz:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse artigo da Constituição não vem sendo cumprido. Não podemos reclamar de 1988 para trás, mas, de 1988 para cá, esse artigo não vem sendo cumprido.

Quero me louvar, Sr. Presidente, por um estudo que solicitei à Consultoria Legislativa do Senado. Muitas vezes, nós, que somos de uma região pobre – sou da região amazônica, que inclui todos os Estados da Região Norte, mais parte do Mato Grosso e do Maranhão –, não vemos, de fato, as providências serem tomadas de maneira concreta. E, para não dizerem que está choramingando aqui um elemento da província, quero ler somente a conclusão desse estudo. Mas peço, Sr. Presidente, que todo esse estudo seja transcrito como parte integrante do meu pronunciamento.

Faço questão de ler aqui, para o País e para os Srs. Senadores que aqui se encontram, a conclusão deste trabalho. Diz a Consultoria Legislativa do Senado:

A análise da evolução do PIB regional brasileiro, no período de 1985 a 2003, mostra redução das desigualdades regionais, com o Centro-Oeste chegando a níveis de renda médios próximos da Região Sudeste [o Senador Cristovam Buarque, que está aqui no plenário, está de parabéns, portanto], o PIB **per capita** do Norte crescendo o dobro da média nacional, e o do Nordeste, pouco acima da média brasileira.

Apesar disso, vários indicadores socioeconômicos mostram que, em média, os moradores das Regiões Norte e, principalmente, Nordeste têm padrão de vida muito inferior aos moradores das demais Regiões. Além disso, há grandes diferenças de renda entre os Estados dessas Regiões.

Nesse ponto, há algo para o qual quero chamar a atenção: quando se fala na Amazônia ou na Região Norte, lembramos que há Estados muito bons, como o Pará e o Amazonas, que têm um PIB alto, mas os demais Estados são paupérrimos. Inclusive, meu Estado é pobre, embora, se observarmos as estatísticas, vai parecer até bonito no papel. Mas, na realidade, o que há é uma grande maioria, Senador Mão Santa, de pessoas que vieram do Nordeste, que optaram por morar ali e que realmente sofrem muito pelas condições socioeconômicas, apesar dos esforços do Governo do Estado, porque não há uma política nacional – portanto, federal – para se erradicarem as desigualdades regionais.

Conclui o trabalho:

Esses dados mostram o insucesso das políticas regionais brasileiras, baseadas em subsídios às empresas instaladas nas Regiões mais pobres, combinadas com reduzidos investimentos em educação, saúde e infraestrutura nessas regiões.

Quero frisar:

Esses dados mostram o insucesso das políticas regionais brasileiras, baseadas em subsídios às empresas instaladas nas Regiões mais pobres, combinadas com reduzidos investimentos em educação, saúde e infraestrutura nessas regiões.

Sr. Presidente, eu poderia até parar por aqui, com a conclusão desse brilhante estudo, que, reitero, peço que conste na íntegra como parte do meu pronunciamento, mas devo dizer ainda que está mais do que cristalino que, se as Regiões Norte, Nordeste e a Centro-Oeste avançam um pouquinho, a Sul e a Sudeste avançam muito. Então, é aquela história de que os ricos ficam cada vez mais ricos e de que os pobres ficam cada vez mais pobres. Nada tenho contra o Sul e o Sudeste do Brasil. Pelo contrário, Senador Paulo Paim, que aqui está, temos orgulho de haver Regiões desenvolvidas, como, por exemplo, o Sul e o Sudeste. Temos orgulho disso como brasileiros, mas queremos também que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se desenvolvam, que não haja esse fosso enorme, até porque essa diferença se manifes-

ta desfavoravelmente às Regiões Sul e Sudeste. Por quê? Se o nortista, o nordestino e o homem do Centro-Oeste não têm condições de melhorar de padrão de vida, não têm sequer emprego, o que eles fazem? Vão para São Paulo, para o Rio de Janeiro, principalmente, e para outros Estados do Sul e do Sudeste. Vão para lá fazer o quê? Vão para lá em busca, às vezes, de um trabalho mal pago, humilhante, com condições precárias; portanto, vão aumentar as demandas nesses Estados por saúde, por educação, por moradia e por transporte.

Então, este País precisa realmente ser pensado do ponto de vista geoestratégico. Sempre digo algo que até me dói: toda iniciativa parlamentar para se tentar resolver isso, Senador Mão Santa, não vai para frente, não progride. Por quê? Porque o Executivo tem o complexo de que sabe mais até do que Deus! Se se apresenta um projeto nesta Casa, ele não anda; se aqui é aprovado, ele emperra na Câmara. Por quê? Porque o Executivo quer ser o pai de todas as ações positivas e não dá vez para o Parlamentar.

Eu podia citar um monte de projetos de minha autoria que aprovamos aqui, no Senado, e que estão dormitando na Câmara, como é o caso da criação do Colégio Militar e das áreas de livre comércio – que ainda não foram implantadas em Roraima, nos Municípios de Pacaraima e Bonfim –, da emenda constitucional que destina 0,5% do que o Governo Federal arrecada com Imposto de Renda e IPI para aplicar nas universidades federais e nos Centros Federais de Ensino Tecnológico da região amazônica, matéria que já foi aprovada no Senado, que é a Casa da Federação, mas que está emperrada na Câmara. Por quê? Porque, Senador Mão Santa, o Executivo não quer abrir mão de 0,5% por acreditar que esse valor engessa o Orçamento. Então, os donos do Tesouro Nacional de plantão resolvem: “Não, não vamos aprovar isso, porque vai ficar mais 0,5% do Orçamento sem podermos manobrar”. E para que esse percentual de 0,5%? Para investirmos no ensino superior na Amazônia. Será que nem isso podemos fazer na Amazônia?

O resto não se pode mais nada, sobretudo depois da aprovação desse Projeto de Gestão das Florestas Públicas, que é uma enganação e que foi um esbulo contra o Senado e contra a Câmara. Construímos aqui um entendimento e aprovamos emendas de minha autoria, algumas de acordo com o Senador José Agripino, e outras que S. Ex^a acrescentou. Aprovamos tais emendas, e o que aconteceu? O Presidente vetou todas. Por quê? Porque, o Ministério do Meio Ambiente, onde há um conjunto de semideuses, resolveu dizer que o Senado e a Câmara não sabem de nada: “Vamos vetar, que é para poder fazer as coisas andarem”.

Isso me revolta muito, mas não me desanima a continuar na luta. Embora o Parlamentar no Brasil não seja levado a sério, levo muito a sério o que faço. Portanto, não vou ficar calado, não vou fazer de conta que não vi, nem vou fazer de conta que não ouvi e muito menos vou deixar de protestar contra essa verdadeira maldade que se faz com as regiões mais pobres deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESTUDO Nº 66, DE 2006

Referente à STC nº 200601377, do Senador Mozarildo Cavalcanti, acerca de estudo sobre o tema aprofundamento das desigualdades regionais.

Solicita o Senador Mozarildo Cavalcanti estudo sobre o tema aprofundamento das desigualdades regionais. Neste intuito, o presente estudo analisa a evolução do crescimento econômico das grandes regiões geográficas brasileiras de 1985 a 2003, compara vários indicadores socioeconômicos dessas regiões em 2003 e analisa as políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

**I – Evolução Econômica das
Grandes Regiões Geográficas do Brasil**

Dados do IBGE sobre a participação das grandes regiões geográficas no Produto Interno Bruto do Brasil, no período de 1985 a 2003, mostram o aumento da participação da região Norte, de 3,8%, em 1985, para 5,0%, em 2003, da região Centro-Oeste, de 4,8% para 7,5% e da região Sul, de 17,1% para 18,6%. Já as regiões Nordeste, de 14,1% para 13,8%, e principalmente Sudeste, de 60,2% para 55,2%, tiveram queda na participação no total do PIB brasileiro.

Quando se analisa o período de 1995 a 2003, ou seja, o período pós-Real, apresentam expansão na participação do PIB brasileiro a região Centro-Oeste, de 6,0% em 1995 para 7,5% em 2003, a região Norte, de 4,6% para 5,0%, a região Sul, de 17,9% para 18,6% e também a região Nordeste, de 12,8% para 13,8%. Enquanto a região Sudeste teve queda na participação de 58,7% para 55,2%.

As variações na participação do PIB brasileiro refletiram as diferenças de crescimento do PIB regional. De 1985 a 2003, o PIB brasileiro cresceu 53,8%, o PIB da região Norte expandiu 151,9%, o da região

Centro-Oeste, 103,2%, da região Sul, 74,2%, da região Nordeste, 54,5% e da região Sudeste, 40%.

O PIB *per capita*, considerado principal indicador do padrão de vida dos moradores de uma determinada região, do Brasil, de 1985 a 2003, cresceu 14,2%, ou seja, apenas 0,7% ao ano, o da região Centro-Oeste, no acumulado do período, expandiu-se 43,1%, da região Sul 35,3%, da região Norte 31,7%, da região Nordeste 19,1%, e da região Sudeste 3,9%.

Em 1985, o PIB per capita do Nordeste, considerando-se valores com preços de 2003, era de 47,5% do PIB per capita brasileiro, da região Norte 55%, da região Centro-Oeste 85,2%, da região Sul 106,8%, e da região Sudeste 142,3% da renda média brasileira. Já em 2003, o PIB per capita do Nordeste foi de 49,5% do PIB per capita brasileiro, da região Norte 63,4%, da região Centro-Oeste 106,7%, da região Sul 126,5% e da região Sudeste 129,5%.

Assim, os dados sobre crescimento econômico das grandes regiões brasileiras entre 1985 e 2003 mostram redução das desigualdades regionais, em um cenário de baixo crescimento no país como um todo. Destacando-se o crescimento da região Centro-Oeste, que passou a ter níveis de renda *per capita* próximos aos das regiões Sul e Sudeste.

Cabe destacar que no período analisado a renda per capita do Nordeste, a região mais pobre do país, só cresceu mais que da região Sudeste e que, nas regiões Norte e Nordeste, as grandes desigualdades de renda entre os estados, a renda per capita de Roraima é de 50,2% da renda do Amazonas e do Maranhão 38,2% da renda de Sergipe, continuam.

**II – Comparação de Indicadores
Socioeconômicos das
Regiões Brasileiras em 2003**

Nesta seção analisamos alguns indicadores socioeconômicos das regiões brasileiras no ano de 2003.

Apesar das diferenças de renda inter-regionais terem caído no período 1985 a 2003, quando observa-se o PIB per capita no ano de 2003, percebe-se que as regiões Nordeste e Norte apresentam renda por habitante bem abaixo das demais regiões. Enquanto a renda per capita brasileira foi de R\$ 8.694, a do Nordeste foi de R\$ 4.306, a do Norte R\$ 5.512, do Centro-Oeste, R\$ 9.278, do Sul, R\$ 10.998, e do Sudeste, R\$ 11.257. Ou seja, a renda média do morador do Nordeste é equivalente a 38,3% da renda média do morador do Sudeste.

Essas diferenças de renda per capita são menores se consideradas as diferenças de custo de vida. O custo de vida, principalmente os serviços, são menores nas regiões mais pobres, de forma que o mesmo va-

lor monetário tem um maior poder de compra nessas regiões. Um aposentado com um salário mínimo tem um padrão de vida superior no interior do Nordeste que em uma capital do Sudeste.

Os indicadores de renda per capita mostram que as regiões mais pobres, portanto mais carentes de recursos, são o Norte e o Nordeste.

Principalmente esta última região, dado o menor crescimento em relação à região Norte nos últimos 20 anos.

Outros indicadores socioeconômicos para o ano de 2003 confirmam maior carência de recursos no Norte e, principalmente, no Nordeste.

A esperança de vida ao nascer no Brasil é de 71,3 anos, no Nordeste 66,7 anos, no Norte 69,3 anos, no Centro-Oeste e no Sudeste 70,1 anos, e no Sul 71,7 anos.

A taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 11,1% no Brasil, 23,2% no Nordeste, 10,1% no Norte, 9,5% no Centro-Oeste, 6,8% no Sudeste e 6,4% no Sul. A média de anos de estudo para pessoas de 10 anos ou mais, é de 6,4 anos no Brasil, 5,0 no Nordeste, 6,3 no Norte, 6,6 no Centro-Oeste, 6,9 no Sul e 7,1 no Sudeste.

Nos anos de 2002 e 2003, 13,8% das famílias brasileiras consideravam que normalmente tinham uma ingestão insuficiente de alimentos. No Nordeste esse número era de 19,3%, no Norte 17,2%, no Sudeste 13,4%, no Centro-Oeste 9,0% e no Sul 7,5%.

Em 2003, 14,3% das famílias brasileiras tinham rendimento per capita médio mensal de até um quarto do salário mínimo. No Nordeste esse número é de 27,4%, no Norte 14,3%, no Centro-Oeste 7,9%, no Sudeste 6,1%, e no Sul 5,5%.

No Brasil, a renda dos 10% mais ricos é 16,9 vezes maior, em média, que dos 40% mais pobres. No Nordeste, essa relação sobe para 18,2, no Centro-Oeste a relação é 16,1, no Sudeste 15,1, no Sul 13,9, e no Norte, 13,5. Ou seja, no Nordeste, a renda além de mais baixa é mais concentrada.

No Brasil como um todo, 91,7% dos domicílios têm geladeira. No Nordeste, essa proporção cai para 79,4%, no Norte é de 83,9%, no Centro-Oeste 93,1%, no Sul 96%, e no Sudeste 96,5%.

Dessa forma, a análise de vários indicadores sociais e econômicos mostram que os moradores das regiões Norte e Nordeste, principalmente essa última, têm padrões de vida bastante inferiores aos dos moradores das demais regiões brasileiras.

III – Políticas de Desenvolvimento Regional

Alguns economistas argumentam que em um país onde há livre movimentação de capital e mão-de-obra,

salário altos em uma região levariam a migração vinda das regiões mais pobres até que as diferenças de salários caíssem. Segundo essa corrente, as diferenças de renda entre as regiões geográficas devem-se a diferenças de nível de qualificação dos trabalhadores, ou seja, a média de salários é menor no Nordeste que no Sudeste, por exemplo, porque o trabalhador nordestino é menos qualificado.

Assim, para reduzir o desnível de renda entre diferentes regiões é preciso investimentos em educação e saúde nas regiões mais pobres para aumentar a qualificação e capacidade produtiva dos trabalhadores dessas regiões.

Além de investimentos em educação e saúde, investimentos na infra-estrutura: estradas, telecomunicações, energia-elétrica, portos e aeroportos, etc, criariam um ambiente atrativo para as empresas nas regiões mais pobres e possibilitariam maior crescimento econômico com redução das desigualdades regionais.

Outra corrente de economistas argumenta que as empresas têm incentivos a concentrar geograficamente sua produção devido a ganhos de escala, ao concentrar sua produção em uma ou poucas plantas produtivas os seus custos caem, como também ganhos de aglomeração, que ocorrem porque as empresas reduzem seus custos ao se localizar próximo de seus fornecedores, das empresas para as quais vende seus produtos e de locais onde há ampla oferta da mão-de-obra que necessita.

Assim, se não houver alguma intervenção governamental, as regiões onde há maior concentração da produção, portanto mais ricas, tendem a receber mais investimentos que aquelas onde já há menor produção, as mais pobres.

Dessa forma, para evitar a expansão das desigualdades regionais, o governo deveria incentivar os investimentos das empresas nas regiões mais pobres, contrapondo-se aos ganhos de aglomeração por meio de subsídios, incentivos fiscais e empréstimos subsidiados.

Desde a segunda metade do século XX, a política de desenvolvimento regional brasileira tem se caracterizado pela opção do subsídio aos investimentos produtivos nas regiões com menor nível de renda e desde a década de 80, essa política tem sido limitada pela crise fiscal do Estado brasileiro. Já no período mais recente, as regiões mais pobres têm sido beneficiadas por programas de transferência de renda, inclusive a previdência rural.

A opção de basear a política regional basicamente em subsídios aos investimentos nas regiões mais pobres, combinada com baixos níveis de investimento

em educação e infra-estrutura, leva a situação onde as empresas só mantêm-se nas regiões mais carentes enquanto recebem incentivos governamentais e os trabalhadores dessas regiões, que continuam menos qualificados, são pouco beneficiados.

Para ilustrar a ineficiência das políticas regionais brasileiras analisaremos a distribuição regional dos empréstimos do BNDES.

O BNDES é principal fonte de empréstimos para investimentos de longo prazo no Brasil. Ao liberar empréstimos a instituição analisa critérios econômico-financeiros, como a viabilidade econômica do projeto e a capacidade de pagamento da empresa.

A análise da distribuição de empréstimos por regiões e estados em relação ao tamanho da população pode ser considerado um indicador de dinamismo econômico: as regiões que recebem mais recursos são aquelas onde há uma maior demanda por recursos para investimentos produtivos, ou seja, maior dinamismo.

Em 2005, empresas da região Nordeste receberam de empréstimos do BNDES o equivalente a R\$ 77,20 para cada morador da região, no caso do Estado do Piauí R\$ 17,60; da região Norte R\$ 117,80 por morador, para o Estado de Roraima apenas R\$ 10,10; do Centro-Oeste R\$ 266,50; do Sul R\$367,90 e do Sudeste R\$ 382,20.

Dessa forma, esses números mostram que a política de desenvolvimento regional do país não foi capaz de criar maior dinamismo econômico nas regiões Norte e Nordeste.

IV – Conclusão

A análise da evolução do PIB regional brasileiro, no período de 1985 a 2003, mostra redução das desigualdades regionais, com o Centro – Oeste chegando a níveis de renda médios próximos da região Sudeste, o PIB per capita do Norte crescendo o dobro da média nacional e o do Nordeste pouco acima da média brasileira.

Apesar disso, vários indicadores socioeconômicos mostram que em média os moradores das regiões Norte e, principalmente, Nordeste têm padrão de vida muito inferior aos moradores das demais regiões. Além disso há grandes diferenças de renda entre os Estados dessas regiões.

Esses dados mostram o insucesso das políticas regionais brasileiras, baseadas em subsídios às empresas instaladas nas regiões mais pobres, combinadas com reduzidos investimentos em educação, saúde e infra-estrutura nessas regiões.

Nada mais tendo a acrescentar, coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Consultoria Legislativa, 9 de março de 2006.

– **Ailton Braga**, Consultor Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– De acordo com a lista de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, representante do PSDB pelo Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Ainda há oradores inscritos: Senadores Cristovam Buarque, Heráclito Fortes e Lúcia Vânia.

Concedemos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Estava inscrito e acaba de chegar o Senador Efraim Morais. Há um entendimento entre os dois.

O Senador Paulo Paim também está inscrito, com base no art. 17, e a Sagrada Escritura lhe garante: os últimos serão os primeiros.

O SR. EFRAIM MORAIS (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Exª, pois tinha saído um pouco para uma entrevista com os meus amigos da Paraíba, mas queria voltar exatamente à questão que aqui foi tratada pela Senadora Heloísa Helena.

Senador Mão Santa, SRA. s e Srs. Senadores, “Lucro dos bancos cresce 36% em 2005”, é o que informa a **Folha de S. Paulo** de hoje, na página Dinheiro. “Pesquisa do Banco Central com dados de 104 instituições mostra ganhos totais de R\$28,3 bilhões no ano passado”.

Então, veja V. Exª que o que vem acontecendo hoje, em nosso País, é exatamente a política que o Presidente Lula e o PT estão impondo à sociedade: a política dos mais ricos. Engraçado é que o partido de Sua Excelência usa esta tribuna para dizer que é a política dos mais pobres, dos pequenos. Se assim fosse, Senador Mão Santa, a MP que foi colocada há poucos dias e aprovada em plenário, não teria sido vetada pelo Presidente, que é a repactuação da dívida dos agricultores brasileiros.

E, aqui, há uma frase de V. Exª, Senador Mão Santa, que diz que “o homem do campo não paga porque não pode. O que eu peço é lei, é justiça”. E pede que o Presidente da República e seu partido acordem.

Por aqui, Senador Mão Santa, discutimos com o Governo, com os partidos, com as lideranças, e foi Relator do projeto o Senador do Rio Grande do Norte

e Líder do Governo. Naquele momento, o que observamos foi que, por unanimidade, com votos contrários do PT, conseguimos aprovar aquela matéria. E o que fez o Presidente Lula? Não aceita que os pequenos tenham o mesmo direito. E os pequenos a que me refiro são os agricultores do Nordeste, os trabalhadores.

Quando o Senador Fernando Bezerra, que foi o Relator da matéria, aceitou a discussão que foi travada entre os partidos e votamos pela repactuação das dívidas dos trabalhadores, dos pequenos trabalhadores nordestinos, eu dizia naquele momento: “Presidente Lula, Vossa Excelência, que é nordestino, que saiu do Nordeste por conta de uma seca, sabe o quanto sofrem os nordestinos quando há seca ou quando ocorrem enchentes, e recentemente houve isso. Daí, infelizmente, não há como ter lucro, o pequeno não tem como pagar as suas contas. Ele vai sobreviver de algum rebanho pequeno que tem ou vendendo a vaquinha que dá leite para o seu filho, mas trabalhando com dignidade, honestidade e seriedade”. E o Presidente não quer dar oportunidade a esses pequenos agricultores que teriam suas dívidas até o valor de R\$30 mil perdoadas. Dessa forma, eles iriam recomeçar, reconstruir sua propriedade. Mas não, porque, para o PT e para o Presidente Lula, é proibido ao nordestino recomeçar a sua vida. E ele, que deixou por conta de uma seca.

Veja bem, Senador Mão Santa, está aqui: “Tarifa bancária dá receita de R\$31 bilhões, calcula sindicato”. Quem está dizendo isso é o Sindicato dos Bancários.

Em 2005, o valor arrecadado com tarifas pelos sete maiores bancos do País somou R\$31 bilhões, segundo levantamento realizado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

O valor representa mais do que a receita de cada um dos Estados brasileiros, com exceção de São Paulo [que tem uma receita da ordem de R\$65 bilhões].

O orçamento do Estado de São Paulo é de R\$65 bilhões. Em segundo lugar, vem o Rio de Janeiro, que tem R\$27 bilhões. São dados oficiais.

E vejam bem: apenas sete bancos arrecadaram de tarifa bancária, cobrando do cidadão brasileiro, R\$31 bilhões, mais que o orçamento do Estado do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, com exceção do Estado de São Paulo, mais que todos os outros Estados brasileiros. Isso é o Governo do PT! Isso é o Governo do Presidente Lula!

Temos conhecimento de que o PT não gostou, houve um mal-estar dos petistas, houve um mal-estar do Governo, quando:

Na semana passada, o Secretário-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Odilo Pedro Scherer, criticou o Governo Lula e disse que o Brasil se transformou num “paraíso financeiro”, numa referência à política de juros altos patrocinada pela atual equipe econômica e a seus efeitos positivos nos balanços dos bancos.

De fato, os números levantados pelo Banco Central mostram que, no Governo Lula, os bancos têm lucrado como nunca. Em 2005, por exemplo, a rentabilidade das instituições financeiras – medida pela relação entre seus lucros e seus patrimônios líquidos – ficou em 22,65%. [Líquidos. No bruto, 36%]

Ou seja, para cada R\$100,00 investidos pelos acionistas em seus respectivos bancos no ano passado, alcançou-se um ganho médio de R\$22,65. Em 2000, essa rentabilidade média era de 11,49%.

Por outro lado, os lucros recordes dos últimos anos só foram possíveis graças ao socorro oficial recebido pelos bancos – especialmente os estatais – durante o Governo...

Durante o Governo do Sr. Lula, essa ajuda custou mais de R\$100 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional.

Pois bem, Senador Mão Santa, quero deixar claro que isso é um absurdo, notadamente na hora que temos o veto do Presidente da República contra a repactuação das dívidas dos agricultores nordestinos. E quero deixar claro que o Presidente Lula costuma perdoar dívidas de bolivianos, de venezuelanos, de argentinos, de paraguaios, de africanos; agora, para o homem sério do Nordeste, para o trabalhador nordestino, para aquele que quer recomeçar, Senador Cristovam, a sua vida, porque não tem mais como viver em paz, porque a justiça está batendo à porta como uma cobrança judicial, promovida pelo Banco do Nordeste, pelo Banco do Brasil, para tomar as terras dos pequenos agricultores. É cinismo, sim, como disse ainda há pouco aqui a Senadora Heloísa Helena. É lamentável que isso ocorra. V. Ex^a fez a sua campanha num nível alto, mostrando o que queria fazer no Congresso, como representar a sua querida Brasília, diferentemente dos discursos que ouvimos nos palanques por aí afora: a promessa mentirosa de que era o candidato dos pobres, de que queria proteger os pobres, de que queria proteger os agricultores, de que iria acabar com a farra dos banqueiros – e o que estamos vendo é exatamente o contrário –, de que iria gerar 10 milhões de empregos, sendo que foram criados apenas pouco mais de 3 milhões, chegando a menos de 35% da promessa feita na campanha. Ainda mais: que prometeu dobrar o salário mínimo.

Senador Cristovam, Sra. s e Srs. Senadores, tenho certeza de que o Brasil saberá dar a resposta. Tenho certeza de que os brasileiros sabem exatamente o que vão fazer nas eleições de 2006.

E quando o Presidente diz que é o presidente dos pobres, que o PT é o Partido dos pobres, vê-se, ao se abrir os jornais, também de hoje, a seguinte manchete: “Brasil dobra presença em lista de bilionários”. Dobrou o número de brasileiros bilionários na lista dos mais ricos do mundo. Senador Mão Santa, na maioria, são banqueiros. É lamentável, sim! É lamentável que isso venha ocorrendo no nosso país. E o Governo, por meio da mídia paga com o dinheiro do cidadão, com o imposto que é pago por todos os brasileiros, tenta exatamente fazer um quadro diferenciado, de um homem preocupado, de um homem que quer o melhor para o País e, lamentavelmente, chegando ao fim do seu Governo, onde quase todos os seus homens de confiança estão sendo citados pelas CPIs e pela Justiça. Aí está o efeito dominó: Buratti, assessor de confiança do Ministro Palocci; o próprio Ministro Palocci; aí está José Dirceu; Gushiken; Delúbio; José Genoino; Sílvio Pereira Land Rover; Waldomiro Diniz, e tantas outras pessoas de confiança do Palácio que, denunciados e indiciados, graças ao trabalho do Congresso Nacional e da imprensa brasileira, estamos afastando – pelo menos esses nomes que são ligados ao Governo do Presidente Lula.

Contudo, saem mas ficam protegidos. Não entendendo isto: neste País, por um lado, vejo a grande dificuldade por que passam os homens nordestinos, que não têm emprego, que não têm como sobreviver, por outro, aqueles cidadãos a que me referi, Senador Cristovam Buarque, mesmo depois de deixarem seus empregos por corrupção, já que estavam desviando o patrimônio público, continuam a andar em carros blindados, a fazer viagens ao exterior, como se nada tivesse acontecido. Quem os está protegendo? Cada vez que se chega perto de uma dessas pessoas que sabem de tudo, elas ameaçam na imprensa: “Vou falar”. Aí, no outro dia, quando a imprensa divulga, elas dizem: “Não; não vou mais falar”. Por que está acontecendo isso? É porque o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula é um Governo que desrespeita as leis e desrespeito o povo acima de tudo.

Mas, creio em Deus, principalmente, e tenho fé, sim, na sabedoria do povo brasileiro, que saberá se posicionar em defesa do Estado, em defesa do País e em defesa da democracia. Portanto, deixo aqui, mais uma vez, um apelo ao Presidente Renan Calheiros – esse grande Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional com quem tenho a maior alegria de estar trabalhando como 1º Secretário desta Casa

–, no sentido de que possamos trazer de imediato à apreciação do Congresso esse veto presidencial ao projeto de lei. Ressalte-se que, votado aqui, agora o Sr. Lula vetou na íntegra, enganando o trabalhador com a nova medida provisória, para que, fazendo a vontade do povo, como diz V. Ex^a, Senador Mão Santa, ouvindo a voz rouca do povo nas ruas, possamos aqui derrotar esse veto.

É preciso que este Congresso aproveite a oportunidade para dizer ao povo brasileiro que tem sentido o Congresso Nacional; que ele existe em defesa do povo brasileiro e não a serviço de um Governo.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quis Deus estar na Presidência após brilhante pronunciamento desse Senador, que foi o primeiro Líder da Minoria e que alertou o País da corrupção que estava nascendo.

E eu queria dar um testemunho, nobre Senador Cristovam Buarque, sobre o povo do campo. Lula não viveu; fugiu, ficou em São Paulo e hoje está em Londres, encantado. Sou médico em uma Santa Casa e em uma maternidade filantrópica. Naquele tempo, na ditadura, havia um contrato com o Funrural, a assistência médica do povo do campo. Era algo global para os hospitais, e aquele recurso ficava para manter os hospitais, as Santas Casas de Misericórdia e as maternidades filantrópicas. Senador Cristovam Buarque, jamais recebi porque era um acordo de todos os médicos – não sou eu, mas os clínicos, os anestesistas, os odontólogos. Ninguém recebia esses recursos que se destinavam a manter os hospitais e a aprimorar as Santas Casas. Mas, muitas vezes, ao entrar no carro, vinha uma pessoa e dizia: “Olha, eu vim lhe pagar”. Não podia pagar. “Eu vim lhe trazer um carneiro, um peru, um bode.” Esse é o retrato, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que tem liderança, do Município. Daí a sua presença aqui. Então, o povo do campo é assim: não está pagando porque não pode. Nós não recebíamos, mas eles estavam lá para presentear aquele procedimento médico que fora feito. Então, é essa sensibilidade que queria passar ao Presidente da República.

Concedo a palavra ao professor Cristovam Buarque; em seguida, aos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Paim, e, terminando, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Não, Sr. Presidente, estou inscrita antes do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com a palavra o professor Cristovam Buarque, Senador do PDT pelo Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, o Governo Lula, como, aliás, todos os governos, procura não perder nenhuma chance de comemorar feitos positivos. Há diminuição da taxa de risco, sai comemoração; inaugura-se uma obra, sai comemoração; coloca-se uma pedra fundamental, vem comemoração.

Hoje, no entanto, como o Senador Efraim Moraes até falou aqui, temos um fato tão alvissareiro a comemorar, Senador Heráclito Fortes, e ninguém saiu para fazê-lo. É o fato de que o número de bilionários, em dólares – não em reais –, aumentou no Brasil. Hoje, o Brasil tem pouco mais de 2% dos bilionários do mundo – aumentou de 6 para 14. Oito novos bilionários, em escala global, surgiram no Governo Lula.

Por que não comemorar isso? Isso é um fato do crescimento da economia brasileira e demonstra que o Brasil ficou mais potente. Nós não comemoramos isso, porque temos vergonha da miséria ao lado do aumento do número de bilionários. Essa vergonha é que nos impede de comemorar uma coisa que deveria ser alvissareira. Não estou fazendo nenhuma ironia. Penso que seria positivo que o Brasil tivesse um número maior ainda de bilionários em escala mundial. Só assim o Brasil passaria a ser um país importante na economia mundial. No entanto, esse aumento do número de ricos não pode acontecer sem a diminuição do número de pobres.

Só para fazer algumas pequenas comparações, esses 14 bilionários detêm um patrimônio de US\$36 bilhões, equivalentes, Senador Paulo Paim, a um salário mínimo anual, incluindo o 13º salário, de oito milhões de brasileiros; ou seja, 80 grandes estádios de 100 mil espectadores cheios. Por isso não comemoramos; temos vergonha. Deveríamos ter orgulho do aumento do número de ricos, e ficamos com vergonha porque acontece ao lado de uma miséria.

Eu comparei patrimônio com salário. Não é a comparação certa. A comparação certa é patrimônio com patrimônio.

Senador Heráclito Fortes, se somarmos tudo o que têm 50 milhões de pobres brasileiros – o papelão debaixo do qual eles dormem, o cobertor que receberam de ajuda e com que se cobrem, as panelas que eles carregam de um lado para outro, a carroça que eles levam –, isso dá US\$50,00. Pois bem, o patrimônio desses 14 brasileiros equivale a duas vezes mais do que o patrimônio dos 50 milhões de brasileiros. Há alguma coisa errada nisso. O patrimônio de que estou falando é de um único deles, tomando a média do patrimônio, e equivale a duas vezes o patrimônio dos 50 milhões!

É por isso que não comemoramos. O Senador Heráclito há pouco tempo, em relação à corrupção, usou uma expressão que eu não tinha escutado aqui, trazendo a idéia da anestesia nacional. Nós estamos anestesiados também diante da tragédia social, não só diante da tragédia moral da corrupção.

Felizmente, neste caso pelo menos, não comemoramos. Nós nos acabrunhamos diante de um fato que seria positivo em qualquer país que tivesse um mínimo de justiça. Não é necessário que os outros cheguem nem perto desses que juntaram esse dinheiro pelo trabalho, pelo sucesso, obviamente pelo lucro, pelo preço do que vendem, pela taxa de juros. Mas nenhum desses enriqueceu na base do trabalho de contravenção. Se algum contraventor puder entrar nessa lista não é nenhum desses. O contraventor nem entra na lista; o dinheiro é clandestino. São pessoas que conseguiram graças ao talento, à sorte, a algumas ajudas, mas, sobretudo, graças ao uso de algo sobre o que quero falar aqui: o uso da oportunidade que tiveram.

É isso, Senador Mão Santa, que precisamos começar a dar àqueles 50 milhões de excluídos brasileiros. Eles não precisam que lhes seja distribuída parte da renda desses ricos, até porque, imagine, se distribuíssemos essa renda para eles, daqui a pouco, a renda teria acabado. Faz-se necessário, sim, dar a eles o mínimo de oportunidade, para que saiam da pobreza. E essa oportunidade – sabemos, insistimos, dizemos – a anestesia de que fala o Senador Heráclito Fortes não permite realizar. Esse salto de oportunidade viria de um programa de erradicação da pobreza no Brasil, um programa de erradicação que assegurasse que cada brasileiro tivesse o essencial para uma vida digna. Não precisava ter mais do que isso para que ele tivesse oportunidade e desse o salto. Talvez nunca para chegar aonde esses chegaram, mas para chegar a lugares muito mais altos do que estão.

Esse programa de erradicação tem uma lógica que não é difícil: é empregar as pessoas pobres com uma renda, para que produzam o que precisam para sair da pobreza, pois não é a renda que tira da pobreza, mas o acesso ao que for essencial. A renda ajuda, sobretudo porque comida tem de ser comprada. O mais tem de ser serviço público, com garantia a todos do acesso a esse serviço público. Eu já disse algumas vezes que existe uma linha horizontal da pobreza, abaixo da qual estão aqueles que ganham menos de US\$2. Essa linha não funciona. Precisamos de uma linha vertical da pobreza que separe os que têm acesso dos que não têm acesso. E parte do acesso vem do mercado, como a comida, mas parte do acesso vem de não precisar ficar numa fila três meses para ser atendido por um dentista ou até nem ter esperan-

ça disso. O principal acesso é uma condição para se ter o essencial, é um vetor para que se tenha tudo o que é essencial: é a oportunidade de poder freqüentar uma escola de qualidade, gratuita, em horário integral, com professores bem remunerados, bem preparados e dedicados, em escolas com edificações dignas, decentes e bem equipadas.

Precisamos fazer um programa neste País que assegure que, pouco a pouco, mas no máximo em dez anos, não haja ninguém excluído do que é essencial. Somente então, vamos poder comemorar o aumento no número de bilionários brasileiros e vamos poder dizer que aumentar o número de bilionários é uma coisa positiva para a economia, porque significa que a economia permitiu que eles pudessem participar de um grupo privilegiado, porém muito pequeno, pois há apenas 780 bilionários – valores em dólar – no mundo. No Brasil, há 2% desses 780 bilionários, o que corresponde a 14 bilionários. Seria muito bom que aqui houvesse cinquenta, sessenta ou setenta bilionários, mas desde que aqui não houvesse o oposto dessa riqueza afluyente e exagerada que alguns têm.

Lamentavelmente – retomo o que disse o Senador Heráclito Fortes –, a anestesia nos está impedindo de fazer um programa desse tipo. A anestesia permite que a corrupção seja feita e tolerada, permite que, mesmo quando descoberta a corrupção, o Congresso isente, anistie e não casse aqueles que fazem isso. De fato, vivemos anestesiados. Essa mesma anestesia faz com que, nesta Casa, aproveemos com grande facilidade R\$2 bilhões, R\$3 bilhões, R\$4 bilhões ou mais do que isso para certos grupos privilegiados, esquecendo-nos dos milhões de despossuídos.

Vim aqui, hoje, aproveitar essa sexta-feira, para dizer que, num primeiro momento, estranhei o Governo – Governo que comemora tudo o que pode – não ter comemorado o aumento no número de bilionários. Diante das comparações simples que fiz, passei da surpresa à vergonha ao perceber que não é possível comemorar o aumento de bilionários diante da miséria que toma conta do Brasil. Lembro – não estou tomando o maior desses bilionários, que tem US\$7,4 bilhões de patrimônio – que a média entre esses US\$7,4 bilhões e US\$1,3 bilhão, que é o menor valor, ou seja, algo em redor de US\$2 bilhões de patrimônio individual, equivale a duas vezes o patrimônio de cinquenta milhões de brasileiros.

A vergonha não está em quem tem US\$2 bilhões, a vergonha está em deixarmos que cinquenta milhões tenham um patrimônio de US\$25. E digo US\$25 da maneira que lhes falei: somando o cobertor que receberam, o papelão que cobre a casa, o cachorro que os acompanha e algumas painelas que eles carregam.

Não seria difícil fazermos com que esses cinquenta milhões saltassem dessa miséria e mudassem do lado dos que não têm para o lado dos que têm acesso. No Brasil, um programa com esse objetivo custaria R\$40 bilhões por ano. Parece muito dinheiro, mas, quando percebemos que a renda nacional é de R\$1,7 trilhão, que a receita do Governo é de R\$700 bilhões, que só os Bancos levam R\$200 bilhões, que o superávit equivale a R\$45 bilhões, que o lucro da Petrobras foi de R\$36 bilhões, que o lucro das dez maiores empresas foi de R\$56 bilhões, vemos que não é tanto. Quando fazemos essas comparações, vemos que não é muito pedir ao Brasil que faça um esforço para superar esse *apartheid* social, essa apartação que construímos no Brasil.

O que há aqui não é mais apenas desigualdade, é exclusão. Desigualdade há nos Estados Unidos, na França; nesses países, há desigualdade. Desigualdade há em todos os países do mundo, e é uma ilusão falar que ela vai acabar e que haverá uma igualdade plena, até porque não vejo razão moral para todo mundo ter um Mercedes Benz e não vejo por que, em nome da igualdade, deva-se proibir que alguns o tenham.

O importante é que todos tenham o essencial. Para isso – mais uma vez, agradeço ao Senador Heráclito, que, antes de mim, falou em anestesia –, precisamos acabar essa anestesia, para, com isso, derrubar esse muro que separa esses cinquenta milhões não daqueles ultrabilionários, mas de nós; não deles, dos 10% que detêm 50% da renda – nesses 10%, estamos nós e muita gente que pensa não estar, porque quem ganha de três a quatro salários mínimos já está chegando aí.

Vamos despertar dessa anestesia e vamos, com a indignação que vier, derrubar os muros, derrubar as barreiras, arrancar essa cortina de ouro que substituiu a cortina de ferro, derrubar esse muro de chumbo que substituiu o muro de Berlim, esse muro que separa quem tem acesso de quem não tem acesso ao essencial. Depois, que tenhamos desigualdade, porque isso é natural. Que a desigualdade venha do talento, mas não da exclusão! Incluamos todos e deixemos que os mais talentosos cresçam, subam e até cheguem a entrar na lista da revista **Forbes** com US\$1 bilhão de patrimônio! Que alcancemos o momento em que de fato possamos comemorar esses senhores como heróis, como vamos comemorar esse senhor que irá numa nave espacial um dia desses! Que possamos comemorar isso como vamos comemorar a Copa do Mundo! Que um dia possamos comemorar o fato de no Brasil haver mais bilionários, mas não enquanto tivermos vergonha do fato de aqui existirem tantos excluídos, pessoas sem direito nem à chance de disputar o essencial!

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria falar aqui.

Parabenizo os que conseguiram chegar a essa lista e me envergonho de quantos temos com patrimônio de, no máximo, US\$25, somando aí o cobertorzinho velho, o papelão que cobre a casa, o cachorrinho que os acompanha e algumas panelas que eles carregam.

Vamos acabar, Heráclito, essa anestesia que toma conta da gente, a anestesia da corrupção no comportamento dos políticos, mas também a anestesia na corrupção das prioridades das políticas públicas, que não chegam onde estão os pobres e, quando chegam, como o Bolsa-Família, é para anestesiá-los também, pois é um programa mantenedor e não emancipador, como seria um programa Bolsa-Escola que viesse com a escola, como o PET – aqui está a Senadora Lúcia Vânia que teve papel importante na criação desse programa. O PET era emancipador. Lamentavelmente, como sabe V. Ex^a, tiraram o dinheiro do PET para colocá-lo em um programa mantenedor e não emancipador.

Agradeço ao Presidente pelo tempo que me concedeu.

Fica aqui o alerta, com base na inspiração que tive do Senador Heráclito: vamos desanestesiá-los o povo brasileiro. Perdoem-me os médicos se não é essa a expressão que usam. Fala-se em desanestesiá-los quando se quer tirar o paciente da anestesia?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acordar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Acordar, muito bem. Vamos acordar o Brasil e, com esse despertar, derrubar a barreira que separam uns brasileiros dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Professor Cristovam, bastaria ouvirmos o grito do povo que fez a democracia: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Essa é a razão, o fundamento da democracia.

Concedemos a palavra ao orador inscrito do PFL do Estado do Piauí, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque de Holanda... Sem Holanda.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sou de Olinda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De Olinda. V. Ex^a, como sempre, brinda-nos com discursos profundos, concatenados e oportunos. Quando falei da anestesia que vivemos hoje, esqueci-me de um fato: a amnésia. Só que uma amnésia seletiva.

V. Ex^a falava há pouco sobre os lucros de grandes empresas. E vejo desfilar na tribuna desta Casa alguns oradores pertencentes ao ex-Partido de V. Ex^a condenando a privatização promovida no Governo

Fernando Henrique e, no dia seguinte, elogiando o lucro obtido por essas empresas que foram privatizadas por aquele governo. Haja vista o caso da Vale do Rio Doce, que era uma empresa decadente e problemática. Hoje, no entanto, o Governo que condenou a sua privatização comemora os resultados. E faz isso com todas. A amnésia também toma conta.

V. Ex^a foi muito preciso quando falou na questão do Bolsa-Família. E a precisão é cirúrgica quando mostra que, em vez de ser um programa que proporcione a perspectiva da liberdade, tem o vício de tornar o beneficiado um dependente. É lamentável, meu caro conterrâneo, Senador Mão Santa.

Senador Cristovam Buarque, será que a Nação brasileira teria votado com tranquilidade no candidato a Presidente, Lula, que encantou o Brasil na disputa do medo contra a esperança se ele, em campanha, tivesse anunciado que a política econômica brasileira seria a mesma do governo o qual combatia, e que iria buscar, por ironia do destino, em Henrique Meirelles, um tucano, exatamente um dos condutores dessa política no Banco Central, fazendo com que Goiás perdesse seu Deputado mais votado da história, frustrando aqueles 180 mil eleitores que, de maneira espontânea e despreziosa, votaram nesse homem? Será que a Igreja teria ido para as ruas, juntando-se à estrela em ascensão para pregar o rompimento não só com o FMI, mas também com a Alca, se, na fase de transição entre a eleição e a posse, já soubesse que o PT iria mandar representantes para o Equador para garantir ao governo americano que tudo iria ficar como estava e que o calendário defendido pelo governo americano seria cumprido, diferentemente das restrições colocadas então pela política do governo que saía?

V. Ex^a foi muito feliz nesse pronunciamento. Às vezes, é lamentável o tempo limitado que o Regimento permite para o uso da palavra de Senadores, ou de Parlamentares. Tenho certeza de que V. Ex^a, que fez um discurso de improviso, se tivesse a segurança de que mais tempo teria, aprofundar-se-ia muito mais nessa questão.

Fiquem certos, caro Senador Paulo Paim, cara Senadora Lúcia Vânia, de que o problema do País é a anestesia e a amnésia. E o pior da amnésia é quando ela é seletiva.

Caro Senador Cristovam Buarque, o Presidente foi recebido com pompa e circunstância pela Rainha Elizabeth – justo, merecido, o Brasil merece este tratamento –, mas era a grande oportunidade de o Chefe de Estado brasileiro defender, por exemplo, as PPPs, que tomaram conta do noticiário no primeiro ano de Sua Excelência, quando se prometeu que o desenvolvimento do País seria impulsionado não por meio de

uma matriz antiquada, onerando os cofres da Nação, mas por intermédio de um modelo moderno e que teve como um dos patamares de sucesso exatamente a Inglaterra.

Esperava-se que, nesses encontros, o tema do debate fosse exatamente as PPPs que o Governo prometeu como a salvação e o caminho para o País, e apontou prioridades para as estradas brasileiras. Mas mostra, num cinismo ímpar, que nem sequer acredita no que propõe, Senador Paulo Paim, pois ao mesmo tempo em que o Presidente anuncia parcerias, gasta fortunas nas estradas para a Operação Tapa-Buracos, de recuperação, seja lá o que for, das estradas que fazem parte dos sonhos palacianos. Será descrença ou será uma manobra para entregar aos vencedores das concorrências, no futuro, as estradas em bom estado e aumentar os seus lucros?

No Piauí, eu e o Senador Mão Santa, que preside a Casa, juntamente com o Senador Alberto Silva, pensávamos, Senador Cristovam Buarque, que finalmente uma obra estruturante chegasse às nossas terras, e exatamente por meio das PPPs: a Ferrovia Transnordestina, fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado, que saiu de uma condição de produtor de 40 toneladas de soja, há dez ou quinze anos, para mais de um milhão de toneladas este ano, e que sofre exatamente dessa problemática de escoamento motivada pela falta de rodovias. O Governo anuncia uma estrada que partiria de Eliseu Martins e se interligaria a ramais já existentes, um partindo do Ceará e outro de Pernambuco, para possibilitar o escoamento das produções pernambucana, cearense, piauiense e maranhense, numa segunda etapa, por intermédio do porto do Itaqui e do porto de Pecém, e estava aí um programa estrategicamente perfeito.

O Presidente Lula, aquele nordestino de Garanhuns, que saiu, inspirado no que dizia Luiz Gonzaga, do seu sertão no último pau-de-arara, de cuja mala o cadeado era o nó, tinha a oportunidade de resgatar ou de se reencontrar com aquele Nordeste e de deixar uma marca de gratidão com aquela região sofrida e que tanto o apoiou ao longo da vida. Agora, não sabe...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, vou pedir permissão a V. Ex^a para interrompê-lo, porque regimentalmente o tempo acabou, então prorrogaremos a sessão por meia hora para o País continuar ouvindo V. Ex^a, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Paulo Paim, último orador inscrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agora se sabe, Senador Cristovam Buarque, que o Presidente já definiu que a prioridade da ferrovia é a interligação de Salgueiro a Petrolina e de Petrolina ao Porto de

Pecém, o que, na realidade, já está praticamente feito, faltando apenas a construção de pequenos trechos. A parte importante, a parte principal, não foi feita; ficará no papel, porque se confia na amnésia do brasileiro.

Senador Cristovam Buarque, o Senador Mão Santa é de uma cidade extraordinária do Piauí. O Presidente da República foi lá e reconheceu o aeroporto inaugurado na época do Presidente Médici. O Governador, que não erra, que é muito fiel ao Governo Federal nos erros, nas omissões e na insensibilidade, agora está anunciando que vai asfaltar Parnaíba. É uma praxe, Senador Mão Santa: esquecem essa cidade, a segunda do Piauí, e, quando a eleição se aproxima, prometem asfalto! E aí se dá um banho, como se Parnaíba fosse anestesiada com pouca coisa. As obras estruturantes, necessárias no litoral, como o porto, a recuperação da ferrovia, ligando Teresina, Parnaíba, Luís Correia, não são discutidas. Por que Sua Excelência não levou para lá um programa arrojado para continuar o projeto já existente dos tabuleiros litorâneos?

Senador Mão Santa, o Presidente chegou a Parnaíba no dia 22 e, três dias antes, a única companhia de aviação que fazia linha de Parnaíba a Teresina e a Fortaleza teve o seu vôo cancelado, porque o Governo do Estado não cumpriu uma parceria firmada. E V. Ex^a, que teve toda uma vida voltada para a sua terra natal, talvez esteja vivendo o primeiro momento em que Parnaíba não seja interligada ao Brasil por linhas aéreas comerciais.

É anestesia, Senador Cristovam Buarque, quando ninguém mais se espanta, quando se vê escândalo de malversação de recursos um após outro. E quando se vê, Senadora Lúcia Vânia, nas CPIs, ora em sessão aberta, ora em sessão secreta, depoimentos de pessoas confessando ou acusando os deslizes do atual Governo ou de integrantes do Governo.

E aí, Senador Cristovam Buarque, veio o meu estarrecimento: como esse pessoal conseguiu, em tão pouco tempo, juntar o seu grupo, formado por pessoas tão perigosas, tão nefastas para o País?

Hoje, em alguns casos, procuram desqualificar o depoente, confiando na amnésia seletiva do brasileiro. Esquecem que esses que desqualificam hoje foram seus companheiros de arrecadação no submundo do empresariado brasileiro. Uns contribuíram de maneira espontânea; outros, foram até vítima de chantagem.

Senador Cristovam Buarque, parabênizo V. Ex^a pela lucidez do pronunciamento. Mas não podemos nem devemos colaborar para a amnésia, tampouco para que esse povo fique anestesiado. A amnésia que querem impor a nós, por exemplo, simbolicamente, é o esquecimento da cueca suja do Ceará. Não há nada mais simbólico, e tem de ser iniciativa do próprio Partido

dos Trabalhadores explicar o caso. A cueca tem de ser lavada – e eu sempre ouvi dizer que são questões que devem ser lavadas em casa e não na rua –, porque, se não for lavada no tempo certo em casa, ganhará as ruas do Brasil, pois o brasileiro não engoliu até hoje essa mal explicada história, Senador Paulo Paim.

Tanto é verdade o que digo, Senador Cristovam, que no Brasil inteiro, no último carnaval, foram feitas marchinhas falando sobre esse famigerado, triste e inacabado episódio. No Piauí, era o Bloco do Eureka: “Eureka que saudava a cueca”, V. Ex^a sabe. Em Santa Catarina, houve episódios; no Brasil inteiro.

Portanto, quem tem de explicar isso não é o rapaz que foi preso e é um laranja. Quem tem de explicar isso são os responsáveis, quem tem de explicar isso é a direção nacional do Partido dos Trabalhadores.

Se nada fosse verdade, por que um homem da envergadura e da responsabilidade do Genoíno teve de renunciar à Presidência do Partido? Nós não podemos colaborar, Senador Cristovam Buarque, para essa amnésia nem também para essa anestesia.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, como médico, arranje o antídoto e vamos correr por esse Brasil afora dizendo que não aceitamos nem esquecimento nem anestesia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à oradora inscrita, do PSDB de Goiás, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, gostaria, Senador Cristovam Buarque, de também me associar às palavras do Senador Heráclito Fortes cumprimentando V. Ex^a pelo pronunciamento, quando estabeleceu um paralelo entre a inclusão das empresas brasileiras na lista das mais ricas do mundo, traçando uma comparação com aqueles que estão na linha da pobreza e mostrando a desconsideração com relação a essas pessoas que são, podemos considerar, cinquenta milhões de brasileiros.

O Governo acha que tem uma política voltada para eles, em função do Bolsa-Família. No entanto, V. Ex^a disse muito bem, o Governo tem deixado de lado programas emancipatórios como a Bolsa-Escola, tão bem implantada no Distrito Federal por V. Ex^a, para incorporá-lo à Bolsa-Família, um programa que tem a sua importância, mas que tem dificuldade de fazer com que essas pessoas possam realmente ser incluídas nos programas de políticas públicas existentes.

Sr. Presidente, venho à tribuna, hoje, para me solidarizar com a manifestação de aposentados e pensionistas, realizada na Esplanada dos Ministérios,

com o objetivo de reivindicar do Governo um reajuste nominal de 16,67% para seus benefícios mensais, mesmo percentual concedido ao salário mínimo. Eles representam cerca de oito milhões de segurados que recebem benefícios acima do salário mínimo e, portanto, não foram contemplados com o reajuste que incidirá sobre o mínimo este ano. Querem, também, a regulamentação do Estatuto do Idoso – tão bem defendido aqui pelo autor da proposição, Senador Paulo Paim – e a divisão do 13º salário em duas parcelas, em junho e no final do ano, como já recebem os trabalhadores da ativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aposentados e pensionistas brasileiros têm sido vítimas de desacertos da Previdência, enfrentando uma série de problemas, Senador Mão Santa. V. Ex^a tem ocupado sempre esta tribuna em defesa dos aposentados e pensionistas e dito com veemência dos seus problemas e principalmente do descaso do Governo em relação a eles.

No final de 2003, idosos com mais de 90 anos tiveram seus benefícios cancelados enquanto não comparecessem aos postos da Previdência para se recadastrar. Os constrangimentos e até mesmo sofrimentos infligidos aos idosos, levaram o então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a apresentar um pedido público de desculpas e a desconsiderar o recadastramento.

Um novo recadastramento de beneficiários da Previdência se iniciou no ano passado. Em matérias divulgadas pela imprensa, hoje, o Ministro da Previdência, Nelson Machado, avisa que, a partir do dia 3 de abril, estarão suspensas cerca de cem mil aposentadorias e pensões. Incluindo todos os lotes de recadastramentos, devem ser suspensos 240 mil benefícios. São pagamentos para segurados que não procuraram agências bancárias para atualizar suas informações. O próprio Ministro admitiu que os benefícios suspensos podem incluir segurados que não participaram do censo por desconhecimento e também, como a imprensa tem focado, casos de fraude.

O Governo alega que precisa acabar com os benefícios pagos irregularmente. Não há dúvida de que existem irregularidades que precisam ser coibidas. Mas o Governo não pode continuar creditando a essa parcela da população tão pesado ônus pela crise da Previdência.

O desemprego e a informalidade, um dos mais graves problemas enfrentados pelo mercado de trabalho em nosso País, atingem de maneira direta a Previdência Social. Estima-se que, hoje, no Brasil, para cada trabalhador formal, haja um informal, ou seja, considerando o mercado de trabalho como um todo, praticamente 50% encontra-se na informalidade.

Em 2005, foram arrecadados R\$ 108,4 bilhões no orçamento da Previdência, porém os gastos com os benefícios alcançaram R\$146 bilhões, gerando um déficit de R\$37,6 bilhões. Vê-se, assim, que o déficit estrutural previdenciário precisa ser revertido com medidas que vão além do recadastramento de aposentados e pensionistas.

Especialistas calculam que, para transformar a Previdência em um sistema de capitalização, seria preciso entre duas e duas vezes e meia o Produto Interno brasileiro, algo em torno de R\$3,5 trilhões. Um valor praticamente impensável, que pode ser amenizado com reformas urgentes e estruturais, para que o sistema previdenciário seja capaz de garantir os benefícios de seus contribuintes.

Entre as medidas a serem implementadas está a redução do custo de criação de novas vagas no mercado formal, hoje apontada por especialistas como grande entrave à formalidade do setor. Da mesma forma, reduzir a tributação sobre o emprego, com certeza, daria um novo impulso ao mercado de trabalho formal.

O combate à sonegação e às fraudes, com a restituição aos cofres públicos dos valores que há anos desaparecem sem que sejam devidamente cobrados, é outra medida eficaz na reversão do déficit previdenciário.

Por fim, mas igualmente importante, é necessário garantir que União, Estados e Municípios cumpram com suas obrigações, recolhendo a parte que lhes cabe, em vez de contribuir para esse déficit que se avoluma a cada dia.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, cheguei hoje ao Senado às 9h da manhã e ouvi todos os pronunciamentos. Todos muito importantes, mas quero destacar o pronunciamento de V. Ex^a, que aborda um tema que trouxe a Brasília, nesta semana, cerca de dez mil aposentados, pensionistas e donas-de-casa, numa grande marcha em prol daquilo que é o eixo do seu pronunciamento: a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham um pouco mais de um salário mínimo. Reivindicação mais do que justa. Colaborando com seu pronunciamento, eu diria que se, em seis ou sete anos, essa metodologia não for alterada, todos estarão ganhando apenas um salário mínimo. Podíamos pegar o exemplo dos últimos dez anos, mas vamos pegar deste ano. A tendência é que o salário mínimo tenha um reajuste em torno de 16%; os proventos dos aposentados, em torno de 5%. Ou seja, o aposentado que ganha um pouco mais de um salário mínimo terá um reajuste de um terço em relação ao percentual dado ao mínimo. Por isso, fico feliz com seu pronunciamento e digo que esta semana tivemos

um avanço: votamos o fator previdenciário, a questão da dona-de-casa, mas é importante votar também o PL nº 58, que está na Casa há quatro anos e propõe exatamente que o aposentado e pensionista recebam o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo. Esse Projeto de Lei é fruto de um abaixo-assinado feito em todo o País. Encerro, dizendo que estamos defendendo na Comissão Mista de Senadores e Deputados – onde V. Ex^a e o Senador Mão Santa estão são muito atuantes – que a contribuição à Previdência saia da folha de pagamento e vá para o faturamento. Se fizermos isso, com certeza absoluta, poderemos desonerar a folha de pagamento em torno de 40%. Isso porque sobre a folha incide não apenas a contribuição de empregado e empregador – e só aí dá 33% –, mas há ainda a Cofins, que também recai sobre a folha e uma parte vai para a Previdência. Se desonerássemos todas as contribuições que incidem sobre a folha para a Previdência e deslocássemos isso para o faturamento, a Previdência – eu diria, sem medo de errar – quase que dobraria a sua arrecadação. Dessa forma, o conjunto da sociedade, principalmente os banqueiros, que empregam poucos e lucram muito, poderão contribuir mais para a Previdência. Cumprimento V. Ex^a, que está sempre preocupada e demonstrando publicamente sua preocupação com a questão social.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, e incorporo seu aparte ao meu discurso. Tenha certeza, Senador Paulo Paim, que as ponderações feitas por V. Ex^a fazem com que meu discurso tenha muito mais densidade, uma vez que V. Ex^a é um estudioso do assunto e tem feito do seu mandato uma verdadeira muralha em favor do aposentado e do trabalhador.

Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, o recadastramento da Previdência pretende comprovar que, por trás das pensões e aposentadorias pagas hoje no País, existe um negócio ilegal de pagamento de benefícios que corrói o sistema previdenciário nacional.

Se assim for comprovado, é preciso que os culpados sejam punidos. Mas que as punições se estendam a todos aqueles que contribuem para a situação quase falimentar da Previdência Social.

Com medidas para se reduzir a informalidade no mercado de trabalho – muito bem apontadas pelo Senador Paulo Paim –, com o combate à sonegação e com os bons exemplos dados pelos governos em todas as instâncias, esta pode ser uma batalha que ainda não está perdida.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de vir aqui hoje para me solidarizar com os aposentados e pensionistas de todo o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, como último orador inscrito nesta sessão de sexta-feira, 10 de março, que começou às 9h, ao Senador do PT, do Rio Grande do Sul, Paulo Paim. S. Ex^a, ontem, escreveu uma das belas páginas deste Senado, de cujo projeto tive o privilégio de ser Relator. A matéria trata do afastamento do fator previdenciário, que achatava, que minguava o salário dos aposentados brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, quero dividir o meu pronunciamento em dois momentos. No primeiro momento, Sr. Presidente, quero demonstrar aqui a minha preocupação com a taxa de juros. Tenho dito sempre e repito que não consigo mudar meu discurso. O discurso que eu fazia no passado contra a alta taxa de juros no Brasil continua o mesmo. E vou tratar deste assunto.

Num segundo momento, eu queria comunicar a V. Ex^a que usarei o tempo da Liderança para falar sobre um outro tema, relacionado à agricultura.

Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores debaterá, nos dias 18 e 19 de março, um documento que está sendo elaborado por setores do Partido em relação à política econômica. Entre as propostas, configuram temas importantes na minha visão: superávit primário, que tem de diminuir; investimento maior na produção e diminuição da taxa de juros. Acredito que, com essa taxa de juros, o Brasil está, no meu entendimento, com o foco em um crescimento econômico confuso, pois o setor financeiro sai fortalecido, em detrimento do setor produtivo. Ninguém tem dúvida de que a especulação financeira é um instrumento gerador de desemprego. Por isso, as minhas preocupações.

Sr. Presidente, sei que este discurso não é somente meu. Creio que não há um cidadão no País que não esteja demonstrando sua preocupação com a taxa de juros. Compartilham dessa idéia, tenho certeza, conforme divulgação já feita em todo o País, o Vice-Presidente da República, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento Sindical, os empresários, enfim, creio, a maioria dos segmentos da sociedade – a não ser os banqueiros. Acredito – estou falando isto com convicção – que o próprio Presidente Lula gostaria de ver os juros brasileiros despencarem, porque essa é a vontade da nossa gente.

Sr. Presidente, com o valor de 44,7% de taxa de juros reais ao ano, cobrada pelos bancos brasileiros, o nosso País, entre 107 países pesquisados, está em posição de liderança, acompanhado de Angola, segunda maior taxa, e de Gâmbia, em terceiro lugar. É importante ressaltar que estamos longe dos 7,4%, que

é a taxa média de juros em financiamentos bancários no mundo, Senador Mão Santa. Temos de ter um programa adequado ao crescimento, à política interna, calcado no setor produtivo. O atual modelo, sem sombra de dúvida, prejudica os exportadores e os pequenos e médios comerciantes e produtores.

Tem havido um crescimento espantoso, Senadora Lúcia Vânia, no valor dos serviços bancários e das tarifas, que quadruplicaram os valores de 1995 a 2004. O Ministério da Fazenda, no meu entendimento, e o Banco Central devem frear esses aumentos exagerados pela burocracia do sistema financeiro. A promoção do crescimento bancário tem-se seguido há décadas e não foi atingida, conforme o meu entendimento, por nenhuma das crises econômicas pelas quais o País passou. É um crescimento constante e inabalável. Houve uma única vez em que os bancos tiveram problema: em 1995, quando o Governo Federal, na época, criou o Programa de Estímulo ao Sistema Financeiro Nacional, o famoso Proer, que acabou garantindo o lucro permanente e, infelizmente, intocável dos banqueiros, visto que, na época, as instituições alegavam que poderiam quebrar.

Não me lembro, em nenhuma ocasião da história do País, que um gesto semelhante a esse tenha sido feito quando enfrentavam risco econômico e estavam quebrados os micros, os pequenos e os médios empresários do nosso País. Ou seja, passam-se décadas e décadas, e os banqueiros sempre em primeiro lugar.

Os bancos divulgaram, dias atrás, os seus resultados. Os gigantescos, como o Bradesco e Itaú, obtiveram lucros reais de R\$5,51 bilhões e R\$5,2 bilhões, respectivamente. Segundo especialistas, o lucro do Bradesco é o maior da história entre todos os bancos de capital aberto da América Latina. A própria Federação Brasileira de Bancos entende que os juros do Brasil são altos devido a distorções adotadas pelos governantes, como a carga tributária, a dívida pública e os recolhimentos compulsórios exigidos pelo Banco Central.

Uma das taxas de juros mais elevadas, Senador Mão Santa, é a do cheque especial, que é utilizado por toda a classe média, pois o elevado *spread* bancário cobrado não tem correspondência com o risco de crédito e o custo administrativo, já que é concedido a clientes ditos especiais, com cadastro junto aos bancos, afastando, então, a hipótese de elevada inadimplência.

A taxa básica de juros, a Selic, continua liderando o *ranking* mundial. Apesar de a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), ocorrida agora, no dia 9 de março, ter reduzido 0,75%, ainda ficamos num patamar de 16,5%. Confesso: eu esperava que a redução deste mês ultrapassasse 1% da taxa da taxa Selic.

Conforme o último Relatório de Mercado, divulgado pelo próprio Banco Central, a expectativa é a de que a Selic feche o ano em 14,5%. É um exagero, Sr. Presidente! Reduzir a carga tributária e a taxa de juros é uma questão fundamental que o Governo precisa rever, para que possamos reaquecer a economia com a ampliação da exportação e dos investimentos nos diversos setores produtivos no campo e na cidade, a fim de promovermos emprego e justiça social.

Estou convencido, Senador Mão Santa, de que a taxa de juros atual não pode ser mantida. Espero que a redução seja mais arrojada na reunião marcada do Copom para 18 e 19 de abril.

Continuo acreditando que podemos pelo menos nos aproximar da média mundial da taxa de juros, que é de 7,4%, e não mais de 14%, como infelizmente é a realidade brasileira.

Senador Mão Santa, eu gostaria ainda, na segunda parte do meu pronunciamento, de dizer – e V. Ex^a é testemunha, já falei disso ontem –, que discordo dos ataques que fizeram ao Ministro Miguel Rossetto, da Reforma Agrária, e ao meu companheiro Rolf, Presidente do Incra.

Devido a isso, Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a pronunciamento de minha autoria, em que faço uma análise do trabalho do Ministro Miguel Rossetto, demonstrando, com muita clareza, que S. Ex^a não teve envolvimento nos conflitos acontecidos no Rio Grande do Sul. Inclusive, em entrevista à imprensa brasileira, demonstrou seu descontentamento, sua chateação, pois não soube daqueles fatos em momento algum. Suas declarações foram feitas com muita firmeza e clareza.

Além de falar um pouco a respeito do Ministério, quero registrar a importância da 2^a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

O evento foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, FAO, e contou com a participação de mais de 900 entidades. Delegados de 81 países debateram a reforma agrária e a produção de alimento no mundo. Além de gaúchos, catarinenses, paranaenses, mineiros, paulistas e outros, participaram do evento o Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf; o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; o Presidente da República em exercício, José Alencar; e 30 Ministros da Agricultura e Reforma Agrária de outros países.

Sr. Presidente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nesses últimos três anos, tenho certeza,

cumpriu seu papel na esfera da agricultura familiar e avançou na reforma agrária.

O Governo Federal está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando novo padrão de desenvolvimento sustentável no meio rural, com a inclusão social e econômica de milhares de pessoas. Acesso à terra; à água; a documentos; à educação; a crédito; à assistência técnica; a seguro; ao Luz para Todos, com a eletrificação rural; a estradas; a programas de comercialização, de apoio às agroindústrias, de valorização dos direitos das comunidades quilombolas – V. Ex^a sabe do trabalho que faço nessa área e, por isso, acompanho o assunto –; a programas de apoio à autonomia do trabalho das mulheres também na área rural estão entre essas iniciativas.

Sr. Presidente, o trabalho que recebi, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é longo e não vou expô-lo por completo, mas eu gostaria que V. Ex^a considerasse como lido todo o pronunciamento.

Devido a esse trabalho, a viabilidade econômica e a segurança alimentar estão avançando.

O Ministro enfrentou um grande desafio, pois o Governo deparou-se com um imenso passivo nos assentamentos criados anteriormente: 90% das famílias não contavam com água; 80% não tinham acesso a estradas ou à rede elétrica; 53% ainda não recebiam qualquer tipo de assistência técnica. Mas a situação começa a mudar.

Tenho a certeza de que o documento que entrego à Mesa, fazendo um relato do trabalho do Ministro, condiz com sua história e com sua caminhada. Trata-se de um depoimento que se contrapõe àqueles que quiseram, injustamente, atacá-lo devido aos conflitos que aconteceram no Rio Grande do Sul, a respeito de que S. Ex^a já deu seu depoimento contrário.

Aqui, o Ministro fala da questão do *biodiesel*, que é uma inovação; das conquistas da famosa agricultura familiar; do seguro agrícola e do semi-árido. Também diz, com muita precisão, que o Ministério há de continuar com esse trabalho já iniciado, embora o Ministro Miguel Rossetto, ao que tudo indica, deva deixá-lo para se apresentar como candidato a um cargo majoritário no Rio Grande do Sul.

Senador Mão Santa, quero cumprimentar V. Ex^a pela tolerância. Sinto que V. Ex^a, de fato, está um pouco cansado, como todos os nossos funcionários, pois a sessão foi intensa e começou às 9 horas. Por isso, resumi o máximo que pude o meu pronunciamento.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, em abril o ministro Miguel Rosseto estará deixando a pasta do Desenvolvimento Agrário para ser candidato ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Pretendo fazer no meu pronunciamento de hoje um pequeno balanço de alguns pontos do que foi o trabalho do ministro Rosseto e sua equipe nesses últimos 3 anos.

Mas antes quero fazer registro da 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que se iniciou no dia 06 em Porto Alegre e que está se encerrando no dia de hoje. A conferência é promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Mais de 900 entidades e delegados de 81 países debateram a reforma agrária e a produção de alimentos no mundo.

Além de gaúchos, catarinenses, paranaenses, mineiros, paulistas, e outros concidadãos, participam do evento o Diretor-geral da FAO, Jaques Diouf e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, além de cerca de 30 ministros da Agricultura e Reforma Agrária de outros países.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nesses últimos 3 anos, não tenho dúvida, vem *“semeando um novo Brasil”* na esfera da agricultura familiar e reforma agrária. Se não vejamos:

– Condições para o desenvolvimento sustentável para o meio rural

O Governo federal está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando o novo padrão de desenvolvimento sustentável do meio rural, com inclusão social e econômica de milhares de pessoas.

Acesso à terra, água, documentos, educação, crédito, assistência técnica, seguro, eletrificação rural, estradas, programas de comercialização e de apoio às agroindústrias, valorização dos direitos das comunidades quilombolas e apoio à autonomia das mulheres estão entre as muitas iniciativas que transformam em realidade o desenvolvimento sustentável do meio rural no Brasil.

– Uma reforma agrária massiva e de qualidade

Viabilidade econômica, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e integração ao desenvolvimento territorial orientam o novo modelo de reforma agrária, que apenas começa na garantia do acesso à terra e prossegue na criação de infra-estrutura social, estradas, energia elétrica, acesso a direitos e apoio à produção e à comercialização.

O desafio era e é grande pois em 2003 o governo deparou-se com um imenso passivo nos assentamentos criados anteriormente: 90% das famílias não contavam com abastecimento de água; 80% não tinham acesso a estradas ou à rede elétrica; 53% ainda não recebiam qualquer tipo de assistência técnica. Mas esta situação começa a mudar. Pesquisas recentes demonstram que as famílias assentadas estão em melhores condições de vida do que se encontravam antes.

– Novas famílias assentadas já somam 245 mil

Em 2005 foram assentadas 127.506 novas famílias, sendo que a área incorporada à reforma agrária é de 13.242.124 hectares. A reforma agrária ganhou ritmo e, principalmente, qualidade e o INCRA alcançou o melhor resultado da sua história. O atual governo nos 3 primeiros anos, assentou 245 mil famílias, o que representa mais de 30% do total de famílias assentadas em toda a história do Incra.

– Assentar é apenas o primeiro passo

Hoje, mais de 452 mil famílias assentadas já contam com assistência técnica. O valor investido em assistência técnica ao ano por família passou de R\$ 100 em anos anteriores para R\$ 400 no atual governo. O Programa Luz para Todos do governo federal já beneficiou cerca de 75 mil famílias. A meta é universalizar o acesso à assistência técnica e à energia elétrica.

Em obras de infra-estrutura, como estradas e saneamento (abastecimento de água), foram investidos no exercício R\$ 193,67 milhões.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) atendeu em 2005 70,4 mil assentados. Os recursos aplicados em educação nos assentamentos passaram de cerca de R\$ 10 milhões em 2003 para R\$ 34,66 milhões em 2005.

O Pronera foi criado para reduzir o índice de analfabetismo e elevar a escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais a partir de uma proposta pedagógica adaptada à realidade do campo.

Em 2005 mais de 80 mil famílias assentadas foram beneficiadas com crédito. Este recurso faz parte do crédito instalação para apoio às famílias assentadas, que além de habitação contempla construção de cisternas no semi-árido e manutenção das famílias até iniciar a produção. Os recursos do crédito instalação foram ampliados no atual governo, passando de R\$ 4,5 mil para R\$ 7,4 mil.

Além disso, foi criada uma linha de crédito específica de até R\$ 6 mil para a recuperação dos assentamentos. As mulheres assentadas passaram a ter direito a uma operação de microcrédito rural (Pronaf B), destinada a atividades produtivas. O limite de financiamento do Pronaf A (destinada para investimentos) subiu de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil e total de operações de empréstimos de custeio do grupo A/C do Pronaf por família assentada aumentou de uma para três.

– Agricultura familiar ganha mais apoio

A ação do governo na reforma agrária se combina com as políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais. E aqui, também, muita coisa mudou para melhor. O apoio à agricultura familiar antes restringia-se basicamente ao PRONAF, hoje um conjunto de programas estão melhorando a vida dos pequenos produtores do campo: crédito, assistência técnica, seguro agrícola, apoio à comercialização, apoio à agroindustrialização, além de medidas para contemplar a diversidade étnica, de gênero e para atender as especificidades regionais.

– Crédito quadruplica de valor

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que estava congelado em R\$ 2,2 bilhões até 2002, praticamente triplicou de valor na safra 2004/2005 e deve quadruplicar na safra 2005/2006, que está em curso.

Igualmente congelado estava o número de contratos realizados pelo PRONAF – em média 900 mil famílias até a safra 2002/2003. Na última safra foram realizados mais de 1,6 milhão de contratos, crescimento de mais de 80%, e deve chegar a 2 milhões na safra 2005/2006, que está em andamento. Com isso mais de um milhões de famílias estão incluídas na política de crédito.

Mas o PRONAF não apenas cresceu, o programa nacionalizou-se, e hoje chega a todos os estados e a 5.360 municípios do país. O crescimento do acesso ao crédito nas regiões norte e nordeste representam uma importante contribuição para a superação das desigualdades regionais.

– Assistência técnica é retomada pelo governo

A ampliação do universo que acessa ao crédito vem acompanhada por outros serviços e políticas, que possibilitam a qualificação do processo produtivo e da própria aplicação dos recursos, e a garantia da renda destes produtores.

O sistema nacional de assistência técnica e extensão rural (ATER) está sendo reconstruído, depois de seu desmonte no início dos anos 90, de forma a oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologias apropriadas. Uma ação integrada do governo federal, com governos estaduais e prefeituras e com a participação de organizações não-governamentais e de cooperativas. Com isto até o final de 2005 será garantido os serviços de ATER a mais de 1,9 milhão de unidades familiares, com recursos da ordem de R\$ 237 milhões.

– Agricultores familiares conquistam seguro agrícola

A atividade agropecuária é sujeita a intempéries e, historicamente, os agricultores se descapitalizavam, se endividavam e muitos até perdiam suas terras. Para

enfrentar estes imprevistos e garantir a renda dos agricultores o governo federal conta com várias políticas.

Foi criado o Seguro da Agricultura Familiar, antiga reivindicação de todos os movimentos, que garante, além de 100% do valor financiado, 65% da receita líquida estimada. A adesão ao Seguro se dá no momento de contratar o crédito do PRONAF. No seu primeiro ano de existência o Seguro (safra 2004/2005) 550 mil agricultores aderiram ao seguro. Em função dos efeitos de uma grave seca que atingiu a região sul, especialmente, o Rio Grande do Sul, o programa está beneficiando cerca de 220 mil famílias. Caso não existisse o seguro, estas famílias estariam com dívidas nos bancos, não podendo acessar novos créditos, e com dificuldade de se manter até a próxima safra.

Para atender a especificidade do semi-árido (Nordeste e parte de Minas Gerais e Espírito Santo), o governo criou o Programa Garantia-Safra. O programa atende as famílias que tem dificuldade de acessar os programas de crédito e que possuem renda mensal de até um salário e meio. Por meio de articulação envolvendo os próprios agricultores, as prefeituras, os governos estaduais e o governo federal o programa garante uma renda de R\$ 550,00 aos atingidos pela seca, abrangendo as culturas do algodão, milho, feijão, arroz e mandioca. A adesão ao programa tem crescido ano a ano, atingindo 287.861 famílias de 463 municípios na safra 2004/2005. Desde 2003 o programa já beneficiou 260,9 mil famílias que foram prejudicadas pela estiagem. Estão sendo efetuados os pagamentos relativos à safra 2004/2005, sendo que foram beneficiadas 106,8 mil famílias de 116 municípios.

Além destes instrumentos, o governo federal pagou um auxílio emergencial aos trabalhadores rurais atingidos pela seca na região Sul que não estavam cobertos pelo seguro. Em 2005, o Bolsa-Estiagem, no valor de R\$ 300, foi pago a cerca de 100 mil famílias de agricultores. Este benefício também foi estendido à região Nordeste.

– Biodiesel

O Brasil sai mais uma vez na frente no tema biocombustíveis. O governo está implementando o Programa Nacional de Uso do Biodiesel. Além da sua contribuição como fonte alternativa de combustível, não poluente e renovável, o programa foi construído para proporcionar novas possibilidades para o desenvolvimento rural, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária.

As empresas produtoras têm incentivos (reduções nas contribuições sociais, como PIS e Cofins) quando adquirirem produtos da agricultura familiar. A certificação é feita pelo MDA. Em 2005, 70 mil agricultores e assentados já estão participando do Programa e até o final de 2007 serão 250 mil, especialmente das regiões norte e nordeste.

Sras e Srs. Senadores, acreditamos que o trabalho realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário nesses últimos 3 anos está sendo um marco do governo do presidente Lula. O ministro Miguel Rosseto e toda a sua equipe estão de parabéns. É claro que muito ainda deve ser feito. Mas o importante é que o governo está no rumo certo.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é que o Partido dos Trabalhadores debaterá, nos dias 18 e 19 de março, um documento em que estão sendo discutidas mudanças na política econômica do Governo Federal.

Entre as propostas configuram temas importantes como superávit primário, investimentos na produção e taxas de juros.

Existe muito rumor a respeito destes assuntos e acredito ser de fundamental importância que o PT abra um amplo debate sobre estas questões.

Acredito que com esta taxa de juros o Brasil está com o foco no crescimento econômico confuso, pois o setor financeiro sai fortalecido em detrimento ao setor produtivo.

Ninguém tem dúvidas que a especulação financeira é um instrumento gerador de desemprego, por isso as minhas preocupações.

Sei que não estou sozinho nesta luta contra os juros altos, compartilham desta idéia, conforme divulgação feita pela imprensa, o Vice-Presidente da República, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, o Movimento Sindical, empresários e muitos outros segmentos da sociedade.

Acredito que o próprio Presidente Lula gostaria de ver os juros brasileiros despencarem. Esta é a vontade, tenho certeza, do povo brasileiro.

Com o valor de 44,7% de taxa de juros reais ao ano cobrada pelos bancos brasileiros, o nosso país, entre 107 países pesquisados, está na liderança, acompanhado da Angola (segunda maior taxa) e de Gâmbia (na terceira classificação).

É importante ressaltar que estamos longe dos 7,4% que é a taxa média de juros em financiamentos bancários no mundo.

Temos que ter um programa adequado para o crescimento das riquezas internas calcado no setor produtivo. O atual modelo prejudica os pequenos e médios comerciantes e produtores.

Tem havido um crescimento espantoso no valor dos serviços bancários, e das tarifas que quadruplicaram os valores de 1995 para 2004. O Ministério da Fazenda e o Banco Central devem frear esses aumentos exagerados.

A promoção do crescimento bancário tem se seguido há décadas e não foi atingido por nenhuma das crises econômicas pela qual o país passou. É um crescimento constante e inabalável!

A única vez que os bancos tiveram problemas foi em 1995, quando o governo federal criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional – PROER, para garantir o lucro permanente e, infelizmente, intocável dos banqueiros, visto que as instituições alegavam quebrar.

Em nenhuma ocasião lembro de ter havido um gesto semelhante quando estava em risco a saúde financeira dos micro, pequenos, e médios empresários deste país. Os banqueiros estão sempre em primeiro lugar!

Os Bancos divulgaram dias atrás seus resultados bilionários. Os gigantes Bradesco e Itaú obtiveram lucros reais de R\$ 5,514 bilhões e R\$ 5,251 BILHÕES, respectivamente. Segundo especialistas o lucro do Bradesco é o maior da história entre todos os bancos de capital aberto da América Latina.

A própria Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN entende que os juros no Brasil são altos devido às distorções adotadas pelos governantes, como a carga tributária, a dívida pública e os recolhimentos compulsórios exigidos pelo Banco Central.

Uma das taxas de juros mais elevadas é do Cheque especial, e injustificadamente. Pois o elevado *spread* cobrado não tem correspondência com o risco de crédito ou com os custos administrativos, já que é concedido a clientes ditos especiais, com bom cadastro junto aos bancos, afastando a hipótese de elevada inadimplência.

A taxa básica de juros, a SELIC, continua liderando o ranking mundial, apesar da reunião do Comitê de Política Monetária – COPON, ocorrida em 9 de março, ter reduzido 0,75 ponto percentual, atingindo o patamar de 16,5 %.

Confesso que esperava uma redução de 1% na taxa SELIC.

Conforme o último Relatório de Mercado, divulgado pelo Banco Central, a expectativa é de que a Selic feche o ano em 14,5%. Não dá para aceitar este valor!

Reduzir a carga tributária e a taxa de juros é uma questão fundamental que o governo precisa rever para que possamos reaquecer a economia com a ampliação das exportações e dos investimentos nos diversos setores produtivos, a fim de promovermos maior justiça social.

Estou convencido de que a taxa de juros não pode ser mantida no atual patamar. Esperamos que a redução seja mais arrojada na reunião marcada para 18 e 19 de abril, e continuaremos acreditando que ela venha se aproximar da média mundial, ainda este ano, que é de 7,4%.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim. Valeu a assertiva bíblica de que os últimos serão os primeiros. V. Ex^a foi o último orador desta sessão, em que vários Senadores e

Senadoras usaram a palavra, manifestando suas preocupações sobre os problemas que afligem o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Arthur Virgílio, a SRA. Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Leonel Pavan, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a desumana e reprovável ação do chamado estudo dos ribeirinhos do Amapá, transformados em cobaias para o mosquito da malária, foi o assunto da oportuna audiência pública realizada esta semana pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Quando o fato foi descoberto, vim a esta tribuna para condenar as pesquisas que ali estavam se realizando, com a participação da Universidade da Flórida,

mas, e isso é o mais grave, com o beneplácito do Governo Lula.

Os ribeirinhos do Amapá recebiam R\$20,00 por noite, para que ficassem com os braços oferecidos durante a noite às picadas dos mosquitos.

Quem autorizou?

A Universidade da Flórida pagou.

A Funasa, a Fiocruz, a USP e a Secretaria de Vigilância em Saúde do Amapá foram parceiros dessa ação.

Para que no amanhã o historiador disponha de elementos de avaliação da quadra vivida pelo Brasil, estou anexando a este pronunciamento a matéria que a respeito publica o jornal **Correio Braziliense**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BIOPIRATARIA

Coordenador de estudo com cobaias humanas no Amapá admite ter omitido informações

Pesquisa fraudou tradução

HERCULES BARROS
A. C. CORRÊA

Revelações pela pesquisa que cobaias humanas foram utilizadas na pesquisa com mosquitos transmissores da malária, no Amapá, o biólogo Allan Kardec Gallardo admitiu ontem o erro. Três meses após o trabalho ter sido suspenso os ribeirinhos recebiam R\$ 20 por uma noite de captura e alimentação dos mosquitos. O estudo foi descoberto pelo Ministério Público do Amapá, que abriu investigação sobre o caso. "Houve erro no pagamento de pessoal e na tradução do documento, que não foi lido por mim. A gente errou", afirmou. Ele explicou que as cobaias humanas não são "cobaia comida", termo usado.

As cobaias humanas biólogo traçou em audiência pública a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. "A FIOCRUZ enviou uma mensagem informando na tradução para o português do documento da Universidade da Flórida (UFV) que os moradores assinaram para participar da pesquisa".

O estudo coordenado e financiado pela universidade americana tem parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade de São Paulo (USP), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Secretaria de Vigilância em Saúde do Amapá. O projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) originário do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde suspendeu em 2005 o financiamento.

“**USAR PESSOAS PARA CAPTURAR E ALIMENTAR MOSQUITOS COM O PRÓPRIO SANGUE, PAGÁ-LAS PARA ISSO E NÃO OFERECER ATENDIMENTO MÉDICO SÃO INDÍCIOS GRAVES DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**”

De acordo com relatório do senador, estavam Buargue, presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a presidente da pesquisa, e outros envolvidos de uma "fraude". Segundo o documento, tanto Gallardo quanto as entidades locais que participaram da pesquisa foram enganadas por quem fez a tradução do projeto de inglês para o português.

Apesar de não considerar correto, Gallardo disse que o pagamento era uma forma de ajudar as pessoas. Durante depoimento, o biólogo repassou a responsabilidade à USP que já estava no local desde 2001. "Se não me projeto em 2003, o que fizemos foi melhorar o pagamento. Passar de R\$ 10 para R\$ 20", justificou.

"Rato de laboratório"

Presente à audiência pública em comunidade de São João do Rio do Amapá (AP), onde foi realizada a pesquisa, o agente de saúde Sidnei Siqueira disse que dois filhos seus contrataram malária depois que chegaram em casa picados pelos mosquitos transmissores da doença. "Eu me senti como um rato de laboratório", relatou.

Para o senador, as declarações do pesquisador deixam clara a ilegalidade da pesquisa. "Usar pessoas para capturar e alimentar mosquitos com o próprio sangue, pagá-las para isso e não oferecer atendimento médico são indícios graves de violação dos direitos humanos", alertou.

As pesquisas foram suspensas pelo Ministério Público estadual em dezembro de 2005, quando o caso foi denunciado pelo promotor Haroldo Franco da Promotoria de Justiça da Comarca de Santarém (AP).

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os dilemas do crescimento econômico”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 5 de março do corrente.

O ex-presidente, em seu artigo, discute as alternativas de políticas econômicas e as possibilidades de retomada do crescimento. Segundo o autor, “o tripé composto por câmbio flutuante, metas de inflação e lei de responsabilidade fiscal é o mecanismo mais adequado para enfrentar os desafios da sustentação

do crescimento e da estabilidade em um mundo globalizado”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os dilemas do crescimento econômico

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ex-presidente da República

O Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, e o Iedi realizaram em São Paulo um encontro para discutir as políticas econômicas e o crescimento. A maioria dos economistas presentes, embora pertencendo a escolas diversas e tendo participado de diferentes governos, parece convencida de que o tripé composto por câmbio flutuante, metas de inflação e lei de responsabilidade fiscal é o mecanismo mais adequado para enfrentar os desafios da sustentação do crescimento e da estabilidade em um mundo globalizado.

Caminhos alternativos poderiam em tese ter sido trilhados. Alguém lembrou, por exemplo, que a Coreia do Sul e outros tigres menores mantiveram o câmbio sob controle, a maior parte do tempo subvalorizado, não adotaram metas para a inflação nem regras explícitas para a gestão das contas públicas. Ocorre que nenhum desses países jamais teve a história inflacionária do Brasil e, em todos eles, os regimes políticos eram autoritários, permitindo comprimir os salários, restringir a expansão do consumo e obter elevadas taxas de poupança e investimento.

Houve discordâncias quanto à eficiência do Banco Central brasileiro para operar o tripé: no passado recentíssimo, bem como no passado não tão próximo, houve oportunidades perdidas para reduzir as taxas básicas de juros, pois definiram-se metas de inflação excessivamente baixas e intervalos de tempo excessivamente curtos para alcançá-las.

O ponto alto do debate foram as interpretações diretas dos empresários: o que de novo há nisso tudo? A economia precisa crescer já. Como? Melhor, disseram eles, dirigir às questões à “bancada dos políticos”, como se da cartola dos economistas do Banco Central não pudesse sair coelho... Os economistas, penso eu, são indispensáveis e não estão necessariamente errados. Espera-se

que eles tenham a prudência necessária para não pôr em risco os êxitos conquistados, mas que evitem rigidez demasiada na fixação das metas de inflação e afofação quanto ao tempo para alcançá-las. Mas não se pode esperar das políticas macroeconômicas sozinhas o milagre do desenvolvimento.

Chegou a hora de os políticos, partidos e candidatos dizerem o que farão nas outras áreas da sociedade para ajudar a economia a crescer sustentadamente. Aos políticos, cabe, mantendo o sentido de prudência, ter mais ousadia. Quais as condições necessárias para obter taxas mais elevadas de crescimento econômico e avanços mais rápidos no Índice de Desenvolvimento Humano? Seria o caso de estabelecer metas simultâneas para o crescimento e para os avanços sociais? Seria consistente ter metas de inflação compatíveis com esses propósitos sem arriscar a estabilidade? Lanço as perguntas sem ter as respostas prontas, na convicção de que é preciso discutir sem demora e em profundidade as condições para acelerar já o desenvolvimento.

Ao fazer isso, não imagino a possibilidade de repetir aqui, de imediato, os números do crescimento chinês, quer pelo tamanho daquela economia quer pelo poder que tem o governo daquele país para comprimir os salários e o consumo e gerar maior poupança, maior investimento e maior acumulação. Não temos as condições nem o desejo de seguir o mesmo caminho.

Em nosso caso, a parte mais difícil da tarefa será mudar a composição e a qualidade do gasto público para diminuir globalmente sua expansão, cortar gastos correntes (hoje em trajetória ameaçadora de crescimento) e ampliar os investimentos produtivos (em trajetória inversa e muito preocupante). Mas a quais gastos dar prioridade? Para mim, ao investimento em infra-estrutura (saneamento, transporte e energia, nessa ordem) e em educação (que é a chave do futuro), principalmente na educação básica. Sem esquecer do gasto

em segurança pública, teoricamente não-produtivo, mas que se tornou estratégico e que terá de ser feito quase integralmente pelo setor público. Dar prioridade não significa apenas, às vezes nem necessariamente, gastar mais, mas empenhar todos os esforços para gastar melhor.

Além de abrir espaço no orçamento para o investimento público, é necessário criar o ambiente propício ao investimento privado. Na área de infra-estrutura, um ponto é inescapável: o fortalecimento das agências reguladoras. Sem isso, teremos, ao mesmo tempo, o pior de dois mundos: escassez de investimentos e sobra de desvios em dutos de corrupção (hoje à mostra de todos).

Para dispormos de excedentes para investir produtivamente é essencial, ademais, recolocar na ordem do dia a difícil questão da Previdência. Não haverá governo ou Congresso capaz de prosseguir as reformas necessárias sem que a opinião pública dê sustentação a essas medidas. Os que se lançarem à tarefa sem esse apoio serão estigmatizados, como no passado recente, de “inimigos dos velhinhos”. Trata-se, portanto, de desafio a ser enfrentado por toda a sociedade, não apenas pelos governos.

Criado um clima de opinião favorável à retomada das reformas e do crescimento da economia, será possível triplicar ou quadruplicar os investimentos produtivos federais até ao final do próximo mandato. Não me causa alergia utilizar a poupança pública em investimentos produtivos (e não só os mencionados acima), como fiz em meu governo, apesar de toda a ladainha de que era neoliberal. Indigna-me, isso sim, a desfaçatez de quem diz que é possível aumentá-los sem dizer de onde tirar os recursos e de quem pensa que “basta cortar os juros” para que o milagre do crescimento ocorra. A palavra está, pois, com os partidos e com os candidatos para darem resposta realista ao clamor pela baixa dos juros e proporem a retomada de um crescimento que beneficie o povo e não apenas aos donos do PIB.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Laudo da PF liga dinheiro público ao caixa dois do PT”, publicada no jornal **O Globo**, do dia 19 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que laudo do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal confirmará que recursos de origem pública foram “drenados” para o valerioduto por meio da Visanet, operadora de cartão de crédito vinculada ao Banco do Brasil.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Laudo da PF liga dinheiro público ao caixa dois do PT

Visanet, vinculada ao BB, repassou verba ao valerioduto

Jaílton de Carvalho

• **BRASÍLIA.** Laudo do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, que está prestes a ser concluído, confirmará que recursos de origem pública foram drenados para o valerioduto por meio da Visanet, operadora de cartão de crédito vinculada ao Banco do Brasil, conforme denunciou a CPI dos Correios em novembro passado. Pelas informações da comissão, pelo menos R\$ 10 milhões repassados pela Visanet à DNA em 2004, a título de pagamento por serviços da agência de publicidade de Marcos Valério, caíram no caixa dois do PT operado pelo empresário e pelo ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares.

— O laudo ainda não está pronto, mas os dados técnicos recolhidos até agora confirmam a tese levantada pela CPI dos Correios sobre a Visanet — afirmou uma das autoridades encarregadas da investigação.

Serraglio: tentativa de esconder dinheiro público

As conclusões preliminares reforçam uma das teses mais importantes e controversas levantadas pela CPI. Pelos dados da comissão, em 22 de abril de 2004, um mês depois de receber R\$ 35 milhões da Visanet, a DNA transferiu R\$ 10 milhões para

uma conta no BMG. Quatro dias depois, o BMG deu um empréstimo de R\$ 10 milhões a Rogério Tolentino e Associações Ltda. O empréstimo aparece na contabilidade de Valério como um aporte de recursos para o PT.

Para o relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), esse tortuoso caminho seria uma tentativa de dinheiro de origem pública, a Visanet, ligada ao Banco do Brasil, para o caixa dois de Delúbio. A tese foi amplamente divulgada, teve forte impacto mas, mesmo assim, era vista até dentro da CPI com alguma desconfiança. Agora, as novas informações técnicas obtidas no curso das investigações da PF e do Ministério Público podem pôr um fim à controvérsia.

— O laudo da Visanet vai dizer tudo o que a CPI já falou só que com mais detalhes — disse um dos encarregados do chamado inquérito do mensalão.

Mas nem todas as decisões dos parlamentares são convergentes com as investigações do Ministério Público e da PF. A tendência dos investigadores, neste momento, é propor a responsabilização criminal de todos os parlamentares apontados como beneficiários do valerioduto. Neste grupo está até mesmo o deputado Romeu

Queiroz (PTB-MG), que teve o pedido de cassação de seu mandato rejeitado pelo plenário da Câmara em dezembro passado.

Ao final das investigações, a polícia deverá recomendar a responsabilização criminal também da antiga cúpula do PT pela movimentação do caixa dois. A PF considera inconsistente a defesa apresentada pelos ex-dirigentes do partido, entre eles José Dirceu e José Genoino, de que nada sabiam sobre o caixa dois de Delúbio e Valério.

A PF tomou 223 depoimentos, mas as investigações estão longe do fim. Mais cem pessoas serão ouvidas nos próximos meses. O mais provável é que o inquérito seja concluído entre junho e julho, em pleno calor das campanhas eleitorais. ■

► **NO GLOBO ONLINE:**

A crise como você nunca viu, no especial do Globo Online www.oglobo.com.br/pais

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Reeleição? Onde?”, de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 22 de fevereiro do corrente ano.

O jornalista, em seu artigo, argumenta que “é quase uma temeridade falar em reeleição de Lula. O mais correto talvez fosse falar na sua eleição”. Para justificar seu pensamento, o autor afirma: “O Lula de 2002 era visto por todos, inclusive pelos adversários, como um político honesto e sincero. Deixou de sê-lo. Enrolou-se nos malabarismos para desviar-se do mensalão quando desdenhou das denúncias, depois justificou o caixa dois, depois ameaçou pedir desculpa, depois jogou a culpa numa conspirata da

elite direitista até que, na semana passada, disse que ‘errar é humano’ e que os companheiros que erraram não podem ser ‘execrados’. Ninguém confunde gratuitamente erro com crime, punição com linchamento”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

Reeleição? Onde?

A recuperação de Lula nas pesquisas eleitorais está sendo interpretada como uma indicação de que, nove meses depois do estouro da boiada mensaleira, finalmente as coisas estão voltando ao lugar de antes. É certo que a popularidade de Lula está, sim, voltando ao lugar de antes, mas, afora isso, praticamente nada mais é igual à era anterior ao escândalo de corrupção. Nem parecido. No fundo, é tudo tão diferente que, do ponto de vista político, é quase uma temeridade falar em “reeleição” de Lula. O mais correto talvez fosse falar na sua “eleição”. Isso porque:

■ *A cúpula de campanha não é a mesma.* Em 2002, a campanha de Lula era comandada por uma tríada então poderosa e influente: Luiz Gushiken, que hoje é um ministro destronado e só aparece em público para dar explicações sobre algum exotismo com verbas publicitárias; José Dirceu, que agora é ex-ministro e deputado cassado sob a acusação de ser o capo do mensalão; e Antonio Palocci, que segue ministro mas, enrolado nos desvãos de Ribeirão Preto e nas suas “imprecisões terminológicas”, ganhou uma estatura moral própria para coleções de miniaturas.

■ *A propaganda não é a mesma.* Em 2002, Lula, que havia muito queria aplicar uma reviravolta no marketing eleitoral do PT, finalmente conseguiu contratar o publicitário Duda Mendonça. O publicitário substituiu o discurso político do candidato por platitudes metafóricas, mas caiu mesmo por causa dos 10 milhões de reais no exterior e das contas secretas lá fora. Duda Mendonça hoje é urticária.

■ *O partido não é o mesmo.* O PT de 2002 não existe mais. Era um partido conhecido pela garra de sua militância

e pela retidão ética de seus membros. Agora, a militância perdeu o prumo. A retidão ética, nem é preciso dizer, desabou com a revelação de que a cúpula do partido fora tomada pela delinquência. O PT de 2006 é uma legenda que, em meio à desmoralização, tenta superar a desorientação.

■ *A esquerda não é a mesma.* Com sua podridão, o PT aplicou o mais sério golpe que a esquerda brasileira já recebeu desde que, nos anos 20 do século passado, o sindicalismo operário, o tenentismo e a intelectualidade modernista começaram a ganhar unidade ideológica. Nem a ditadura militar, com perseguição, exílio e eliminação física de militantes, conseguiu arebentar com a esquerda de forma tão devastadora quanto o golpe petista.

■ *Nem o candidato é o mesmo.* O Lula de 2002 era visto por todos, inclusive pelos adversários, como um político honesto e sincero. Deixou de sê-lo. Enrolou-se nos malabarismos para desviar-se do mensalão quando desdenhou das denúncias, depois justificou o caixa dois,

depois ameaçou pedir desculpa, depois jogou a culpa numa conspirata da elite direitista até que, na semana passada, disse que “errar é humano” e que os companheiros que erraram não podem ser “execrados”. Ninguém confunde gratuitamente erro com crime, punição com linchamento.

Em vez de encarar os bons números das pesquisas como a generosa renovação de um voto de confiança, Lula prefere interpretá-los como um salvo-conduto para a impunidade. Quanta mudança em apenas quatro anos!

“Em vez de encarar os bons números das pesquisas como generosa renovação de um voto de confiança, Lula prefere interpretá-los como salvo-conduto para a impunidade”

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “O preço da leniência”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 7 de março do corrente.

O editorial trata da relação entre o governo do Presidente Lula e as organizações de sem-terra, MST à frente. Segundo o editorial, “colheu-se o que foi plantado: as 770 invasões de terra ocorridas nos três primeiros anos da administração Lula significam um aumento superior a 50% em relação ao triênio anterior. De quebra, o período petista também registrou um

acréscimo da violência no campo. De 2003 a 2005, houve 72 mortes ligadas a conflitos agrários, contra 44 nos três anos anteriores”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ☆ ☆
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,

JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI,

CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,

LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

O PREÇO DA LENIÊNCIA

FRUTIFICOU a parceria entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e organizações de sem-terra (MST à frente). O primeiro irresponsavelmente decidiu descumprir a lei que manda congelar por dois anos os trâmites para a reforma agrária em terras invadidas. Os segundos venderam a milhares a farsa de que a gestão petista adotaria ritmo sem precedente de novos assentamentos.

Colheu-se o que foi plantado: as 770 invasões de terra ocorridas nos três primeiros anos da administração Lula significam um aumento superior a 50% em relação ao triênio imediatamente anterior. De quebra, o período petista também registrou um acréscimo da violência no campo. De 2003 a 2005, houve 72 mortes ligadas a conflitos agrários, contra 44 nos três anos anteriores.

No momento em que o MST inaugura um novo período de invasões de terras —prática criminosa que apenas a incúria das autoridades brasileiras deixou que se tornasse rotina no país—, seria importante que o governo Lula voltasse à razão e reintroduzisse o dispositivo que pune as

invasões, interrompendo por dois anos as ações de desapropriação. Trata-se de um mecanismo sensato, que comprovadamente inibe as violações de propriedades rurais, bem como os conflitos que elas frequentemente desencadeiam.

Passa da hora de os governos —não apenas o federal— deixarem de ser condescendentes com os movimentos de sem-terra. É preciso desfazer o mito de que esse programa vai representar emancipação econômica para milhares de famílias que pleiteiam um lote de terra. Não vai. Apenas em nichos muito específicos a pequena agricultura que emana dos assentamentos pode de fato competir num mercado agrícola cada vez mais sofisticado financeira e tecnologicamente e baseado na produção em larga escala.

A reforma agrária, portanto, não passa de um programa de assistência social ligado à terra. Fazer as contas a fim de saber se não seria mais barato para o Estado —e mais eficiente para os beneficiários— agregar essas famílias aos programas de renda mínima é um imperativo.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “TCU cobra Presidência por gasto com bebida no cartão”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 24 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca a auditoria sobre o uso de cartões da Presidência, aprovada em sessão sigilosa, pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Com a auditoria, o TCU decidiu cobrar explicações para a compra de bebidas alcoólicas e alimentos “refinados” para a Granja do Torto e o Palácio da Alvorada (residências oficiais do Presidente). Esses itens consumiram cerca de R\$608 mil no período de um ano e meio (2004

e primeiro semestre de 2005) e chamaram a atenção dos auditores do Tribunal que analisaram os gastos e, sobretudo, os saques em dinheiro com os cartões, protegidos por sigilo.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Auditoria pede explicações sobre despesas feitas para a Granja do Torto e para o Planalto

TCU cobra Presidência por gasto com bebida no cartão

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em auditoria sobre o uso de cartões da Presidência, aprovada em sessão sigilosa, o TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu cobrar explicações para a compra de bebidas alcoólicas e alimentos “refinados” para a Granja do Torto e o Palácio da Alvorada — residências oficiais do presidente.

Reunidos na denominação “gêneros de alimentação”, esses itens consumiram pouco mais de R\$ 608 mil no período de um ano e meio (2004 e primeiro semestre de 2005) e chamaram a atenção dos auditores do tribunal que analisaram os gastos — e sobretudo os saques em dinheiro — com os cartões, protegidos por sigilo.

No relatório, os auditores alegam que os gastos “seriam questionáveis”, e que faltam limites claros para despesas com eventos sociais nas residências oficiais: “Uma análise exaustiva ficou prejudicada em decorrência do prazo e da extensão dos trabalhos, da subjetividade dos critérios envolvidos (que tipo de bebida é apropriada para cada tipo de evento e em que quantidade, por exemplo), e da ausência, nos autos, de informações detalhadas sobre a finalidade das aquisições”.

A auditoria encontrou irregularidades, como o pagamento por serviços não prestados com aluguel de carros e a compra supostamente urgente de uniformes para funcionários da Granja do Torto por R\$ 62 mil. Mas o trabalho não apresentou conclusões sobre a existência de notas frias entre os documentos apresentados para justificar os gastos e saques com cartões da Presidência.

O relatório aprovado não proibiu diretamente a abertura de nova auditoria para analisar as notas fiscais e rastrear um volume superior a R\$ 3 milhões de despesas feitas no primeiro semestre de mandato de Lula, que ficaram fora da análise iniciada em agosto do ano passado.

Entre a posse de Lula e o início da investigação do TCU, quase R\$ 20 milhões haviam sido gastos com cartões da Presidência, sobretudo por meio de saques. Em um único mês, um dos portadores de cartões da Presidência sacou R\$ 78 mil em dinheiro vivo. Em 2004, os saques representaram 60% dos gastos com cartões. À época, o tribunal já criticava a falta de transparência nos gastos.

No Planalto, um número restrito de funcionários, menos de 50, chamados de “econômicos”, usam os cartões em nome do presidente e demais autoridades.

Uma regra baixada em dezembro de 2003 pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência cercou de sigilo detalhes dos gastos com cartões, a pretexto de zelo com a segurança do presidente Lula e de sua família.

No ano passado, o envio das informações ao TCU foi precedido por uma visita da ministra Dilma Rousseff ao tribunal e um pedido formal para que tivessem tratamento sigiloso os documentos referentes às despesas com as chamadas “peculiaridades” da Presidência, que corresponderam a 93% do gasto total com os cartões.

Em consequência do pedido, a maior parte do relatório aprovado antecede a continuação em sigilo, como os nomes dos fornecedores e o detalhamento das despesas. A parte liberada do texto mostra que, no conjunto, a maior parte dos gastos está associada a viagens do presidente e à segurança de seus familiares — o correspondente a R\$ 6 milhões em 2004.

Como parte da segurança dos filhos de Lula, os cartões pagaram o aluguel de carros em Florianópolis (SC) e São Bernardo do Campo (SP). Ao analisar as contas, o TCU constatou, por exemplo, que o valor pago entre janeiro de 2004 e março de 2005 pela locação seria suficiente para comprar um automóvel similar ao locado. Embora os carros fossem alugados por períodos sucessivos de 24 horas, o pagamento era feito por dia, com custo mais elevado.

“As análises feitas deixam evidente que o regime e o valor das locações contratados até o mês de outubro de 2004 eram desvantajosos para o erário”, escreveram os auditores, que notaram a redução desse custo a partir do final de 2004, mediante a compra de mais 40 automóveis para a segurança.

O TCU estranhou as justificativas do Planalto para compra de uniformes, por R\$ 62.294, em janeiro de 2004. A pressa em “atender a eventos em março” foi o argumento para dispensar a licitação e usar o cartão. Nesse mês, Lula se mudou com a família para a Granja do Torto, liberando o Palácio da Alvorada para reforma, ainda não concluída.

Outro Lado

Eventos imprevistos justificam despesas, afirma a Casa Civil

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Casa Civil da Presidência da República informou ontem à noite que bebidas alcoólicas e gêneros alimentícios “refinados” comprados com cartões de pagamento se destinaram a recepções e eventos sociais imprevistos promovidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu vice, José Alencar.

“Alguns desses eventos não possibilitam o planejamento com antecedência suficiente para a realização de licitação”, explicou a ministra Dilma Rousseff, por meio de sua assessoria.

As residências oficiais da Presidência são abastecidas de comidas e bebidas compradas regularmente por meio de licitação pública. Os cartões são destinados a compras urgentes e imprevistas. Na avaliação da Casa Civil, apesar de a auditoria do TCU ter recomendado o aprofundamento das investigações, o trabalho teria sido conclusivo.

“[O relatório] atesta que não há desvio de finalidade no uso do cartão de pagamento”, afirmou a assessoria da ministra Dilma Rousseff.

A auditoria se limita a dizer que “não constatou a ocorrência de despesas que pudessem ser classificadas como de cunho estritamente pessoal”.

Na época do início das investigações, havia rumores de que os cartões teriam sido usados no pagamento de despesas pessoais da família do presidente. O relatório do TCU afirma que analisou uma amostra dos gastos efetuados e que não teve acesso às despesas realizadas no primeiro semestre de 2003.

Redução de gastos

Em reação ao resultado da auditoria, a Casa Civil informou que “procedimentos que dêem mais eficiência e transparência aos gastos são preocupação constante da Presidência”.

De acordo com o relatório do TCU, apesar das providências já tomadas para reduzir os gastos com cartões, o Planalto ainda precisa conter os saques em dinheiro.

O TCU recomendou ainda que a Presidência observe a urgência e a excepcionalidade dos gastos feitos com cartão.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O custo da omissão”, publicado na seção “Notas & Informações” do jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 16 de fevereiro do corrente.

O artigo mostra que a falta de ação do atual governo petista no sentido de resolver os problemas das dívidas dos produtores rurais culminou com a necessidade do Presidente Lula vetar o projeto que estabelecia a renegociação dessas dívidas. Segundo o artigo: “Com maior

atenção aos problemas reais, o governo produziria os resultados necessários a um custo muito mais baixo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O custo da omissão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de vetar o projeto de renegociação das dívidas de produtores rurais nordestinos, aprovado na terça-feira pelo Senado, se quiser evitar mais um rombo nas contas públicas. Será o custo político de mais uma falha do Executivo. Se o governo tivesse tomado a iniciativa de socorrer, no momento certo, os produtores mais necessitados e merecedores de ajuda, resolveria um problema real por um preço muito menor.

A nova renegociação custará diretamente ao Tesouro, se for concretizada, cerca de R\$ 7 bilhões. O Fundo Constitucional do Nordeste, alimentado com impostos federais, perderá R\$ 4,7 bilhões, depois de já ter lançado outros R\$ 5 bilhões como prejuízo.

Mais uma vez, grandes devedores serão beneficiários de mais um calote – é esta a palavra certa – imposto aos cofres da União. Os 519 maiores contratos terão um impacto fiscal de R\$ 6 bilhões, segundo o senador Aloizio Mercadante, líder do governo.

Muitos devedores já foram beneficiados, várias vezes, pelo refinanciamento de seus

compromissos. O projeto recém-aprovado no Congresso reabre contratos incluídos na Securitização de Dívidas Agrícolas, de 1995, e no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), de 1998.

Várias dívidas vêm de muito mais longe, do início dos anos 90, talvez de antes. Muitos devedores, principalmente grandes proprietários, já conseguiam, antes das grandes operações de refinanciamento, evitar a liquidação de seus compromissos com o Banco do Brasil.

Nas duas grandes renegociações, o Tesouro foi submetido a uma evidente extorsão, sem conseguir separar os pequenos devedores, em geral melhores pagadores, dos grandes caloteiros habituais.

Com apoio da bancada ruralista, os grandes maus pagadores sempre conseguiram esconder-se atrás dos pequenos devedores. Nas duas ocasiões, parlamentares do PT alaram-se ao grupo ruralista e apoiaram os caloteiros, alegando cuidar dos interesses dos pequenos produtores.

A maior novidade, agora, é estar o Tesouro

sob a guarda de um governo petista. A injustiça principal apontada pelo senador Mercadante – a vantagem para os grandes e tradicionais devedores – é a mesma denunciada em 1995 e em 1998 em editorias neste jornal e em pronunciamentos de políticos e empresários contrários à consagração do calote como forma habitual e regular de lucro.



Além do mais, o governo não foi pressionado, desta vez, para ceder em troca de apoio a projetos importantes. O Executivo simplesmente deixou de agir diante de problemas evidentes do setor rural. As dificuldades acumularam-se em mais de uma região desde o começo do ano passado, quando lavouras no Sul e no Centro-Oeste foram destruídas por uma estiagem prolongada. Problema semelhante afetou a agricultura nordestina, depois, e a inquietação dos agricultores foi evidente durante o ano todo.

Só recentemente o governo anunciou a liberação de créditos e de verbas orçamentárias para a comercialização das lavouras em fase de colheita. Foi uma iniciativa bem-vinda, mas atrasada e insuficiente em face das

dificuldades vividas por milhares de agricultores. O passo mais ousado foi a decisão, recém-anunciada pelo Banco do Brasil, de renegociar as dívidas de cerca de 2.500 produtores, no valor de R\$ 960 milhões.

Com preços baixos, dívidas acumuladas, câmbio desfavorável e vendas de carne prejudicadas pelo surto de aftosa do ano passado, milhares de agricultores e pecuaristas estão em dificuldades, neste momento, e têm o direito de cobrar maior atenção do poder público.

Mas o governo – não por omissão do Ministério da Agricultura, mas por teimosia da área financeira – age muitas vezes como se os problemas não existissem. Dessa forma, comete dois erros. O primeiro é deixar desprotegido, num momento crítico, um setor de enorme importância para a exportação, para a estabilidade de preços e para a movimentação da economia nacional.

O segundo é expor-se, por omissão, ao risco de ações políticas potencialmente desastrosas, como a aprovação do novo projeto de renegociação de dívidas rurais. Com maior atenção aos problemas reais, o governo produziria os resultados necessários a um custo muito mais baixo.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “O PT exorciza a sua culpa”, publicado na seção Notas&Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 15 de fevereiro do corrente.

Segundo o editorial, a festa promovida pelo PT para comemorar seus 26 anos de fundação foi uma pajelança. “Sob o mote ‘errar é humano’, proclamado pelo Presidente Lula, o PT fez da festa dos seus 26 anos, segunda-feira em Brasília, a celebração da impunidade”.

O PT exorciza a sua culpa

Foi uma pajelança. Sob o mote “errar é humano”, proclamado pelo presidente Lula, o PT fez da festa dos seus 26 anos, segunda-feira em Brasília, a celebração da impunidade. O ritual de exorcismo purificou a alma petista das culpas que nela ainda pudessem subsistir pelos ilícitos de corrupção cometidos em nome de um projeto de poder que presumivelmente transfiguraria a face social do País. Em menos tempo do que se leva para dizer “recursos não contabilizados” – ou “imprecisão lexicológica” –, outrora partido da ética sepultou sob um espesso bloco de concreto a exortação de seu então presidente interino, Tarso Genro, em meados de 2005, pela “refundação” da legenda, como resposta saneadora à sucessão de evidências que comprovavam o megasesquema petista de suborno denominado mensalão.

Que diferença entre aquele breve suspiro de integridade e o fim de caso que o PT e o seu líder máximo fabricaram para dar oficialmente a volta por cima do escândalo que, na sua própria avaliação, à época, desmoralizava o primeiro e acuava o segundo. O roteiro é conhecido. O mensalão não existiu, apenas o cai-

xa 2 – o que se faz “sistematicamente” na política brasileira, atenuou Lula numa entrevista em Paris – e o punhado de responsáveis por aquilo que, afinal, não passava de um pecadilho teve o merecido castigo: o ostracismo ou a expulsão. Identificadas e descartadas as poucas maçãs podres na reluzente cesta ética do PT, chega de escarafunchar.

Mesmo porque o crime, o verdadeiro crime político, é a conspirata da oposição reacionária, mancomunada com a mídia, para transformar um acidente de percurso – cuja exemplar superação apenas atesta a estatura ética do partido – em um pretexto para quebrar a espinha do governo e impedir a reeleição do presidente. Diante disso, “dessa gente que fica jogando casca de banana”, nas palavras de Lula, nem os companheiros faltosos merecem ser execrados. “Você só tropeça se der um passo”, justificou ele, com a leveza de espírito que lhe é própria – tornada ainda mais leve pela seqüência de pesquisas que indicam que o tempo de vacas magras eleitorais passou.

Como um presente de aniversário, na noite

festiva se divulgaram os resultados de uma nova sondagem do Instituto Sensus. Segundo o levantamento, que confirma um padrão registrado em outras enquetes, Lula está 10 pontos à frente do tucano José Serra (em novembro, estava 4 pontos atrás). No mesmo período a aprovação ao presidente aumentou cerca de 7 pontos. A mudança no humor do eleitorado re-



força a tese de que o presidente conseguiu dissociar-se das mazelas morais do PT e do seu governo, ou até varrê-las para debaixo do tapete. Parcela ponderável, quando não majoritária, da população parece achar que a corrupção é própria da política, mas Lula não tem parte com isso – e a sua administração é boa para os pobres.

O robustecimento das chances reeleitorais do presidente poderá produzir outras conseqüências no cenário nacional. Uma delas, a inapetência das comissões parlamentares de inquérito para buscar vínculos, ainda que indiretos, entre o governante com a popularidade em alta e as lambanças sob investigação. A esta altura, é de duvidar que o relatório final da CPI dos Correios cite o nome de Lula a

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

qualquer título. A oposição fará o barulho que lhe compete, mas de modo geral os políticos não desejarão aparecer como linchadores do carismático presidente. É de se temer ainda uma acomodação dos poderes públicos aos costumes políticos que tornam possíveis os mensalões, em todas as suas múltiplas e degradantes modalidades.

Está claro, por exemplo, que se estiolou o movimento nascido no Senado por uma reforma da legislação eleitoral que baixasse os custos das campanhas (para diminuir a fome dos candidatos por recursos, venham como vierem), tornasse públicos os valores recebidos e gastos ao longo da disputa, consignasse a responsabilidade pessoal dos candidatos pelas transgressões apuradas, intensificasse a fiscalização do processo, com a participação da Receita Federal – o que abalaria a habitual certeza de impunidade dos malfetores. Enfim, parlamentares se recusam a reduzir as próprias chances de “errar”. Afinal, são todos humanos, como diz Lula com sua “imprecisão lexicológica”.

A verdade é que a diferença entre os “erros” do PT e os dos outros partidos é de grau e número, não de gênero.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Sem apanhamento taquigráfico)

Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, Tecerei comentários a nova Lei de gestão Florestal.

A Lei nº 11.284, de 2 de março deste ano, define normas de uso sustentável dos recursos florestais em terras públicas. A norma introduzirá um sistema de concessão de uso de produtos e serviços florestais pela iniciativa privada ou associações comunitárias, além de criar o Serviço Florestal Brasileiro, que é o órgão gestor do sistema de concessões, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que será mantido com royalties pagos pelas empresas concessionárias.

O Projeto de Gestão Florestal elaborado pelo Executivo foi finalizado em agosto de 2004, ficou engavetado durante seis meses e depois foi apreciado em regime de urgência! Na ocasião em que votei contra, inclusive ponderei sobre diversos aspectos do projeto que deixavam e ainda deixam a desejar como, assim se diz na nova moda, norma republicana.

É óbvio que o País necessita de um marco regulatório sobre a gestão florestal, mas por que tratar matéria de extrema relevância com o selo da urgência presidencial? Quais os verdadeiros interesses que estão em jogo?

O fato de o governo não ter permitido a esta Casa a discussão profunda de algo tão importante, é a resposta que ele dá por ter sido recentemente o campeão mundial de desmatamento florestal? Realmente, o presente governo até agora não mostrou o devido respeito para com o Congresso Nacional.

Por exemplo, a lei propõe a concessão para a exploração das florestas para o extrativismo de diversos portes. Por que não começarmos de forma experimental e gradual, para posteriormente ser implementado nas demais áreas, o trabalho realizado por pequenas comunidades como o que era coordenado pela irmã Dorothy? Por que não começarmos pelas beiradas das florestas, e depois interiorizarmos?

Será a concessão a única forma? Sabe-se que, em diversos países, a concessão de gestão florestal não obteve o resultado esperado, aumentando ainda mais o desmatamento, como é o caso da Malásia e Indonésia!

A lei precisa de regulamentação, até o final do ano. Ocorre que o governo, até agora, não regulamentou nenhum dos projetos que eram urgentes e importantíssimos, como é o caso das PPP, cuja aprovação alegava ser imprescindível, na época. No entanto, até a presente data, nada de regulamentação!!! Será que o mesmo acontecerá com o projeto de Gestão Florestal?

O tema é de enorme relevância e ainda precisa ser melhor discutido, analisado, estudado para que alcance um projeto que realmente possa proteger e preservar as Florestas e não atender interesses de governo, particulares e outros.

Lembro de algumas considerações que foram levantadas, repercutidas, e sem resposta, durante a discussão do projeto no Senado Federal:

“É o aluguel da floresta. Só quem nada entende da soberania espacial da Amazônia pode concordar com isto. Vai ser uma devastação”, alertou Aziz Ab Saber, decano dos cientistas brasileiros e professor da Universidade de São Paulo (USP), e antigo guru ambiental do PT e do Presidente Lula.

“O projeto tem objetivos claros. Mas, se o governo federal e os estados não investirem em recursos e infra-estrutura para a correta implementação das concessões, corre-se o risco de se ter apenas mais uma Lei que não será cumprida na Amazônia”, afirmou Marcelo Marquesini, engenheiro florestal do Greenpeace.

Ederson Zanetti, da Organização Internacional para Biotecnologia e Bioengenharia, questionou a competência do Ministério do Meio Ambiente para gerir sozinho toda a questão florestal no Brasil, além de criticar o projeto por ter um viés voltado para o extrativismo, defendendo sua vinculação a outras iniciativas como a exploração de espécies exóticas.

“Na prática, este projeto é o começo da privatização da Amazônia”, critica Ederson Augusto Zanetti. Ele explica que, pela proposta, somente grandes empresas poderão participar das licitações para a exploração das áreas. Muitas das áreas sujeitas à concessão estão encravadas ‘entre reservas indígenas, por onde teriam que passar as toras de madeira exploradas por futuros concessionários. Esta é mais uma polêmica, já que os índios não estão dispostos a abrir estradas em suas terras para servir de passagens às empresas concessionárias.

O governo está oferecendo a Amazônia. Os militares, calados pelo regimento das Forças Armadas, falaram por eles os colegas da reserva. “O projeto é uma aberração que o governo e o Congresso estão querendo impor silenciosamente à sociedade”, protesta o presidente do Clube Militar, general Luiz Gonzaga Lessa. A opinião dele reflete o que pensam os generais brasileiros.

A Lei que o Senado aprovou, em regime de urgência de lei, na prática, autoriza a posse de 235 milhões de hectares da floresta amazônica por empresas nacionais ou de capital estrangeiro. Uma área equivalente a 12 vezes o estado do Acre. As terras poderão ser leiloadas e entregues, em concessão, ao

setor privado por até mais de 40 anos, a bem da verdade, quase *ad aeternum*. Cerca de 47% de todas as terras da Amazônia estão devolutas e são justamente o objeto da Lei.

Outro aspecto que não foi lembrado é a questão da riqueza mineral da Amazônia.

Quando projeto, a matéria foi combatida também pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e pela Federação Brasileira de Geólogos (Febragel), que apontam riscos de a União perder o poder sobre o subsolo das áreas concedidas.

Até mesmo o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Cabobianco, esboçou dúvidas sobre o poder do governo para fiscalizar estas áreas. “Não sei se o governo tem capacidade real de conduzir os processos de concessão de forma adequada”, admite.

A lei cria o Sistema Florestal Brasileiro, o órgão público responsável para gerir as concessões. Será uma espécie de agência reguladora do meio ambiente. Entretanto, a fiscalização ficará à cargo do Ibama. Detalhe: O IBAMA, responsável pela execução de toda a política ambiental brasileira, acumula dívida de R\$ 33 bilhões e teve o orçamento cortado pelo ministério da Fazenda em mais de 40%.

Mais uma do Neo-PT: de ferrenho opositor a defensor.

O primeiro projeto que previa a concessão de terras públicas na Amazônia para empresas privadas foi apresentado em 1998 pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Na época, a oposição, o PT, foi o maior crítico da proposta. Com as pressões de organizações não-governamentais, a idéia foi para o espaço. Curiosamente, em 2003, no primeiro ano do governo Lula, a proposta foi reapresentada.

Outra coisa importante: até meados do ano passado, todo o primeiro escalão do Ibama era terminantemente contra o projeto. Em 15 de junho de 2004, o presidente da Ibama, Marcus Luiz Barroso Barros, mandou ofício à ministra Marina Silva criticando a proposta. Disse que o Ibama seria enfraquecido com a criação do Sistema Florestal Brasileiro, entidade encarregada de promover a concessão às empresas. Agora, os dirigentes do Ibama foram defensores do projeto.

Por último, mas não menos importante aspecto, o da legalidade e o da constitucionalidade, seguem-se trechos da conclusão de nota técnica elaborada pelo Instituto dos Advogados do Brasil, que apesar de ter sido confeccionado quando da tramitação da matéria na Câmara, considero ainda que os argumentos centrais não perderam o objeto e a substância e devem ser lembrados.

“O projeto não trata apenas da arriscada privatização do uso das florestas públicas que, no caso, seria feita através da cessão onerosa da posse de áreas gigantescas, por até sessenta anos, sem qualquer controle do Congresso Nacional, do Conselho de Defesa Nacional, do CONAMA ou mesmo da sociedade civil.

Ele trata, de fato, da privatização das próprias funções inerentes ao exercício da soberania pelo Estado Brasileiro, pois, aprovado o projeto, apenas cinco pessoas (os cinco diretores do SFB) controlariam tudo o que se relaciona ao uso de áreas que poderiam representar até um terço do Território Nacional.

Sobre tais áreas, o órgão formado por esses cinco indivíduos teria poder absoluto para decidir isoladamente: 1) sobre quem poderá possuir terras e explorar seus recursos; 2) sobre suas finanças, pois será o destinatário de praticamente todos os recursos obtidos com a utilização das áreas e terá plena autonomia para destes utilizarem-se; 3) sobre quem poderá ingressar e vistoriar as áreas e, onde, como e quando isso poderá ocorrer; 4) sobre o que pode ser divulgado pelos visitantes sobre a exploração dos recursos nelas existentes; 5) sobre toda a informação técnico – científica das áreas florestais; 6) sobre a ordem econômica nas áreas florestais, inclusive com relação ao controle de mercados com fixação de preços dos produtos florestais e, finalmente, 7) sobre a fixação de normas penais relacionadas a crimes ambientais.

Ou seja, tendo em conta a magnitude da área que ficará sob absoluto controle desses cinco diretores do SFB e dos valores que serão arrecadados com seu uso, o projeto pretende atribuir a esses cinco indivíduos poderes discricionários não sonhados nem mesmo pelo príncipe de Maquiavel.

É a criação de uma espécie de estado paralelo ao Estado Brasileiro, no mesmo território, cuja existência seria formalmente admitida pela legislação proposta. Nele haveria um território definido (as áreas florestais públicas reconhecidas como tal pelo próprio Estado Brasileiro), leis próprias, inclusive de naturezas fundiária, econômica e penal (que seriam livremente estabelecidas pelos cinco diretores do SFB com poderes discricionários) e governo próprio (a administração a ser exercida isolada e autonomamente pelos mesmos cinco diretores do SFB).

Não se pode admitir tamanha afronta aos interesses nacionais e tão flagrante desrespeito aos direitos dos milhões de brasileiros, verdadeiros titulares dos direitos sobre todo o Território Nacional, que terão o uso de seu próprio patrimônio controlado por um grupo de pessoas que não elegeram, que não sabem quem são e que, evidentemente, não representam seus interesses.

Tal proposta é inconstitucional, antidemocrática, afronta aos princípios federativos, retira o caráter participativo do controle e proteção do meio ambiente, afronta os princípios que devem nortear a elaboração de normas penais.

Retirar do controle do Congresso Nacional, do Conselho de Defesa Nacional e do CONAMA, as decisões sobre a posse de gigantescas áreas públicas e sobre o uso de recursos florestais estratégicos, é uma afronta ao estado de direito, pois a soberania, em um estado democrático, é o exercício, pelo povo, através de seus representantes eleitos, do controle de seu território e de seus patrimônios.

E o projeto visa transferir ilimitados poderes, que englobam até mesmo o de macular o exercício da soberania nas áreas públicas, para cinco indivíduos sem mandato popular que, portanto, não receberam poderes e não representam as aspirações do Povo Brasileiro.

Enquanto toda a legislação ambiental atualmente em vigor se sujeita, através do SISNAMA, a um controle participativo e democrático de todos os matizes da sociedade brasileira, este projeto pretende retirar desse sistema, montado em duas décadas de intensos debates no Congresso Nacional, o controle sobre uma área ainda inestimável do Território Brasileiro, para transferi-lo a um grupo de cinco pessoas que não se sujeitaria a nenhum controle pelo Congresso Nacional Lembre-se, a esse respeito, que o Congresso Nacional é a expressão de poder do povo, e que os mandatários do Povo Brasileiro ali presentes devem exercer, dentro dos sistemas de freios e contrapesos, a fiscalização e controle sobre as atividades do Poder Executivo.

Além de Inconstitucional o projeto sob análise implica sérios riscos ao exercício da soberania brasileira nas gigantescas áreas a serem cedidas' pelo proposto SFB, que estarão, por disposição contratual, inacessíveis a todos os que não obtiverem autorização para "visita" dada por aquele órgão (leia-se os cinco diretores). E tal falta de acesso também abrangeria os Membros do Ministério Público, equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho, Forças Armadas, Polícia Federal e estaduais. Ou seja, está se substituindo o exercício de poderes do Estado em áreas públicas por acordos comerciais totalmente desconhecidos, a serem levados a cabo por um grupo de apenas cinco indivíduos também totalmente desconhecidos.

Pois bem, tudo isso foi dito, levantado e alertado. Alguns outros senadores também questionaram o regime de urgência, exigindo que fosse dado maior prazo para sua discussão. A senadora Ana Juba Carepa contra argumentou essa afirmação, dizendo que

a atividade de exploração florestal na Amazônia está parada porque a questão fundiária não está resolvida, e o projeto regulamenta exatamente o problema da propriedade territorial na região.

Entretanto, o que não faltam são notícias e apurações, tanto no âmbito do Ministério, como na CPI da Biopirataria, de gravíssimos indícios de corrupção e de instalação de verdadeiras quadrilhas de bandidos ambientais, ligadas ao setor extrativista madeireiro. Os fatos divulgados dão conta de uma inepta, ineficaz e incompetente infra-estrutura de fiscalização.

Como se isso não bastasse e esta é a razão de eu vir a esta Tribuna, o Governo, mais uma vez, desrespeitou os acordos, a vontade do Parlamento e menosprezou sua atividade-fim.

Na Sanção, o Poder Executivo vetou dois dispositivos, vitais, essenciais e de prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional e do Senado Federal. Estes foram os dispositivos extirpados da norma:

"Art. 10

§ 4º O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500 ha (dois mil e quinhentos hectares), nos termos do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal".

"Art. 58.

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal."

Não custa lembrar: a matéria tramitou em regime de urgência no Congresso Nacional, em Sessão Legislativa Extraordinária, foi submetida a uma discussão bem limitada, dada a abrangência e o impacto da norma a ser criada. Num debate açodado, mas que a base governista fez por acelerar sua apreciação com os argumentos de imprescindibilidade, necessidade, urgência e modernidade no que estava proposto.

Além disso, o Governo afiançou à sociedade a garantia de ampla e coordenada execução deste novo paradigma de gestão de florestas, que, diga-se de passagem, está longe de ser consensual no mundo inteiro, tanto como norma, tanto como modelo de gerenciamento.

E agora, na sanção da lei, houve o governo por entender da dispensa de mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional.

Estes dispositivos, que pretendemos retomar do texto original por meio de projeto de lei, não são um

luxo ou um abuso de prerrogativas e de poder. Suas recolocações são o restabelecimento de um dever, de uma obrigação, para o Poder Legislativo.

Temos que reincidir o § 4º ao art. 10 da referida lei, determinando que a concessão de floresta pública que tenha área superior ao 2,5 mil hectares seja, obrigatoriamente, submetida ao Congresso Nacional. Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão destas áreas, a fim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões.

Já o § 1º do art. 58, vetado, e cujo retorno propomos, estabelece que cabe ao Senado Federal aprovar a nomeação dos membros e do Diretor-Geral do Conselho Diretor do SFB – Serviço Florestal Brasileiro. Que, se não afasta em definitivo as possíveis inconstitucionalidades levantadas pela OAB, ao menos divide mais as responsabilidades e aumenta a participação da sociedade, através de seus representantes no Senado.

Acredito que o assunto não foi e não pode ser exaurido. Este debate tem que ser retomado, continuado. É muito importante e imprescindível que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão das florestas públicas, pois trata-se de relevante interesse de toda a humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no País e a nós cabe o dever de preservá-las.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de sexta-feira, 10 de março de 2006, iniciada às 9 horas e coordenada pelo competente Secretário-Executivo do Senado da República, Raimundo Carreiro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 5 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- ⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- ⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- ⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS		Solidariedade com os servidores públicos federais e apelo no sentido da aprovação da Medida Provisória 272.	306
Comentários sobre matéria do jornal Estado de Minas, a respeito das perspectivas da economia nacional, com alternativas de gestão que levem o país a um caminho mais auspicioso.	41	ANA JÚLIA CAREPA	
ALMEIDA LIMA		Solicitação de apoio ao projeto de lei nº 318, de 2005, que “cria o sistema especial de inclusão previdenciária”. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. .	76
Críticas à não cassação, durante sessão da Câmara, de dois parlamentares envolvidos no chamado mensalão.	219	Refutação de denúncia veiculada contra S.Exa. na imprensa.	77
ALVARO DIAS		Homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	98
Requerimento nº 242, de 2006, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre títulos emitidos no exterior pelos bancos BMG e Banco Rural, no período de 2000 até a data de 08 de março de 2006.	12	ANTERO PAES DE BARROS	
Registro da matéria intitulada “CPIs acham 161 telefonemas entre Okamoto e acusados do mensalão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de março de 2006.	110	Análise da CPI dos bingos. Aparte ao Senador José Agripino.	67
Registro da matéria intitulada “Lula privilegia governadores aliados com liberação de verba”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de fevereiro de 2006.	298	Registro da matéria intitulada “Empresário diz na CPI que PT exigia propina em Santo André”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006.	114
AMIR LANDO		Registro da matéria intitulada “Presidente é bestalhão ou ladrão bonzinho, ataca Freire”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de março, de 2006.	302
Exaltação da Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que tem como tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” e o lema “Levanta-te e vem para o meio”.	106	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
		Críticas ao governo Lula e às irregularidades no programa Bolsa-Família em todo o país.	53
		Necessidade de se repensar o papel constitucional das Forças Armadas.	190
		ARTHUR VIRGÍLIO	
		Requerimento nº 241, de 2006, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Jornalista Roberto Marinho De Azevedo, primeiro	

	Pág.		Pág.
crítico de gastronomia da imprensa carioca, ocorrido no dia 07 de março de 2006.	12	Críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador Mão Santa.	291
Requerimento nº 244, de 2006, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de Honorina Tavares de Albuquerque, mãe do ex-Deputado Federal Edme Tavares, ocorrido em janeiro de 2006, e que seja levado ao conhecimento da família.	13	Requerimento nº 255, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor ANWAR HAULY, irmão do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, ocorrido no dia 09 de março de 2006.	296
Críticas à falta de uma efetiva política de segurança por parte do governo Lula.	38	Requerimento nº 256, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, VOTO DE APLAUSO à Senhora DULCE PINTO DA COSTA, médica no Amazonas, que no dia 10 de março de 2006, será homenageada em Manaus pelo transcurso do seu 80º aniversário.	296
Defesa do convite do Dr. Murilo Portugal para esclarecimentos sobre a dívida interna do Brasil no Senado.	64	Registro da matéria intitulada “Amigo de Lula também doou R\$ 25 mil para Vicentinho”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 8 de março, de 2006.	300
Voto de Pesar pelo falecimento de Dona Honorina Tavares de Albuquerque.	64	Requerimento nº 260, de 2006, quer requer ao Ministro dos Transportes informações acerca de irregularidades em obras na BR 174(AM).	319
Registro da matéria intitulada “Presidente do TSE ataca uso político do Estado”, publicada pelo jornal <i>O Globo</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006.	107	A operação do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro.	342
Requerimento nº 249, de 2006, que requer Voto de Solidariedade, ao ensejo do Dia Internacional da Mulher, à pesquisadora Isabel Gonçalves, que viu seu trabalho de pesquisa genética na Aracruz destruído pelo vandalismo, praticado no dia 8 de março de 2006, por um grupo da chamada Via Campesina, braço do chamado Movimento dos Sem Terra - MST, e que o voto de solidariedade seja levado ao conhecimento da pesquisadora, da direção da Aracruz Celulose e ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul.	128	Defesa do lançamento de candidato à Presidência da República pelo PMDB. Aparte ao Senador Pedro Simon.	361
Requerimento nº 250, de 2006, que requer voto de repúdio à chamada Via Campesina que, dia 08 de março de 2006, praticou ato de vandalismo com a invasão de instalações de empresa legalmente constituída, destruindo tudo, inclusive o laboratório de pesquisa genérica e, com ele, pesquisas de 20 anos.	128	Conseqüências da queda da produção industrial do Brasil.	368
Destaque para a atuação do atual governador de Roraima, Ottomar Pinto, bem como de relatório das obras por ele realizadas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	199	Defesa da imediata implantação da TV digital.	368
Apresenta voto de solidariedade à pesquisadora Isabel Gonçalves que teve seu trabalho de pesquisa genética destruído pelo vandalismo do Grupo Via Campesina, bem como um voto de repúdio a tal grupo, braço do MST.	213	AUGUSTO BOTELHO	
Críticas ao Governo do Presidente Lula.	241	Reivindicação dos trabalhadores de saúde por uma melhoria nos seus salários.	237
Voto de pesar pelo falecimento, em Londrina, Paraná, do Sr. Anwar Hauly, irmão do Deputado Luiz Carlos Hauly.	288	Requerimento nº 258, de 2006, que requer, nos termos regimentais, a retirada em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2003, de autoria do Senador Augusto Botelho.	318
Voto de aplauso pelos 80 anos da Sra. Dulce Pinto da Costa, médica no Amazonas.	288	CRISTOVAM BUARQUE	
		Requerimento nº 252, de 2006, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso do “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”, que ocorrerá no dia 21 de março, solicitando que a homenagem seja comunicada ao Senador Abdias Nascimento.	228
		Requerimento nº 254, de 2006, que solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter defi-	

	Pág.		Pág.
nitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004, de sua autoria.	229	Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	80
Ocupação das favelas no Rio de Janeiro pelo Exército Brasileiro em busca de armas roubadas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	242	EDUARDO SUPLICY	
Regozijo pela aprovação de projetos que estabelecem a criação de aposentadoria especial para as donas de casa e o fim do chamado fator previdenciário. Aparte à Senadora Fátima Cleide.	256	Análise sobre os juros altos e a variação cambial.	234
Necessidade de maior investimento no Ensino Fundamental Público. Aparte ao Senador José Agripino.	276	EFRAIM MORAIS	
Defesa de investimentos nas áreas de educação, saúde e cultura nos morros e favelas do País.	280	Encaminha requerimento para prorrogação do prazo da CPI do Bingo até o dia 24 de junho de 2006.	92
Falta de inovação dos Partidos Políticos. Aparte ao Senador Pedro Simon.	365	Requerimento nº 251, de 2006, que requer prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 24 de junho de 2006, bem assim o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para o funcionamento da CPI.	226
Defesa da aplicação de recursos em programas sociais para erradicar a pobreza.	381	Apoio à aprovação da emenda do Senador Demóstenes Torres que inclui o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho entre os cargos integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, no Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, em tramitação no Senado.	273
Análise de dados divulgados pela revista <i>Forbes</i> , acerca do aumento de bilionários brasileiros.	381	Considerações a respeito da dívida dos pequenos e médios produtores rurais. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	373
DELCÍDIO AMARAL		Necessidade de derrubada do veto presidencial à renegociação das dívidas dos pequenos e médios produtores rurais.	378
Considerações sobre a privatização no setor ferroviário.	354	Equívoco da política de juros praticada pelo Governo Federal.	378
DEMÓSTENES TORRES		FÁTIMA CLEIDE	
Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2006, que altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena.	229	Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	78
EDISON LOBÃO		Comentários acerca, das ameaças que vêm sofrendo a juíza Duília Reis, da comarca de Ariqueemes/RO, para impor o cumprimento da Lei 9.605/98, que trata de crimes ambientais. Aparte ao Senador Sibá Machado.	82
Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2006, que denomina "Aeroporto de Jacarepaguá - Roberto Marinho" o Aeroporto de Jacarepaguá, localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).	231	EDUARDO AZEREDO	
Homenagem à mulher brasileira, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.	73	Homenagem à mulher brasileira, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.	73
Solicitação de apoio para aprovação de projeto de lei, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, com parecer favorável de S.Exa. junto a Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a regulamentação da aposentadoria para as donas de casa. ..	73		

IV

	Pág.		Pág.
Cobrança de soluções do Governo Federal pela melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de Rondônia.	255	GILVAM BORGES	
Regozijo pela aprovação de projetos que estabelecem a criação de aposentadoria especial para as donas de casa e o fim do chamado fator previdenciário.	255	Preocupação com a incursão do Exército Brasileiro nas ruas do Rio de Janeiro.	291
FLEXA RIBEIRO		HELOÍSA HELENA	
Comentários ao artigo intitulado “Indústria duvida”, de autoria da jornalista Míriam Leitão e publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 17 de fevereiro de 2006.	113	Enaltece o trabalho do servidor público. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	240
Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	194	Críticas ao Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	245
Críticas à atuação do Presidente da República, Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ...	244	Considerações acerca da criação do Fundeb. Aparte ao Senador José Agripino.	277
Contestação de declarações do Presidente Lula sobre repasses federais ao Estado do Pará.	251	Referências ao pronunciamento feito pelo Senador Pedro Simon, que fez críticas ao Governo Federal.	370
Apelo pela solução de impasse que vem impedindo a votação do Orçamento de 2006, quanto ao valor das compensações da União para os estados exportadores, por perdas de arrecadação em decorrência da Lei Kandir.	251	Considerações a respeito da dívida dos pequenos e médios produtores rurais.	370
Registro da matéria intitulada “Brasil perdeu a melhor hora, admite Furlan”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de março, de 2006.	303	HERÁCLITO FORTES	
Registro do editorial intitulado “O preço da leniência”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de março de 2006.	396	Encaminhamento à Mesa do artigo “Patrícia Saboya - a Senadora da criança”, de autoria do professor José Teodoro Soares, publicado no jornal <i>O Povo</i>	58
GARIBALDI ALVES FILHO		Críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador Sibá Machado.	216
Considerações acerca da criação do Fundeb. Aparte ao Senador José Agripino.	278	Críticas à atuação do Presidente da República, Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	244
Considerações sobre os leilões eletrônicos para a venda de milho.	282	Declaração que enviará o assunto relativo às privatizações no setor ferroviário à Comissão de Serviços e Infra-Estrutura. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	355
GERSON CAMATA		Considerações a respeito da dívida dos pequenos e médios produtores rurais. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	372
Requerimento nº 240, de 2006, que requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentados à família do Senhor Vicente Lorenzon votos de pesar pelo seu falecimento.	12	Paralisia administrativa do Governo Lula. ...	383
A seca que assola o Estado do Espírito Santo. Aparte ao Senador João Batista Motta.	56	Apoio ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, que defendeu a aplicação de recursos em programas sociais para erradicar a pobreza. .	383
		IDELI SALVATTI	
		Reflexões sobre o Dia Internacional da Mulher.	97
		Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Pedro Simon.	101
		Requerimento nº 259, de 2006, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.	318

	Pág.		Pág.
JEFFERSON PÉRES			V
A situação de crise permanente no País. ...	218	Apelo ao STF no sentido de que revise a decisão do TSE sobre a verticalização.	30
Críticas ao Conselho de Ética do Senado, que não se reúne há mais de quatro meses.	218	Considerações sobre a importância da instalação e dos trabalhos empreendidos pela CPI dos Bingos.	253
JOÃO BATISTA MOTTA		Parecer nº 193, de 2006, da Comissão de Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos.	337
Protesto contra injustiças praticadas pelo governo.	55	JOSÉ MARANHÃO	
Comentários à matéria intitulada "EUA vai enviar dados de conta de Duda à CPI", publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 24 de fevereiro de 2006.	115	Encaminhamento de pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre as aplicações constitucionais de estados e municípios na área de saúde. Falta de pagamento de parcelas devidas aos ferroviários aposentados.	283
Registro do artigo intitulado "O Brasil em primeiro lugar", de autoria do deputado federal e primeiro vice-presidente nacional do PSDB, Alberto Goldman, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de fevereiro de 2006.	304	Requerimento nº 257, de 2006, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, esclarecimentos ao Ministro de Estado da Saúde sobre quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais.	296
Transcrição do artigo intitulado "Reeleição? Onde?", de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 22 de fevereiro de 2006.	395	JOSÉ SARNEY	
JOSÉ AGRIPINO		Crescimento econômico do Brasil desde o governo Sarney até os dias atuais. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	50
Apoio à prorrogação da CPI dos Bingos.....	65	JUVÊNCIO DA FONSECA	
Solicitação de quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto.	65	O vandalismo vivido pelo Brasil no dia de 08 de março de 2006, no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST.	192
Considerações sobre a audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). .	274	Apelo no sentido de que se promova a reforma agrária.	192
JOSÉ JORGE		Comentários sobre o editorial intitulado "O PT exorciza a sua culpa", publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de fevereiro de 2006. ...	399
Parecer nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidade e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).	4	LEONEL PAVAN	
Cumprimentos a todas as mulheres do Brasil pela passagem do Dia Internacional da Mulher. ..	30	Homenagem às mulheres pelo dia 8 de março, dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Paulo Paim.	48
A promulgação, em sessão do Congresso, da Emenda Constitucional 52/2006, que disciplina as coligações eleitorais.	30		

	Pág.		Pág.
Protesto contra injustiças praticadas pelo governo. Aparte ao Senador João Batista Motta.	57	Solicitação de criação de um documento endereçado ao Ministro da justiça a fim de que os casos de anistia política sejam resolvidos. Aparte ao Senador João Batista Motta.	55
Críticas ao Governo Federal pela falta de investimentos em rodovias.	71	Homenagem às mulheres pelo transcurso, no dia 8 de março, do Dia Internacional da Mulher. ..	61
Registro da Festa Nacional da Cebola, a realizar-se no período de 14 a 19 de março, em Ituporanga-SC.	71	Solicitação de apoio a projeto de lei de autoria de S.Exa., sobre cumprimento de pena privativa de liberdade.	61
Leitura de textos sobre a agricultura familiar no Estado de Santa Catarina.	187		
Comentários sobre a matéria intitulada “Nova denúncia complica Palocci”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 20 de fevereiro de 2006.	305	MÃO SANTA	
Comentários sobre a matéria intitulada “Lauda da PF liga dinheiro público ao caixa dois do PT”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 19 de fevereiro de 2006.	394	Descaso por parte do Governo Federal na área da saúde pública. Aparte ao Senador Osmar Dias.	70
LÚCIA VÂNIA		Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	80
Registro da matéria intitulada “Medida é exercício de demagogia fiscal”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de março de 2006. .	112	Programas implantados no Ceará nos últimos três anos (2003, 2004 e 2005). Aparte ao Senador Luiz Pontes.	93
Impasse que vem impedindo a votação do Orçamento de 2006, quanto ao valor das compensações da União para os estados exportadores, por perdas de arrecadação em decorrência da Lei Kandir. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	252	Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher.	94
Solidariedade à manifestação realizada em Brasília por aposentados e pensionistas que lutam pelo reajuste de benefícios.	385	Críticas ao Governo Federal. Aparte ao Senador Sibá Machado.	216
Considerações a respeito do artigo intitulado “Os dilemas do crescimento econômico”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 5 de março de 2006.	393	Aprovação de projeto, na Comissão de Assuntos Sociais, que revoga o fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim.	287
LUIZ PONTES		Defesa da derrubada do veto presidencial a projeto que trata da reestruturação das dívidas dos agricultores.	288
Programas implantados no Ceará nos últimos três anos (2003, 2004 e 2005).	92	Considerações sobre a Medida Provisória nº 285, de 2006, que dispõe sobre as operações de crédito rural.	288
Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher.	92	Considerações acerca da incursão do Exército Brasileiro nas ruas do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	294
Análise da matéria intitulada “TCU cobra Presidência por gasto com bebida no cartão”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 24 de fevereiro de 2006.	397	Defesa da candidatura própria do PMDB à Presidência da República.	350
MAGNO MALTA		Inauguração do edifício-sede da Justiça Federal no Piauí.	350
Elogios ao Senador Paulo Paim.	48	Considerações sobre a privatização no setor ferroviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	357
		Defesa do lançamento de candidato à Presidência da República pelo PMDB. Aparte ao Senador Pedro Simon.	363
		MARCO MACIEL	
		Comentários acerca da verticalização. Aparte ao Senador José Jorge.	30

Pág.	Pág.
A cidadania começa com a disseminação da cultura letrada e à cultura digital. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	44
Parecer nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Filogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.	184
Requerimento nº 253, de 2006, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006, com o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003, por regularem a mesma matéria. ...	229
MARIA DO CARMO ALVES	
Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2006, que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores.	125
MOZARILDO CAVALCANTI	
Requerimento nº 243, de 2006, que requer sejam prestadas pelo Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União informações sobre as medidas adotadas mediante denúncias veiculadas de desvios de recursos nos cofres da Prefeitura de Boa Vista - RR.	13
Homenagem a todas as mulheres, especialmente as da Amazônia e do Estado de Roraima, pela passagem do Dia Internacional da Mulher. ...	26
O vandalismo vivido pelo Brasil no dia de 08 de março de 2006, no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ...	193
Retrospectiva histórica do Estado de Roraima.	198
Destaque para a atuação do governador do Estado de Roraima, Ottomar Pinto, bem como de relatório das obras por ele realizadas.	198
Críticas às desigualdades regionais no Brasil.	374
OSMAR DIAS	
Solicitação de apoio para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 50, de 2005, de autoria de S.Exa., que “acrescenta inciso ao artigo 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico”.	68
PAPALÉO PAES	
Comentários à matéria intitulada “Lula ensaia campanha e infla dados em texto ao Congresso”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de fevereiro de 2006.	109
Registro do artigo intitulado “Cada vez mais estranho”, publicado na seção Opinião, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 3 de março, de 2006.	297
Considerações acerca do artigo intitulado “O custo da omissão”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 16 de fevereiro de 2006.	398
PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Parecer nº 190, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.	322
Parecer nº 191, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua.	324
PAULO PAIM	
Homenagem às mulheres latino-americanas que, no passado, desafiaram a sociedade com grandes causas.	46
Homenagem à jornalista Ana Amélia Lemos, que possui uma coluna diária no jornal Zero Hora e está sendo condecorada no dia de hoje com o Troféu Mulher Imprensa, em São Paulo.	46
Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	80

	Pág.		Pág.
Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. Aparte ao Senador Mão Santa.	96	Desqualificação dos ataques dirigidos ao Ministro Miguel Rossetto e ao Presidente do Incra, por ocasião da invasão da Aracruz por integrantes de movimentos dos Sem-Terra.	387
Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2006, que acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medidas assecuratórias da integridade da criança e do adolescente.	126	PEDRO SIMON	
Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ...	193	Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2006, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. (Controle de concessão de florestas públicas pelo Poder Legislativo).	18
A repercussão, no Estado do Rio Grande do Sul, da violenta ação da Via Campesina, que invadiu a empresa Aracruz Celulose. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.	197	Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher.	100
Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2006, que altera a redação do inciso IV do art. 7º e § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, ao salário mínimo.	220	Defesa da candidatura própria do PMDB à Presidência da República. Aparte ao Senador Mão Santa.	351
Cobrança de soluções do Governo Federal pela melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide.	256	Histórico das últimas eleições presidenciais. Defesa do lançamento de candidato à Presidência da República pelo PMDB.	360
Apoio à aprovação da emenda do Senador Demóstenes Torres que inclui o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho entre os cargos integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, no Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, em tramitação no Senado. Aparte ao Senador Efraim Morais.	274	A questão do uso sustentável dos recursos florestais em terras públicas.	400
Aprovação de projeto, na Comissão de Assuntos Sociais, que revoga o fator previdenciário.	286	RAMEZ TEBET	
Considerações acerca da incursão do Exército Brasileiro nas ruas do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	293	Considerações sobre a ocupação das favelas no Rio de Janeiro pelo Exército Brasileiro e a ação do Crime Organizado no mesmo estado. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	42
Parecer nº 192, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.	332	O baixo crescimento do Brasil em comparação a outros países da América Latina. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	50
Aprovação de projeto, dia 09 de março de 2006, na Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a inclusão previdenciária das donas de casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	344	RENAN CALHEIROS	
Solidariedade à manifestação realizada em Brasília por aposentados e pensionistas que lutam pelo reajuste de benefícios. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	386	Requerimento nº 247, de 2006, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para ausentar-se do País, no período de 10 a 11 de março de 2006, para participar das solenidades de posse da Senhora Michelle Bachelet, como Presidente do Chile, em Viña Del Mar.	103
Preocupação com a taxa de juros no Brasil.	387	ROBERTO SATURNINO	
		Notícia sobre um programa de grande importância do Governo Federal, o Plano Nacional do Livro e da Leitura.	42
		Considerações sobre a ocupação das favelas no Rio de Janeiro pelo Exército Brasileiro.	42
		Presença no Senado Federal do Presidente eleito do Haiti, o Sr. René Préval.	353

	Pág.		Pág.
RODOLPHO TOURINHO		SIBÁ MACHADO	
Homenagem a todas as mulheres, em especial às mulheres do estado da Bahia, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.	75	Homenagem à mulher por sua participação na sociedade desde os tempos remotos. Aparte ao Senador Paulo Paim.	47
Solicitação de apoio ao projeto de lei nº 318, de 2005, que “cria o sistema especial de inclusão previdenciária”.	75	Solicitação de apoio ao projeto de lei nº 318, de 2005, que “cria o sistema especial de inclusão previdenciária”. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	75
Aprovação de projeto, dia 09 de março de 2006, na Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a inclusão previdenciária das donas de casa.	344	Solidariza-se com a Senadora Ana Júlia Carepa devido à denúncia veiculada na imprensa envolvendo S. Exa. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	79
Justificativas à apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, que regulamenta as atividades dos agentes comunitários de saúde. ...	344	Realização da segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural.	82
Importância de uma maior utilização do setor ferroviário, visto o alto custo do setor rodoviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	356	Solidariedade à juíza Duília Reis, da comarca de Ariquemes/RO, pelas ameaças que vêm sofrendo, para impor o cumprimento da Lei 9.605/98, que trata de crimes ambientais.	82
ROMERO JUCÁ		REQUERIMENTO Nº 248, DE 2006, QUE REQUER, NOS TERMOS DO ART. 222, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE SOLIDARIEDADE À JUÍZA DUÍLIA REIS, DA COMARCA DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, QUE SEGUNDO A IMPRENSA VEM SENDO AMEAÇADA POR MADEIREIROS, CONTRARIADOS PELA JUÍZA, QUE SE FAZ CUMPRIR A LEI QUE TRATA DE CRIMES AMBIENTAIS.	
Elogio ao trabalho de cientistas e profissionais do Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Predadores Naturais, Cenap - em favor da preservação do legado da biodiversidade no Planeta Terra.	103		127
Louvor aos 60 anos de fundação da Confederação Nacional do Comércio - CNC.	308	Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ...	194
ROMEU TUMA		A REPERCUSSÃO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DA VIOLENTA AÇÃO DA VIA CAMPESINA, QUE INVADIU A EMPRESA ARACRUZ CELULOSE.	
Críticas à falta de uma efetiva política de segurança por parte do governo Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	39		197
Enaltece a Campanha da Fraternidade 2006 e o esforço da CNBB em prol das pessoas com deficiência, sob o lema “Levanta-te, vem para o meio!”.	310	Manifestação em defesa da política econômica do Governo.	213
		Leitura de artigo publicado pelo Presidente Lula, no jornal inglês The Guardian.	213
SÉRGIO ZAMBIASI		TASSO JEREISSATI	
Homenagem à jornalista Ana Amélia Lemos, que possui uma coluna diária no jornal Zero Hora e está sendo condecorada no dia de hoje com o Troféu Mulher Imprensa, em São Paulo. Aparte ao Senador Paulo Paim.	49	Requerimento nº 245, de 2006, que requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento informações sobre investimento público nos anos de 2005 e 2006.	13
A repercussão, no Estado do Rio Grande do Sul, da violenta ação da Via Campesina, que invadiu a empresa Aracruz Celulose.	195	Requerimento nº 246, de 2006, que requer, nos termos do disposto do Artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda informações acer-	
Manifestação de apoio à matéria aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a inclusão previdenciária das donas de casa e extingue o fator previdenciário.	346		

	Pág.		Pág.
ca dos investimentos públicos nos anos de 2005 e 2006.	14	Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2006, que acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da empregada gestante, ainda que constatada a gravidez no período de aviso prévio, e dá outras providências.	16
Contradição entre dados sobre o investimento público liquidado no ano de 2005, divulgados pelo Ministério do Planejamento e pelo Tesouro Nacional.	49	Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2006, que autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (SEABE), e dá outras providências.	126
Vandalismo no Rio Grande do Sul, cometido pela chamada Via Campesina, movimento ligado ao MST. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	243	Cobrança de soluções do Governo Federal pela melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide.	257
TEOTONIO VILELA FILHO		WELLINGTON SALGADO	
Destaque para a matéria intitulada “Um plano para as lagoas”, de autoria de S.Exa., publicada no <i>O Jornal</i> , de Maceió, edição de 7 de março, de 2006.	306	Requerimento nº 239, de 2006, que requer sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, reiterando os termos contidos no Requerimento nº 971, de 2005, aprovado na Casa do Poder Legislativo, cujas respostas trazidas pelo Requerimento junto à Comissão de Educação não se prestam a atender o solicitado.	2
VALDIR RAUPP			
Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2006, que acrescenta a alínea “h” ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos.	14		